



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Cristina Pedroza de Faria

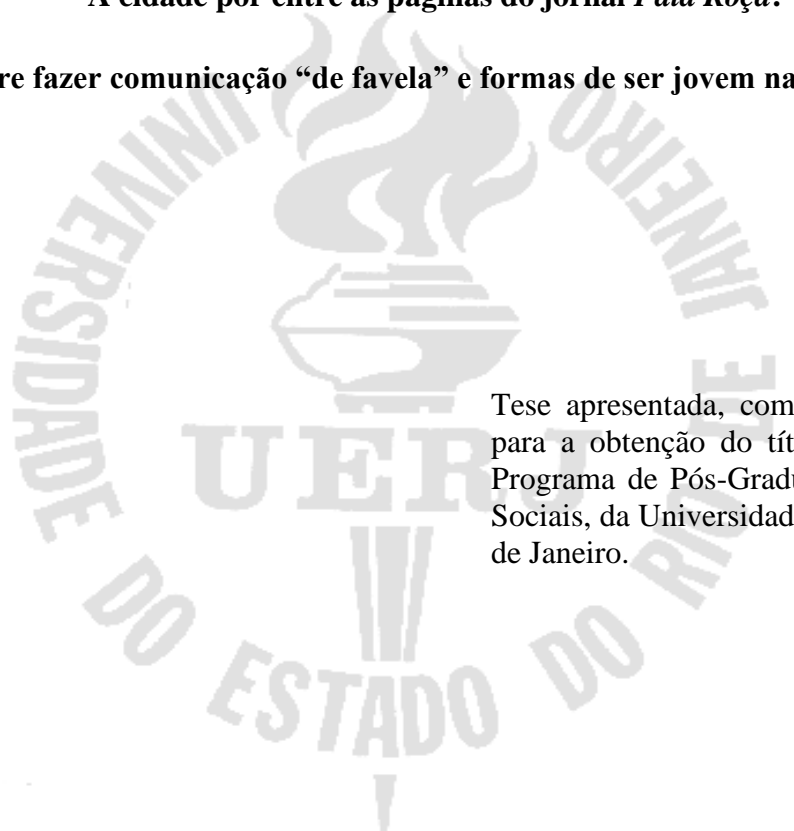
**A cidade por entre as páginas do jornal *Fala Roça*:
sobre fazer comunicação “de favela” e formas de ser jovem na Rocinha**

Rio de Janeiro

2020

Cristina Pedroza de Faria

**A cidade por entre as páginas do jornal *Fala Roça*:
sobre fazer comunicação “de favela” e formas de ser jovem na Rocinha**



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia da Silva Pereira Leite

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

F224 Faria, Cristina Pedroza de.
A cidade por entre as páginas do jornal *Fala Roça*: sobre fazer comunicação “de favela” e formas de ser jovem na Rocinha / Cristina Pedroza de Faria. – 2020.
365 f.

Orientadora: Márcia da Silva Pereira Leite.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Jovens – Rocinha (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 3. Comunicação local – Teses. 4. Jornalismo – Teses. 5. Análise do discurso – Teses. I. Leite, Márcia Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 333.326(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Cristina Pedroza de Faria

**A cidade por entre as páginas do jornal *Fala Roça*:
sobre fazer comunicação “de favela” e formas de ser jovem na Rocinha**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 05 de outubro de 2020.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Márcia da Silva Pereira Leite (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Lia de Mattos Rocha
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso
Centro de Educação e Humanidades - UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Ilana Strozenberg
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Regina Célia Reyes Novaes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

*Às memórias de Cristina Chacel e Rodrigues Moura.
Jornalista experiente e combativa, Cristina se encantava com a
simplicidade sábia que habitava interiores e periferias de tantos Brasis.
Seu Rodrigues, migrante, vindo do interior de Minas Gerais, fez-se
fotógrafo talentoso do cotidiano no Complexo do Alemão (RJ),
sua morada, que conhecia como a palma da mão
e registrava com a poesia de suas imagens.*

*Amigos que muito me ensinaram,
em 2020, ambos adquiriram feições de luz.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese se tornou possível por meio das diversas trocas estabelecidas no seu percurso. É fruto destes encontros, portanto, é uma tese feita de gente. O espaço aqui disponível dificilmente será suficiente para expressar a minha gratidão em relação a todas as interlocuções estabelecidas durante os cinco anos da jornada do doutorado - a maior parte delas na Rocinha, lugar central do estudo que originou este trabalho. Por isso, antes de tudo, agradeço aos moradores e moradoras locais, com quem convivi, pela receptividade, a mim e às tantas propostas de conversa em torno do tema que conduzia minha pesquisa. Neste contexto, foram geradas relações de afeto e respeito mútuo, por meio das quais também se reforçou o compromisso de retribuir e retornar o material produzido ao território da favela.

Quanto aos demais agradecimentos, não poderia deixar de citar a minha família - especialmente mãe, pai e irmã - pelo suporte, incentivo e por estar, literalmente, ao meu lado em muitas ocasiões, torcendo a cada dia, ajudando-me nas tarefas mais simples e complicadas que foram se impondo desde os estudos para o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, ainda em 2014, até os momentos finais de escrita da tese. Não poderia deixar de lembrar o cuidado de minha mãe, sempre de prontidão, com suas velas e incensos acesos iluminando caminhos e túneis à frente, além da paciência de escutar inúmeras vezes que a tese, um dia, ficaria pronta. Foi fundamental contar com o apoio de todos os familiares, dos mais próximos aos mais distanciados.

Agradeço à Márcia Leite, minha orientadora, que, desde antes do início de tudo isso, topou me acompanhar, mostrou-me entradas para abordar situações complexas e saídas para muitas encruzilhadas que foram surgindo. Pela paciência de escutar as longas histórias, aflições e alegrias trazidas do tal do campo de pesquisa, por relevar as teimosias, por respeitar processos emocionais. Mas também por apontar brechas para aliviar as tensões, por entre caminhos nada ortodoxos das praças e batucadas dessa cidade (antes dos tempos da pandemia). Sou, ainda, muitíssimo grata por poder contar com as contribuições valiosas das professoras Lia de Mattos Rocha, Ilana Strozenberg e Regina Novaes, além do professor, Mauro Amoroso como integrantes da Banca de defesa desta tese. Seguramente, terão muito a acrescentar.

Quanto aos interlocutores que foram absolutamente fundamentais para a existência deste trabalho, agradeço, em especial, a Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva, integrantes do jornal *Fala Roça*, que deram alma e suor a esse meio de comunicação durante longo tempo (com diferentes períodos de permanência, entre 2012 e os dias atuais), abarcando

o tempo da minha pesquisa (2014-18). Serei sempre grata por me receberem, amavelmente, desde os primeiros dias do nosso contato, até depois do término do trabalho de campo, que, com Michel, Michele e Bia, tornou-se lugar de encontro, de arejamento de ideias, de janelas para visões de mundo de novas gerações. Por aceitarem, generosamente, compartilhar suas rotinas, seus modos de dar vida e cara ao jornal (ou de produzir informação sobre a Rocinha), por toparem ideias que pareciam mirabolantes, como as conversas sobre fotografias. Com eles, percorri tantos caminhos na Rocinha ao distribuírem o jornal, levando e sendo levados pelos exemplares do *Fala Roça*. Sem a colaboração de Michel, Michele e Bia, essa tese não teria se materializado. Junto deles, também tive acesso a suas casas – especialmente a dos pais de Michele, Monique e Michel -, onde aconteceram muitas reuniões do jornal, e a infinitas trocas de ideias, muitas vezes regadas a cafés e compartilhando almoços com seus familiares, sempre receptivos e generosos. A todos, a gratidão se estende. Como não lembrar de Dona Josita, Seu Paulo e Monique (mãe, pai e irmã de Michel e Michele), além de Tainara (companheira de Michel), com quem estive inúmeras vezes por ocasião de encontros do *Fala Roça*, aniversários, vésperas de anos novos etc. Foi sempre um prazer papear com todos sobre assuntos que iam para além do jornal. Monique, Tainara e Seu Paulo reforçavam a equipe de distribuição. Dona Jô, com sua imensa, bonita e protetora vontade de participar das histórias dos filhos e de prostrar, além de companhia agradável, foi se tornando também interlocutora deste estudo, com suas lembranças de histórias familiares e memórias da Rocinha. Faziam parte dos agregados da família, ainda, os gatos que foram sendo adotados, dentre os quais conheci Freixo, Flora, Linguíça e Alfredo; em determinado momento, alguns passaram a se sentir à vontade para se achegarem no meu colo. Pelo lado de Beatriz, conheci a mãe, Dona Rose, e a irmã, Bárbara (com quem tive menos contato). Assim como Dona Jô, Dona Rose era também fã das filhas e, junto com Bárbara, igualmente reforçou a equipe de entrega do jornal.

Agradeço, ainda, a outros comunicadores (jornalistas e fotógrafos) oriundos da Rocinha, de diferentes gerações, que toparam compartilhar comigo e com este estudo suas experiências relacionadas à comunicação: Amanda Pinheiro, Edu Casais, Fabiana Rodrigues, Flávio Carvalho, Leandro Lima e Maurício Trajano. Todos foram importantes para uma compreensão mais alargada de um campo de comunicação jornalística nessa favela – universo maior do que foi possível incluir nesse trabalho (uma vez que o foco central era um estudo de caso) e que conta com muito mais gente atuando em diferentes mídias. Edu, Flávio e Leandro eu já conhecia por meio de outros trabalhos e tive o prazer de reencontrar; já Amanda e Fabiana conheci ao longo da pesquisa e foi igualmente gratificante entrevistá-las. A história de Carlos Costa, Carlinhos, jornalista “das antigas” da mesma favela, também foi inspiradora. Tive o prazer de

trabalhar com Carlinhos, Edu Casais, Landa Araújo (repórteres) e Nando Dias (fotógrafo) no portal *Viva Favela* (realizado pela Ong Viva Rio), no início dos anos 2000; todos, então moradores da Rocinha, integraram a equipe de “correspondentes comunitários” do portal, junto com outros moradores de favelas do Rio. Nessa época, conheci esta e outras favelas, trabalhando simultaneamente como editora de fotografia do *Viva Favela* e fotógrafa do Viva Rio. Carlinhos e Edu serão mencionados também adiante, por sua participação no jornal *Rocinha Notícias* e terem viabilizado a consulta aos exemplares remanescentes deste veículo, cuja versão impressa circulou na primeira década dos anos 2000. Hoje, há muitos outros comunicadores e comunicadoras “crias” da Rocinha, o que por si só já é uma conquista relativa ao aumento de vozes das favelas no espaço público. Suas trajetórias vêm sendo igualmente relevantes para a produção de informação por quem vive no lugar; essa pesquisa alcançou apenas uma parte delas, por se tratar de um estudo de caso limitado. Mas quero expressar minha admiração pelos trabalhos que realizam e esforços para se manterem “no ar”, apesar das dificuldades. Espero (re)encontrá-los em momentos futuros, conhecer suas histórias e, quem sabe, descobriremos novas formas de contá-las.

Em 2014, o trabalho no projeto Regiões Narrativas, realizado pela organização O Instituto na Biblioteca Parque da Rocinha, levou-me a frequentar a favela semanalmente. Fiz parte da equipe de coordenação das oficinas de fotografia, vídeo e animação oferecidas pelo programa, ao lado de Ilana Strozenberg e Teresa Guilhon, incansáveis articuladoras de espaços de diálogos na (e sobre a) cidade do Rio de Janeiro. A elas sou, alegremente, grata pela chance de ter participado dessa experiência única – por meio da qual conheci os integrantes do *Fala Roça*, além de muita gente boa que circulava pelo C4/BPR na época.

Dentro da Rocinha, convivi com pessoas diversas que se tornaram importantes para a construção da minha compreensão sobre o seu lugar de moradia – além de me fazerem sentir em casa. Estive mais próxima, especificamente, de três espaços de convivência na favela, criados por moradores locais, a partir dos quais formei vínculos fortes que, acredito, ficarão para a vida. São eles: o Museu Sankofa, Memória e História da Rocinha e os movimentos comunitários Rocinha Sem Fronteiras e A Rocinha Resiste. Todos se tornaram referências para organizar minhas memórias sobre as relações que foram se constituindo no tempo da pesquisa. Já conhecia algumas favelas da cidade, mas, junto desses grupos, aprendi sobre como se constroem, nos dias de hoje, lutas comunitárias, laços sociais e diálogos sobre inúmeras questões relevantes para a cidade e o país. Diante da desigualdade no acesso a direitos e condições dignas relativas à infraestrutura urbana - mais nítida nas milhares de favelas brasileiras -, esses movimentos coletivos ativaram (e ativam) vínculos afetivos, interações,

saberes e memórias, além de serem espaços de contato entre diferentes gerações de moradores. Conheci organizadores que se tornaram amigos, além de frequentadores que transitavam por encontros e atividades desses mesmos grupos. Expresso, aqui, minha imensa gratidão pelo acolhimento e as trocas com todos os participantes desses espaços de convivência. A seguir, cito algumas pessoas, com as quais tive mais contato, mas o mesmo sentimento vale para todos.

Nas reuniões do RSF e do Museu Sankofa, tinha prazer em ouvir José Martins Oliveira, Antônio Firmino, Fernando Ermiro, Maria Helena Carneiro, Roberto Lucena, Simone Rodrigues, Devaldo Oliveira, Dona Chica da Rocinha, André Batista, Seu João Guilherme e Dona Jandira, Cleonice Lopes, Maria da Paz, Izabel Carvalho e tantas outras pessoas admiráveis. Referências em suas áreas específicas de atuação, profissional e/ou comunitária, acumulam conhecimentos, longas vivências, lutas e saberes históricos em relação à Rocinha e à vida. As reuniões mensais do RSF trouxeram chance de discutir diversos temas votados pelos moradores, conhecer seus pontos de vista, além de ser espaço de intercâmbios mútuos. Agradeço imensamente a todos/as por podermos compartilhar aprendizados, dúvidas, revoltas, medos, mas também momentos de descontração e colaboração.

Quanto ao ARR, vi nascer seus primeiros encontros no início de 2018. Em meio aos tempos difíceis da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, quando aumentaram as operações policiais, conflitos armados nas favelas e violações de direitos, esse grupo passou a ser lugar de encontros frequentes. Lá, estávamos juntos pela vontade de estar, de trocar ideias, encontrar apoio e pensar ações; ali foram surgindo debates espontâneos sobre temas ligados à Rocinha e à cidade. Uma galera de idades variadas se conheceu ou se reencontrou; eixos de ação foram criados (educação, cultura, direitos etc) e práticas em prol da favela traçadas de forma horizontal. Professores, educadores, diretores e alunos de escolas locais, por exemplo, lá se encontravam ou por meio do “zap” do grupo. Juntos fomos criando amizades. Assim conheci Pedro Paiva, Leandro Castro, Magda Gomes e Michelle Lacerda, condutores de boa parte das articulações do ARR no momento em que escrevo, com quem passei a conviver no grupo e fora dele. A todos agradeço demais por todas as vivências – em reuniões, passeios pela Rocinha, bares, lanchonetes, escolas, lajes, casas, cachoeiras etc. É sempre uma alegria encontrá-los e grande a vontade de somar forças.

Foram inspiradoras, para a tese e para a vida, as conversas com pessoas de quem me aproximei nesses movimentos de moradores e em outros lugares conectados à Rocinha. Foram muitas ocasiões de papos descontraídos com Martins e Roberto, brindados com a riqueza de suas experiências de vida. Com longa trajetória de luta na favela, Martins é liderança

reconhecida dentro e fora da Rocinha. Roberto, professor de história, também tem forte engajamento político centrado nas realidades das favelas e periferias da cidade. Já o querido Leandro Castro me recebeu sempre com doçura e sagacidade, trazendo seu ponto de vista, iluminado por vivências na Rocinha e em outros tantos contextos de atuação e engajamento. Com Fernando Ermiro e Antônio Firmino, tive longos diálogos qualificados pelos trabalhos que realizam relacionados à dimensão da memória dos moradores, de valorização e visibilidade da história da favela. Além deles, outros conhecidos, que se tornaram amigos, contaram-me suas histórias, ouviram as minhas e aceitaram gravar diálogos que tanto me ensinaram. Alguns não puderam ser utilizados neste trabalho, por limitações de espaço, mas todos contribuíram para formar as reflexões aqui presentes. A maioria das transcrições foi retornada e fica o agradecimento imenso por suas entrevistas ou diálogos informais: Dayana Uchaki, Devaldo Oliveira, Seu João Guilherme e Dona Jandira, Michelle Lacerda, Pedro Paiva, Shirley Muriel. Além deles, foram também ricos os contatos com Erik Martins, Dona Rizonete, Naara Maritza, João Eliel, Ághata, Olavo, Gabriel, Kevin e outras pessoas que os caminhos da Rocinha fizeram cruzar.

Reforço a imensa gratidão e apreço ao Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, à época dessa pesquisa conduzido por Antônio Firmino, Fernando Ermiro, José Martins Oliveira, Maria Helena Carneiro e José Ricardo Duarte - incansáveis em suas lutas por melhorias na favela, cada um/a à sua maneira. Apesar das dificuldades enfrentadas, o Museu se tornou indispensável para conhecimento e valorização dos saberes históricos dessa favela, características que contribuíram para sua importância especial relacionada a esta pesquisa. Dentre os materiais que reúne, tive oportunidade de consultar o acervo digitalizado do jornal *Tagarela*, impresso mimeografado conduzido por moradores entre os anos de 1970 e 80, que, entre outras coisas, registrou o trabalho comunitário da sua época e contribuiu para conquistas importantes, como a construção da passarela em frente à favela. Fonte riquíssima de memórias locais, tornou-se relevante para essa tese (concentrada em mídias impressas), ao oferecer uma perspectiva histórica para conhecer melhor o cotidiano e a comunicação local. Ainda no que diz respeito a questões de memória e história, expresso gratidão a Fernando e Firmino pelos ensinamentos nos passeios maravilhosos do Rocinha Histórica pela favela.

Dentre os tantos jornais já produzidos na Rocinha, outra fonte de consulta também ganhou importância: o impresso *Rocinha Notícias*, que resistiu desde o início dos anos 2000 até 2018 (metade desse tempo circulando em meio impresso e a outra em meio digital). Tive oportunidade de trabalhar com dois dos seus fundadores, Edu Casaes e Carlos Costa, no início dos anos 2000, e por meio da sua gentileza pude consultar os exemplares remanescentes do RN.

Com intenção de colaborar com os registros historiográficos relativos à Rocinha, realizei a reprodução digital desse material (quase 40 exemplares) e doei o material para os queridos Edu e Carlinhos. Agradeço muitíssimo a esses jornalistas veteranos e inspiradores de novas gerações de comunicadores pelo acesso ao RN e a suas próprias histórias. Aqui acrescento gratidão também a José Luiz Lima, historiador, da geração de Edu e Carlinhos, outro antigo morador da Rocinha e colaborador do mesmo jornal, entrevistado nesse estudo; Zé Luiz deixou sua contribuição, com igual generosidade e confiança, compartilhando sua visão sobre diferentes projetos desenvolvidos na Rocinha. Gratidão também a Simone Rodrigues, pelos diálogos enriquecedores e por me apresentar à equipe do projeto de extensão “A construção dos planos populares como estratégias de resistência aos projetos urbanos hegemônicos”, realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), sob coordenação do professor Alex Magalhaes e em parceria com moradores da favela no Laboriaux (na parte alta da Rocinha). Fui voluntária no projeto entre agosto/2017 e março/2018 e estendo o agradecimento ao professor pela receptividade e ensinamentos.

Prossigo com as lembranças de amigos e amigas com quem compartilhei angústias e alegrias nos tempos do doutorado, cujos incentivos foram fundamentais para cruzar essa linha de chegada. Sou profundamente grata a Lais Bernardes Monteiro, amiga-irmã de todas as horas, emanando sempre carinho e amor, de perto ou de longe. À Beatriz Meirelles, agradeço pelas trocas diversas, pelo apoio e confiança de sempre - ainda mais com a chegada da pandemia, quando me emprestou literalmente o espaço da casa para a concentração na reta final da escrita da tese. Não fosse essa generosidade enorme, as dificuldades seriam bem maiores. João Roberto Ripper, grande amigo de tantos anos, me incentivou e acalmou, desde o início, com suas palavras afetuosas, simples e sábias. Sua trajetória de vida, entrelaçando fotografia e Direitos Humanos de forma incansável, era inspiração permanente. Erika Tambke foi companhia atenciosa e agradável, sempre disposta a uma conversa boa, nos momentos finais de preparação da tese; contribuiu de diversas formas, incluindo o apoio no manejo da plataforma *online* usada na defesa da tese. Andrea Moraes e Claudia Braga (Claudinha) também botaram fé que ia dar pé e estiveram na torcida pela finalização do ciclo. Cada qual com suas perspectivas, os queridos Patrícia Rivero e Mazinho contribuíram para desanuviar os pensamentos.

Foram valiosas as trocas de ideias com Claudio Souza e Silva, que incentivou a minha entrada no doutorado e sempre se entusiasmou com o tema da pesquisa; as escutas e observações atenciosas de Patrícia Lanes e Carol Couto, companheiras do PPCIS, ajudaram a arejar o meu olhar e a pensar muitas questões sobre a pesquisa. Lívia Abdalla, Suellen Guariento, Raquel Carriconde, também colegas de doutorado, foram sempre incentivadoras. À

Tatiana Ferreira, agradeço muito pela generosidade e disposição de compartilhar seus conhecimentos, ao ministrar uma oficina de cartografia social para nós – eu Michel, Michele e Beatriz, do *Faça Roça*. A oficina aconteceu em 03/08/2019, na Rocinha, e deu origem a um mapa de trajetos de distribuição do impresso pela Rocinha, construído a partir das fotos feitas nesse estudo. Essa ideia pode ser replicada, em novos contextos definidos pelos moradores e abre outros horizontes de compartilhamentos e possibilidades de diálogos na interseção entre academia, mídias comunitárias, grupos e movimentos de favelas. Aos terapeutas Joana Mattos, Ricardo Vaz e Selma Reis agradeço pelo apoio e escuta cuidadosa, fundamentais nesse longo trajeto do doutorado. Ao trabalho vigoroso das revisões de texto de Claudia Manzolillo, que aceitou realizar essa tarefa tão importante mediante prazos reduzidos.

Gratidão aos docentes do PPCIS, cujas contribuições foram valiosas para minha formação acadêmica. Foram, ainda importantes as contribuições dos professores que participaram do meu exame de qualificação - Lia de Mattos Rocha, Marcos Albuquerque e Adriana Facina - para o andamento da pesquisa e a redação posterior da tese. Aos colegas do Núcleo de Estudos Cidades, do PPCIS/UERJ, pelas trocas bem-humoradas e tantos aprendizados. Sou grata pelas possibilidades de interlocução, no universo múltiplo da comunicação comunitária, popular e alternativa, trazidas pelo Laboratório de Comunicação Dialógica da UERJ. A Wagner, Sônia e funcionários da secretaria do PPCIS/UERJ agradeço muito pelo auxílio e disponibilidade, desde o ingresso até o fim do curso de doutorado.

Agradeço, finalmente, à CAPES e à FAPERJ, pela concessão de bolsas de estudo que foram essenciais para o ingresso e permanência no curso de doutorado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 – nos dois primeiros anos do curso (2015-16); e teve apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio de concessão da Bolsa Nota 10, durante os dois últimos anos do curso (2017-18). Apesar dos problemas enfrentados, que estas agências de fomento à pesquisa possam resistir e continuar a financiar estudos, com critérios democráticos, em todo o país.

Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

FARIA, Cristina Pedroza de. *A cidade por entre as páginas do jornal Fala Roça: sobre fazer comunicação “de favela” e formas de ser jovem na Rocinha*. 365 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta tese é um estudo etnográfico sobre o processo social de comunicação do jornal *Fala Roça*, veículo de informação criado por jovens moradores(as) da Rocinha, conhecida favela da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 2012, como parte das atividades de um projeto social, o jornal permanece ativo, circula em meio impresso e *online*; formalizou-se como associação de comunicação e atua nas interfaces entre jornalismo profissional e atividades comunitárias. Seus objetivos se vinculam ao direito à comunicação, a falar para “os moradores” e da “favela para o mundo”. De forma colaborativa, o estudo acompanhou esta mídia entre 2014 e 2018, concentrando-se na análise da versão impressa e nos pontos de vista dos seus comunicadores. A proposta central foi conhecer como o *Fala Roça* construía a sua forma específica de comunicar e se apropriava da chamada comunicação comunitária, no contexto da crescente produção midiática oriunda de favelas e periferias da cidade. Dentre as singularidades do veículo, ressaltamos se constituir em lugar de encontros múltiplos – entre memórias/tradições locais e novidades relativas aos percursos juvenis dos seus realizadores. Uma análise cruzada de reportagens do *Fala Roça* e de dois antigos periódicos locais (*Tagarela* e *Rocinha Notícias*) permitiu notar conexões com antigos saberes da favela; por outro lado, incorpora elementos das biografias dos integrantes, como o acesso ao ensino superior e escolhas profissionais relacionadas à Comunicação Social. Este estudo de caso evidenciou, ainda, cenários sociais que tiveram efeito sobre a trajetória do jornal, como políticas estatais para jovens e relativas à segurança pública – especialmente, as Unidades de Polícia Pacificadora. Autodefinida como “comunicação comunitária”, “de favela”, dentre outras expressões, a experiência do *Fala Roça* escapa a predefinições conceituais acerca destas práticas, estabelecendo um discurso híbrido. Com base na contribuição teórica de Michel Foucault sobre discurso, são analisadas tensões relativas a este processo comunicativo, como a militarização da favela e a gramática do empreendedorismo. A metodologia do estudo abrangeu trabalho de campo etnográfico, entrevistas de história de vida, análise documental, fotografia como instrumento de pesquisa e cartografia social.

Palavras-chave: Comunicação comunitária. Jornalismo. Favelas. Rocinha. Juventude. Discurso

ABSTRACT

FARIA, Cristina Pedroza de. *The city through the pages of the newspaper Fala Roça: about making communication “from the favela” and ways of being young in Rocinha*. 365 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This thesis is an ethnographic study on the social communication process of the newspaper *Fala Roça*, an information vehicle created by young residents of Rocinha, a well-known favela in the southern part of the city of Rio de Janeiro. Founded in 2012, as part of the activities of a social project, the newspaper remains active, circulating in print and online; it was formalized as a communication association and operates in the interfaces between professional journalism and community activities. Its goals are linked to the right to communication, to speak for "the residents" and "from the favela to the world". Collaboratively, the study followed this media between 2014 and 2018, focusing on the analysis of the printed version and the points of view of its communicators. The main objective was to get to know how *Fala Roça* builds its specific way of communicating and appropriates the so-called community communication, in the context of the growing media production coming from the favelas and outskirts of the city. Among the singularities of the vehicle, we highlight its constitution as a place of multiple encounters - between local memories/traditions and new features concerning youth pathways of its creators. A cross analysis of reports from *Fala Roça* and two old local periodicals (*Tagarela* and *Rocinha Notícias*) allowed us to notice connections with old favela knowledge; on the other hand, it incorporates elements from the biographies of the members, such as access to higher education and professional choices related to Social Communication. This case study also highlighted social scenarios that had an effect on the trajectory of the newspaper, such as state policies for young people and policies related to public security - especially the Pacifying Police Units. Self-defined as "community communication", "favela communication", among other expressions, the experience of *Fala Roça* escapes conceptual predefinitions about these practices, establishing a hybrid discourse. Based on Michel Foucault's theoretical contribution on discourse, we analyze tensions related to this communicative process, such as the militarization of the favela and the grammar of entrepreneurship. The methodology of the study encompassed ethnographic fieldwork, life history interviews, documentary analysis, photography as a research tool, and social cartography.

Keywords: Community communication. Journalism. Favelas. Rocinha. Youth. Discourse.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Cena da distribuição do jornal <i>Fala Roça</i>	54
Diagrama 1 – Fotografias comentadas da distribuição da 3ª edição do <i>Fala Roça</i>	76
Diagrama 2 - Fotografias comentadas da distribuição da 5ª edição do <i>Fala Roça</i>	77
Diagrama 3 - Fotografias comentadas da distribuição da 5ª edição do <i>Fala Roça</i>	78
Diagrama 4 - Fotografias comentadas da distribuição da 6ª edição do <i>Fala Roça</i>	79
Diagrama 5 - Fotografias comentadas da distribuição da 7ª edição do <i>Fala Roça</i>	80
Diagrama 6 - Fotografias comentadas da distribuição da 7ª edição do <i>Fala Roça</i>	81
Fotografia 2 - Cena da distribuição do jornal <i>Fala Roça</i>	84
Fotografia 3 - Cena da distribuição do jornal <i>Fala Roça</i>	133
Fotografia 4 - Cena da distribuição do jornal <i>Fala Roça</i>	161
Fotografia 5 - Cena da distribuição do jornal <i>Fala Roça</i>	198
Fotografia 6 - Cena da distribuição do jornal <i>Fala Roça</i>	239
Conjunto de fotografias - Cenas da distribuição do jornal <i>Fala Roça</i> (2014 a 2016)..	267
Fotografia 7 - Cena da distribuição do jornal <i>Fala Roça</i>	285

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Editorias do jornal <i>Fala Roça</i>	178
Quadro 2 - Colunas e outras seções do jornal <i>Fala Roça</i>	179
Quadro 3 - Cronologia (em construção): Rocinha e jornal <i>Fala Roça</i> (2012-2018)	185
Quadro 4 - Manchetes do jornal <i>Fala Roça</i> (capas)	188
Quadro 5 - Manchetes de capa do jornal <i>Fala Roça</i> , por recorte temático	189
Quadro 6 - Conteúdo publicado no jornal, por recorte temático.....	191

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página do <i>Fala Roça</i> na rede social Facebook.....	82
Figura 2 - Jornal <i>Fala Roça</i> impresso, 6ª edição	82
Figura 3 - Jornal <i>Fala Roça</i> impresso,7ª edição.....	83
Figura 4 - Capas do jornal <i>Fala Roça</i> impresso	186
Figura 5 - Capas do jornal <i>Fala Roça</i> impresso	187
Figura 6 - Reportagem principal da 1ª edição do <i>Fala Roça</i>	211
Figura 7 - Reportagem principal da 2ª edição do <i>Fala Roça</i>	225
Figura 8 - Reportagem principal da 3ª edição do <i>Fala Roça</i>	234
Figura 9 - Reportagem principal da 3ª edição do <i>Fala Roça</i>	235
Figura 10 - Reportagem principal da 4ª edição do <i>Fala Roça</i>	244
Figura 11 - Reportagem principal da 5ª edição do <i>Fala Roça</i>	247
Figura 12 - Reportagem principal da 6ª edição do <i>Fala Roça</i>	252
Figura 13 - Reportagem principal da 7ª edição do <i>Fala Roça</i>	255
Figura 14 - Reportagem principal da 8ª edição do <i>Fala Roça</i>	260
Figura 15- Trajetos do jornal <i>Fala Roça</i> na região da Rocinha	283
Figura 16 - Trajetos do jornal <i>Fala Roça</i> na região da Rocinha (detalhe)	284
Figura 17 - Capa do jornal <i>Extra</i> , publicada em 16/08/2017	361
Figura 18 - Matéria do jornal <i>Fala Roça</i>	362
Figura 19 - Matéria do jornal <i>Fala Roça</i>	363

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARJ	Agência de Redes para Juventude
ARR	A Rocinha Resiste
ASPA	Associação Social Padre Anchieta
BPR	Biblioteca Parque da Rocinha/C4
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CIEP	Centros Integrados de Educação Pública
Faetec	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FR	Jornal <i>Fala Roça</i>
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Laboep	Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural (Universidade Federal Fluminense)
MB	Megabyte
MSMHR	Museu Sankofa Memória e História da Rocinha
ONG	Organização não governamental
PAC-Favelas	Programa de Aceleração do Crescimento, setor voltado para favelas
PPCIS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
PUC	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)
RN	Jornal <i>Rocinha Notícias</i>
RSF	Rocinha Sem Fronteiras
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPMMR	União Pró Melhoramentos dos Moradores da Rocinha: uma das principais associações de moradores da favela da Rocinha
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 SOBRE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS COMBINADOS E ETNOGRAFIA	54
1.1 Tudo já estava lá (antes de se tornar campo de pesquisa).....	56
1.2 Entrevistas e análise documental	60
1.3 Etnografia e ponto de vista situado	63
1.4 Sobre o uso da fotografia como instrumento de pesquisa	69
1.4.1 <u>Conjuntos de fotografias comentadas</u>	74
1.4.2 <u>Fotografias apropriadas e representações compartilhadas</u>	82
2 JOVENS JORNALISTAS/COMUNICADORES QUE DÃO VIDA E CARA AO FALA ROÇA	84
2.1 Sobre percursos biográficos, juventudes e história de vida	86
2.2 Elementos autobiográficos: os comunicadores por eles mesmos	93
2.2.1 <u>Michel Silva</u>	93
2.2.2 <u>Beatriz Calado</u>	107
2.2.3 <u>Michele Silva</u>	120
3 NASCE UM JORNAL NA ROCINHA: circuitos entre sonhos e sobrevivências	133
3.1 <i>Jornal Fala Roça</i> : antecedentes	135
3.2 Jornal em tempos de UPP	138
3.3 Jornal (impresso) em tempos de internet	141
3.4 Jornal em tempos de projetos para jovens	147
3.5 Sobre interações e brechas	155
4 NAS PÁGINAS DO FALA ROÇA: “UM JORNAL ARRETADO”	161
4.1 Por dentro do jornal impresso.....	162
4.1.1 <u>Linha editorial e objetivos</u>	164
4.1.2 <u>Autorrepresentações (“quem somos”, título, editoriais)</u>	166
4.2 Editoriais, colunas e outras seções	176
4.3 Representações da Rocinha, em capas e páginas internas: “problemas sociais” coletivos e histórias individuais de superação.....	182
4.3.1 <u>Capas: “Problemas sociais”</u>	183

4.3.2	<u>Páginas internas: histórias de moradores</u>	191
5	“ROCINHA NO AR”: ENCONTROS ENTRE TRADIÇÕES E NOVIDADES NAS REPORTAGENS DO JORNAL <i>FALA ROÇA</i>	197
5.1	Mídias da Rocinha: panorama exploratório	203
5.2	Jornais <i>Tagarela</i> e <i>Rocinha Notícias</i>: breves perfis	205
5.3	<i>Fala Roça</i>, <i>Rocinha Notícias</i> e <i>Tagarela</i>: jornais e tempos diferentes, temas recorrentes	210
6	VOZES A PARTIR DA ROCINHA E DISTRIBUIÇÃO DO <i>FALA ROÇA</i>	267
6.1	Visões e vozes sobre comunicação a partir da Rocinha	269
6.1.1	<u>Comunicação comunitária, popular ou alternativa, na visão dos comunicadores do <i>Fala Roça</i>: a heterogeneidade da construção, em processo, dos “nós” e “eles”</u>	269
6.1.2	<u>Encontro do <i>Rocinha Sem Fronteiras</i> discute comunicação comunitária</u>	272
6.2	Distribuição: o jornal na mão do morador e a mediação intergeracional	276
6.2.1	<u>Diários de campo: primeiro e último acompanhamento da distribuição</u>	278
6.3	Mapa da Rocinha: esboço de cartografia a partir de trajetos do <i>Fala Roça</i>	282
7	ARENAS DO DISCURSO: COMUNICANDO ENTRE TENSÕES, DISPUTAS DE PODER, SOBREVIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS	285
7.1	Aportes teóricos e metodológicos para pensar tensões: Análise do Discurso e Michel Foucault	287
7.2	[Tensão 1] Representações sobre formas de comunicação realizadas no cotidiano das favelas: olhares acadêmicos e perspectivas de comunicadores/as locais	291
7.2.1	<u>Perspectivas de comunicadoras-jornalistas/pesquisadoras “crias da favela” sobre comunicação comunitária na Maré</u>	293
7.2.2	<u>Perspectivas da literatura acadêmica sobre comunicação comunitária, popular e alternativa: breves considerações teóricas em diálogo com o tema dos movimentos sociais</u>	294
7.3	[Tensões 2] Mídias “de favelas”: existir ainda é resistir aos discursos de estereótipos sobre favelas	301
7.4	[Tensões 3] Sobre militarização, silenciamentos, censura, notícias “boas” e “ruins” no percurso do jornal	311

7.5	[Tensões 4] Efeitos de políticas públicas e projetos sociais para jovens de favelas nos caminhos do <i>Fala Roça</i>	317
	CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A HISTÓRIA CONTINUA.....	329
	REFERÊNCIAS	333
	ANEXO A - Mídias da Rocinha: mapeamento em construção.....	341
	ANEXO B - Jornal <i>Rocinha Notícias</i>: cadastro	344
	ANEXO C - Jornal <i>Tagarela</i>: cadastro.....	346
	ANEXO D - Jornal <i>Rocinha Notícias</i>: manchetes das capas.....	347
	ANEXO E - Jornal <i>Fala Roça</i>: seções e editorias.....	351
	ANEXO F - Comunicação comunitária, popular e alternativa: um levantamento bibliográfico.....	354
	ANEXO G - Entrevistas realizadas na pesquisa.....	356
	ANEXO H - Jornal <i>Extra</i>: lançamento da editoria “Guerra”	360
	ANEXO I - Jornal <i>Fala Roça</i>: histórias de moradores (reproduções).....	362
	ANEXO J - Uso de fotografias na pesquisa: temas comentados	364

INTRODUÇÃO

Éramos catorze. Havia no ar um misto de satisfação e ansiedade enquanto o grupo se organizava para distribuir a oitava edição impressa do jornal *Fala Roça* pela Rocinha, conhecida favela da cidade do Rio de Janeiro. O ponto de encontro foi na Dioneia (uma das cerca de 20 localidades internas do morro, próxima da sua parte alta), no espaço cedido por uma ONG para duas oficinas de comunicação comunitária realizadas pelos jovens integrantes do jornal naquele ano de 2016. As Olimpíadas, evento sediado no Rio no mesmo ano, com grande repercussão na mídia regional, nacional e internacional, foram o tema principal do tabloide prestes a ganhar as ruas da Rocinha no mês seguinte à sua realização (agosto). E, nestas páginas, os pontos de vista vinham da favela. A equipe reduzida de produção da mídia (então com cinco integrantes fixos)¹ também entregava os exemplares aos moradores, quando possível, contando com ajudantes. Na ocasião, ganhou reforço de dez participantes das oficinas de comunicação (moças e rapazes, entre 15 e 29 anos), animados em contribuir com a distribuição do periódico, já que muitos tinham colaborado com matérias publicadas na edição que carregavam nas mãos. Na capa, flutuava a manchete sobre a fotografia da favela vista do seu interior, no centro da página: “O que a Olimpíada deixou para o Rio e a Rocinha? Veja a opinião de moradores”. Entregá-la nas mãos de outros moradores seria, além da chance de experimentar práticas de comunicação que conheceram nas aulas com o *Fala Roça*, a concretização do encontro com (possíveis) leitores para quem imaginaram ter escrito. Ou seja, poderiam estreitar laços/relações com pessoas e regiões da favela, mais ou menos conhecidos, em um contexto de proximidades, mas também de relativos distanciamentos e diversidades ocasionados por fatores sociais econômicas e culturais que vêm impactando a vida local, por exemplo, por meio das políticas públicas que por lá chegam ou deixam de chegar.

Conduziam a atividade dois irmãos que atuavam no *Fala Roça* (um casal de idades entre 23 e 25 anos), além do seu pai, também a postos para a tarefa de escoar a tiragem de 5 mil exemplares. A décima quarta pessoa, eu, ia com a câmera fotográfica registrando a entrega do jornal durante aquela tarde quente de sábado e, sempre que necessário, ajudando a carregar um fardo de jornais. Aquelas ocasiões de distribuição tinham sido também os momentos em que

¹ Naquele momento, o Jornal *Fala Roça* tinha cinco integrantes fixos, dos quais três jovens eram responsáveis pela produção de conteúdo (Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva) e duas desempenhavam atividades de cunho mais operacional e administrativo (Monique Silva e Tainara Lima). O grupo é apresentado em maiores detalhes ao longo da tese – mediante consentimento para citar seus nomes.

passei a conhecer melhor o grupo que dava vida àquele meio de comunicação da Rocinha, trocando ideias ao longo das caminhadas de entrega. As fotografias, feitas de forma consentida e cedidas ao jornal, foram, em certo sentido, intermediando nossa relação. Desde março de 2014, eu acompanhava as andanças dos comunicadores e comunicadoras do *Fala Roça* levando, favela a dentro, o impresso que eles mesmos faziam, do início ao fim: da escolha das matérias à entrega aos moradores. A ideia do veículo nasceu em 2012, voltada sobretudo para a produção de um jornal em papel. No ano seguinte, a primeira edição foi lançada e, com ela, foram sendo incorporados novos hábitos e trajetos nas vidas dos jovens realizadores, pois passaram a subir e descer os caminhos íngremes (nem sempre conhecidos) do morro onde nasceram e cresceram com uma nova motivação: descobrir os melhores “jeitos” de cativar seus leitores para com eles compartilharem suas visões de mundo e do cotidiano em que viviam. A edição entregue naquela tarde ensolarada de agosto de 2016 foi a última publicada pelo *Fala Roça* em suporte impresso (até o término da escrita desse trabalho). Mas a sua história continua: no momento em que escrevo, o jornal prossegue na internet, com *site* e perfis nas principais redes sociais *on-line*, inventando novas formas de existir, circular e resistir nos tempos da pandemia do Corona vírus.

Inícios ou sobre objeto e objetivos do estudo

A situação descrita anteriormente faz parte dos registros do trabalho de campo da pesquisa que realizei, entre 2014 e 2018, na Rocinha. Lá trabalhava (no projeto Regiões Narrativas, realizado na Biblioteca Parque da Rocinha)² e passei a pesquisar ao ser aprovada para iniciar o curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2015. Portanto, a pesquisa que dá origem à presente tese aconteceu num momento entre relações já existentes naquele espaço e outras que foram se formando e seguindo adiante – é o que busco, de certa forma, representar ao iniciar este texto, de maneira não convencional, com um trecho do diário de campo do dia 03 de setembro de 2016 (sobre um dia de entrega da oitava edição, cujos desdobramentos são retomados no capítulo 6). Ou seja, na narrativa que se inicia, o ponto de partida é na Rocinha.

O presente trabalho tem como objeto de estudo o processo social de comunicação desenvolvido pelo (e no entorno do) jornal *Fala Roça*, meio de informação criado por jovens

2 Conheci a Rocinha e outras favelas do Rio de Janeiro em 2001, no início da vida profissional, trabalhando com comunicação e fotografia. Explico melhor este percurso no capítulo 2, ao situar minha trajetória e o lugar de onde parto para escrever a tese. Em 2014, voltei a trabalhar na Rocinha, participando da coordenação do projeto Regiões Narrativas, realizado pela Organização O Instituto – projetos e pesquisa. Nele, três oficinas gratuitas - de fotografia, vídeo e animação - visavam contribuir para que os moradores criassem narrativas de si e sobre suas visões de mundo, a partir do aprendizado de linguagens da comunicação.

moradores dessa favela, no início da segunda década dos anos 2000. O jornal nasceu, em 2012, voltado principalmente para o formato impresso e, em seguida, ganhou plataformas na internet (*website* e páginas nas principais redes sociais *on-line*)³. Do ponto de vista dos jovens moradores da Rocinha que o criaram foi “Um sonho que tomou forma”⁴, conforme o título do texto que o apresenta em sua primeira edição. E para dar continuidade a este sonho, era preciso também transpor desafios de sobrevivência ao criar a própria forma de comunicar. Dentre as muitas questões que se colocavam para os participantes estava encontrar formas de conciliar projetos de vida e maneiras de viabilizar o jornal. As edições do *Fala Roça* em papel circularam entre os anos de 2013 e 2016, quando havia na Rocinha, considerada pelo Censo do IBGE de 2010 como a maior favela do país (em termos demográficos)⁵, ao menos 20 iniciativas locais de mídia em funcionamento (ver mapeamento exploratório de mídias da Rocinha no anexo A). Em 2016, a publicação impressa foi interrompida por diferentes razões, mas o veículo permaneceu ativo em suporte digital, com esforços constantes voltados para aprimorar suas plataformas *online*, prosseguindo no fluxo do seu processo comunicativo dinâmico, não cristalizado. Do ponto de vista dos estudos de antropologia da mídia, práticas de mídia não se separam da vida social, são “um aspecto da vida social contemporânea” (ASKEW, 2002, p. 10).

A exemplo da fotografia, que congela um fragmento visual, enquadrado entre múltiplas abordagens possíveis acerca das realidades do mundo, estabeleci coordenadas para delimitar o objeto conceitual desse estudo. Trata-se de um processo situado em espaço e tempo específicos: a favela da Rocinha – lugar de múltiplas conexões locais e supralocais – e o período entre os anos de 2012 e 2018 – abarcando desde a criação do projeto *Fala Roça* até a época aproximada em que seus realizadores decidem formalizá-la como uma associação de comunicação⁶.

3 Plataformas digitais do *Fala Roça* e seus endereços: website (www.falaroca.com) e perfis nas redes sociais Facebook (facebook.com/falaroca), Instagram (instagram.com/jornalfalaroca), Twitter (twitter.com/falaroca), YouTube (youtube.com/channel/UCZ7liaSkdswGRJPvxTGaJ-g).

4 Matéria “O sonho que tomou forma”, publicada na 1ª edição do Jornal *Fala Roça*, de maio de 2013. A autora é Michele Silva, publicitária, que participa do jornal desde a sua fase inicial. Nascida em 1989, morou na Rocinha a vida toda (até 2019). Durante o tempo da realização dessa pesquisa (2014-2018), dedicou-se a escrever matérias, além de atuar na coordenação do jornal, da mesma forma que o faziam os jovens Michel Silva (seu irmão) e Beatriz Calado – todos “crias” da Rocinha.

5 De acordo com fontes variadas da Rocinha, há discrepâncias entre os números de moradores registrados por fontes de dados oficiais e as projeções locais. Estas calculam algo em torno de 150 a 200 mil moradores. Segundo o Censo/2010 do IBGE, a Rocinha é o maior “aglomerado subnormal” do Brasil, com 69.161 habitantes. Já o Censo PAC Domiciliari (encomendado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro) contabilizou 98.319 residentes na mesma favela em 2009.

6 Não acompanhei detalhes sobre a criação da associação de comunicação vinculada ao *Fala Roça*, concretizada já no período final do tempo dessa pesquisa. Apenas notei que a ideia de formalizar o jornal como pessoa jurídica (“PJ”) foi se tornando frequente entre os participantes do *Fala Roça* na medida em que as atividades da mídia iam se consolidando, ocupando mais espaço nas vidas dos jovens e ser “PJ” é praticamente obrigatório para obtenção de recursos na área de comunicação. A decisão levou tempo para ser tomada por demandar um consenso coletivo, já que impactava nos rumos profissionais de todos. No *site* do jornal, a associação é descrita

Simultaneamente, tal processo faz parte de uma dinâmica em curso mais ampla, relativa a iniciativas de comunicação que surgem em diversas favelas⁷ e se reconhecem como pertencentes ao local. São práticas heterogêneas, assim como o são as próprias favelas e espaços de periferias da cidade do Rio de Janeiro, possuindo elementos de diferenciação e semelhanças. Constituir-se como voz de resistência, reivindicando direitos e melhores condições de vida, é um traço que perpassa muitas delas, embora se expresse de formas diferenciadas e possa se mesclar com outros aspectos e interesses pontuais. Neste trabalho, concentro-me no estudo de caso do processo do jornal *Fala Roça*, em que esta e outras dimensões discursivas se fizeram presentes.

De forma resumida, os objetivos propostos pelo *Fala Roça* se voltavam⁸ a fornecer informações sobre a Rocinha para a população da favela, a partir de visões de quem vive no lugar. Na sua primeira edição impressa, sua apresentação foi descrita da seguinte forma: “O FALA ROÇA é um jornal destinado aos moradores da Rocinha e feito por moradores da comunidade”. Outras características marcantes em suas páginas se voltavam para a valorização das tradições nordestinas no cotidiano local e do pertencimento ao espaço da favela. Costumes e tradições relacionados ao Nordeste historicamente se mesclaram ao ambiente urbano do Rio de Janeiro junto aos fluxos migratórios intensos das capitais e interiores daquela região para estados do Sul-Sudeste, ao longo do século passado – principalmente nos anos 1940 e 1950 (ABREU, 2013). mantendo-se ativos, embora com menos força, durante as décadas seguintes. As favelas vêm sendo destinos frequentes de quem faz os caminhos do êxodo rural. Na Rocinha, essas conexões se fazem presentes nas origens familiares de grande parte da população, incluindo as dos jovens criadores do *Fala Roça*. Já o pertencimento ao local de moradia se expressa, neste periódico, de diferentes formas, dentre elas, no uso da expressão comunicação comunitária⁹ para identificar suas práticas - esta forma de autodenominação será examinada ao longo da tese, principalmente à luz dos entendimentos oriundos do campo de pesquisa.

brevemente: “Atualmente, o Fala Roça é uma associação de comunicação” (<https://falaroca.com/nossa-historia/>)

7 Muitos autores vêm tratando do tema das iniciativas de comunicação realizadas em favelas do país, também designadas como meios de comunicação comunitária, popular, alternativa e outras denominações afins. A respeito, ver ANSEL e SILVA, 2012; CHAGAS, 2009; MARTINS, 2018; MOREL, 1985; PAIVA, 2007; PERUZZO, 2009; POLIVANOV, 2008; SILVA, 2008; SOUZA, 2018, entre outros.

8 Irei utilizar predominantemente os verbos no tempo passado para me referir a características do jornal estudado, uma vez que situo o seu processo de comunicação entre 2012 e 2018. Mas é importante notar que muitas dessas características continuam presentes no percurso desta mídia, pois permanece em atividade.

9 Voltarei a me reportar ao uso do termo comunicação comunitária mais adiante nesta introdução e em outras partes desta tese. Por ora, chamo atenção para o entendimento de se tratar de uma categoria de discurso coletivo, de uso cotidiano (portanto, contextual), que veio a se tornar também um conceito analítico, ao ser tomado como objeto de estudo em diferentes áreas de conhecimento acadêmico – conforme levantamento da literatura e de teses e dissertações sobre o tema realizado para esta pesquisa (ver Anexo A).

Produzido nessa favela da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, o *Fala Roça* foi iniciado por meio da participação de residentes locais, com idades entre 19 e 21 anos, nas atividades de um “projeto”/ “metodologia” voltado para jovens moradores de favelas e periferias - a Agência de Redes para Juventude¹⁰, realizada por meio de uma organização da sociedade civil chamada Avenida Brasil Instituto de Criatividade Social (tais organizações são conhecidas no senso comum como ONGs). Quatro pessoas (um rapaz e três moças) fizeram parte do grupo inicial e, posteriormente, a equipe passou por modificações, estabilizando-se com cinco jovens entre os anos de 2014 e 2018 (período da pesquisa de campo) – três responsáveis pela produção de conteúdo e duas concentradas em funções operacionais. Meu contato maior se deu junto aos três autores do conteúdo do jornal no período mencionado: Michel Silva, então estudante de jornalismo prestes a se formar, presente desde a fundação do veículo; Michele Silva, publicitária, que também participou durante toda a trajetória do FR, embora de forma diferenciada na fase inicial; e Beatriz Calado, jornalista, integrada à equipe entre o terceiro e quarto números do jornal¹¹. Michele e Michel são irmãos e conheceram Beatriz na época da fundação do jornal - nas atividades da mesma organização onde o jornal foi elaborado. Conforme detalharei ao longo da tese, Bia (como me acostumei a chamar), Michel e Michele se tornaram os principais interlocutores desta pesquisa: seus percursos biográficos (apresentados no capítulo 2) entrelaçam-se com os tempos do jornal e constituem parte importante da narrativa desse trabalho. Além deles, duas outras jovens faziam parte da equipe de apoio do jornal, no período mencionado: Monique Silva, formada em Gestão de Negócios (irmã de Michel e Michele) e Tainara Lima, estudante de Pedagogia (companheira de Michel). Durante os cerca de quatro anos da pesquisa de campo, estes cinco jovens aceitaram gentilmente a minha companhia em muitos momentos e situações envolvendo a produção, distribuição e circulação do *Fala Roça*.

O presente estudo se volta para o acompanhamento etnográfico do processo de feitura dessa mídia, com objetivo de conhecer os múltiplos aspectos que contribuíram para que

10 Neste trabalho, irei me referir à Agência de Redes para Juventude usando a sua abreviação publicamente conhecida “Agência de Redes” ou somente ARJ. A opção por adotar a expressão combinada metodologia/projeto (dispensando as aspas daqui em diante) para me referir a este programa de atividades voltado para jovens é abordada, mais detidamente, no capítulo 4. Por ora, vale dizer que essa iniciativa se apresenta como uma metodologia, conforme seu site na internet (<http://agenciarj.org/>), mas é também amplamente reconhecida como “projeto”, segundo textos de seus patrocinadores e coordenadores, incluindo o publicado na primeira edição impressa do jornal *Fala Roça*.

11 A etapa da criação do jornal é abordada no capítulo 4, onde são citados os participantes desta fase inicial – com base em textos publicados no próprio jornal, no “expediente” da mídia e nas narrativas dos jovens. A partir de agora, irei me referir aos integrantes do FR com quem tive mais contato durante a pesquisa por seus primeiros nomes (Beatriz, Michel, Michele, Monique e Tainara).

existisse em sua forma própria, com suas especificidades. Para tanto, optei por realizar um estudo de caso, buscando perceber como a comunicação amplamente conhecida como comunitária foi apropriada e produzida por este jornal, além dos sentidos que ela adquire para seus/suas comunicadores/as (há outras formas usadas para denominar iniciativas de comunicação localizadas em favelas, por seus realizadores, a exemplo de comunicação popular e alternativa – ver capítulos 6 e 7). Questões sobre as quais reflito são: como é construído o discurso dessa mídia e quais representações da Rocinha são predominantes nas edições impressas do jornal? Há efeitos do cotidiano da cidade sobre dinâmicas do jornal *Fala Roça*? Se sim, quais e de que forma? Como o estudo de caso do *Fala Roça* pode contribuir para o conhecimento sobre a comunicação comunitária – também chamada de popular, alternativa, “de favelas” etc – realizada, atualmente, em periferias e favelas do Rio de Janeiro?

A expressão comunicação “de favela” foi uma forma usada por um dos participantes deste jornal para se referir à prática de comunicação que compreendia realizar. Ao buscar explicá-la (o que considerou difícil resumir em algumas ocasiões), Michel a chamou também de jornalismo “de favela”, feito “no cotidiano” desses espaços. Mas o que é e como seria realizada esta prática, do ponto de vista dos integrantes dessa mídia? Estabelecer um contraponto em relação a definições de textos acadêmicos sobre comunicação comunitária foi a motivação inicial de Michel para utilizar o termo “de favela”. Retomarei esta discussão no decorrer da tese, mas aqui já se anuncia um dos pontos associados à representação desta prática, aos olhos de meus interlocutores: o direito de moradores locais construir suas narrativas sobre as favelas não só em suas mídias, mas em diferentes esferas do debate público, incluindo a produção de conhecimento sobre comunicação considerada comunitária nos espaços acadêmicos.

As concepções dos sujeitos de pesquisa sobre a sua forma de comunicar inspiraram a redefinição dos objetivos originalmente pensados¹² para o presente estudo, moldados durante a convivência com os jovens do jornal, pessoas e grupos de moradores da Rocinha que conheci na jornada da pesquisa e mesmo antes de iniciá-la¹³. A primeira mudança foi a concentração da

12 Em concordância com autores como Pierre Bourdieu, a definição do objeto de pesquisa, bem como dos seus objetivos, remete a uma dimensão processual. Ao enfatizar a importância de pensar relacionalmente (de forma contextualizada) aspectos teóricos e provenientes da aplicação de metodologias de pesquisa, Bourdieu assinala que “a construção do objeto [...] não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira do engenheiro [...]”(2004, p. 27).

13 Meu percurso profissional é explicitado no capítulo 1. Em resumo, atuei em atividades de mídia, pesquisa, desenvolvimento institucional, fotografia, etc em favelas do Rio. Conheci a Rocinha em 2001, como fotógrafa da ONG Viva Rio e editora de fotografia do portal Viva Favela (projeto da mesma instituição); mais

investigação apenas na Rocinha, após ter realizado pesquisa exploratória também no conjunto de favelas da Maré. Por conhecer meios de informação impressos em ambas regiões e estas se tratarem das áreas de favelas com grande concentração de meios de comunicação, conforme alguns levantamentos (ANSEL; SILVA, 2012), cogitei fazer um estudo comparativo entre jornais de favelas das zonas sul (Rocinha) e norte (Maré) da cidade. No entanto, meus contatos foram se estreitando com os comunicadores da Rocinha, onde eu então trabalhava. Além disso, a instalação das Forças Armadas na região da Maré em 2014, época inicial da minha pesquisa, gerou violações de direitos de moradores, censura a veículos de informação locais (MARTINS, 2018) e contribuiu para a paralisação da produção do periódico que pretendia acompanhar. Outro ajuste foi em relação à proposta inicial de estudar representações sobre a cidade nos discursos dos dois jornais. Concentrar-me no processo de comunicação relativo ao *Fala Roça*, com objetivo de conhecer como se constituiu a sua forma específica de produzir informação, contemplava uma possibilidade maior de incluir as visões dos jovens sobre a própria prática, além de uma gama maior de situações presenciadas junto à equipe do jornal. Ou seja, ao me aproximar das atividades dos principais realizadores e do contexto da feitura dessa mídia, fui “sendo afetada”¹⁴ (FAVRET-SAADA, 2005) pelos encontros, acontecimentos, vivências, conquistas e dilemas que faziam parte da sua produção. De maneira a levar em conta o percurso etnográfico do trabalho de campo, voltei-me, não só para as representações mobilizadas pelo conteúdo do jornal, mas também para a percepção de um conjunto mais amplo de questões do cenário social urbano que o envolviam e, em alguma medida, materializavam-se em seu discurso. “Os meios de comunicação de massa e seus produtos são fundamentais para a compreensão dos fenômenos urbanos contemporâneos”, como aponta Isabel Travancas (2008, p.113). Mesmo não sendo meios “de massa”, veículos de comunicação oriundos de favelas podem ser igualmente importantes para pensar a realidade urbana contemporânea, como espero indicar a partir deste estudo.

Perceber a maneira como as vozes condensadas nesse periódico se colocavam no espaço público, de um ponto de vista micro, mais aproximado, implicou em conhecer dinâmicas sociais que se formaram em torno da construção das representações publicadas. Nesse sentido, coube pensar em quais aspectos foram abordados e quais não ganharam relevância, como foram escolhidas as pautas. Quais agentes sociais estiveram envolvidos na construção dos discursos

recentemente, em 2014, participei da coordenação do projeto Regiões Narrativas na Biblioteca Parque da Rocinha e desenvolvi relações profissionais e de amizade em todos esses locais.

¹⁴“Deixar-se afetar”, no campo de pesquisa, é uma noção abordada por Jannet Favret-Saada, sobre a qual me detenho adiante, ao discorrer sobre a metodologia da pesquisa.

veiculados e como textos e imagens foram produzidos? Abordo esses pontos nas reflexões sobre os diferentes itens que compõem a estrutura do jornal. Em outras palavras, busquei perceber como foram elaboradas essas construções discursivas em torno da favela da Rocinha na “cultura pública” local, ou seja, em concordância com Akhil Gupta, Stuart Hall e outros autores, pensando a cultura pública como “uma zona do debate cultural conduzida através da mídia de massa, outros modos mecânicos de reprodução e através das práticas visíveis de instituições como o Estado” (GUPTA, 2009:221). Antropólogo indiano, Gupta se insere na abordagem das perspectivas pós-coloniais (GUPTA, 2009)¹⁵. Sua pesquisa sobre a construção discursiva do Estado na cultura pública leva em conta a análise de jornais impressos locais, além de outras fontes de dados, por entendê-los como “textos culturais”, ou seja, ao serem produzidos por residentes, constituem uma forma de “conhecimento situado”. Dessa maneira, têm muito a oferecer “quando vistos como uma forma discursiva relevante através da qual a vida cotidiana é narrada e coletividades são imaginadas” (GUPTA, 2009, p. 222). Essa perspectiva parece útil para pensar manifestações de comunicação (nesse caso, jornalística) produzidas em favelas e periferias como lugares que concentram saberes, conhecimentos, representações, autorrepresentações, memórias coletivas, expressões subjetivas, entre outros aspectos relativos ao ambiente onde se inserem.

Entendo que a contribuição dessa tese esteja justamente em apreender os sentidos conferidos pelos jovens do jornal à sua própria forma de comunicar e, assim, chamar atenção para o que têm a dizer sobre si, sobre as favelas onde nasceram e cresceram e, ainda, para suas visões de mundo. Portanto, é fundamental escutá-los e, dessa forma, dialogar com debates já existentes acerca da produção de informação a partir de espaços de favelas. Produção esta que corresponde a um direito formalmente reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁶, mas cuja efetividade não se exerce de forma fácil nem isolada: está atrelada ao conjunto dos outros direitos fundamentais, além de ser um meio importante para reivindicá-los,

15 Os estudos pós-coloniais, em linhas gerais, podem ser entendidos como um campo heterogêneo de pensamentos que foi se construindo a partir de meados da década de 1980, principalmente no mundo acadêmico dos Estados Unidos e Europa. Por um lado, demanda análise crítica do discurso colonial predominante em grande parte das disciplinas acadêmicas, e, por outro, concentra-se em processos de hibridização, negociação e resistência que vêm sendo levados a cabo em contextos de colonialismo (MEZZADRA, Sandro et al. *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de sueños, 2008).

16 Trecho do Artigo 19º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-19-direito-a-liberdade-de-opiniao-e-expressao/>. Acesso: em agosto/2020.

conforme vêm chamando atenção jornalistas/comunicadores¹⁷ oriundos de favelas e periferias de todo o país, há tempos, além de outros atores sociais diversos.

Quanto à metodologia da pesquisa, dela fizeram parte alguns procedimentos qualitativos combinados de coleta de dados: diferentes modalidades de entrevistas (dentre as principais, a de história de vida); análise documental das edições impressas do *Fala Roça* e, em menor profundidade, de outros dois jornais impressos que circularam na Rocinha em diferentes tempos (*Tagarela* e *Rocinha Notícias*); trabalho de campo etnográfico, o uso da fotografia como instrumento de pesquisa e uso da cartografia social para iniciar a construção de mapa da Rocinha relacionado ao trajeto da distribuição do jornal. Conforme explicito no capítulo 1, os entendimentos adotados sobre a prática etnográfica passam por dois pontos principais: as reflexões críticas que vêm sendo feitas sobre a atividade no âmbito da antropologia (CLIFFORD e MARCUS, 2016) e a percepção de se tratar de um campo de elaborações e reflexões teóricas mais do que apenas um método de pesquisa (PEIRANO, 2014). No que se refere à parte do conteúdo do *Fala Roça*, concentrei-me sobretudo na análise das edições do suporte impresso do jornal, publicadas entre maio de 2013 e agosto de 2016. Acompanhei atividades relacionadas às etapas de produção e distribuição/circulação, deixando em segundo plano a dimensão da recepção (mencionada apenas pontualmente), já que uma reflexão mais aprofundada sobre as reações do público que acessava a mídia demandaria outros esforços de coleta de dados, difíceis de incluir no tempo deste trabalho.

Outro aspecto que merece cada vez mais atenção é quanto à realização de pesquisas em favelas, ou nos chamados espaços populares da cidade, face às responsabilidades do mundo acadêmico. Há diferentes dimensões dessa questão, das quais trato no capítulo 2, atendo-me especialmente a duas: a dimensão político-epistemológica da representação destes lugares heterogêneos, constituídos por uma multiplicidade de situações sociais/culturais; a outra diz respeito a contribuições dos pesquisadores para as realidades desses lugares. Neste último caso, relaciona-se ao compromisso com retornos de resultados ou materiais relativos à pesquisa para a população ou grupos implicados nos estudos. Uma das formas de contribuição foi o compartilhamento de fotografias que felizmente ganharam utilidade para o *Fala Roça*, além da digitalização de outro jornal consultado. Quanto à primeira dimensão mencionada, restrinjo-me

17 As denominações comunicadores/as e jornalistas são, atualmente, usadas por pessoas que trabalham com a produção de informação em favelas da cidade para se autodefinirem. Há que se notar, contudo, que seus usos variam de acordo com contextos específicos. Em tempos recentes, venho notando maior apropriação do termo “jornalista” por moradores de favelas (abordo este tema no capítulo 2). Por ora, registro que houve oscilações no campo de pesquisa quanto ao uso desses termos, entre meus interlocutores, o que também se refletiu neste trabalho, sob a forma de alternâncias no uso dessas palavras para designar os jovens do *Fala Roça*.

às ciências sociais, que vêm incorporando reflexões autocríticas no sentido de reconhecer (e dialogar com) saberes produzidos localmente por sujeitos de direitos inseridos nas condições e lugares sociais enfocadas nos estudos. Assumir o ponto de vista situado do/a pesquisador/a, do qual fazem parte marcadores identitários e sociais, dentre outros, permite também explicitar a existência de diferentes perspectivas sobre as realidades sociais estudadas, que respondem a relações de poder e a experiências diversificadas de viver e estar no mundo (CLIFFORD, 2002, p. 21). Tais experiências influenciam, por exemplo, em situações concretas de interação nas pesquisas, a partir das quais os dados são produzidos. Este pensamento ganhou relevo mais recentemente como parte do ponto de vista feminista sobre o conhecimento científico (HARAWAY, 1995; CABRAL, 2006; MEDEIROS, 2017) e, aqui, inspira o reconhecimento do meu lugar e o respeito aos lugares de fala dos interlocutores da pesquisa. Diferenças como as de geração e local de moradia se refletem em maneiras diversas de olhar e representar as formas de vida na cidade.

A opção pela realização de um estudo de caso implicou na consideração de características próprias a esse tipo de investigação. Howard Becker menciona que tais características têm, em geral, o propósito duplo de “chegar a uma compreensão abrangente” no âmbito do grupo estudado e tentar desenvolver reflexões teóricas mais gerais “sobre regularidades do processo e estruturas sociais” (1999, p. 118). Se, por um lado, o/a pesquisador/a está diante de uma grande variedade de situações observadas, que devem ser incorporadas aos seus relatos, por outro, ele/ela deve se concentrar em poucos problemas que lhe parecem ser mais significativos em relação à situação estudada. Sendo assim, optei por considerar como objetivos específicos deste trabalho a abordagem de alguns debates e tensões que pude perceber no campo de pesquisa, junto às atividades do *Fala Roça* e à interação no dia a dia da favela. Como critério de escolha, decidi abordar temas que permitissem conectar os níveis das ações cotidianas e trajetórias individuais com contextos urbanos mais amplos da cidade e do país. Seguem os que busquei contemplar, iluminados pelo estudo de caso do jornal *Fala Roça*: efeitos de políticas públicas para favelas (referentes a segurança, cultura e juventude) em relação ao percurso dessa mídia; concepções dos comunicadores sobre notícia “boa” ou “ruim”; a vocalização da defesa por direitos, em conexão com as dimensões da censura e autocensura; entender como se deram as relações entre a manutenção do projeto do jornal e os imperativos de sobrevivência dos seus jovens integrantes, em conexão com análises sobre a “urbanização neoliberal” da cidade do Rio de Janeiro (SANTOS JUNIOR; NOVAES, 2018, p. 17).

Esse contexto, aos poucos, foi demonstrando que o estudo de caso sobre o processo de comunicação do *Fala Roça* poderia abrir janelas para evidenciar entrecruzamentos de circunstâncias que contribuíram para a sua existência. Entre eles, está a construção de caminhos por meio dos quais jovens adultos, então com vinte e poucos anos, interessaram-se pela produção de um informativo impresso (conectado a plataformas digitais) na favela onde moram, em meio a decisões sobre seus projetos de vida, à elaboração de suas visões de mundo, dos espaços de subjetividade desenvolvidos e de suas expectativas profissionais. Conforme mencionado, todos/as fazem parte da primeira geração de suas famílias que acessou a universidade, em contraste com a dos pais ou avós (i)migrantes que vieram para a favela, não raro, em busca de um “eldorado” – conforme lembrou Michele –, e tinham entre suas preocupações centrais garantir os estudos dos filhos¹⁸. Para abarcar algumas dessas circunstâncias e suas interseções, busco olhar também para eventos da conjuntura sociopolítica, de nível nacional e regional ocorridos no período de existência do jornal, afetando o dia a dia das relações sociais na favela, com as quais os comunicadores tiveram que lidar. Entre as situações e eventos considerados, estão a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora na Rocinha em setembro de 2012; o desaparecimento do morador Amarildo Dias de Souza, em 2013, após ser levado por policiais da mesma UPP; as manifestações de 2013 que tomaram as ruas do país, muitas delas incorporando o grito “Cadê o Amarildo” como símbolo de protesto contra a violência policial; os megaeventos Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; os processos eleitorais de 2014 a 2018 e, finalmente, a Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro, resultando na exacerbação do processo de militarização na favela da Rocinha, transformada em “vitrine” da atuação de forças policiais no estado.

Embora o atual estudo não pretenda fazer generalizações, pode jogar luz sobre a compreensão dessas dinâmicas contemporâneas da cidade por meio de “pistas” deixadas pelas experiências de novas gerações (a partir de suas próprias perspectivas). Conforme Telles, “ao perseguir os trajetos e percursos dos mais jovens, desenha-se um outro perfil da cidade” (2010, p. 118). Como mencionado, o percurso do *Fala Roça*, do qual fazem parte as trajetórias de Michele, Michel e Beatriz, foi atravessado por circunstâncias que se tornaram constitutivas das mediações e sociabilidades por trás das páginas do jornal. Um dos eixos que pode ser pensado

18 Sobre a importância de estudar nas vidas de Michel, Michele e Beatriz: “Os meus pais sempre diziam: ‘Pobre não tem nada, então você tem que priorizar a educação’. Foi isso que meus pais fizeram” (Beatriz, história de vida, em 05/11/2016); “Eu falava: ‘vocês vão estudar e um dia vocês vão se formar’. E elas corriam atrás também, eram muito esforçadas, não paravam, tinham muita vontade. [...] Eu falava pra eles ‘não quero que vocês cresçam como eu cresci; nesse mundo de hoje, vocês vão crescer diferente, com uma educação diferente, uma vida diferente, com estudo’. A gente conscientizava muito” (Dona Josita, mãe de Michel, Michele e Monique, história de vida de Michel Silva, em 06/02/2017).

a partir daí é o da coexistência de duas situações ensejadas pelo processo do jornal, que refletem dilemas já conhecidos, porém, este estudo pode permitir perceber como se concretizam na vida contemporânea da cidade e, especialmente, da favela da Rocinha, no âmbito deste estudo. De um lado, estaria a perspectiva afirmada pelo jornal de contribuir para as lutas em favor dos direitos dos moradores, expressa tanto no título do jornal quanto em textos nele publicados, fazendo alusão a ter voz e direitos¹⁹. A valorização dessas lutas é também um ponto em comum nas entrevistas de história de vida dos três participantes do jornal. Por outro lado, a dimensão do trabalho, “estruturante da vida social” (TELLES, 2010), também se colocava de forma premente na vida do rapaz e das duas moças envolvidos de forma mais duradoura com o periódico – além de produzi-lo, em paralelo, necessitavam encontrar meios para o seu sustento. Nesse caso, uma opção seria contar com formas de remuneração por meio do jornal, o que não havia até o momento e a mídia passou a ocupar um tempo considerável nas suas rotinas de vida. Porém, seria necessário considerar o caminho da formalização jurídica, decisão que implicaria em mudanças nos rumos profissionais de todos.

Vale salientar que a cidade do Rio de Janeiro passava por tempos de reestruturação produtiva, desde ao menos os anos 1990, experimentando seus efeitos excludentes, por exemplo, no mundo do trabalho – sob as formas de ocupações profissionais intermitentes, precárias, do crescimento da economia de serviços, etc (TELLES, 2010; OLIVEIRA, 2003). Portanto, esses três jovens nasceram e ingressaram no mercado de trabalho (entre início e meados dos anos 2010) já nessas condições, intercalando estágios, trabalhos temporários e outras ocupações, com períodos de desocupação. Em meio aos estudos ou logo depois de finalizarem a graduação, faziam os primeiros estágios na área de comunicação, trabalhavam em projetos de ONGs, em instituições com ou sem fins lucrativos, *startups*²⁰, além de fazerem serviços “frilas” (temporários). Simultaneamente, esses foram também os tempos de preparação da cidade e do país para os megaeventos esportivos, entre os quais se destacaram a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. De acordo com Orlando Santos Junior e Patrícia Ramos Novaes (2018, p.17), há fortes indícios da vinculação entre esses eventos e “profundas mudanças na reestruturação urbana da cidade”. Pensando com autores acima, tais mudanças se

19 Em, pelo menos, 6 das 8 edições lançadas pelo Jornal *Fala Roça*, as manchetes de capa abordaram assuntos relacionados à infraestrutura da Rocinha: transporte – edições 1 e 2; segurança pública – edição 3; custo de vida – edição 4; lixo/saúde – edição 5 e o legado das Olimpíadas – edição 8. De forma mais, outras menos direta, os textos trazem demandas por melhorias nas condições de vida na favela e, conseqüentemente, podem ser entendidos como parte do contexto local de lutas por direitos.

20 O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) define *startup* como: “Um grupo de pessoas iniciando uma empresa, trabalhando com uma ideia diferente, escalável e em condições de extrema incerteza”. <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Busca?q=%20startup>. Acesso em: 16 out. 2019.

expressaram por meio de “ajustes espaciais” – conforme David Harvey (HARVEY, 2005) –, decorrentes da “crescente adoção do empreendedorismo urbano e da urbanização neoliberal na cidade do Rio de Janeiro” (SANTOS JUNIOR e NOVAES, 2018, p. 17), que apontaram “na direção do aprofundamento das desigualdades socioespaciais da cidade e para possíveis processos de gentrificação”. Nesse contexto, foram lançadas as oito edições do Jornal *Fala Roça* (entre 2013 e 2016), onde os temas da supervalorização de imóveis na Rocinha, de um casal de jovens “empreendedores”²¹ que decide abrir um negócio na favela após ficar desempregado e as opiniões de moradores sobre o legado deixado pelas Olimpíadas de 2016, por exemplo, foram abordados em suas manchetes de capa²².

Esses elementos abrem caminhos para pensar sobre aspectos mais específicos como a questão do que chamo de gramática do empreendedorismo, que perpassa ações e projetos sociais, sejam de cunho público, privado e/ou sem fins lucrativos, voltadas para juventudes de favelas. Conforme vêm salientando alguns/mas autores/as (TOMMASI, 2014, 2016, 2018; ROCHA, FREIRE-MEDEIROS, 2011; ROCHA, CARVALHO; 2018, LEITE, 2015, entre outros), na esteira das UPPs, tornou-se frequente um modelo de investimento nesses locais de criação e gestão de projetos, em escalas individualizadas, pautados na lógica do empreendedorismo como solução expressiva na vida dos jovens. É um tema complexo e, aqui, volto-me para uma abordagem a partir de efeitos no processo estudado. A questão da formalização do jornal, já mencionada, tornou-se uma preocupação significativa para os seus integrantes; por fim, decidiram se tornar uma associação de comunicação, pouco depois de finalizado o trabalho de campo desta pesquisa. Tal cenário fará parte da análise desenvolvida em outras partes desta tese, levando em conta também a existência de apropriações feitas pelos jovens destas iniciativas, ao seu modo (NOVAES, 2006; SOUZA, 2018; STROZENBERG, CONTINS, 2012).

No que diz respeito aos resultados deste estudo, circunstâncias sociais, culturais e políticas que contribuíram para a existência do *Fala Roça* foram se evidenciando. Ao

21 Jornal *Fala Roça*, edição 7, matéria “Casal abre empresa de bolos após perder o emprego e conquista clientela”.

22 Seguem as manchetes da versão impressa do Jornal *Fala Roça* e suas respectivas edições: n. 1: “Rocinha no ar. Comunidade da Rocinha se prepara para receber o seu teleférico”; n. 2: “Sem escolha. Prefeitura do Rio modifica trajeto de vans na Rocinha e Vidigal e ocasiona transtornos no cotidiano de usuários e moradores”; n. 3: “Cadê o Amarildo”; n. 4: “Supervalorização. O aumento do custo de vida na Rocinha”; n. 5: “Lixo acumulado a céu aberto pode causar doenças aos moradores. Casos mais comuns registrados são infecções de pele e hepatite A”; n. 6: “Rio antigo: a fazenda Quebra Cangalha e a origem da Rocinha. Barracos começam a subir o morro no início dos anos 50”; n. 7: “Casal abre empresa de bolos após perder o emprego e conquista clientela. Allan e Bárbara decidiram investir no ramo da alimentação vendendo bolos de pote”; n. 8: “O que a Olimpíada deixou para o Rio e a Rocinha? Veja a opinião de moradores”.

acompanhar o cotidiano desse meio de comunicação, notei a confluência de algumas delas, incluindo aspectos estruturantes do espaço da cidade, bem como das relações sociais nela estabelecidas. Em síntese, esse estudo aponta para a existência de novidades e tradições que dizem respeito a este processo comunicativo e podem nos ajudar a pensar sobre o meio urbano do Rio de Janeiro, onde ele se desenvolve. Sendo assim, a cidade não é tratada nesse estudo como mero pano de fundo, mas como parte constituinte do processo observado, seguindo no sentido do que Vera Telles se refere como “uma tese cara a toda uma linhagem de estudos urbanos” (2015, p. 20), que deve ser observada em formulações teóricas de pesquisas contemporâneas desta área. Ou seja, “a cidade não é apenas um contexto, uma arena em que os conflitos acontecem; é algo que está posto no próprio modo como seus espaços e estruturas são produzidos, geridos e agenciados” (*idem*). Quanto à dimensão de novidade concernente a este processo, é possível considerar como parte dela os percursos biográficos dos comunicadores - integrantes da primeira geração de universitários de suas famílias - e as formas de vivenciarem suas juventudes. Portanto, o processo objeto deste estudo é também composto por essas trajetórias/experiências urbanas²³, suas redes de relações e proximidades, ativismos políticos e imperativos de sobrevivência – elementos inspiradores de suas narrativas. A linguagem jornalística, apropriada nos seus próprios termos – relacionados à busca da profissionalização -, tornou-se a principal forma de autoexpressão e diálogo desses jovens, no espaço público, com as diferentes forças e atores sociais ao seu redor.

Por outro lado, o *Fala Roça*, assim como os outros meios de comunicação da Rocinha, faz parte de uma tradição discursiva local, composta por formatos diferentes de expressões culturais, como a letrada e a oral, cujos formatos específicos interferem na maneira como narram o cotidiano (por meio da música, da literatura, de cânticos religiosos etc). Todas elas constituem memórias de práticas, muitas vezes interligadas a estratégias de sobrevivência, a exemplo dos mutirões tão presentes nas histórias das favelas e nas memórias dos moradores. O *Fala Roça* é, ao mesmo tempo, expressão dessas tradições, atualizando heranças delas advindas, como lugar de novidades a partir do seu processo particular. Fizeram parte de uma tradição local letrada jornais locais já extintos como o *Tagarela* e o *Rocinha Notícias* que circularam, dentre vários outros veículos de informação produzidos na Rocinha²⁴, em formato impresso, na segunda metade dos anos 1970 e na primeira década dos anos 2000, respectivamente. Conforme já mencionado, a intenção de perceber o processo contemporâneo de comunicação aqui

23 A noção de trajetória será inspirada, neste trabalho, em autores como Pierre Bourdieu, Regina Novaes e Vera Telles.

24 Ver mapeamento de meios de comunicação da Rocinha, no Anexo B.

analisado de forma mais ampla me levou a estar atenta às mídias da Rocinha de forma geral. Uma confluência de circunstâncias (felizes) possibilitou um contato maior com materiais remanescentes dos dois informativos citados acima, cujos acervos foram gentilmente cedidos à consulta no âmbito desta pesquisa²⁵. Ambos desempenharam papéis relevantes, em seu tempo e à sua maneira, seja na mobilização de moradores por melhorias nas condições de vida, seja como mediadores para estimular a discussão sobre assuntos de interesse local no espaço público da favela. Esses e outros tantos veículos de comunicação fizeram parte da constituição histórica e cultural da favela, assim como os meios contemporâneos de informação hoje também contribuem para construção do seu cotidiano.

Assim, os meios impressos produzidos na Rocinha se situam em um universo maior das tradições discursivas letradas da favela, cuja relevância pode ser pensada com inspiração na noção de genealogia proposta por Michel Foucault (1979). Esta, de forma breve, diz respeito a abordar acontecimentos passados, mas partindo do que funciona no presente ou de temas e questionamentos atuais sobre os quais tenhamos intenção de pensar/agir hoje. Trata-se de um “modo de escrever a história como pergunta/problema” (...) “rompendo com uma história contínua, linear, teleológica, que buscava origens e semelhanças entre os objetos e as tentativas de estabelecer relações causais entre os acontecimentos” (LEMONS, JUNIOR, 2009, p. 353). Dessa forma, a intenção é trazer à tona saberes considerados submissos ou dominados, o “saber histórico da luta” (FOUCAULT, 1979, p. 96). A convivência com moradores, comunicadores, grupos e organizações da Rocinha em luta pela sobrevivência de suas histórias e memórias estimulou a busca por tornar esta pesquisa não só adequada às regras exigidas em termos estritamente acadêmicos, como também de utilidade para a população da favela. Nesse sentido, junto às reflexões aqui levantadas iniciei a construção de um mapeamento de veículos de comunicação da Rocinha (extintos e contemporâneos), incluído no anexo A desta tese²⁶. Além disso, desenvolvi um método para colocar em diálogo veículos de outrora que carregam registros da história da favela (ou saberes de lutas) e narrativas contemporâneas também feitas

25 A versão digitalizada do Jornal *Tagarela* foi cedida à consulta para esta tese pelo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha (museudarocinha.blogspot.com.br). O Museu é uma iniciativa de moradores da Rocinha voltada para a valorização e reconhecimento da história da favela, assim como para trabalhos e atividades a partir da sistematização de memórias locais. Quanto ao jornal *Rocinha Notícias*, os exemplares remanescentes, em papel, foram cedidos para consulta por Edu Casaes, repórter e um dos fundadores dessa mídia (junto com Carlos Costa e Déo Pessoa). Responsabilizei-me pela digitalização desse material, concluída em maio de 2020 e doada aos fundadores do RN.

26 Para esta pesquisa, realizei um mapeamento de mídias produzidas por moradores da Rocinha (grupos ou indivíduos), voltadas para comunicação em geral (com e sem fins lucrativos). Mesmo ainda em etapa exploratória, ajuda a registrar um campo expressivo de meios de comunicação oriundos dessa favela. De acordo com o levantamento, havia 21 mídias ativas entre 2014 e 2018 (ver Anexo B desta tese).

por moradores. Realizei uma análise documental das capas da versão impressa do *Fala Roça*, com ancoragem nos principais temas nelas abordados, e notei conexões ou contrastes destes em relação aos temas abordados nas capas dos jornais *Tagarela* e *Rocinha Notícias*, de importância reconhecida junto a moradores locais do seu tempo²⁷.

No contexto específico de circulação da mídia aqui enfocada, foi ganhando contorno um discurso que chamei de híbrido (visão compartilhada com as de comunicadores do FR), relativo ao conteúdo dos oito números impressos lançados entre 2013 e 2016 - os últimos quatro publicadas durante o tempo desta pesquisa. Tal ideia se relaciona a representações diferenciadas sobre a Rocinha abarcados nas edições impressas, bem como à adoção de uma linguagem jornalística cada vez mais qualificada e aos dilemas de lidar com riscos trazidos por posicionamentos declaradamente “ativistas” (ou “engajados”)²⁸ em causas políticas. Nesses anos iniciais do periódico, houve distintas fases, experimentações e situações vividas (abordados nos capítulos 3, 4 e 7), conectando-o às trajetórias dos comunicadores e à conjuntura do entorno. Ou seja, não se tratava de um produto homogêneo e acabado, mas dinâmico, passando por experimentações e sofrendo consequências por adotar alguns posicionamentos. Em resumo, a análise documental das edições impressas aponta para duas representações mais recorrentes da Rocinha em matérias das páginas do periódico: uma relacionada ao plano coletivo da população, outra a um universo mais individual relacionada a perfis de moradores. Na primeira, que ocupa mais as capas do jornal, estão presentes pautas abordando problemas crônicos de infraestrutura da favela - remetendo ao conjunto dos moradores e seus direitos; na segunda, as pautas abordam histórias, iniciativas e perfis de moradores, porém, frequentemente destacando a sua capacidade de superar as dificuldades. De um lado, há direitos coletivos desrespeitados, de outro, há moradores que conseguem superar todas as dificuldades. Trato dessa questão no capítulo 4.

Ao falar em discurso, aqui me refiro sobretudo à perspectiva teórica e metodológica da Análise de Discurso e à contribuição mais específica de Michel Foucault a esta linha de pensamento. Para Foucault, o discurso é composto por um conjunto de práticas (cotidianas), onde se inserem as expressões da linguagem, submetidas a procedimentos de controle e organização socialmente estabelecidos. Segundo este raciocínio, vincula-se a dinâmicas de

27 Importante esclarecer que as análises documentais dos jornais *Tagarela* e *Rocinha Notícias* foram apenas referentes às capas e não uma análise em profundidade de conteúdo destes veículos, o que fugiria ao foco proposto neste estudo.

28 Entre os meus interlocutores, os termos ativismo e engajamento eram mais utilizados do que militância; esses significados tinham variações, mas, em geral, se referiam a lutar por direitos. Abordo alguns dos significados ao longo da tese.

poder e desejo: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (1996, p. 10). O fato de mídias oriundas de favelas abordarem temas relativos a direitos não é novo, principalmente nos anos pós-internet, quando esses canais de informação e autorrepresentação se multiplicaram²⁹. Mas a relevância para as Ciências Sociais e a sociedade em geral está em compreender as trajetórias dos atores que os abordam, suas motivações, a maneira como este tema e outros afins são narrados, representações a eles associados e efeitos provocados. É também importante salientar que o universo das favelas é tratado pelos meios de comunicação mais influentes a partir de um enfoque, quase sempre homogêneo, que associa estes espaços a ideias pejorativas; assim, conhecer processos de comunicação realizados nesses espaços remete ao reconhecimento de outros olhares e epistemologias, necessários, sobre a cidade. Nesse caminho, compreender o que são consideradas notícias “boas” ou “ruins”, por exemplo, pode indicar circunstâncias próprias a cada contexto social e histórico. Foi nesse sentido que busquei transitar ao pensar sobre o processo de comunicação focado neste estudo. Ao invés de perceber características como dicotômicas ou contraditórias, busco tomá-las como faces de uma mesma realidade dentro da qual os jovens da Rocinha precisavam se movimentar. Para apreender esta dinâmica, tentei notar circunstâncias que provocaram alternâncias entre as abordagens mencionadas, mas principalmente invocar elos para além dos polos (como “dentro”/ “fora”, “boa”/ “ruim” etc) que podem suscitar.

Em termos conceituais, o tema deste estudo ultrapassa fronteiras de uma área única de conhecimento, dessa maneira, movimentar-me entre as muitas possibilidades de abordagens teóricas configurou um desafio. Optei por referências sobretudo relativas às ciências sociais, mas em diálogo com outras áreas, como a comunicação social, os estudos de mídia e a filosofia. Antes de mencioná-las, porém, apresentarei brevemente o jornal focado, o pequeno grupo de realizadores que o produziam entre 2014 e 2018, elementos do cenário urbano da Rocinha e da cidade, além de alguns percursos da pesquisa.

Jornal *Fala Roça*

²⁹ Sobre o aumento da quantidade de mídias em favelas, alguns estudos buscam registrar esse crescimento.

Nesse sentido, o estudo *Mídia e Favela*, realizado pelo Observatório de Favelas em 2012, aponta um crescimento no número de meios de comunicação oriundos de espaços populares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: a pesquisa identificou a existência de 104 veículos de “comunicação alternativa” No universo de 73 veículos investigados, 46 foram criados após os anos 2000, o que indica um incremento de iniciativas em tempos recentes. A mesma pesquisa apontou, à época, que as regiões com maior concentração de mídias eram Rocinha e Maré (ANSEL; SILVA, 2012).

Voltando ao *Fala Roça*, o jornal teve origem nos meses finais de 2012, a partir de um processo coletivo de criação realizado nas oficinas da Agência de Redes para Juventude, a qual havia iniciado sua atuação na Rocinha naquele mesmo ano - pouco tempo após a sua fundação (em 2011). Em resumo, a Agência se apresenta como “uma metodologia que potencializa jovens com idades entre 15 e 29 anos, moradores de favelas e periferias, a transformarem ideias em projetos de intervenção em seus territórios”, cuja atuação se restringia a regiões de favelas e periferias com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)³⁰. Elaborado por um pequeno grupo de jovens “crias”³¹ da Rocinha, com apoio de integrantes da ARJ e consultores externos, o *Fala Roça* se tornou um veículo de mídia impressa e digital, ao mesmo tempo em que seus integrantes concluíam os estudos e/ou iniciavam seus percursos profissionais, buscando garantir o próprio sustento. De maio de 2013 a agosto 2016³², foram lançadas oito edições impressas, com tiragens de cinco mil exemplares, distribuídas pelos próprios comunicadores nas ruas e becos da favela. Embora as proporções da tiragem impressa fossem reduzidas face à população local, os esforços da equipe (em geral, também reduzida), ao contrário, eram grandes para botar o jornal “na rua”. Neste tempo inicial de existência do impresso, entre 2013 e 2016 (quando houve uma interrupção maior), a periodicidade correspondeu, em média, a duas edições ao ano – com exceção de 2015, quando foram publicados três números.

Pouco tempo depois do lançamento do primeiro número em papel, o FR estava presente também na internet: os próprios jovens criaram o seu *site*, aos poucos aprimorado e ampliado, usando plataformas gratuitas e perfis nas principais redes sociais *on-line* (Facebook, Twitter, YouTube e Instagram). Apesar de o formato tabloide (impresso) ter mobilizado grande parte dos esforços da equipe durante toda a sua trajetória – visando atingir principalmente (mas não só) a população da Rocinha com acesso limitado à internet ou *off-line* -, o impresso deixou de circular em agosto de 2016. A produção digital permaneceu ativa, com períodos de maior ou

30 O trecho entre aspas faz parte da apresentação da Agência de Redes em seu *site* na internet. Acessível em: www.agencia.org. Consultado em: outubro de 2019. O texto citado foi publicado na edição de estreia do jornal, com título “Geração Agência”, informando “(...) O projeto [Agência de Redes Para Juventude], visa formar e mobilizar jovens atores na cena da política pública social. (SIC) Atendendo jovens das 22 comunidades do Rio de Janeiro com Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs (...)”.

31 “Cria” é uma expressão usada, de forma autorreferida, por moradores de favelas geralmente para designar quem nasce, cresce e mora nesses espaços da cidade. Por ser uma expressão de uso coletivo, abarca também variações de sentidos. Para Gizele Martins e Renata Souza, está relacionada a pertencimento e participação em prol das favelas onde moram: segundo Martins, remete a estar “inserida” (2018, p.18); Souza reconhece que são “aqueles que nascem e se identificam de fato com uma transformação da favela por meio da garantia e acesso a direitos fundamentais” (2018, p. 48). De agora em diante, irei usar essa palavra sem aspas no texto da tese, exceto quando for citação direta de falas de interlocutores da pesquisa.

32 As oito edições impressas do Jornal *Fala Roça* foram lançadas nas seguintes datas: n. 1, maio de 2013; n. 2, agosto de 2013; n. 3, fevereiro de 2014; n. 4, agosto de 2014; n. 5, fevereiro de 2015; n. 6, agosto de 2015; n. 7, dezembro de 2015 e n. 8, agosto de 2016.

menor intensidade na postagem de conteúdo, mas mantendo o aprimoramento técnico e da qualidade do conteúdo produzido – em par com o desenvolvimento profissional dos comunicadores. Planos de prosseguimento com as edições em papel foram postergados em meio a circunstâncias como o período mais recente de recrudescimento da violência armada na Rocinha (de setembro de 2017 a, pelo menos, dezembro de 2018) e a necessidade de os comunicadores se dedicarem a trabalhos remunerados, já que a maior parte das atividades do jornal eram feitas de forma voluntária. No que diz respeito à manutenção do periódico, obter recursos era tarefa árdua e incerta: prêmios, em dinheiro, conquistados por meio da Agência de Redes e a inscrição em editais (públicos e/ou privados) de incentivo a atividades culturais, somados a alguma receita vinda de anúncios de comerciantes da Rocinha, foram as principais formas de financiamento. A via dos editais logo se configurou como fonte substancial de sustentabilidade, mas também não tardou a escassear em períodos mais recentes. Em 2019, o *Fala Roça* se tornou uma associação de comunicação formalizada, já em uma etapa posterior ao término da pesquisa³³. Este caminho lhes permite maiores possibilidades de captação de recursos e prestação de serviços, mas também implica em uma escolha de maiores proporções em termos de rumos profissionais e impacto nas vidas dos comunicadores – discussão cara a este trabalho, retomada em outros capítulos.

Quanto à forma como reconhecem a atividade do *Fala Roça*, seus integrantes o situam como um veículo de comunicação comunitária³⁴ nas páginas do jornal – de acordo com os entendimentos que foram formando sobre esta expressão discursiva de uso coletivo. Tal autorreconhecimento se expressa, por exemplo, em textos e editoriais do impresso³⁵: “A Comunicação comunitária tem como principal característica a participação do povo como gerador de conteúdo, e não apenas como receptor. Por isso, aqui no FALA ROÇA, a opinião dos leitores é muito importante”, conforme outro trecho da matéria “O sonho que tomou forma”, publicado na primeira edição do periódico (de maio de 2013). Por entender ser essa uma categoria do discurso coletivo – e, portanto, assumir significados diferentes de acordo com o uso que dela fazem os diversos grupos que se reconhecem como praticantes dessa forma de

33 O trabalho de campo de pesquisa desta tese se encerrou em 2018, antes da formalização do grupo do *Fala Roça* como associação de comunicação. Portanto, não foram incluídos maiores detalhes sobre esta etapa mais recente. Em seu *site* na internet, no trecho final da sessão “Nossa história”, há o seguinte registro: “(...) Atualmente, o *Fala Roça* é uma associação de comunicação. Sempre pensando em novas narrativas de comunicação na favela”. Disponível em: <https://falaroca.com/nossa-historia/> Acesso em: 05 nov. 2019.

34 Devido ao uso corrente do termo comunicação comunitária – em um espectro amplo de situações relativas ao tema da mídia e dos meios de comunicação –, via de regra, não utilizarei aspas ao mencioná-lo nesta tese.

35 O espaço dos editoriais, conforme os padrões do jornalismo convencional, é destinado à opinião e à exposição de princípios e valores (quando explicitados) que guiam um meio de informação. Os editoriais do *Fala Roça* serão tratados de forma mais detalhada no capítulo 5.

comunicação –, acredito não ser necessário, neste trabalho, fazer uma revisão bibliográfica exaustiva sobre a abordagem do tema na literatura acadêmica. Situo apenas as principais linhas de discussão a respeito do tema e, neste sentido, sobretudo as contribuições recentes de pesquisas feitas por jornalistas/comunicadoras oriundas de favelas do Rio.

A partir dessas considerações, relembro que abordo mais especificamente significados acionados pelo grupo do *Fala Roça*, e atores sociais com os quais dialoga, acerca do entendimento sobre comunicação comunitária e outras expressões que usam para definir suas práticas. Alguns desses significados, não raro, coincidem com os de outros grupos de comunicação situados em contextos semelhantes ao seu (embora cada qual mantenha suas singularidades), o que pode fazer com que o estudo do caso desse processo de comunicação se mostre útil para pensar sobre as realidades de meios de comunicação de favelas do Rio de Janeiro, de forma mais ampliada. Na perspectiva dos participantes do FR, se era importante estar conectado com um campo maior identificado com ideias e práticas reconhecidas como integradas à comunicação conhecida como comunitária, também era importante estabelecer uma singularidade dentro dele. Assim pode ser pensada a escolha da “linha editorial” do *Fala Roça*, durante as oficinas de criação do periódico, voltada para a “cultura nordestina”³⁶. O pertencimento ao campo das tradições nordestinas, remetendo ao expressivo contingente de moradores locais com raízes advindas daquela região do país, foi considerado um “diferencial”, para os fundadores desta mídia, em relação a outros veículos locais de informação.

Jovens comunicadores/jornalistas da Rocinha: “prismas” do perfil da cidade

São agentes centrais no processo de comunicação estudado jovens que exerceram papéis ativos na feitura do Jornal *Fala Roça*, ao longo da sua história. Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva³⁷, com idades entre 20 e 25 anos, no início do estudo (nascidos respectivamente em 1994, 1993 e 1989) foram os principais responsáveis pela produção do conteúdo e tarefas de edição da mídia no período da realização da pesquisa (2014-18), o que gerou maior aproximação com esse grupo, considerando o universo da equipe então reduzido, com apenas

36 A valorização das tradições nordestinas é descrita no primeiro número do *Fala Roça*: “Sabemos que a expansão da Rocinha se deu muito por conta da chegada dos nordestinos, por isso, o nosso jornal contará com o toque especial do Nordeste”, conforme outro trecho do texto “O sonho que tomou forma” – *Fala Roça*, número 1, página 4.

37 Os três jovens atuaram juntos no *Fala Roça* (em seus formatos impresso e digital) desde 2014, quando tinham respectivamente, 20, 21 e 25 anos. Os irmãos Michel e Michele participaram da fundação do jornal (em 2012) no contexto do projeto Agência de Redes Para Juventude. Beatriz também fez parte da Agência de Redes, em 2012, mas saiu antes da criação do jornal e retornou à equipe em 2014. Os três jovens foram os principais interlocutores desta pesquisa. A decisão de identificar os seus nomes foi tomada em comum acordo com eles.

cinco participantes. As outras duas integrantes à época, mencionadas anteriormente neste texto, tiveram participações igualmente relevantes, porém, de forma diferenciada em relação aos primeiros, cuja dedicação era mais exigida levando em conta as funções que exerciam. Os irmãos Michel e Michele, até o momento, foram os comunicadores que permaneceram no jornal por mais tempo, tendo participado do processo de fundação do veículo (em 2012), de formas diferenciadas; Beatriz se juntou à equipe a partir da terceira/quarta³⁸ edição impressa (em 2014). Suas trajetórias, parte significativa da narrativa desta tese, entrelaçam-se com a do *Fala Roça* e são aqui tomadas como referências, ou “prismas” (inspirando-me em Vera Telles), através das quais o mundo urbano vai ganhando forma: “A experiência das novas gerações e seus circuitos, no nervo exposto das complicações atuais, nos dá pistas para tentar outra descrição do mundo social” (TELLES, 2010, p.125). Chamo atenção para o fato de cada um desses jovens possuir visões e atuações particulares junto a esse meio de informação, com semelhanças e diferenças entre si. Portanto, o conjunto de discursos e práticas do jornal não se trata de um todo homogêneo, mas fruto de entendimentos diferentes que dialogam (com mais ou menos consensos, dependendo dos assuntos e circunstâncias que se apresentavam). Gentilmente, os três jovens aceitaram compartilhar comigo suas histórias de vida, reflexões, visões de mundo, assim como as rotinas de produção do periódico. Analiso suas trajetórias no capítulo 2 da tese, em que suas histórias de vida são apresentadas separadamente, na tentativa de preservar ao máximo suas próprias narrativas. Além deles, tiveram relevância nessa dinâmica de comunicação, criada aos poucos, as múltiplas relações e redes estabelecidas – com atores e instâncias “internas” e “externas” à favela – em função da publicação do impresso. Histórias de outros comunicadores locais, de diferentes gerações (também entrevistados) serão mencionadas, embora mais brevemente, de modo a evidenciar o quadro relacional existente.

Ao longo do trabalho de campo (que compreendeu o período da terceira à oitava edição impressa do *Fala Roça*, totalizando cerca de quatro anos, entre 2014 e 2018)³⁹, acompanhei o desenvolvimento do periódico, feito a partir da “matéria viva”, e sempre em movimento, dos debates, descobertas, dilemas e aprendizados acumulados pelos jovens participantes. Durante esse tempo, eles foram ampliando saberes e conhecimentos relativos tanto à produção de narrativas marcadas pela proximidade com o ambiente de convívio na favela onde moram, quanto àqueles relacionados ao desenvolvimento de uma linguagem comunicativa voltada

38 Beatriz iniciou sua participação no Jornal *Fala Roça* no período entre a distribuição da terceira e a preparação da quarta edição impressa.

39 Delimitei o trabalho de campo da pesquisa arbitrariamente entre 2014 e 2018, já que a minha convivência na Rocinha se estende para antes e depois desse período. Abordo o tema em outros lugares da tese, especialmente, no capítulo referente aos procedimentos metodológicos.

também para a atuação nos seus campos profissionais. Aqui me refiro ao Jornalismo – área em que buscavam atuar (mas nem sempre conseguiam). Todos eram, então, universitários ou recém-formados em Comunicação Social – nesse meio-tempo, Beatriz e Michel cursaram e concluíram⁴⁰ a faculdade de Jornalismo; já Michele havia se formado em Publicidade e Propaganda, no ano anterior (2011) à criação do *Fala Roça*, e trabalhava em instituições sem fins lucrativos e/ou privadas. No período anterior às vivências dos cursos de graduação, também acumularam diferentes experiências de circulação pela Rocinha e outros locais da cidade. Em suas infâncias, todos acompanharam, por exemplo, trajetos familiares proporcionados por questões de moradia, trabalho (ou desemprego) dos pais e da vida escolar; as últimas ditadas sobretudo pelo estudo em escolas públicas, seguindo a trilha das vagas (in)disponíveis nas redes municipal e estadual. Mais tarde, também experimentaram a participação em projetos sociais voltados para jovens que aportavam nas favelas do Rio de Janeiro. A dimensão familiar, como se vê, também está presente no percurso dessa mídia e será levada em conta, em certa medida, ao longo das análises a respeito do veículo.

No que se refere à comunicação, os irmãos Michele e Michel trazem bagagens relativas a esse mesmo campo profissional e de expressão pessoal, mas vividas de formas distintas; em resumo, abrangem a atuação em rádio comunitária e atividades interativas na internet – por meio de jogos, *blogs*, *sites* e perfis criados nas redes sociais, por meio dos quais faziam amizades e veiculavam relatos do seu cotidiano⁴¹. Já Beatriz destacou a influência significativa da televisão em sua infância. Os três entraram nos ‘tempos do digital e da internet’ desbravando, à sua maneira, o mundo tecnológico dos computadores e da internet que foi se tornando presente, aos poucos, na Rocinha a partir dos anos 2000⁴² – porém, de forma diferenciada, não linear, dependendo de múltiplos fatores, como faixa etária, renda, escolaridade, a localidade dentro da favela, percursos familiares e experiências individuais, que vêm influenciando (im)possibilidades de acesso dos moradores a essas tecnologias.

40 Beatriz se formou em Jornalismo pela PUC-Rio, em 2016. Michel colou grau, no mesmo curso, mas devido a algumas disciplinas pendentes, concluía o último período da faculdade de Jornalismo da PUC/Rio, em 2019.

41 Por volta de 2005, Beatriz, Michel e Michele (com idades entre 12 e 16 anos) já usavam redes sociais como Orkut e Tumblr. Com a popularização dos aparelhos celulares *smartphones*, o uso se intensificou. Aos 17 anos (em 2010), Michel criou o Tumblr “Vida na favela”, uma espécie de *blog*, onde falava sobre “coisas que aconteciam no seu dia a dia”. Em 2011, criou o *site* “Viva Rocinha” (vivarocinha.org), logo integrado também pela irmã mais velha, Michel, que também passou a produzir conteúdo para a página e os seus perfis no Facebook e Twitter. Hoje desativado, voltava-se para divulgar informações e vivências na Rocinha e adquiriu popularidade no local.

42 Em 2001, a ONG Viva Rio instalou na Rocinha o “Estação Futuro”, espaço aberto ao público, equipado com computadores e acesso gratuito à internet. Foi a primeira iniciativa, de maior escala, nesse sentido na favela, à qual estava vinculado o Portal Viva Favela, ambiente de notícias exclusivamente sobre favelas, também criado em 2001, com uma equipe de 15 correspondentes comunitários e *sites* internos voltados para memória, ecologia, gênero e apoio jurídico. Fui editora de fotografia do portal, desde a sua fundação até 2004.

Nas palavras dos comunicadores:

[No início dos anos 2000, quando a família morou na região da Gardênia Azul, na zona oeste do Rio] A gente não tinha nada, a única diversão era a televisão. Eu sempre gostei muito de televisão, assistia muito jornal, programa na Globo, Record, SBT o dia inteiro e sempre me apaixonei por Jornalismo vendo televisão (Entrevista de história de vida, Beatriz Calado, 05/11/2016).

O ano de 2006 foi um dos auge da venda de PCs de mesa. Segundo uma pesquisa do IDC⁴³, cerca de 57,9 milhões de computadores foram vendidos [...]. No mesmo ano, meus pais resolveram comprar um PC, porque eu vivia na *lan house*. Eram poucas as famílias que moravam na favela e podiam comprar um computador naquela época (Texto autobiográfico, intitulado *Construindo mídia comunitária: as experiências de Michel Silva*, disponibilizado para esta pesquisa em 06/02/2017. No prelo).

[Em meados dos anos 2000] Comecei a ficar lá [na rádio Brisa, na Rocinha] muito tempo; quando vi, já estava com programa pra mim. [...] ia pra lá, aí vinham os famosos, pagodeiros, ficavam pra tirar foto, conhecer, *tietar* as pessoas – e tinha muito jovem e adolescente que ficava lá por causa disso. Tinha computador, microfone, mesa de som; eu não sabia mexer naquilo, mas era muito curiosa: a pessoa estava sentada e eu ficava lá olhando (Entrevista de história de vida, Michele Silva, 02/03/2015).

Favelas e seus jornais: o “calor da luta” e seus silenciamentos

As favelas do Rio de Janeiro abrigam 22% da população do município (cerca de 1,4 milhão de habitantes, conforme o Censo IBGE/2010), constituindo paisagens urbanas e sociais bastante diversificadas. Porém, isso não impede a percepção sobre essa expressiva porção da cidade e seus moradores, em geral, através de representações reducionistas construídas historicamente (VALLADARES, 2005) em torno de temas como violência armada, criminalidade, pobreza, desordem e risco ambiental. Esse conjunto de ideias, fortalecido por discursos da imprensa de maior alcance⁴⁴, atravessa o próprio tempo da existência desses espaços urbanos e constitui um imaginário social em que as favelas, além de locais considerados análogos, estão sempre “fora de lugar” – aludindo ao conceito de heterotopias, de Michel Foucault (2013)⁴⁵. Nesse campo discursivo e simbólico, seus moradores são, com frequência,

43 PC é abreviatura de *Personal Computer*, como são conhecidos os computadores de mesa ou *desktops*. Michel também se refere ao International Data Corporation (IDC), organização internacional voltada para estudos na área de tecnologia da informação, consultorias nas áreas de inteligência de mercado, telecomunicações e mercado de consumo de tecnologia.

44 Vários autores já se dedicaram a analisar a cobertura da chamada grande mídia sobre as regiões de favelas brasileiras. Suas pesquisas apontam que temas de viés negativo, como as representações mencionadas acima, são associados, de forma mais recorrente, aos espaços de favelas (ver ZALUAR e ALVITO, 1999; LEITE, 2000; VALLADARES, 2005; RAMOS e PAIVA, 2007, ANSEL e SILVA, 2012; FELIX, 2012, entre outros).

45 Para Foucault, heterotopias se referem à descrição de “espaços diferentes” e “lugares outros”, “uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço onde vivemos”. A forma atual dessa leitura se conecta à ideia de “desvio”, onde estão situados indivíduos considerados “cujo comportamento é desviante em relação à média, ou à norma exigida” (FOUCAULT, 2013, p. 80-81).

situados como “outros”, representantes de algum tipo de “ameaça” (LEITE, 2012; AGIER, 2015), cujo enfrentamento se concretiza, por exemplo, por meio da predominância de políticas estatais (tanto de segurança quanto outras) pautadas em estratégias de controle da população e de violência armada, voltadas para esses locais. Assim, muitos outros aspectos da vida nas favelas do Rio de Janeiro continuam “invisíveis” aos olhos da grande imprensa e, conseqüentemente, de amplos setores da sociedade.

Na Rocinha, por exemplo, uma convivência um pouco mais intensa revela uma grande variedade de temas presentes no cotidiano, tais como: dificuldades enfrentadas diariamente no sistema de transportes, uma quantidade expressiva de crianças que circula acompanhada por pais ou responsáveis, turistas a pé ou nos transportes, gente estendendo roupas nas lajes, pés encharcados de água logo que começa a chover, o cheiro de comida bem temperada ao passar pelos becos na hora do almoço, a passagem incessante de pedreiros carregando material de construção nas costas e de moradores carregando toda sorte de utensílios, compras, móveis e, inclusive, saquinhos de lixo para serem descarregados na primeira lixeira à vista.

Surgida “no calor da luta”, em meados dos anos 1970, a “imprensa de favelas”⁴⁶ (MOREL, 1985, p. 123), no Rio de Janeiro, teve suas origens ligadas a movimentos sociais que reivindicavam direitos civis no início da abertura política, como é conhecido o período de transição em que ainda vigorava a ditadura civil militar no país. Em tempos recentes, meios de comunicação oriundos desses locais seguem sendo criados e alimentados, usando uma variedade grande de suportes de mídia, desde as mais tradicionais (jornais e folhetos impressos, rádios, carros de som, TVs de rua, etc) coexistindo com as que usam o suporte digital e a internet para se difundir (*sites, blogs, redes sociais variadas, streaming, etc.*). Grande parte delas segue destinando espaço para expressar demandas em prol de condições dignas de vida: segundo Gizele de Oliveira Martins (comunicadora/jornalista, “cria” do conjunto de favelas da Maré)⁴⁷, o tema dos Direitos Humanos é “o que costuma estar mais presente” (MARTINS, 2018, p. 12). Por outro lado, esses veículos são heterogêneos, desenvolvem formas próprias de tratar questões

46 Em um estudo que pode ser considerado entre os primeiros realizados exclusivamente sobre jornais localizados em favelas do Rio de Janeiro, Marco Morel usa a expressão “imprensa de favelas” para designar esses veículos. Para ele, a definição corresponderia “ao lugar social do veículo ou das relações sociais que ele envolve”, a exemplo da “imprensa sindical” e da “imprensa camponesa”. Todas seriam expressões do “jornalismo popular”, “feito por e para as classes trabalhadoras, numa ligação orgânica com os respectivos movimentos sociais” (MOREL, 1985, p.120-1).

47 Formada em Jornalismo, com mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas/UERJ, Gizele Martins atua, há pelo menos 15 anos em meios de informação oriundos da região de favelas da Maré (onde nasceu e mora), como o jornal *O Cidadão*, e mídias independentes, além de participar “da militância interna”, em suas palavras, nesta favela. É também Assessora da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), entre outras ocupações profissionais.

ligadas à garantia de direitos e também incorporam outros assuntos (dependendo dos contextos de atuação, objetivos, instituições aos quais estejam atrelados, perfis dos comunicadores, etc.). Além disso, circunstâncias específicas às quais estão sujeitos geram efeitos sobre seus conteúdos e podem provocar reavaliações nos rumos de suas coberturas.

Ainda de acordo com estudos das/os próprias/os comunicadoras/es locais (MARTINS, 2018; SOUZA, 2018)⁴⁸, dentre os efeitos mais graves está o silenciamento⁴⁹ diante de determinados temas, como os relativos ao ambiente de militarização da cidade do Rio de Janeiro, especialmente exacerbado nas áreas de favelas e espaços ditos periféricos, apresentando-se nos dias de hoje como “uma forma de governo” das suas populações (LEITE et al, 2018, p. 10). No que diz respeito às práticas de comunicação produzidas nesses locais, tal situação adquire feições de “censura” e “autocensura”, conforme os estudos mencionados. As duas autoras citadas anteriormente elencam uma variedade de veículos situados na região de favelas da Maré, por exemplo, que convivem com o cerceamento da liberdade de expressão, envolvendo, principalmente, abuso de poder e atentados aos Direitos Humanos cometidos por agentes de segurança pública. Não é nova a existência de restrições a algum tipo de assunto no âmbito dos veículos de informação em geral – como os considerados inadequados diante do público almejado ou por envolver atores sociais cuja opinião seja considerada relevante para a mídia (DARNTON, 1990, p. 41-57). No entanto, comunicadores de veículos menores, especialmente de favelas, tornam-se mais vulneráveis em seus contextos de atuação, como também demonstra o caso focado neste estudo.

Continuidades e discontinuidades

Durante seus anos de existência, o jornal passou por distintas fases e mudanças. Foi um percurso marcado por experimentações, suores, alegrias, preocupações, divergências, consensos, mudanças e aprendizados, assim descrito nas palavras de Michele: “A gente está testando muito e também somos muito novos. Para o trabalho ser longo, vai passar por várias mudanças” (trecho de entrevista com uso de fotografias). Atenta a esse contexto, desenvolvi a percepção de estar diante de ‘descontinuidades contínuas’ que caminhavam em par com um processo em fluxo, sempre em movimento, adquirindo formas próprias, singulares, frente aos contextos que se apresentavam – muitos deles adversos. Alguns elementos forneciam pistas

48 Gizele de Oliveira Martins (2018) e Renata da Silva Souza (2018), moradoras da área de favelas da Maré, estudaram o tema dos meios de comunicação comunitários produzidos nessa região, apontando processos de censura e autocensura sofridos por esses veículos, relacionados ao contexto recente de militarização no conjunto de favelas da Maré.

49 Vários autores tratam do “silenciamento”, no contexto das favelas, entre eles, Rocha (2013) e Cunha (2015).

para essa percepção: a periodicidade irregular do impresso diante dos recursos escassos para sua manutenção; as mudanças na equipe de comunicadores (que passou por alterações durante a primeira metade da sua trajetória); as reuniões de pauta itinerantes (uma vez que o jornal não possuía sede fixa); as mudanças de concepção sobre o que devia ou não ser publicado, lembrando especialmente dos tempos de conflitos armados na favela; as alterações na rota de distribuição do jornal também em função desses conflitos; as interrupções de energia e sinal de internet na favela que obrigavam a postergar prazos e fechamentos de matérias, entre outras situações que se apresentaram. Não que esteja me referindo a fragilidades e inconsistências, mas talvez a traços de insistência, pois, como afirma Marco Morel, “é preciso enxergar tal imprensa de favelas como fruto da realidade local, seus anseios e suas limitações” (1985, p. 35).

Por outro lado, outros elementos podem ser lidos como continuidades nesse mesmo cenário. A entrega do jornal nas mãos dos moradores, ou “de porta em porta”⁵⁰, pela sua própria equipe, e as muitas reuniões realizadas no ambiente familiar dos seus integrantes guardam semelhanças com práticas estabelecidas por jornais locais de outras épocas (como nos casos do *Tagarela* e *Rocinha Notícias*, dentre vários outros). Porém, há que se atentar para as diferenças entre os seus respectivos contextos históricos e sociais, obrigando-nos a refletir sobre cada uma destas mídias – como processos sociais singulares que são – em seus respectivos tempos e circunstâncias sociais específicas. Mudanças no espaço urbano e na vida social da Rocinha (bem como na própria cidade do Rio de Janeiro) implicaram na existência de outras dinâmicas de mediação e construção de identidades por parte das mídias contemporâneas. As diferentes circunstâncias que originaram esses veículos de comunicação, por exemplo, levam a pensar em distintas estratégias adotadas para que suas vozes fossem ouvidas – dentro e fora da favela. Enquanto o *Tagarela*, por exemplo, foi criado a partir do pertencimento religioso dos seus participantes à Associação Social Padre Anchieta (ASPA), grupo da igreja católica responsável pelo jornal, o *Fala Roça* nasceu de uma metodologia/projeto, realizado por uma ONG de cunho não religioso, alinhada com políticas públicas para juventude destinadas a favelas da cidade.

Outras diferenças podem estar relacionadas, ainda, ao adensamento populacional da Rocinha – apesar das frequentes discrepâncias entre os dados apresentados por órgãos oficiais e as estimativas de moradores⁵¹ –, às transformações na infraestrutura urbana, como o PAC-

50 Trecho inicial de apresentação do *Fala Roça* no Facebook: “O *Fala Roça* é um jornal impresso, entregue de porta em porta, que existe desde 2012 na Rocinha [...]”. Perfil: facebook.com/jornalfalaroca. Acesso em: 23 out. 2019.

51 É preciso salientar que dados dos censos populacionais realizados por entidades como IBGE, PAC, entre outras, são contestados por moradores locais da Rocinha, que, por sua vez, não possuem meios para realização

Favelas (realizado na Rocinha em 2009), ao acesso (desigual) à tecnologia (que criou distinção entre públicos, das mídias, *on* ou *off-line*), entre outras. Assim, as práticas de distribuição dos impressos também se alteraram: enquanto os realizadores do *Tagarela* escolhiam pontos fixos para entregar aos passantes os cerca de 250 exemplares mimeografados do periódico (vendido, embora a um preço reduzido), os jovens do *Fala Roça* mapeavam o morro e se dividiam em grupos para entregar o jornal (gratuito) diretamente nas casas dos moradores, de preferência em suas mãos, principalmente em lugares mais inacessíveis da favela, “onde nada chegava” (conforme falas de Michele, Michel e Beatriz). Aos poucos, foram percebendo comportamentos e perfis dos leitores que os levaram a elaborar “jeitos certos” e perceber os “errados”, de entregar, visando assegurar que a publicação impressa fosse efetivamente lida, em vez de ir parar no lixo. Para eles, a distribuição da tiragem de cinco mil exemplares passou a ser também ocasião de assuntar e descobrir pautas para futuras matérias.

Ainda durante essa etapa da feitura do jornal, a interação com os potenciais leitores ensejou a adoção de recursos simbólicos que foram contribuindo para a construção de identidades, diferenças e autorrepresentações do grupo. O crachá, produzido por Michel, para usar durante a entrega dos exemplares pela Rocinha na época inicial do veículo, “era uma forma de ser profissional” e “dizer que era da Rocinha”, segundo ele. Ser profissional de jornalismo e da própria favela, portanto, configuravam valores importantes de identidade e distinção. Já a forma de vestir das meninas ao entregarem os exemplares demonstrava a intenção deliberada de se diferenciarem do tabloide *Folha Universal*, da Igreja Universal do Reino de Deus, presente em cada beco da Rocinha (conforme será tratado em outras partes da tese) e considerado, pelos integrantes do FR, “uma das maiores barreiras” enfrentadas pelo jornal. As jovens passaram a usar *shorts* curtos como estratégia corporal para evitar serem “confundidas” (nas palavras de Beatriz e Michele) com entregadoras da IURD, cuja performatividade dos modos de vestir, caracterizados pela “distinção do masculino” e pelos “princípios da modéstia e discrição”, são amplamente conhecidos na favela como a “corporificação da identidade

de levantamentos substanciais. Sendo assim, entre os órgãos oficiais, tomarei como referência o Censo do PAC Social, um dos mais recentes, realizado pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Estado (órgão extinto) entre 2008 e 2009, que aponta a estimativa de 98.319 habitantes na favela da Rocinha. Quanto aos jornais locais pesquisados, segundo o *Tagarela*, a favela possuía cerca de 100 mil moradores em meados da década de 1970 (número 1, texto “Rocinha, uma cidade dentro da cidade”: “Por que uma cidade? Ora, já sabemos que a Rocinha é uma das maiores favelas do Brasil em termos populacionais com aproximadamente 100 mil habitantes” [...]); já o *site* do *Fala Roça, on-line*, cita a referência do PAC Social e estimativas dos “técnicos do Projeto Comunidade Cidade”, cuja projeção é de 120 mil moradores em 2019. Disponível em: <https://falaroca.com/obras-rocinha/>. Acesso em: 18 nov. 2019. Nas reuniões de grupos de moradores que frequentei, a estimativa em torno de 150 mil moradores era considerada adequada.

evangélica”⁵². O pertencimento religioso, outrora valorizado, nesse caso, passou a ser considerado como um traço a ser evitado.

Elementos conceituais

Como mencionei anteriormente, o processo de comunicação específico aqui focado enseja um universo amplo de abordagens conceituais. Se, por um lado, é importante delimitar um campo restrito e coerente de escolhas, por outro, o objeto deste estudo demanda também uma perspectiva inter/transdisciplinar. Essa foi a bússola que busquei seguir, sem, no entanto, deixar de propor uma forte ancoragem teórica no chão das Ciências Sociais. Entre as áreas de conhecimento e temas relacionados ao processo de comunicação específico aqui focado, entrecruzam-se alguns universos, tais como: os estudos de sociologia e antropologia urbana, especialmente em suas conexões com o tema das favelas; os estudos no campo da comunicação social e, mais especificamente, do jornalismo – em especial, referentes ao chamado contexto comunitário; a temática das juventudes, em sua interface com o mundo do trabalho, políticas públicas e projetos sociais; noções de discurso, representação, autorrepresentação, constituição de identidades e diferenças, levando em conta o universo da narrativa jornalística. Por fim, há também questões teóricas acerca do fazer etnográfico.

Um ponto de partida aqui tomado em conta é a concepção dos processos comunicativos como fenômenos culturais e coletivos intrínsecos da vida em sociedade. Segundo o cientista social Ricardo Campos, “Não apenas a comunicação funda alguns dos alicerces fundamentais das identidades colectivas como, por consequência, nos permite distinguir a grande diversidade de modos e estilos de vida de que é composto o nosso planeta”. Ainda acompanhando o autor, comunicação “é tudo aquilo que é uma expressão de índole simbólica que, através de um sistema de códigos culturalmente consensualizado, transmite uma qualquer informação a outrem”. Nessa perspectiva ampla do espectro comunicacional, caberia “tudo o que é acto ou produção humana”. Portanto, a ação social é “inerentemente simbólica e consequentemente comunicacional” (CAMPOS, 2016, p. 50-51). Também cientista social, Vera Veiga França reflete sobre a especificidade do campo teórico da comunicação e as bases consensuais que estruturam essa área atualmente. Inspirada em suas considerações, chamo atenção para o entendimento da comunicação recorrendo à ideia de “processo”:

A comunicação compreende um *processo* de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade

52 GONÇALO, Rita. *Moda Church – Performance* e produções estéticas do vestir feminino nas igrejas evangélicas cariocas. Mosaico, v. 7, n. 11, 2016.

simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos” (FRANÇA, 2001, p. 16, grifo meu).

A “novidade” dessa configuração, em relação a outros esquemas conceituais anteriormente descritos no campo teórico da comunicação (cujas bases se assentam em consonância com diálogos interdisciplinares), seria reinserir a “globalidade e circularidade” nesse processo. A autora resume a especificidade deste campo teórico na interrelação entre três elementos: “o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas) e a situação sociocultural (o contexto)” (2001, p. 16). Busco contemplar esses três aspectos ao longo da análise do processo investigado e, para tanto, recorri também a outras contribuições teóricas. A noção de discurso, por exemplo, será abordada principalmente com base na compreensão dessa categoria por Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (1996). Foucault vê o discurso como uma espécie de ferramenta onde são deslocados determinados componentes do sistema para fazer funcionar outros elementos, de forma que sejam dirigidos a partir de relações de poder, ou seja, trata-se de uma forma de exercer poder.

Sendo assim, analisar as formas discursivas do *Fala Roça* a partir dessa perspectiva pode permitir identificar também contra o quê essa mídia se coloca, sua necessidade de existir, de ser lido e valorizado. Ao abordar os meios de comunicação oriundos de favelas como espaços de produção de conhecimento sobre suas realidades locais, recorro a outro conceito explorado por Foucault: sua concepção sobre genealogia. Em *Microfísica do poder*, este autor questiona a estrutura de produção de conhecimento, solidificada nas sociedades ocidentais, por meio do encadeamento de discursos lineares próprios dos “escritos empoeirados e dos textos nunca lidos” que reproduzem os efeitos de poder de uma “erudição inútil” (FOUCAULT, 1979, p. 95) e são característicos das teorias que se pretendem totalitárias, globais, únicas. Somente a suspensão da unidade teórica desses discursos por críticas de caráter local, descontínuas e fragmentárias, poderiam despedaçar, recortar, deslocar tal unidade, abrindo caminho para a “insurreição dos saberes dominados”, ou seja, de “conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais”. Em poucas palavras, constituem “o saber histórico da luta”. A ideia de propor essa abordagem guiada pela noção de genealogia (ou de “pesquisas genealógicas”) tem um duplo propósito: contribuir para a percepção do Jornal *Fala Roça* considerando sua inserção em um contexto mais amplo de mídias da Rocinha, incluindo (mesmo brevemente) referências a meios de comunicação atuais e de tempos passados – fontes ricas de memórias e histórias da favela –, a partir de práticas ancoradas no tempo presente; a outra motivação se conecta com a intenção de contribuir para

ampliar a visibilidade das lutas e memórias de sujeitos cujos saberes têm sido desqualificados ou, conforme Foucault, buscar tratar do “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a construção de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (1979, p. 97).

O conceito de “enquadramento”, de Judith Butler, pode dialogar com a análise do discurso do Jornal *Fala Roça*. Em *Frames of war: when is life grievable?*, Butler retoma questões que interrogam sobre o que está em jogo nos processos de constituição de uma vida considerada vivível e outra marcada como “abjeta” e “precária”. Dialogando com filósofos como Michel Foucault e Jacques Derrida, ela reflete sobre os mecanismos de poder “mediante os quais a vida é produzida” (BUTLER, 2015, p. 14). Ao fazê-lo, aborda problemas epistemológicos sobre o tema do “enquadramento”, discussão que interessa particularmente abordar neste estudo. Basicamente, trata das condições sob as quais se torna possível apreender vidas como precárias.

Os campos conceituais para pensar juventudes e trajetórias de vida são amplos. Vera Telles contribui para reflexão sobre as conexões entre ambos, dialogando com o ambiente urbano e o mundo do trabalho. Além dela, outros autores, como Pierre Bourdieu (1983) e Regina Novaes, ajudam a pensar sobre o contexto das juventudes em favelas, sua expressividade no espaço público e na aderência ou não a “causas” políticas e ligadas a direitos. Bourdieu define trajetórias sociais como “uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (BOURDIEU, apud MONTAGNES, 2007, p. 254). Segundo Novaes, “Condiionadas por vários fatores intermediários e relacionais, as trajetórias juvenis presentes no mesmo espaço social (e, até mesmo, na mesma família) podem ser bastante diferenciadas”. Telles (2010, p. 118) usa alguns termos para se referir às vivências das gerações jovens nas cidades: “trajetos”, “percursos” e “experiência urbana”. Eles expressam um entendimento de que as vivências dessas gerações podem melhor evidenciar perfis contemporâneos das cidades, especialmente após a reestruturação produtiva no mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX. “Trajetos e percursos dos mais jovens”, segundo a autora (p. 118), permitem ver “um ângulo pelo qual a cidade vai se perfilando em todas as ambivalências e complicações que recobrem os tempos atuais. Os percursos dos mais jovens (entre os 20 e 30 anos, pouco mais, pouco menos) fazem ver o outro lado da modernização neoliberal dos anos 1990: os grandes equipamentos de consumo pontilhando os espaços em um grande arco que chega próximo aos bairros mais distantes da periferia”.

Não é o foco deste trabalho fazer uma ampla revisão da literatura teórica sobre o tema da comunicação comunitária e outras denominações afins, mas principalmente perceber como o *Fala Roça* produz a sua forma de informar e se apropria desta expressão, conferindo-lhe os seus próprios significados. Sendo assim, faço apenas uma breve contextualização sobre concepções acadêmicas a respeito das categorias comunicação comunitária, popular e alternativa. Quanto à estrutura da tese, no capítulo 1, abordo aspectos metodológicos do estudo realizado, concepções sobre etnografia e estudo de caso. Nesta sessão, incluo considerações sobre o uso da fotografia como instrumento de pesquisa, especificidades e experimentações adotadas de forma compartilhada com interlocutores/as. O segundo capítulo é dedicado às trajetórias de Beatriz, Michel e Michele, os três jovens responsáveis pela produção de conteúdo do *Fala Roça* e tarefas editoriais da mídia entre 2014-18. Nos capítulos 3, 4 e 5, analiso desde o contexto do surgimento do jornal até a estruturação dos elementos do impresso – em que se insere a sua autorrepresentação – suas principais reportagens e as representações que se tornaram predominantes em suas páginas. No capítulo 6, trato de concepções de comunicação jornalística na favela nas visões dos comunicadores do *Fala Roça* e de moradores da Rocinha; abordo, ainda, as formas produção e distribuição do jornal. No capítulo sete, reflito sobre algumas tensões presentes no percurso desta mesma mídia, como parte do universo discursivo no qual se insere; parto das concepções teórico-metodológicas da Análise do Discurso de Michel Foucault para pensar 1) atualizações de resistências das mídias de favelas; 2) efeitos da militarização, silenciamentos e censura sobre o noticiário do jornal e 3) efeitos do universo das políticas públicas e projetos sociais voltados para jovens de favelas no processo de comunicação estudado, levando em conta suas interfaces com o discurso do empreendedorismo.

1 SOBRE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS COMBINADOS E ETNOGRAFIA

Fotografia 1 - Cena da distribuição do jornal *Fala Roça*



(...) “Essas fotos representam isso pra mim: a possibilidade de a gente poder botar uma foto de 20 anos atrás, despretensiosamente, e conseguir achar os caras. Pra mim isso é uma prova real de que tem uma conexão grande entre o que está escrito ali e o que acontece na vida das pessoas”. Michele Silva (fotoentrevista)

Legenda: Distribuição da 6ª edição do jornal *Fala Roça*, de agosto de 2015, na localidade do Laboriaux, na parte alta na Rocinha. Data: 08/08/2015. Fonte: A autora, 2015.

A metodologia deste estudo se apoiou em procedimentos qualitativos combinados, reunindo diferentes formas de obtenção de dados relativos aos universos da pesquisa empírica⁵³ e da análise documental. Em síntese, ao longo de cerca de quatro anos de contatos múltiplos - entre 2014 e 2018 -, foram realizadas as seguintes atividades de pesquisa: trabalho de campo etnográfico, análise documental e entrevistas - nas modalidades de história de vida, da abordagem de temas específicos e da realização de fotoentrevistas, a partir do uso metodológico da fotografia como instrumento de pesquisa. No período final da pesquisa, foi agregada a prática da cartografia social, em formato exploratório, gerando um mapa da Rocinha da perspectiva

⁵³ Para Mariza Peirano, não há oposição entre empiria e teoria, uma vez que a teoria se aprimora e se confronta com dados novos (pelo menos, deveria). Sobre empiria, Peirano compreende: “A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação”. (PEIRANO, 2014, p. 380).

dos trajetos de distribuição do jornal⁵⁴. Os principais entrevistados foram os três jovens integrantes do Jornal *Fala Roça* responsáveis pela produção do conteúdo do veículo durante a maior parte do período da pesquisa sobre a qual se apoia esta tese. Além deles, entrevistei comunicadores de outras mídias da Rocinha (atuais ou extintas), moradores da favela e integrantes de movimentos comunitários locais. A forma como estão dispostas as fotografias no início de cada capítulo desse trabalho é uma representação do cruzamento dos instrumentos metodológicos utilizados no estudo. Lanço mão de uma fotografia (feita por mim) e escolhida pelos meus interlocutores para ser comentada nas fotoentrevistas (entrevistas cujo mote principal são fotografias, que estimulam comentários dos entrevistados, conforme explico adiante) e de falas suscitadas pelas imagens. Vale ressaltar que o conteúdo de tais entrevistas não se restringe a estas falas citadas, mas permeia toda a escrita e concepção da tese, conforme é possível notar ao longo dos capítulos.

A relação de proximidade que, aos poucos, foi se estabelecendo no chamado campo de pesquisa foi determinante para a construção também paulatina desse conjunto de técnicas que comporiam a metodologia do estudo, respeitando disposição, interesses e limites dos meus interlocutores (as). Em vários momentos, corri o risco de ser enfadonha (e talvez tenha sido), mas fiz questão de explicar do que se tratava um estudo de ciências sociais e como funcionavam os instrumentos de coleta de dados que estava propondo a eles. Diferentes momentos caracterizaram o período da pesquisa, de acordo com as possibilidades oferecidas pelos contextos, mas é possível afirmar que se tratou de um longo percurso. Tempo que abarcou quase a totalidade do período do doutorado (2015-2020)⁵⁵, com momentos de intermitências, devido às minhas contingências e às da equipe do jornal. Conforme especifico a seguir, um motivo determinante para este envolvimento desde cedo foi o fato de já ter contato prévio, desde 2014, com Michel Silva, um dos integrantes da mídia, além de conviver com pessoas que também viriam a se tornar interlocutores(as) de pesquisa. Outro fator fundamental para que se desenvolvesse uma rotina prazerosa de convivência com a equipe foi a própria existência do formato impresso do *Fala Roça*, cuja dinâmica de distribuição (realizada pelos seus comunicadores) ensejava a atividade recorrente de circulação pela favela entregando os exemplares, planejada e comandada pelos jovens a cada edição publicada. Esta atividade, que

54 A ideia de construir um mapa da Rocinha contemplando trajetos de distribuição do Fala Roça ocorreu na fase final da pesquisa. Abordo essa dinâmica no item 6.3 da tese. Serão feitos esforços para construir uma plataforma digital onde os dados gerados nessa pesquisa possam ser disponibilizados – como depoimentos, fotografias e o mapa da Rocinha -, visando facilitar o compartilhamento do conteúdo do estudo.

55 Ingressei no doutorado em março de 2015, cujo tempo regulamentar é de quatro anos. Conte com algumas extensões de prazo por motivos diversos, inclusive já no período da pandemia do Coronavírus. O curso foi, assim, concluído em 2020.

passsei a acompanhar, constituiu um momento rico para pensar, conhecer e reconhecer características socioculturais, além de valores presentes entre os moradores, inclusive do ponto de vista dos comunicadores, dando margem a considerar a situação como uma espécie de ritual – composto por características simbólicas, palavras e atos performáticos que podem remeter a um estreitamento de laços sociais. Junto ao acompanhamento da distribuição do impresso (do quarto ao oitavo número), passei a frequentar, também aos poucos, outros ambientes e situações na companhia do “pessoal” do Fala Roça.

1.1 Tudo já estava lá (antes de se tornar campo de pesquisa)

Em razão de minhas relações prévias no ambiente da Rocinha, meu percurso etnográfico escapou dos limites usuais de um trabalho de campo, com “entradas” e “saídas” bem demarcadas. Em resumo, estas relações remetem ao início do meu percurso profissional, quando já trabalhava com fotografia e começava a atuar em iniciativas de mídia em favelas do Rio de Janeiro. Era 2001 e, na ocasião, eu trabalhava na ONG Viva Rio, como fotógrafa institucional e editora de fotografia do Portal Viva Favela (realizado pela mesma instituição), que teve papel importante como veículo pioneiro na era da internet, voltado exclusivamente para notícias sobre favelas, produzidas por moradores locais (RAMALHO, 2007). Na época, conheci diferentes favelas, dentre elas, a Rocinha. A partir desta experiência, outras se desdobraram - como exposições e premiações de Direitos Humanos à equipe de fotografia do VF⁵⁶ -, mantendo o contato e a circulação por esses espaços. Em 2006, fui convidada a integrar a coordenação do Programa Agência-Escola Imagens do Povo, da ONG Observatório de Favelas, onde permaneci até 2010. Como professora de fotografia (de 2010 a 2014), tive alunos como Leandro Lima, fotógrafo, cinegrafista, morador da Rocinha e fundador do site FaveladaRocinha.com. Em 2014, retornei à Rocinha para trabalhar na coordenação do projeto Regiões Narrativas, na Biblioteca Parque da Rocinha/C4⁵⁷, realizado pela organização O

56 A equipe de fotografia do Portal Viva Favela era composta por cinco fotógrafos moradores de favelas do Rio de Janeiro, além da editora e uma assistente. Os fotógrafos eram Deise Lane, da região da Maré; Nando Dias, da Rocinha; Tony Barros, da Cidade de Deus; Rodrigues Moura, da região do Alemão e Walter Mesquita, de Queimados, Baixada Fluminense. As editoras éramos eu e a fotógrafa Sandra Delgado. Posteriormente, assumiram a frente da equipe, Sandra e Walter.

57 Inaugurada em 2012, a Biblioteca Parque da Rocinha/C4 é um lugar cuja história remete a reivindicações antigas dos moradores pela construção de um centro cultural na Rocinha. Ainda no período anterior às versões do Programa de Aceleração do Crescimento na favela, foi construído o projeto deste Centro, que se chamaria C4 (Centro de convivência, comunicação e cultura), com participação dos moradores. O projeto foi “encampado” dentro de planejamentos de diferentes governos para a favela. Finalmente, foi construído a partir da sua inserção na proposta das Bibliotecas Parque do governo do estado do RJ, em 2012, com recursos do PAC. Porém, a BPR foi entregue ao público antes de ter sua estrutura finalizada. Nos últimos anos, teve

Instituto - Projetos e Pesquisa. Em 2019, mesmo tendo encerrado o período da pesquisa de campo, continuei a frequentar a favela. Realizei encontros para retornar materiais de pesquisa ao pessoal do *Fala Roça*, além de organizar uma oficina de cartografia social, ministrada pela geógrafa Tatiana Ferreira, voltada para a equipe do jornal. Além disso, continuei a frequentar atividades do Rocinha Sem Fronteiras, casas de amigos e comemorações variadas.

Para fins analíticos, adotei como marco inicial da pesquisa a primeira distribuição dos exemplares do *Fala Roça* que acompanhei, em março de 2014, e, como final, o término de 2018 – próximo ao encerramento do curso de doutorado. Caso fosse representar graficamente este período em uma linha do tempo, ele lá estaria, entre um “antes” e um “depois”, indicando que as relações estabelecidas neste espaço geográfico da cidade já estavam em curso. E, possivelmente, por lá permanecerão depois de encerrado o tempo do doutorado. Durante o trabalho de campo, continuei em contato com pessoas e atividades já estabelecidas, além de iniciar/intensificar o envolvimento com outras, relacionadas mais diretamente à feitura do *Fala Roça* impresso – distribuição dos exemplares, reuniões de pauta, oficinas de comunicação realizadas pelo jornal, eventos variados com a participação dos seus integrantes, dentre outros. Acompanhar a entrega dos exemplares realizada pela equipe do FR se tornou rotina, além de uma atividade colaborativa: propus fazer registros fotográficos para a pesquisa e ceder as imagens para os integrantes, que as utilizaram de diferentes formas (conforme abordo mais detidamente ao tratar do uso da imagem neste estudo). Assim, tanto no período mencionado da pesquisa de campo quanto antes e depois dele, a vida na Rocinha foi fazendo parte da minha, de formas diferentes e particulares. Entre as principais, vale ressaltar a participação engajada mais recente em movimentos de moradores locais: frequentei encontros e atividades dos grupos Rocinha Sem Fronteiras, Museu Sankofa Memória e História da Rocinha e A Rocinha Resiste, passando ir à Rocinha, em média, uma vez por semana – principalmente entre 2017 e 2018, ao finalizar os créditos das disciplinas do doutorado. Em paralelo, participei também do projeto Memória Rocinha (parceria entre o MSMHR e o Instituto Moreira Salles), de agosto a dezembro/2015, e fui voluntária junto ao projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro denominado “A construção dos planos populares como estratégias de resistência aos projetos urbanos hegemônicos”, voltado para regularização fundiária na região do Laboriaux (na parte alta da Rocinha) e realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), em parceria com moradores da favela, entre agosto/2017 e março/2018.

repassa de recurso cortados, demitiu funcionários e fechou as portas por mais de um ano. Voltou a funcionar em tempos recentes, com horários e atividades reduzidos.

É importante notar que a minha participação nos grupos RSF, MSMHR e ARR⁵⁸ ocorreu na medida em que os laços foram se estreitando com os moradores e havia identificação da minha parte com as discussões e lutas relativas aos direitos ligados a espaços de favelas e periferias da cidade. Minhas contribuições se davam na escuta, no diálogo e em habilidades mais objetivas, como a fotografia, registros e auxílios em reuniões (quando necessário). Esta convivência foi se ampliando devido a circunstâncias do cotidiano local, junto às afinidades, e possibilitou o contato com diferentes gerações de moradores da favela que participavam dos grupos, muitos deles considerados “lideranças” ou “articuladores” locais; enquanto o RSF e o MSMHR eram frequentados sobretudo por pessoas, em média, acima dos 30 anos, o ARR, foi criado por pessoas mais jovens (em geral, abaixo dos 30 anos), igualmente interessados na existência de espaços de discussões e ações, porém, com formato mais flexível.

Na época em que iniciei o trabalho de campo, em fase exploratória, trabalhava na BPR, na equipe de coordenação do projeto Regiões Narrativas, voltado para o aprendizado e a experimentação de linguagens da comunicação (fotografia, vídeo e animação); como mencionei, um dos jovens fundadores do *Fala Roça*, Michel Silva, era monitor do mesmo projeto. Pela BPR circulava uma quantidade considerável de moradores e era, também, um dos espaços de reunião do FR, que lá armazenava os fardos dos exemplares do impresso antes da distribuição. Durante o tempo em que trabalhamos juntos, Michel comentava sobre as caminhadas que fazia pela favela entregando os exemplares do *Fala Roça* e chamou minha atenção, por conta da experiência rica de trabalho com o Portal *Viva Favela*, anos atrás. Tive curiosidade de saber como seria produzir um impresso, hoje em dia, em um espaço de favela e o que motivava jovens da Rocinha a fazê-lo já em “tempos de internet”. Em 2001, o início do meu contato com o universo dos Direitos Humanos havia sido, justamente, em um contexto em que crescia a insatisfação de moradores de favelas diante da criminalização destes espaços, por setores da sociedade como a grande imprensa, responsabilizando seus habitantes pelo aumento

58 Essas instâncias de participação coletiva local são chamadas de ora “movimento”, ora de “grupos” por seus integrantes. Faço uma contextualização maior do Rocinha Sem Fronteiras no capítulo 6. Por ora, segue uma visão geral: o RSF e o MSMHR são mais antigos e seus participantes coincidiam na época em que os conheci, sendo o Museu (fundado, aproximadamente, em 2010) realizado por um número mais reduzidos de moradores e voltado, sobretudo para questões relativas à memória e história local. Criado em 2006, o RSF teve origem por meio de jovens integrantes de um grupo da igreja católica e, atualmente, é coordenado principalmente por antigas lideranças locais, como José Martins Oliveira, junto a alguns jovens como Simone Rodrigues. Por ser aberto à participação de moradores e não moradores locais, passei a frequentá-lo em 2015: suas reuniões mensais acontecem na Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, com um formato fixo. O objetivo é “discutir direitos e deveres dos cidadãos”, conforme explica José Martins. O ARR se formou em janeiro de 2018, agregando principalmente uma geração mais jovem; também é um grupo aberto a participações externas, mas o formato dos encontros e discussões é mais flexível e variado. Nasceu sem uma causa específica, tendo como motivação predominante ser um espaço de diálogo e fortalecimento de laços afetivos, num período de intensificação dos conflitos armados na Rocinha. Comecei a frequentá-lo desde o período inicial.

de crimes violentos na cidade (LEITE, 2000). A época era do surgimento da internet, trazendo novas possibilidades de criação de meios de comunicação por essa população. E era forte também a reivindicação de lideranças de favelas por mudanças na cobertura dos grandes veículos, assim como por apoio à realização de suas próprias mídias, conforme ocorreu na história da criação do *Viva Favela* (RAMALHO, 2007).

Após ser aprovada na seleção para o doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, pude iniciar de fato a pesquisa junto ao *Fala Roça*. Os sábados eram os dias destinados às atividades pela equipe. Assim, grande parte dos meus sábados, de 2015 a 2016, também foi destinada ao jornal. Mas, na medida em que o tempo passava, eu não estava lá somente em função da pesquisa; passei a estar igualmente pelo prazer da companhia das pessoas que realizavam o jornal, alguns dos seus familiares e muitas outras pessoas com quem interagia na Rocinha. Além dos “sábados do jornal”, havia eventos na BPR, reuniões dos grupos de moradores, projetos nos quais participava, visitas a conhecidos que trabalhavam na Rocinha, refeições nos diversos restaurantes e cervejinha nos bares. Era a extensão de casa.

As fontes empíricas de análise sobre o *Fala Roça*, portanto, são provenientes das interações, entrevistas e conversas informais com comunicadores do jornal, alguns de seus familiares e outros tantos interlocutores (as) mencionados. A maior parte dos dados incluídos da tese provém das entrevistas feitas com participantes do núcleo responsável pelas tarefas de produção do FR, composto por cinco pessoas no período da pesquisa: Beatriz, Michel, Michele, Monique e Tainara – os três primeiros encarregados das reportagens, edição e coordenação editorial, com o apoio das duas últimas, na parte da produção geral, ou seja, administração e distribuição do impresso. Dentre estes, concentrei as entrevistas junto aos três primeiros Beatriz, Michel, Michele, cujas funções desempenhadas no cotidiano do jornal são melhor descritas no capítulo 4. Contribuiu para a escolha das entrevistas voltadas para estes três jovens o fato de serem os produtores de conteúdo do FR e, aos meus olhos, terem maior influência na tomada de decisões relativas aos rumos da mídia. A equipe do jornal teve mais alterações no seu período inicial (entre 2012 e 2013), quando outros jovens moradores locais atuaram, mas acabaram se distanciando (assunto abordado no capítulo 3), a ponto de permanecer apenas um integrante - Michel -, por um breve período. Somente ele e sua irmã, Michele, participaram do jornal desde a sua fundação; Beatriz ingressou na equipe no período da produção entre a terceira e a quarta edições impressas (em 2014).

Considerando o fato de muitas reuniões acontecerem na casa onde então moravam os irmãos Michel, Michele e Monique, com os pais, aproximei-me também de sua mãe, Dona Josita. Amável, generosa, protetora, sempre disposta a trocar um dedo de prosa, ela também se

tornou interlocutora frequente, participando inclusive de entrevistas que fiz com seus filhos. Por conta da grande vontade de falar sobre suas raízes familiares, fiz questão de escutá-la, realizando com ela uma entrevista de história de vida. O pai, Seu Paulo, era igualmente amável, porém, um problema auditivo provocava maior dificuldade em dialogar.

1.2 Entrevistas e análise documental

Ao todo, foram realizadas 21 entrevistas, sendo 10 no formato de história de vida, com comunicadores da Rocinha, e 11 com moradores da favela sobre temas relacionados à comunicação, acesso à informação, políticas públicas, movimentos comunitários na Rocinha, assuntos do cotidiano e outros que foram se sobressaindo, de acordo com as escutas⁵⁹. Nem todas essas entrevistas puderam ser incorporadas, diretamente, neste trabalho, uma vez que a densidade de cada uma demandaria espaços bem mais alargados para abordá-las. Entretanto, a maior parte delas serviu como apoio significativo às reflexões presentes nestas páginas. Adotei um formato geral nas entrevistas muito próximo de conversas e diálogos abertos, embora, em casos específicos, tivessem um roteiro semiestruturado, apontando temas a serem abordados. Isso se deu, pois muitas relações “no campo” já existiam antes do início da pesquisa, além disso, senti necessidade de encontrar “jeitos” menos impositivos de realizar as entrevistas. Com integrantes do *Fala Roça*, além das inúmeras conversas informais, realizei os três formatos de entrevista mencionados, o que só se tornou possível, pelo respeito mútuo que construímos ao longo dos quatro ou cinco anos de convivência. Creio que encontramos uma sintonia, visto que muitos desses momentos parecem ter servido como oportunidades de pausa para reflexão sobre a prática que os comunicadores estavam realizando, em meio ao turbilhão de tarefas do jornal e do restante da vida para dar conta.

As entrevistas com Michele (nascida em 1989), Michel (em 1993) e Beatriz (em 1994) para esta pesquisa foram realizadas em dois formatos: história de vida e usando fotografias como gatilhos para falarem sobre suas experiências em relação ao *Fala Roça*. Ambos formatos realizados individualmente por duas razões: respeitar as privacidades (e eventuais decisões de retirar ou modificar algum trecho) e por conta da dificuldade maior em agendar encontros com a presença dos três jovens. Nossos encontros conjuntos eram, em geral, em reuniões do jornal – atividade que já lhes tomava o tempo livre disponível; a possibilidade do acompanhamento destas ocasiões e da realização das entrevistas se deu justamente devido ao respeito aos tempos

59 Ver o mapa das entrevistas da pesquisa no Anexo G.

(escassos) dos comunicadores e também por me dispor a ir até eles, onde estivessem (sem que necessitassem se deslocar até mim). Houve, ainda, respeito aos tempos da Rocinha, ou seja, a situações que se impuseram à favela e causaram efeitos devastadores aos moradores. Exemplos foram os conflitos armados iniciados em 17 de setembro de 2017 e as enchentes de fevereiro de 2019 na Rocinha. Quanto aos conflitos, tiveram início a partir da disputa de grupos criminosos pelo domínio do comércio varejista local de drogas ilícitas, pela atuação das forças policiais e armadas do Estado na favela e, na sequência, pela instalação da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (de fevereiro a dezembro de 2018), cujas ações foram questionadas por organizações da sociedade civil⁶⁰ e moradores locais, por não terem resultado objetivamente na redução dos conflitos; mas, ao contrário, terem produzido números recordes de operações policiais, com registros de diversas violações de direitos⁶¹. Nesse período, de acordo com o jornalista Edu Carvalho, jovem oriundo da Rocinha, em setembro de 2018 (um ano após o início dos conflitos armados de 2017 e já nos tempos da Intervenção Federal), houve 217 confrontos, 58 mortes, 25 feridos, 596 interrupções de serviços de saúde e três incursões das Forças Armadas nessa favela⁶². Quanto às enchentes, causaram novas perdas e traumas para a população local. Em vez de optar por fazer uma grande cobertura dos efeitos das chuvas na favela, integrantes do *Fala Roça* foram para a “linha de frente” organizar e participar de mutirões de limpeza das casas e campanhas de doação para centenas de famílias.

A análise documental do *Fala Roça* foi realizada com base em algumas escolhas relacionadas ao universo do seu noticiário. Diante da impossibilidade de abarcar toda a sua produção de conteúdo (crescente, diga-se de passagem), propus concentrar a atenção no suporte impresso que, então, compreendia um total de oito edições publicadas entre maio de 2013 e agosto de 2016. Destas, acompanhei percursos de produção e distribuição das últimas quatro. Em 2016, houve uma interrupção, não programada, do formato impresso, tratada nesta tese como uma paralisação sem previsão de retorno – seguindo entendimento a partir dos comunicadores do FR. Dificuldades de conciliar as atividades do jornal (em geral, não remuneradas) com trabalhos e estudos dos realizadores, junto ao medo de percorrer a favela distribuindo os exemplares em meio aos intensos conflitos armados iniciados a partir de 2017

60 PAIVA, Anabela. Intervenção Federal: um modelo para não copiar. n. 10.

61 Relatório da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a partir da realização do “Circuito de Favelas por Direitos”, identificou 30 tipos de violações recorrentes em cerca de trinta favelas no período da Intervenção Federal. O propósito foi “Identificar padrões de atuação das forças de segurança” com base em relatos de moradores – acompanhei a visita à Rocinha em 13 de abril de 2018. Disponível em: http://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relato%CC%81rio_Final_Circuito_de_Favelas_por_Direitos_v9.pdf

62 A esse respeito, ver texto publicado no Observatório da Intervenção, pelo jornalista Edu Carvalho, da Rocinha. Disponível em: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/os-numeros-que-me-atingem/>

na favela foram algumas das razões que contribuíram para a interrupção da versão impressa. Por sua vez, a versão *online* da mídia prosseguiu, com períodos de maior ou menor atividade de acordo com as disponibilidades da equipe. Já em 2020, após o término desta pesquisa e em meio à pandemia do Coronavírus, a nona edição foi publicada; desta vez, distribuída na Rocinha junto com cestas básicas arrecadadas por meio de uma campanha de doações organizada pelo *Fala Roça*.

Ainda no que diz respeito às escolhas relativas ao meio impresso para análise, está o fato de o *Fala Roça* ter sido concebido, no processo que o originou, inicialmente voltado para o formato em papel (conforme menciono no capítulo 4). Saber o que moveu o grupo de jovens da Rocinha a pensa-lo dessa forma (diante das possibilidades mais acessíveis de plataformas de informação na internet) já seria relevante. Afinal, na primeira década dos anos 2000, “Os jovens já estavam decretando o fim do jornalismo impresso com o avanço tecnológico”⁶³, na percepção de Michel Silva, um dos fundadores do jornal, então com 17 anos. Mas não só o meio impresso permanecia ativo em diferentes contextos, como Michel também parava, nos intervalos de suas aulas ainda no ensino médio, para ler as notícias “que estampavam matérias sobre as ocupações militares nas favelas do Rio, em 2010”, conforme a narrativa de sua história de vida por ele mesmo. Ler o que, pouco depois, seria escrito no *Fala Roça* impresso, em par com o contexto de produção do veículo, traria a possibilidade de conhecer melhor também a estruturação do ambiente urbano da cidade e das suas relações sociais na década que agora se encerra – partindo do prisma de olhares de dentro da Rocinha.

Junto a isso, é fundamental perceber, ainda, que a mídia “em papel”, produzida e distribuída batendo perna pelos becos da favela, também dialoga com as plataformas digitais e redes sociais da internet vinculadas ao mesmo jornal. Matérias produzidas para o impresso eram reproduzidas no *site* e divulgadas nas mídias sociais digitais do jornal, por exemplo. Essa questão guarda maior complexidade, entretanto, creio ser apropriada, nesse caso, a concepção articulada por Jair de Souza Ramos, de que as relações na internet são potencializadas com a existência dos vínculos também face a face (RAMOS, 2015), ensejando uma ideia de continuidade entre os mundos *on-line* e *off-line*⁶⁴, longe de uma oposição ou separação entre tais dimensões da vida social. Isso não significa dizer que todos os moradores da Rocinha

63 Trecho do livro autobiográfico de Michel ‘*Construindo mídia comunitária: as experiências de Michel Silva*’, em fase de redação.

64 *On-line* e *off-line* são expressões frequentemente usadas no meio jornalístico, designando inclusive um de seus setores mais recentes, o “Jornalismo on-line”, que diz respeito à produção de informação voltada para plataformas de comunicação digital. No senso comum, estas expressões designam interações realizadas no ambiente da internet e fora dele. Trataram-se de termos muito usados por meus interlocutores, integrantes de mídias de favelas. Por terem se tornado já recorrentes na linguagem coloquial, não irei usá-los entre aspas.

possuem acesso à internet e, muito menos, que os “conectados” fazem o mesmo tipo de uso desta rede e dispõem das mesmas habilidades para tanto, conforme discutido no capítulo 3 desta tese. Porém, dentre aqueles que fazem uso intenso dessa tecnologia, na localidade, estão os grupos que lidam com atividades de comunicação, a exemplo dos participantes do *Fala Roça*, apesar de também estarem expostos a dificuldades relativas à infraestrutura urbana local, como as oscilações frequentes no sinal da rede de computadores e na rede elétrica.

Dialoguei, ainda, com outras mídias locais contemporâneas e do passado, na medida em que ajudavam a iluminar o caso do Jornal *Fala Roça* e a sua inserção em um campo maior de meios de comunicação da Rocinha. Nesse sentido, analisei, de forma mais genérica, acervos de outros dois jornais impressos da Rocinha, já extintos – *O Tagarela* (1976-1981) e *Rocinha Notícias* (2001-2011). Considero relevante explicitar, ainda, escolhas como a de levantar e usar fontes de conhecimento produzidas localmente sobre a Rocinha (publicações acadêmicas e documentais, periódicos, produções audiovisuais, páginas na internet, fontes orais, romances, etc.) e a de não seguir um formato mais convencional na organização da estrutura da tese, evitando, por exemplo, incluir um capítulo dedicado à história da favela. A Rocinha, que há muito tem seu chão pisado por pesquisadores, escritores, jornalistas, fotógrafos, produtores audiovisuais, documentaristas, etc. brasileiros e de várias partes do mundo, também (felizmente) já conta com uma produção crescente de visões (acadêmicas ou não) locais sobre o seu próprio cotidiano e história – além de trabalhos feitos em parceria entre olhares endógenos e exógenos. No que diz respeito à sua história, por exemplo, considero obrigatória a leitura do *Varal de Lembranças: histórias da Rocinha*⁶⁵, publicação dos anos 1980, reunindo relatos de moradores sobre o seu cotidiano e memórias que costuram as suas histórias com as da favela. Portanto, os aspectos históricos aqui referidos serão aqueles encontrados nas fontes acima mencionadas, com pretensão apenas de agregar sentidos ao processo de comunicação deste estudo.

1.3 Etnografia e ponto de vista situado

A narrativa deste trabalho foi construída a partir de um ponto de vista subjetivo (COELHO, 2016, p. 10) e situado. Alguns traços de universos aos quais me considero pertencente, além de marcadores identitários, situam o lugar de onde parto para escrever este trabalho: mulher,

65 Ver SEGALA, Lygia; SILVA, Tania Regina da (orgs). *Varal de Lembranças: histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, Editora Tempo e Presença, SEC/MEC/FNDE, 1983.

branca, próxima da meia-idade, oriunda de camadas de renda consideradas médias. Nasci na zona sul do Rio de Janeiro, morei em diferentes regiões da cidade (sul, norte, centro), do estado (além da capital, nos municípios de Petrópolis e Resende) e fora do país (no Reino Unido e Itália). Filha de médico com enfermeira/dona de casa, estudei em escolas particulares, onde tive contato com o movimento estudantil, por meio do qual conheci pessoas de diferentes classes sociais e regiões da cidade. Cursei o ensino superior em universidades públicas, onde me graduei em Jornalismo, fiz mestrado em Sociologia e antropologia e doutorado em Ciências Sociais. Apesar de não ter planejado a carreira acadêmica, considero-me privilegiada em função das minhas origens e por ter conseguido acessar boas escolas e universidades. Meus percursos profissionais transitam entre o fazer fotográfico (em contextos variados, mas principalmente voltado para o universo documental/humanista), atividades de pesquisa, docência em Comunicação Social e a coordenação de projetos variados relacionados à mídia e fotografia em regiões de favelas (entre 2001 e 2014). Faz parte da minha trajetória, ainda, o engajamento em iniciativas por direitos voltadas, principalmente, para a área da Comunicação como Direito Humano (RIPPER, 2009). Ainda recém-formada, vinculei-me a esta concepção de que a Comunicação e, particularmente, a produção imagética se tratava de um campo de luta por direitos. No começo do percurso profissional, comecei a trabalhar como fotógrafa e integrante de projetos de comunicação em organizações da sociedade civil (ou ONGs) em favelas do Rio. Passei a conviver nesses locais e aprendi que as notícias (textos e imagens) provocavam efeitos concretos (não raro, prejudiciais) nas vidas dos moradores. Ali, criar a própria comunicação muitas vezes não era escolha - era sobrevivência.

Esses trajetos expressam uma subjetividade, da qual evidentemente não posso me despir, localizando-me em um ‘ângulo de observação’ que possui proximidades e distâncias, por exemplo, em relação aos dos meus interlocutores de pesquisa. A partir desse lugar, realizei a presente pesquisa e escrevo esta tese. Este lugar subjetivo diz respeito também a visões de mundo, ao contexto sociocultural onde estou inserida, pertencimentos identitários, etc. Portanto, conecta-se a um “lugar de fala”⁶⁶, termo que vem sendo muito acionado nos tempos atuais, principalmente, por grupos que buscam reconhecimento de seus direitos. Conforme o entendimento de Djamila Ribeiro, tratam-se das condições sociais (coletivas) que permitem (ou

66 “Lugar de fala” é um conceito de origens imprecisas que, aqui, será compreendido a partir da proposta de Djamila Ribeiro, em *O que é lugar de fala*, conforme mencionado anteriormente. Ribeiro se baseia nos entendimentos de Patricia Hill Collins sobre *feminist stand point* (ou ponto de vista feminista), relacionado às condições sociais que permitem ou não que determinados grupos acessem “lugares de cidadania”. Complementando: “Não se trata de experiências individuais, mas de entender como o lugar social que determinados grupos ocupam restringem oportunidades” (2017, p. 61).

não) o acesso de determinados grupos a “lugares de cidadania” (2017, p. 61). Mas explicitar a dimensão situada implica assumir responsabilidades (HARAWAY, 1995). Nesse sentido, um deles é seguramente o meu compromisso de compartilhar os debates que proponho nestes espaços de produção de conhecimento (tanto do doutorado como da tese) com os interlocutores da pesquisa, outros moradores e atores sociais da Rocinha (de acordo com seus interesses, claro). Outro compromisso é o que diz respeito à contribuição para a ampliação do direito de os moradores de favelas falarem por si – este pode ser realizado de diversas formas, como já venho fazendo há alguns anos.

Mas como lidar com essa dimensão que se tornou comum nomear de engajada? Trata-se de uma questão complexa sobre a qual muitos autores/as já se debruçaram. Um olhar mais aprofundado sobre ela será possível em momentos futuros; por ora, destaco somente alguns poucos pontos relacionados à experiência específica desta pesquisa. A primeira era um incômodo de não saber como abordar situações que eu temia que pudessem prejudicar os sujeitos da pesquisa. Como explicitou Cunha (2009) a respeito da antropologia e sociologia reflexivas, embora conheçamos exemplos de “pesquisadores engajados que tomam quase como uma missão olhar para a vida social, na cidade ou no campo, assumindo o desafio de se posicionarem a partir do saber científico, sem hesitarem em se posicionar no campo político, não é fácil assumir posições”. Uma saída encontrada no meu caso, embora não resolvesse completamente o problema, foi compartilhar ideias com os principais interlocutores e buscar explicitar o rumo das minhas reflexões. Nesses momentos, frisei para eles outro ponto também mencionado por Cunha e Souza, retomando considerações de muitos outros pesquisadores/as: “o discurso e a produção acadêmicos é há décadas um conhecimento entre muitos” (grifo da autora) (SOUZA, 2017, p. 277).

Embora busque aqui uma construção textual dialógica, tomando como base, tanto quanto possível, as perspectivas dos sujeitos com quem interagi e siga procedimentos metodológicos diversificados, o meu ponto de vista prevalece ao final. Trocando em miúdos, acredito ser disso que se trata: compreender o texto etnográfico como uma construção e, portanto, já adentrando o universo da ficção, ou das “verdades parciais”, conforme Clifford (2016, p.31), é o caminho para o qual muitos antropólogos já vêm apontando há alguns anos (CLIFFORD e MARCUS, 2016), no sentido de assumir este lugar da escrita etnográfica. Esta concepção me parece dialogar com a ideia de etnografia não como método, mas como fonte de contribuições teóricas (PEIRANO, 2014, p. 381). Encarar os procedimentos em torno deste fazer/saber etnográfico a partir de um ponto de vista crítico (já explicitado) foi um dos ensinamentos obtidos com a presente experiência de pesquisa, junto às reflexões em torno dos

desafios atuais suscitados pelos estudos realizados em favelas e nas chamadas periferias do Rio de Janeiro. Ao longo desse tempo, além de atentar para a dimensão de processo e intersubjetividade da etnografia (PATRIARCA, 2012), questões éticas, políticas e de representação me fizeram pensar sobre os modos de realizar a minha própria pesquisa. Quem fala, como fala e para quem fala? E, ainda, quais são as implicações e utilidades do que o/a pesquisador/a fala? Embora essas perguntas nem sempre me tenham sido feitas explicitamente, tornaram-se uma meta reflexão - que apenas se insinuara durante o trabalho de campo do mestrado (no conjunto de favelas da Maré, em 2003/5) - que se fez definitivamente presente dez anos depois, nos tempos do doutorado. Afinal, é forçoso reconhecer que a reivindicação de um “lugar de fala”, através da própria existência do Jornal *Fala Roça*, assume uma dimensão de grande relevância no âmbito desta pesquisa. Sendo assim, além de explicitar o lugar de onde parto para fazer as reflexões deste trabalho, optei pelo texto escrito em primeira pessoa e me comprometi com o retorno dos debates aqui levantados aos meus interlocutores.

Ainda no que diz respeito aos aprendizados obtidos, percebi, na prática, a importância de questionar a “autoridade etnográfica” (CLIFFORD, 2002) e a entender que, além de serem respeitados, os incômodos e as reivindicações externados por moradores/as e movimentos de favelas e periferias⁶⁷ – diante de pesquisadores/as que por lá chegam com suas propostas de investigação – devem ser visibilizados, discutidos e também incorporados aos percursos etnográficos. Por outro lado, explicitar incômodos e emoções sentidos por parte dos pesquisadores/as, durante a realização de seus estudos, podem também cumprir o papel de chamar atenção para a existência de suas subjetividades (CLIFFORD; MARCUS, 2016, p. 10)⁶⁸. Reflexões críticas em torno do fazer antropológico há muito vêm sendo feitas e, em tempos mais recentes, se voltaram para o texto etnográfico propriamente dito. Avanços vêm ocorrendo no sentido de problematizar essa escrita, evidenciando, por exemplo, sua dimensão ficcional (no sentido de construção, fabricação) – conforme já salientaram muitos autores/as (CLIFFORD, 2002; RABINOW, 2016; MARCUS, 2016, entre outros), em especial, na coletânea *A escrita da cultura*⁶⁹, em que as etnografias se tornaram elas mesmas objeto de

67 Ao longo dos anos desta pesquisa, deparei-me, muitas vezes, com questionamentos, por exemplo, sobre a utilidade das pesquisas acadêmicas em/sobre favelas – na Rocinha ou em outras favelas do Rio que frequento. Alguns me foram feitos de forma direta, outros colocados de forma mais genérica em situações em que estive presente. Como parte desse contexto, surgiu, em 2016, o “Espaço” *Pra que e pra quem servem as pesquisas sobre favelas?* (conforme sua autodenominação), que realizou uma de suas apresentações no núcleo de pesquisa Cidades, do PPCIS/UERJ, do qual faço parte.

68 COELHO, Maria Cláudia. “Sobre tropas e cornetas: apresentação à edição brasileira de *Writing Culture*”.

In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (orgs) *A Escrita da Cultura*. Ed. UERJ, Papéis Selvagens, 2016.

69 CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (orgs). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2016.

análise. Lançar um olhar crítico para a “autoridade etnográfica”, evidenciando os jogos de poder inseridos na construção de narrativas sobre a alteridade, junto aos perigos trazidos pela noção de cultura, quando empregada de forma homogeneizante, estão entre as principais contribuições desses autores/as. Outro ponto sensível nesta discussão é a naturalização da centralidade do trabalho de campo como garantia de autenticidade dos dados obtidos. Nesse sentido, Akil Gupta ressalta que combinar a observação de campo com outros métodos, tal como a análise documental, pode ajudar a desmistificar a ideia de que o “estar lá”, por si só, garante um pretenso conhecimento global ou “autêntico” da situação investigada (GUPTA, 2006, p. 213).

Sobre a minha fala, é importante frisar que não busco aqui ser porta-voz de nenhum grupo. Não é possível me despir da minha subjetividade e do meu lugar social, como mencionei. Falo *sobre* uma mídia e acredito que *com* ela (em alguma medida), mas não *por* ela. Ela fala por si. Tenho por este jornal um sentimento de admiração, desde o início da pesquisa de campo explicitado, ao menos, através da minha alegria ao acompanhar os/as meninos/as (como, por vezes, aparecem no meu imaginário) entregando o jornal pela Rocinha. E mantive com estes jovens da equipe uma relação, sobretudo, de diálogo desenvolvida ao longo do tempo (a meu ver). O formato e a linguagem usada na escrita deste trabalho talvez não sejam muito usuais para um trabalho acadêmico, mas busquei torná-lo mais acessível, dessa forma. Faço um parêntese para me referir a conversas com minhas/meus interlocutoras e interlocutores em que busquei esclarecer o que seria um “objeto de estudo”; em poucas palavras, expliquei se tratar, efetivamente, de uma criação conceitual do/a pesquisador/a, não de uma pessoa ou uma “coisa” em si, mas de uma ou mais questões teóricas que formulamos sobre pessoas, grupos, relações e processos sociais etc. E este universo de pessoas, grupos ou processos é, em geral, um recorte de uma realidade muito maior. Conversamos também sobre a escrita da tese; fizemos uma espécie de pacto de buscar redigir um texto com linguagem acessível também para leitores não especializados no universo acadêmico. Outro aspecto relativo às vozes presentes neste trabalho é o desafio que assumo de buscar uma forma mais dialógica entre as minhas falas e as de meus e minhas interlocutoras. Nesse sentido, faço o exercício, por exemplo, de reproduzir parte considerável de suas narrativas de história de vida, além de partir das vozes dos jovens comunicadores para conduzir temas tratados nesta etnografia – apesar de saber que o preço disso pode ter sido um maior volume de páginas.

No período inicial do trabalho de campo, deparei-me com o contexto desafiador de lidar com relações de proximidade já construídas na Rocinha e outras que se formavam. Ou seja, laços sociais estavam ali antes de o estudo chegar. E, a partir deles, foram surgindo diferentes situações de convívio que não passavam diretamente pela pesquisa – por exemplo, participando

de movimentos de moradores e iniciativas ligadas à memória e à regularização fundiária local. Ao mesmo tempo, havia também um certo distanciamento, uma vez que uma parte das relações era recente, outras provinham de contextos de trabalho, auxiliando no movimento de estranhar o familiar. Junto a isso, não ser moradora da Rocinha foi um fator importante de diferenciação e que trazia outro tipo de complexidades, embora a receptividade e a boa acolhida das pessoas conhecidas tenham sido (e ainda sejam) predominantes em todas as ocasiões de convivência na favela. Foram inúmeras as vezes em que cheguei ou saí sozinha, a caminho de alguma reunião, encontro, entrevista, comemoração ou evento e encontrei pessoas conhecidas nas ruas, ao acaso, que em geral demonstravam simpatia. Como lembra Gilberto Velho, “o pertencimento a vários grupos, redes e círculos sociais” é fenômeno cada vez mais comum nas sociedades contemporâneas e, ao mesmo tempo, estes “multipertencimentos” auxiliam o antropólogo a pesquisar sua própria sociedade e, “dentro dela, situações com as quais ele tem algum tipo de envolvimento e das quais participa” (VELHO, 2003, p. 18). No meu caso, essas circunstâncias não foram calculadas, tampouco eram tão conscientes todos os meus possíveis universos de pertencimento. Mas, sim, alguns se fizeram sentir e trazer aproximações, como a participação no mundo da comunicação (onde tenho múltiplas entradas, inclusive pela via das favelas), que trazia interesses e experiências em comum com interlocutores da pesquisa. Em relação à equipe do Fala Roça, inicialmente, tive dúvidas sobre até onde deveria ir a nossa proximidade – provavelmente os comunicadores também tiveram –, mas só quando deixei de me preocupar com o que, de fato, não podia controlar e resolvi apenas vivenciar as situações, essas dúvidas cessaram.

Por outro lado, na convivência com o universo das favelas em geral, houve situações delicadas em que entraram em cena descontentamentos em relação a pesquisadores “de fora” da favela e outros atores sociais, como jornalistas, que não estabeleciam relações éticas com os moradores, como cumprir o que diziam que iriam realizar e dar retorno sobre os resultados. Quanto a isso, a relação de confiança construída junto à equipe do *Fala Roça* e aos demais interlocutores da pesquisa foi fundamental. Não havia o que esconder, uma vez que concordava inteiramente com as reivindicações dos moradores e estava disposta a contribuir com o fortalecimento de suas vozes e para relações construtivas entre os mundos heterogêneos das favelas e das universidades. Neste processo, percebi o quanto era importante esclarecer detalhes de procedimentos e metodologias de pesquisa que, muitas vezes, não eram explicitados aos moradores; eles apenas se viam diante de questionários a serem respondidos sem terem chance de participar da construção do próprio processo de pesquisa. Neste sentido, mesmo que fosse estranha a ideia, fiz questão de esclarecer que o objeto do estudo “não estava pronto”, mas se

construindo, junto com o fluir das suas vivências, sem ser imposto de antemão. Além disso, retornar o material da pesquisa, quando ganhasse forma, passou a ser não só um compromisso, mas uma nova oportunidade de estreitar diálogos.

Nas reuniões de movimentos de moradores das quais participava (inicialmente o Rocinha Sem Fronteiras e, depois, o A Rocinha Resiste), ao me apresentar, dizia estar ali para tentar contribuir como pudesse com as minhas ideias, independentemente de estar desenvolvendo um estudo sobre um processo de comunicação na favela. Os assuntos que agregavam as pessoas nestas reuniões, não raro, pareciam muito mais relevantes e urgentes do que a minha pesquisa, como os momentos críticos dos conflitos armados na Rocinha, entre 2017 e 2018, e os problemas cotidianos de transporte e infraestrutura. De qualquer forma, sempre que surgiam curiosidades sobre o meu estudo, estava pronta a responder; a única ressalva era o limite ético de não poder comentar sobre detalhes específicos relativos ao *Fala Roça* enquanto não desse retorno, primeiro, à própria equipe do jornal sobre assuntos que seriam tratados na tese. Tais esclarecimentos eram compreendidos.

1.4 Sobre o uso da fotografia como instrumento de pesquisa

Conforme sintetiza Milton Guran, “Uma fotografia pode ser o ponto de partida de uma reflexão antropológica ou o resultado dessa reflexão” (2011). Na pesquisa sobre o processo de comunicação do jornal *Fala Roça*, a fotografia foi um dos pontos de partida para a reflexão sobre a forma específica de comunicação estabelecida, ou inventada, no contexto de realização deste periódico na Rocinha. Logo que conheci os jovens comunicadores, propus à equipe do periódico fotografar a dinâmica da distribuição dos exemplares impressos do *Fala Roça*, entregues na favela pelos seus próprios integrantes. A ideia foi bem recebida e, assim, comecei a acompanhar as atividades desta mídia: caminhando pelas ruas, becos e vias estreitas, conhecendo mais a Rocinha, seus moradores, os comunicadores e o seu jornal. Não havia um direcionamento específico sobre o que fotografar, apenas o contexto da distribuição; meu olhar seguia as trilhas dos jovens espalhando suas narrativas por diferentes partes do morro, umas mais, outras menos conhecidas para eles. Ao protagonizar esta ação, foram retratados, além de pessoas que participavam da equipe da entrega, moradores que recebiam o impresso e o seu entorno. Aos poucos, a distribuição se tornou uma das principais atividades relacionadas a este periódico acompanhadas durante a pesquisa, ao longo de cerca de quatro anos de convivência (de 2014 a 2018). Das oito edições lançadas, estive na entrega de cinco (da 3^a à 8^a, com exceção

da 4^a), publicadas entre 2014 e 2016. A realização das imagens foi feita sempre de forma consentida e as fotos cedidas para a equipe do jornal.

Nestes momentos, estavam presentes os comunicadores que se tornaram os principais interlocutores da pesquisa - Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva. Michel organizava a logística dessa atividade e, muitas vezes, saía sozinho com a mochila cheia de fardos do impresso, para entregar ou colocar em pontos fixos na favela. Cada edição, tinha em média cinco mil exemplares, portanto, necessitava de vários dias de distribuição. Inicialmente, a intenção da atividade fotográfica foi conhecer como acontecia a forma de comunicar do *Fala Roça* no dia a dia e, assim, conhecer melhor a própria favela conduzida pelo trajeto da entrega dos exemplares para os moradores, correspondendo à dinâmica de fotografar para descobrir, conforme assinala Milton Guran em relação ao uso da fotografia em pesquisas de Ciências Sociais (2011). Além disso, tornou-se uma forma de interação com os integrantes do jornal por meio da troca de experiências relativas ao universo da comunicação jornalística e do conhecimento mútuo de visões de mundo. Outro aspecto relevante foi a fotografia ter contribuído para que eu me integrasse, de certa forma, às atividades do *Fala Roça*, evitando que a pesquisa tomasse o tempo já escasso dos integrantes.

Devido à minha atividade profissional na área da fotografia, supus que as imagens cedidas pudessem ser úteis e contribuir para dar visibilidade ao jornal. Ao que tudo indica, assim aconteceu: as fotos foram usadas principalmente em materiais de divulgação da mídia, além de se tornarem parte da metodologia do estudo, incorporadas às técnicas de entrevista realizadas. O fato de terem sido usadas como forma de apresentação do jornal ao seu público agregou às representações contidas nas fotos a dimensão de uma construção coletiva, compartilhada.

Como instrumento de pesquisa, o uso das imagens se deu da seguinte forma (acordado com os interlocutores): selecionei conjuntos de fotografias das situações de entrega do jornal (compreendendo quatro edições publicadas, de um total de oito), tendo como critério principal evitar repetições de cenas semelhantes. Estes conjuntos de imagens foram comentados por Beatriz, Michel e Michele, de acordo com a livre escolha das fotos que lhes instigassem a falar. Organizei as fotografias que tirei da distribuição das edições do jornal de acordo com as datas em que foram tiradas. No total, havia seis conjuntos de imagens, retratando igualmente seis ocasiões de distribuição do jornal. Apresentei os conjuntos de fotos para cada integrante do jornal, em separado, devido à dificuldade de conciliar as agendas de todos para sessões conjuntas de entrevistas; desde o início das nossas interações, minha atitude sempre foi ir até onde estivessem, ao invés de demandar que se deslocassem até mim, demonstrando meu

interesse, valorização e respeito pelos esforços para “colocar o jornal na rua”, como diziam. Nas entrevistas, solicitava apenas a escolha das imagens que mais lhes chamassem atenção para comentarem livremente. Os comentários se tornaram parte de um diálogo fluido entre nós. Minha principal intenção era compreender os sentidos que os jovens formavam sobre as imagens e, a partir daí, perceber relações entre estes sentidos e discursos (entendidos também como práticas) relativos ao Jornal *Fala Roça*.

A dinâmica dessas entrevistas aqui é denominada de fotoentrevista, com inspiração em Achutti e Hassen (2004) e nos estudos pioneiros em antropologia visual de Collier e Collier (1986). Segundo os primeiros, “As fotoentrevistas são uma técnica que implica usar, em visitas sucessivas, as fotografias já tiradas como meio de propor e/ou balizar novas entrevistas e, com isso, ao mesmo tempo em que se vai aprofundando o trabalho, vai-se fazendo a restituição dos dados” (ACHUTTI; HASSEN, 2004, p. 287). Já Collier e Collier ressaltam que falar sobre as fotos permite aos interlocutores explicar e identificar conteúdos, bem como “educar o entrevistador com a sua sabedoria” (dos entrevistados), além de “contarem suas próprias histórias espontaneamente” (1986, p. 106). Entretanto, a própria natureza da produção da imagem fotográfica – complexa, subjetiva e carregada de camadas de significados - demanda refletir sobre as representações nelas contidas, a forma como são criadas e interpretadas por quem as vê, além dos usos feitos dessas imagens (em contexto). Aqui, assinalo alguns aspectos dos fundamentais da linguagem fotográfica, que merecerão maior aprofundamento em momentos futuros.

Parto do pressuposto, junto com muitos pensadores, de que as imagens fotográficas não são neutras, muito menos cópias da realidade, mas fruto de “processos de construção de realidades”, conforme Kossoy (2000, p. 41). Esse processo reúne, de um lado, a construção de representações por parte do fotógrafo e a construção de interpretações por parte do leitor da imagem. O processo de produção da fotografia diz respeito ao

conjunto de mecanismos internos do processo de construção da representação, concebido conforme uma certa intenção, construído e materializado cultural estético/ideológico e tecnicamente, de acordo com visão de mundo particular do fotógrafo (p. 42).

Os caminhos da leitura das imagens também se relacionam com a subjetividade do observador: “nosso imaginário reage diante das imagens visuais de acordo com nossas concepções de vida, situação socioeconômica, ideologia, conceitos e pré-conceitos”. Por isso a necessidade de explicitar a natureza das imagens usadas como metodologia nesta pesquisa. Em resumo, são fotografias feitas pela fotógrafa/pesquisadora e, posteriormente, levadas para

análise dos entrevistados. Imagens que carregam, portanto, a representação da pesquisadora sobre o grupo que faz o jornal. Por outro lado, as imagens foram feitas em situações vividas em conjunto, entre nós (especialmente durante a distribuição do impresso), em comum acordo, respeitando limites sinalizados pelos jovens, principalmente quanto aos riscos à segurança de todos nós – mas sobretudo aos moradores locais. Essas situações envolviam policiais e integrantes do comércio local de drogas ilícitas (conhecidos como “traficantes” ou integrantes de milícias armadas). Junto a isso, há o fato de as fotografias terem sido usadas em diferentes materiais do jornal, ou seja, as foram por incorporadas como forma de evidenciar, tornar mais visível, o trabalho do jornal na Rocinha. Portanto, acredito na existência de proximidades entre as minhas representações sobre o grupo e as do grupo sobre si mesmo. O que não significa uma coincidência total entre essas visões, obviamente. É possível que as fotos usadas em apresentações públicas do jornal ou em lugares de divulgação comportem uma coincidência maior entre essas representações.

Milton Guran (2011) também assinala que as imagens carregam, em geral, as representações de quem as produz. Mas lembra que outras representações podem vir a ser agregadas ao longo do seu processo de uso e apropriação. As imagens feitas pelo pesquisador durante o processo de um estudo são denominadas “etique”, em princípio, expressando as suas representações. Já as imagens feitas – ou assumidas – pelos interlocutores, chamadas “emique”, estão impregnadas com representações que o grupo tem de si, expressando de alguma forma a sua identidade social. Entretanto, quando o grupo aceita e incorpora, por exemplo, fotografias tiradas por pessoas não pertencentes a ele, ocorre uma apropriação dessas outras visões, em alguma medida, indicando que há, nessas imagens, elementos coincidentes entre a visão do grupo sobre si e a do produtor da imagem. Evidentemente, é necessário analisar cada caso em particular, incluindo as imagens em discussão, para conhecer melhor elementos identitários e as suas relações com a questão estudada. Por ora, é possível dizer que existe a possibilidade de que as imagens que instigaram os participantes do *Fala Roça* a falarem sobre o seu próprio ofício de comunicadores/jornalistas coincidam com algumas noções que eles têm, ou estão construindo, sobre a própria prática – levando em conta o fato de muitas delas terem sido incorporadas a materiais relacionados ao jornal. Algumas das fotos “apropriadas” estão incluídas no item 1.4.2, buscando localizar os contextos de sua apropriação. Além disso, os conjuntos de imagens comentadas também estão incluídos mais adiante.

A prática da análise conjunta de imagens, empregada no âmbito da antropologia visual, em se tratando de fotografias ou de imagem em movimento, integra a chamada antropologia compartilhada ou a “troca antropológica”, como denomina Clarice Peixoto, e diz respeito à

representação dos sujeitos sobre o seu próprio universo (Peixoto, 1995). Conforme aponta Peixoto: “Nesse processo de observação conjunta, *a posteriori*, realizado a partir da percepção fílmica do antropólogo, o que está em jogo, em primeiro plano, é a representação dos personagens sobre seu espaço de sociabilidade, sobre seus parceiros e, principalmente, sobre eles mesmos”. Isso posto, não significa que as imagens realizadas por um antropólogo ou sociólogo tragam características distintivas dessas áreas de conhecimento, mas que se estabelece uma relação de intersubjetividade entre os sujeitos (pesquisador e interlocutores). Como assinala José de Souza Martins, “a composição fotográfica é também uma construção imaginária, expressão e momento do ato de conhecer a sociedade com recursos e horizontes próprios e peculiares” (Martins 2011, p.11). Ainda segundo este autor, desde que não se acredite numa pretensa objetividade que as fotografias possam trazer para uma análise das realidades sociais, a reflexão sociológica sobre a fotografia “pode contribuir para desvendar aspectos do imaginário social e das mediações nas relações sociais que de outro modo seriam encarados com maior déficit de informação” (Martins, 2011, p. 6).

Diante do meu relato visual (inscrito nas fotografias) sobre suas atividades, os jovens moradores da Rocinha agregaram as suas próprias reflexões ao comentarem as fotos, apontando diversos aspectos sobre a prática de comunicação que realizam e o cotidiano da favela, além de outros temas que emergiram. Dentre eles estão: escolhas de conteúdos publicados e não publicados, enfoques e repercussões das matérias, jeitos “certos” e “errados” de entregar o jornal, objetivos e barreiras enfrentados pelo jornal, influências da “cultura nordestina” na favela, lutas dos moradores por melhorias urbanísticas, comunicação comunitária e outros assuntos. Portanto, tal procedimento permitiu o mapeamento de uma série de temas que foram sistematizados e objeto de análise ao longo da pesquisa. Eles permeiam práticas, experimentações e dúvidas que, aos poucos, ia constituindo a forma particular de fazer “comunicação comunitária” deste grupo – na qual estão presentes assuntos que vão para o jornal e que não vão, as mídias às quais se contrapõem, suas visões sobre a Rocinha e a cidade etc.

Diante dessas considerações, é possível afirmar que o apoio em dados empíricos foi fundamental no âmbito desta pesquisa, considerando seu foco em um fenômeno sociocultural de comunicação no qual se envolvem processos de construção de conteúdos discursivos que vão muito além das páginas do jornal, fazendo-se também antes e depois do produto materializado impresso. Afinal, trata-se de um *meio* de comunicação, onde a instância da mediação está ativamente presente, agenciando conceitos e representações, que se tornam atos em si. Neste sentido, as ciências sociais têm muito a contribuir para compartilhar o conhecimento deste processo cultural dinâmico, em que as representações concebidas e

compartilhadas se conectam a visões de mundo e do cotidiano da cidade a partir das suas favelas.

No corpo da tese, as imagens foram inseridas de três formas: em diagramas incluídos e descritos no final deste capítulo; fotografias individuais na abertura dos capítulos, remetendo a temas comentados pelos jovens que inspiraram a estruturação deste trabalho; por fim, foi realizada uma dinâmica de construção cartográfica da região da Rocinha, de modo a construir trajetos da distribuição desenhados no mapa da favela. Esta construção foi realizada a partir da inserção das fotografias da distribuição do jornal no mapa da favela, pelos jovens, nas localidades onde as imagens foram feitas (de acordo com a percepção de cada um/a sobre o lugar onde moram). Incluído no capítulo 6, este mapa foi construído na fase final da pesquisa, de forma exploratória, e poderá ser complementado junto à equipe do *Fala Roça* futuramente, com a construção de uma plataforma digital para abrigá-lo. No presente trabalho, esta cartografia cumpre o papel de explicitar o cruzamento dos percursos da pesquisa de campo com os trajetos do jornal.

Idas a campo para acompanhar a distribuição do jornal e fotografar⁷⁰

1. Data: 28/03/2014 / Edição distribuída: 3ª / fotos comentadas
2. Data: 21/02/2015 / Edição distribuída: 5ª / fotos comentadas
3. Data: 28/02/2015 / Edição distribuída: 5ª / fotos comentadas
4. Data: 08/08/2015 / Edição distribuída: 6ª / fotos comentadas
5. Data: 12/12/2015 / Edição distribuída: 7ª / fotos comentadas
6. Data: 09/01/2016 / Edição distribuída: 7ª / fotos comentadas
7. Data: 09/03/2016 / Edição distribuída: 8ª

1.4.1 Conjuntos de fotografias comentadas nas fotoentrevistas

Para representar os conjuntos de fotos comentadas pelos três jovens, criei diagramas com as imagens. Neles, as fotografias em tamanho maior indicam terem sido escolhidas por mais jovens para serem comentadas e vice-versa: as menores foram escolhidas por menos jovens. Os números ao lado das fotos remetem às legendas abaixo das imagens, com os nomes dos jovens que comentaram cada fotografia. Por exemplo, no diagrama de fotos nº1: a fotografia

⁷⁰ As entrevistas usando fotografias foram feitas até a publicação da 7ª edição do jornal. Portanto, não os comentários dos jovens não abrangem a última série de fotos, referente à distribuição da 8ª edição.

nº1, localizada no centro do diagrama, em tamanho maior, foi comentada por Beatriz, Michel e Michele; a foto nº 2 foi comentada por Beatriz e Michele, a nº 3 por Michel e Michele, a nº4 por Beatriz, a nº5 por Beatriz e a nº6 por Michel.

Diagrama 1 - Fotografias comentadas da distribuição da 3ª edição do *Fala Roça*



Fotos comentadas por:

1: Beatriz, Michel, Michele
 2: Beatriz, Michele
 3: Michel, Michele

4: Beatriz
 5: Beatriz
 6: Michel

Legenda: Primeiro conjunto de fotografias comentadas por Beatriz, Michel e Michele nas fotoentrevistas. As imagens foram feitas em uma das ocasiões da distribuição da 3ª edição do jornal, no dia 28/03/2014.

Nota: A autora desta tese, Cristina Pedroza de Faria, é fotógrafa e assina seus trabalhos como “Kita Pedroza”. Portanto, imagens publicadas da autora, reproduzidas nesse trabalho, podem trazer esta denominação.

Fonte: A autora, 2014.

Diagrama 2 - Fotografias comentadas da distribuição da 5ª edição do *Fala Roça*



Fotos comentadas por:

1: Beatriz, Michel, Michele
 2: Beatriz, Michele
 3: Michel, Michele

4: Michele
 5: Michel
 6: Beatriz

Legenda: Segundo conjunto de fotografias comentadas por Beatriz, Michel e Michele nas fotoentrevistas. As imagens foram feitas em uma das ocasiões da distribuição da 5ª edição do jornal, no dia 21/02/2015.

Fonte: A autora, 2015.

Diagrama 3 - Fotografias comentadas da distribuição da 5ª edição do *Fala Roça*



Fotos comentadas por:

1: Beatriz, Michel, Michele
 2: Beatriz
 3: Michele, Beatriz

4: Michel
 5: Michele
 6: Michel

Legenda: Terceiro conjunto de fotografias comentadas por Beatriz, Michel e Michele nas fotoentrevistas. As imagens foram feitas em uma das ocasiões da distribuição da 5ª edição do jornal, no dia 28/02/2015.

Fonte: A autora, 2015.

Diagrama 4 - Fotografias comentadas da distribuição da 6ª edição do *Fala Roça*

Legenda: quarto conjunto de fotografias comentadas por Beatriz, Michel e Michele nas fotoentrevistas. As imagens foram feitas em uma das ocasiões da distribuição da 6ª edição do jornal, no dia 08/08/2015.

Fonte: A autora, 2015.

Diagrama 5 - Fotografias comentadas da distribuição da 7ª edição do *Fala Roça*



Legenda: Quinto conjunto de fotografias comentadas por Beatriz, Michel e Michele nas fotoentrevistas. As imagens foram feitas em uma das ocasiões da distribuição da 7ª edição do jornal, no dia 12/12/2015.

Fonte: A autora, 2015.

Diagrama 6 - Fotografias comentadas da distribuição da 7ª edição do *Fala Roça*

Legenda: Sexto conjunto de fotografias comentadas por Beatriz, Michel e Michele nas fotoentrevistas. As imagens foram feitas em uma das ocasiões da distribuição da 7ª edição do jornal, no dia 09/01/2016.

Fonte: fotos da autora (Kita Pedroza).

1.4.2 Fotografias incorporadas, representações compartilhadas

Exemplos de fotografias utilizadas na pesquisa e incorporadas a materiais relacionados ao jornal *Fala Roça*, em dois contextos distintos: em redes sociais *online* e no jornal impresso.

Figura 1- Página do *Fala Roça* na rede social Facebook



Legenda: Fotografia da autora, feita junto com a equipe da distribuição do impresso na parte baixa da Rocinha. Ao receber o exemplar, o senhor logo se sentou para ler. A imagem foi incorporada ao perfil do *Fala Roça* na rede social Facebook.

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalfalaroca>. Acesso em: 30/04/2015.

Figura 2 - Jornal *Fala Roça* impresso, 6ª edição

02 Editorial
Ano 2 | Rio de Janeiro - Agosto de 2015 | Edição 6

Foto: Kita Pedrosa

Exemplares da 2ª edição foram entregues na Maré, na parte alta da Rocinha.

Nova edição, mais conteúdo

por Redação

Nesta edição especial, comemoramos os 450 anos do Rio de Janeiro com uma matéria sobre a origem da Rocinha. Através de fotos, escrituras e, principalmente, a partir do depoimento de um herdeiro da família Castro Guidão, contaremos os primórdios do surgimento da Rocinha entre 1868 e 1950.

O jornal mostra ainda os brechós que fazem sucesso na Rocinha com a venda de roupas usadas à preços acessíveis. Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), os consumidores estão mais conscientes e menos preconceituosos. A reportagem foi escrita pelo morador Jorge Kadinho, que é frequentador assíduo dos brechós.

Dois histórias que parecem roteiro de filme ganharam as páginas do jornal. A primeira é da moradora Josina Maria, 62 anos, paraitubana, que depois de 30 anos morando no Rio alcançou a oportunidade de visitar os familiares na terra natal. Outra história emocionante é de duas mulheres, mãe e filha, que passaram quase 40 anos sem se ver e se reencontraram com a ajuda da internet.

Além das reportagens, inserimos um caça palavras relacionado a fatos históricos da Rocinha para testarmos sua memória e a sua habilidade na busca pelas palavras.

Você também pode sugerir assuntos que gostaria de ler aqui, enviar fotos e informações através dos nossos contatos que você encontra aqui no final desta página.

Tenham uma boa leitura!

Aprendendo o Nordestinês

Cabra da peste

Homem forte, decidido. Referente a um homem ou menino de boa índole. Ex: Seu Chico ajuda a todos! Éta cabra da peste!

Último tiro na maçaca

Diz-se de uma mulher que completou 30 anos e não casou.

Marrala

Bola de marraio. Bola de gude. Bola de vidro usada pelas crianças para brincar.

Conheça mais termos do nordeste em:
www.falaroca.com

Telefones úteis

CEDAE Rocinha	3324-0519
UPA Rocinha	3322-7839
27ª Região Administrativa	3322-6823/1019
GRES Acadêmicos da Rocinha	3205-3303
AMABE	2423-0211
UPMMR	3322-8273
AMAVL	9996-66359
C.F. Rinaldo de Lamare	3324-2454
Complexo Esportivo da Rocinha	3334-6815
Biblioteca Parque da Rocinha	2334-7097/98
E. M. Andre Uram	2274-8055
CIEP Abelardo Barbosa	3322-3952
CIEP 303 Ayrton Senna	3322-5607
CIEP Dr. Bento Rubião	3322-3433
E.M. Francisco de Paula Brito	3322-3525
Subprefeitura da Zona Sul do Rio	2274-4049

Legenda: Fotografia da autora, feita junto com a equipe da distribuição do impresso na parte alta da Rocinha. Publicada na 6ª edição impressa do *Fala Roça*, na sessão Editorial, em agosto de 2015.

Fonte: Jornal *Fala Roça*, 6ª edição impressa. Disponível em: < <http://falaroca.com/>>. Acesso em: janeiro, 2019.

Figura 3 - Jornal *Fala Roça* impresso, 7ª edição

02 Editorial Ano 2 | Rio de Janeiro - Dezembro de 2015 | Edição 7

Foto: Rita Pelicci



Marcelo li um exemplar da 6ª edição no Laboratório, parte alta da Rocinha

Fala Roça em busca da sustentabilidade

por Redação

No ano em que o jornalismo tradicional enfrenta uma das piores crises e com queda de receita publicitária, o jornal *Fala Roça* celebra sua melhor fase. Comerciantes, empresários, moradores da Rocinha têm apostado em nosso trabalho e decidido anunciar conosco. É com o apoio de nossos leitores que abrimos espaço para as inserções de anúncios.

Resumindo nosso compromisso, que é contar histórias de pessoas que fazem parte da Rocinha, lançamos mais esta edição. Nas páginas a seguir, vocês vão conferir a história de Bárbara e Allan, um jovem casal que enfrentou o desemprego abrindo sua própria empresa de bolos, a BC Bolos. Com a chegada do verão e das chuvas fortes, há possibilidades de desencaminhamento de terra na Rocinha. Saiba o que a Prefeitura do Rio tem feito para evitar tragédias.

Nossos repórteres também contam a história da memora Izabela Mendes de Paiva, a advogada que conseguiu a carteirainha da Ordem dos Advogados do Brasil na cidade tentativa. Conhecemos a história de três moradores que oferecem futebol como ferramenta de inclusão social na Vila Verde.

Também fomos às ruas para saber por que alguns moradores preferem viajar para o Nordeste de ônibus e não de avião. Na coluna Delícia, a moradora Katia Melo nos ensina como fazer um delicioso arroz com camarão. Já o equipe do Museu Santofonia mostra que a luta dos moradores por saneamento básico já dura mais de 50 anos na Rocinha.

A equipe do *Fala Roça* encontra mais um ano trabalhando para oferecer para você, leitor, o melhor conteúdo. Esse é a nossa missão. Nós desejamos para todos boas festas de ano e um excelente 2016. Tenham uma boa leitura!

Aprendendo o Nordestinês

Donação
Travessura, confusão, trapalhada. Ex: Esses meninos só sabem fazer danoção o dia inteiro.

Ingombrado
Torto, algo não alinhado. Ex: Seu Zé levou uma queda e ficou todo ingombrado.

Malamanhado
Mal vestido, desajeitado, desarumado. Ex: Raimundo foi pro forró todo malamanhado.

Conheça mais termos do nordeste em: www.falaroca.com

Telefones úteis

CEDAE Rocinha	3324-0519
UPA Rocinha	3322-7839
ZP Região Administrativa	3322-6823/1019
GRES Acadêmicos da Rocinha	3205-3303
AMABE	3423-0211
UPADR	3322-8273
AMAVL	9996-66359
C.F. Rinaldo de Lamare	3334-2454
Complexo Esportivo da Rocinha	2334-6815
Biblioteca Parque da Rocinha	2334-709798
E. M. André Urani	2274-8055
CIEP Abelardo Barbosa	3322-3952
CIEP 303 Ayrton Senna	3322-5607
CIEP Dr. Bento Rubião	3322-3433
E.M. Francisco de Paula Brito	3322-3525
Subprefeitura da Zona Sul do Rio	2274-4049

Legenda: Fotografia da autora, feita junto com a equipe da distribuição do impresso na parte alta da Rocinha. Publicada na 7ª edição impressa do *Fala Roça*, na sessão Editorial, em dezembro de 2015.

Fonte: Jornal *Fala Roça*, 6ª edição impressa. Disponível em: < <http://falaroca.com/>> Acesso em: janeiro, 2019.

2 JOVENS JORNALISTAS/COMUNICADORES (AS) QUE DÃO VIDA E CARA AO FALA ROÇA

Fotografia 2 - Cena da distribuição do jornal *Fala Roça*



“Essa foto lembra muito essa época de ter saído em todos os meios de comunicação, nosso Facebook bombando, levando o nome [Fala Roça] assim. E a gente mandou fazer essa camisa com a logo gigante, estava tendo problemas de segurança então era pra gente ser identificado logo. (...). A gente não quer aparecer, não faz questão, nenhum dos três. Mas isso foi muito importante para a construção desse nome na cabeça das pessoas”. Michele Silva (fotoentrevista)

“Aí ficou só eu, Michel e Michele e até hoje é assim. Quem produz somos nós três, apesar de ter gente que entrega. (...) Não tenho muito dessa vaidade de ter que aparecer, ter que estar na frente o tempo todo. Acho que talvez por eu fazer uma parte do jornal que é tão visível pra quem lê, talvez eu seja muito mais importante revisando do que estando dando entrevista” Beatriz Calado (fotoentrevista)

Legenda: Os/as integrantes do *Fala Roça* Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva se preparam para iniciar a distribuição da 5ª edição do jornal na Rocinha. O ponto de encontro foi na Biblioteca Parque da Rocinha/C4 (na localidade da “Fundação”), onde faziam reuniões e estocavam exemplares do impresso. Data: 21/02/2015. Fonte: A autora, 2015.

Nas inúmeras vezes em que encontrei os participantes do *Fala Roça*, escutava sempre muitas histórias – de situações na favela, em outras favelas, na cidade, no país, de pessoas, de suas vidas. Às vezes, não cabiam no tempo da reunião do jornal. Sempre voltava para casa com a sensação de que a vida jorrava naquelas narrativas intensas, múltiplas. A forma de narrar era de quem tinha gosto em contar, sentia-se implicado de alguma forma. Quando pedi que Beatriz, Michele e Michel me contassem suas próprias histórias de vida, entendi que ninguém poderia contá-las melhor do que eles mesmos. Esse foi um grande estímulo para buscar, ao máximo, incluir suas próprias vozes para falarem sobre si (especialmente), neste trabalho.

Além disso, “falar por si”, “de nós pra nós mesmos”, ou na forma mais conhecida “nós por nós” foi uma expressão dita e repetida por muitos comunicadores em conversas informais,

entrevistas, bem como em eventos públicos ou textos de apresentação dos meios de comunicação em que atuavam, enfatizando seus locais de origem.

Sabemos que, a rigor, é antiga a luta de grupos e populações distantes dos lugares de poder pelo direito de construir suas próprias representações de si, seus locais de moradia, costumes, culturas. Nesse sentido, podemos trazer à tona o contexto colonial, cruamente descrito noas palavras de Frantz Fanon: “O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal”. Significa dizer que, neste contexto, o povo indígena era declarado como desprovido de ética, moral e valores, em resumo, era “o mal absoluto” (FANON, 1968, p. 30). Considerando as grandes diferenças e devidas singularidades de cada contexto histórico, há décadas também é recorrente a produção de estereótipos pejorativos relativos à população das favelas do Rio de Janeiro - conforme abordo no capítulo 7. Muitos veículos de comunicação oriundos desses espaços da cidade têm como objetivo criar narrativas de oposição à representação majoritária da grande imprensa sobre as favelas. Com isso, afirmam também seu “lugar de fala”. Aqui, acompanho Djamila Ribeiro no entendimento sobre este “lugar” como as condições sociais e coletivas de existência que historicamente permitem o acesso ou não de populações a direitos ou “lugares de cidadania” (RIBEIRO, 2017).

Reconhecer a importância de ouvir estas falas contribui para ampliar, no presente trabalho, o espaço ocupado pelas palavras dos principais sujeitos de pesquisa. Nesse capítulo, portanto, os três jovens apresentam a si próprios, trazendo elementos autobiográficos de suas trajetórias de vida, sem desconsiderar os limites que um trabalho acadêmico como este impõe – em termos de regras específicas, espaço, aceitação, autoria. Forçar alguns desses limites, na medida do possível, talvez possa ser um exercício para trazer mudanças voltadas a um diálogo cada vez maior entre instancias da sociedade e do mundo acadêmico. Nos casos de Michele e Beatriz, as fontes majoritárias de suas falas são as entrevistas no formato de história de vida. Quanto a Michel, acrescentei trechos de um texto de sua autoria, em fase de redação, cujo título é “Construindo mídia comunitária: as experiências de Michel Silva”. Ele pretende transformá-lo em livro e cedeu 2 capítulos para menção nesta pesquisa. Mantive suas próprias falas na maior parte das narrativas de suas histórias, incluindo alguns de nossos diálogos ao longo das entrevistas; por outro lado, era necessário excluir passagens, em função do espaço e formato deste texto. Foram omitidas situações de intimidações ligadas a coberturas do jornal que pudessem trazer aos comunicadores algum risco ou constrangimento. Sendo assim, não é demais lembrar que a edição final do presente texto é de minha autoria - ainda que tenha enviado

as respectivas entrevistas para os jovens, com intuito de realizarem as observações que lhes parecessem pertinentes e de termos feito encontros de checagem desse material.

Ouvir e conhecer histórias de vida são situações que, particularmente, me trazem alegria, o que contribuiu para que esses momentos fossem muito agradáveis. Junto a isso, todos foram receptivos à proposta de me contarem suas histórias. A primeira entrevista foi feita com Michele, em 02 de março de 2015. Apesar de estarmos, então, em contato frequente, em função das atividades do jornal, um segundo encontro para checar algumas passagens dessa entrevista aconteceu somente em abril de 2019. Além das rotinas movimentadas e ocupadas dos três jovens – entre trabalhos, estudos, tarefas do jornal, eventos ligados a atividades de comunicação e vida pessoal –, Michele morou no exterior (Indonésia), em duas ocasiões, onde passou alguns meses a trabalho⁷¹. Beatriz (a quem todos chamamos de Bia e, portanto, irei chamá-la também dessa forma nestas páginas) foi a segunda entrevistada, em 05 de novembro de 2016, após uma reunião de pauta do jornal. Um segundo encontro para tratar de dúvidas e fazer atualizações aconteceu em junho de 2019. A última entrevista em formato de história de vida foi feita com Michel, mas outros diálogos sobre o jornal já vinham acontecendo anteriormente. Realizamos três encontros, no total, sendo o primeiro em 06 de fevereiro de 2017, o segundo em 10 de março de 2018 e o terceiro em 26 de fevereiro de 2019. No primeiro, sua mãe (Dona Josita, ou Dona Jô) esteve presente em boa parte da entrevista, uma vez que moravam na mesma casa, portanto, suas memórias também fizeram parte da conversa. E Dona Jô se tornou também interlocutora da pesquisa. Quanto à condução das entrevistas, elaborei um roteiro simples, semiestruturado. A orientação inicial era apenas contar a própria história a partir das lembranças mais antigas das origens familiares, deixando a narrativa fluir a partir daí; além disso, outra questão solicitada foi abordar o envolvimento com atividades relacionadas à comunicação. O restante da entrevista foi conduzido pelo desejo dos caminhos que os jovens quisessem trilhar. Alguns pediram para fazer perguntas, pois não estavam acostumados a falar sobre si sem nenhuma orientação ou limitação. O importante era não tornar esse tipo de atividade invasiva, o que guiou os passos da pesquisa em geral.

2.1 Sobre percursos biográficos, juventudes e história de vida

A faixa etária, o local de moradia, a escolarização e a passagem pela universidade são elementos em comum nos percursos biográficos de Bia, Michel e Michele. Porém, dentro de

⁷¹ Esse trabalho era em uma empresa de tecnologia, que desenvolvia sistema operacional de computador para populações de baixa renda, cuidando de toda parte de comunicação em redes sociais (entre outras coisas).

cada uma dessas instâncias da vida social, há contrastes relativos à maneira como vivenciavam essas experiências. No capítulo 7, dedico-me, de forma mais específica, às referências teóricas em torno da reflexão sobre juventudes que ajudam a pensar caminhos traçados pela “galera” do *Fala Roça*. Por ora, acompanho Regina Novaes (2017), quando ressalta que:

Os processos de inclusão/exclusão juvenil não produzem os mesmos efeitos na vida de todos os jovens que vivem em condições semelhantes. Condicionadas por vários fatores intermediários e relacionais, as trajetórias juvenis presentes no mesmo espaço social (e, até mesmo, na mesma família) podem ser bastante diferenciadas.

Já as concepções que inspiraram pensar a respeito das narrativas sobre as histórias desses jovens foram as seguintes: a noção de percurso biográfico ou trajetória, de acordo com Vera Telles (que utiliza esses dois conceitos como sinônimos), como forma de acessar o mundo social (2010); a reflexão de Marco Antônio Gonçalves sobre a relação entre etnografia e biografia, condensada no termo etnobiografia e a concepção de Pierre Bourdieu sobre a narrativa da história de vida. De certa forma, as perspectivas sobre “ilusão biográfica” (2015, p. 184), a partir da narrativa da história de vida e sobre etnobiografia, podem se complementar. Para Bourdieu, a possibilidade de etnografar uma vida se dá a partir de uma autonarrativa de um sujeito para o antropólogo. Ao falar sobre si, um indivíduo cria coerências, nexos e uma objetividade linear, visando organizar uma inteligibilidade sobre si, ou uma “ilusão biográfica”. A etnobiografia seria resultado de uma narrativa autoral a partir do encontro com o interlocutor, em que o acento se dá sobre a relação entre esses dois sujeitos. “Etnobiografia, portanto, é produto de um discurso autoral proferido por um sujeito num processo de reinvenção identitária mediada por uma relação”. Não se trata de produzir uma visão autêntica “de dentro”, do ponto de vista do nativo, “mas sim um modo de definir a complexa forma de representação do outro, que se realiza enquanto construção de diálogo, no qual o cineasta e o antropólogo estão diretamente implicados”. Já para Vera Telles, as “trajetórias operam como prismas pelos quais o mundo urbano vai ganhando forma em suas diferentes modulações”. Seu trabalho diz respeito ao estudo de novas gerações e seus circuitos, cujas experiências, “no nervo exposto das complicações atuais, nos dá as pistas para tentar uma outra descrição do mundo social” (2010, p. 25).

Com essas ideias em mente, trato de aspectos que podem ser entendidos como aproximações ou distanciamentos das experiências de juventudes dos três integrantes do *Fala Roça*, interlocutores desta pesquisa. No que diz respeito às idades, a diferença maior é de Michele para os outros dois (entre 4 e 5 anos). Pelo que pude notar em nossa convivência, isso não representava nenhum tipo de limitação na relação entre todos. Mas talvez a experiência

mais longa de Michele com comunicação na Rocinha (conforme ela aborda em sua própria narrativa), somada com histórias específicas de sua família, tenha contribuído para que assumisse posição de “comando”, em momentos variados, das atividades do jornal. Michel nasceu com lábio leporino, uma má formação congênita que exige muita atenção e cuidados, principalmente, nos primeiros anos de vida. Toda a família cuidou do caçula, e Michele, em especial, por ser a irmã mais velha, assumiu o “papel de mãe”, cuidando do irmão quando a mãe precisou voltar a trabalhar e em muitos outros momentos.

Já quanto ao local de moradia, apesar de todos serem “cria” da Rocinha, ou seja, morarem na favela desde que nasceram ou bem pequenos e lá terem sido criados, as experiências relacionadas às formas como os três lidaram com o lugar foram diferentes. Bia, por exemplo, morou em dois outros lugares no estado do Rio, além da Rocinha na infância: no bairro Gardênia Azul, na zona oeste da cidade, e em Saquarema, na região dos lagos. Por essa e outras razões, ela frisou, em alguns momentos da sua narrativa, não ter estabelecido uma relação intensa de convívio no espaço da favela, desde a infância até a vida adulta. Quando criança, a mãe não a deixava ficar “na rua”, preferindo que brincasse perto ou dentro de casa – tanto na Rocinha quanto na Gardênia. Quando adulta, ela trabalhava de dia e só chegava em casa para dormir. Os pais de Michele, Monique e Michel adotaram medidas semelhantes com os filhos: não queriam que ficassem na rua, ou nas *lan houses*. Por isso, os pais resolveram comprar o primeiro computador da casa e destiná-lo especialmente para o caçula, Michel, para tirá-lo das *lan houses* e mantê-lo em casa. Segundo ele, quando ganhou o computador, “acabou a [sua] vida social”. Esses e outros relatos estão na narrativa de Michel, com participação de sua mãe, Dona Jô – ambos contam essas e outras histórias, cada qual do seu ponto de vista. Dona Jô, frisa, de forma explícita, que “tinha muita gente de arma na mão”, por isso queria o filho em casa. Inclusive, as diferenças entre as visões de ambos sobre as histórias familiares foram explicitadas em alguns momentos, mesmo que em tom de brincadeira. “É a minha história!”, Michel reivindicou, quando ambos divergiram se ele havia sido “expulso” ou “transferido” de uma das escolas onde estudou. Aqui vemos que as disputas relativas à memória familiar também evidenciam a “ilusão biográfica” da qual fala Bourdieu.

Quanto à escolaridade, seus percursos se aproximam de novo. Na maior parte da trajetória escolar, Bia, Michele e Michel estudaram predominantemente em escolas públicas. Todos puderam concluir o ensino médio, mas não sem muitos esforços para se manterem estudando e, igualmente, com muitos esforços dos pais para proverem as condições para os filhos estudarem (que vão muito além de somente custear as escolas). “Os meus pais sempre diziam: ‘pobre não tem nada, então você tem que priorizar a educação’, lembrou Beatriz. Nesse

sentido, Michele também recordou: “a gente passou por todas as dificuldades do mundo, mas a única coisa que eles não deixavam era a gente faltar na escola”.

A passagem pela universidade, igualmente, faz parte dos percursos vividos por todos. Estudos sobre universitários moradores de favelas, como o de Mariz, Fernandes e Batista (1999), observam que “o aparecimento desses universitários indica uma tendência de mudança nas favelas”, já nos anos 1990. Estudos mais recentes sobre políticas públicas de incentivo à educação superior no Brasil (como o ProUni e o Reuni)⁷², voltadas para o público jovem e implantadas a partir da primeira década dos anos 2000, demonstram uma ampliação das vagas em instituições de ensino superior em geral naquele período (conforme apontam Da Cunha et al, 2014). Porém, o tema é complexo e precisa ser analisado com cautela, uma vez que “a expansão quantitativa é uma das faces da questão da ‘democratização’ da educação superior” (SOBRINHO, 2010). Além dela, assegurar meios de acesso mais igualitários e a permanência nas instituições, junto ao ensino de qualidade, são algumas variáveis, entre muitas, que também necessitam de políticas continuadas por parte do estado. Em tempos recentes, esse desafio se tornou ainda maior, no contexto de governos que concebem investimentos no setor da educação (além de áreas também essenciais como a saúde) como “gastos” públicos e congelam os recursos para esses setores. Voltando ao caso aqui estudado, os três jovens do jornal fizeram faculdade em instituições de ensino privadas, o que só foi possível por meio da obtenção de bolsas de estudo integrais. Bia e Michel cursaram graduação em Jornalismo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com bolsa filantrópica 100%; já Michele cursou Publicidade e Propaganda, na UniverCidade, com bolsa do ProUni, integrando a primeira geração de jovens contemplados por essa política pública (em 2008).

Outro aspecto que pode ser visto como ponto de aproximação nas trajetórias dos três é a dimensão do trabalho, seja em suas áreas de especialização profissional ou em outras. Vimos acima que todos conseguiram acessar o ensino superior, porém, mesmo tendo sido contemplados com bolsas de estudo, necessitavam de trabalhos remunerados para se manterem na faculdade. Esse aspecto foi crucial para Michele optar pela faculdade privada, já que a instituição oferecia curso só na parte da manhã, enquanto as públicas, onde ela também havia sido aprovada no exame do vestibular, oferecia aulas em mais de um turno, ou seja, os horários se configuravam incompatíveis com o acúmulo das atividades de trabalho. Conseguir estágios

72 Respectivamente, Programa Universidade para Todos (ProUni), voltado para instituições privadas de ensino superior, e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), voltado para universidades públicas. Ambos os programas, além de outros, foram implantados, em nível federal, durante os dois primeiros governos de Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

remunerados foi um meio de Michel e Beatriz tentarem complementar os conhecimentos específicos na carreira em que desejavam trabalhar e de ampliar as chances de se manterem na mesma área profissional depois de formados. Porém, esbarraram em dificuldades: em alguns momentos, conseguiam estágios, em outros, não; alguns estágios em Comunicação ofereciam remuneração, outros, não e, finalmente, houve também o componente da frustração para alguns, ao conhecerem de perto o ambiente do jornalismo profissional, distante de suas idealizações – maiores detalhes estão nas palavras dos próprios comunicadores/jornalistas adiante. Incertezas e instabilidades no já encolhido “mercado” do jornalismo e das atividades de comunicação, “empurraram” os três para a realização de trabalhos “frila”, temporários ou intermitentes, já velhos conhecidos dos profissionais de comunicação. Eu não lhes disse que já havia passado por frustrações semelhantes e que vi vários “colegas”, jornalistas e fotógrafos, passarem; todos nós com nossos diplomas debaixo do braço. Afinal, nada pior do que alguém que acha que “já sabe tudo” e, por isso, não percebe que os tempos e os contextos são diferentes (mas, em vários momentos, fiquei apreensiva). Além disso, essas frustrações foram divididas comigo já em 2019, quando “tecnicamente” o período da pesquisa já havia terminado e não nos víamos com tanta frequência.

A participação em projetos sociais na Rocinha também é outro aspecto em comum às vivências juvenis, mas essas participações também ocorreram de formas diferentes. No caso de Beatriz, por exemplo, não parece ter configurado um engajamento significativo em sua trajetória, uma vez que contou ter abandonado a única experiência nesse sentido ao comentar no relato de sua história de vida. Já Michele e Michel, além terem se integrado a alguns projetos, também tiveram chance de trabalhar neles (em atividades de produção, monitoria, etc). Outros aspectos que distanciaram as vivências de Bia, Michel e Michele se fizeram sentir, por exemplo, no que se refere a formas de fazer e pensar a comunicação: cada qual tinha suas ideias de pauta, sua forma de fazer reportagem, de escrever os textos e, até mesmo, de entregar o jornal. Mas discordâncias não inviabilizaram, ao menos na maior parte do tempo em que os acompanhei, o trabalho em conjunto. Como já mencionei, por exemplo, o entendimento de que fazer comunicação na favela é “falar por si” é um consenso que os une, mesmo com a existência de diferenças de opinião relacionadas a outros temas.

Questões relativas a sexo, gênero e raça, sem dúvida, também constituíam diferenciais entre esses/as jovens. Tais marcadores de diferença, em geral, tiveram pouca expressão explicitadas por meio de pautas, específicas, no conjunto do conteúdo das oito edições impressas do jornal. Também não constituíram temas específicos de discussão nas reuniões de pauta que presenciei (não foram poucas), tampouco foram abordados, especialmente, nas

entrevistas que realizei com os três jovens. Portanto, não me pareceu que coubesse a mim trazê-los à tona, nem me sentiria a vontade em fazer isso unilateralmente, sem acesso às autorrepresentações dos meus interlocutores no que diz respeito a esses assuntos. Ao mesmo tempo, mesmo sem ter acesso a essas formas explícitas de reconhecimento, obviamente formei minhas representações sobre a composição desses marcadores na equipe do jornal e acho pertinente expressá-las nesse espaço da tese: quanto ao universo racial, enxergo Beatriz como negra, Michele e Michel, como brancos, as duas “moças”, como mulheres, e Michel, como homem. Quanto a questões envolvendo o universo dos gêneros, vejo Bia e Michele no campo do feminino, e Michel, no masculino. Quanto aos elementos da minha própria representação, já os abordei no capítulo 1.

Embora os assuntos acima não tenham sido muito pronunciados no período da pesquisa de campo, a composição da equipe do FR como tendo maioria de mulheres chegou a ser comentada, por exemplo, em tom descontraído, por Michel em uma de suas entrevistas (mas não desenvolveu muito). Michele e Bia expressaram desconforto em relação aos momentos em que havia referência ao “jornal do Michel”. Embora não tenham colocado essas situações, especificamente, no campo das questões de gênero, podem vir a ser observadas cogitando esse sentido futuramente. Já questões envolvendo raça não foram abordadas de forma significativa em minhas interações com o grupo ou em separado, com cada jovem. Aprendemos no campo das Ciências Sociais que os silêncios também são significativos. Dessa forma, uma consideração me ocorreu após minha última conversa com Bia. Naquela ocasião, em fevereiro de 2019, nosso encontro tinha o intuito de checar sua entrevista de história de vida e “botarmos os papos em dia”. Entre muitos assuntos da conversa, Bia se referiu a uma sensação de “medo” exacerbado, que vinha desde a época da instalação da UPP na Rocinha, mas havia se agravado na época dos conflitos armados de 2017/2018 na favela, estendendo-se até aquele momento. Em resumo, passei a cogitar que o fator racial poderia estar envolvido nos seus medos de circular por alguns lugares na Rocinha e, ainda, de voltar a participar da distribuição do jornal pela favela. Se levamos em conta a predominância da incidência de violência letal entre jovens negros de favelas e periferias, faz sentido cogitar uma hipótese nesse sentido (o que pode ser abordado futuramente).

Outro aspecto que pode ser entendido entre semelhança e diferença é a forma de autoidentificação pelos/as interlocutores/as em relação ao emprego das categorias “comunicador/a” e “jornalista”, que variou dependendo dos contextos e épocas durante o tempo da pesquisa. Além disso, outras formas de autorreconhecimento também foram utilizadas, como a profissão de publicitária, no caso de Michele Silva. Assim, no âmbito deste trabalho, precisei

fazer escolhas. Resolvi da seguinte forma: utilizo principalmente a denominação “comunicadores/as”, buscando contemplar também diferenças de sexo. Isso vale para situações no plural e singular e o motivo é o fato de ter encontrado, nas páginas do impresso, auto referências mais frequentes em relação ao grupo como “comunicadores”. Em tempos mais recentes, notei que o uso da palavra “jornalista” tem se tornado mais recorrente, como forma de autodefinição do conjunto dos jovens do FR. Sabemos que as categorias de pensamento e de discurso são dinâmicas; contextos e diversos fatores influenciam em seu estabelecimento ou em mudanças. Um exame mais específico dessa questão será realizado futuramente. Por ora, noto o fato de ser polêmica também a questão da obrigatoriedade ou não do diploma de jornalismo para o exercício da profissão, o que se tornou uma batalha judicial. Atualmente, o diploma não é obrigatório, mas esta resolução pode mudar a qualquer momento. Oscilações no campo de pesquisa também me fizeram oscilar quanto ao uso dessas categorias na tese: passei a adotar também o termo “jornalista/s” para me referir aos integrantes do FR em partes do texto redigidos em tempos mais recentes (optei por não fazer alterações nesse sentido). A complexidade, inerente a qualquer situação envolvendo pertencimentos identitários, expressou-se na seguinte postagem de Michele Silva em uma rede social *on-line*:

Já tivemos muitos dias de luta, de luta, mais luta e segundos de glória. Na favela a gente escolhe ser comunicador e vira malabarista, equilibrista, ativista, assistencialista, vários *istas*. Mas não se esqueça, somos jornalistas. Respeita o bonde! (Facebook de Michele Silva. Trecho de postagem, maio de 2020).

Por último, vale mencionar particularidades nos percursos biográficos explicitados nas entrevistas dos jovens para esta pesquisa envolvendo pertencimento religioso e o campo do engajamento/ativismo/militância. A dimensão da religiosidade ganhou pouca relevância nos relatos de história de vida dos três jovens: apenas Beatriz a citou e, mesmo assim, por meio da negação de pertencimento a denominações religiosas, no momento atual. No passado, a família se aproximou das religiões católica e “umbandista”, mas atualmente ela não se identifica com nenhum deles. Já Michel e Michele não abordaram esse tema. Esse “silêncio” também se fez sentir nas páginas do *Fala Roça*, onde a questão religiosa quase não entrou em pauta. Ao mesmo tempo, o Jornal *Folha Universal*, da IURD, entregue em toda a favela, é visto como a principal ameaça ao *Fala Roça*.

Quanto ao campo dos engajamentos, ativismos e militâncias, em primeiro lugar, não parece haver distinção significativa entre essas categorias para os jovens do jornal, além disso, não eram temas frequentes no jornal impresso. Ao longo da maior parte do tempo da pesquisa

de campo, esses temas foram pouco mencionados por meus interlocutores. Por outro lado, este assunto foi levantado pelos três nos encontros mais recentes que tivemos – em 2019. Michele se referiu aos planos coletivo (relativo a posicionamentos do *Fala Roça*) e individual; no que diz respeito aos seus próprios parâmetros, comentou: “Não sei bem a diferença entre militante e ativista” e, em seguida, definiu: “eu me considero ativista, militante das causas da favela, das causas dos direitos humanos”; quanto ao jornal, lembrou: “na minha cabeça, quando a gente começou a fazer isso, não tínhamos noção do papel da comunicação comunitária. Tinha noção, mas com os anos passando e o amadurecimento chegando, a gente entende o papel social de estar fazendo isso”. Portanto, papel social e as “causas da favela e dos direitos humanos” são os significados de ativismo/militância, na sua visão. Essas dimensões se tornaram mais presentes após o 17 de setembro de 2017, quando foi desencadeado o último conflito armado na favela e todas as operações policiais e das forças armadas subsequentes – incluindo o decreto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro.

Já Michel usou, particularmente, a palavra engajamento na última etapa de sua entrevista e entende que engajamento político é “mobilizar pessoas por direitos”. Além disso, sobre si mesmo, reflete: “Olha, por muito tempo, eu atuei por trás, nas articulações. Mas nesses últimos anos, não fui uma pessoa central, onde as pessoas falam ‘o Michel é um legítimo representante’”. Entretanto, atualmente, se considera “engajado”: “Eu sou engajado. Pensando na Rocinha: eu luto por saneamento básico, por educação, luto pelos direitos básicos que, no dia a dia, ali deveria ter e não tem”. Já Beatriz demonstrou interesse pelo trabalho com direitos humanos, também em nosso último encontro, em fevereiro de 2019, e não utilizou nenhum dos termos mencionados anteriormente. Mas afirmou ter interesse pelos Direitos Humanos: “Eu gostaria de trabalhar com atuação em Direitos Humanos”, resumiu.

2.2 Elementos autobiográficos: os comunicadores por eles mesmos

2.2.1 MICHEL SILVA

Ano de nascimento: 1993

Entrevista/história de vida (3 etapas): 06/02/2017, 10/03/2018 e 26/02/2019

Idade (nas entrevistas): 24, 25 e 26 anos

“Não era só mais um Silva”⁷³

“Dizem que os filhos devem seguir a mesma profissão que seus pais exerceram. Nada contra, mas eu sempre fui sonhador. Na minha infância, eu imaginava ser um jogador de futebol, empresário, médico ou até um militar. Meu pai sempre foi a minha inspiração. Mal sabia ele que eu me tornaria um jornalista. Minha mãe demorou um certo tempo para entender o que eu fazia, pois eu vivia circulando pela favela. Aliás, o bom jornalista – prefiro correspondente local – deve saber de tudo o que está acontecendo, ainda que superficialmente.

Antes de eu falar sobre os projetos que desenvolvi no jornalismo comunitário, é impossível não falar da minha história de vida. Eu nasci em 1993 na favela da Rocinha, Zona Sul do Rio de Janeiro. Meus pais se conheceram no Rio, nos anos 80. Ambos são migrantes, assim como boa parte da população da Rocinha. Ele é mineiro da cidade de Rio Pomba, na Zona da Mata Mineira, e ela é paraibana da cidade de Boqueirão, na região metropolitana de Campina Grande, na Paraíba. Eles trabalharam a maior parte de suas vidas como faxineiros em condomínios ou em casas de famílias.

Eu sou o filho caçula e tenho mais duas irmãs: Michele Silva e Monique Silva. Nós tivemos a oportunidade de estudar e concluir os estudos. Michele se formou em Comunicação Social pela UniverCidade e Monique concluiu a graduação em Gestão de Negócios na universidade Castelo Branco. Nossos pais são de outra geração e não conseguiram concluir os estudos por questões similares às de muitos brasileiros da época deles: tiveram que priorizar o trabalho porque ‘estudo não enche barriga’”.

Os três parágrafos acima são parte do primeiro capítulo do livro autobiográfico *Construindo Mídia comunitária: as experiências de Michel Silva*, que está sendo escrito por Michel há alguns anos; os dois primeiros capítulos (“Não era só mais um Silva” e “Da diversão à realidade”) me foram mostrados em fevereiro de 2017, ao fim do primeiro encontro dedicado à sua entrevista de história de vida⁷⁴. À época, ele comentou: “Você falou que gosta de ler em papel, não é? Tudo o que eu falei aqui, está aí”. Estava escrevendo o terceiro capítulo e título e conteúdo ainda iam ser revisados; seu desejo era lançá-lo, em breve, na Biblioteca Parque da

73 Título do primeiro capítulo do livro *Construindo Mídia comunitária: as experiências de Michel Silva*, ainda no prelo, mas cuja escrita, provavelmente, data de antes de fevereiro de 2017, quando ele me mostrou seus escritos. Os dois primeiros capítulos me foram entregues por Michel em fevereiro de 2017, ao final da primeira fase da sua entrevista de história de vida para esta pesquisa. As falas de Michel, Michele e Beatriz, neste capítulo, estão em itálico. Este trecho está entre aspas por se tratar da reprodução do livro escrito por Michel. As demais falas não terão aspas, apenas marcação em itálico, indicando a autoria dos jovens.

74 Michel autorizou a reprodução deste conteúdo em meu trabalho de pesquisa, devidamente creditado.

Rocinha. Quando reencontramos, em fevereiro de 2019, para conversar sobre este assunto, a redação do livro estava paralisada, por falta de tempo: “Mas o desejo não morreu. Em algum momento da vida, vou lançar. Pretendo lançar quando terminar a faculdade, porque vou ter mais tempo pra me dedicar a outras coisas”, contou.

Em minha concepção, o sentido da entrega desses escritos a mim passa pela dimensão de ter direito à voz, de querer contar sua própria história⁷⁵, que tanto permeia as narrativas de veículos jornalísticos produzidos por moradores de favelas e também está presente nos discursos do Jornal *Fala Roça*⁷⁶. Outro aspecto é que essas passagens já estavam escritas, não foram contadas a mim especificamente, mas, como lembra Bourdieu, são também uma forma de construção de uma autoimagem, como ocorre com as autobiografias em geral. Já o nosso diálogo em torno do seu texto autobiográfico se aproxima da ideia de etnobiografia, uma vez que se trataram de novas interpretações a partir deste encontro específico. Nesse sentido, Michel explicou que o livro se iniciava com uma influência do grupo Racionais, ao dizer que admirava a trajetória dos pais, mas sempre foi “sonhador”: queria ter a chance de viver um destino diferente.

A letra da música *Rap do Silva*⁷⁷ conta a história de um jovem personagem, morador de favela. “Era só mais um Silva que a estrela não brilha / Ele era funkeiro, mas era pai de família”, diz o refrão. Trabalhador, “que pegava o trem lotado”, bem considerado na vizinhança, morre assassinado a caminho de um baile *funk*, onde ia pra curtir, dançar, “com a melhor camisa, tênis que comprou suado”. Mas Michel não se vê como “só mais um Silva”, conforme evidencia no título do primeiro capítulo do seu livro, que faz alusão ao *Rap*. Pelo contrário, ele quer ver a sua “estrela” brilhar. Este sonho passa por seguir uma trajetória – em termos de trabalho – diferente da dos pais, como mencionado, ou por “furar a bolha”, que não é só familiar, “mas social e ela está ligada com a questão da educação também”. Assim, o sonho estaria ligado à possibilidade de uma profissão diferente da dos pais e, nesse caso, à profissão de jornalista. Mas, se este era o pensamento no tempo do início da escrita do livro, em 2016/7, já em 2019, dava lugar a uma certa desilusão:

Eu pensava que, pelo jornalismo, denunciando as mazelas que a gente vivia na favela eu poderia obter justiça social através do jornalismo. Mas conforme foi passando o tempo, eu percebi que a caminhada era muito longa, pra chegar até a tão sonhada

75 Não há espaço suficiente para incluir aqui os dois capítulos na íntegra, mas definitivamente para continuar este diálogo.

76 “A comunicação comunitária tem como principal característica a participação do povo como gerador de conteúdo e não só como receptor”, escreveu Michele, na matéria “O sonho que tomou forma”, na primeira edição do jornal, referindo-se à atuação do *Fala Roça*.

77 O *funk Rap do Silva*, de autoria de Moyses Osmar da Silva (ou Bob Rum), foi lançado em 1995.

justiça social. Claro que há algumas conquistas ao longo desse tempo, mas ainda é muito pouco pra nossa realidade”, explicou Michel na última etapa da sua história de vida.

Quando iniciei a pesquisa, Michel morava ainda com os pais, na Vila Verde. Depois se mudou duas vezes dentro da Rocinha: primeiro para a localidade do Trampolim (com sua companheira, Tainara); entre fevereiro e março de 2018, mudaram-se de volta para a Vila Verde, dessa vez, para a casa onde antes morava a irmã (Michele), que passou uma temporada no exterior. As etapas das entrevistas foram feitas em suas casas e na PUC-Rio, onde estuda. Esses momentos abrangeram dos seus 24 aos 26 anos, época em que cursou a faculdade de jornalismo, fez estágios, dentre eles, em telejornalismo na TV Record, além de trabalhar como “frila” em atividades de comunicação/jornalismo e dedicar-se ao *Fala Roça* (incluindo eventos relacionados, como os promovidos pela Agência de Redes). Essas não eram todas as atividades das quais participava; havia muitas outras, incluindo viagens ao exterior e o trânsito intenso no mundo *on-line*.

Michel se considerava jornalista, mesmo antes de concluir a graduação em Jornalismo; ou seja, este reconhecimento não passa necessariamente pelos bancos da faculdade. Além disso, considerava-se também “correspondente local”. Em suas palavras, trata-se de “uma pessoa com conhecimento da região. É porque quando a gente fala correspondente, a gente pensa em alguém que está falando as coisas de dentro pra fora”. E complementa: “Foi isso que pensei: queria denunciar através do jornalismo as nossas mazelas. Então, correspondente local é também uma brincadeira com correspondente internacional. É como um meio de socorro, tipo “nós estamos abandonados”. Diante dessa explicação, ponderei em nossa conversa: “Esse jornalismo, que compreendo totalmente, tem a ideia de falar de dentro pra dentro, mas talvez não seja só pra dentro”. Ele concordou: “Muda a todo momento, tem hora que é local, tem hora que é pra dentro, hora que é pra fora, hora que é pra dentro e pra fora.” Eu digo: “É dinâmico”, ele complementa: “É dinâmico. Depende do que você está tentando comunicar”.

Telles vê as trajetórias/percursos biográficos como parte de mobilidades urbanas, que são “facetas de um processo único de reorganização das condições de existência” (2006, p. 69). Assim sendo, há que se situar eventos em tempos e espaços onde as histórias se passam. Nessa concepção, três linhas atravessam esses eventos: a linha das cronologias (das famílias, gerações), das espacialidades (onde se dão as práticas) e dos eventos políticos (que inscrevem certos marcos no espaço/tempo, como as consequências de políticas públicas, etc.). No caso de Michel, a reorganização dessas condições se faz perceber por meio da narrativa do seu livro. Esta se inicia com a menção à possibilidade de poder sonhar com uma profissão diferente das

dos pais. Poder escolher o Jornalismo se tornou possível pela via dos estudos, ao qual os pais não tiveram acesso. Portanto, as expectativas da geração mais antiga dos pais, migrantes que chegaram ao Rio no fim dos anos 1970 vindos do interior rural, de chegar ao “eldorado”⁷⁸ e ganhar a vida na cidade grande, contrastam com as dos seus filhos que já nasceram no Rio de Janeiro no início dos anos 1990. Se estudar antes não “enchia barriga”, passou a ser o caminho perseguido para traçar outras rotas ocupacionais por Michel e suas irmãs, nascidos e criados na Rocinha entre os anos 1990 e as primeiras décadas dos anos 2000. Os próprios pais enxergaram as mudanças que se impunham na vida da cidade ao não deixarem faltar estudos para os filhos. “Eu falava pra eles ‘não quero que vocês cresçam como eu cresci; nesse mundo de hoje, vocês vão crescer diferente, com uma educação diferente, uma vida diferente, com estudo’”, contou Josita Maria da Silva, mãe de Michel (de 1993), Monique (de 1991) e Michele (de 1989).

Filho caçula de Dona Jô (como me acostumei a chamar) e Seu Paulo (Paulo Afonso da Silva), foi criado com auxílio das irmãs, já que os pais precisavam sair para trabalhar. Todos estudaram em escolas públicas e cursaram faculdades privadas, contando com algum tipo de bolsa no ensino superior, para estudantes de baixa renda. Por ter nascido com lábio leporino, o caçula recebeu cuidados extras de toda a família na infância. Mas esta má formação congênita também lhe rendeu dificuldades que ultrapassavam a dimensão corporal, como o preconceito de amigos sob a forma de apelidos, por exemplo, que o acompanharam por longos anos. Dificuldades com a oralidade foram aos poucos sendo transpostas com diversos tratamentos. Nesse meio tempo, Michel aperfeiçoava a habilidade com a escrita.

Destaco, brevemente, aspectos que Michel ressalta (mais à frente nos escritos do livro) terem contribuído para o seu interesse por cursar Jornalismo: por um lado, o seu “mergulho” no mundo digital e da internet e, por outro, a leitura dos jornais trazidos para casa pelo pai, quando trabalhava como porteiro. Em meados da primeira década dos anos 2000, seus pais compraram o primeiro computador da família. O intuito era tirar o filho “da rua e das *lan houses*” (segundo Dona Jô).

De acordo com Baltar, Souen e Souza Campos, ocorreu um período de “crescimento com inclusão social” na economia brasileira entre 2004 e 2013, tendo como aspecto marcante “a forte ampliação do emprego formal acompanhado de expressivo aumento de poder de compra dos salários nesse tipo de emprego” (2018, p. 171). Nas lembranças de Michel, na época, ainda eram poucas as casas com computadores na Rocinha e havia estourado um grande

78 Expressão usada por Michele ao narrar a vinda de seus pais do interior para o Rio de Janeiro. “Ela (sua mãe) queria vir pra cá, mas só era um sonho, todo mundo de lá tem esse ‘eldorado’ de achar que vai vir pro Rio e vai ficar rico assim”.

conflito armado na favela, conhecido pelos moradores como “a guerra da Semana Santa”. Aos treze anos, ele vivia entre a casa e a escola e passava a maior parte do tempo livre “fuçando” o computador, onde sua principal diversão era o jogo irlandês *Habbo Hotel* (coincidência ou não, *habbo* significa eu falo). Seu personagem, no jogo, era um repórter que criava as notícias relativas aos demais participantes na brincadeira do hotel. Na adolescência, quando passou a “pegar mal” se dedicar a um “jogo de crianças”, passou a ler os jornais que o pai trazia para casa, depois de descartados pelos assinantes do condomínio onde trabalhava.

No fim do ensino médio, criou um primeiro espaço voltado para relatar o dia a dia na Rocinha (o Tumblr *Vida na favela*); no mesmo ano, criou, com a irmã Michele, a mídia eletrônica Viva Rocinha e, no ano seguinte, ambos iniciaram a atuação no Fala Roça. Junto com essas mídias, intensificava-se a circulação e proximidade do então adolescente com o ambiente onde morava. De início, o primeiro *blog* parece ter sido uma forma de contar o que vivia no dia a dia. Depois, aos poucos, as mídias criadas passaram a ser também novas formas de viver e circular pela favela. No *Fala Roça*, desde o início, Michel foi repórter e, aos poucos, aumentou sua participação, por exemplo, ao se tornar responsável pela diagramação do impresso. Como a mídia também abarcava a parte digital, ele passou a ter uma dedicação crescente ao universo *on-line* do FR. No expediente da oitava edição do impresso, além de repórter, acumula o cargo de “Diretor de produção”. Sobre os cargos do jornal, Beatriz resumiu: “A gente que inventa, né? (risos). Não tem ninguém para mandar em você, você inventa um cargo. Michel inventou esses cargos aí”.

Quanto à dimensão da participação política, Michel se considera engajado politicamente, o que, para ele, significa “mobilizar pessoas por direitos”. Participou do DCE da PUC, em épocas mais recentes, e também pelos direitos de alunos “periféricos e favelados”, mas seu maior engajamento é com a Rocinha: “luto por saneamento básico, por educação, pelos direitos básicos que no dia a dia ali deveria ter e não tem; acho que é um absurdo. Por exemplo, 20 mil jovens estão sem vaga na escola estadual. O que vai absorver esses jovens? Essa é uma forma de engajamento: lutar por uma vaga na escola estadual”. Na última etapa de sua entrevista, já em 2019, fazia planos de “caminhar mais para a política”, incluindo se candidatar a vereador em 2020, pois acreditava que só seria possível “mudar algo no estado, estando dentro do estado”. Conheci Michel ao trabalharmos em um mesmo projeto voltado para introdução a linguagens de comunicação, realizado na Biblioteca da Rocinha/C4 em 2014⁷⁹. Transcrevo a

79 Realizado nas Bibliotecas Parque criadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro, o projeto Regiões Narrativas, na Rocinha, ofereceu oficinas de fotografia, vídeo e animação aos moradores locais. Trabalhei na equipe de coordenação do projeto e Michel foi monitor das oficinas.

narrativa do percurso biográfico do jovem jornalista, a partir da entrevista da sua história de vida (realizada em três etapas). Acrescentei títulos ou marcadores para pontuar a sua fala e também a de Beatriz e Michele; dessa forma, é possível notar correspondências ou contrastes entre os três percursos.

❖ **Origens familiares (participação de Dona Josita⁸⁰, mãe de Michel, Michele e Monique)**

Michel: Qual é a pergunta?

Cristina (C): Você pode começar pelas lembranças das suas origens, desde lá de trás?

Michel (M): Posso te contar a partir da minha mãe e do meu pai. Não conheci meus avós, então não posso falar de quem não conheci. De onde eles eram, mãe?

Dona Jô (J): Eram todos da Paraíba. Meu pai se criou no interior de Campina Grande. Lá ele trabalhou e depois foi pra cidade [Campina Grande], quando minha mãe ficou doente.

Sobre Josita Maria da Silva (Dona Josita)

Dona Josita, então com 62 anos, entrou para as páginas do Jornal *Fala Roça* em agosto de 2015: foi levada pelas mãos, ou pela escrita cuidadosa, dos filhos, Michel e Michele Silva, que contaram a sua história na matéria “De volta para a minha terra: paraibana retorna à terra natal após 30 anos sem visitar familiares”. Na fotografia feita por Michel, que complementa o perfil da mãe, Dona Jô posa, em sua laje com vista, ao fundo, para o Morro Dois Irmãos e as casas da Rocinha, diante do olhar do filho. Está encostada ao muro que faz limite com a casa ao lado, com vestido florido, simpatia e altivez. Naquele instante, seus olhares se encontram e ela sorri. A história contada também é a história de quem escreve, da própria família. O “gancho” para frequentar o jornal foi a possibilidade de Dona Josita retornar à sua “terra”, no interior da Paraíba, pela primeira vez, depois migrar para o Rio de Janeiro 30 anos atrás. Conforme a matéria publicada na 6ª edição, viajar de avião se tornou mais barato para as

80 Dona Jô, mãe de Michel, Michele e Monique, é comunicativa e seu estilo de vida, caseiro, fez com estivesse presente em muitos momentos da minha pesquisa de campo, ou melhor, na verdade, eu é que passei a frequentar a sua casa, onde morava com o marido (Seu Paulo) e, na época, com os filhos. Depois, aos poucos, os filhos, já adultos, foram saindo de casa. Seu Paulo também era comunicativo, porém, mais ‘rueiro’: gostava muito de sair, caminhar, fazer exercício, andar de metrô pra ler o jornal no ar condicionado, como me contou! Um problema de saúde em sua infância fez com que tivesse dificuldade de articulação na fala; portanto, acabei trocando mais ideias com Dona Jô. Inúmeras vezes fui à sua casa para acompanhar, reuniões do *Fala Roça*, fazer entrevistas ou passar para trocar ideias com Michel e Michele. Aos poucos, entre cafés e almoços gostosos que ‘filei’, feitos por ela, o que relação de pesquisa, pensando nos moldes mais tradicionais, passou a ser outra relação, mediada pelo afeto, pela vontade de conhecer as histórias, pela saudade de ficar longe, pela preocupação nos momentos difíceis.

“classes C e D”, permitindo que os filhos organizassem a viagem de retorno de Josita, professora de artes em sua terra natal que se tornou doméstica no Rio de Janeiro. Foi também a sua primeira viagem de avião, para reencontrar os parentes, que seus próprios filhos ainda não tiveram chance de conhecer.

Nestas páginas, Dona Jô será também apresentada pelos filhos, a partir da reprodução do texto da matéria publicada na sexta edição do *Fala Roça* impresso, na parte final do capítulo 4 desta tese. E, ainda no Anexo I, onde está a cópia da matéria publicada, acompanhada da fotografia mencionada anteriormente.

❖ **Infância na Rocinha**

M: Meus pais se conheceram no Rio. Tiveram três filhos, primeiro Michele, depois Monique e sou o caçula. Sou nascido e criado na Rocinha, na localidade da Vila Verde, na mesma casa há vinte e poucos anos. Depois a gente mudou de casa, recentemente. A maior parte da infância passei na rua, brincando, como uma criança normal, porque naquela época tinha internet, mas não era tão comum como é hoje. A gente brincava de futebol, gude, ping pong; brinquei mais de futebol. Na favela, quando você é moleque, garoto, joga muito em escolinha de futebol (um dos únicos lazeres que tinha na época), até uns treze anos, quando ganhei um computador. Aí acabou a vida social. Na nossa rua, a gente foi a primeira família a ter computador. Eu fazia de tudo no computador – jogava, tinha internet, assistia vídeos no YouTube”. Gastava muito dinheiro com lan house, com uns 12, 13 anos; vivia lá e esse dinheiro já daria pra comprar um computador.

Naquela época, o salário mínimo era uns R\$ 400, era muito dinheiro. Eu ia muito e as minhas irmãs raramente. Era submisso a elas, um “faz tudo”. Minha mãe trabalhava fora e as minhas irmãs cuidavam de mim. Quando eu ia pra lan house, elas não me achavam (risos), ninguém conseguia me tirar de lá. Nessa época, entre 2001-03, era época de Copa do Mundo⁸¹. A rua ficava muito bonita, enfeitada. A seleção era seleção!

J: Tinha muita gente de arma na mão.

M: É, muita gente de arma na mão. E a Vila Verde era barra pesada mesmo. Na época, a Copa do Mundo era de madrugada, no Japão. Os jogos, alguns a gente assistia na nossa rua mesmo. Uma vizinha tinha uma televisão grande (era meio a rica da rua), colocava na rua e todo mundo assistia o jogo na frente da casa dela; meio virava uma festa no meio da rua. Era

81 Copa do Mundo do Japão, em 2002. Brasil foi campeão.

também uma época muito ruim porque era transição de poder do tráfico; tinha uma guerra interna na Rocinha entre os donos do morro. Eu tinha os amigos da rua mesmo – de onde eu morava, da escolinha [de futebol] em que a gente jogava. Ali, todo mundo foi criado junto, a molecada toda. Os vizinhos e os das redondezas também. A gente sempre brincava junto – de pique pega, de correr, pique ajuda; pique esconde. E não era restrito a homem, tinha mulher também.

❖ **Nasce a Vila Verde: mutirão, tempo ainda presente**

M: Morei a vida toda na Vila Verde. Isso aqui tudo era Floresta da Tijuca. Esse terreno todo era de dois paranaenses e um pedaço era da Light. Esses paranaenses não tinham interesse nessas terras e os moradores, naquela época de alta de aluguéis, que não tinham onde morar, invadiram o terreno. E começaram a construir as casas. Pessoas da Rocinha mesmo. O próprio MST ajudou na invasão, segundo relatos históricos - dos moradores da região. E, como tinha uma nascente aqui perto (ainda tem o resto dela), era uma nascente de água limpa, então se tornou Vila Verde, em alusão à floresta. Era muito verde, mas de verde não tem mais nada, agora é só tijolo. Surgiu em 1991 e a gente chegou em 1993. Água e luz era muito precário, a ladeira ainda era de barro. Ainda lembro da ladeira, o meu pai ajudou: aconteceu um mutirão, cada um deu uma graninha (os moradores de lá) e todo mundo, num dia só, ajudou a asfaltar a rua. Se você for até a rua e fizer um buraco no chão, vai ver o barro puro ainda. Lembro que os moradores colocaram uma tela de ferro, depois jogaram o concreto por cima. Acho que essa é a memória mais antiga que tenho na minha infância – do mutirão de asfaltamento. Trouxeram o material – terra, pedra, água – tudo nas costas; não tinha muito material. Ah, a água, agora lembrei! A água a gente buscava no Pueirão [campo de futebol da Vila Verde, na época da infância de Michel].

J: A gente tinha uma água que não era potável, mas era já encanada.

M: Mas quando não tinha, buscava água no Pueirão também. Aquilo antigamente era um campinho de barro puro. Ali embaixo, tinha uma cisterna muito grande onde os moradores pegavam água, quando não tinha. Lembro que ali perdi, muitas vezes, a tampa do dedão, jogando futebol. Porque era tudo de barro e a gente jogava de pés descalços. Mas foi muito bom jogar ali; quando chovia e o barranco caía, tínhamos que fazer mutirão pra tirar o barro do lugar.

❖ **Estudos: escolas públicas**

M: Todo mundo estudava [refere-se a ele e às irmãs]. Comecei a estudar aqui no Brizolão, o CIEP Dr. Bento Rubião, só que eu era muito bagunceiro, moleque traquinas. Fazia muita besteira e acabei sendo expulso da escola, porque fugia muito de lá.

J: Você não foi expulso, foi transferido.

M: É a minha história! [risos] Eu fui transferido, na verdade. Transferido ou expulso dá na mesma coisa! Pra não expulsar, eles transferiram. Tinha um buraco, uma brecha, que era por onde a gente fugia – eu e a galera do colégio. Eu era do C.A.⁸² ainda – uma série antes da primeira série. Fui transferido pra uma escola no Humaitá, Presidente Agostinho Neto. Era Brizolão também. Só fui transferido pra essa escola, no Humaitá, porque minha mãe trabalhava no Humaitá; ela me levava e buscava. Era integral, o dia todo na escola: tomava café da manhã, almoçava, um lanchinho de tarde pra ir embora. Lá sosseguei, porque era mais rígido.

J: Não ficou muito sossegado não, porque todo dia era uma reclamação; ele era muito bagunceiro! [risos]

M: Ah, tá... Eu adorava a escola, era muito boa. Estudei lá até a quarta série. De lá, fui estudar na Gávea, na escola municipal Desembargador Oscar Tenório, escola em que a Monique [irmã do meio] estudou. Ela já tinha contato com a escola, então ficou mais fácil eu estudar ali. Estudei a vida toda em escola pública. E fiz bagunça a vida toda nas escolas.

Cristina (C): Mas passava de ano?

M: Estudava. Passava. Minha média era entre regular e muito bom. Quando chegou no ensino médio, aí o negócio ficou mais doido. Tive que virar adolescente mesmo. No Oscar Tenório, estudei até a oitava série. Depois, consegui vaga numa escola em Copacabana, Pedro Álvares Cabral, escola estadual pública, mas não era CIEP. Tinha um problema, do meu ponto de vista: era longe, eu não conhecia ninguém e era uma época, em 2010, do processo de ocupação das favelas. As favelas pegando fogo, como a gente diria.

C: Você fala da instalação das UPPs?

M: É. Naquela época, essa escola, onde eu ia estudar, era cercada por morros dominados pelo Comando Vermelho – Ladeira dos Tabajaras, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Chapéu Mangueira. Tudo na zona sul. Só a Rocinha era outra facção. Então pensei: ‘vou estudar em uma escola que não tem ninguém da Rocinha’. Fiquei com um receio muito grande. Até ia no começo, mas tinha uns moleques meio bolados e eu ficava com medo deles. Também

82 A Classe de Alfabetização (CA) fazia parte da educação básica no Brasil até 2006, quando o ensino fundamental foi ampliado para nove anos (Lei Ordinária 11.274/2006). O antigo CA foi, então, substituído pela primeira série do ensino fundamental (para crianças entre 6 e 14 anos).

não gostava da escola. Ou seja, perdi um ano de escola, porque eu matava aula. Perdi o primeiro ano, repeti. Aí, minha irmã Monique estudava em uma escola no Leblon [Colégio Estadual Professor Antônio Maria Teixeira Filho], consegui a transferência. Lá eu realmente comecei a estudar, porque tinha muita gente da Rocinha e Vidigal. Só que estava desestimulado, porque perdi um ano de estudo. E repeti mais um, o primeiro ano; fiquei dois anos atrasado. Aí fiz o primeiro de novo, pela terceira vez – quase uma graduação do primeiro ano [risos]. Estudei, passei pro segundo ano, depois pro terceiro e terminei a escola. Tudo em rede pública.

❖ **Saúde, lábio leporino, bullying**

M: Eu era cardíaco, mas corria igual a um toro, naquela época, e não sentia nada. É em decorrência do lábio leporino. A maioria das pessoas que nasce com lábio leporino, com parte do sistema respiratório aberto, tem tendência a ter arritmia cardíaca. Mas nunca tive muito problema.

J: Você tem que ver isso aí!

M: Começou a chegar na idade adolescente e fui perdendo o gás da infância. Também o coração começou a acelerar muito.

C: E como foi essa questão do lábio leporino?

M: Nasci com lábio leporino. A infância foi dura, porque a galera não sabia o que era isso e eu acabava ganhando muito apelido, muita zoeira. Mas não condeno ninguém, porque naquela época a galera não tinha acesso à informação. Então meio não sabia o que era aquilo ali – achavam que eu tinha caído, levado porrada, sei lá. Eu também não sabia explicar direito o que era o problema. Aí ganhava um monte de apelido: no futebol, eu era “Gaguinho”, mas nunca fui gago, era fanho. Eu sofri muito bullying, naquela época não chamava assim, era “sacanagem” que a gente falava. E, de tanto que recebi, aprendi a respeitar as pessoas. Reverteu: ao invés de praticar o ódio, pratiquei o bem. Fui mais bondoso por querer praticar o bem; adquiri através disso querer ajudar as pessoas. Fiz tratamento a vida toda em hospital público. Tem tratamento dentário, fonoaudiológico, psicológico também. A pessoa que nasce com lábio leporino, mexe com o psicológico, é muita pressão o tempo todo. Ia operar esse ano, mas o hospital entrou em greve e desandou tudo de novo. Estou com o tratamento interrompido.

❖ **Interesse por comunicação**

C: Como você começou a se interessar por comunicação?

M: A comunicação nasceu, muito embrionariamente, quando ganhei meu computador. Foi ali que dei start na comunicação. Era um computador muito capenga, muito pobre, e já existia internet a cabo. Tinham alguns empresários que distribuía internet na Rocinha. Comecei a usar o computador e explorar a internet. Na escola, mandavam pesquisar na internet. Fui me interessando ainda mais por outras coisas, comecei a assistir tele aula no YouTube – já existia naquela época. Tinha MSN, Orkut, redes sociais da época. E conheci um jogo chamado Habbo; nome meio tosco, mas era um jogo irlandês. Comecei a jogar na infância, dos 14 aos 17 anos. Tinham alguns sites de notícias dedicados a ele e comecei a me interessar por esses sites, porque era leitor deles. De leitor, virei repórter. O jogo era internacional, tinha em Portugal, no Brasil, em espanhol, em inglês. Naquela época, 2007-8, comecei a fazer pequenas notícias do jogo. Ali é o começo do jornalismo pra mim. Quando chegou na adolescência, como era um jogo de criança, pensei “tô jogando um jogo de criança na adolescência”. Aí parei de jogar. Ao mesmo tempo, o meu pai gosta de ler jornal, trazia jornal do trabalho dele (até hoje). Então, comecei a criar interesse por ler jornal. Do jornal impresso, realmente, nasceu o meu gosto por jornalismo: comecei a ter noção de como era uma reportagem, o que era o lead⁸³, essas coisas de jornalismo que eu li no jornal impresso, pesquisei na internet com o meu computador. Ironicamente, o computador que eu tinha em 2004 ainda tenho até hoje. Só troquei as peças. Eu era tão viciado, que não desligava, madrugava no computador.

❖ **Navegando na Rocinha: computador e internet interferem na rotina da família**

J: Ninguém tinha internet, quando chegou [na Rocinha], porque ninguém tinha computador. Os primeiros que tiveram foram eles!

M: No morro não, na Vila Verde.

J: Ele era muito inteligente, sabia mexer que era uma coisa! Quando viram, as mães disseram “também quero, Michel tem um computador, Michel tem internet” e começaram a correr atrás. Michel deu aula pra todo mundo de graça!

M: Quando não tinha internet, eu ficava em casa fuxicando o computador. Clicava num botão e prestava atenção no que acontecia. Aí fui descobrindo o computador.

C: Mas como o computador chegou, você pediu pros seus pais?

M: Não, ela comprou o computador pra me tirar da rua, da lan house.

J: Ele queria ficar na rua, viver na lan house e eu não queria.

83 Lead: “O quê?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?”, “Por quê?”

M: Eu gastava muito dinheiro com lan house.

J: Eu não queria também porque ele conhecia muita gente e eu e o pai não queríamos que ele se juntasse. Aí combinei com ele: ‘vamos comprar porque a gente vai tirar o Michel da rua; não quero ele em lan house, porque ali é gente de toda espécie’.

M: Foi caríssimo um computador na época, mais do que um salário mínimo.

J: Aí foi um alívio, porque ele comprou, instalou, pôs internet e sossegou em casa.

M: Ela comprou o computador no cartão das Casas Bahia, 12 vezes.

J: Com 15 a 16 anos, ele sabia mexer como ninguém na internet e muita coisa.

M: Eu assistia muita coisa no YouTube e aprendi também em alguns fóruns na internet.

C: E como foi a chegada da internet aqui [na Rocinha]?

M: Foi rápido. Naquela época, não tinha wi-fi, era cabo mesmo, “puxavam” o cabo. O wi-fi é recente. Quando travava a internet, eu tinha que ir lá do outro lado do morro pra religar. Você ligava pro dono da internet e falava: “Tô sem internet aqui”, ele dizia: “Não posso ajudar, se você quiser, pode ir lá reiniciar o modem”. Travava da localidade toda, aí o pessoal falava: “Michel vai resolver lá”, porque só eu tinha conhecimento desses negócios de internet. Eu tinha que ir do outro lado do morro religar o modem, aí retornava a internet. Eu subia no poste e religava. Eu queria internet, ficava desesperado! Mas era muito precária, muito ruim. Era 1 MB, no máximo. Pra fazer um download era um dia inteiro.

❖ Primeiras mídias criadas por Michel: A vida na favela e Viva Rocinha

M: Agora lembrei que, antes de criar o Viva Rocinha, criei um blog de relatos da Rocinha – eram “causos e fatos” da Rocinha. O nome é “vida na favela”⁸⁴ [na rede social Tumblr]. Estava quase saindo do ensino médio, porque quando criei o Viva Rocinha já tinha terminado o terceiro ano, em 2011. Terminei no final de 2011 e, em 2012, estava livre. Entrei na faculdade em 2014. Aí foi o auge do Viva Rocinha, porque eu ficava 24h na Rocinha. Acabei virando um andarilho aqui. Era noite e dia, dia e noite aqui na Rocinha.

❖ Fim da vida escolar: sem perspectivas

84 “A vida na favela” é o título de um *blog* criado por Michel Silva, na rede social Tumblr (fundada em 2007, perdeu popularidade para redes sociais posteriores, como o Facebook). O conteúdo do *blog*, ainda disponível, indica ter sido breve, com postagens feitas principalmente em 2011. Disponível em: <https://vidanafavela-blog-blog.tumblr.com/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

M: [Ao terminar o ensino médio] Eu não tinha nenhuma perspectiva do que ia fazer na vida. Não tinha nem ideia do que ia fazer na faculdade. Alguns garotos que cresceram comigo foram pro tráfico. Tive ideia de seguir carreira militar. Eu até tinha participado do alistamento, que é obrigatório; fui lá na triagem, só que chegou na hora eu desisti, voltei pra casa. Eu já não trabalhava, então acabei ficando num ano sabático. Só dependendo da minha mãe. Então... como já fazia uns negócios de jornalismo, pensei em estudar na UFF, queria fazer Comunicação Social. Aí vi que tinha o curso na PUC. Então decidi prestar faculdade de Jornalismo, fiz o vestibular de inverno da PUC. Não estudei nada e fui fazer a prova, na cara e na coragem com o conhecimento que eu tinha mesmo, da vida. Recebi o resultado e fui na Vice-Reitoria Comunitária tentar ganhar a bolsa. A Vice-Reitoria Comunitária fornece bolsas para pessoas de baixa renda.

[Michel conseguiu, inicialmente, isenção de matrícula para estudar apenas um período; depois conseguiu a Bolsa de estudos Filantrópica, modalidade integral].

M: A minha ideia inicialmente, quando entrei na faculdade de jornalismo, era estudar jornalismo para trazer melhorias para o Fala, Roça; não só pro Fala, Roça, mas para os jornais locais de favelas. Trazer o conhecimento que eu ganhava na faculdade e ir repassando. Devolver à favela; uma forma de agradecimento ao que a favela me proporcionou, porque, sem a favela, eu não teria chegado onde eu tô hoje: quase concluindo a faculdade, trabalhando num veículo tradicional, ter chegado até onde cheguei – isso eu devo à Rocinha.

C: E a sobrevivência, como é que foi?

M: Isso era através de trabalhos “freelas”, conforme as coisas iam acontecendo na Rocinha. A grande imprensa dependia de comunicadores locais para adentrar na Rocinha. Seja eu fazendo as matérias ou guiando os repórteres, entendeu?

C: Foram os primeiros trabalhos remunerados que você fez?

M: É, produzindo conteúdo ou guiando os jornalistas na Rocinha. Fazia isso no decorrer da faculdade. E também antes. Fiz muito isto no período da “pacificação”; também no período da Copa do Mundo, dos Jogos Olímpicos e agora, mais recentemente, com as operações militares na Rocinha.

2.2.2 BEATRIZ CALADO

Ano de nascimento: 1994

Entrevista/história de vida (2 etapas): 05/11/2016 e 07/06/2019

Idade (nas entrevistas): 22 e 25 anos

Eu sonhava em ser aquela que ia segurar o microfone atrás da televisão entrevistando as pessoas, por isso que eu escolhi o Jornalismo.

A gente pode discutir as pautas e escrever o que quiser e eu achei isso muito interessante desde o início, acho ainda, essa questão da liberdade. Liberdade com responsabilidade. Você vai escrever o que você quer, mas vai ter que segurar o resultado disso. Aí eu vim, gosto muito e me apaixonei pelo jornal.

Beatriz Calado

A primeira entrevista com Beatriz foi realizada após uma reunião de pauta do *Fala Roça*, da qual participaram também jovens locais que haviam frequentado as oficinas de comunicação comunitária organizadas pelo jornal naquele ano de 2016. Conversamos na varanda da Biblioteca Parque da Rocinha/C4, onde a equipe costumava se reunir, e posteriormente passou mais de um ano fechada devido à falta de investimentos do governo do estado e da prefeitura. O papo durou de cerca de uma hora. Levada pelas palavras da Bia, então com 22 anos, pude conhecer e dialogar mais sobre os seus percursos de vida. Havíamos nos conhecido em uma reunião do jornal no mesmo lugar onde estávamos na entrevista, a BPR; a ocasião foi uma reunião de pauta e planejamento do *Fala Roça* em outubro de 2014. A jornalista, que havia se formado naquele mesmo ano, era um pouco mais tímida e reservada do que os demais integrantes do jornal. A segunda etapa da entrevista aconteceu só em fevereiro de 2019, após encontrarmos muitas outras vezes em atividades do jornal. No *Fala Roça*, fazia reportagem além de assumir outras tarefas condensadas informalmente sob o cargo de “Editora de redação”, no expediente do jornal. Por exemplo, era sua a responsabilidade de fazer o velho e bom copidesque de todo o conteúdo do impresso. Disposta e bem-humorada, adquiria facilmente ar de seriedade diante das tarefas a serem cumpridas e levou para o jornal a experiência que já acumulava nos trabalhos/estágios em Jornalismo.

Beatriz nasceu na Rocinha e passou a infância entre a favela, o bairro da Gardênia Azul, na zona oeste do Rio, e Saquarema, na região dos lagos. O avô construiu a casa da família, na Rua 2, onde moram até hoje, a partir de “um barraquinho e foram construindo pedra sobre pedra”, contou. A mãe, auxiliar de consultório dentário, e o pai, cozinheiro, tiveram duas filhas,

Bia e Gabi, irmã mais velha. Ambas concluíram o ensino fundamental e médio em escolas públicas, ingressaram no ensino superior e se formaram: Bia em jornalismo, na PUC-Rio, e a irmã em pedagogia, na UERJ. Os pais se separaram ainda na sua infância, ela e a irmã passaram um período em Saquarema na casa dos avós, depois a mãe as trouxe de volta para o Rio; estavam de volta, juntas, à Rocinha. O período longe dos pais fortaleceu os laços entre as irmãs e, independente das dificuldades, não deixaram de estudar. Ainda pequena, Bia foi se encantando por quem lhe trazia “o mundo”, com um microfone na mão, através da telinha da TV, uma de suas poucas diversões. “Eu sonhava em ser aquela que ia segurar o microfone atrás da televisão entrevistando as pessoas, por isso escolhi o Jornalismo”, resumiu. Mais tarde, ao terminar o ensino médio, viu-se diante da escolha profissional entre cursar Direito ou Jornalismo, uma vez que já sentia que os direitos não vinham fácil, era preciso conquista-los e preservá-los: “O Direito, na época, fiquei interessada porque tenho uma questão muito forte com os Direitos Humanos, com direito do cidadão, de você ter o seu direito, mas ter que preservar ele”.

Batalhou e conseguiu uma bolsa de estudos integral que lhe permitiu cursar Jornalismo na PUC-Rio, próxima a sua casa, o significou uma economia de gastos com passagem para a família, uma vez que a irmã já estudava longe de casa e qualquer gasto extra ameaçaria a permanência na universidade. Iniciou os estudos ainda sem a confirmação da bolsa filantrópica da PUC, acumulando dívidas de taxas que não sabia se teria de pagar depois; a única certeza era de ser completamente “inviável” pagar os boletos da mensalidade que chegavam, em torno de R\$ 2 mil. Ao final de três meses e do cumprimento da burocracia exigida, saiu a confirmação da bolsa de 100%. Aproveitou cada instante na faculdade, onde conseguiu realizar o sonho de ver o seu rosto “na telinha” ao estagiar na TV PUC. Ao mesmo tempo em que colegas de turma e professores se tornaram uma espécie de ‘segunda família’ para Bia, ela também sentia o peso do contraste com o mundo elitizado de uma das universidades mais caras do Rio de Janeiro.

Garimpoou estágios remunerados na área de Jornalismo, onde as poucas redações ainda existentes realizavam demissões coletivas. Mesmo assim, conseguiu, além do estágio na TV da PUC, estagiar no Sindicato dos Bancários, no jornal *O Dia* e na Multirio (empresa de comunicação da prefeitura do Rio). Nessa época, já começou a entrar em contato com a realidade de uma profissão profunda e velozmente afetada pelas mudanças nas tecnologias de informação. Para os jornalistas, o quadro das novas tecnologias era bem menos faiscante do que fazia imaginar a propaganda e do acesso cada vez mais ilimitado à informação do mundo *on-line*: tratava-se muito mais de sentir na pele as condições de trabalho precarizadas. Bia sentiu na pele ao ver seus colegas sendo demitidos em *O Dia* e ao não poder ir “para a rua” fazer matéria. Fora as restrições relativas ao trabalho de estagiários, ir para a rua demandava uma

estrutura de apoio da redação, cada vez mais enxuta. Segundo Caldas, “Em seu novo figurino de feições modernas, a redação tornou-se mais elitizada e foi se distanciando da rua e dos leitores” (2002, p. 20). E não era apenas isso. O jornalista descreve um pouco do que se passava, na virada dos anos 2000, no mundo do jornalismo, da seguinte forma:

A formação de poderosos grupos de comunicação multimídia e a veloz popularização da internet provocaram mudanças sem precedentes no conteúdo e na distribuição da informação, interferindo intensamente no processo de trabalho dos jornalistas. Nesse novo cenário ainda marcado pela incerteza de papéis, há os que acreditam que nos próximos anos as redações de jornal serão ocupadas por repórteres multimídia capazes de prover de conteúdo ao mesmo tempo diferentes meios, como o jornal, a internet, e o rádio (2002, p. 18).

Caldas complementa este cenário mencionando se tratar de um momento de “conflito de visões de mundo” em que o repórter de redação se defrontava com seu “improvável sucessor: o fantasma do provedor de conteúdo criado pela mídia eletrônica” (idem, p. 20). Beatriz entrou numa redação de jornal cerca de dez anos após estas previsões e viu editorias inteiras serem desmanteladas por conta das demissões. Com seu próprio pagamento atrasado, decidiu deixar o estágio antes do tempo previsto. Não seria surpreendente encontrar, caso lá retornasse, fantasmas do passado agora transformados em prováveis provedores de conteúdo.

Entre um estágio e outro, Beatriz foi convidada a participar de uma experiência em jornalismo impresso que a faria se aproximar do convívio com o seu lugar de moradia, a Rocinha. Em 2014, aceitou se juntar à equipe (reduzida) de redação do Jornal *Fala Roça*, que embora não tivesse sede e não tivesse condição de oferecer remuneração (ao menos naquele momento), convidava-a a conhecer melhor o lugar onde suas raízes também estavam plantadas. Se, na infância e, mesmo depois de adulta, Bia circulava pouco pela favela onde vivia (já que, como forma de proteção, a mãe não a deixava se afastar muito de casa – conforme ela nos conta a seguir), o *Fala Roça* a levaria a percorrer ruas, becos e vias estreitas distribuindo os exemplares do impresso construído também com suas palavras. Finalmente estava ao seu alcance a chance de ir “para a rua” apurar notícias, coisa que não pode fazer ao trabalhar numa redação de jornal, onde as notícias eram apuradas no telefone e na internet. Porém, outros limites se impuseram na Rocinha dos anos 2017 e 18, como a militarização sentida principalmente nos espaços das favelas. Dentre os muitos efeitos graves que causou nas vidas dos moradores, acabou impedindo também o *Fala Roça* de circular pela Rocinha (e, antes, impediu também os comunicadores/jornalistas de circularem por muitos lugares da favela). Este estado de coisas se somou a desilusões de Bia com a profissão, acarretando um certo desencanto da jornalista com seus caminhos profissionais, conforme desabafou no início de 2019.

❖ Origens familiares

Meu nome é Beatriz Anchieta Calado Barcelos, tenho vinte e dois anos e moro na Rocinha. Morei na Rocinha, em parte, minha vida toda – fiquei fora seis anos. Sobre meus avós: minha avó por parte de mãe é do Recife e veio morar aqui no Rio quando era muito pequena; trabalhou em casa de família. Meu avô por parte de mãe é de Saquarema, a família dele é de lá, então foi criado lá. Minha avó por parte de pai é de Portugal, ela veio de lá quando era pequena também, devia ter uns seis, sete anos, não me lembro muito bem a idade dela. E meu avô por parte de pai eu não conheci, porque ele morreu antes de eu nascer. Sei muito pouco da vida dele, do que ele era. Sei que morreu de infarto, mas não sei quem era, o que fazia da vida. Meu pai também conheceu muito pouco o meu avô, porque ele morreu quando meu pai era pequeno ainda. Minha avó, desde quando eu me entendo por gente, é viúva – há pelo menos uns quarenta anos.

A minha ligação mais próxima aqui com a Rocinha, no caso, é porque a gente viveu aqui a vida toda. Quando eu nasci, minha mãe morava aqui, minha irmã também, por conta da minha família por parte de mãe. Quando minha avó se casou com meu avô, eles vieram para cá e foram morar na Rua Dois, ali perto da UPP [Unidade de Polícia Pacificadora] da Rua Dois. E foi ali que construíram a vida toda: eles vieram com um barraquinho e foram construindo pedra sobre pedra, carregando material de construção nas costas. Meu avô foi construindo um primeiro andar, que é a casa da minha mãe hoje, uma casa pequena: quarto sala, cozinha e banheiro, bem pequena. Depois ele construiu uma casa em cima, que é a casa da minha prima hoje em dia. A parte de baixo era a cozinha da minha avó e a parte de cima era onde ficavam os quartos. Bem depois, eles construíram um terceiro andar – hoje é a casa das minhas primas. A minha mãe e minhas duas tias passaram a adolescência e a infância toda aqui, na Rua Dois; nunca moraram em outro lugar enquanto eram solteiras.

Minha mãe conheceu meu pai aqui dentro da Rocinha mesmo. Minha avó, por parte de pai, também morava aqui, mas eu não sei como ela chegou, não tenho a menor ideia. Só sei que minha avó morava perto da Jaqueira⁸⁵. Eles se conheceram aqui e namoraram. Depois se casaram e minha mãe foi morar perto do [clube] Emoções, onde hoje em dia é um espaço aberto ali em frente, que pertencia à família do meu pai. E nasceu a minha irmã, cinco anos mais velha do que eu; ela ainda chegou a morar nessa casa [quando] pequena. Depois de um tempo, eles subiram para a Rua Dois de novo, para morar onde é a casa da minha mãe, aquela primeira casa que meu avô construiu. Foi lá que eu nasci, vivi até uns quatro anos e minha

85 As árvores “jaqueiras” são referências antigas de localização, usadas até hoje, na Rocinha.

irmã já tinha nove. Depois a gente foi morar numa casa de aluguel ali na Estrada da Gávea, na Praça do Skate. Era uma casa grande, tinha dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda, uma casa maravilhosa. Depois daqui... a gente foi morar na Gardênia⁸⁶, Jacarepaguá.

❖ **Infância: Rocinha, Gardênia e Saquarema**

Sáimos da Rocinha quando eu era pequena, não lembro o ano, acho que era início dos anos dois mil, eu nasci em 1994. Isso foi no início dos anos dois mil porque, quando a gente saiu da Gardênia, era dois mil e quatro, deve ter sido em 1999-2000 que a gente foi para lá, ficamos cinco anos. A gente ficou um ano na Rua A, na Gardênia, depois fomos morar num terreno que era da mãe de santo do meu pai.

C: Vocês têm religião na família?

B: O meu pai é umbandista, a minha mãe já foi muitos anos, mais por conta dele também. Mas minha mãe não frequenta mais nenhuma religião, não tem mais nada, nem a gente. Mesmo morando nesse terreno, eu fiz Primeira Comunhão, minha irmã fez Crisma, na Igreja que tinha lá, a gente nunca foi dessa religião – umbandista. Meu pai sempre foi, a gente foi criada nesse meio, dentro, vendo tudo, com todo o simbolismo que tem, mas a gente nunca seguiu e nem pretendo seguir.

C: Você se considera de alguma religião?

B: Não. Eu acredito em Deus, acredito que tem uma força maior, mas não acredito em nada daquilo: que Deus criou o mundo, essas coisas. Acredito que existe um ser supremo que esteja olhando por nós, mas não sigo nenhuma religião. Respeito todas, cada um com a sua fé, mas não tenho nenhuma.

C: Depois da Gardênia, voltaram para a Rocinha?

B: Não, meu pai se separou da minha mãe em 2004. Meu avô, que morava em Saquarema antes de conhecer minha avó, decidiu voltar para lá porque ele já estava aposentado; foi porteiro a vida toda, se aposentou e decidiu que ia morar em Saquarema. É uma casa que tem três quartos, uma cozinha enorme, varanda, quintal, tudo, então nossas férias sempre eram lá. E acabou que coincidiu, porque a minha mãe se separou do meu pai no mesmo ano que a minha tia, por parte de mãe. Então, em 2004, toda família, por parte de mãe, foi morar em Saquarema. Eu, minha mãe e a minha irmã, minha madrinha, que tinha duas filhas na época, e meu primo fomos morar lá. Só que a minha mãe conseguiu emprego aqui, em 2005. Ela sempre trabalhou em consultório dentário; pediu demissão do emprego e foi

⁸⁶ Gardênia Azul, bairro na zona oeste do Rio de Janeiro.

morar em Saquarema com a gente. Conseguiu outro emprego e a gente já estava matriculada na escola lá, já íamos começar a estudar. Veio pro Rio de Janeiro de novo. A gente ficou um ano sem minha mãe e sem meu pai lá, morando com nossos avós, eu e minha irmã. Para a gente, foi uma fase muito difícil. Então a gente ficou muito próxima, eu e minha irmã; ela assumiu o papel de mãe completamente, cinco anos mais velha. E é assim até hoje. Eu a considero, às vezes, mais minha mãe do que minha própria mãe. A gente tem uma ligação muito forte. Minha mãe, como já estava estabelecida aqui, no final do ano de 2005, tinha prometido que ia trazer a gente de volta e trouxe. A gente veio morar na primeira casa que o meu avô construiu (e é da minha mãe) quando chegou na Rocinha. Ele construiu o primeiro andar, que era da minha mãe, e ficou para ela. Ficou um andar para cada filha, o da minha mãe era o primeiro – uma casa bem pequenininha, mas a gente veio morar com ela de novo. Ficamos eu, minha mãe e minha irmã morando aqui na Rocinha de novo.

C: Vocês não pararam de estudar?

B: Continuamos estudando. A gente nunca parou de estudar. Fechamos o ano escolar de 2005 lá. Mas em 2006 a gente já veio. Eu fui estudar no George Pfisterer [Escola Municipal, no bairro da Gávea], na sexta, sétima e oitava séries (era até a oitava na época), depois fui para o Michel Maurois [Colégio Estadual Michel Maurois, no bairro do Leblon]. A única que estudou em colégio particular foi a minha irmã, no segundo e no terceiro anos, mas sem pagar também, com Bolsa. Estudei o primeiro, segundo e terceiro anos no Michel Maurois. No terceiro ano, fiz o pré-vestibular do Santo Inácio, para estudar mais, porque o ensino era muito fraco, para poder passar. Eram dois anos o pré-vestibular, só que eu não fiquei no segundo ano, passei logo de primeira, pelo Enem. Passei na PUC pelo Enem duas vezes e passei na última reclassificação da UERJ – para Jornalismo, nos dois, mas inicialmente não era Jornalismo, era Direito.

❖ O interesse por comunicação e a escolha pelo Jornalismo

C: Fala um pouquinho da sua escolha, como é que foi pensar isso nessa época?

Na verdade, eu sempre quis trabalhar com gente. Quando morávamos na Gardênia, a casa muito pequena – nem era casa, era quarto e cozinha, o banheiro era à parte, tipo uma coisa coletiva. Então, a gente não tinha nada, a única diversão era a televisão. Eu sempre gostei muito de televisão, assistia muito jornal, programa na Globo o dia inteiro, Record o dia inteiro, SBT o dia inteiro e me apaixonei por Jornalismo vendo televisão. Na época do vestibular, fiquei entre Jornalismo e Direito. Fui para o Jornalismo por conta dessa minha memória afetiva,

emocional de ter sempre visto aquilo a minha vida inteira, estava acostumada. Eu sonhava em ser aquela que ia segurar o microfone atrás da televisão entrevistando as pessoas, por isso que eu escolhi o Jornalismo. O Direito, na época fiquei interessada porque eu tenho uma questão muito forte com os Direitos Humanos, com direito do cidadão, de você ter o seu direito, mas ter que preservar ele. Então, achava que aquilo era uma coisa que podia me fazer feliz, ainda acho até hoje. Vou fazer.

Eu acabei meio juntando, porque no Jornalismo tem a parte de serviço, de prestar um serviço para a população, apesar de que isso está sumindo. Tinha essa questão dos direitos também, de você ter acesso à informação, brigar pelo direito das pessoas, aí fui para o Jornalismo para trabalhar com televisão – não pensava em Jornalismo impresso, na internet, nada disso. Comecei no Jornalismo na PUC; na época, era até meio estranho porque eu não tinha o resultado da Bolsa [Filantrópica]. Passei pelo Enem, mas não sabia se ia ser bolsista ou não. E só conseguiria continuar meu curso se fosse bolsista, porque não passei pelo ProUni, passei pela nota de classificação, que a PUC aceita. Tem duas formas: tem o ProUni, que é assim: ‘você foi classificado pelo Enem para estudar aqui’, aí pode pagar ou ter uma Bolsa. Eu passei para como se fosse pagar a PUC. E era inviável! Nunca vou esquecer desse dia, quando recebi uma carta da PUC com a primeira mensalidade: R\$ 2.034,00. Isso em 2012, aí falei: “Não tem a menor condição!”. Na época, como fiz o pré-vestibular no Santo Inácio, existia uma carta de recomendação que eles davam pros alunos da PUC; peguei essa carta, toda documentação para poder fazer o processo seletivo da Bolsa e fui aceita, depois de uns três meses.

C: Na PUC, você faz esse processo de concorrência à Bolsa só depois que entra?

B: Sim, só depois que entra. Na verdade, quando você faz a matrícula, tem que pagar uma taxa. Por conta do vestibular, eu também tive essa isenção da taxa de início; peguei um papel falando que eu não tinha condições de pagar e ia concorrer à Bolsa. Caso não conseguisse pegar a Bolsa, eu tinha que pagar essas taxas. Então foi um período meio difícil, porque a gente não tinha certeza se ia continuar ou não na PUC e eu não tinha passado até então para nenhum outro vestibular. Na UERJ, só passei em junho de 2012 e comecei a estudar em fevereiro na PUC. Eu não me sentia parte daquele lugar, não queria me apegar àquilo, porque não sabia se ia continuar. E deu tudo certo, consegui a Bolsa cem por cento. Em junho, soube do resultado da última reclassificação da UERJ.

C: Também tinha tentado para Jornalismo lá?

B: Também para Jornalismo e era a única turma – a UERJ só tem uma turma de Jornalismo, acho que com cinquenta vagas na época. Escolhi a PUC. Já estava acostumada,

já tinha feito um período, já estava tudo certo, minha Bolsa estava lá; não me arrependo até hoje de ter feito essa escolha. Foi a melhor coisa que eu poderia ter feito na vida. A infraestrutura é ótima, os professores são ótimos, conheci pessoas incríveis na PUC, professores que viraram amigos e amigos que viraram irmãos. Claro que existe isso em outras faculdades também, mas tem a proximidade de casa, não tenho todo o estresse com deslocamento, até porque, na época que entrei, não tinha como pagar passagem, minha mãe é que pagava; para ela, ficaria inviável pagar a passagem da minha irmã, que ia para UERJ, e mais a minha. Depois que entrei na PUC, consegui a passagem e o direito de almoçar lá. E fui fazendo estágio, conseguia me manter.

❖ **Primeiros estágios: “Finalmente estava vendo minha carinha na televisão”**

Meu primeiro estágio foi em agosto de 2013, no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, lá no Centro. Tinha um jornal, que saía toda terça e quinta, o Bancários RJ. Só que não tinha nenhum tipo de abertura pro estagiário fazer nada naquele jornal. O que o estagiário fazia lá era copiar e colar matérias que tinham a ver com bancos que saíam na mídia.

C: Clipping.

B: Exatamente isso, copiar e colar, no site da empresa, e depois botar a fonte. E era um estágio de quatro horas. Foi o primeiro trabalho. Até então, até agosto de 2013, eu nunca tinha trabalhado na vida, nem a minha irmã. Ela só foi começar a trabalhar quando entrou para a faculdade, a gente só começou a trabalhar aí. Os meus pais sempre diziam: “pobre não tem nada, então você tem que priorizar a educação”. Meu pai era cozinheiro, trabalhou em restaurante a vida toda. Ele prestou o exército e não ficou. Depois foi trabalhar no Bradesco, depois trabalhou em restaurante como cozinheiro, chefe de cozinha. A minha mãe começou a trabalhar muito cedo, ela conta essa história até hoje: começou a trabalhar com treze anos fazendo entrega em farmácia. Não terminou os estudos, parou na sexta, sétima série. Meu pai foi até o terceiro ano do ensino médio, mas também não concluiu. Minha mãe acho que “caiu meio que de paraquedas”, não sei como, na área de consultório dentário, desde que minha irmã é pequena ela trabalha com consultório dentário. É ACD, assistente de consultório dentário “auxilia em cirurgia, marca consulta, compra material. Fiquei seis meses no Sindicato dos Bancários, como estagiária, de agosto a fevereiro. Então fiz prova e passei para trabalhar na TV PUC, que era o meu grande sonho – o mais próximo do que eu cheguei –, para ser repórter da TV. Passava o dia inteiro na faculdade, foi o melhor período da minha vida.

C: Era um estágio também?

B: Era um estágio de quatro horas e eu fui para ser repórter da TV. Finalmente estava eu vendo minha carinha na televisão! (risos).

C: Como foi a experiência?

B: Foi incrível! Minhas melhores amigas da faculdade eu conheci na TV e minhas melhores professoras viraram as minhas chefes na TV, são amigas até hoje. E foi muito difícil sair da TV. Quando entrei, estava no quinto período e saí no sétimo, porque até então eu ia me formar em quatro anos – assim, só tinha o sétimo e o oitavo e, na TV, não tem como ser contratado. A TV da faculdade é só de estagiário, é do Projeto Comunica – onde todo mundo, que trabalha em rádio, TV, impresso, é estagiário. Cobre tudo que tem na PUC e de fora também.

C: E basicamente o pessoal que trabalha é da área de Comunicação da PUC?

B: É. Jornalismo, Publicidade e Cinema. Lá é uma TV mesmo, tipo, desde você construir a pauta, de você, como um repórter, entrevistar, trabalhar como produtor, decupar. Quando saí da TV, estava no início do sétimo período. Fui pro jornal O Dia, em abril de 2015. Fui com o coração apertado sabendo que tinha que sair da TV, porque não era uma área que eu queria ir. Fui pro impresso... trabalhei com cultura, no Caderno D.

C: Você não queria trabalhar com cultura?

B: Não, eu queria Cidade [editoria do jornal O Dia, hoje chamada de Rio de Janeiro]. Por conta de tudo que já falei, tudo que eu já via na televisão, o que era mais próximo para mim. E fiquei no jornal O Dia até outubro de 2015, trabalhando como estagiária e às vezes como estagiária repórter, mas eu peguei uma fase do jornal que não estava muito boa. Tinha dia que em você não tinha mais motorista, chegou uma época que os salários dos próprios estagiários começaram a atrasar. E o trabalho que eu fazia, basicamente, eu tinha liberdade de sugerir pautas, mas não tinha liberdade de sair da redação, tudo era feito por telefone ou e-mail e isso para mim (que tinha trabalhado com TV, onde ia para a rua sempre, tinha contato com as pessoas), foi a morte: ficar trancada seis, sete, oito horas dentro de uma redação entrevistando por telefone ou por e-mail, ou por internet às vezes também.

Mas lá eu fiz colegas com quem tenho contato até hoje, apesar de não tão próximos quanto os que fiz na TV. Tive oportunidade de fazer matéria de capa, do Caderno D Mulher, de sábado; fiz matérias grandes, mas tudo por telefone ou e-mail; só a matéria de capa do D Mulher, que foi num sábado, eu fui para a rua fazer. Durante uns sete, oito meses, eu fiquei dentro da redação. A situação do jornal já estava muito difícil e eu já estava de saco cheio daquilo dali, porque, além das matérias eu tinha que fazer... sabe quando você pega o resumo

do final de semana de cinema, que são aquelas quatro páginas? A programação de todos os cinemas? Eu fazia aquilo e adquiri duas tendinites nos meus braços. Era terrível.

Era bem complicado, mas hoje me arrependo de ter saído do Dia, porque era o local mais próximo que eu estava do Jornalismo. Na época, como o jornal estava mal das pernas, muita gente saiu e tinha vaga em outra editoria, mas eu chutei o balde, falei assim: ‘Ah, eu vou sair disso aqui mesmo, estou cansada, o jornal está acabando mesmo, não vai terminar esse ano’. Muita gente que tinha entrado no Dia, muitos dos meus chefes, já não estavam mais no D [Caderno D Mulher], muitos dos colegas repórteres já tinham sido demitidos. Eu saí, por vontade própria e fiquei sem saber o que ia acontecer. Mas quando saí de O Dia, já sabia que não ia me formar no fim do ano. Em teoria, eu tinha que me formar no final de 2015, pelos meus quatro anos certos. Só que eu já tinha estendido um período, então saí sabendo que poderia ficar, sabe lá Deus até quando, sem emprego – quem é que ia me contratar no final da faculdade, no último período? Ninguém. Aí, fiquei em casa, botando currículo e vi uma vaga na MultiRio⁸⁷. Fiz a prova pra lá em início de dezembro; logo de imediato, já soube que tinha sido aprovada para começar o estágio. Era um Núcleo de Publicações e Impressos. Acho que comecei em 22 de janeiro [de 2016]. Lá também não tinha a possibilidade de sair da redação, porque, não sei se é uma norma da Prefeitura, mas estagiário não podia sair ou só podia sair quando algum repórter saísse também.

❖ **Início no Jornal Fala Roça**

C: Então você já estava no *Fala Roça*?

B: *Já, entrei no Fala Roça em 2014. Um pouco depois de ter entrado na TV [da PUC]. Fiz parte do ciclo [da Agência de Redes Para a Juventude] igual ao que o Michel fez, em agosto de 2012, quando a Agência chegou aqui [na Rocinha], só que eu estava no começo da faculdade. Achava aquilo dali meio louco, falei assim: “Ah, estou cansada de todo sábado ter que vir para cá”. Aí saí.*

C: Inicialmente, qual foi a sua motivação para entrar na Agência?

B: *Falaram que tinha um negócio de oportunidade de fazer alguma coisa dentro da Rocinha, o que você quisesse, então falei: “Ah, vamos ver o que tem lá para fazer”. No começo, não tinha ideia nenhuma – porque tinha possibilidade de você “entrar numa ideia” ou em*

⁸⁷ A MultiRio – Empresa Municipal de Multimeios – é uma empresa de comunicação, presente em diferentes plataformas de mídia, vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, destinada a produzir conteúdos educativos e capacitar profissionais da rede municipal de educação ao uso de ferramentas de mídia, entre outras atribuições.

alguma coisa depois – de fazer alguma coisa dentro do projeto já, dentro da Agência. Fui e passei. Mas não cheguei a fechar o ciclo da Agência, não cheguei à ideia de montar um jornal, saí antes. E a Michele [do Fala Roça] sempre foi amiga da minha irmã, então acompanhei o jornal de longe. Em 2014, quando teve uma das mudanças de equipe do Fala Roça (saiu o pessoal inicial), me chamaram para fazer parte do jornal, em abril de 2014. Aí eu vim, mais ou menos na mesma época em que entrei na TV. Eu sempre morei na Rocinha, mas nunca vivi dentro da Rocinha, eu vinha para dormir e, às vezes, quando tinha festa; mas não andava, não conhecia, não fazia muita coisa dentro da Rocinha. E até hoje sou meio assim. Nunca tive essa cultura de ficar na rua, de ficar andando na rua, de brincar na rua. Desde quando morava na Rocinha ou na Gardênia, eu morava, estudava e brincava perto da minha casa; com os meus amigos dentro de casa. Nunca foi fora. Minha mãe sempre odiou esse negócio de ficar na casa dos outros, de ficar na rua brincando. Então a gente não teve essa cultura. Voltando ao Fala Roça, quando entrei, estava na terceira edição. Tenho foto aqui segurando aquela edição do Amarildo, a terceira edição. E já são cinco edições, de lá para cá. A gente vai para a nona.

C: Você disse que não tinha muito essa convivência na rua, na Rocinha e tal. O que fez você entrar no Jornal *Fala Roça*, então?

B: Como eu trabalhava já com comunicação, achei que seria uma boa trabalhar a parte escrita, porque eu trabalhava com TV na época. E tive experiências interessantes [no Fala Roça], principalmente de ter a liberdade de escrever o que você quiser, porque a gente nunca teve e não tem ninguém que mande fazer algo, tipo: “Você vai escrever sobre isso”. Não. A gente pode discutir as pautas e escrever o que quiser e eu achei isso muito interessante desde o início, acho ainda, essa questão da liberdade. Liberdade com responsabilidade. Você vai escrever o que você quer, mas vai ter que segurar o resultado disso. Aí eu vim, gosto muito e me apaixonei pelo jornal. Às vezes, é um pouco sacrificante sim, porque – a gente até brinca – são quase três anos sem sábado. O sábado todo é do jornal. Por mais que a gente às vezes não trabalhe o dia inteiro, sabemos que aquele dia está dedicado à alguma coisa, então, temos que deixar de viajar, deixar de fazer coisas, de ir pra praia pra estar no jornal. Mas é muito bom, gostamos bastante de fazer o que a gente faz, de ter esse contato com o morador. Às vezes acho que devíamos ser – até discutimos isso internamente já – mais presentes dentro da Rocinha, mais presentes em eventos, essas coisas. O Michel e a Michele são muito mais do que eu, porque eles já trabalham com comunicação há muito tempo, então já conhecem outras pessoas, mas às vezes tem um pouco de preguiça mesmo (risos). Às vezes fazemos tanta coisa... Aí você não quer ficar indo em evento. Eu já trabalho de nove às sete, às oito e, quando eu chego em casa, não quero ficar marcando presença em evento da Rocinha (risos).

Saí da Multirio e me formei no dia seguinte: 22/07/2016. Na segunda-feira seguinte à minha formatura, eu tinha conseguido um “freela” com uma ex-editora minha do jornal O Dia. No dia primeiro de agosto de 2016, esse ano, comecei na Endless, que é a empresa em que a Michele [integrante do Fala Roça] trabalha. Tinha uma vaga aberta para trabalhar com atendimento ao cliente. Está bem distante da minha área, mas eles queriam uma pessoa de comunicação para poder trabalhar mais esse lado de comunicação. É o SAC [Serviço de Atendimento ao Cliente]. Ela falou que tinha essa oportunidade e eu não tinha emprego nenhum. Estou na Endless vai fazer três meses.

❖ **Período de 2016 a 2018: reavaliações**

“A guerra de 2017”. Foi um período difícil, a gente ficou bem cerceado, com medo de sair na rua. Ficou aquele clima depois: tomou o morro ou não tomou? Alterou a rotina de certa forma; você fica com medo de sair, de ficar na rua até mais tarde. Hoje está até mais calmo, mas se você me perguntar qual é a facção que está dominando o morro, eu não sei.

“Em 2018, comecei a fazer terapia”. Foram várias questões: a saída do emprego, questões financeiras, problemas do passado, presente e futuro! Acho que a guerra não teve relação com isso, porque a Rocinha pra muita gente é dormitório, como pra mim. Chego na Rocinha pra dormir, passo o período da noite e, no dia seguinte, saio cedo. Mesmo trabalhando em frente à Rocinha. Fico muito pouco na Rocinha, não sou de ficar circulando. E há muitos anos eu não passo em determinados lugares na Rocinha – desde quando começou a UPP. Tem um caminho da minha casa, na Rua 2, que chega aqui no Valão e pra mim seria ótimo, mas eu não passo. Nem sozinha nem acompanhada. Morro de medo, o tráfego está sempre ali. Penso que se acontecer alguma coisa e eu estiver por ali, não sei onde me jogar, não sei mais andar ali naqueles becos.

“A nona edição impressa do Fala Roça não saiu”. Vamos ver se conseguimos dar um gás. Hoje em dia, não faço mais revisão no jornal. E praticamente nem escrevo mais. Talvez passe também pelo meu desinteresse por jornalismo. Eu me questiono muito se era essa a faculdade que eu queria ter feito.

Reavaliação de rumos profissionais. *Hoje passa muito mais pela minha cabeça [fazer] Direito do que Jornalismo. Fico pensando: se eu tivesse feito Direito, o que estaria acontecendo na minha vida agora? Não sei. A questão da lei sempre me interessou muito, de cumprir a lei, ter direitos e deveres, tipo “isso está na Constituição, tem que cumprir”. E muito mais por causa dos Direitos Humanos. Eu achava, na época, que o jornalismo seria uma ponte*

pra isso – que eu poderia usar o jornalismo pra falar de Direitos Humanos. Mas isso não me aconteceu. Eu gostaria de trabalhar com atuação em Direitos Humanos. Eu achava que o jornalismo de serviço entraria aí e o meu sonho era trabalhar em televisão cobrindo buraco! Não sei se, por conta das frustrações da vida, isso nunca aconteceu, fui deixando de lado e hoje olho pro jornalismo e falo: não sei se é isso. Tenho interesse em Direito de Família também – acho que estou assistindo muita serie de advogado [risos]. Fico pensando: será que eu seria mais bem-sucedida do que em jornalismo hoje? Vão batendo as frustrações, você quer fazer alguma coisa e não consegue porque não tem dinheiro.

Aqui [no Instituto Reação, seu trabalho atual], eu adoro o que faço; não é jornalismo, é comunicação institucional. Mas não passa na minha cabeça voltar pra uma redação – nem de jornal, nem televisão, nem rádio. Por desilusão com jornalismo e por questão financeira. A gente tem uma visão muito idealizada do jornalismo. E, na prática, você quebra a cara, porque não é aquilo.

2.2.3 MICHELE SILVA

Entrevista, história de vida (2 etapas): 02/03/2015 e 09/04/19

Ano de nascimento: 1989

Idade (nas entrevistas): 26 e 30 anos

A gente passou por todas as dificuldades do mundo, mas a única coisa que meus pais não deixavam era a gente faltar na escola. Nem que fosse com o sapato furado, sem mochila, não sei, mas tinha que ir. De qualquer jeito, a gente ia.
(Michele Silva)

Michele Paula da Silva, carioca, 31 anos (em 2020) é publicitária de formação e morou praticamente a vida toda na Rocinha. Participa da equipe do Jornal *Fala Roça* desde a sua fase inicial; suas qualificações profissionais são diversificadas e incluem, ainda, outras atividades relacionadas à comunicação, no espectro mais amplo das mídias digitais e redes sociais *on-line*, além de atividades de produção cultural. Habilidades construídas desde cedo, nas experiências de rádio comunitária na Rocinha, iniciadas como diversão ainda na adolescência, mas que foram abarcando cada vez mais tempo e responsabilidade. Bem antes de cursar faculdade, já tinha o seu programa de rádio, sabia como funcionava a produção de grandes shows de artistas e percebeu que era preciso lutar pelo reconhecimento do seu trabalho em qualquer lugar – mesmo dentro da favela. Participou ativamente da produção de conteúdo para as mídias *Viva Rocinha* (criada em 2011) e *Fala Roça* (criada em 2012) em parceria com o irmão Michel. Juntos, os irmãos, crias da favela, aos poucos, foram dando vida e cara a esses meios de comunicação voltados para o cotidiano da Rocinha (contando também com a participação de outras pessoas). O percurso profissional de Michele inclui o trabalho de produção na Agência de Redes para Juventude, em seu ciclo de atividades na Rocinha, em 2012. Neste mesmo ciclo foi criado o projeto do Jornal *Fala Roça*, bem como projetos de outros jovens moradores que entraram para a Agência via processo de seleção. É importante distinguir as duas coisas⁸⁸.

É a filha mais velha de Dona Josita e Seu Paulo (ambos nascidos no início da década de 1950), migrantes vindos do Nordeste e de Minas Gerais cujos caminhos se cruzaram no Rio de Janeiro, na década de 1980 na zona sul da cidade, onde trabalhavam – ele como porteiro, ela com serviços domésticos. Em seus primeiros anos de vida, vivenciou situações contrastantes: morou com os pais em Ipanema, um dos bairros mais ricos do Rio, no condomínio onde

⁸⁸ O processo de criação do Jornal *Fala Roça* e sua relação com a Agência de Redes para Juventude estão descritos no capítulo 3.

trabalhavam; em seguida, mudaram-se para a Rocinha, para locais na favela com pouquíssima infraestrutura, onde ainda “era mato real” pois foram os lugares onde a condição social permitiu se estabelecerem. Seus irmãos Monique e Michel nasceram, respectivamente, em 1991 e 1994. Condições difíceis de vida marcaram o percurso da família na Rocinha, passando pelos mutirões que deram origem à localidade mais recente da favela, a Vila Verde, que a ajudaram a construir com as próprias mãos. Estudou a maior parte do tempo em escolas públicas e fez parte da primeira geração de jovens que teve acesso à bolsa do ProUni, formando-se em Publicidade em 2012.

A atuação na vida comunitária da Rocinha se manteve ao longo da sua história. Desde os tempos da adolescência, na época do trabalho em rádio comunitária, foi conhecendo caminhos de acesso a serviços públicos ou outros e divulgando na favela, através dos meios de comunicação que também desbravava: “tinham polos da prefeitura que ofereciam emprego, documentos, vagas de escola; eu estava sempre pegando informativos e levando pra divulgar na rádio, dar pra outras pessoas”, contou. Em tempos mais recentes, tem participado de diversos eventos relacionados à comunicação comunitária, além de atuar na linha de frente, em situações tragédia e dificuldades na favela como a organização mutirões e campanhas de doação. Prefere ser reconhecida como “articuladora comunitária” ao invés de “liderança comunitária”.

Começou a trabalhar cedo. Sua trajetória profissional também a levou a viajar para o exterior, morar durante alguns meses na Indonésia (em 2017 e 2018) e fazer um intercâmbio de 40 dias, nos Estados Unidos, realizado pelo *International Center for Journalists* (ICFJ), em parceria com o Departamento de Estado Americano. Em 2019, tiveram três brasileiros no grupo e Michele estava entre eles. Em 2019, mudou-se da Rocinha pela intranquilidade com as rotinas da circulação ostensiva tanto de policiais quanto de grupos armados e temia a iminência de novos conflitos.

Conheci Michele em outubro de 2014, em uma reunião de pauta do Fala Roça na Biblioteca Parque da Rocinha/C4, onde o grupo se reunia com frequência. A ocasião era a despedida de um antigo editor; a partir daquele momento, as principais funções ficariam a cargo apenas de Michele, Michel e Beatriz. A primeira etapa de sua entrevista de história de vida foi feita no bairro de Botafogo, no jardim de um centro cultural, próximo ao seu local de trabalho na época (a empresa *Endless Computers*⁸⁹). Foram quase três horas escutando suas histórias, dialogando, ao longo de uma manhã. Extrovertida e comunicativa, Michele contou sua história com entusiasmo.

89 <https://endlessos.com/pt-br/sobre-nos/>

❖ **Origens familiares**

Quando nasci, meus pais moravam em Ipanema: meu pai era porteiro lá e a gente morava dentro do condomínio. Minha mãe não trabalhava, só cuidava de mim. A gente brincava muito por lá, com os filhos dos moradores, frequentava a casa de todo mundo. Quando eu já tinha uns cinco anos, meu pai perdeu esse trabalho e a gente veio morar na Rocinha. Meu pai é de Minas e minha mãe da Paraíba. Ele veio pra cá já com uns 35 anos. Ela também chegou nessa faixa etária, perto dos 30. Morava numa cidade chamada Boqueirão e trabalhava lá, era professora de artes. Queria vir pra cá, mas era só um sonho. Todo mundo de lá tem esse eldorado de achar que vai vir pro Rio e ficar rico. Tinha muito, hoje em dia menos, mas ainda tem. Só que ela era muito apegada com a família, mas a mãe adoeceu e resolveu ir embora quando a mãe faleceu, largar tudo. Lá, menina que não casa fica morando com os pais (ou ficava), não tem esse negócio de morar sozinha, embora trabalhe e tudo.

Um tio dela veio de carro, de um dia pro outro, e perguntou se queria vir. Ela juntou as trouxinhas e veio. Foi trabalhar de babá, ali por Ipanema, Copacabana, morando na casa da patroa. Conheceu ele [seu marido] ali por Copacabana, Ipanema, onde trabalhavam. Ali, antigamente (ainda é assim), as pessoas se conheciam, ainda mais a galera migrante: tinham os points de encontro: “praça tal, tal hora da tarde”, todo mundo ia pra lá. Aí se conheceram, começaram a ter um relacionamento. Ela foi morar com ele, mas ainda continuava trabalhando. Quando engravidou de mim, já estava com mais de trinta anos, idade avançada. Então preferiu ficar em casa – ela podia na época. Em seguida, engravidou da minha irmã, aí não tinha mais como trabalhar – com duas crianças sem ninguém pra olhar. Só que meu pai foi demitido.

❖ **Mudança para a Rocinha**

Um tio meu, já falecido, morava no Laboriaux, na Rocinha [parte alta]. Hoje em dia, é um lugar pouco acessível, imagina vinte anos atrás. Era tudo mato. Esse irmão dele falou que tinha um lugar legal, maneiro lá. A gente já tinha vindo visitar a família e não tinha gostado do lugar. Tipo: “não é um lugar pra morar”. Minha mãe tinha uma condição de vida boa lá onde morava. Meu pai não: tinha dez irmãos, era o décimo. Tinha pai, mãe, família perto, mas era muita gente, difícil cuidar de todo mundo. Ele teve meningite, com uns doze anos, e ficou com sequela. Já sabia ler, escrever, sempre foi muito estudioso, então isso permitiu que continuasse se comunicando, porque escuta muito pouco. Agora está com aparelho [de surdez], mas ficou quase cinquenta anos num mundo meio vazio, meio... silêncio. Então, pra botar o

aparelho e ficar, principalmente na Rocinha que é super barulhenta, ele não aguenta. Fica atordoado, estressado, prefere não usar. Ele é de Rio Pomba, no interior de Minas, na Zona da Mata. Um belo dia, resolveu vir pra cá também [para o Rio de Janeiro]; os irmãos já estavam aqui, trabalhando no mesmo prédio onde meu pai conseguiu emprego. Teve uma briga e eles foram pra Rocinha. Chegou lá, a casa era muito pequena, sem banheiro, de madeira. Eles levaram o que tinham: cama, fogão, geladeira, coisas poucas, porque não cabia e não dava pra subir – hoje tem kombi, moto; antigamente, era só a pé e uma lama absurda, uma ladeira gigantesca. Muito mato.

❖ **Mudanças de moradia na Rocinha**

Era meio do mato real e essa parte eu já lembro mais, muitas coisas: minha mãe não podia trabalhar, logo em seguida, engravidou do Michel. Morava lá em cima, já estava com quarenta e poucos anos, gravidez de risco, pouco acompanhamento. E muitas dificuldades: financeira, necessidade de tudo. Aí teve chuva, enchente que matou um monte de gente, de vizinho, levou a casa. Levou pedaços, não a casa toda. Na semana seguinte, meu pai já tinha arrumado emprego – ele não fica sem trabalho, isso é bom. Não tem tempo ruim pra ele, o que for ele faz: pesado, leve, paga bem, paga mal, ele vai, porque não gosta de ficar parado. E ela [a mãe] não podia, porque tinha as duas crianças e um na barriga.

Meu pai construiu um pedaço da casa que a água tinha levado e um banheiro. A casa era um quadradinho assim, um cômodo, e ele construiu um banheiro agarrado. Na segunda chuva, depois da primeira que já tinha levado, levou tudo de novo. Aí minha mãe falou: “A gente tem que sair daqui, vamos acabar morrendo”. Tinham uns barrancos enormes em volta, muito bicho – galinha, cachorro, papagaio, periquito, tudo – dos vizinhos. Ficavam soltos. Tinha cobra, macaco, uns macaquinhos absurdos que levavam as coisas, sinistro. Meu pai já estava trabalhando e resolveram sair de lá, que era deles [a casa], vender aquele pedacinho que compraram com a rescisão do outro trabalho de Ipanema e pegaram um aluguel em outro lugar, mais pra baixo, na Cachopa. Quando a gente foi pra lá, minha mãe tinha acabado de ganhar meu irmão. Ficou internada muitos dias, ele nasceu com um problema nos lábios.

❖ **A família cuida do irmão**

O nome é lábios leporinos. Tinha acompanhamento psicológico, as médicas conversavam com a gente pra explicar. É, mas eu não liguei muito não; nem eu, nem minha irmã. Quando vieram pra casa, a gente já estava em outro lugar, também muito pequeno, mas

longe dos barrancos, um pouco mais estruturado. Meu pai continuou trabalhando, Michel já começou a crescer e eles ganharam muito apoio no hospital, lugar pra fazer tratamento, apesar de longe – Hospital Universitário do Fundão. Minha mãe saía, levava nós duas e ele pra Ilha do Fundão, pra se tratar. Eu, como era mais velha, tinha que dar conta, ajudar a cuidar dos dois. Trocava fralda dele, dava banho. Até começar a andar, ficava muito com ele no colo. Já fez quatro ou cinco operações, faltam as últimas.

❖ **Estudos: escolas públicas e novas mudanças de casa na Rocinha**

Comecei a estudar na Rocinha mesmo, minha irmã também, porque, como a minha mãe precisava de tempo pra cuidar do Michel, a gente foi pra escola. Ficávamos lá o dia todo: fazíamos as refeições, tomávamos banho, dormíamos. Eu voltava pra casa praticamente só pra dormir e esperar o outro dia, era turno integral: entrava 8h da manhã e saía às 4h da tarde. Meu pai saiu de um emprego e conseguiu um valor – tenho certeza do ano, por causa do dinheiro que mudou, mudou a moeda em 1993⁹⁰. Quando saiu do trabalho, tinha acabado de ter a troca, então achou que estava rico e o dinheiro valia muito. Na época, o real valia muita coisa, ele conseguiu comprar uma casa. Ficou dois anos num trabalho novo, no Leblon, em condomínio – desde que veio pro Rio, só trabalhou em condomínio (com faxina, zelador, essas coisas). Conseguiu um dinheiro de rescisão. E tinha um cara, amigo da nossa família, que estava vendendo uma casa na Vila Verde. Uma casa grande e queria vender acho que por R\$ 3 mil, mas a gente só tinha dois mil e pouco, aí o cara falou: ‘Vou passar uma parede aqui no meio, você fica com a metade. Fica com o lado da cozinha, do banheiro’, que já tinha alguma estrutura. O outro lado, ele ia vender pra outra pessoa, porque achava um absurdo dar aquela casa grande por tão pouco. Meu pai aceitou. A gente estava precisando sair do aluguel de qualquer jeito, a casa [anterior] estava super pequena pra cinco. Então fomos pra essa. Era melhor porque era nosso, só que também era no meio do mato e não tinha água encanada. Tinha que buscar todo dia, ia todo mundo com garrafa, balde. A gente era miudinho ainda, ia carregar pra estocar. Isso em meados de 1990.

❖ **Nasce a Vila Verde: do barro e do mato, construída “com a mão”**

⁹⁰ Em julho de 1993, no governo do presidente Fernando Collor de Melo, a moeda cruzado foi substituída pelo cruzeiro real.

A Vila Verde era super perto da rua, só que é um dos lugares mais novos [da Rocinha], era mato e as pessoas iam cavando. Todo domingo, os homens pegavam enxada e iam cavando, nisso, abriu uma rua, onde hoje passa carro, van; quem não chegou lá nessa época não se lembra. Hoje em dia, a rua já cresceu, isso tudo porque as pessoas fizeram com a mão. Depois abriu [a rua], era aquele chão batido. Quando não chovia, era ótimo, porque a criançada brincava, corria, mas quando chovia... era lama aqui assim, enterrava o pé no chão! E tinha a ladeira que o pessoal construiu, entrando. A gente andava por um beco, por baixo, atrás de uma vala horrível. Aí o pessoal resolveu fazer vaquinha pra jogar cimento naquela rampa. E assim foi: jogaram cimento, terra, ferro, pedra, não sei o que mais, fizeram a rua. Só que toda chuva forte que dava, a água levava o cimento todinho, voltava pro barro de novo e assim foi durante alguns anos. Até que teve um asfaltamento, não sei se foi da prefeitura, e deu uma melhorada na rua; aí, realmente, começou a subir carro, material de construção. E cresceu absurdamente. Se você passasse lá com um mês de diferença, não reconhecia mais. A gente ficou lá uns quinze anos, até mais – fomos pra escola, continuamos na escola.

❖ **Ensino fundamental: vivendo na escola**

Estudamos no Ciep Bento Rubião, os três irmãos, e continuávamos a ficar o dia todo lá. Minha mãe voltou a trabalhar assim que conseguiu botar o Michel na escola com seus cinco, seis anos. Fazia diária [como diarista] e também trabalhou em firma de limpeza em condomínio, igual ao meu pai. Ele, nessa época, entrou num condomínio no Humaitá, ficou um tempão, quinze anos. Foi o tempo que a gente ficou morando naquela casa [na Vila Verde]. Eu estudava nesse colégio, as professoras de lá adoravam a gente. Meu pai saía pra trabalhar às 6h e já deixava a gente na escola, mas só abria às 7h. Ficávamos lá, sentados na porta até abrir - eu, Michel e Monique, sempre os primeiros a chegar. Minha mãe também ia trabalhar. Depois, de tarde, esperávamos alguém chegar pra buscar. Meus pais não deixavam irmos embora sozinhos, de jeito nenhum (eu já com oito, nove anos), então tinha que esperar. Eu sempre gostei muito de estudar. Nessa escola, da quarta, quinta série, as professoras queriam que a gente fizesse prova pro Pedro II, Faetec e os colégios particulares. Eu fiz, não passei; aí fui estudar num outro colégio público, na Gávea, o George Pfisterer. Foi bom, porque lá tinham as turmas comuns e as de aplicação, que preparavam pra passar pros colégios de aplicação da UFRJ, da UERJ, pra outros colégios particulares com bolsa. Fiz todos também, não passei em nenhum.

Mas eu queria estudar melhor, num colégio melhor. Meus pais também queriam, porque a gente passou por todas as dificuldades do mundo, mas a única coisa que eles. Eu gostava

muito de ficar lá; meu horário às vezes acabava depois do almoço e não podia ir pra casa. Então ficava lá, ajudando as professoras, na biblioteca ou na quadra jogando e assim ia ficando. Tomei um gosto muito grande por estar dentro da escola – nós três, né? Aí, não conseguia nada.

❖ **A rádio: início na comunicação e primeiro trabalho**

Era a Rádio Brisa. Comecei a ficar lá muito tempo, quando vi, já estava com programa pra mim. Ia pra lá, aí vinham os famosos, pagodeiros, ficavam pra tirar foto, conhecer, tietar as pessoas – e tinha muito jovem e adolescente que ficava lá por causa disso. Tinha computador, microfone, mesa de som; eu não sabia mexer naquilo, mas era muito curiosa: a pessoa estava sentada e eu ficava lá olhando. Num belo dia, acho que alguém faltou e tinha que mexer [nos equipamentos]; o José⁹¹ deixou e eu fiquei: mexendo na mesa de som, botando programação, falando no microfone. Não sabia nem falar direito no microfone, alguém ensinou, não lembro mais como. Aí a gente começou a fazer a programação da rádio – botar música, falar de cachorro que sumiu e não sei o quê mais. Aquilo foi virando meio que um trabalho. Vários amigos adolescentes na época começaram a fazer isso. Pra quem gosta da comunicação, vislumbra, porque você consegue falar com muita gente. Naquela época, não tinha Facebook, Orkut, não tinha nada e aquela era a única diversão. A rádio escutava a favela toda, a favela toda escutava, então aquilo ali era uma plataforma, assim, de ser popular, de conhecer todo mundo.

Essa rádio começou de caixinha⁹², depois conseguiu um transmissor e colocou na laje onde ainda fica. Começou a transmitir na rádio FM e ficou assim durante um bom tempo, depois montou um site, começou a transmitir on-line. Hoje, transmite on-line, pela caixinha e pela FM. Eu andava muito com o pessoal da rádio. Michel era muito pequeno, não andava com a gente nessa época. Começamos a fazer praticamente tudo lá dentro, de montar a programação a lavar o chão. Isso era eu, minha irmã e algumas outras amigas e amigos da mesma faixa etária, uns 14, 15 quinze anos. E estudávamos: eu estudava de manhã e ia pra lá de tarde. Quem estudava de tarde, ia pra lá de manhã, quem estudava de noite ficava lá o dia todinho. A rádio se tornou uma coisa acessível. A gente já tinha noção do que era meio de comunicação – pensando com a cabeça de hoje, né? Tinha uma TV comunitária, a TV Roc,

91 O nome do dono da rádio foi alterado.

92 “Rádio de caixinha” é uma referência às rádios mais antigas que transmitiam sua programação sonora para um entorno próximo por meio de autofalantes, em geral, pendurados em postes.

que também começou a abrir espaço e fazia programas voltados pro pessoal lá de dentro – noticiário e propagandas locais. A TV Roc era TV a cabo. Mas a maioria das pessoas assiste TV a cabo, na Rocinha, pra ter acesso à TV Globo.

E, na rádio, a gente produzia muito evento, mas depois que começaram essas obras públicas⁹³, tiraram o espaço das festas. Isso foi antes da UPP, dos condomínios do PAC, da UPA, foi tudo antes. E isso aí acabou com espaços de lazer – espaços grandes: as duas garagens da empresa de ônibus eram os espaços onde usavam pra fazer essas coisas.

C: Vocês tinham responsabilidades na rádio?

M: Todas as responsabilidades. Mas não tinha nada de pagamento. E tinha muita oportunidade. Era muito assim: já tinha inaugurado esse prédio da prefeitura, o Centro de Cidadania Rinaldo De Lamare, em frente à Rocinha. Eu ia muito lá porque tinham polos da prefeitura que ofereciam emprego, documentos, vagas de escola; eu estava sempre pegando informativos e levando pra divulgar na rádio, dar pra outras pessoas. A gente fazia locução, botava a programação inteira: tem uns programas que você deixa prontos, dá pra ficar dias sem ir à rádio; deixar tudo pronto, esquematizado, soltar e ir embora. A gente programava tudo. Tipo: programava de sexta de noite até segunda de manhã; ficava aquilo tudo lá - música, anúncio, música, anúncio. Às vezes gravava alguns programas da gente conversando, falando besteira, piada, qualquer coisa, horóscopo, falando resumo de novela... tudo: notícia, vaga de escola, vaga de emprego. A gente mesmo gravava nossa própria voz e jogava esses trechinhos dentro da programação. Parecia que tinha gente lá, mas não tinha.

E tinha o telefone que as pessoas ligavam pra falar: “Ah, eu quero falar... eu quero ouvir a música tal e quero que você ofereça pra mim, pra minha mãe e pro meu irmão”. Nesse período, apareceu a ONG Viva Rio, pra capacitar todo mundo. Botamos todo mundo pra fazer o curso de rádio jornalismo: eu fui, uma galera foi e a gente entrou com tudo – eu, muito nova, nem tinha identidade ainda, fazendo documentação da rádio pra mandar pra Brasília⁹⁴. Até hoje está lá em trâmite.

C: Bom, já perguntei sobre as atividades que você fazia na rádio, mas é interessante saber se você tinha autonomia mesmo, que tipo de conteúdo você produzia?

⁹³ Michele se refere, provavelmente, às obras do Programa de Aceleração do Crescimento voltadas para favelas do Rio de Janeiro e, especialmente, à sua primeira versão – o chamado PAC 1. Segundo o Jornal *Rocinha Notícias* (n. 38, de maio/junho de 2009; matéria “1 ano de PAC – Rocinha: conquistas e tropeços no caminho do crescimento”), o “PAC das Favelas” foi iniciado em meados de 2008 e a matéria registra a criação do “Canteiro Social do PAC Rocinha” em julho de 2008 – época que coincide com este relato de Michele.

⁹⁴ Michele se refere aos trâmites legais para conseguir a concessão de funcionamento para a rádio, ou “concessões de outorgas para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária”, conforme informações do atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Disponível em: <https://www.mctic.gov.br>. Acesso em: 06 fev. 2020.

M: Podia tudo, não podia falar palavrão... Aí, a gente fazia tudo. O que pediam era: se fechasse um anúncio, queriam que a gente falasse do anúncio, botasse pra rodar várias vezes, porque quem pagava ficava de olho. Se deixasse, a gente falava sem parar! Íamos muito atrás de oportunidades pros outros. A gente não tinha noção do que isso significava na época, mas íamos atrás da prefeitura, integrávamos com as campanhas de Posto de Saúde, de “Use Camisinha”, de “Faça o Seu Pré-Natal”, vacina de gripe, vacina de dengue. Essas pessoas, a gente começou a procurar; depois de certo tempo, elas iam procurar a gente. Com o acesso à internet isso melhorou: conseguíamos falar com funcionários da prefeitura, mais facilmente e eles com a gente, sem precisava se deslocar. Por e-mail, por Flogão⁹⁵, por Orkut conseguíamos comunicar com mais gente, ter acesso às informações, vaga de emprego. E as vagas de escola. Começava a aparecer também tipo: “Fulano que perdeu a identidade na rua”, “Fulano que tá vendendo casa”.

No começo era assim, não tinha muita divulgação de serviço [na rádio], era só música e comercial. Aí, como a gente estava muito na rua e começou a ser muito popular, as pessoas sabiam que você falava na rádio, então pediam pra você anunciar: “Meu cachorro sumiu, leva lá o nome dele, é tal, raça tal, foi tal dia”. A gente começava a falar e isso foi chamando atenção das outras pessoas que também queriam usar aquele serviço. Então elas começaram a ir lá, bater lá, falar: “Meu filho sumiu, não chegou da escola até agora, me ajuda a achar”, aí a gente falava o nome da criança, as características. Como ouvia na favela toda, achava.

C: Na favela toda pega?

M: A rádio pega. A caixinha não, a caixinha é só na Via Ápia, Boiadeiro, Valão e na Rua Dois também, não sei se ainda pega. Às vezes os bandidos ficavam com raiva porque o volume da caixinha ficava alto, davam tiro na caixa. Dava um prejuízo. Hoje não tem tanto mais isso. Quando não tinha ninguém na rádio, ficava no looping, repetindo o que tivesse. A gente era diferente, porque éramos novos, gostávamos muito de ouvir música, rádio, essas coisas, então fazíamos uma coisa diversificada. Fazíamos o que queríamos ouvir. Aí começamos a botar um monte de música, gente falando pra entreter as pessoas.

C: Vocês faziam uma rádio pra vocês, basicamente?

M: Praticamente.

C: O termômetro eram vocês.

⁹⁵ “Flogão” era um serviço de compartilhamento de fotos na internet. Criado em 2004, no mesmo ano do Orkut, foi um dos primeiros lugares de compartilhamento de fotos brasileiros na internet. Foi extinto em 2019, mas com o lançamento das redes sociais como Facebook e Instagram, já foi perdendo boa parte dos seus usuários desde essa época.

M: Exatamente.

C: Então tinham promoções, tinha a programação voltada mais pra lazer, entretenimento, tinham os anunciantes e essa coisa de utilidade pública. Tinha noticiário?

M: Muito pouco – on-line, no Facebook, isso é recente. Em 2011, terminei a faculdade. Queria botar a programação certa, incluir noticiário, tudo o que achava que uma rádio normal tinha que ter, como aprendi na graduação. Pensei assim: ‘Eu terminei a faculdade, agora vou devolver o que aprendi’. Aí procurei a rádio pra voltar e falei: ‘Olha, eu aprendi um monte de coisas, agora quero botar na prática’, muito diferente do que eu achava que era quando comecei a aprender. Voltei, comecei a administrar tudo de novo. Só que eu queria colocar do meu jeito, do jeito que aprendi. Tipo, saber da documentação, do certificado da rádio. Eles toparam e falei: “Vai precisar de investimento, de gente e gente não trabalha de graça; é gente formada, estudante”. “Quero”, o dono da rádio disse, “Tá bom”, respondi. Passei a receber um pequeno valor por mês.

C: De onde vinham os recursos da rádio?

M: Dos anúncios, tinha muito. São valores pequenos, só que, com a rotatividade, o volume é muito grande.

C: E você ficava lá quanto tempo?

M: O dia todo. Aí ganhei uma bolsa do Observatório de Favelas e fui estudar Produção Cultural e Pesquisa Social [no Projeto] Solos Culturais⁹⁶. Complementava a renda, já formada. Um dia, acabou o Solos, em 2012, e fiquei esse tempo todo lá na rádio – 2011 todo e início de 2012. Já tinha trabalhado lá uns três, quatro anos – antes de entrar na faculdade, a adolescência toda e o segundo grau todo. Tinha feito inclusive uma parte da burocracia que precisava pra resolver as coisas da concessão. Construí site pra rádio, Facebook, tudo deles on-line, botei bonito; concertava o computer, microfone com fio desencapado dando choque.

C: A rádio está no ar, hoje?

M: Está.

❖ Repressão policial e controle em tempos de UPP

96 O Solos Culturais, foi um projeto realizado, entre 2011 e 2013, em parceria entre o Observatório de Favelas (organização da sociedade civil) e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com patrocínio da Petrobras. Voltou-se para o “mapeamento dos agentes, dos hábitos e das demandas culturais de cinco comunidades do município do Rio de Janeiro, realizado por cem jovens moradores da Cidade de Deus, Rocinha, Mangueiras, Complexo do Alemão e Complexo da Penha”. Fonte: http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/05/SolosCulturais_ISSUU-2.pdf. Acesso em: 04 mar. 2020.

Eu já fui levada pela polícia. Um dia, assim que a Rocinha tinha sido “pacificada”, lá em 2011, no final do ano, a gente estava conversando na rádio. Não podia mais ter baile, nada, rolou aquela repressão braba, no começo, e a gente falando na rádio. Acessei um site, não lembro qual, e tinham vários direitos do cidadão – direito de ir e vir, diversão, várias coisas – aí comecei a falar. E algumas pessoas que estavam lá começaram a falar mal da polícia no ar, ao vivo. O Bope⁹⁷ estava no morro nessa época, aí a polícia chegou. Eu não sabia quem era, abri a porta. O cara falou: “Aqui é a Rádio Brisa?”, eu falei: “É”, ele foi entrando, me tirou da frente e perguntou: “Quem tá falando mal da polícia?”, falei: “fecha o microfone!”, mas o pessoal da rádio não fechou... e a discussão foi todinha pra todo mundo escutar.

Falei: “E agora, o que vai acontecer?” O policial levou todo mundo lá pra baixo, pra conversar com o comandante que estava lá e queria saber que porcaria era aquela. Aí perguntou: “Vocês são legalizados? O que vocês estão fazendo aqui?”. Falei: “Dá licença. A gente não é legalizado ainda; tem um processo que está rolando, ainda está arquivado porque teve um problema”, expliquei. E o cara falou: “Você tá fazendo o quê? Você vai ser presa, sai daí”, aí eu falei: “Não, imagina, o que é isso”. Na minha cabeça, pensava: “Nunca vou ser presa”. Aí eles foram falando, falando e o policial virou pra mim, com essas palavras: “Minha filha, vai procurar um emprego descente”. Fiquei olhando pra cara dele... fiquei quieta, não falei mais nada. A gente voltou, arrumou, botou as coisas no lugar e tudo.

C: Como você se apresentava “no ar” [na rádio]?

M: Eu falava meu nome, nada demais. Ia nas reuniões - na reunião da UPP, na reunião da associação [de moradores]. Quando fui pro terceiro ano do segundo grau, não consegui mais ter compromisso lá [na rádio], porque estava fazendo pré-vestibular, um monte de coisas e não conseguia mais ir, nem pra brincar, passar tempo. Eu não tinha mais tempo. Aí, me afastei totalmente. Mas acompanhava.

❖ **Ensino médio em escola particular: “respirava, pagava”**

Saiu o informativo de um colégio particular que estava dando bolsa naquele ano de 2005 e selecionando gente da Rocinha. Falei: “Tô aqui estudando pra caramba pra ganhar uma bolsa, vou tentar nesse colégio”. Fiz a minha inscrição e comecei a divulgar também; vários amigos foram, a gente fez a prova e passou – para cursar o segundo grau. Era o CEL [Centro Educacional Da Lagoa], só que não era só passar, tinha que pagar passagem – antes estudávamos em colégio público e, a partir de então, tínhamos que pagar –, alimentação,

97 Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope).

uniformes e livros caríssimos, tudo: respirava pagava. E eu não tinha como, de jeito nenhum. Minha mãe e meu pai ganhavam muito mal.

Nessa época, falei com o pessoal da rádio: “Eu trabalho pra caramba aqui, não ganho nada e ganhei bolsa no colégio particular. Preciso que me ajudem a pagar a passagem”. Se comprometeram a pagar minha passagem, mas uniforme, livro, tudo, não. Eu tinha que me virar, algumas pessoas da família ajudavam como podiam e assim foi indo. Não ganhava nada, mas consegui aguentar lá os três anos, fiquei o tempo do colégio todinho lá.

❖ **Faculdade: primeira geração do ProUni e interesse por Jornalismo**

Aí passei pra faculdade. Na época que fiz vestibular, passei pra todas que eu prestei, mas acabei escolhendo Comunicação na UniverCidade, por causa da bolsa e era em Ipanema – ia gastar menos de passagem e estudar só de manhã. Largava [a faculdade] onze e meia e podia arrumar um emprego, porque, a essa altura do campeonato, a rádio não ia mais ajudar com passagem e a faculdade era muito mais cara (livros, tudo mais). Eu tinha passado pra Geografia na UERJ; Turismo na UFF e Serviço Social na UFRJ. Mas não fui pra nenhuma das públicas. Eu queria muito ter ido fazer Geografia, na UERJ, mas não fui, porque era período integral, não ia conseguir trabalhar de jeito nenhum e eu precisava.

Acabei indo pra UniverCidade. Foi bom assim. E não sabia que aquilo era valioso. Entrei na faculdade fazendo Jornalismo, em 2008. Eu era bolsista, ganhei bolsa pelo ProUni. Fui da primeira leva de pessoas que conseguiu bolsa pelo ProUni. Logo saiu um projeto de lei dizendo que não precisava ser formado em Jornalismo pra trabalhar na área. Aí eu pensei: “Vou trocar pra Publicidade, porque vou estudar Jornalismo quatro anos e meu diploma não vai servir pra nada”. Troquei, mas me arrependi, porque isso de não ter formação e continuar trabalhando é pra William Bonner da vida, não é pra mim, que estou começando agora. Publicidade não tinha nada a ver comigo, apesar de ser a mesma turma até o segundo ano (depois é que muda).

❖ **Mundo do trabalho, depois de se formar**

Comecei a trabalhar na Agência de Redes para Juventude em 2012⁹⁸. Teve um momento em que eu estava na rádio, no projeto Solos Culturais e conhecendo a Agência. Ia, ficava

98 É importante ressaltar que Michele trabalhou como produtora da Agência de Redes, na Rocinha em 2012. Mas esta atuação não teve relação com a criação do projeto do Jornal Fala Roça. Este foi criado na mesma época, mas são duas coisas independentes. Ela fez parte da equipe da Agência, assim como outros produtores,

olhando, não entendia muito o que estava acontecendo, mas comecei a conhecer um monte de gente. Consegui entrar na produção pra cuidar da parte da Rocinha. A gente foi atrás dos jovens; tiveram 40 jovens selecionados e começaram as oficinas em 2012.

Terminou o ciclo [da ARJ] de 2012 e passou pra 2013. A Endless queria que eu trabalhasse pra eles. Eu queria continuar na Agência – só que já tinham assinado nosso aviso prévio porque era... por contrato [de trabalho por tempo determinado]. Acabou o contrato, estava aquela dúvida se ia conseguir [patrocínio] de novo ou não. E pensei: “Vou fazer um frila lá e continuar analisando”. A gente foi demitido pela Agência em agosto de 2013.

[Em seguida, Michele foi contratada pela Endless Computers, lá permaneceu até 2018]. Eu faço as pesquisas, teste de usuário com as ferramentas novas, aplicativos, se as pessoas entendem, o que precisa melhorar. Faço a parte de comunicação também no mundo, nas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter e Pinterest). E tem o Brasil. Aumentou, mais do que duplicou o trabalho, por isso não consigo mais me dedicar tanto ao Fala Roça – consigo ainda fazer muita coisa, mas com menos tempo.

❖ **Nascimento do Jornal *Fala Roça***⁹⁹

O Michel [irmão de Michele] se inscreveu, passou na entrevista e começou [a participar da oficina da ARJ]. Eu era da produção, não participava das aulas. Michel falou: “Não sei o que eu vou fazer”; ele já fazia o Viva Rocinha. Eu falei: “A gente sempre quis fazer um jornal, né? Vamos fazer um jornal, vai que cola”.

Pensamos assim: “Tá, valeu, fazer um jornal do Nordeste, mas o que a gente sabe sobre o Nordeste? Ah, meu pai é isso, o meu é aquilo, minha mãe é aquilo. Então a gente tá em casa, dá pra estudar com o que a gente tem aqui, pelo menos do começo”. Tudo que tem na primeira edição é relacionado à nossa família. E tudo da festa de lançamento também. Até minha mãe dançou forró nesse dia.

responsáveis pela execução das oficinas e demais atividades de suporte à estruturação nas favelas onde acontecia (como a mobilização dos jovens para participarem do processo de seleção etc). Por outro lado, como o jornal foi criado na mesma época, ela acompanhou o seu processo de criação, assim como também acompanhou outros projetos que se formaram no mesmo ciclo da Agência. Era parte da atribuição dos produtores locais realizar tarefas de produção para que estes projetos fossem realizados. Outra situação, ainda, foi o fato de membros da Agência escreverem textos no jornal na sua fase inicial, quando ele ainda estava se estruturando e os jovens ainda não tinham experiência – na primeira edição, houve textos de três pessoas da Agência, Michele foi uma delas.

99 A maior parte das falas a respeito do processo de criação do *Fala Roça* foi organizada no capítulo 3.

3 NASCE UM JORNAL NA ROCINHA: circuitos entre sonhos e sobrevivências

Fotografia 3 - Cena da distribuição do jornal *Fala Roça*



“Gosto dessa foto porque gosto da expressão do cara lendo o jornal. Parece que está gostando do que está lendo, de alguma forma. Pra mim, sempre olho pra trás pra ver a pessoa que eu entreguei o jornal, o que ela fez: se guardou, jogou de lado, se olhou a capa ou a contracapa, pelo menos. Se a pessoa abre o jornal assim, é um sinal verde de que ela gostou do que viu ali; se não tivesse gostado, ela não ia abrir. Isso pra mim importa, muito”. Michele Silva (Fotoentrevista).

Legenda: Distribuição da 3ª edição do Jornal *Fala Roça* na localidade Terreirão da Rua 1, parte alta na Rocinha. Data: 28/03/2014. Fonte: A autora, 2014.

Neste capítulo, dedico-me ao período do nascimento do Jornal *Fala Roça*, com objetivo de “avivar” a fase de criação e estruturação desse jornal, ancorando-me, para tanto, em narrativas de alguns dos jovens comunicadores que participaram da sua fundação e permaneceram no veículo durante a maior parte da sua história. No contexto da metodologia de uso da fotografia como instrumento de pesquisa nas Ciências Sociais, a fotografia que abre este capítulo foi uma das inspirações dos jovens para comentar sobre este assunto (mais adiante, seguem as falas a esse respeito). Busco articular a época do surgimento desse jornal, atribuída pelos seus fundadores ao ano de 2012¹⁰⁰, com eventos e “tempos” vivenciados no cotidiano da Rocinha (que vieram de mais atrás ou começaram a correr em paralelo com o percurso do veículo). A categoria “tempos de” é aqui usada em alusão à expressão que organiza as memórias orais de moradores da Rocinha sobre a história da favela, registradas no livro *Varal de*

¹⁰⁰ O ano de criação do *Fala Roça*, nos textos de apresentação do jornal, assim como nas palavras dos seus comunicadores, leva em conta o início do processo de criação do veículo, nas oficinas da Agência de Redes para Juventude, em 2012, na Rocinha. Portanto, o evento que marca seu surgimento não é a data da publicação da primeira edição, em maio de 2013, mas o período da sua elaboração, a partir do ano anterior.

Lembranças: histórias da Rocinha¹⁰¹. Tempos esses que não são estanques, mas podem perdurar e/ou se entrelaçar com outros, no vai e vem das memórias dos moradores. No caso do *Fala Roça*, certos tempos, referentes a situações e acontecimentos na cidade, são concomitantes à época da criação do jornal – levando em conta também uma narrativa de Michel, reproduzida abaixo, sobre o período que antecedeu a criação do jornal. Ressalto alguns: tempos do acesso (desigual) à internet; tempos do programa da Unidade de Polícia Pacificadora na Rocinha (UPP) – ou de “pacificação” – na região, atrelados aos tempos da realização de projetos sociais na favela e da realização dos megaeventos esportivos na cidade. Podemos pensar que estes “tempos” (mesmo com suas contradições) não são meramente pano de fundo de um contexto onde nasceu o *Fala Roça*, mas fizeram parte da sua constituição.

Ao pensar, especialmente, nos tempos da comunicação digital e da navegação na internet nessa favela, perceberemos particularidades que dizem respeito a como experiências relacionadas ao uso dessa tecnologia foram (e continuam a ser) vividas. Um parâmetro para localizar seus começos foi a instalação na Rocinha, em 2001, da primeira Estação Futuro (projeto da ONG Viva Rio), que consistia em “telecentros com banda larga e cursos de computação” voltados para ampliação do acesso à internet nas favelas do Rio (RAMALHO, 2007, p. 48). Uma das singularidades mencionadas foi o fato de lá ter surgido, já em 2012, um meio de comunicação voltado para produção de informação em suporte impresso – o Jornal *Fala Roça*. Singularidade esta que aponta, de fato, para a desigualdade do acesso a essa ferramenta de comunicação cada vez mais fundamental no mundo contemporâneo.

Quanto aos tempos da UPP, dizem respeito à época da vigência deste programa na Rocinha (de 2012 aos dias de hoje) e que se tornou condição de possibilidade para a realização do projeto social que deu origem ao jornal (como vemos adiante). Neste ponto, entrelaçam-se os tempos da política de “pacificação” e dos projetos para jovens na Rocinha – vinculação que será tratada no capítulo 7 deste trabalho. Além disso, conforme aponta uma série de estudos a implantação das UPPs também teve vínculos estreitos com a realização dos grandes eventos esportivos no Rio de Janeiro (FARIAS et al, 2018; SOUZA, 2018; MARTINS, 2018, entre outros).

Por fim, mas não menos importante, também ganham destaque no período do surgimento do jornal aqui narrado as trajetórias de vida dos seus jovens realizadores e suas vontades de criação e envolvimento no projeto desta mídia. Dessa forma, ao considerar esse

101 Maiores informações em: SEGALA, L. e FERREIRA, T. (org.). (1983). UNIÃO PRO-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA. *Varal de lembranças*: histórias da Rocinha. Rio de Janeiro: Editora Tempo e Presença/ SEC/MEC/FNDE.

conjunto de elementos, percebo a maneira como o “sonho” do impresso foi tomando forma - conforme dito no título da matéria “O sonho que tomou forma”¹⁰², que apresenta o veículo, na sua primeira edição, na voz dos jovens participantes.

3.1 *Jornal Fala Roça: antecedentes*

Abro as sessões deste capítulo com falas dos jovens comunicadores que se tornaram importantes interlocutores desta pesquisa – Beatriz Calado, Michele Silva e Michel Silva. Os dois últimos fizeram parte do grupo que criou o jornal, já Beatriz entrou no período entre a terceira e quarta edições, portanto, haverá mais falas de Michele e Michel concernentes ao período inicial do FR Michele e Michel já tinham tido contato com práticas de comunicação na Rocinha antes da criação do *Fala Roça*, Michele havia participado da Rádio Brisa durante alguns anos, entre o ensino médio e os primeiros anos da faculdade de Comunicação Social. Michel havia criado dois espaços para falar sobre a Rocinha na internet: o Tumblr¹⁰³ Vida na Rocinha.

Em seguida, prossigo com considerações que as situam em contexto e as incorporam às análises em torno do *Jornal Fala Roça*. Para melhor compreender os momentos iniciais do processo que envolveu a criação do jornal, suas relações com dimensões subjetivas dos jovens a ele relacionados e do ambiente social à sua volta, tratarei de circunstâncias que antecederam ao surgimento dessa mídia. Concentrei-me, por exemplo, em alguns elementos mencionados como os relativos a ‘estados de espírito’, interesses e atividades que mobilizavam os comunicadores que acompanhei, além de eventos relatados do cotidiano ou que o atravessaram.

MICHEL

[...] Eu jovem, na hora do intervalo escolar, parava para ler jornal. Os jovens já estavam decretando o fim do jornalismo impresso com o avanço tecnológico. Naquela época, os jornais estampavam matérias sobre as ocupações militares nas favelas do Rio, em 2010, como o Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio.

Para entendermos o contexto das intervenções policiais nas favelas do Rio, a população vivenciava os reflexos dos Jogos Pan-americanos em julho e os Jogos Parapan-americanos em agosto de 2007 [...]

[...] Após a ocupação das favelas no Complexo do Alemão, a ocupação da Rocinha e do Vidigal, em São Conrado, era questão de tempo¹⁰⁴. E não demorou para acontecer. Os moradores, assustados com as notícias da ocupação, lotaram os mercados em busca de alimentos pensando que teriam dias de guerra. Mas não. Em 2011, a chamada “Operação Choque de Paz” mobilizou centenas de policiais apoiados por carros

102 “O sonho que tomou forma” é o título de uma matéria, escrita por Michele Silva, publicada na primeira edição do *Jornal Fala Roça* (na página 4), apresentando o veículo aos moradores da Rocinha em 26/05/2013.

103 Plataforma de *blogs* criada em 2007 (<https://www.tumblr.com>).

104 Michel se refere à instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas regiões de favelas do Complexo do Alemão (em 2010), Rocinha e Vidigal (em 2012).

blindados da Marinha para ocupar a maior e mais emblemática do Rio de Janeiro: a Rocinha, no coração da zona sul. A ocupação não teve tiroteio nem mortes.

Mesmo assim, os grandes meios de comunicação continuaram dando ênfase para as notícias policiais após a ocupação. O engajamento dos jovens no Alemão e o uso do jornalismo como ferramenta de transformação social estimularam o meu desejo de criar um jornal comunitário na Rocinha [...]

A internet foi a porta de entrada para o conhecimento. Durante um ano, eu decidi estudar por conta própria as linguagens de programação da web (...), analisava as matérias nos jornais impressos, pesquisei sobre sistemas de gerenciamento de conteúdo, redes sociais, assisti vídeo aulas no YouTube e o mais importante: estudei a história do lugar onde nasci. Conversei com moradores mais idosos em busca de mais informações [...]

Convidei minha irmã Michele Silva, graduada em Comunicação Social, para investir na ideia de um jornal comunitário. Ela trabalhou como locutora numa rádio comunitária, tinha conhecimento sobre a favela e sempre gostou de comunicar [...]

Poucas semanas antes da ocupação militar na Rocinha, eu terminei de montar o *site* do jornal [referência ao *site* Viva Rocinha, mídia que Michel e a irmã, Michele, conduziram antes da criação do *Fala Roça*]” [...]

Nas últimas décadas, existiram muitos jornais comunitários na Rocinha. O jornal *Tagarela* foi um dos mais inspiradores para mim. Os moradores produziam esse jornal com o auxílio de um mimeógrafo nos anos 70. Suas pautas tinham um cunho de mobilização social em volta da questão do saneamento básico na Rocinha. Nos tempos atuais, me espelho bastante no conteúdo publicado no Viva Favela [...]

Naquela altura do campeonato [em 2012], comecei a perceber que muitos moradores não tinham acesso à internet durante minhas andanças na favela. Quando criei o Viva Rocinha, foi uma alternativa barata ao jornal impresso por ser mais caro. Ao priorizar a internet, me esqueci das pessoas que preferem ler o impresso. Tendo em vista que não existia nenhum jornal impresso na Rocinha, meu desejo foi crescendo diariamente quando tomei conhecimento de outros jornais comunitários impressos. [...] A ideia de criar um jornal impresso na Rocinha estava sendo lapidada, mas esbarrei nas questões financeiras (Trechos extraídos do texto autobiográfico *Construindo mídia comunitária: as experiências de Michel Silva*, disponibilizado para esta pesquisa em 06/02/2017. No prelo).

Essas falas fazem parte do texto autobiográfico escrito por Michel intitulado “*Construindo mídia comunitária: as experiências de Michel Silva*”¹⁰⁵. Os trechos mencionados estão incluídos no capítulo 2, “Da diversão à realidade”, em que Michel narra a fase inicial do seu interesse pela leitura, além do gosto e do envolvimento em atividades de jornalismo propriamente ditas. Portanto, são aspectos considerados relevantes na representação de si para o mundo. Por ser um dos fundadores do jornal, tais percursos da sua história ajudam a compreender motivações e circunstâncias presentes na sua criação.

105 Dois capítulos deste livro de Michel Silva, ainda em fase de escrita, foram entregues a mim ao longo da pesquisa de campo deste trabalho.

As circunstâncias estão descritas mais detalhadamente no capítulo sobre metodologia de pesquisa.

Os trechos transcritos fazem parte do capítulo 2 “Da diversão à realidade”. Na última vez em que falamos sobre o assunto, em 26/02/2019, o livro se encontrava paralisado (portanto, ainda não havia sido lançado).

As escolhas desses trechos se pautaram pelas experiências mais específicas desse jovem ligadas à comunicação e jornalismo, contextos e circunstâncias associados a elas. Cronologicamente, a narrativa chega até meados de 2012 e ao momento em que “a ideia de criar um jornal impresso na Rocinha estava sendo lapidada”, mas ainda não menciona o *Fala Roça*. Por outro lado, aborda sua segunda experiência¹⁰⁶ de criação e participação em uma mídia relacionada à favela onde nasceu: o portal *Viva Rocinha* (composto por um *site* e páginas nas redes sociais) – para o qual passou a criar conteúdo, na internet, junto com a irmã, Michele. O *Viva Rocinha* foi uma mídia digital (composta por um *site* e uma *fanpage* na rede social Facebook – vivarocinha.org e facebook.com/VivaRocinha) criada por Michel, em 2011, e alimentada por ele e a irmã até 2017 (ano da última postagem no Facebook). seu texto de apresentação se refere aos autores e sua relação de parentesco, vincula o surgimento da mídia com a instalação da UPP na Rocinha e fala da “apreciação por jornalismo”:

O portal Viva Rocinha é um veículo de comunicação alternativa que atua na Rocinha. Gerenciado por dois irmãos, o portal é alimentado com fotos, notícias e informativos da favela. O portal surgiu no final de 2011 a partir da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na Rocinha pelo governo do Rio. Criado pelo estudante Michel Silva, na época com 18 anos, o jovem juntou a experiência com gerenciamento de *sites* e a apreciação por jornalismo [...] (facebook.com/VivaRocinha. Acesso em: 28 fev. 2020).

No texto do livro, uma sequência de situações é descrita na narrativa de Michel até a criação da mídia *Viva Rocinha*, em que ele e a irmã Michele atuaram. Entre as principais, estão: o hábito de ler jornal, na adolescência (remetido a motivos diferentes, como a sua timidez e os jornais que o pai, porteiro, trazia para casa depois de descartados por assinantes do prédio onde trabalhava); as notícias que então chamavam sua atenção (sobre a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora em favelas da cidade, incluindo a expectativa da UPP que chegaria à Rocinha); os grandes eventos esportivos realizados no Rio de Janeiro, no seu entender, relacionados à instalação das UPPs nas favelas; a iniciativa de moradores do Complexo do Alemão de criarem suas mídias para narrar suas visões sobre a favela durante a instalação da UPP nesta região; a internet, que lhe agrega conhecimentos; a parceria com a irmã, Michele; a participação em “reuniões comunitárias” na Rocinha; e um prêmio (da Fundação Natura), cujos recursos são modestos, mas permitem comprar equipamentos necessários à prática jornalística.

Já para Beatriz, os aspectos que motivaram a escolha pela formação em Jornalismo se relacionam à junção entre a função de prestação de serviço, que remete à dimensão de utilidade

106A primeira experiência de Michel com meios de comunicação pode ser considerada o Tumblr Vida na favela, criado em setembro de 2011 e de curta duração (alguns meses). Era uma espécie de diário que foi também se assemelhando à linguagem jornalística.

pública do jornalismo, e do acesso à informação como uma forma de lutar por direitos. Quanto à Michele, suas primeiras experiências com comunicação aconteceram, por diversão, ainda na adolescência em uma rádio, na Rocinha. Em seguida, ela passou a pilotar um programa e a cuidar de diversas atividades, inclusive administrativas da rádio.

BEATRIZ. Eu acabei meio juntando, porque no Jornalismo tem a parte de serviço, de você prestar um serviço para a população, apesar de que isso está sumindo às vezes. Tinha essa questão os direitos também, de você ter acesso à informação, brigar pelo direito das pessoas, aí fui para o Jornalismo para trabalhar com televisão – não pensava em Jornalismo impresso, na internet, nada disso. (Beatriz. Entrevista História de vida. Data:05/11/2016)

MICHELE. Eu comecei a ficar lá [na rádio] muito tempo, muito tempo, quando vi já estava com programa pra mim.

CRISTINA. Como foi isso, assim, tão rápido?

MICHELE. Não sei também, ia pra lá, ficava... Aí vinham os famosos, pagodeiros, ficavam lá pra tirar foto, pra conhecer, pra tietar as pessoas e tinha muito adolescente, jovem e adolescente que ficavam lá por causa disso. Tinha computador, microfone, mesa de som; eu não sabia mexer naquilo, mas era muito curiosa. Então a pessoa estava sentada e eu ficava lá olhando. Num belo dia, não sei como isso aconteceu, mas, acho que alguém faltou, que alguém tinha que mexer, o [dono da rádio] deixou e eu fiquei, não ganhava nada (Michele. Entrevista História de vida. Data: 02/03/2015).

3.2 Jornal (impresso) em tempos de UPP

Nos trechos anteriores da narrativa de Michel, ele se refere aos tempos da implantação da UPP, em 2012, na Rocinha. Tempos interligados com situações imediatamente anteriores e posteriores (conforme menciona acima) a esta presença militar na favela. Quanto aos efeitos anteriores na vida da população, cita o medo causado pelo noticiário dos grandes jornais sobre a instalação da unidade de polícia, levando-os a estocar alimentos em casa; os confrontos não acontecem na ocasião da operação policial de nome “Choque de paz” (em novembro de 2011) que prepararia o “terreno” para a UPP. Mas o clima de tensão continuou a ser alimentado pela “ênfase” dos meios de comunicação às notícias policiais ao tratar da Rocinha. O desejo de Michel de criar o seu primeiro veículo de notícias – o *site Viva Rocinha* – se tornou mais forte ao ver o “engajamento” dos jovens do Alemão na postagem de conteúdo nas redes sociais da internet sobre a entrada da UPP naquele conjunto de favelas da zona norte, e ao vislumbrar o “o uso do jornalismo como ferramenta de transformação social”. O sentido de “engajamento”, para ele, nesse caso, relaciona-se principalmente ao fato de moradores, como o jovem Renê Silva, terem exposto visões a partir da favela em que viviam sobre o episódio da instalação da UPP (através de redes sociais na internet). Um dos resultados foi terem se tornado fonte

privilegiada de notícias – ao menos naquele momento – para a grande imprensa, que costuma se ancorar, predominantemente, na perspectiva da polícia, quando o assunto é favela¹⁰⁷.

Enxergar o “jornalismo como forma de transformação social” também parece se relacionar com a questão da incorporação dos habitantes de favelas como fontes pela mídia convencional. Ao expor as suas visões, outras formas de representação das favelas poderiam surgir – embora também pudessem reforçar o estereótipo da favela como lugar de violência armada e criminalidade. A menção feita por Michel ao portal *Viva Favela*, criado em 2001, também pode se relacionar a este aspecto. O portal foi um dos primeiros veículos existentes na internet de notícias exclusivas sobre favelas do Rio de Janeiro, feitas por moradores desses locais. Ao lado desta, outra influência citada por Michel foi o Jornal *Tagarela*, produzido entre as décadas de 1970 e 1980 por moradores da Rocinha, cujas pautas se voltavam para a “mobilização social” por meio da conscientização sobre problemas de infraestrutura, como o saneamento básico, que segue sendo uma das principais reivindicações de moradores e pautas dos movimentos sociais locais atualmente. Por fim, Michel se refere à percepção que a experiência de produção do *Viva Rocinha* lhe proporcionou, ao percorrer o morro durante a apuração das matérias, no sentido de notar a existência de uma parcela da população da favela ainda desconectada do acesso à internet. A seguir, detenho-me no programa das UPPs e, especialmente, em sua relação com a Rocinha. Mais adiante será possível perceber melhor algumas implicações desta unidade de polícia a partir da vivência de mídias como o *Viva Rocinha* e o *Fala Roça*.

O programa das UPPs constituiu a principal ação implantada na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, iniciado no primeiro mandato do governador Sérgio Cabral (2007-2010), estendendo-se pela sua segunda gestão (2010-2014) e a de Luiz Fernando Pezão (2014-2018), até os dias atuais. Teve início, em 2008, no Morro Santa Marta, zona sul do Rio de Janeiro, e chegou a outras 38 favelas do estado até 2014, quando o programa já seguia “instável, com um conjunto de crises”, de acordo com Marielle Franco (2014, p. 126). Diversos estudos vêm sendo realizados sobre as UPPs, como os desenvolvidos pelo Cidades – Núcleo de Pesquisa Urbana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, grande parte deles destacando o caráter de exacerbação da militarização nesses espaços, entre as suas principais características (ROCHA, 2018; LEITE, 2018; CARVALHO, 2018; BARROS, 2018). Num cenário em que a abrangência desse programa se restringiu a apenas cerca de 10% das áreas de favelas da cidade (FRANCO, 2014, p. 52), e especialmente as localizadas nos perímetros do Rio de Janeiro onde

107 Tema abordado por Michel, com mais detalhes, no capítulo 2 do livro *Construindo mídia comunitária: as experiências de Michel Silva*, que ele está escrevendo sobre a própria história.

se realizariam os megaeventos esportivos (sendo os principais a Copa do Mundo, de 2014, e as Olimpíadas, de 2016), uma série de estudos argumenta o caráter seletivo, não abrangente e discriminatório que marcou a execução da política conhecida como de “pacificação”. Um dos maiores questionamentos dessa política de segurança, massivamente divulgada através de propaganda oficial do governo, foi deixar de concretizar aquele que, segundo seus próprios objetivos (FRANCO, 2014, p. 64, 75), seria condição para o seu “sucesso”: a correspondência concomitante com o investimento em políticas sociais voltadas para melhorias das condições de vida nas favelas, que, em última instância, seriam garantia do respeito ao conjunto dos direitos de cidadania para as populações destes locais¹⁰⁸.

O episódio do desaparecimento de Amarildo de Souza Dias, ocorrido na favela da Rocinha em 2013, fez parte do “conjunto de crises” relacionado à UPP, desencadeadas por diferentes fatores que levaram ao fechamento de unidades e à consideração de se tratar de um momento de declínio do programa (quando se encerrava a pesquisa de campo deste trabalho, em 2018), apesar de não anunciado oficialmente (ROCHA, 2018). Em 14 de julho de 2013, o pedreiro Amarildo, de 43 anos, foi levado para averiguações por uma viatura da UPP, próximo ao local onde morava na Rocinha, na Rua 2, até uma das bases da Unidade na Rocinha e, dali, não foi mais visto. Franco chamou atenção para o fato de não ter sido um caso isolado: “não é um fato isolado, uma vez que há indícios de uma continuidade nos procedimentos de desaparecimento, típicos da forma de atuar da PM e de como as forças de ‘pacificação’ atuam” (2014, p. 106). Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), mencionados pela autora, entre 2007 e 2012, houve um aumento de 23% nas estatísticas oficiais de desaparecidos no estado do Rio de Janeiro, totalizando 32.073 casos no período. Nas áreas com UPPs, o crescimento dessas estatísticas foi ainda maior, no período entre o ano de instalação da UPP em 18 favelas em comparação com o ano seguinte: o aumento de desaparecidos foi de 72,7% – 77 casos, no ano da inauguração, e 133 no ano seguinte (p. 106).

O clamor da família de Amarildo por justiça saiu do âmbito das passeatas locais de moradores e foi incorporado às manifestações de 2013 e 2014, que tomavam as ruas da cidade e do país. O grito insistente “Cadê o Amarildo?” ganhou espaço na grande mídia e tomou dimensão internacional. Por outro lado, falar desse assunto nas mídias locais seria bem mais

108 Franco cita declarações do próprio Secretário de Segurança Pública do Estado do governo de Sérgio Cabral, José Mariano Beltrame, em entrevista ao Jornal O Globo, em maio de 2011: “Nada sobrevive só com segurança. Não será um policial com um fuzil, na entrada de uma favela, que vai segurar, se lá dentro das comunidades as coisas não funcionarem. É hora de investimentos sociais”. O secretário conclui mais adiante, sobre o projeto das UPPs: “O sucesso do projeto depende de investimentos maciços, e estes não estão sendo feitos na velocidade necessária” (BOTTARI; GONÇALVES, 2011, apud, FRANCO, 2014, p. 75).

complicado, a julgar pelo clima de medo, uma vez que a UPP continuava sediada na favela¹⁰⁹. A despeito disso, em fevereiro de 2014, o *Fala Roça* abordou o caso Amarildo na matéria de capa da sua terceira edição – a última fotografia do pedreiro, com vida, havia sido feita por Michele Silva, durante a entrega da edição anterior e foi publicada também na primeira página do impresso. Retorno a esse assunto nas considerações sobre o terceiro número do jornal, ainda neste capítulo.

3.3 Jornal (impresso) em tempos de internet

Uma das primeiras características que provocou curiosidade em relação ao *Fala Roça* foi a opção pelo suporte impresso: o que teria motivado os jovens fundadores do veículo a escolherem esse formato? Afinal, a geração desse grupo, situada na faixa etária dos 19 aos 21 anos (na época da criação do jornal), em tese, já havia sido socializada em tempos da comunicação digital e da navegação na internet. Mas de que forma isso ocorreu e como seriam as experiências dos moradores da Rocinha em relação ao uso de tecnologias de comunicação? Diferenças em relação às formas de viver esses tempos e experimentar as chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), na Rocinha, foram sendo evidenciadas, de certa forma, nas narrativas dos jovens ao falarem sobre a escolha pelo suporte da mídia em papel (embora não descartando o suporte digital), bem como de suas experiências pessoais.

Algumas pistas fornecidas por eles demonstraram, por exemplo, uma não linearidade em relação à vivência local de um tempo da comunicação digital e navegação na internet – da mesma forma, outros tempos narrados no *Varal de Lembranças: histórias da Rocinha*¹¹⁰ também não ocorrem de forma linear. O *Varal* reúne memórias de antigos moradores locais condensadas em diversos tempos ou “as histórias do morro e as histórias da vida” que “correm num mesmo amarrado” (SEGALA; SILVA, 1983). Alguns desses tempos citados no *Varal*, como o “tempo de antes da vinda para a Rocinha”, o “tempo dos políticos”, o “tempo das enchentes”, o “tempo do medo da remoção” e o “tempo do mutirão” se entrelaçam, vão e vêm

109 Quanto aos trâmites do caso na Justiça, já em 2013, o Ministério Público do Rio de Janeiro denunciou 25 policiais militares, lotados na UPP Rocinha, pela morte de Amarildo. Em março de 2019, foram libertados 4 dos 12 policiais militares que haviam sido condenados em primeira instância por tortura, morte e ocultação de cadáver no caso. A investigação comprovou que o pedreiro foi torturado e morto numa unidade da UPP desta favela. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/03/18/Quem-foi-condenado-e-quem-foi-absolvido-no-caso-Amarildo>. Acesso em: 09 de mar. 2020.

110 Ver SEGALA, Lygia; SILVA, Tania Regina da (orgs). *Varal de Lembranças: histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, Editora Tempo e Presença, SEC/MEC/FNDE, 1983.

– inclusive, remetendo à noção de genealogia, proposta por Michel Foucault, abordada no capítulo 5 desta tese.

As desigualdades sociais existentes dentro da própria Rocinha, aludidas pela jovem comunicadora e publicitária Michele, também embaralham os tempos digitais na favela com a vivência de outras épocas. Inclusive faria sentido esses tempos de tecnologias mais contemporâneas serem acrescentados ao “amarrado” das histórias da favela entrelaçadas às dos seus habitantes, por meio das vozes dos comunicadores locais. Apesar da família de Michele ter tido condições mínimas de acesso a bens tecnológicos como computadores e celulares em meados da primeira década dos anos 2000 (conforme vimos na história de vida de Michel), este acesso ao mundo *online* ainda não é uma realidade simétrica para muitos dos seus vizinhos. Aos olhos de Michele, tais diferenças se expressam na separação que ela identifica entre moradores de lugares mais ou menos “acessíveis” na favela, associados também a ter ou não acesso à internet. A jovem abordou o assunto ao comentar sobre uma fotografia (incluída na abertura deste capítulo) da distribuição da terceira edição do *Fala Roça*, que a instigou a falar sobre a escolha por locais de “difícil acesso” na favela para entregar o jornal.

A gente usou essa foto pra ilustrar os lugares mais inacessíveis que a gente vai. Eu usei essa porque lembro desse beco, é ... muito ruim entregar lá em cima. Eu acho, porque não tem muita gente na rua, é difícil o acesso, a gente vai lá mesmo porque sabemos que ninguém vai. [...] Nada, serviços, oferta de qualquer coisa; aqui embaixo, tem muita propaganda, muita opção, panfletos de trocentas coisas, opção de tudo e lá não, é muita escada, não tem quase ninguém na rua [...] nenhuma outra pessoa vai entregar uma informação lá. Esse cara aqui, julgando vulgarmente pela aparência, não tem cara de que usa um *smartfone* ou computador. Fora a televisão, que outro meio de informação essa pessoa pode ter? [...] E a gente vai porque isso tem um valor grande pra gente, poder levar isso pra eles lá (Michele, entrevista de história de vida, 02/03/2015).

A fala de Michele se refere à posição geográfica da localidade Terreirão da Rua 1, de “difícil acesso” e às desigualdades em relação a outras partes da favela. Situada no alto da Rocinha, já bem próxima do Morro Dois Irmãos e, portanto, distante da Estrada da Gávea (principal via por onde circula o transporte na favela – ônibus, vans, kombis, carros e motos), lá há muitos pontos onde só se chega a pé. Trata-se de um lugar repleto de escadas, vias estreitas e áreas de chão batido, semelhante a outros de maior precariedade na Rocinha, até lá é comum demorar entre meia e uma hora para chegar, a partir de dentro da própria Rocinha (da sua parte baixa, por exemplo). Em consequência disso, há menos serviços, propaganda, bens de consumo, tecnologia e informação, ainda conforme Michele. O senhor, retratado na foto, que aparenta não usar “*smartfone*”, cujo principal meio de comunicação a que teria acesso seria a televisão, era parte do público para quem os jovens desejavam levar o jornal. Para alcançá-lo, a estratégia foi o meio impresso.

No que se refere à produção dessa fotografia, apenas eu e Michel estávamos presentes no dia da entrega da terceira edição do *Fala Roça*, em março de 2014. Subimos a ladeira íngreme a pé, debaixo de um sol forte, e passamos pelo senhor que caminhava devagar. Michel entregou o jornal e seguiu em frente; segui com ele, mas me virei rapidamente para ver a reação do senhor. Ele olhou a capa do jornal, com a manchete “Cadê o Amarildo?”, encostou-se no muro, agachou e começou a ler. Fiz a foto. Registre-se o fato de ser aquele também um lugar onde costumam se reunir integrantes do tráfico de drogas local, portanto, não era conveniente parar para ‘puxar papo’ com os leitores, sobretudo, a respeito da matéria que estampava a capa do jornal.

Nos tempos recentes, muitos estudos vêm buscando medir e avaliar o alcance e o uso das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ou Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), em diferentes níveis regionais. Objetivam refletir sobre temas complexos acerca da democratização dos meios de comunicação, da produção e do acesso à informação, além de propor conceituações que variam de um polo ao outro, como inclusão / exclusão digital, em períodos simultâneos de análise. A fala de Michele se refere, em certa medida, a uma experiência concreta de lidar com realidades bem contrastantes e próximas que condensam alguns dos dilemas envolvidos no acesso ao mundo tecnológico da comunicação, especialmente em áreas pobres e de favelas. Embora o universo das TICs/NTICs não seja central neste estudo do processo de comunicação do Jornal *Fala Roça*, tangencia-o e merece algumas considerações, na tentativa de compreender sua aproximação com o campo de pesquisa na Rocinha. Afinal, a escolha pelo suporte impresso foi feita, seguindo as falas dos jovens comunicadores do jornal, em última instância, para atingir pessoas com pouco ou nenhum acesso à internet.

O estudo “Desigualdades digitais: acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras” avalia a difusão, nas metrópoles brasileiras, do acesso às oportunidades trazidas pela internet. Seu intuito é verificar a relação dessa difusão com as desigualdades sociais e a segmentação territorial. O estudo se apoia em dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito da posse de computadores, conexões com a internet e o tipo de uso feito dessas tecnologias, entre 2001 e 2009, abrangendo as principais cidades das regiões metropolitanas do país, incluindo o Rio de Janeiro. Nesse contexto, avalia especificamente a influência, sobre o acesso à internet e suas condições de uso, realizada pela “posição social dos indivíduos” – em termos de renda e educação ou “capital econômico” e “capital cultural”, conforme Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2008, apud RIBEIRO, L.C, de Q.; SALATA, A.;

COSTA L. e RIBEIRO, M. C., 2013) – e do local de moradia em áreas de periferias e/ou favelas. Em poucas palavras, o estudo confirma a tendência da estratificação do acesso às TICs, já observada em países considerados desenvolvidos e descrita por Manuel Castells como “infoexclusão” (CASTELLS, 2007, apud RIBEIRO, L.C, de Q.; SALATA, A.; COSTA L. e RIBEIRO, M. C., 2013), ou seja, a despeito de reconhecer vantagens trazidas pela “revolução tecnológica dos meios e serviços de produção”, como a diminuição dos seus preços, aponta para a “permanência da distância entre conectados e uma massa de desconectados” (2013, p. 290) aliada às diferenças de capacidades dos indivíduos para usar os meios de produção e difusão de informação e conhecimento. Uma vez que essas capacidades são desiguais, o acesso à internet, por si só, não resolveria o problema da “infoexclusão”. Como essas capacidades passaram a condicionar cada vez mais o acesso à renda, riqueza e poder, refletem-se também na reprodução das desigualdades sociais.

Nas metrópoles brasileiras, este estudo demonstra haver ainda grandes desigualdades no acesso às TICs, entre os setores com rendas mais altas e baixas da população. A posse do microcomputador no domicílio, local em que foram registrados os maiores percentuais de acesso à internet, expressou-se como um dado significativo dessa desigualdade. Em 2009, 86% dos domicílios com maior renda possuíam computadores, enquanto somente 13% dos domicílios de menor renda possuíam esse equipamento. Já o acesso à internet, dentro desse universo de domicílios com computador, foi de 93% para o primeiro grupo e de 67% para o segundo (no mesmo ano de 2009). Quanto ao fator do território, a localização do domicílio em área de favela reduzia em 37% as chances de possuir computador, ou seja, o nível socioeconômico e a localização territorial se constituíram como fatores que revelaram desnivelamento em relação à posse de computadores e acesso à internet. Já quanto ao uso da internet, o estudo (nesse caso, baseado também em dados qualitativos da PNAD) evidenciou novamente a importância dos dois primeiros elementos, agregando-lhes o fator da idade, como determinantes no aproveitamento das inúmeras oportunidades oferecidas por meio do mundo *on-line*. Portanto, seriam os mais jovens (com menos de 20 anos), com mais anos de escolaridade (12 anos ou mais) e não moradores de favelas os que teriam maiores chances de aproveitar o potencial da internet.

Outros estudos se aproximam mais das complexidades internas da Rocinha no que diz respeito ao acesso e uso das TICs. A mesma direção da perspectiva crítica da “infoexclusão” já tinha sido apontada por SORJ e GUEDES em uma ampla pesquisa sobre internet nas favelas do Rio de Janeiro, realizada em 2003 (SORJ; GUEDES, 2008). O seu foco é também concentrado no acesso individual a computadores e internet, sendo a Rocinha uma das favelas

incluídas na amostragem dos dados coletados. O ponto de partida é o pressuposto de que, embora grande parte da bibliografia exalte as contribuições dessas tecnologias contemporâneas para reduzir as desigualdades sociais, “na prática, a dinâmica social funciona em sentido inverso: a introdução de novas TICs aumenta a exclusão e a desigualdade social” (2008, p. 4). Para os autores, isso se deve a motivos como o fato de a pobreza não ser um fenômeno isolado e, portanto, apenas a introdução de novos produtos que vão se tornando essenciais (mesmo a preços menores) não garantiria acesso igualitário a esses bens pelas diferentes classes sociais. Pelo contrário, aumentariam as distâncias entre pobres e ricos, uma vez que os últimos acessam primeiro tais produtos e melhoram suas condições competitivas antes que esses produtos estejam plenamente distribuídos entre os mais pobres.

Além disso, o método de inferência baseado principalmente na posse de computador em domicílio não seria suficiente para entender a dinâmica da exclusão digital, por não considerar especificidades, como o tempo disponível, a qualidade do acesso à internet e a capacidade de leitura e interpretação da informação, que afetam o uso das suas potencialidades. Mas, sobretudo, porque “para os usuários de Internet nas favelas, o local de trabalho e casas de terceiros constituem o principal lugar de acesso” (2008, p. 8). Tal situação se reflete por meio da discrepância encontrada entre o percentual de usuários de computador (20%) e de proprietários desses bens (9%) nas favelas. O que interessa salientar, em especial neste estudo, são as características dos usos dessas novas tecnologias dentro destas localidades na sua relação com as especificidades da população. Nesse sentido, ele ressalta que “a exclusão digital se dá também no interior dos grupos pobres, entre gêneros, raças e grupos etários, assim como entre diferentes comunidades”. Quanto à idade, a mesma tendência de maior uso da informática entre os jovens (32 %, na faixa etária de 15 a 24 anos) se mantém, porém se acentua por conta dos níveis de escolaridade mais baixos entre os mais idosos (6,1%, de 45 a 96 anos). Entre homens e mulheres que usam computador, o percentual é maior entre os primeiros, 24%, em comparação com 16,7% para as mulheres. Já a população branca que possui computador supera a negra: são 11,4% e 4,5% respectivamente. Uma questão unânime entre entrevistados de todas as favelas consultadas, usuários de computador, foi a de que “saber computação ajuda a encontrar emprego”.

No universo interno da favela da Rocinha, os números são os seguintes: a predominância de usuários de computador é de homens (58,5 %, frente a 41,5 de mulheres), de cor/raça branca (45,3, frente a 31,4 de pardos e 21,8 de negros). Quanto à renda familiar mensal, o maior número de usuários se concentra na faixa de renda entre R\$721,00 e 1.200,00 (32,4%), seguida das faixas entre R\$241,00 e 720,00 (26%) e R\$1.201,00 e 2.400,00 (18,5%). Ainda entre os que

usam o micro, quase a metade estuda em escola (47%); sobre a maneira como aprenderam a usar o computador, a predominante foi por meio “cursos especializados” (55,2%), seguida por “sozinho, por tentativas” (17%) e “com ajuda de amigos” (15,7%). Os dados sobre uso da internet são os seguintes: 67,7 % dos usuários de computador usam a internet; entre eles, a maior frequência de uso é de uma vez por semana 31,1%), seguida de mais de uma vez por semana (23,5%) e uma vez por mês (19,3%). Entre os motivos para não acessar a internet, o principal é “não possuir local onde possa acessar”.

Note-se que essas pesquisas ainda não consideravam os telefones celulares como dispositivos integrados às novas dinâmicas comunicação, acesso e uso da internet, o que pode ter modificado as dinâmicas de uso de computador e acesso à internet nos últimos anos. Mas um estudo realizado na favela da Rocinha por uma residente local, em tempos mais recentes, embora em menor escala, trata das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), que incluem as tecnologias móveis, conexões sem fio, entre outras¹¹¹. Mais especificamente, discute se é possível considerar o surgimento de uma “nova classe média”, na Rocinha, e a sua relação com o “paradigma das novas mobilidades”, onde o uso das NTICs diluiria fronteiras e ampliaria mobilidades, incluindo a diminuição de desigualdades sociais. O estudo de caso tem como base entrevistas realizadas com sete jovens e se realiza na época de preparação e instalação da UPP na Rocinha (2011-2012). Conclui que tanto o paradigma mencionado quanto a existência de uma “nova classe média”, no caso da Rocinha, podem ser questionados, uma vez que nessa favela (como possivelmente em outras) há imobilidades “preexistentes e persistentes”, citando como exemplos condições de moradia e infraestrutura urbana inadequadas. Quanto às condições socioeconômicas, há percepção por parte do grupo estudado de que o seu poder de consumo “vem aumentando”, mas também de que seus gastos vêm igualmente aumentando. O período da chegada e pós UPP é especialmente percebido sob a ótica das mudanças no custo de vida, para cima:

As mais perceptíveis são a valorização de imóveis não só no interior da favela, como também nos bairros em seu entorno, e a entrada maciça de serviços da iniciativa privada, tais como TV por assinatura, internet banda larga e entrada de lojas de grande porte, que vendem móveis, eletrodomésticos e eletrônicos (DUARTE, 2013, p. 8).

111 Segundo Gabriela Franco Duarte, “as novas tecnologias de informação e comunicação reúnem os computadores pessoais e outros equipamentos de armazenamento de dados e uso pessoal, a internet, a telefonia móvel, os serviços integrados de correio eletrônico e de conversação, as redes tecnossociais, as tecnologias digitais de captação, tratamento e reprodução de imagens e sons e as tecnologias de acesso remoto” (DUARTE, 2013, p. 1).

Enquanto isso, a autora ressalta que, no mesmo período, não houve melhorias nos serviços como abastecimento de água e luz e na infraestrutura de esgotamento sanitário. Por fim, ela questiona o acesso às NTCIs, na Rocinha, como forma de “trabalhar pela exigência de direitos”; seu entendimento é de que “essa dinâmica não se realiza” e acrescenta: “ter acesso a novas ferramentas técnicas que lhe possibilitam uma maior organização e exigência de direitos não é garantia de que essa população esteja, de fato, voltando-se para tais questões sociais, que afetam diretamente sua vida e seu cotidiano”.

3.4 Jornal em tempos de projetos para jovens

BEATRIZ. Falaram que tinha um negócio de oportunidade de fazer alguma coisa dentro da Rocinha, o que você quisesse, então falei: “Ah, vamos ver o que tem lá para fazer” [na Agência de Redes para Juventude]. No começo, não tinha ideia nenhuma. Fui e passei. Como eu já estava na área de Comunicação [cursando faculdade de Jornalismo na PUC-Rio], fui me aproximando mais do Michel – na época, tinha a Raquel e outras meninas. Mas eu não cheguei a fechar o ciclo da Agência, não cheguei à ideia de montar um jornal, saí antes. [...] Já estava na PUC, aí saí. E a Michele [integrante do *Fala Roça*] sempre foi amiga da minha irmã, então acompanhei o jornal de longe. Quando teve uma das mudanças de equipe do *Fala Roça*, a Michele me chamou para fazer parte do jornal, em abril de 2014. Aí eu vim, mais ou menos na mesma época em que entrei na TV [no estágio de Jornalismo na TV-PUC] (Beatriz Calado, entrevista de história de vida, em 05/11/2016).

O Jornal *Fala Roça* nasce, em 2012, através de um processo de criação realizado por jovens da Rocinha, então com idades entre 18 e 21 anos, em oficinas da Agência de Redes para Juventude – no primeiro período em que esse projeto/metodologia desenvolveu atividades nesta favela da zona sul do Rio de Janeiro (entre agosto e dezembro)¹¹². O jornal circulou durante três anos e três meses (de maio de 2013 a agosto de 2016), com periodicidade irregular e tiragem de 5 mil exemplares. Foram lançados oito números, todos com 8 páginas, publicados nas seguintes datas: n. 1, em maio de 2013; n. 2, em agosto de 2013; n. 3, em fevereiro de 2014; n. 4, em agosto de 2014; n. 5, em fevereiro de 2015; n. 6, em agosto de 2015; n. 7, em dezembro de 2015 e n. 8, em agosto de 2016. O tabloide impresso foi o formato principal escolhido para a mídia, considerado também como um diferencial frente à maioria dos meios de informação então existentes na Rocinha – entre 2014 e 2019, foram mapeados 21 canais de comunicação

112 As atividades da ARJ são denominadas, por seus realizadores, de “ciclos”; houve dois na Rocinha com o mesmo formato, um, em 2012, e outro, em 2013.

relativos a essa favela e, entre eles, os meios prioritariamente voltados para informação não possuíam suporte impresso ou essa não era sua plataforma principal de circulação¹¹³.

No entanto, a presença no ambiente das mídias digitais não deixou de mobilizar os realizadores do *Fala Roça*, uma vez que, no ano do lançamento da primeira edição impressa do jornal, o seu *site* já estava no ar e o primeiro *tweet* da mídia (na rede social Tweeter), em 20/11/2013, foi para divulgá-lo: “Nosso primeiro *tweet*. Vocês conhecem nosso *site*? Olhem lá, <http://www.falaroca.com>”. Ainda com poucos recursos e uma formatação “básica”, o *site* era, então, principalmente voltado para replicar as edições impressas no mundo *on-line*. Da mesma forma, funcionaram as redes sociais na internet associadas ao veículo num período mais inicial – seus endereços no Facebook e Twitter aparecem no expediente do impresso a partir da sua terceira edição. Na época, eram voltadas para ‘publicizar’ o impresso, por meio de *links* para as matérias do impresso replicadas no *site* do veículo. Posteriormente, o *site* foi sendo aprimorado e os jovens passaram a produzir conteúdo específico para essa mídia, em diálogo com o impresso: matérias mais curtas, abordando temas com maior agilidade do que o ritmo do tabloide. Ou seja, nos intervalos da produção do impresso, o FR continuou funcionando na internet – com *site* e presença nas redes sociais Tweeter, Facebook, Instagram e YouTube¹¹⁴. E assim permaneceu até tempos recentes, mas com a diferença de que, quanto mais o tempo passa, o futuro do impresso parece se tornar mais incerto. Nos cerca de dois anos posteriores à publicação da oitava edição, a equipe chegou a produzir matérias para o número seguinte e, em 2018 (quando se encerrou o período desta pesquisa), fazia planos de lançamento do número nove. Mas esbarrou em dificuldades que os mantiveram em compasso de espera.

Na fala acima, Beatriz narra como conheceu a Agência de Redes para Juventude em seu ciclo de atividades, em 2012, na Rocinha. Bia se referiu à sua impressão de que aquele seria um espaço de “oportunidade de fazer alguma coisa dentro da Rocinha”, que a fez decidir participar do processo seletivo. Lá, aproximou-se de outros jovens pela afinidade de interesse na área de comunicação. Por outro lado, optou por deixar a oficina, por estar cursando graduação (em Jornalismo) e não encontrar tempo para conciliar com as atividades do novo programa para jovens da favela. “Eu estava no começo da faculdade, achava aquilo dali meio louco, falei assim: ‘Estou cansada de todo sábado ter que vir para cá’. Aí eu saí.”, como disse em outro

113 O mapeamento de mídias da Rocinha realizado para esta pesquisa abrangeu canais de comunicação oriundos dessa favela ativos entre os anos de 2014 e 2019, totalizando 21 mídias, e o registro de mídias consideradas “inativas”, ou seja, que funcionaram e foram descontinuadas antes deste período, somando 10 meios de comunicação. Esse levantamento se encontra no Anexo A da tese.

114 Endereços do *Fala Roça* na internet: *site* (www.falaroca.com), Facebook ([facebook.com/falaroca](https://www.facebook.com/falaroca)), Instagram ([instagram.com/jornalfalaroca](https://www.instagram.com/jornalfalaroca)), Twitter (twitter.com/falaroca) e canal no YouTube ([youtube.com/channel/UCZ7liaSkdswGRJPvxTGaJ-g](https://www.youtube.com/channel/UCZ7liaSkdswGRJPvxTGaJ-g)).

trecho da sua entrevista. Em 2014, aceitou participar da equipe do *Fala Roça*, quando a terceira edição estava sendo distribuída. Quanto à sua motivação, mencionou a vontade de exercitar a linguagem escrita do jornalismo (ela fazia estágio na TV da PUC naquele momento): “Como eu trabalhava já com comunicação, achei que seria uma boa trabalhar a parte escrita, porque eu trabalhava com TV na época”.

Não acompanhei a época da formação do jornal, visto que o trabalho de pesquisa desta tese começou em 2014, embora tenha ido a eventos da Agência de Redes já durante a realização do estudo, junto com os integrantes do *Fala Roça*. Para me reportar a esse momento, apoiei-me nos relatos dos participantes do jornal, em matérias do próprio veículo, documentos e materiais da ARJ. A complexidade dessa situação seguramente foi maior do que será possível descrever neste trabalho, envolvendo detalhes que aqui escapam. Considerando a situação, no que diz respeito a essa fase, interessa acima de tudo perceber como os jovens vivenciaram o processo de elaboração da mídia. E, não, fazer uma análise em profundidade sobre a atuação da Agência de Redes, mas apenas pontuar elemento de conexão com este estudo de caso e seus possíveis efeitos.

Gracilene Firmino (18 anos), Michel Silva (19), Raquel Magalhães (19) e Vanessa Santos (21)¹¹⁵ participaram de um processo seletivo, junto com outros moradores da Rocinha da mesma faixa etária, que os habilitaria a entrar para a Agência de Redes – frequentar suas atividades e aprender uma metodologia específica destinada a criarem projetos a serem desenvolvidos na própria favela. Quem ingressasse contaria com uma bolsa-auxílio, participaria de uma oficina (que exigia tempo de dedicação) e de outras etapas até a criação de um projeto em conjunto com outros jovens. Os projetos aprovados em uma “banca” de seleção seriam contemplados com recursos financeiros para dar início à sua realização. Após essa fase, passariam ainda pela “banca do selo”, não mais seletiva, mas destinada a prestar suportes que pudessem contribuir para a continuidade do projeto. Depois, se quisessem prosseguir com a ideia, teriam que fazê-lo por conta própria.

Os integrantes do *Fala Roça*, todos moradores locais, conheceram-se nessas oficinas, assim como outros jovens que formaram outros projetos no mesmo contexto. Eram eles: Gracilene Firmino, Michel Silva, Raquel Magalhães e Vanessa Santos, citados na matéria “O sonho que tomou forma”, publicada na primeira edição, apresentando o jornal. Fazia parte da dinâmica e da metodologia expor e desenvolver ideias que pudessem ser reunidas por algum

115 Idades que os jovens tinham na época da criação do jornal (2012).

tipo de afinidade entre si e se transformar em projetos para o “território”. Destaco o trecho da matéria que narra a fundação do jornal:

[...] Como surgiu o jornal?

Em 2012, a Rocinha recebeu pela primeira vez um ciclo da Agência de Redes Para Juventude. Este é um projeto que atua em comunidades pacificadas do Rio de Janeiro, com jovens entre 15 e 29 anos. O jovem recebe toda a estrutura para desenvolver suas ideias, desenvolver parcerias e montar seu projeto dentro da comunidade.

Ao final do ciclo, passam por uma banca e concorrem a R\$10 mil em prêmios para investir em sua ideia. Além do apoio financeiro, a Agência em parceria com o Sebrae, oferece a orientação técnica. O patrocínio é da Petrobras.

O *Fala Roça* foi um dos ganhadores do ano de 2012 e está entrando em ação na Rocinha. Ao total são 42 projetos que começaram na Agência e hoje estão em ação nas comunidades (Coluna Baião de Dois. Autora: Michele Silva. Jornal *Fala Roça*, 1 ed. p. 4. Data: 26 de maio de 2013).

Durante esse percurso inicial, duas características me chamaram atenção e podem ajudar a pensar a situação como um todo: o fato de integrantes da Agência de Redes (“tutores”, produtores, coordenadores e consultores), ao prestarem apoio aos projetos, também participarem da fase de elaboração, com sugestões, levando em conta, por exemplo, suas *expertises* nas áreas específicas das propostas apresentadas pelos jovens. Além disso, o caráter de competição (presente, por exemplo, por meio das fases de seleção), entre jovens e seus projetos, também pode ser observado. Acrescento as falas de Michel e Michele, mais abaixo, sobre essa fase.

Minha proximidade com as três jovens que participaram da fase inicial do jornal foi bastante limitada, uma vez que comecei a acompanhar o *Fala Roça* a partir da entrega da terceira edição – quando uma delas, por exemplo, já havia saído da equipe, e as outras duas moças estavam deixando o jornal. Do grupo inicial, apenas Michel permaneceu na equipe durante todo o trajeto do jornal. Michele, sua irmã, foi produtora da Agência de Redes na Rocinha, no período em que o jornal foi criado; portanto, viu o periódico nascer e o incentivou, assim como fez com os outros projetos que estavam se formando, mas não participou das oficinas, pois sua função na Agência era outra. Após a fase de seleção dos projetos do primeiro ciclo, atuou na produção de todos eles e, assim como outros integrantes da ARJ, escreveu textos publicados na primeira edição do *Fala Roça*. Conforme relatou em sua entrevista de história de vida, ela passou a integrar a equipe do jornal, de fato, depois do seu desligamento da Agência, em agosto de 2013.

Ao consultar o expediente do jornal, vê-se a seguinte configuração referente à produção de conteúdo: Michel e Michele participaram de todas as edições; Gracilene Firmino participou

das três primeiras e da oitava (como colaboradora); Fabricio Souza e Raquel Magalhães das quatro primeiras; Beatriz Calado participou da quarta à oitava edição. A partir da sexta edição, novos colaboradores são acrescentados, alguns fixos: Rafael Araújo, na coluna “Lendas da Rocinha”, e o Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, na coluna “Memória”, atuam do 6º ao 8º números; Jorge Kadinho, no 6º e 7º números. A oitava edição contou com a colaboração de onze participantes de duas oficinas de Comunicação Comunitária realizadas pelo *Fala Roça*. Quanto aos motivos do afastamento de integrantes que participaram da fundação do jornal, soube apenas que teriam sido por falta de tempo para se dedicarem à produção das matérias. Transcrevo narrativas de Michele e Michel sobre a época da fundação do jornal:

MICHELE. O Michel [irmão de Michele] se inscreveu [na oficina da Agência de Redes Para Juventude], passou na entrevista e começou. Eu era da produção, não participava de nada; começava a aula, eu saía da sala. [...] Não podia interferir. E o Michel falou: “Não sei direito o que eu vou fazer”; ele já fazia o Viva Rocinha. Eu falei: “A gente sempre quis fazer um jornal, né?”. Aí alguém de lá [da ARJ] falou pra não vincular o Viva Rocinha, que já existia, e fazer uma coisa nova. Tinha a Raquel, que gostava muito de fotografia, e a Vanessa, que também gostava, o Michel e a Gracilene. O projeto dela era de fazer tipo uma central que fosse ajudar as pessoas a se inscrever em editais. Só que não tinha nenhuma outra ideia parecida com a dela e o Michel, desde o dia que entrou, queria o jornal [...]. A ideia passou. Comecei a ajudar mais, porque os projetos podiam ter pessoas – tinham os universitários da Agência, tinham os produtores, tinham várias coisas e a gente podia ajudar (Michele Silva, entrevista de história de vida, em 02/03/2015).

MICHEL. O jornal *Fala Roça* surgiu no final de 2012, durante o ciclo da Agência de Redes para Juventude, aqui na Rocinha; eu já atuava com jornalismo aqui na Rocinha, jornalismo comunitário, só que era na internet. [...] A Agência de Redes chegou com a proposta de dar R\$10 mil para as melhores ideias de projetos. Aí vi que, na Rocinha, muita gente não usava internet e tive a ideia de criar um jornal impresso. Entrei pra Agência de Redes, conheci outros jovens, só que cada um tinha uma ideia. Minha ideia era um jornal, o outro gostava de fotografia, outro gostava de escrever, cada um tinha uma ideia. Eu contei a minha pra eles, gostaram e a gente formou um grupo na Agência (Michel Silva, entrevista em 17/07/2015).

Nessa fala, Michele chama atenção para a existência do portal Viva Rocinha, voltado para informações sobre a Rocinha na internet, em que ela e o irmão já atuavam antes e durante a época da oficina da Agência de Redes na favela. Composto por um *site* e páginas nas redes sociais Facebook e Twitter, o portal foi criado por Michel, no fim de 2011, e logo passou a ter também a participação de Michele na produção de conteúdo. Iniciada na época da entrada da UPP na Rocinha, essa mídia foi a primeira iniciativa voltada exclusivamente para informação em que ambos participaram. Ganhou visibilidade e quantidade razoável de seguidores em pouco tempo; o reconhecimento veio também por meio de um prêmio da Fundação Natura. A chegada de uma organização voltada para realizar projetos de jovens na Rocinha, naquele momento, adquiriu um sentido de oportunidade de dar prosseguimento ao caminho, já experimentado por

ambos, da produção de informação na favela. A possibilidade ensejada pela concorrência aos recursos oferecidos pela Agência poderia viabilizar o investimento em um meio impresso. Como ressalta Michele: “A gente sempre quis fazer um jornal”, e Michel acrescenta que suas andanças pela Rocinha, intensificadas pela atuação no Viva Rocinha, fizeram notar que “muita gente não usava internet”.

Outro ponto mencionado nas falas foi a existência de interesses diversificados entre os jovens que formaram o grupo que viria a se transformar na equipe do jornal. Era preciso chegar a um consenso para que alguma das ideias “postas na roda” – ou a sua mistura – pudesse se concretizar. Nesse momento, parece ter feito diferença o fato de já existir o desejo mais específico de criar um jornal, por parte de Michel, e, na negociação final, foi o que prevaleceu. Após essa definição, Michele esclarece que “os projetos podiam ter pessoas”, após terem passado pela banca de seleção, para ajudar e contribuir com opiniões, como a de “não vincular o Viva Rocinha, que já existia, e fazer uma coisa nova”, no que diz respeito à mídia que seria criada.

De acordo com a descrição atual na página da ARJ na internet: “Em ação desde 2011, a Agência de Redes para Juventude é uma metodologia que potencializa jovens com idade entre 15 e 29 anos, moradores de favelas e periferias, a transformarem ideias em projetos de intervenção em seus territórios”¹¹⁶. Ainda segundo essa apresentação pública, há ênfase sobre as capacidades que busca desenvolver junto aos jovens e o reconhecimento de suas potencialidades. Por outro lado, informações sobre a natureza institucional dessa iniciativa carecem de maior precisão no seu *site*; que se expressam por meio de logomarcas (no fim da aba ‘Quem somos’) e também pela afirmação de se tratar de uma “metodologia”, mas não de um “projeto social” ou “curso de capacitação profissional”. Abaixo, segue o trecho em que são feitas essas afirmações, que suscitaram dúvidas no âmbito deste estudo e não puderam ser sanadas¹¹⁷. De qualquer forma, um dos editoriais – “Geração Agência” – publicados na primeira edição do *Fala Roça* (em 2013) traz elementos que esclarecem, um pouco mais, sobre essas questões. Irei me referir ao editorial no capítulo a seguir (ao tratar da primeira edição do FR).

[...] a Agência não é um projeto social nem é um curso de capacitação profissional. É a possibilidade de criação de um novo espaço-tempo para os jovens que vivem em comunidades populares do Rio de Janeiro. É o estímulo para a invenção de um novo

116 Maiores detalhes sobre a metodologia desenvolvida pela Agência de Redes Para a Juventude estão disponíveis em: <http://agenciarj.org/a-agencia/>.

117 Realizei cinco tentativas de entrevistas com a equipe da Agência de Redes para Juventude para esta pesquisa, mas não tive sucesso. Em setembro e outubro de 2018, fiz contatos para marcar uma entrevista com uma pessoa integrante da sua coordenação, mas houve três adiamentos e duas vezes fui aos locais, nos horários marcados, mas houve contratempos e a pessoa não compareceu.

lugar na cidade, onde estes jovens sejam potentes, e não só representados como carentes. Onde eles sejam reconhecidos como sujeitos criadores, não só como objetos de ação social (Disponível em: <http://agenciarj.org/a-agencia/>. Acesso em: 05 mar. 2020).

Ao todo, três projetos foram contemplados no primeiro ciclo da ARJ na Rocinha: além do *Fala Roça*, o *Rociclagem* (de reciclagem a partir de garrafas *pet*) e o *Teatrar* (voltado para oficinas de teatro). Os dois últimos não prosseguiram por razões contextuais que acabaram desmobilizando suas equipes. Para além dessas circunstâncias específicas¹¹⁸, outro aspecto foi considerado relevante por um dos integrantes da Agência de Redes para o término dessas iniciativas: os participantes eram muito jovens e acumulavam muitas responsabilidades. O *Fala Roça*, embora submetido às mesmas condições, foi adiante – até o lançamento da oitava edição impressa e, depois dessa, prosseguiu no ambiente da comunicação digital; o que instiga pensar em elementos que possam ter contribuído para isso e de que forma foi possível prosseguir. Dedico-me a pensar alguns deles no item ‘Sobre interações e brechas’.

Outro aspecto evidenciado nas falas foi o de que a fase de produção de conteúdo para o *site* e as redes sociais do Viva Rocinha foi identificada por Michel como o seu início no “jornalismo comunitário”: “Entrei no jornalismo comunitário e, na época, eu nem sabia o que era jornalismo comunitário. Isso era uma coisa que fazia porque gostava”. Ainda na adolescência, o seu interesse por “se aventurar” no mundo da criação de narrativas escritas já tinha se manifestado, assim como a vontade de compartilhá-las. A forma inicial encontrada foi usar o espaço do Tumblr, plataforma de *blogs* na internet, criada em 2007. O meio *on-line* já era familiar para Michel e, nesse ambiente, começou a publicar textos e imagens em formato de diário. Batizado de “Vida na favela!”, o Tumblr foi uma experiência curta, de cerca de um mês, mas nela Michel já expunha sua visão sobre assuntos do cotidiano da Rocinha, narrando acontecimentos – alguns deles ligados a situações de violência armada – na primeira pessoa. As postagens foram feitas em setembro de 2011, e sua apresentação nesse espaço era a seguinte: “Meu nome é Michel, tenho 17 anos. Nascido e criado na maior favela da América Latina, a Rocinha. A noção de criar um tumblr foi para expressar as coisas que acontecem no meu dia a dia nessa ‘cidade’ dentro do Rio de Janeiro, rs”. Segundo sua própria percepção, no entanto, foi com o Viva Rocinha que a prática de compartilhar experiências por meio de narrativas *on-line* ganhou mais amplitude.

118 Os motivos que levaram à interrupção destes outros dois projetos também aprovados no ciclo da Agência de Redes para Juventude realizado na Rocinha em 2012 não foram objeto de estudo nesta pesquisa. Embora tenha tomado conhecimento de algumas dificuldades enfrentadas por suas equipes, em conversas informais, seria necessário obter maiores informações junto aos integrantes dessas iniciativas.

Pode-se pensar que esse início, de fato, na atividade de produção de informação na favela tenha vindo também associado à aquisição de um “capital social”. Em alguma medida, esse capital, que pode ser interpretado em termos de ganho de interação (via internet) confiança e credibilidade junto ao meio de convívio, começou a se expressar na forma de reações de moradores na página do Viva Rocinha na rede social Facebook. “Era um sucesso tão grande que, em janeiro de 2012, já tinham 10 mil curtidas na *funpage*; em menos de 2 meses de criação, era muita coisa. O volume de informações que ia e vinha, do morador comigo, era muito grande” – nas palavras de Michel.

A fase de gestação do jornal, de acordo com relatos de alguns participantes, foi um processo coletivo de construção perpassado por discussões, interações e negociações de pontos de vista (como sinalizado anteriormente). Nos momentos seguintes, o veículo também passou por reformulações gráficas, sugerindo haver (re)avaliações frequentes. Dessa forma, nos meses que antecederam ao lançamento, já estava em curso a elaboração de um discurso próprio sobre o lugar de origem e convivência dos realizadores da mídia – fruto de diálogos sobre o que desejavam falar, o que era possível falar e como. Fizeram parte desse contexto as estruturas fornecidas para criação do projeto, a conjuntura local, as forças e redes sociais presentes no entorno, além das subjetividades dos jovens participantes. Retomar brevemente esse período pode auxiliar na compreensão de que diferentes fatores, combinados, contribuíram para feições que o jornal veio a adquirir, para escolhas relativas aos assuntos publicados (ou não), seus enfoques, etc., ou seja, especificidades do contexto se conectaram a particularidades do jornal. Isso não significa dizer ter se tratado de um discurso sempre estático. As interações dessa época da fundação do *Fala Roça* fazem parte da sua trajetória, do contexto em que o veículo surge.

Aqui vale lembrar que estudos contemporâneos acerca de processos comunicacionais e da mídia (ou meios de comunicação), de forma geral, envolvem compreender os seus conteúdos junto às circunstâncias e relações em que foram originados. A coletânea *The anthropology of media*, por exemplo, indica a compreensão da mídia como “um aspecto da vida social contemporânea”, ou seja, como “categoria de pensamento ou comportamento” socialmente construído, inseparável da vida social, cujas práticas são “quadros culturais de referência” (ASKEW; WILK, 2002, p. 10). Ao mesmo tempo, a revisão bibliográfica sobre a Comunicação como objeto de estudo, realizada por Vera Veiga França, aponta a importância de considerar três aspectos metodológicos: as relações entre os interlocutores, a produção de sentidos por meio das práticas discursivas e o contexto de sua produção (FRANÇA, 2001, p. 16). Nesse sentido, acredito ser relevante considerar alguns aspectos relativos ao contexto no período mencionado: 1) o fato de o jornal ter sua origem a partir da reunião de um grupo de jovens

locais por intermédio das atividades de uma ONG, cujos objetivos se voltavam para estimulá-los a desenvolverem projetos para o seu local de moradia; 2) a faixa etária dos participantes, perto dos 20 anos, situava-os no começo de suas trajetórias profissionais; 3) o evento de maiores proporções para os moradores da Rocinha, entre os anos de 2011 e 2012, havia sido a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, com reflexos sobre o cotidiano da favela. Tratarei, a seguir, dos dois primeiros itens, uma vez que o último já foi abordado no capítulo anterior.

3.5 Sobre interações e brechas

Havia uma espécie de *script* a ser seguido, de acordo com o cronograma e a metodologia da Agência de Redes para Juventude, quando suas atividades aportaram pela primeira vez na Rocinha (em 2012) – diga-se de passagem, o mesmo formato adotado também em outras favelas. A partir daí e nos entremeios das atividades a serem seguidas, somaram-se as vivências da conjuntura local, contribuições dos colaboradores que apoiavam as ações programadas, além das vontades dos jovens participantes. Para que fosse possível concretizar o projeto, o grupo deveria chegar a um consenso sobre uma única ideia a ser realizada, ou seja: expectativas e desejos diversificados precisariam ser acomodados em torno de uma só proposta – que veio a se tornar o impresso. Além disso, fazia parte da programação das atividades uma dinâmica de competição entre os projetos criados pelos jovens: somente aqueles aprovados por uma “banca de seleção” poderiam receber o prêmio em recursos financeiros para começar a ser realizado. Diferentes pontos de vista de teorias das Ciências Sociais poderiam ser úteis para ajudar a pensar esse momento. Porém, aciono-os com cautela, uma vez que essa etapa do percurso do jornal ocorreu antes do início da pesquisa que originou o presente trabalho, portanto, os elementos de que disponho para analisá-la são mais limitados. Em razão disso, não me proponho a um maior aprofundamento sobre essa etapa. As fontes empíricas são provenientes de relatos dos integrantes do jornal que participaram das atividades mencionadas e, posteriormente, tornaram-se meus interlocutores de pesquisa, além da consulta a documentos da Agência de Redes sobre a sua metodologia de trabalho.

Pois bem, no campo teórico acerca das interações sociais há a contribuição, por exemplo, de George Herbert Mead, que integrou uma geração de pensadores voltados para refletir sobre a interação em sociedade nas primeiras décadas do século XX (além de ser considerado um dos pioneiros a contribuir para o campo da psicologia). Em linhas gerais, Mead reconhece o grande poder exercido pela sociedade sobre os indivíduos, mas também ressalta que as pessoas não estão inertes a tal poder, pois sua capacidade simbólica lhes permitiria “imaginar outra realidade, outros cenários sociais”, havendo possibilidade de “reagir, individual

ou coletivamente, para fazê-los realidade” (SILVA, 2007, p. 83), ou seja, o “terreno” é o da discussão clássica da sociologia acerca do par indivíduo e sociedade. A posição de Mead aponta para o sentido de não haver prevalência do “condutivismo social” ou da “inteligência reflexiva” individual, mas da existência de algum grau de convivência entre ambos. Essa tradição de pensamento é comum à de outros autores que, posteriormente, passaram a usar a expressão “interacionismo simbólico”. Muitos desses autores, do espectro do mundo ocidental, adotam uma perspectiva mais integradora e menos conflituosa entre essas duas instâncias fundamentais da vida entre os seres humanos. Em tempos mais recentes, outros autores e autoras desenvolveram visões nas quais essa relação entre cada pessoa e o meio social que o cerca é percebida a partir de bases mais conflituosas. O filósofo Michel Foucault, por exemplo, dedicou boa parte de sua produção teórica, a partir dos anos 1960, a refletir sobre mecanismos de atuação do poder nas relações cotidianas (entre outros temas). Portanto, é nesse sentido que irá interpretar também as situações de interação entre indivíduos e deles com o meio social. Essa perspectiva teórica se tornou igualmente importante para pensar o processo de comunicação objeto deste estudo. Retomo essa inspiração no capítulo 7, ao discutir cenários de tensão nos caminhos discursivos do Jornal *Fala Roça*.

Vejamos as interações narradas pelos jovens sobre a época da fundação do jornal e considerações da Agência de Redes sobre as suas atividades. Posteriormente, irei abordar as edições do jornal e também as circunstâncias que ocorreram em tempos correlatos. Informações divulgadas no *site* da ARJ explicam as fases referentes ao trabalho que realizava em uma série de favelas. Em resumo, as ações compreendiam 4 etapas, segundo o texto denominado “Catálogo”, disponível em seu *site*¹¹⁹: A etapa chamada de “Ciclo de estímulos” se tratava, segundo a Agência, do “período em que o jovem, a partir dos dispositivos da metodologia, vai apresentar e desenvolver uma ideia de projeto que possa ter impacto no seu território”.

Um detalhamento maior dessa fase do “Ciclo de estímulos” é trazido em outro trecho do mesmo texto:

Nos “Estúdios”, as ideias são maturadas, confrontadas, compartilhadas, até tornarem-se projetos. Os jovens são encorajados a ampliar e fortalecer suas redes e repertórios de saberes a partir de seu próprio projeto, para isso são realizados encontros com intelectuais e seminários na comunidade com a participação de moradores. A coordenação do programa, os mediadores e os universitários acompanham o desenvolvimento dos bolsistas durante todo o período. A formação contínua da equipe contribui para a fluência das ações propostas.

119 Informações consultadas a partir da página da Agência de Redes para Juventude na internet e do documento “Catálogo”, disponível no mesmo endereço: <http://agenciarij.org>. Acesso em: 21 dez. 2014.

Nesse trecho do documento da Agência de Redes, três aspectos principais são ressaltados: a maturação/confronto/partilha de ideias “até tornarem-se projetos”, o estímulo à ampliação e ao fortalecimento de saberes dos jovens locais e ao acompanhamento do “desenvolvimento dos bolsistas” por mediadores do “programa”. Aqui relembro que não se trata de analisar o programa desenvolvido pela ARJ, diversificado e repleto de características que tendem a reforçar o reconhecimento dos jovens oriundos de favelas e periferias como sujeitos de direitos. Mas apenas de refletir sobre esse momento inicial da trajetória do jornal. Uma particularidade que permeou essa experiência foi o fato de esse programa, entre as suas especificidades, possuir um formato em que apenas um número limitado de propostas formuladas pelos jovens da favela teria chances de se realizar, ou seja, a competição entre os projetos formulados, implicando a eliminação de uns e a aprovação de outros, é incorporada como parte importante das atividades. Sem dúvida, é uma dinâmica presente sob diversas formas na vida cotidiana e que alguns autores entendem como incorporada a uma “estratégia neoliberal”, embora não considerem “estratégia”, nesse sentido, como proveniente da vontade de um indivíduo ou organização isoladamente.

Dardot e Laval a situam, nos termos de Michel Foucault, como “estratégia sem sujeito”, em que primeiro “há as práticas”, que instituem “técnicas de poder” (...) “e são a sua multiplicação e a generalização de todas essas técnicas que impõem pouco a pouco uma dimensão global”. Para os autores, “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos de poder” que compõem esta estratégia dizem respeito à maneira como “a concorrência se constituiu como nova norma mundial a partir de certas relações entre as forças sociais e certas condições econômicas, sem que tenha sido “escolhida” de forma premeditada por um “Estado-maior” qualquer” (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 190). Para nos situarmos em um universo um pouco maior, essa é também uma lógica presente no mecanismo de funcionamento dos editais de incentivo à cultura, talvez a principal forma de acessar recursos nesse setor. Retornando à ARJ, há uma gama complexa de estímulos, inclusive aos projetos não aprovados. Porém, a mesma lógica da seleção de projetos é reproduzida.

Vejamos a seguir outros elementos e pontos de vista, da mesma época, agregados por Michele e Michel, que viriam a se tornar integrantes do *Fala Roça*; ambos presenciaram esse mesmo momento – embora a partir de lugares distintos (na produção da ARJ e como participante da oficina de criação de projetos).

MICHEL. O Jornal *Fala Roça* surgiu no final de 2012, durante o ciclo da Agência de Redes da Juventude, aqui na Rocinha; eu já atuava com jornalismo aqui na Rocinha, jornalismo comunitário, só que era na internet” (Michel, trecho de entrevista. Tema: Jornal *Fala Roça*. Data: 17/07/15).

MICHEL. A Agência de Redes chegou com a proposta de dar 10 mil reais para as melhores ideias de projetos aqui na Rocinha. Aí vi que, na Rocinha, muita gente não usava internet; tive a ideia de criar um jornal impresso. Entrei pra Agência, conheci outros jovens, só que cada um tinha uma ideia. A minha ideia era um jornal, o outro gostava de fotografia, outro gostava de escrever, cada um tinha uma ideia. Eu contei a minha pra eles, gostaram e a gente formou um grupo na Agência (Michel, trecho de entrevista. Tema: *Jornal Fala Roça*. Data: 17/07/15).

MICHELE. Na metodologia da Agência, depois que passa pela 1ª banca [em dezembro], em janeiro começa um outro ciclo que é o de aprofundamento da metodologia. Nisso, a ideia [do projeto] já foi selecionada, só que no fim do aprofundamento tinha uma outra banca, do “selo”. Não quer dizer que você vai ser eliminado. É mais pra dar mais base para o projeto não acabar em 6 meses, porque muito projeto acaba quando acaba o dinheiro. [...] Aí foram aprofundando o projeto mesmo – fazendo orçamento, planejamento de ano etc. e preparando inclusive pra sair em maio [a primeira edição do jornal]. Quando o Michel entrou na Agência, ele já tinha noção do que queria fazer, então essa ideia já estava sendo amadurecida há alguns meses (Michele, trecho de entrevista. Tema: revisão da entrevista de história de vida. Data: 09/04/19).

Aqui aparece a questão da competição, na lembrança de Michele sobre o momento de aprofundamento, no qual os projetos recebem orientações e não correm mais risco de ser “eliminados”. É um tema tratado apenas como um aspecto que faz parte do formato da atividade oferecida aos jovens.

A questão da interação entre as ideias dos participantes da oficina está presente nas leituras dos dois jovens sobre a mesma época. Ambos ressaltam a existência prévia de interesse em torno de uma proposta de jornalismo local por parte de Michel, que já atuava nessa atividade na favela, assim como Michele. Na ocasião, os irmãos produziam conteúdo para o portal Viva Rocinha, criado em 2011, e, por sua vez, Michele já havia tido, anteriormente, experiência de participação em uma rádio comunitária na Rocinha. É provável que os participantes do grupo tenham argumentado em favor de suas ideias, mas a adesão maior, no final, foi em torno da proposta do jornal, conforme observa Michel. Com os elementos que disponho para analisar essa etapa, acredito ser possível ter ocorrido algum tipo de cálculo, pelo grupo, que levasse em conta as chances de cada proposta se realizar e seguir adiante. Nesse sentido, a experiência prévia na ação proposta seria um ponto de vantagem. Outro ponto a favor seria a possibilidade de um veículo de mídia ter condições de contemplar também alguns dos interesses mencionados nas falas – fotografia, escrita, etc. Sendo assim, percebe-se que, nesse período, além dos desejos, as histórias de vida dos jovens desse grupo também entraram em contato e interagiram. Ao mesmo tempo, todos os jovens tinham em comum o lugar de moradia e os laços de pertencimento à Rocinha, mais evidentemente expressos na vontade de criar um projeto para a sua favela.

A aprovação do projeto do *Fala Roça* no processo de seleção da ARJ permitiu o acesso a recursos materiais para iniciar a sua prática. Era preciso também ter “mais base”, conforme a fala de Michele, para que não terminasse em poucos meses. Dessa forma, seguiu-se a etapa de “aprofundamento da metodologia”, em que se avolumavam outras tarefas. Foram feitos os planejamentos e contratados os serviços necessários à produção e impressão das primeiras edições. Por opção própria, os comunicadores não incluíram a remuneração da sua própria mão de obra – todos atuavam de forma voluntária para produzir conteúdo e dar conta das tarefas de administração do veículo. A principal razão mencionada por eles foi de que seria uma forma de dar uma sobrevida maior ao jornal. Ao longo do tempo, os jovens foram lidando com a lógica de incertezas na sustentabilidade do veículo. No capítulo referente ao discurso do jornal, trato de questões relacionadas à sobrevivência material do veículo, mais especificamente. Por ora, chamo atenção para a necessidade que se configurou de captar e administrar recursos, que passou a ser constante. Passei a acompanhar essa dinâmica a partir da distribuição da terceira edição do jornal, funcionava mais ou menos assim: enquanto distribuía uma edição, já estavam “de olho” em editais – provenientes de políticas públicas de governo ou de organizações privadas e/ou sem fins lucrativos, voltados para iniciativas de comunicação e cultura – por meio dos quais poderiam concorrer a financiamentos; faziam inscrições em novos processos seletivos, providenciavam a redação de projetos, o preenchimento de formulários e a prestação de contas dos recursos já utilizados. Cada passo dado nesse sentido significava a necessidade de os comunicadores realizarem reuniões para tomar decisões em conjunto, reavaliar o montante de tarefas demandadas, as disponibilidades de todos e a (re)distribuição de funções. O tempo para realização do jornal foi consumindo, cada vez mais, espaço em suas vidas. Essas e outras condições objetivas influenciaram no ritmo da periodicidade do jornal. No expediente dos números 6, 7 e 8 (de agosto e dezembro de 2015 e agosto de 2016, respectivamente), constava a intenção de “periodicidade bimestral”. Mas as realidades às quais estavam submetidos – incluindo a necessidade de se dedicarem simultaneamente a trabalhos remunerados, estudos e estágios – levaram a uma média de produção de dois jornais por ano, à exceção de 2015, quando foram lançadas 3 edições.

Se, nos tempos de circulação do Jornal *Tagarela* pela Rocinha, nos anos 1970/1980, a operação para botar os exemplares mimeografados “na rua” não era tão custosa (mas não menos trabalhosa), o *Fala Roça* demandou outro tipo de estrutura – assim como outros impressos produzidos na favela já por volta dos anos 1990. A produção de um jornal, no formato

tabloide¹²⁰, como era o caso, demandou certas condições: no mínimo, era preciso ter mão de obra especializada em diagramação (ou *design* gráfico) desse tipo de veículo editorial, mão de obra relativa à produção do conteúdo (dos repórteres, de texto e fotografia, ao editor, passando pelas funções administrativas), além da contratação dos serviços de gráfica para impressão. Mesmo sendo o tabloide um formato menor (portanto com custos mais baixos) em relação ao *standard*, característico dos veículos da imprensa escrita chamada de *mainstream*, tradicional etc, trata-se de uma operação que demanda mais especialização do que os veículos impressos de outrora, que eram bem artesanais. Nas favelas do Rio de Janeiro, o tabloide passou a ser mais adotado, possivelmente, a partir da década de 1990 e início dos anos 2000, conforme apontam alguns indícios¹²¹. Com essas circunstâncias em mente, irei me deter sobre o conteúdo do periódico.

120 Para mais informações acerca do formato tabloide e do conceito de “tabloidização”, na imprensa, no contexto internacional e no Brasil, ver CHAGAS, 2016.

121 No estudo realizado por Marco Morel sobre jornalismo em favelas do Rio de Janeiro, são examinados oito jornais que circularam, entre 1977 e 1985, em favelas da zona sul da cidade, ainda usando o suporte artesanal do papel mimeografado (MOREL, 1985). Estudos sobre jornais impressos procedentes de favelas do Rio, publicados a partir dos anos 2000, já em formato tabloide, aparecem em um levantamento bibliográfico inicial, feito para o projeto de pesquisa desta tese, abrangendo trabalhos de pós-graduação a respeito dos temas comunicação comunitária, popular e alternativa em cursos de Comunicação, Ciências Sociais e História de três universidades públicas presentes no Rio de Janeiro – UFRJ, UERJ e UFF –, além de um estabelecimento de ensino privado (Fundação Getúlio Vargas). Ver Anexo B.

4 NAS PÁGINAS DO *FALA ROÇA*: “UM JORNAL ARRETADO”

Fotografia 4 - Cena da distribuição do jornal *Fala Roça*



“Não sei porque, mas gosto muito, é o que eu estava falando, em relação à pessoa dar a chance de gostar ou não daquilo ali e não simplesmente rejeitar. Essa foto é na Rua 4, bem embaixo na favela. E a maior parte das pessoas que aparece com o olho na leitura é gente mais velha: não costuma ser muito jovem adolescente ou jovem adulto. E não muito idoso, mais de meia idade. (...). Michele Silva (fotoentrevista)

Já vi em vários lugares, mas não tinha concretizado isso na minha cabeça; agora, vendo fotos de dias diferentes, em sequência, dá pra ter essa noção. Já tinha noção de que nosso público é de pessoas mais velhas (o público do impresso); mas não tinha como provar isso ou ter pelo menos um indício.” Michele Silva (fotoentrevista)

“A gente tem duas vertentes: o jornal impresso, pra um público que quase não tem acesso à internet – se tem, também gosta de ler. Essas pessoas podem estar na internet sim, mas têm muito mais familiaridade ler um jornal impresso do que navegando. Tem um público mais jovem que lê *online*, então a gente disponibiliza *online*.” Beatriz Calado (fotoentrevista)

Legenda: Distribuição da 7ª edição do Jornal *Fala Roça*, na Rua 1, localidade na parte alta da Rocinha. Data: 12/12/2015. Fonte: a autora, 2015.

O Jornal *Fala Roça* faz parte de um conjunto de elementos e práticas culturais que compõem uma realidade relativa à experiência de produção de informações em um determinado contexto de espaço-tempo, envolvendo diferentes atores sociais, suas subjetividades e redes de relações. Conhecer as especificidades da vivência desse jornal é fundamental para apreender a trajetória, o discurso e (por que não?) o ‘espírito’ dessa mídia, que remete aos próprios modos de vida da Rocinha. Por um lado, a meu ver, conecta-se com a história da favela, suas tradições, memórias de ações coletivas e estratégias de sobrevivência; por outro, é expressão da produção

de informação na favela no momento contemporâneo, diferenciada, com suas novidades e desafios que dizem respeito ao contexto sociocultural vivido na Rocinha de “hoje”. Neste capítulo, concentro-me no momento contemporâneo. Analiso o conteúdo do suporte impresso do *Fala Roça*, incluindo o conjunto das capas do jornal e elementos da parte interna do jornal. Abordo, portanto, elementos da linguagem informativa que estruturam o seu discurso – desde a forma como o jornal apresenta a si próprio e os seus objetivos (autorrepresentações), passando pelo título, linha editorial e editoriais, até sua divisão interna em editorias, colunas e demais sessões –, de modo a apresentar uma visão mais abrangente para melhor apreendê-lo. Nesse sentido, elaborei balanços dos assuntos presentes na parte interna do impresso e busquei perceber como se apresentavam a linha editorial, editoriais, alguns textos e seções. No que se refere ao conjunto de assuntos tratados como um todo, busco perceber quais representações se tornaram predominantes tanto nas primeiras páginas quanto na parte interna do periódico. Assim, pude notar uma diferença entre as representações mais frequentes nas capas e as das páginas internas do jornal. Enquanto as capas abordaram, nas oito edições publicadas entre 2013 e 2016, principalmente assuntos relativos ao conjunto de moradores da Rocinha ou à coletividade da favela, tratando, sobretudo, de “problemas sociais” (conforme palavras de um dos comunicadores do jornal), os assuntos predominantes no conjunto das matérias internas diziam respeito a histórias individuais de moradores e, especialmente, histórias cujo desfecho era considerado bem-sucedido.

No capítulo seguinte (5), detenho-me nas reportagens que foram destaque nas capas das oito edições lançadas, onde aciono mais intensamente um diálogo com outros jornais impressos da Rocinha anteriores ao *Fala Roça*; são eles, principalmente, o *Tagarela* (1976 a 1981, aproximadamente) e *Rocinha Notícias* (2001 a 2011, em formato impresso). Aí se sobressai a dimensão desses textos escritos (e *corpus* documentais) como parte da memória local, de estratégias de sobrevivência e também de lutas por melhorias na favela. Cada um desses meios de comunicação desenvolveu sua maneira própria de atuação no espaço público, marcas identitárias singulares e interações que dizem respeito a contextos temporais específicos.

4.1 Por dentro do jornal impresso

Durante os meses iniciais de 2013, foram definidas as principais características do formato impresso do *Fala Roça* e produzido o conteúdo da primeira edição. Vale lembrar que forma e conteúdo são dimensões inseparáveis em veículos jornalísticos (notadamente nos

impressos), assim como em outros meios editoriais¹²². Em 26 de maio do mesmo ano, o jornal estava “na rua”, com festa de lançamento na Biblioteca Parque da Rocinha: a fase de elaboração do periódico finalmente se materializava no seu primeiro número, com suas especificidades. A primeira edição trazia oito páginas, oito seções internas (incluindo dois editoriais) e quatro colunas¹²³. Durante o ‘tempo do jornal’ (da primeira à última edição, em 2016), o número de páginas se manteve fixo, a tiragem era de 5 mil exemplares e os seus espaços eram praticamente todos dedicados à favela da Rocinha. Se considerarmos a população da favela em torno de cem mil moradores (conforme o Censo PAC-Domiciliar da Rocinha, de 2009), teremos uma proporção aproximada de um exemplar para cada 20 pessoas da favela. De maio de 2013 a agosto de 2016, foram lançadas 8 edições – duas em 2013, duas em 2014, três em 2015 e uma em 2016. As matérias eram, em geral, assinadas, preservando as individualidades dos comunicadores por meio das autorias. Ao mesmo tempo, as fotografias passaram a ter maior destaque, padronização quanto aos créditos e à qualidade da sua produção, a partir do número quatro e principalmente do quinto.

Quanto à diagramação, houve reformulações, maiores ou menores) na maior parte das edições – acréscimo ou supressão de seções, editoriais e colunas, mudanças de nomes de editoriais; colunas se tornaram editoriais, seções mudaram de lugar, etc. Essas características podem refletir alguns fatores. Entre eles, as experimentações relativas ao início da experiência de produção de um jornal impresso, junto a aprendizados, por parte da equipe, sobre elementos gráficos que podiam chamar mais atenção dos moradores no dia a dia da favela. Ao mesmo tempo, também havia limites relativos a diferentes dificuldades enfrentadas para manter o veículo – desde operacionais (relativas ao tempo demandado pelas suas atividades), financeiras e, ainda, relativas a contextos de conflitos armados na favela ocorridos durante a trajetória do FR, ou seja, o jornal era “forjado nas práticas sociais”, conforme já situava Marco Morel em relação à “imprensa de favelas” das décadas de 1970 e 1980 (MOREL, 1985, p. 124). Ao longo dos três anos e três meses de existência do tabloide, houve uma dinâmica frequente de (re)avaliação em relação à atuação do jornal e à produção de informação sobre o cotidiano da Rocinha, muitas vezes, ocasionada por situações contextuais que levavam a equipe a refletir

122 Sobre a estreita relação entre a programação visual e o conteúdo do jornal impresso, Juarez Bahia esclarece a função da diagramação, que abrange tudo que se insere na proposta visual do veículo. Trata-se do modo de “arranjar textos e ilustrações na página” ou “recursos artísticos e técnicos usados para dar peso gráfico à comunicação do veículo”. Em resumo, “é o *design* [...] que se destina a afetar e sensibilizar”.

123 As classificações referentes às seções internas do Jornal *Fala Roça* (editoriais, colunas, etc.) foram elaboradas no âmbito desta pesquisa.

sobre os rumos da publicação. Em última instância, situações como essas levaram à interrupção da circulação do *Fala Roça* impresso, em agosto de 2016.

4.1.1 Linha editorial e objetivos

Falaram que tinha que ter algo novo – novo, criativo e original. Aí fiquei triste, né? Mas começamos a estudar a história da Rocinha – como surgiu, qual contexto histórico e tal. E constatamos que, na Rocinha, tinha uma grande quantidade de nordestinos; o Nordeste estava muito ligado, tinha uma raiz muito forte. E tivemos a ideia de criar um jornal dedicado à cultura nordestina na Rocinha (Michel. Entrevista. Tema: Jornal *Fala Roça*. Data: 17/07/15).

Ainda na fase de elaboração do projeto do jornal, foi escolhida uma linha editorial para o veículo. Conforme as lembranças de Michel, inicialmente, ele tinha expectativa de que o meio de informação gestado na oficina da Agência de Redes para Juventude pudesse, de alguma forma, conectar-se com experiências de mídia em que já participava na favela (em especial, o portal Viva Rocinha). Porém, durante o processo de criação do *Fala Roça*, o grupo foi aconselhado a criar um jornal “novo, criativo e original”. Conforme relatos de Michele e Michel¹²⁴, estimulados pela ideia de fazer um veículo “diferente” dos outros, os jovens foram pesquisar características sobre a favela na internet e encontraram informações apontando a presença significativa de nordestinos na Rocinha. Aparentemente, houve frustração pela impossibilidade de dar continuidade a um meio de comunicação já existente, onde já haviam conquistado interações consideráveis com os moradores; ao mesmo tempo, houve uma ‘descoberta’ ou maior consciência sobre as características regionais das raízes locais que, até então, passavam um tanto despercebidas (no caso desses jovens).

Depois de tudo [de os projetos passarem na fase de seleção], tem a banca de avaliação, pra ver se o projeto está dentro, dá “caldo” ou não. Ai, [perguntaram] pro Michel: “Você vai fazer um jornal. Jornal tem um monte, qual a diferença do seu jornal pros outros?”. Michel falou: “Pô, não sei”. Eu falei: “Entra na internet, vai procurar as características da Rocinha que você não conhece e tal”. Não lembro mais como foi, só sei que a gente, numa pesquisa, achou esses dados do Censo dizendo que mais da metade das pessoas [residentes na Rocinha] era de origem nordestina. E falei: “Isso é irado, porque não tem ninguém que faz, é uma característica que pode explorar”; ele disse: “É ...” (Michele, trecho de entrevista. Tema: história de vida. Data: 02/03/2015).

A gente pensou assim: “Tá, valeu, fazer um jornal do Nordeste, mas o que a gente sabe sobre o Nordeste? Ah, meu pai é isso, o meu é aquilo, minha mãe é aquilo. Então a gente tá em casa, dá pra estudar com o que a gente tem aqui, pelo menos do começo”. Tudo que tem na primeira edição é relacionado à nossa família. E tudo da festa de lançamento também (Michele, trecho de entrevista. Tema: história de vida. Data: 02/03/2015).

124 Relatos referentes às entrevistas de história de vida de Michele Silva e Michel Silva.

Os assuntos referentes à temática nordestina, de fato, tiveram presença significativa no impresso – conforme mostra o quadro, na parte final deste capítulo, referente ao conteúdo das páginas internas. Uma classificação de assuntos abordados no *Fala Roça* foi elaborada para esta pesquisa¹²⁵, com intuito de verificar temas que ganharam mais ou menos espaço na publicação. Nesse sentido, no que diz respeito ao conteúdo das páginas internas do jornal, a quantidade de matérias relacionadas ao Nordeste foi significativa (19), ocupando o segundo lugar entre as mais frequentes – atrás somente dos textos que abordavam histórias de moradores (que também abarcavam nordestinos). Embora tenham sido frequentes nas páginas internas do veículo, os temas explicitamente ligados à “cultura nordestina”, conforme denominada a linha editorial do jornal, não tiveram lugar em nenhuma das manchetes de capa. Nelas foram estampados principalmente assuntos ligados a uma visão de conjunto de características da infraestrutura urbana da favela, evidenciando a insuficiência ou deficiência crônica dos serviços públicos prestados à população ou simplesmente “problemas sociais”, conforme resumiu um dos comunicadores. Esses temas, mais frequentes, abrangeram: transporte, segurança, lixo (com enfoque nos reflexos para a saúde) e “supervalorização” imobiliária (refletida na explosão do custo de vida local). Outros assuntos pontuais foram: as origens históricas da favela, a história de jovens “empreendedores” considerados bem-sucedidos e as Olimpíadas de 2016 (seus impactos do ponto de vista dos moradores) As tabelas referentes aos assuntos publicados no interior e nas capas do jornal seguem no final deste capítulo (item ‘Representações’)

Michel: O jornal tinha [um objetivo] e até hoje tem, que é contar a história de nordestinos, contar a história de pessoas do Nordeste que moram na Rocinha, de projetos sociais; é como se fosse jornalismo cultural mesmo.

Cristina: O que é jornalismo cultural pra você?

Pra mim, é falar de arte, lazer, música, pessoas. Então [o jornal] mistura um pouco de jornalismo cultural com problemas da comunidade. A gente não pode negligenciar que existe um problema ocorrendo ali e os moradores dão essas sugestões de conteúdo. Se a gente não colocar, perdemos credibilidade, representatividade (Michel. Entrevista em 17/07/2015. Tema: Jornal *Fala Roça*).

Nas falas de Michel localizadas acima, ele expressa o seu entendimento sobre os objetivos do jornal vinculados à linha editorial da fase inicial do jornal focada num universo de temas que remetiam à região do Nordeste. Agrega, ainda, o seu entendimento de esta prática se tratar de “jornalismo cultural”, o qual naquele contexto não se dissociava de falar dos

125 É importante ressaltar o fato de meus interlocutores terem sido sempre muito receptivos às minhas solicitações e propostas de participação nesta pesquisa, o que não me impedia de perceber o quão ocupadas eram suas rotinas de vida. Esse foi um dos poucos motivos que fez com que, em alguns momentos, não solicitasse a sua colaboração. A elaboração das classificações referentes ao conteúdo do jornal foi um deles.

“problemas da comunidade” – que, como vimos anteriormente, constituíam os principais temas abordados nas capas do jornal.

4.1.2 Autorrepresentações (“quem somos”, título, editoriais)

Novamente, recorro ao estudo do jornalista e historiador Marco Morel sobre jornais de favelas do Rio de Janeiro. Morel considera a expressão “jornalismo popular” adequada para falar desse tipo de imprensa, com base na análise dos casos de oito jornais produzidos em favelas da zona sul da cidade, na década de 1980 – incluindo o Jornal *Tagarela*, da Rocinha¹²⁶. Conforme Morel, essa expressão toma como base “o lugar social do veículo ou das relações sociais que ele envolve” e designa o jornalismo feito “por e para as classes trabalhadoras, numa ligação orgânica com os respectivos movimentos sociais”¹²⁷ (MOREL, 1986, p. 120). Quase 35 anos depois, é interessante notar pontos de contato e de distanciamento entre essas concepções e a forma como um dos jornais contemporâneos da Rocinha, no caso o *Fala Roça*, define a si próprio, suas propostas e constrói suas autorrepresentações. Desde já, é importante ressaltar que a visão do estudo de Morel é uma representação sobre jornalismo nas favelas da zona sul carioca (formada a partir do material empírico coletado dos jornais); já os dados aqui apresentados dizem respeito às mencionadas construções identitárias e de pertencimentos do próprio FR. Não há intenção de “encaixar” o *Fala Roça* em algum tipo de categoria, como “jornalismo popular”, mas perceber no que consistia essa concepção, eventuais afastamentos e aproximações em relação ao caso aqui estudado, considerando os diferentes momentos históricos, junto à singularidade da pesquisa mencionada.

De início, notei uma aproximação referente ao “lugar social do veículo”, uma vez que o pertencimento à favela é uma das principais características de autorreconhecimento usada amplamente por diversos realizadores de comunicação de favelas do Rio de Janeiro. Falar por si, com a sua própria voz, narrar a favela a partir “de dentro” da própria favela, do ponto de vista do morador, ou ainda, “nós por nós” são expressões que remetem ao lugar de quem fala ou “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), termo que, na contemporaneidade, ganhou centralidade

126 O estudo “Jornalismo popular nas favelas cariocas”, de Marco Morel, trata-se de um dos raros existentes com relação a jornais impressos produzidos em favelas do Rio de Janeiro. A sua importância é descrita por Claudia Santiago Giannotti, coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) (<https://nucleopiratininga.org.br/about/npc-quem-somos/>): “Assim surgiu o *importante Jornalismo Popular nas Favelas Cariocas* (Rio Arte, 1986), fundamental para quem deseja conhecer melhor essa história. Ele conta que a pesquisa foi feita nas favelas da zona sul que produziam seus próprios jornais impressos” (GIANNOTTI, 2016).

127 Outros exemplos de jornais incluídos nesta definição de “jornalismo popular” proposta por Marco Morel são os jornais de sindicatos e de camponeses, ligados diretamente a movimentos que os representavam (MOREL, 1986).

nos discursos de apresentação de mídias de favelas – como no caso do Jornal *Fala Roça* – e também de uma pluralidade de movimentos sociais em lutas diversas no campo dos Direitos Humanos e de cidadania. Djamilia Ribeiro, com base na epistemologia do pensamento feminista negro, entende lugar de fala como lugar social, ou as condições sociais às quais grupos, coletividades, populações estão (historicamente) submetidos e, portanto, não diz respeito a um plano individual. Diferentes condições sociais de vida e existência, mais ou menos privilegiadas, irão proporcionar diferentes formas de experimentar e ver o mundo, o que não significa que apenas indivíduos de dentro do próprio “lugar” possam falar de temas relacionados a ele.

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Por outro lado, há relações de poder que conferem maior legitimidade a discursos de grupos privilegiados ou, no que diz respeito à produção dos saberes, “[...] quem possui o privilégio social, possui o privilégio do epistêmico [...]” (RIBEIRO, 2017, p. 24-25). É nesse sentido que afirmar o lugar de fala do morador na mídia de favela é também disputar o poder de criar as próprias representações de si, bem como o direito a ser escutado. Tais representações são acionadas lançando mão da adesão a determinadas causas e pertencimentos identitários e à diferenciação ou oposição em relação a outros.

Busquei perceber as dimensões dos pertencimentos identitários acionadas pelo grupo do *Fala Roça* em textos de apresentação da mídia (editoriais e matérias do impresso, além da seção “quem somos” em redes sociais e página *on-line*), em falas dos comunicadores e por meio do trabalho de campo da pesquisa. Com base nessa consulta, notei elementos de pertencimento identitário e diferenciação no plano simbólico – a partir da adesão ou oposição a narrativas, causas etc – que se mantinham ao longo do tempo. Além disso, notei também abertura para mudanças, incorporação de novos elementos e experimentações às apresentações do jornal, na medida em que os jovens também incorporavam aprendizados diversos e constituíam seus saberes. Estudos contemporâneos sobre pertencimentos identitários ressaltam as construções de identidades e diferenças como processos indissociáveis, não cristalizados e não essencializados, como é o caso do campo dos estudos culturais e dos pós-estruturalistas. Nesse sentido, Tomaz Tadeu da Silva resume: “identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência” (TADEU DA SILVA, 2000). Por sua vez, Michael Pollack, entende a construção identitária do

ponto de vista coletivo, chamando atenção para o fato de tal construção ser realizada em um processo de permanente negociação com a alteridade. Ambas perspectivas dialogam com o estudo de caso da presente pesquisa. Assim, busquei pensar sobre formas de apresentação do jornal *Fala Roça* sobre si acionando, por um lado, a ideia da produção de identidade como uma questão de performatividade, conforme propõe a filósofa Judith Butler e, por outro, aproximando-me da concepção de identidade social utilizada por Pollack (1992).

Nesse sentido, as apresentações do *Fala Roça* passaram por algumas alterações ao longo do tempo, como veremos, além de haver também relações de diferenciação e adesão que não mudaram ao longo do seu percurso. Um elemento de diferenciação em relação a outros veículos de mídia se manteve desde o início nas apresentações do jornal: o pertencimento ao lugar de quem produz as narrativas – a favela. Já em termos de mudanças, houve acréscimos, como o que diz respeito às novas gerações nascidas em favelas e as diferenças de expectativas de trabalho em relação ao tempo dos seus pais. Antes de abordar essas formas de identificação propriamente ditas, são úteis considerações a respeito do tema da autorrepresentação.

No contexto do uso de linguagens de comunicação e arte por moradores de favelas, Fabiene Gama, pesquisou sobre dinâmicas em torno de formas de expressão criadas por grupos que utilizavam principalmente a fotografia. Seu trabalho investigou duas agências de fotografia em lugares distintos – uma situada no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, e a outra em Bangladesh. Em comum, os grupos que formaram a *Imagens do Povo* e a *Drik Picture Library* possuíam o incômodo trazido pelas imagens produzidas por profissionais da imprensa que não viviam em seus territórios e tendiam a representar esses lugares de forma (que os grupos consideravam) pejorativa. A partir daí, criaram iniciativas propondo, nas palavras de Gama, “a elaboração de imagens endógenas” ou “autorrepresentações”, que produzissem representações mais ‘profundas’, ou ‘mais verdadeiras’ dos ‘seus’” (GAMA, 2012, p. 2-4). Outro elemento observado nos dois casos foi o fato de essas representações suscitarem visões homogeneizantes em relação aos grupos aos quais se contrapunham e aos próprios grupos retratados. Em sua pesquisa, a análise se concentrou nas imagens produzidas por fotógrafos sobre o ambiente onde viviam. Já no presente estudo, a análise de conteúdo se concentra na versão impressa do *Fala Roça*, ou seja, uma forma de comunicação predominantemente letrada, na qual a escrita se insere como linguagem principal (embora fotografias estejam presentes no impresso e em suas plataformas de mídia digital, além de haver a intenção de uso crescente do audiovisual). Registre-se também a existência de elementos gráficos na diagramação do jornal e de infográficos para apresentar informações, combinando texto e imagem (elementos visuais

também são levados em conta nestas análises, porém, um aprofundamento maior demandaria esforços futuros de pesquisa).

Início por marcadores de identidade e diferença presentes na forma como o *Fala Roça* se define em alguns espaços de apresentação do veículo, em seguida, abordo algumas ausências percebidas nas formas de autorrepresentação do jornal. Quanto à forma de denominar o meio de informação em si, pelo que foi possível notar, não houve muitas variações nas suas auto classificações – apenas “jornal” ou “jornal impresso” eram as principais; houve também menções a “projeto”, no início da sua trajetória e, em tempos mais recentes, usam a expressão “ferramenta colaborativa” para se definirem. No caso de veículos jornalísticos, elementos de apresentação da mídia, em geral, são explicitados em espaços tradicionalmente destinados à exposição de opinião, como os editoriais¹²⁸; mas outros lugares, como matérias, imagens e colunas, também indicam posicionamentos, ideologias, pertencimentos identitários etc. Os espaços consultados foram editoriais, matérias e apresentações da mídia na sessão “quem somos” em suas páginas na internet. Atentei também para mudanças que ocorriam nessas formas de apresentação.

Na edição de estreia do jornal, a organização dos espaços de apresentação de propostas e dos responsáveis pela mídia nos informam sobre algumas características e relações nesse período inicial da mídia. Dois textos trazem o título de “editorial”, escritos respectivamente na segunda e na última páginas: o primeiro assinado por uma pessoa que ocupa o cargo de “editor-chefe” e o segundo por um “coordenador” da Agência de Redes para Juventude. Ou seja, ambos não escritos pelos jovens moradores da Rocinha que participaram da elaboração do projeto do jornal. Enquanto o primeiro traz uma visão distanciada da vida local, o segundo tem um formato aproximado ao chamado “institucional”, apresentando principalmente a ARJ. Portanto, noto que os editoriais – principais espaços de opinião/apresentação do jornal – deste número não foram destinados à fala dos jovens da favela, fundadores do veículo. No que se refere à apresentação dos jovens da favela integrantes do grupo que formou o jornal e aos seus objetivos, interessa olhar para outro texto, publicado na página 4 dessa mesma edição impressa, onde estão presentes elementos que indicam pertencimento à Rocinha, dentre outros aspectos identitários. Assim, suas falas e rostos (por meio de duas fotografias) se fizeram representar no texto intitulado “O sonho que tomou forma” (já mencionado no capítulo 4 da tese), cuja introdução o situa como inserido na coluna “Baião de Dois”, conforme trecho reproduzido

128 Segundo Ana Arruda Callado (jornalista e professora de jornalismo desde a década de 1970), “o editorial é o artigo não assinado que transmite a opinião da empresa jornalística como um todo e não de algum redator ou colaborador em particular” (CALDAS, 2002, p. 53).

abaixo. Nesta narrativa, a autora, Michele Silva, nascida e criada na Rocinha, apresenta a mídia – seus realizadores, objetivos, a quem se destina e o tipo de comunicação que pretende realizar.

Os idealizadores deste projeto criaram a coluna Baião de Dois com o propósito de esclarecer possíveis dúvidas sobre o projeto FALA ROÇA. A intenção é que você morador colabore conosco, pois através das suas dúvidas avaliaremos as nossas ações e verificaremos os nossos resultados. Assim, vamos iniciar o nosso trabalho apresentando o início dessa história.

O FALA ROÇA é um jornal destinado aos moradores da Rocinha e feito por moradores da comunidade. Michel Silva (19), Gracilene Firmino (18), Raquel Magalhães (19) e Vanessa Santos (21) conheceram-se durante as oficinas da Agência de Redes Para Juventude e uniram-se em prol de um objetivo: oferecer informação sobre a comunidade da Rocinha para os moradores. A Comunicação comunitária tem como principal característica a participação do povo como gerador de conteúdo, e não apenas como receptor. Por isso, aqui no FALA ROÇA a opinião dos leitores é muito importante. Destinamos este espaço aos nossos leitores para o envio de perguntas sobre assuntos que interessam à nossa comunidade. Todas as edições do jornal contarão com a participação ativa da comunidade, com histórias, fotos, questões e notícias importantes da região.

Acreditamos que o acesso à informação é um bem a que todos devem ter acesso. Nossa comunidade é rica em histórias e pessoas interessantes. Sabemos que a expansão da Rocinha se deu muito por conta da chegada dos nordestinos, por isso o nosso jornal contará com o toque especial do Nordeste. Iniciamos hoje uma parceria entre o FALA ROÇA e a Rocinha [...]. (Parte inicial do texto “O sonho que tomou forma”, publicado na coluna “Baião de Dois”. Jornal *Fala Roça*, 1 ed. p. 4. Data: 26 de maio de 2013. Autora: Michele Silva)

Logo de início, o texto destaca a intenção de produzir informação a partir de uma visão interna da Rocinha e direcionada aos moradores, enfatizando que o público e os produtores da mídia fazem parte do mesmo lugar de origem. A mesma ideia é reiterada ao tratar do objetivo do jornal – “oferecer informação sobre a comunidade da Rocinha para os moradores” – e na sua concepção como uma iniciativa de comunicação comunitária, onde o povo participa como “gerador de conteúdo” e não só como “receptor”. A informação é vista como um “bem” ao qual todos devem ter direito de acesso. Além disso, a característica do pertencimento regional, das raízes da população local relacionadas ao Nordeste é também apresentada como parte do enfoque do impresso. Na parte final do mesmo texto (reproduzida no capítulo 4), Michele descreve como foi o surgimento do *Fala Roça*.

Uma diferença significativa desse texto para os editoriais publicados nessa mesma edição é a sua perspectiva de pertencimento à favela. Enquanto os editoriais apresentam uma perspectiva distanciada da Rocinha, neste, o pertencimento de quem escreve é evidenciado. Na época (pouco antes de maio de 2013), a jovem moradora ainda atuava como produtora da Agência de Redes para Juventude, portanto, não fazia parte da equipe do jornal. Em suas palavras, fez parte de um “conselho” consultivo do jornal, junto com outros integrantes da Agência e consultores externos, que prestaram apoio pontual ao jornal e também escreveram

textos na primeira edição. Essa narrativa mais distanciada da equipe do jornal se mostra presente ao usar a terceira pessoa do plural, ‘eles’, quando apresenta os participantes. Seu ingresso na equipe se daria somente a partir de agosto do 2013. Porém, ela não deixa de expressar o seu pertencimento à Rocinha em trechos como “Nossa comunidade é rica em histórias e pessoas interessantes”.

“Quem somos”

Já no texto da seção “Quem somos” (reproduzido abaixo) incluído no *site* do jornal em 2017, quatro anos após a publicação de “O sonho que tomou forma”, a ênfase da apresentação permanece em alguns aspectos já mencionados em outros materiais do jornal, mas acrescenta outros. A escolha por focar esse texto de 2017 leva em conta justamente o fato de incorporar mudanças. Entre as características que permaneceram, estão a produção de informação pelos próprios moradores, o enfoque voltado para “a cultura nordestina presente na favela” (incluindo abordagem de outros assuntos para além desse tema) e o vínculo com a Agência de Redes. Quanto aos acréscimos, “a visão da comunidade sobre ela mesma” é situada como diferencial em relação aos “veículos de comunicação tradicionais”. Outros elementos mencionados são: a entrega do jornal “de casa em casa” e o incentivo à colaboração de novos moradores com a mídia; o último tópico já vinha sendo citado desde os primeiros textos de apresentação do jornal, mas o incentivo à participação traz outros elementos que informam sobre perspectivas geracionais e de trabalho.

Ao mesmo tempo em que há valorização das tradições nordestinas e, conseqüentemente, das gerações anteriores às dos jovens contemporâneos da favela – seus pais, mães, avôs, avós, muitos deles migrantes dessas regiões do país –, o texto de apresentação do jornal traz elementos que marcam também novas adesões (da equipe) relativas ao mundo do trabalho. Nesse sentido, trazem uma diferenciação no que tange a expectativas de trabalho das “novas gerações” frente à “herança nordestina”: conforme suas palavras, as gerações mais recentes, descendentes de migrantes nordestinos ou não, “mostram uma transformação na perspectiva de busca por oportunidades de estudo e trabalho na cidade”. O interesse pelo trabalho com “ferramentas de comunicação contemporâneas” constitui um exemplo dessa transformação, ou seja, ao lado do reconhecimento da “herança nordestina”, surge a valorização de uma perspectiva diferenciada dos jovens (então na faixa etária entre 20 e 30 anos) em relação a seus pais, em termos de estudo e trabalho na cidade.

O *Fala Roça* é um jornal impresso formado por moradores da Rocinha, nascido em 2012 com o apoio da metodologia da Agência de Redes para a Juventude. As notícias têm foco na cultura nordestina presente na favela, cerca de 70% da população é formada por nordestinos e/ou seus descendentes. Embora o foco seja o Nordeste, o *Fala Roça* abriu espaço para outros assuntos sobre a região e, mesmo assim, descobriu que praticamente tudo o que acontece na Rocinha é correlacionado com o Nordeste, desde as artes até o saneamento básico, pois quem vive essas histórias todas são justamente os habitantes de origem nordestina. Desde a primeira edição, lançada em maio de 2013, o jornal *Fala Roça* tem sido entregue de casa em casa para milhares de moradores da Rocinha.

O *Fala Roça* se difere dos veículos de comunicação tradicionais por apresentar uma visão da comunidade sobre ela mesma. Para isso, o jornal se propõe uma ferramenta colaborativa, que objetiva a participação de moradores da Rocinha na produção de conteúdo, frisando o contato com as novas gerações que têm grande interesse nessa participação por dominarem com bastante habilidade as ferramentas de comunicação contemporâneas. Se a herança nordestina na Rocinha e, mais amplamente, na cidade do Rio de Janeiro, é inegável, as gerações dos descendentes de imigrantes nordestinos ou as gerações mais recentes dos que chegam mostram uma transformação na perspectiva de busca por oportunidades de estudo e trabalho na cidade¹²⁹ (www.falaroca.com, seção “Quem somos”. Acesso em: 15 abr. 2017).

Como vimos, nessa nova formulação textual, há uma intencionalidade em estabelecer diferenciação entre o tipo de trabalho dos jovens em relação a gerações de moradores mais antigos. E essa diferenciação aparece no interesse referente ao trabalho com comunicação, o que também demonstra uma diferenciação para mídias mais antigas da Rocinha, onde a formação na área de comunicação ou o domínio de “ferramentas de comunicação contemporâneas” talvez não estivesse nos horizontes de trabalhos possíveis. Na análise exploratória dos conteúdos dos jornais *Tagarela* e *Rocinha Notícias*, a profissionalização em jornalismo não foi encontrada, ao passo que a equipe do RN já valorizava o domínio do universo das técnicas jornalísticas.

Além de notar características presentes nas suas formas de se identificar, também foi enriquecedor atentar para algumas ausências. E aqui não se trata de “apontar” ausências como alguma forma de crítica pela falta de algo que “deveria estar lá”. Mas somente de notar que alguns elementos outrora importantes para outros jornais da Rocinha, como o pertencimento religioso, deixaram de ser relevantes ou mesmo passaram a não serem desejados nessa mídia contemporânea. Feita a ressalva, entre as ausências nos materiais de descrição do FR estão os temas do universo religioso, eventuais reconhecimentos do grupo como um “coletivo” e temas ligados à política, especialmente, partidária. O aspecto da religião não apareceu explicitamente como forma de inspiração ou pertencimento em textos, mas veio a surgir, sob forma de oposição a uma mídia pertencente a um grupo religioso durante a distribuição do jornal. Em muitas

129 Apresentação do *Fala Roça* no seu site na internet. Disponível em: www.falaroca.com, na seção “Quem somos”. Acesso em: 15 abr. 2017.

distribuições que acompanhei, frequentemente nos deparávamos com situações em que os comunicadores do FR eram confundidos com entregadores do Jornal *Folha Universal*, produzido pela Igreja Universal do Reino de Deus. Devido à presença maciça da *Folha* na favela (assim como em muitos outros espaços da cidade), a mesma pergunta estava na ponta da língua de muitos moradores que recebiam *Fala Roça*: “É o jornal da Universal?”. Esse tipo de situação gerava sentimentos de incômodo nos comunicadores do FR em relação à presença ostensiva desse jornal, além de insatisfação por serem confundidos com os entregadores da igreja. Portanto, buscaram adotar elementos de diferenciação em relação a eles, como o uso de *shorts* (curtos) pelas comunicadoras durante a distribuição. Já a expressão “coletivo”, usada de forma autorreferente por muitos grupos contemporâneos que lidam com comunicação (mas não só) em favelas e periferias, não aparecia como forma de autodefinição do grupo do jornal – em seus textos de apresentação ou em eventos nos quais os comunicadores participavam e também se apresentavam. Quanto à política, não havia uma editoria com este nome no impresso e não eram abordados, geral, temas relacionados a pleitos eleitorais, ao funcionamento deste sistema, a políticos e candidatos em geral. Essa situação se modificou em termos mais recentes na versão desta mídia *on-line*: foi criada a editoria “política” e nela são abordados temas um tanto variados, como as enchentes na favela, o espetáculo da Via Sacra realizado na favela e notícias envolvendo a prisão de governantes do Rio de Janeiro.

Outras ausências dizem respeito a alusões explícitas a elementos ligados às categorias de gênero, sexualidade e raça nas formas públicas de apresentação da mídia. Apesar de ter convivido de forma que considero “próxima” com meus interlocutores (tendo conhecido, por exemplo, parentes e familiares), não tomei iniciativa de lhes perguntar sobre como se reconheciam individualmente em termos de gênero, sexualidade e raça. O motivo foi o fato de preferir esperar que essas autoidentificações surgissem a partir das vontades de meus interlocutores – o que praticamente não ocorreu em relação aos marcadores de raça e gênero. Atualmente, esses critérios de pesquisa provavelmente seriam revistos, dada a dimensão e a crescente importância que esses temas têm suscitado nas relações e ambientes sociais.

As categorias de raça e gênero praticamente não ganharam destaque no conteúdo do jornal impresso, ao longo desse tempo, além de pouco terem sido abordadas nas reuniões do jornal em que estive presente. Ao lado disso, também pouco foram mencionadas, nas entrevistas com os jovens do *Fala Roça*. Por outro lado, houve situações durante o trabalho de campo nas quais surgiram alusões a essas categorias mencionadas. Mas seria necessário aprofundá-las com os próprios interlocutores e trazer as suas visões sobre esses assuntos e situações – evitando expô-los. Tratam-se de temas por demais importantes para serem abordados apenas

lateralmente e que demandam uma agenda de pesquisa mais específica, a ser explorada em momentos futuros.

Por fim,

Título: voz é direito

Escolhida a linha editorial, era preciso encontrar um título para a publicação. Após um novo exercício de trocas de opiniões, saberes, brincadeiras e negociações, o grupo chegou a um consenso: *Fala Roça*. O direito a ter voz aparece, de imediato, nos dizeres e na logomarca, composta pelas palavras do título em vermelho e preto, incorporando um alto-falante no lugar da letra ‘o’. Seguem as memórias de Michele e Michel sobre a escolha do nome do jornal:

Os projetos passaram [na banca de seleção], eles [integrantes do Jornal *Fala Roça*] passaram, aí a Agência contratou um *designer* pra fazer a marca gráfica de todo mundo. Botaram um galo pra representar o *Fala Roça*... Falei: “Um galo? Meu Deus do céu, um galo não, tem que ter alguma coisa a ver com comunicação!”, e fizeram aquele alto-falante [o megafone que passou a fazer parte da marca do jornal]. Achei bom; achava que aquela cor – preto, branco e vermelho – era muito Flamengo e eu odiava, mas todo mundo queria [saber] minha opinião. Só que quando eu chegava na reunião, só descia o sarrafo: “Nome feio, muito ruim” [risos] (Michele, entrevista de história de vida, em 02/03/2015).

O nome *Fala Roça* é justamente isso: “Fala” – o morador tem voz, pode ter voz, pode ser protagonista do jornal – e o “Roça”, de Rocinha, porque a Rocinha surgiu através de uma roça, né? E roça também é negócio de nordeste. Aí o nome pegou: *Fala Roça* (Michel, entrevista em 17/07/15).

Editoriais

Foram publicados dois textos com título de “editorial” na primeira edição do Jornal *Fala Roça*: um, na página 2, e outro, na página 8. O primeiro, “Energia que renova”, é assinado por uma pessoa que aparece no expediente do jornal como “Editor-chefe”. Pelo que pude perceber, tratou-se de uma colaboradora presente na fase inicial do jornal, quando as suas práticas ainda estavam se estruturando. O segundo, “Geração Agência”, é assinado por um dos coordenadores da Agência de Redes para Juventude, cuja identificação no expediente é “Coordenador”. O texto da página 2 é o que ganha maior destaque, por ocupar página inteira, incluindo os elementos gráficos que o acompanham. É escrito em linhas brancas sobre fundo preto e há um retrato da autora, de 9cmx9cm. Complementam a diagramação uma ilustração de serpentinas de carnaval e o ano “2013”, escrito em letras grandes.

Dessa forma, a edição que primeiro materializou as ideias dos moradores voltadas para a criação do jornal trouxe dois editoriais (texto que, em geral, carrega a opinião do veículo), mas nenhum deles escrito pelos jovens que haviam participado da sua elaboração. Essa

circunstância específica não foi abordada nas entrevistas feitas com os comunicadores e pode comportar algumas nuances. Dois aspectos que foram mencionados em suas falas dizem respeito ao fato de a maior parte dos integrantes ter se conhecido nas oficinas da Agência de Redes e não possuir experiência na feitura de um jornal impresso. Além disso, estavam previstos apoios e orientações da Agência para os projetos que se formavam. De acordo com as descrições do seu programa de atividades¹³⁰, ao longo das fases dos “Estúdios de criação”, havia interações frequentes entre os jovens e outros atores sociais variados que acompanhavam os projetos. Os “Estúdios” são compostos por quatro fases – “Ciclo de estímulos”, “Banca de formadores de opinião”, “Incubadora” e “Execução dos projetos”. Na fase final, há a seguinte descrição: “Os jovens trabalham na realização de todas as etapas do seu projeto, tendo o tutor como apoio”. Nos primeiros números do *Fala Roça*, a equipe do jornal contou com a participação de editores “externos” (em relação ao grupo de jovens que participou da criação da mídia).

Destaco, a seguir, trechos iniciais do editorial “Geração Agência”, publicado na primeira edição do Jornal *Fala Roça* (maio de 2013), escrito por um dos coordenadores da ARJ na época. A intenção é perceber as informações que foram consideradas relevantes para constarem no jornal.

Você tem em suas mãos a primeira edição do jornal FALA ROÇA. Iniciativa fruto do trabalho do projeto Agência de Redes Para Juventude, realizado pela Avenida Brasil – Instituto de Criatividade Social. O projeto visa formar e mobilizar jovens atores na cena da política pública social. Atendendo jovens das 22 comunidades do Rio de Janeiro, com Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs [...]. O objetivo é contribuir e alargar o conceito de pacificação e segurança, desenvolvido nestas comunidades através da instalação das chamadas UPPs, através da construção de práticas sociais territorializadas no âmbito da produção de linguagens culturais, técnicas e científicas. [...] (Jornal *Fala Roça*, impresso, n. 1, p. 8, maio de 2013).

A narrativa do texto se concentra em uma perspectiva institucional, o que pode ser percebido pois descreve principalmente características e atividades realizadas pela Agência de Redes. O jornal é descrito como “fruto do trabalho do projeto Agência de Redes Para Juventude”. E o elo da Agência (descrita como “projeto”) com as favelas que ganha destaque, nesse texto, são as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Nesse sentido, é descrito o próprio objetivo da iniciativa: “O objetivo é contribuir e alargar o conceito de pacificação e segurança, desenvolvido nestas comunidades através da instalação das chamadas UPPs”.

130 Tais informações fazem parte do documento “Catálogo”, baixado da página da Agência de Redes para Juventude na internet. Atualmente, esse documento não se encontra mais disponível na página. (<http://agenciarj.org/>)

Quanto ao editorial “Energia que renova”, o texto possui um tom de comemoração com o lançamento da nova mídia. Destaco dois trechos abaixo, que podem ser conectados com análises posteriores a respeito das representações presentes no conteúdo das páginas internas do jornal. Nestas representações, sobressaem-se características de superação de dificuldades dos moradores.

O conteúdo do jornal é um projeto idealizado pelos jovens da comunidade da Rocinha. O desejo era reavivar a memória e as tradições de um povo que enfrenta as tempestades da vida com um largo sorriso no rosto. A criatividade e a esperança é [*sic*] a principal competência dessa gente que crê em dias melhores. Então, eu volto lá para o ano ímpar que iniciou toda essa história ... Dias melhores estão chegando com a nova geração da Rocinha, e em que ano? Em um ano ímpar.

Está no sangue da garotada a capacidade criadora e a expectativa de “inventar” uma nova comunidade. Aqui não levou-se em conta a especialização, qualificação e formação do grupo. Aqui o nosso “ão” vem do coração. Apaixonem-se conosco (Jornal *Fala Roça*, impresso, edição n. 1, editorial, p. 2)

4.2 Editorias, colunas e outras seções

As tabelas abaixo pretendem fornecer uma noção sobre as principais seções internas do jornal, aqui separadas em editorias e colunas, nas quais é possível notar, por um lado, uma dinâmica de variações e, por outro, de permanências. Algumas seções são descontinuadas ou alteradas, porém, caso não consideremos a existência de uma distinção entre editorias e colunas, grande parte dos temas que nomeiam essas seções se manteve de um número para o outro, apesar de mudarem os formatos de diagramá-las e seus sinais gráficos. De qualquer forma, mudanças e permanências podem (e devem) ser entendidas como parte e à luz das circunstâncias cotidianas (ASKEW, WILK, 2002). Voltarei a tratar desse assunto nas análises das capas e de cada edição do jornal, mencionando conteúdos abordados também nos seus espaços internos.

Nesta tese, foi elaborada uma forma própria de classificação desses conteúdos (da maneira como a apreendi), mas é importante frisar que há outras interpretações possíveis – por mais óbvio que possa parecer fazer a ressalva¹³¹. O critério que adotei na minha interpretação foi o dos traços da linguagem jornalística convencional, relativa ao meio impresso. Desde logo, é preciso destacar que a intenção de usar essa ‘régua’ de medida não teve intuito de comparar

131 Guiei-me pela apresentação gráfica do jornal para deduzir o que eram editorias e colunas no jornal: considerei editorias os títulos que aparecem no alto das páginas, com fonte em tamanho maior, ganhando mais destaque; por sua vez, considerei como colunas seções cujos títulos são antecedidos por um mesmo sinal gráfico e uma linha a divide do restante do conteúdo na página. Outras seções aparecem com as mesmas características gráficas, mas não são assinadas (como “Cursos”); considerei-as como “outras seções”.

a linguagem do *Fala Roça*, em termos de qualidade, frente a uma linguagem jornalística considerada padrão, mas tão somente notar a existência de uma lógica interna relativa à linguagem própria desse periódico. Fizeram parte dessa linguagem uma série de elementos, como as experimentações quanto ao formato gráfico, buscando adaptá-lo à melhor apreensão do conteúdo pelo público local, de acordo com as características que iam sendo apreendidas a respeito desse público. A inserção dos participantes do jornal em cursos de formação em Comunicação Social (Publicidade e Jornalismo) é outro elemento que, sem dúvida, agrega influência sobre essa linguagem.

A maior mudança gráfica do jornal se faz sentir a partir do número cinco, embora pequenas alterações também tenham ocorrido no padrão de apresentação, por exemplo, de editorias e colunas a partir do segundo número. Assim, na quinta edição, a “mancha gráfica” do jornal ganha mais cores, os espaços são ocupados de maneira mais uniforme e há maior sofisticação no uso de elementos de diagramação para facilitar o entendimento/leitura da informação, usando recursos visuais típicos da linguagem jornalística, como legendas, títulos e subtítulos, indicação de páginas e a inserção de “olhos” nos textos (destacando trechos mais relevantes, para dar maior agilidade à leitura). As fotografias também ganharam padronização, passaram a ocupar mais espaço e ganharam mais qualidade, no que se refere ao da linguagem visual.

Quadro 1 - Editorias do Jornal *Fala Roça*

Editorias							
1ª edição	<u>E aí como é que fica?</u>	Colcha de retalhos	<u>Reportagem ímpar</u>	<u>Guia cultural</u>	<u>Você conhece?</u>	<u>Megafone</u>	
2ª edição	<u>E aí como é que fica?</u>	<u>Reportagem ímpar</u>	<u>Guia cultural</u>	<u>Você conhece?</u>	<u>Megafone</u>	<u>Baião de Dois</u> [formato de editoria]	<u>Mostra Nordeste</u> [formato de editoria]
3ª edição	<u>Reportagem ímpar</u>	<u>Você conhece?</u>	<u>Megafone</u>		<u>Esportes</u>	<u>Delícia</u> [formato de editoria]	
4ª edição	<u>E aí como é que fica?</u>	<u>Reportagem ímpar</u>	<u>Você conhece?</u>	<u>Da minha janela posso ver</u> [muda de nome]	<u>Baião de Dois</u> [formato de editoria]	<u>Esportes</u>	
5ª edição	<u>Reportagem ímpar</u>	<u>Você conhece?</u>	<u>Da minha janela posso ver</u>	<u>Baião de Dois</u> [formato de editoria]	<u>Mostra Nordeste</u>	<u>Diversão e arte</u>	<u>Delícia</u> [formato de editoria]
Reforma gráfica							
6ª edição	Colcha de retalhos [formato editoria]	<u>Reportagem ímpar</u>	<u>Guia cultural</u>	<u>Você conhece?</u>	<u>Da minha janela posso ver</u>	<u>Queremos saber</u> [formato de editoria]	<u>Delícia</u> [formato de editoria]
7ª edição	<u>Reportagem ímpar</u>	<u>Passatempo</u> [muda de nome]	<u>Da minha janela posso ver</u>	<u>Sociedade</u>	<u>Esportes</u>	<u>Você sabia?</u>	<u>Culinária</u> [muda de nome]
8ª edição	<u>Reportagem ímpar</u>	<u>Passatempo</u>	<u>Você conhece?</u>	<u>Da minha janela posso ver</u>	<u>Sociedade</u>	<u>Queremos saber</u> [formato de editoria]	

Legenda: Sublinhadas - editorias que permanecem em 3 ou mais edições do jornal.

Nota: Os editoriais foram publicados em todas as edições, exceto a segunda e a quarta.

Fonte: Jornal Fala Roça impresso (edições 1 a 8). Data: maio/2013 a agosto/2016. Disponível em: <http://falaroca.com/>.

Quadro 2 - Colunas e outras seções do Jornal *Fala Roça*

	Colunas						Outras seções			
1ª edição	Querem os saber	Baião de Dois	Delícia	Mostra Nordeste						
2ª edição	Querem os saber		Delícia				Utilidade			
3ª edição		Baião de Dois	Delícia [formato de editoria]						Anúncios	
4ª edição			Delícia [formato de editoria]		Colcha de Retalhos [formato coluna]					
5ª edição			Delícia [formato de editoria]		Oportunidades e empregos				Anúncios	
6ª edição			Delícia [formato de editoria]		Lendas da Rocinha	Museu Sankofa	Aprendendo Nordeste	Telefones úteis		
7ª edição			Culinária [mudança de nome]		Lendas da Rocinha	Memória	Aprendendo Nordeste	Telefones úteis	Anúncios	Rapidas
8ª edição			Amamentação do bebê		Lendas da Rocinha	Memória	Aprendendo Nordeste	Telefones úteis	Anúncios	Rapidas

Fonte: Jornal Fala Roça impresso (edições 1 a 8). Data: maio/2013 a agosto/2016. Disponível em: <http://falaroca.com/>

Nos quadros acima, é possível notar continuidades e descontinuidades em relação à estrutura interna do Jornal *Fala Roça*, no que se refere às suas editorias, colunas e demais seções. No Quadro 1, aparecem sublinhadas as seções que permanecem em uma ou mais edições, configurando uma sensação de maior continuidade de um número para o outro em relação ao conteúdo publicado, apesar das mudanças de nomenclaturas e formatos. Classifiquei como “editorias” as seções internas do jornal cujos títulos apareciam, em geral, no alto da

página, destacados pelo tamanho maior da fonte (letras), posicionados junto a linhas que pareciam demarcar grande parte do conteúdo como pertencentes a um mesmo assunto. Na linguagem jornalística tradicional, as editorias são as principais divisões temáticas de um veículo de informação, portanto, seus títulos aparecem com algum tipo de destaque e identidade visual entre si. As colunas, costumeiramente, localizam-se dentro das editorias. Cada número do *Fala Roça* teve entre 6 e 8 editorias (incluindo aí o editorial). Considerei como “colunas” as descritas com esta classificação pelo próprio jornal e outras de tipologia e diagramação semelhantes. Quanto ao restante do conteúdo, chamei de “outras seções”.

Considerando essas divisões, as editorias, colunas e demais seções, mudaram de formato com certa frequência, dando a entender que algumas editorias se assemelhavam a colunas e vice-versa, a julgar pelo tamanho dos espaços que ocupavam inicialmente (encolhendo ou aumentando de um número para o outro) e elementos gráficos que a identificavam, como linhas e cores. Por esse motivo, algumas editorias são apresentadas também como colunas no Quadro 2. Um exemplo é o caso da seção “Baião de Dois”: na primeira edição, apresentada como “coluna”, ocupando meia página, descrita da seguinte forma: “Os idealizadores deste projeto criaram a coluna “Baião de Dois” com o propósito de esclarecer possíveis dúvidas sobre o projeto FALA ROÇA. A intenção é que você morador colabore conosco (...)”. Na segunda edição, o título da seção aparece maior, no alto da página, e o conteúdo sob a mesma ‘retranca’ é de página inteira, sugerindo ter se aproximado do formato de uma editoria. A matéria que aparece sob essa retranca é a do lançamento do Jornal *Fala Roça*, portanto, há uma clara intenção de dar maior importância a esse conteúdo, por meio do tamanho que ocupa na página. Já, no terceiro número, a seção aparece de forma similar ao primeiro, assim como no quarto e no quinto, quando volta a ocupar meia página. A partir do sexto número do jornal, “Baião de Dois” não aparece mais.

No tocante às editorias, especificamente, aquela que se manteve em todos os números, sem alterações, foi “Reportagem ímpar”, que, à exceção do número três, foi o local destinado às matérias de capa do jornal e, excluindo a sexta e a sétima edições, tratou de problemas crônicos de infraestrutura enfrentados na favela. Quanto às outras editorias, são elas: “Megafone” é o espaço destinado aos leitores, também presente em todas as edições, sendo que, a partir da quarta edição, passa a se chamar “Da minha janela posso ver” e muda a linguagem, de mensagens escritas, para fotografias enviadas pelo público; “Você conhece?” está presente em sete edições, remetendo a diferentes assuntos, conforme a interrogação do nome da seção pode sugerir: temáticas nordestinas, perfis de pessoas e grupos ligados a atividades artísticas/culturais, o consumo de roupas usadas na Rocinha e atividades gratuitas de cultura e

educação oferecidas por uma ONG, que também cede seu espaço para uso dos moradores; “Delícia”, dedicada a receitas e assuntos culinários, saiu em sete edições, embora alternando aspectos de editoria e coluna, e passou a se chamar “Culinária” na sétima edição; o “Editorial” deixou de sair na segunda e quarta edições; o “Guia cultural” saiu em três edições e, na sétima, aparentemente, mudou de nome para “Passatempo”, saindo também na oitava; “E aí como é que fica?” aparece em três números e também se tratou de um espaço para discussão de problemas do cotidiano; “Mostra Nordeste” e “Esportes” saem em três edições; “Colcha de retalhos” aparece em duas, abordando histórias de moradores; “Sociedade” surge nas últimas duas edições, referindo-se à história de uma moradora que passa no exame da Ordem de Advogados do Brasil (OAB), em sua 8ª tentativa, e à oficina de comunicação comunitária do *Fala Roça*.

Quanto às colunas do jornal, no primeiro número, presumo terem sido quatro: “Queremos saber”, “Baião de Dois”, “Delícia” e “Mostra Nordeste”. Segundo consta nos textos, “Baião de Dois”, “Queremos saber” e “Delícia” são apresentadas como colunas; “Mostra Nordeste” segue o mesmo estilo da tipologia do título e das marcas gráficas usados das demais colunas, por isso a sua inclusão nessa classificação. “Delícia” é uma seção que aparece em quase todos os números do jornal, à exceção do último, a despeito da variação em seu formato. Inicialmente, é apresentada como coluna, mas ganha ares de editoria do terceiro ao sexto números; no sétimo, volta a ocupar meia página e ganha outro nome: passa a se chamar “Gastronomia”. Uma das razões para o maior destaque que essa seção foi tomando pode ser sugerida a julgar pelo número expressivo de pessoas (ambulantes, donos de barracas) e comércios na Rocinha voltados para o ramo alimentício em geral¹³², “Mostra Nordeste” foi publicada na primeira e segunda edições, com formatos distintos, e vale salientar que a temática nordestina aparece em muitas outras seções (mesmo que os nomes das seções não identifiquem esta especificidade). “Queremos saber” apresenta histórias de moradores da Rocinha – um nordestino; um carioca que foi morar no Nordeste; mãe e filha, nordestinas, que se reencontraram depois de 40 anos sem contato e um estrangeiro que foi morar na favela. “Colcha de retalhos” também varia o formato e traz histórias e perfis de moradores locais – todos

132 Dados sobre as atividades empresariais na Rocinha foram levantados pelo Censo Empresarial da Rocinha, que fez parte do Censo Favelas PAC, realizado em 2009, pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos, órgão então ligado à Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro (EGP-Rio). Esse levantamento apresenta, quanto aos ramos de atividades empresariais, 12 relacionadas ao comércio de gêneros alimentícios em geral. No universo de 6.529 empresas ou empreendedores, formais ou informais, identificadas em toda a Rocinha, esses setores, somados, representam a maior porcentagem de atividades encontradas, totalizando 19% delas. Os setores aqui considerados foram: bebidas, alimentos, doces, carne, lanches, pão, frutas-verduras-legumes, salgados, bolos, balas, biscoitos e sorvetes.

nascidos no Nordeste -, sendo que uma das retratadas é familiar de Michel e Michele: Josita Maria da Silva, sua mãe, paraibana, que foi visitar sua terra natal pela primeira vez 30 anos depois de ter vindo morar no Rio. “Oportunidades e empregos” é publicada somente na quinta edição. “Lendas da Rocinha” está presente da sexta à oitava edição, assim como o espaço dedicado à “Memória” – no número 6, o texto apresenta o Museu Sankofa Memória e História da Rocinha e a partir do sétimo número, esse espaço passa a se chamar “Memória” e é de autoria do mesmo Museu. “Lendas” também se refere a antigos moradores da favela.

Entre as demais seções, novamente surgem temáticas nordestinas: “Aprendendo Nordestinês” traz expressões ou gírias que têm raízes regionais, em tom bem-humorado. E há os espaços para anúncios, que aparecem em quatro edições, ou seja, grosso modo, em metade do seu percurso, o veículo recorreu (ou teve possibilidade de recorrer) a este tipo de recurso para contribuir com a sua sustentabilidade. As mudanças mencionadas, principalmente de nomenclaturas ou formatos relativas à estrutura do impresso, são compreendidas neste trabalho como formas de experimentações em relação à linguagem jornalística e à sua interseção com saberes tradicionais da favela.

4.3 Representações da Rocinha, em capas e páginas internas: “problemas sociais” coletivos e histórias individuais de superação

Analisar as edições do Jornal *Fala Roça* se tornou um desafio pelo fato de, durante o tempo da pesquisa, a produção do impresso ter sido paralisada, sem intencionalidade, pela sua equipe após a última edição publicada (a oitava). Os planos para o lançamento da edição seguinte continuaram, mas esse processo não chegou a ser finalizado até o encerramento do trabalho de campo desta pesquisa (2018). Portanto, considere o impresso interrompido – não encerrado – em agosto de 2016, data da última edição. Junto a isso, enfatizo que as representações contidas nos oito exemplares lançados dizem respeito a um período específico, vinculado a um determinado contexto, não se tratando de um planejamento deliberado e encerrado. Para pensar sobre a forma como o jornal representou a Rocinha, farei uma breve consideração sobre o conceito de representação social, importante em diferentes áreas de conhecimento.

Segundo Denise Jodelet, representações sociais são “sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais”. Ana Lucia Enne apresenta um panorama sobre concepções relativas às representações sociais ao analisar a categoria de “vândalo”, usada por veículos da grande

imprensa, mas também apropriada por vozes “contra hegemônicas”, durante as manifestações de 2013 em todo o país. Suas considerações podem ser úteis para refletir sobre o caso do FR.

Por um lado, de fato, como demonstra Moscovici, elas [as representações] garantem a coesão social, alicerçando identidades, memórias e narrativas de pertencimento e reconhecimento da realidade. Mas de outro, são objetos de disputa por sujeitos e grupos, em torno dos sentidos. São discursos em conflito, negociação, acomodações, processos, evidenciando seu caráter de construção, bem como seu importante papel na constituição das identidades coletivas. Desempenham, portanto, papel de mediação cultural importante, por isso o seu aspecto comunicacional, de partilha, ser tão decisivo (ENNE, p. 179, 2013).

A seguir, farei considerações a respeito do conteúdo presente no conjunto das capas do jornal e nas páginas internas; no capítulo seguinte, abordarei, em separado, cada edição do jornal, com ênfase na análise das reportagens publicadas nas primeiras páginas de cada número. Para tanto, tomei como fontes empíricas as narrativas dos/as jovens jornalistas sobre a produção dos seus próprios textos e práticas, além do diálogo com outros veículos de informação da Rocinha (atuais ou do passado), conforme mencionado, buscando tecer uma polifonia a partir de temas por eles abordados em suas respectivas épocas de funcionamento. Faço uso também da elaboração de cronologias relativas ao próprio *Fala Roça*, à Rocinha, ao Rio de Janeiro e ao país, cobrindo o período de 2012 a 2018, para melhor correlação entre os diferentes níveis regionais e acontecimentos ao longo do tempo.

4.3.1 Capas: “Problemas sociais”

Toda a edição tem uma reportagem na capa que é um problema social na Rocinha ou uma história muito interessante. Mas o foco mesmo é um problema social, pra dar mais visibilidade ao jornal. Aí, aqui, a gente colocou uma reportagem inteira sobre o teleférico Michel (Entrevista. Tema: Jornal *Fala Roça*. Data: 17/07/15).

Escolhi priorizar, na análise documental do Jornal *Fala Roça*, o conteúdo publicado nas capas das edições impressas pela necessidade de estabelecer um recorte analítico mais restrito e viável de abarcar na pesquisa. Outra motivação considerada foi o fato de as capas (ou primeiras páginas) serem um espaço de síntese dos elementos contidos nos veículos de informação e editoriais em geral. “Ao almejar a captura da atenção do leitor, a capa é o espaço de síntese do jornal e da revista. Cabe a ela veicular, como se fosse um *display* ou cartaz publicitário, o que há de diferente no conteúdo da mídia em questão e a informação que o leitor não deve ficar sem consumir” (CUNHA, 2007, p. 4). Guardadas as devidas dimensões de diferenças existentes entre jornais da chamada grande mídia e veículos menores - de circulação mais reduzida e com objetivos distintos -, os seus formatos têm aproximações no que diz

respeito ao uso de técnicas da linguagem jornalística. A diagramação (ou a disposição gráfica do conteúdo no espaço físico da mídia) faz parte dessa linguagem, bem como a escolha dos assuntos que irão compor a capa.

Suponho que essa aproximação se relacione a uma gama de fatores combinados e um exame mais consistente deles demandaria um estudo comparativo de um número maior, do que o proposto neste estudo, de periódicos impressos de favelas. Neste trabalho, restrinjo o foco ao estudo do discurso (em que se inserem as linguagens por meio das quais ele se expressa) do Jornal *Fala Roça*. Em menor profundidade, abordo outros veículos impressos da Rocinha, na medida em que possam auxiliar na compreensão do processo de comunicação objeto desta pesquisa. No caso do FR, é possível pensar em, ao menos, duas razões que contribuíram para maior apropriação das técnicas/preceitos jornalísticos: avanços tecnológicos no campo da comunicação e do acesso à internet (ainda que limitado, no caso da Rocinha, como salientado no capítulo anterior) e as mudanças ocorridas no cenário da educação no país, notadamente no ciclo básico e no ensino superior nos anos 1990 e 2000 (PICANÇO, 2016), que podem remeter à possibilidade de acesso dos jovens do jornal a cursos de graduação em Comunicação Social. As motivações para a escolha desse curso por parte desses jovens também são relevantes e são abordadas no capítulo referente às suas trajetórias.

No que diz respeito ao formato das capas do FR, todas, invariavelmente, eram compostas por uma matéria de maior fôlego em destaque (ocupando entre uma e meia página), acompanhada de uma fotografia (a imagem em tamanho maior correspondia à matéria principal), além de chamadas para outras matérias internas. A partir do quinto número, houve uma reformulação mais substancial na diagramação do veículo: passou a contar com recursos visuais mais elaborados e a ter mais fotos e cores vibrantes identificando as diferentes seções e editorias; nas capas, as chamadas também incorporaram imagens, cores destacaram títulos, houve maior preocupação com a qualidade das fotográficas e, a partir do sexto número, aumentou o número de chamadas na capa, indicando que o conteúdo também aumentava. As primeiras páginas do sétimo e oitavo números passaram a ter ícones indicando a possibilidade de acesso ao veículo na internet.

Antes de reproduzir as capas, apresento uma cronologia traçando um paralelo entre acontecimentos relativos à Rocinha e ao Jornal *Fala Roça*, para auxiliar na contextualização de alguns tempos relativos ao percurso do jornal – principalmente em sua versão impressa. Trata-se de uma cronologia em construção, uma vez que muitos eventos ainda estão de fora e carece de complementação (futura) pelos comunicadores do jornal, de outros moradores e atores sociais que se interessarem em contribuir.

Quadro 3 - Cronologia (em construção): Rocinha e Jornal *Fala Roça* (2012-2018)

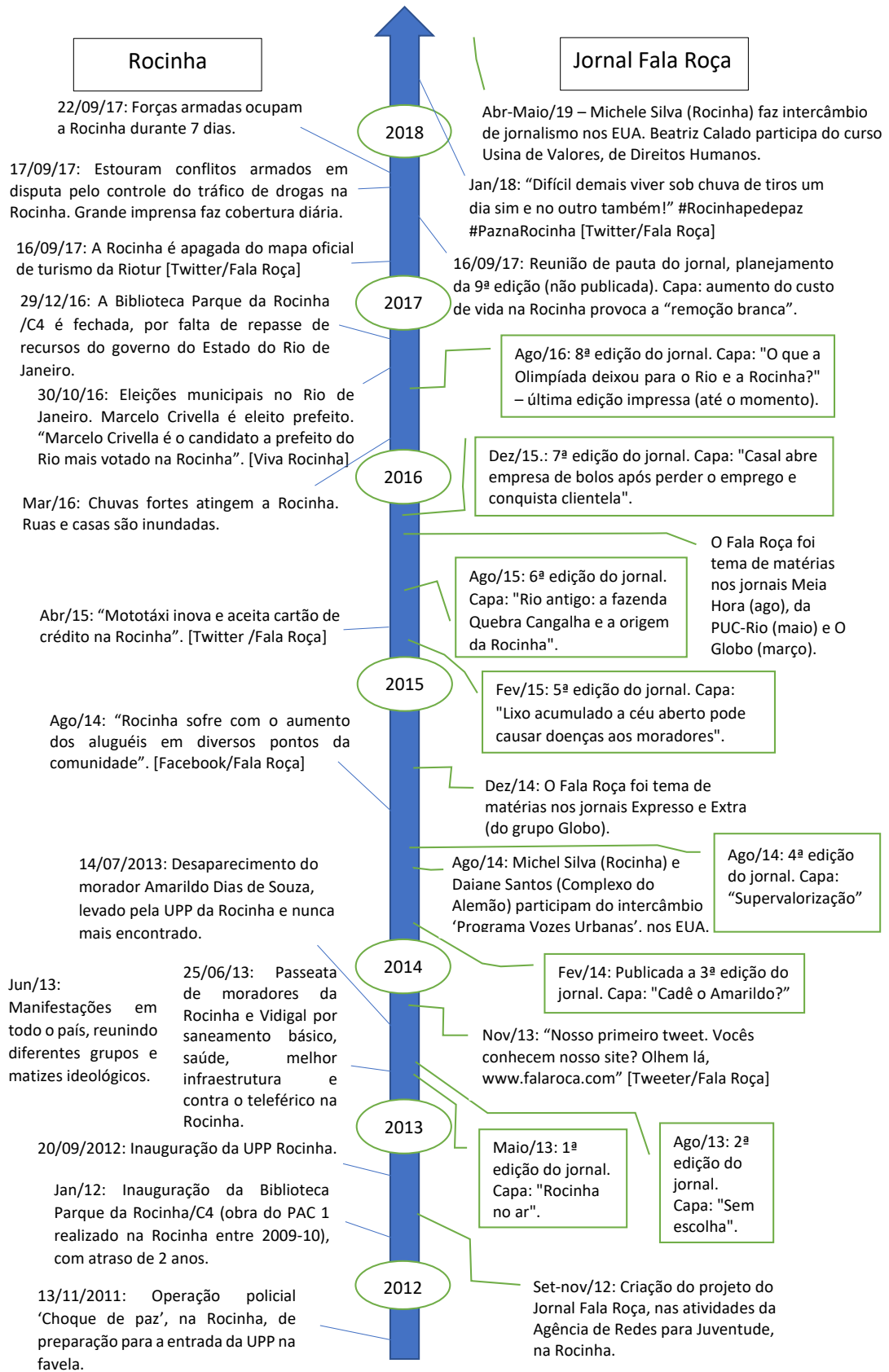


Figura 13: Cronologia (em construção): Rocinha e jornal *Fala Roça*

Figura 4 - Capas do jornal *Fala Roça* impresso (continua)



Figura 5 - Capas do jornal *Fala Roça* impresso (conclusão)

Legenda: Edições 1 a 4 do jornal - Na parte superior da página, n.1 (maio/2013), à esquerda, n. 2 (agosto/2013), à direita. Na parte inferior, n. 3 (fevereiro/2014), à esquerda, n. 4 (agosto/2014), à direita. Edições 4 a 8 - Na parte superior da página, n. 5 (fevereiro/2015), à esquerda, n. 6 (agosto/2015), à direita; na parte inferior, n. 7 (dezembro/2015), à esquerda, n. 8 (agosto/2016), à direita.

Fonte (a) e (b): Jornal Fala Roça impresso. Acesso em: <http://falaroca.com/>

Em relação às capas das oito edições lançadas, pode-se considerar que quase todas as matérias em destaque abordaram diretamente assuntos de interesse coletivo e que diziam respeito à vida no âmbito local da favela. Na visão de um dos integrantes do jornal, Michel, os temas predominantes na primeira página remetem a uma expressão: “problema social”. Já para Michele, também comunicadora do FR, são temas “polêmicos”. Quanto às motivações para a escolha desses temas, Michel acrescentou: “A gente não pode negligenciar que existe um problema ocorrendo ali e os moradores dão essas sugestões de conteúdo. Se a gente não colocar, perdemos credibilidade, representatividade”. Quanto ao que entende por tema polêmico, Michele exemplifica, em alusão ao assunto da construção do teleférico na Rocinha: “era um tema que mobilizava todas as rodinhas de conversa, tanto da galera mais politizada quanto da galera mais leiga, mais desabastecida”. Com base também nos relatos dos comunicadores, percebi que o conjunto das matérias de capa do jornal remete a uma representação quanto aos problemas sociais enfrentados pelo conjunto dos moradores da Rocinha, sendo assunto de interesse dos diferentes grupos de moradores, desde os “politizados” até os mais “leigos”, conforme as palavras de Michele. No quadro ‘manchetes de capa, por recorte temático’, noto que 07 reportagens de capa remetem a assuntos que abrangem o plano coletivo dos moradores da favela. E outra característica é fato estes assuntos serem reconhecidos por comunicadores como “problemas sociais” e “polêmicos”.

Vejamos um panorama dos títulos e subtítulos das manchetes publicadas nesses espaços:

Quadro 4 - Manchetes do jornal *Fala Roça* (capas)

Edição / Data	Título	Subtítulo
Edição 1 maio/2013	“Rocinha no ar”	“Comunidade da Rocinha se prepara para receber o seu teleférico”
Edição 2 agosto/2013	“Sem escolha”	“Prefeitura do Rio modifica trajeto de vans na Rocinha e Vidigal e ocasiona transtornos no cotidiano de usuários e moradores”
Edição 3 fev /2014	“Cadê o Amarildo”	[sem subtítulo]
Edição 4 agosto/2014	“Supervalorização”	“O aumento do custo de vida na Rocinha”
Edição 5 fev/2015	“Lixo acumulado a céu aberto pode causar doenças aos moradores”	“Casos mais comuns registrados são infecções de pele e hepatite A”
Edição 6 agosto/2015	“Rio antigo: a fazenda Quebra Cangalha e a origem da Rocinha”	“Barracos começam a subir o morro no início dos anos 50”

Edição 7 dez/2015	“Casal abre empresa de bolos após perder o emprego e conquista clientela”	“Allan e Bárbara decidiram investir no ramo da alimentação vendendo bolos de pote’
Edição 8 agosto/2016	“O que a Olimpíada deixou para o Rio e a Rocinha?”	“Veja a opinião de moradores”

Fonte: Jornal *Fala Roça* impresso (edições 1 a 8). Data: maio/2013 a agosto/2016. Acessível em: <http://falaroca.com/>

A maioria das manchetes se relaciona a reportagens que narram situações vivenciadas pelos moradores nas respectivas épocas em que foram publicadas (porém, de forma diferenciada da adotada no chamado jornalismo “factual”¹³³). A sexta edição, com a manchete “Rio antigo: a fazenda Quebra Cangalha e a origem da Rocinha”, poderia ser pensada como uma exceção, por tratar das origens históricas da favela, assunto que poderia ser atemporal, no jargão jornalístico. Mas, por ter sido publicada no contexto das comemorações dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, pode ser entendida também como parte dessa dinâmica contextual. Parece óbvio o fato de um jornal tratar de assuntos ligados às circunstâncias temporais e espaciais mais próximas ao público que pretende atingir. Porém, notar quais acontecimentos circunstanciais são abordados e como são feitas essas abordagens ajuda a compreender melhor cada processo de comunicação em particular.

Ainda no tocante aos elementos comuns a todas as capas do *Fala Roça*, é possível verificar a ausência de anúncios ou informes publicitários, que aparecerão em páginas internas de algumas edições, com frequência irregular, sobre isso me deterei nas respectivas edições em que aparecem.

Quadro 5 - Manchetes de capa do jornal *Fala Roça*, por recorte temático

Tema	Quantidade	Edição
Teleférico (obra do PAC) – Mobilidade pública (transporte) / Infraestrutura	1	1
Vans – Mobilidade pública (transporte)	2	2
Caso Amarildo - Segurança pública	1	3
Custo de vida (moradia) - Infraestrutura	1	4
Lixo – Saúde / Infraestrutura	1	5

¹³³ No jargão jornalístico, “factual” se refere ao assunto que está acontecendo no momento. A cobertura jornalística desses assuntos costuma ser mais ágil e mais superficial.

Origens da Rocinha - História	1	6
(Des)emprego/empreendedorismo - Trabalho	1	7
Megaeventos (Olimpíadas de 2016) - Infraestrutura	1	8
<i>Tema transversal - Infraestrutura urbana</i>	4	1, 4, 5, 8
<i>Plano coletivo</i>	7	1,2,3,4,5,6,8

Fonte: Jornal Fala Roça impresso (edições 1 a 8). Data: maio/2013 a agosto/2016. Acessível em: <http://falaroca.com/>

Ao longo de três anos e cerca de três meses, os temas abordados pelo *Fala Roça*, de uma forma geral, cobriram um espectro amplo em que praticamente cada edição abordou um assunto relevante do cotidiano da Rocinha. Foram eles: preocupações com obras de infraestrutura do PAC, mobilidade pública (transporte), segurança pública, custo de vida (associado à moradia), questões de saúde face ao problema crônico do destino do lixo, a valorização da história local, o desemprego ou o “empreendedorismo” entendido como uma via “para enfrentar a crise” e os grandes eventos esportivos, com seus impactos para a favela e a cidade. As questões de infraestrutura urbana podem ser entendidas como tema que perpassa, mais diretamente, quatro das oito pautas que ocuparam as capas do jornal.

Outra observação pode ser feita em relação ao conjunto de temas mais destacados por esse jornal: é possível notar uma proximidade entre tais assuntos e os que mobilizaram “movimentos populares” atuantes no Brasil entre 1970 e 1990, conforme estudo de Ana Maria Doimo¹³⁴. Sem pretender um aprofundamento nas categorias de movimentos denominados de “populares” ou “sociais” (com suas contradições, ambiguidades etc.) analisadas por Doimo, por ora interessa notar a proximidade entre as “causas” que se tornaram seus principais emblemas de atuação e os temas destacados pelo *Fala Roça*. Não desconhecendo o caráter “diverso, fragmentado e localizado” dessas mobilizações, os movimentos “reivindicativos” representativos de 1975 a 1990 se agruparam em torno das seguintes denominações:

134 Em *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, de 1995, Ana Maria Doimo observa a importância de as interpretações de tais fenômenos levarem em conta as distinções entre os “movimentos sociais em geral”, em voga nos anos 1990, e o “movimento popular” no Brasil da década de 1970 e meados dos anos 1980. Enquanto os últimos “constituíram um complexo ciclo reivindicativo, desprovido de institucionalidade própria e orientado por certa ‘pedagogia popular’ refratária à institucionalização política, ancorado em uma complexa interação seletiva entre determinadas instituições, formações e tradições”, os primeiros, geralmente entendidos como portadores de uma “novidade”, situam-se numa “posição liminar (grifo da autora) entre o Estado, o mercado e a cultura, o que os torna profundamente oscilantes entre a defesa do estatismo e a reivindicação das vantagens do mercado” (DOIMO, 1995, p. 221).

Movimento do Custo de Vida, Movimento de Moradia, Movimento de Luta Contra o Desemprego, Movimento de Saúde e Movimento de Transporte Coletivo.

Os assuntos tratados nas capas do FR coincidem com os mesmos temas que nomeiam estas iniciativas: o transporte coletivo, o custo de vida atrelado à moradia, a questão do lixo, impactando na saúde dos moradores, e a questão do desemprego. Além destes, apareceram também os temas da segurança pública/violência policial (na edição n. 3) e da história local (na edição n. 6). Sem dúvida, há que se notar as distâncias que separam aqueles tempos dos atuais, assim como também as aproximações, verificadas em relação aos temas tratados. Isso não significa dizer que a atuação do jornal se assemelha à de movimentos sociais de outras épocas e lugares. Mas poderá ser relevante para o presente estudo considerar algumas características dos movimentos reivindicativos brasileiros, atuantes a partir dos anos 1970, identificadas por Doimo e outros autores, quanto à sua orientação por certa “pedagogia-popular”. Essas se conectam com ideias a respeito da “comunicação popular”, hoje também acionadas por grupos de comunicação em espaços de favelas. Essa coincidência de temas com os das capas do *Fala Roça* pode levar a pensar se é possível existir algum tipo de continuidade, em termos de espaços de reivindicação de classes populares, entre este jornal e os movimentos chamados populares ou sociais de outrora. Arriscaria dizer que sim, há continuidade em termos de conteúdos abordados e, talvez, de algumas ações, mas não na forma como estas iniciativas são definidas no caso do *Fala Roça*. Nele, os jovens se reconhecem como jornalistas/comunicadores e seu meio de expressão é o jornal. Ou seja, o jornal não é entendido primordialmente como um veículo de reivindicação, de defesa de uma causa específica, mas principalmente como um meio de comunicação jornalística. Alguns dos seus comunicadores adotam uma postura que consideram mais ativista em suas redes sociais particulares, porém, de forma menos explícita nas páginas do jornal. Além disso, alguns preferem se diferenciar da denominação “lideranças comunitárias”, muito usada por gerações mais antigas da favela, preferindo se reconhecer como “articuladores comunitários”.

4.3.2 Páginas internas: histórias de moradores

Quadro 6 - Conteúdo publicado no interior do jornal, por recorte temático

Tema	Quantidade	Ranking
História de morador	22	1
Nordeste	19	2
História/Memória local	11	3
Infraestrutura urbana	10	4
Arte/cultura/Lazer	9	5

Jornal <i>Fala Roça</i>	8	6
Espaço do leitor	8	6
Culinária	6	7
Utilidade pública	5	8
Segurança pública	4	9
Esporte	2	10
Saúde	2	10
Economia	2	10
Trabalho	1	11
Associação de Moradores	1	11
Megaeventos	1	11
ONG	1	11

Legenda: Não inclui os editoriais. “Espaço do leitor”, “Culinária” e “Memória” podem ser considerados espaços “fixos” no jornal, embora não tenham sido publicados em todas as edições.

Fonte: Jornal Fala Roça impresso (edições 1 a 8). Data: maio/2013 a agosto/2016. Acessível em: <http://falaroca.com/>

As páginas internas do jornal são repletas de histórias de moradores locais. Estes foram os temas mais frequentes em todo o veículo, exceto na capa, onde predominaram grandes problemas coletivos presentes na favela. Ao todo, foram 22 histórias distribuídas pelas oito edições, que não trazia um número fixo de narrativas – em geral, eram entre duas e quatro por edição. Em todo o conteúdo, os temas que ocuparam mais espaço (em números absolutos) foram: histórias de moradores (22); Nordeste (19); memória/história da Rocinha (11) e infraestrutura urbana (10). Abaixo, segue uma lista das histórias publicadas, por edição, com os nomes dos personagens. Emocionantes, as histórias abordadas pelo jornal são todas verídicas e cumprem o importante papel de contribuir para tecer o “amarrado” que compõe histórias e memórias relativas à favela. Ao mesmo tempo, outra característica deste conteúdo produzido pelo jornal é o desfecho predominantemente positivo das histórias selecionadas para serem contadas, levando em conta as oito edições impressas, nas quais este estudo se concentra. Com exceção das histórias de Amarildo e, dependendo do ponto de vista, a do Tio Lino, todas possuem enredos marcados por situações de superação de dificuldades. Nesse cenário, ficava de lado um contraponto com outras histórias de habitantes, cujos desfechos nem sempre apontavam para situações favoráveis aos problemas enfrentados.

Em seguida, reproduzo dois perfis publicados: o de Nilton Oliveira, ambulante, carioca e “cria” da favela, que percorria a Rocinha vendendo doces, especialmente, sonhos; e a história de Josita Maria da Silva, paraibana, professora e empregada doméstica, mãe de Michel e Michele, moradora da Rocinha desde o início dos anos 1990. A história de Nilton foi contada na terceira edição (em 2014), época em que circulava pela Rocinha vendendo seus doces. Alguns anos depois (em 2017), enfrentou dificuldades para realizar o seu trabalho: devido aos

conflitos armados, parou de circular pela favela e passou a vender doces sob encomenda. Já Dona Josita, teve a história contada nas páginas do *Fala Roça* por seus filhos, que assinam a matéria “De volta para minha terra”. Ambos narram a primeira viagem de “Dona Jô” de volta à sua terra natal (Paraíba), para visitar a família, depois de mais de três décadas morando no Rio de Janeiro.

Michele e Michel notaram a existência do predomínio de histórias em que os moradores superaram suas dificuldades no jornal. Em momentos de retorno do conteúdo desta tese, em que conversamos sobre o tema das histórias de moradores, expuseram a intenção de iniciar mudanças nesta questão específica, a partir do nono número. Mas o próprio jornal passou por momentos difíceis – principalmente entre 2017 e 2018, com os conflitos armados e a Intervenção Federal no Rio de Janeiro (melhor analisados, à luz deste estudo de caso, no capítulo 7) – e teve que parar de circular. Em relação a este tema, seguem considerações de Michele, a partir de uma conversa em fevereiro de 2018. Naquele momento, ela comentou sobre a situação de Nilton, o “vendedor de sonhos”, que passava por dificuldades: “Cada história que acontece tem muita coisa por trás, pessoas que estão envolvidas, grandes histórias. Cada pessoa envolvida tem uma história de vida”. Ela cita o exemplo do “moço do sonho”, com quem eles já têm contato há um bom tempo. Conversaram recentemente e ele disse que precisou “mudar 100% o meu trabalho”. Na ocasião, não podia mais andar para vender doces, como fez a vida toda: estava trabalhando sob encomenda, teve que se “reinventar” e sua renda diminuiu muito. “São os efeitos dessas coisas na vida real, entendeu?”. As “coisas” às quais Michele se refere, nesse caso, se relacionaram aos confrontos na favela, que ocorreram entre 2017 e 2018, seguidos por violações de direitos por parte de agentes de segurança do estado (situação abordada mais adiante na tese). Ela concorda. E diz que também não quer colocar “a gente” como “coitados”. “Mas infelizmente coisas ruins estão acontecendo e a gente precisa falar disso”, explicou. Citou o exemplo das escolas que atendem à população da Rocinha: “as escolas particulares aumentaram muito o valor porque muita mãe não conseguiu fazer a matrícula nas escolas públicas, no tempo que tinha que ser feito. Então, as particulares meteram a mão. Não todas, algumas. Porque a oferta de crianças é grande e as vagas são poucas”.

Lista de moradores cujas histórias foram abordadas nas páginas internas do jornal impresso

Edição 1: Jorge Luíz Isaias, dançarino (migrante nordestino); Abelardo Rodrigues, mensageiro (migrante nordestino); Coluna Culinária - Antônio José da Silva, dono de barraca

de “guloseimas” (carioca, filho de nordestinos); “Timbó”, músico e marceneiro (migrante nordestino).

Edição 2: Rodrigo Magalhães de Souza, “um carioca em busca de novos horizontes” (migrante no sentido inverso, da Rocinha para o Nordeste); Coluna Culinária: Barraca das Baianas.

Edição 3: Amarildo Dias de Sousa, desaparecido em julho de 2013, levado por policiais da UPP-Rocinha; Nilton Oliveira, “vendedor de sonhos”, nascido e criado na Rocinha.

Edição 4: (Obituário) Tio Lino, artista plástico, nascido e criado na Rocinha, mantinha uma escola de artes na favela, onde era “conhecido por suas lutas por melhorias”; K-Max, locutor de rádio (migrante nordestino); Fernando Souza, chefe de cozinha; nascido e criado na Rocinha.

Edição 5: Ari da Silva (migrante nordestino), dono de barraca de especiarias do Nordeste; MC Oz, nascido e criado na Rocinha. Coluna Culinária - Lula da Tapioca (migrante nordestino). Moradora da Rocinha ganha concurso de beleza do evento Rio 450.

Edição 6: Josita Maria da Silva, professora e doméstica (migrante nordestina); Coluna Culinária – Renata Nunes. Tia Mocinha.

Edição 7: Jovem passa no exame da OAB, após oito tentativas; Tia Mariquinha; Coluna Culinária - Katia Melo (migrante nordestina).

Edição 8: Jonathan Descalzo, morador da Rocinha estrangeiro, nascido na Espanha.

Histórias de moradores – textos reproduzidos do jornal *Fala Roça*

3ª edição / *Fala Roça*

Fevereiro de 2014

O homem dos sonhos

Perseverante, sonhador e batalhador. É assim que se pode definir Nilton Oliveira, de 47 anos, trabalhador autônomo. Carioca da gema do ovo, cria da Rocinha e filho de mineiros, a vida dele é de um andarilho.

por Michel Silva
texto e fotos

Há 15 anos, o doceiro percorre os becos da Rocinha carregando uma caixa com 60kg de doces, como sonhos, maçãs do amor e balas de cocos caramelizadas que oferece por R\$ 2,00 cada. Com seus gritos, Nilton anuncia sua chegada: “Quem quer sonhar, quem quer! – ou então: Olha a maçã do amor freguesa!”. A vida do doceiro é digna de aprendizado.

Os primeiros empregos foram como entregador de farmácia, entregador de jornais e feirante. O envolvimento com os doces começou quando Nilton conseguiu um emprego como lavador de

pratos em um hotel. O supervisor, atento à dedicação do empregado, ofereceu uma oportunidade para que ele trabalhasse na confeitaria. “Ganhava pouco como lavador de pratos. Com a oportunidade na confeitaria, ia somente na minha folga e não recebia salário. Eu ia por conta própria porque queria ter uma profissão adequada”, lembra Nilton. Bastante interessado pelo ofício de confeiteiro, o doceiro trabalhou em outros hotéis, como o Sheraton, no Leblon.

Com a saída do emprego, Nilton começou a vender doces pelos becos da Rocinha. Sempre fazendo o mesmo trajeto, há 15 anos, de terça a domingo. Ele inicia a caminhada a partir da própria casa, na Cachopa, passa pela Vila Verde, volta para a Cachopa, Paula Brito e Dioneia. “Vendo mais ou menos 600 sonhos por mês. Às vezes a venda é fraca, então vou para a praia vender sorvetes e biscoito Globo, aos sábados e domingos, para complementar a renda”.

Perguntado sobre a abertura de uma loja para vender seus produtos, o doceiro revelou um desejo: “O meu maior sonho é ter meu próprio negócio. É um trabalho árduo. Não é nem questão de andar. Às vezes está chovendo e atrapalha muito a minha renda, e exalta: Os sonhos, as balas de coco... eu faço com prazer.” O andarilho fez com que percebesse a transformação urbanística na Rocinha. “Na Vila Verde você tinha que andar se agarrando nas paredes porque era barro puro. Só depois de um tempo que os moradores se reuniram e colocaram concreto na rampa”, relembra.

A entrevista é interrompida por uma moradora que havia comprado dois sonhos fiado. Durante todos esses anos, andando pelos becos da Rocinha, Nilton é uma figura conhecida. Todos o conhecem. Mesmo aceitando fiado ele demonstra cautela. “Eu confio e não confio. Eu não posso ver o coração das pessoas. O que prevalece é a palavra da pessoa”.

Sonhos, maçãs do amor, balas de coco caramelizadas. Nilton também aceita encomendas e vende os doces em eventos. “A pessoa me liga e diz que em tal hora e tal dia vai ter uma festa em um local. Eu preparo as coisas e fico na entrada da festa. Isso me ajuda”, conta ele. O telefone para contato de Nilton é (21) 3322-8023.

6ª edição / Fala Roça

Agosto de 2015

De volta para minha terra:

Paraibana retorna à terra natal após 30 anos sem visitar familiares

por Michel Silva e Michele Silva

Muitas vezes, viajar de avião é mais barato do que viajar de ônibus. Desde 2011, as classes C e D impulsionaram o mercado de turismo no Brasil com a ampliação do crédito. O nordeste brasileiro é um dos principais destinos nacionais, entretanto, a viagem da moradora Josita Maria da Silva, de 62 anos, foi por um motivo diferente. Ela visitou os familiares após 30 anos longe da terra natal, na Paraíba.

Criada na roça, a paraibana nasceu em Boqueirão, uma cidade do interior paraibano. Ela veio para o Rio de Janeiro na metade dos anos 80 após a morte da mãe. Antes de vir para o Rio, ela trabalhou durante oito anos como professora de artes em uma escola municipal na própria cidade. Assim que chegou no Rio, ela foi morar em Copacabana na quarto de uma prima que trabalhava em um prédio. Em poucos meses, a prima conseguiu um emprego de doméstica para Josita em Ipanema.

Os passeios que ela fazia na Praça General Osório, em Ipanema, fez com ela conhecesse o futuro marido. “Estava na Praça General Osório com a minha amiga e ele chegou perto de mim. Começamos a conversar e ele disse que procurava um relacionamento. Era bom de papo”,

conta ela que é casada há 25 anos com Paulo Afonso, de 64 anos, natural de Rio Pomba, em Minas Gerais.

Em 1988, Josita e Paulo decidiram alugar uma casa na Glória, atrás do prédio da extinta revista Manchete. “Estávamos morando há oito meses na Glória e engravidei dele. Eu perdi o emprego por conta da gravidez e ele ganhou uma pequena casa no playground do prédio em que ele trabalhava na Avenida Vieira Souto, em Ipanema, aí fomos morar lá”, explica ela.

Paulo trabalhava como porteiro e ela tinha que ficar em casa porque precisava cuidar da filha. A primeira filha ia bem até que veio a notícia de que estava grávida pela segunda vez, em 1989.

Mãe de duas meninas aos 32 anos de idade e desempregada, Josita viu a situação da família se agravar com a demissão do marido do prédio em Ipanema. “Meu marido teve problemas no trabalho e tivemos que nos mudar para Laboriaux, em 1992, por indicação do filho de uma moradora do prédio”, conta ela. Josita estava grávida do terceiro filho quando se mudou para a Rocinha.

Depois de um viver um período conturbado na casa em que vivia no Laboriaux, Josita e Paulo venderam o imóvel e alugaram um porão na Praça do Skate, na Curva do S. “Era muito ruim porque a gente não podia ficar em pé dentro de casa. Tinha que andar agachado”, relembra.

Na metade dos anos 90, seu marido recebeu um dinheiro de uma rescisão contratual de um trabalho e compraram uma casa na parte alta da Vila Verde por indicação de uma amiga. “A casa era boa, naquela época tinha muito mato e a ladeira era de barro. Depois eu me arrependi porque o dinheiro que ele tinha recebido dava para comprar uma casa na parte baixa da Rocinha”, explica.

Desde que ela veio para o Rio, não havia visitado nenhuma vez os familiares na Paraíba. A família dela pensava que ela não queria mais contato com eles porque enviavam cartas para ela e não recebiam respostas. Porém, um primo de Josita morava na Glória e tinha telefone. Quando podia visitar o primo, ela ligava para as irmãs que esperavam ansiosamente por notícias.

Os trabalhos que ela fazia na área de limpeza não geravam uma renda suficiente para viajar. Além disso, os filhos precisavam estudar. Depois de crescidos, os filhos resolveram recompensar a mãe por toda a dedicação e organizaram a viagem dela para a Paraíba através da internet.

A viagem aconteceu no início de 2015 junto com seu marido. Foi a primeira vez que ela viajou de avião. “Eu nunca tinha visto um aeroporto. Foi tudo muito novo. Quando iam para o Rio, foi uma viagem de três dias em um ônibus. A viagem de avião foi menos de duas horas. Quando o avião decolou, eu pedi ajuda para Jesus abençoar a viagem”, conta ela.

A paraibana que veio para o Rio iniciar uma nova vida voltava para a cidade em que nasceu para reviver a velha vida na roça. “Quando cheguei em Boqueirão, foi uma alegria muito grande. Minhas irmãs me buscaram no aeroporto e fomos embora de carro para casa. Chegamos em casa às 2h e todo mundo estava acordado. Meus familiares soltaram fogos muitos de artifício comemorando minha chegada na cidade”, lembra ela.

De volta ao Rio, ela já faz planos para a próxima viagem. “Antes de voltar eu prometi para as minhas irmãs que iria retornar à Boqueirão todo ano. Na próxima viagem quero levar meu filho mais novo”, conta ela com um sorriso no rosto e segurando um celular que comprou para manter contato com os familiares.

5 “ROCINHA NO AR”: ENCONTROS ENTRE TRADIÇÕES E NOVIDADES NAS REPORTAGENS DO JORNAL *FALA ROÇA*

Fotografia 5 - Cena da distribuição do Jornal *Fala Roça*



“Ele se reconheceu e foi atrás falar com a gente, nos levou pra conversar com as outras pessoas [da foto] que estavam ali ainda. Não sei se ele já teve oportunidade de ver a foto dele publicada em alguma coisa antes. E muito menos sendo em coisa boa. Tem um peso, assim, sobre as pessoas que moram em áreas de favela, como a gente e está acostumada a ver a favela na TV, no jornal, mas só nas páginas policiais. E ele não: tá ali, se viu, se reconheceu numa coisa legal e foi mostrar pra todo mundo! Nesse dia foi muito legal”. Michele Silva (fotoentrevista)

“Foi uma coluna que o Sankofa estreou pra falar de memória e, por algum motivo, eles resolveram botar essa foto; era um texto deles falando de carnaval. Aí, quando foi entregar, as pessoas se reconheceram. ‘Fulano de tal morreu, não tá mais morando aqui’, mas não deixa de ser reconhecimento”. Beatriz Calado (fotoentrevista).

Legenda: Moradores se reconhecem em uma fotografia da década de 1990, publicada na Coluna *Memória*, escrita por integrantes do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha. A foto observada é um retrato de pessoas brincando carnaval na Rocinha, entre elas, homens fantasiados de mulheres. Moradores da região do Laboriaux, na parte alta da favela., reconheceram-se ao receberem o jornal. Um deles (atrás, à direita), posteriormente, converteu-se a uma denominação da religião evangélica, por isso não pode mais brincar carnaval, como explicou. Junto à esposa, olham a foto, ao lado de outros moradores que também se reconheceram, e dos jornalistas Michel e Michele. Data: 08/08/2015. Fonte: A autora, 2015.

Houve um tempo, na Rocinha, em que um dos principais jornais impressos feitos por moradores, o jornal *Tagarela*, era fruto do “trabalho comunitário”¹³⁵, entendido como “o

135 Lygia Segala analisa, em sua dissertação *O Riscado do Balão Japonês: trabalho comunitário na Rocinha (1977-1982)*, o trabalho comunitário realizado na Rocinha entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. De acordo com seu entendimento à época, trabalho comunitário era compreendido, naquele contexto, da seguinte forma: “Por trabalho comunitário (TC) entenda-se o conjunto de representações e atitudes articuladas em torno da crença em um projeto de reforma social com caráter nivelador e igualitário, inspirado no texto da

conjunto de representações e atitudes articuladas em torno da crença em um projeto de reforma social com caráter nivelador e igualitário” inspirado em textos da igreja católica (SEGALA, 1991, p. 151). Foi criado por um grupo de jovens participantes da Associação Social Padre Anchieta (ASPA)¹³⁶, na década de 1970, integrado às suas atividades. A ASPA foi uma das primeiras iniciativas de atendimento social (da igreja católica) integrado ao trabalho comunitário na Rocinha, segundo Segala (idem, 1991), e continua presente na Rocinha. Entretanto, hoje, os tempos são outros. Há proximidades, mas também distanciamentos entre as práticas de produção de informação na favela de antes e de agora.

A compreensão de que o *Fala Roça* se insere (à sua maneira) em um conjunto rico e maior de tradições e práticas de comunicação incentivou a busca por refletir sobre o seu conteúdo e discurso estabelecendo um diálogo analítico com outras vozes, principalmente locais (embora não somente) – outros meios de comunicação e comunicadores, moradores em geral, “crias” ou pessoas que se integram à vida na favela de alguma forma, movimentos de base comunitária, etc. Em termos metodológicos, esse diálogo se tornou possível através da combinação de algumas fontes de coleta de dados, considerando pesquisa empírica e documental: 21 entrevistas, em diferentes formatos, com comunicadores de veículos de informação da Rocinha entre outras pessoas, uso da fotografia como instrumento de pesquisa, análise documental concentrada no material do jornal *Fala Roça* impresso e também consulta a acervos de jornais extintos da Rocinha, além da pesquisa etnográfica¹³⁷.

Devo reconhecer que a forma de combinar essas fontes contou com uma certa dose de intuição, levando em conta a familiaridade limitada desta pesquisadora com a incorporação de fontes historiográficas ao trabalho de pesquisa. Feita a ressalva, busquei trabalhar da seguinte forma: os temas que ganharam mais relevância nas páginas do FR foram tomados como fio condutor para puxar um novelo maior de vozes dessa favela, que falam por si e sobre assuntos que se relacionam de alguma forma (por semelhança ou contraste) com os publicados nas capas desse jornal. A intenção é que, dessa forma, vozes locais componham a maior parte do cenário

Igreja Renovada. A proposta do TC é desenvolvida no morro, junto aos moradores, por agentes cristãos (religiosos ou leigos) e intelectuais ligados à Capela N. Sra. Aparecida do Largo do Boiadeiro e à Associação Social Padre Anchieta” (SEGALA, p. 159, 1991).

136 Instituição filantrópica ligada à igreja católica, a Associação Social Padre Anchieta (ASPA) foi criada em 1964 “para expandir e consolidar a assistência social da capela” (SEGALA, p. 168, 1991). O Jornal *Tagarela* registra, no número 1, de 1976, que a Rocinha acabava de ganhar “uma obra de grande alcance social, que é a Associação Social Padre Anchieta (ASPA)” e prossegue: “dando oportunidade de melhorar seu nível escolar, bem como formação profissional, por exemplo, corte e costura, arte culinária, trabalhos manuais e catequese”. Atualmente, a Creche ASPA é uma das principais atividades da instituição.

Disponível em: <https://www.facebook.com/amigosdaaspa2.br/>

137 Informações sobre a metodologia de pesquisa e entrevistas no capítulo 1 e nos anexos da tese.

dos diferentes contextos relativos à Rocinha em que os textos foram publicados, em suas respectivas épocas históricas, desenhando um movimento de idas e vindas no tempo. Como mencionado, são vozes de comunicadores da Rocinha, moradores e seus interlocutores, aqui, muitas vezes expressas através de meios de informação. Falam sobre assuntos diversos do cotidiano, sobre a geografia da favela, infraestrutura urbana, gostos, cheiros, dilemas, enfrentamentos, resistências, lutas, sabedorias, desejos, direitos, violências. Serão trazidas também outras vozes presentes na sociedade em geral, por exemplo, a partir da mediação de veículos da grande imprensa, na medida em que são produtores de discursos que interagem no processo de comunicação estudado.

Nas páginas a seguir, concentro-me nas reportagens que foram destaque nas capas das edições do Jornal *Fala Roça*, de modo a compreendê-las como parte de uma realidade cultural e social mais ampla em que estão inseridas, conforme já mencionado. Portanto, os textos publicados podem ser entendidos como práticas culturais cujas representações se integram ao universo das construções discursivas produzidas na Rocinha sobre a própria favela e outros assuntos. No capítulo anterior, foi possível notar que a maioria das manchetes destacadas nas capas do impresso remeteu à representação da Rocinha no sentido de coletividade, em que os “problemas sociais” (conforme as palavras de Michel Silva) narrados nos textos são vivenciados de forma coletiva, uma vez que se tratam de problemas estruturais enfrentados na favela – cujos efeitos atingem ao conjunto de moradores como um todo. A intenção desse capítulo é olhar mais de perto, acompanhar como esses sentidos foram criados pelos jovens comunicadores, em diálogo com suas narrativas, seus contextos de vida e relativos ao ambiente urbano da cidade na época de sua publicação, além de tomar em perspectiva também outras temporalidades que dizem respeito à favela, por meio da alusão ao conteúdo de jornais já extintos da Rocinha – em especial dos jornais *Tagarela*, existente aproximadamente de 1976 a 1981 e *Rocinha Notícias*, cujo período total de duração foi de 2001 a 2018 e sua versão impressa circulou entre 2001 e 2012. Agregarei a esse conjunto de aspectos a experiência de acompanhamentos variados de atividades do *Fala Roça*, de cunho etnográfico, assim como de situações do cotidiano em geral que vivi na Rocinha. Conforme menciono mais adiante, fui desenvolvendo a percepção, na prática, de que o jornal não é composto apenas por notícias e reportagens nele inseridas, mas também pelas vidas, experiências, relações e todo o percurso realizado até que lá pudessem se materializar (no caso, estar impressas).

O diálogo com outros meios de informação escrita da Rocinha foi feito a partir dos temas abordados pelo FR, na tentativa de melhor contextualizar o processo de comunicação tratado neste estudo, assim como de perceber suas relações com (e ampliar o conhecimento sobre)

tradições de comunicação oriundas dessa favela, em especial, as relativas ao chamado universo letrado – embora aqui se trabalhe com um espectro limitado de mídias, dentro de um cenário certamente mais rico, diversificado e enraizado em épocas mais antigas¹³⁸. Esse, entre outras produções locais, é composto tanto por jornais impressos quanto por folhetos produzidos por associações de moradores, revistas voltadas para a divulgação de classificados, anúncios e serviços existentes na favela, outros impressos que incorporam também uma forma de colonismo social (como a divulgação de instituições e personalidades, por exemplo), além de publicações de cunho mais literário. Desde já, assinalo aqui a perspectiva de reconhecimento dessas produções textuais como lugares de saberes locais, singulares, descentralizados, constituintes de memórias do cotidiano das favelas, e por elas constituídas, assim como do próprio Rio de Janeiro. As representações nelas contidas nos informam sobre uma série de condições e características do contexto social, político e cultural presentes nos modos de vida da favela e da cidade. Igualmente necessitam ser tornadas públicas e visibilizadas como constituintes da história da cidade, como o são relatos e tradições oriundos de outros bairros.

Ao seguir nessa direção, adotei um pequeno roteiro visando ir além de uma análise de conteúdo tão somente. Inicialmente, apresento o tema da reportagem do Jornal *Fala Roça* conforme o enfoque e a estrutura por ele adotados; em seguida, exponho considerações dos comunicadores sobre a produção dessas pautas¹³⁹ e abordo elementos contextuais visando auxiliar à compreensão do assunto em questão, no seu tempo. Por fim, verifico se e como ocorreu a abordagem de assuntos semelhantes ou contrastantes por outros meios de informação da Rocinha consultados. Em relação ao último item, aciono o cruzamento temático de cada uma das oito reportagens destacadas na capa do FR com o conteúdo, principalmente, dos jornais locais já extintos *Tagarela* e *Rocinha Notícias*. Há que se reforçar o fato de estes se tratarem de veículos produzidos por grupos diferentes, em épocas distintas, portanto, é necessário levar em conta suas singularidades ao entrarmos em contato com seus conteúdos – cujos perfis se encontram no item 5.1 deste trabalho.

138 Nesta pesquisa, trato apenas do universo letrado dos meios de informação, com atenção concentrada em meios impressos. Ver o mapeamento de mídias da Rocinha em anexo a esta tese para uma noção aproximada sobre o universo mais específico das mídias atuais e extintas da Rocinha. Trata-se de um mapeamento “em construção”, uma vez que seria necessário um esforço maior de pesquisa, fora do escopo deste trabalho, para um registro mais acurado destes veículos. Provavelmente, o número de canais de informação existentes na favela é maior, por exemplo, pelo fato de o ambiente da internet ter proporcionado a criação (e também extinção) mais rápida de suportes de informação *on-line*. De acordo com relatos de moradores, o *boom* do uso das redes sociais na favela aconteceu, principalmente, a partir dos anos 2010.

139 Nem todas as reportagens foram comentadas pelos comunicadores do jornal, levando em conta o fato de os diálogos sobre o conteúdo do veículo terem sido feitas em formato aberto, respeitando, sobretudo, os tempos que dispunham para falar. Em algumas ocasiões, as histórias envolvendo a realização das matérias eram longas e instigantes, o que me levava a não interromper as narrativas.

A escolha dos dois jornais mais antigos se deu inicialmente pela circunstância fortuita (e feliz) da possibilidade de acessar seus acervos e exemplares remanescentes ocorrida durante o período da pesquisa de campo¹⁴⁰. Apesar de não prevista inicialmente no âmbito desta pesquisa, a consulta a esses materiais trouxe a possibilidade de uma perspectiva mais ampla de análise, evidenciando relações entre mídias de favelas (especificamente, as impressas, aqui analisadas) e as instâncias das narrativas de memórias que podem ser entendidos como “saberes históricos das lutas” (FOUCAULT, 1989). A importância da valorização desses conteúdos se constituiu como uma percepção compartilhada com os interlocutores de pesquisa que permitiram a realização desta consulta¹⁴¹. Junto a isso, ambos os jornais proporcionaram acessar, em certa medida, a Rocinha dos tempos em que circularam (ou seja, abarcando de meados da década de 1970 ao início dos anos 1980 e, em seguida, a primeira década dos anos 2000). Vale lembrar que se trata de pontos de vista e representações desses meios de informação acerca do dia a dia da favela durante seus anos de circulação. As reportagens de alguns números do FR ganharam análises mais extensas do que outras em razão de terem suscitado comentários mais alongados dos comunicadores nas entrevistas para esta pesquisa e pelo fato de outras terem sido acompanhadas mais de perto durante a realização do presente estudo.

Um dos principais aspectos percebidos por meio das análises a partir do cruzamento dessas fontes é já conhecido de moradores que acompanharam ou conhecem as histórias de mídias mais antigas da favela: a recorrência de determinados temas em jornais de diferentes épocas. Tal “persistência” ocorreu, no caso estudado, especialmente em relação a assuntos relativos a problemas crônicos de infraestrutura na favela, que foram maioria nas capas do *Fala*

140 Para maiores detalhes sobre o trabalho com memória na favela da Rocinha, ver FIRMINO, Antônio Carlos; SEGALA, Lygia. “Memória Social, Museu e Trabalho Comunitário na Rocinha”. Artigo produzido para ProextCultura. Disponível em: https://www.museusdoriorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=47:_k2&view=item&id=47:museu-da-rocinha-%E2%80%93-sankofa-%E2%80%93-mem%C3%B3ria-e-hist%C3%B3ria

141 Os materiais remanescentes dos jornais *Tagarela* e *Rocinha Notícias*, cedidos para consulta nesta pesquisa, encontram-se sob guarda, respectivamente, do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha e de Edu Casaes, um dos fundadores do jornal *Rocinha Notícias* (ao lado de Carlos Costa e Déo Pessoa). Conforme a definição em seu *blog*, o Museu Sankofa é “composto por moradores da Rocinha, que vêm realizando ações no sentido da valorização e constituição de acervo da Memória e História da Favela da Rocinha e políticas públicas de cultura para Rocinha”. A versão digitalizada do *Tagarela*, jornal então rodado em mimeógrafo, está disponível para consulta também por meio do Acervo Lygia Segala, integrado ao Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural da Universidade Federal Fluminense. A professora Lygia Segala (Faculdade de Educação e Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Cultura e Territorialidade da Universidade Federal Fluminense) realizou, entre muitas atividades na Rocinha, a organização (com Tânia Regina Silva) do livro *Varal de Lembranças: Histórias da Rocinha* (SEGALA; REGINA, 1983). Já Edu e Carlos Costa foram meus colegas de trabalho na equipe do *site Viva Favela*, no início dos anos 2000, na mesma época em que iniciaram a produção do *Rocinha Notícias*. Atualmente, há 36 números remanescentes em papel, material que propus a digitalizar. Em 2020, finalizei essa tarefa e doei para os seus fundadores.

Rocça; podemos pensá-la como indicadora de formas históricas de atuação do estado nesses espaços, assim como de seus efeitos sobre as vidas dos habitantes locais, além das reações e movimentos deles frente a tal situação cotidiana (em cada tempo específico). Pensando com Akhil Gupta, prestar atenção em discursos de jornais locais é uma forma de compreender como o estado e suas práticas são construídos no nível cotidiano (GUPTA, 2009). Esse aspecto será levado em conta dentre as características que perpassam mídias impressas da Rocinha, mas merecerá maior aprofundamento em estudos futuros.

Nos termos propostos por Michel Foucault acerca da concepção de genealogia, meios de informação de favelas (objeto específico desse trabalho) podem ser pensados como lugares onde se inscrevem saberes que devem ser buscados para conhecer visões e versões da história da cidade do Rio de Janeiro (também componentes do mosaico das histórias do país) que não estão nos livros escolares e tampouco ainda não estão presentes na maior parte do noticiário dos grandes veículos de mídia. Portanto, mesmo considerando suas heterogeneidades e diferenças, veículos de mídia produzidos a partir de pontos de vista e vivências relacionadas a favelas e periferias, em alguma medida, incorporam o “saber histórico da luta” e constituem “memória dos combates”, para usar expressões sugeridas por Foucault (1989). Essa perspectiva se assenta em reflexões do autor sobre a necessidade de incorporação das críticas à produção de um saber teórico totalizante, global e, mesmo preguiçoso, que caracterizaria uma “erudição inútil” de pesquisas e escritos históricos produzidos nas sociedades ocidentais. Para romper com essa tradição que reforçava velhas estruturas de poder, seria importante realizar o que ele denominou de “pesquisas genealógicas múltiplas”, as quais seguiriam no sentido de reconhecer a importância de acontecimentos pontuais, heterogêneos, descontínuos e de acoplar ao saber erudito o “saber das pessoas”. Realizar uma genealogia de uma determinada prática se trataria, portanto, de fazer o “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1989, p. 97). Ainda segundo Foucault, dois pontos teriam contribuído fortemente para as tentativas de contraposição a teorias unitárias e totalitárias impermeáveis a saberes considerados menores e hierarquicamente inferiores. O primeiro seria o caráter local da crítica ou uma “espécie de produção teórica autônoma, não centralizada”; o segundo seria o que denominou de “insurreição dos saberes dominados”, entendendo tais saberes como “conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados” e, além disso, uma série de saberes historicamente subjugados e considerados desqualificados.

No âmbito do processo de comunicação objeto de estudo deste trabalho, acredito ser oportuno pensar a prática cultural da realização de jornais impressos na Rocinha também em

conjunto com a sua dimensão de expressão de memória – mais especificamente de memória coletiva, por se tratarem de veículos de mídia, ou seja, produtos da intermediação e interação cultural entre visões de mundo (ou expressão do encontro entre percepções da realidade por parte de mais de um indivíduo). Nesse sentido, levo em conta a compreensão do conceito de memória conforme Maurice Halbwachs, para quem é, sobretudo, ligado à sua dimensão coletiva ou social, ou seja, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (HALBWACHS, *apud* POLLAK, 1989, p. 201).

O estudo de caso do jornal *Fala Roça*, além de permitir conhecer sua prática contemporânea específica de fazer comunicação e, assim, acessar processos vinculados ao mundo urbano da cidade, nesse caso narrado a partir de trajetórias de novas gerações nascidas em favelas, também possibilitou acessar conexões com instâncias de memória relativas à Rocinha – suas próprias narrativas também se configuram como escritas que se somam a outros fragmentos de memória da favela e vão também compondo sua história a partir do seu olhar. Nesse ponto, vem à lembrança a vontade de escrever da pequena Maria-Nova, personagem do romance *Becos da memória*, de Conceição Evaristo. Essa vontade era impulsionada pelo desejo de, um dia, narrar a fala do seu povo preto:

agora ela [Maria-Nova] já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria-Nova, um dia, escreveria a fala de seu povo” (EVARISTO, p. 147, 2006).

No *Fala Roça*, os comunicadores/jornalistas nascidos na Rocinha escrevem as próprias falas, usando para isso, os meios e as possibilidades do seu tempo; inicialmente, com o impresso, e, atualmente, em plataformas digitais, contribuem para as tradições culturais e memórias da favela, assim como, para as lutas dos moradores para serem ouvidos, lidos e respeitados.

5.1 Mídias da Rocinha: panorama exploratório

Desde o período inicial do trabalho de campo, tomei contato com diversas mídias existentes na Rocinha e decidi mapeá-las, a partir de entrevistas, conversas informais e buscas no ambiente da internet¹⁴². Os nomes das mídias, de acordo com algumas classificações elaboradas e outros detalhes se encontram no Anexo A dessa tese. Mas é preciso salientar, desde logo, que se trata de uma tarefa complexa realizar um levantamento de grupos voltados para

¹⁴² A classificação, feita neste levantamento, dos veículos de acordo com suas finalidades deverá ser complementada e revista de acordo com autodefinições dos veículos.

comunicação existentes em um determinado espaço geográfico – neste caso, a favela da Rocinha. Segundo alguns levantamentos existentes abrangendo um número maior de favelas e periferias do Rio de Janeiro¹⁴³, a Rocinha se trata de uma das favelas com maior quantidade de iniciativas de comunicação do Rio de Janeiro (ao lado do conjunto de favelas da Maré), o que por si só já dá uma noção do quão trabalhosa é essa tarefa. Além disso, é preciso criar classificações para buscar abarcar a maior parte desse rico e instigante cenário cultural. Portanto, como esse não era o foco central do presente estudo, chamo atenção para o fato de terem sido feitos esforços, com coerência e seriedade, visando iniciar esse registro dos veículos de comunicação da Rocinha – lembrando não terem sido encontradas, no âmbito desta pesquisa, informações sistematizadas abrangendo todo o tipo de mídias da Rocinha. Assim, aqui, apresento um levantamento ainda em caráter exploratório, levando em conta o alerta de um comunicador local de que “todo dia surge uma mídia na Rocinha”.

Tais registros somaram o total de 19 meios de comunicação em atividade até o término do levantamento, em 2018, compreendendo diferentes suportes de circulação de conteúdo e finalidades (em meio impresso, digital, radiofônico etc; com fins jornalísticos, publicitários, de cunho histórico etc.). Quanto às mídias que chamei de extintas (ou inativas), registrei 10, ao todo, também abrangendo diferentes suportes de circulação – o que, seguramente, trata-se de um número subestimado. Classificar práticas de comunicação é algo complexo no mundo contemporâneo devido à grande diversidade de suportes de mídia existentes, entretanto, é preciso adotar alguns recortes para compreendê-las em conjunto. Dentro deste universo, também há diferentes possibilidades dentro de um só campo de comunicação, como o jornalístico, onde é possível, por exemplo, ser produtor ou apenas difusor de informações produzidas por outros veículos. Finalmente, dentro deste espectro, ainda é preciso refletir sobre o tipo de informação produzida – de caráter mais factual (registros de acontecimentos do dia a dia), investigativo (matérias de caráter mais aprofundado), voltado para serviços ou englobando todas essas possibilidades etc. Alguns veículos foram “encaixados” dentro de uma dessas categorias, sem uma consulta efetiva aos seus realizadores – o que será necessário em uma etapa mais aprofundada relativa ao mapeamento desse campo de comunicação da Rocinha.

Seguem as informações a respeito do universo total de 19 meios de comunicação em atividade encontrados, no momento do levantamento: 8 veículos têm atividade principal voltada para a produção de informação (sobre a Rocinha); 2 se voltam à divulgação (ou repasse) de informações/notícias produzidas por outros; 1 possui fins publicitários; 1, fins históricos, 2 têm

143 ANSEL; SILVA, 2012.

fins de engajamento como movimento social/comunitário; 1 voltado para imagens em geral; 3 são voltados para informação e entretenimento combinados; 1 possui finalidades religiosas. Quanto ao suporte de mídia (onde o conteúdo circula), esses meios estão distribuídos principalmente no ambiente virtual da internet e alguns deles possuem mais de uma plataforma de conteúdo. Portanto, são: 11 páginas na rede social Facebook; 07 *sites/blogs*; 02 rádios; 02 jornais impressos; 01 TV de rua e 01 sistema de carros e motos de som. Como alguns veículos estão presentes em mais de um suporte de mídia, há diferença entre o número total de veículos e o de veículos por suporte. Por fim, neste mapeamento, foi incluída uma (01) mídia que circula no espaço físico da favela, mas não é produzida localmente, que se trata do jornal impresso *A Folha Universal* (produzido pela gigante Igreja Universal do Reino de Deus). A decisão de incluir essa mídia se deve à sua grande presença nos lares da Rocinha – conforme observação empírica que pode ser facilmente verificada. Registre-se que esta circulação não se dá apenas na Rocinha, mas em muitas outras favelas e localidades do Rio de Janeiro; este é outro tema que merece uma investigação mais aprofundada em agendas futuras de pesquisa.

5.2 Jornais *Tagarela* e *Rocinha Notícias*: breves perfis¹⁴⁴

Os jornais *Tagarela* e *Rocinha Notícias* foram periódicos impressos que circularam em diferentes épocas na Rocinha, produzidos por moradores locais. O primeiro circulou entre 1976 e 1981; o segundo, no período de 2001 a 2012, sendo que este último migrou para mundo digital em 2012, onde prosseguiu até por volta de 2018¹⁴⁵. Estes dois impressos permitem abarcar, portanto, os períodos históricos locais, com intermitências, das décadas de 1970, 1980 e a primeira década dos anos 2000. Muitas outras mídias existiram na história da Rocinha, conforme explicitado anteriormente; a escolha pela abordagem destes dois veículos se deu em função da oportunidade de acessar os acervos de ambos – aliás, não planejada no início da pesquisa. O percurso do presente estudo demonstrou a relevância de olhar também para mídias do passado, proporcionando a dimensão do entendimento do *Fala Roça* como relacionada a uma tradição discursiva local, além de, dessa maneira, explicitar a importância das mídias de

144 Nos anexos B e C, reuni informações a respeito do perfil dos impressos *Tagarela* e *Rocinha Notícias* sob a forma de um “cadastro” desses veículos; portanto, outros dados disponíveis a partir da consulta aos acervos desses jornais podem ser encontradas lá.

145 Estimativas com base nos jornais impressos remanescentes e em textos neles publicados. No exemplar mais antigo, consta “ano 1, n. 3 – março de 2001”, portanto, o jornal aparenta se iniciar em 2001; em julho de 2018, foi publicada a “Última edição”, uma edição impressa marcando o encerramento das atividades do jornal

favelas para a memória desses lugares e como “saberes da luta” (conforme sintetiza Michel Foucault) ou, ainda, lugares de saberes.

Buscarei, com apoio nestas fontes históricas impressas, correlacionar os temas abordados nas capas dessas duas mídias, mas tomando como referência os assuntos abordados pelo *Fala Roça*, também em suas capas. Dessa forma, acredito ser possível agregar conhecimento sobre temas considerados relevantes por moradores locais, suas formas de agir (agências) em relação a eles, bem como de narrá-los – com ancoragem no momento atual (a partir da abordagem do *Fala Roça*). Além de também agregar informações históricas objetivas a respeito dos assuntos abordados, como a política de transportes relativa à Rocinha; informações estas que estarão à disposição dos moradores para serem usadas, por exemplo, em reivindicações de melhorias na infraestrutura urbana local. A seguir, apresento breves perfis dos jornais *Tagarela* e *Rocinha Notícias*. Muitos outros meios de comunicação fizeram parte da história Rocinha

Rocinha Notícias: “O jornal que é a cara da Rocinha” (*slogan*)

No editorial da terceira edição do impresso, o *Rocinha Notícias* se apresenta como “um informativo sério” e reforça o *slogan* que o acompanharia em seus treze anos de existência, no formato impresso, e, em mais cinco, em meio digital: “O *Rocinha Notícias*, neste terceiro exemplar, já identificado com o povo e a cultura da “Roça”, mostra que veio para ficar, que não é apenas mais um jornal. Mas sim, um informativo sério, que é a cara da Rocinha”. Em formato tabloide, o jornal foi fundado pelos moradores locais Carlos Costa, Edu Casaes e Déo Pessoa. Todos tiveram longa atuação relacionadas a meios de comunicação na favela, além de outras atividades profissionais e comunitárias. Há quem os considere como “lideranças” de sua geração, na favela, devido a essas atuações. De um ponto de vista mais objetivo, Carlos Costa (mais conhecido como Carlinhos), teve uma atuação ampla em movimentos ligados às lutas comunitárias na Rocinha: participou de movimentos da juventude católica na favela, bem como implementou e coordenou atividades de cultura, como o Movimento Pró Casa de Cultura e as Colônias de Férias, além de integrar diretorias de Associações de Moradores e da escola de samba local e criar (em 1998) a ONG Movimento Rocinha Comunidade XXI (Rocinha XXI). No universo da comunicação, participou de diversos jornais locais, como *Katana*, *Meio Tempo* e *Correio da Zona Sul*. No início dos anos 200 criou o jornal *Rocinha Notícias*.

Carlinhos e Edu também fizeram parte do Portal *Viva Favela*: Carlos Costa foi o primeiro “correspondente comunitário” da Rocinha neste portal de notícias (que funcionou

também entre 2001 e 2010, aproximadamente) e Edu Casaes o sucedeu (além de outros comunicadores da Rocinha que também passaram pelo Portal, como Landa Araújo e Nando Dias, fotógrafo). O *Rocinha Notícias* era vinculado à ONG Rocinha XXI, sua periodicidade era mensal (com períodos de instabilidade) e a tiragem de 8 mil exemplares. Sua estrutura robusta, com 12 páginas em média, com noticiário variado e reportagens de folego sobre diversos assuntos locais, era mantida principalmente com a venda de anúncios para comerciantes e instituições locais. A seguir, o editorial de sua “Última edição” – como diz a manchete principal na capa -, número impresso publicado em julho de 2018 para marcar o fim da sua circulação ou “Rito Final”. Dentre as suas muitas características marcantes, duas merecem destaque: a existência de notícias sobre o mundo da política partidária, além do posicionamento (ao menos de alguns de seus fundadores) em relação a políticos; a segunda é a presença de pautas relacionadas à polícia e à violência armada na Rocinha (embora estas últimas não fossem frequentes).

Diferentemente de quem chega aos 20 anos, a sensação é de dever cumprido, missão concluída, meta atingida... GAME OVER! Seria uma idade muito jovem se estivéssemos falando da trajetória humana, mas há muita longevidade quando se trata da conclusão de um projeto, de uma ideia... de um objetivo alcançado. O jornal *Rocinha Notícias* é o mais bem-sucedido projeto de nossa vida editorial. “Nem melhor, nem pior”, diferente de tudo que já se viu ou fez em termos de mídia comunitária nessa comunidade: ora tão vitimada. E nem sabemos se é mesmo hora de sairmos de cena, em meio a tantas mortes, tiros e violência. Com certeza não era. Entretanto no apogeu das mídias digitais, redes sociais e a pseudodemocratização da mídia, comunitária inclusive, não há porque ser mais um veículo se podemos juntar forças e esforços com os nossos inúmeros coirmãos da comunicação local.

Essa edição é o epílogo de um projeto e um rito inicial de outra história. Sem os egos e orgulhos dos tempos de paz e céu azul, mas com a humanidade e discrição que esses tempos difíceis, de guerra, pleiteiam. Mais solidariedade, mais ombros ladeados, menos vaidades, saltos altos e estrelismos.

Também aproveitamos a oportunidade para expressar nossa gratidão e prestar a devida reverência aos nossos inspiradores que iniciaram a toda história da comunicação na Rocinha: a turma da ASPA na década de 70/80 com o jornal *Tagarela*; Ivan Simões do *União* ou simplesmente Matemático e Nego Luiz com seu jornal *Meio Tempo*; Juscelino Queiroz com a Rádio Rocinha; Eduardo Katana com o jornal *Katana*; Déo Pessoa, fotógrafo que sempre perseguiu a comunicação e é um dos idealizadores do jornal *Rocinha Notícias*; Ocimar Santos & cia. com o jornal *Arte Astral* e Valquíria Dias com o jornal *Correio Zona Sul* (que nos apresentou a liberdade de fazer a comunicação comunitária com responsabilidade, periodicidade e acima de tudo perseverança).

Também se faz a hora de dar as mãos e entregar os remos a quem com mais jovialidade, vitalidade e menos vícios e “certezas” terão mais habilidade de fazer bem feito o papel que desempenhamos ao longo desses 20 anos.

Obrigado Rocinha!

Carlos Costa e Edu Casaes

Tagarela: “O jornal da Rocinha” (*slogan*)

O jornal *Tagarela* foi um informativo feito em mimeógrafo, entre outubro de 1976 e maio de 1981¹⁴⁶, por moradores da Rocinha, caracterizando um formato artesanal (como diferenciação para industrial, não em relação à qualidade do conteúdo). A importância histórica do veículo é reconhecida localmente, assim como a do livro *Varal de lembranças* (SEGALA, FERREIRA, 1983), porém, tenho impressão de que o rico conteúdo do jornal, como lugar de memória relativo às tradições locais e, especificamente, de uma tradição letrada, ainda tem muito a ser conhecido e ensinado. Segundo consta no editorial do seu primeiro número, o jornal foi criado por um grupo de jovens da ASPA (Ação Social Padre Anchieta), antiga instituição católica, com longa história de atuação na Rocinha; atualmente, sua principal atuação na favela se dá por meio da Creche ASPA¹⁴⁷. O veículo funcionou como um grande incentivador das lutas e reivindicações dos moradores, da sua época, por melhorias na favela; assim, pode ser considerado como forte expressão do movimento comunitário local que contribuiu para conscientizar e mobilizar os moradores em prol dos seus direitos.

Com base no acervo digitalizado sob guarda do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, o jornal começou sem grandes pretensões: eram rodados 250 exemplares, com periodicidade variável, distribuídos pelos próprios realizadores, em alguns lugares da favela. Os exemplares eram vendidos a preço reduzido. Sua trajetória se inicia com objetivos de constituir um espaço de expressão dos moradores e divulgação de notícias. Assim se lê no seu primeiro editorial: “(...) lançou-se esse jornalzinho, o “Tagarela”, para comunicar as notícias da comunidade, as atividades do grupo, qualquer coisa que possa interessar ao povo da Rocinha”. O contexto das mobilizações locais, mais precisamente do “trabalho comunitário” (conforme FIRMINO e SEGALA, 2009), aos poucos ganha espaço nesta mídia, cujos textos registram o passo a passo da organização popular que resulta em conquistas importantes para a população. Em suas páginas, estão registradas, por exemplo, as amplas campanhas pela limpeza das valas, com seus conhecidos mutirões, e pela construção da passarela na saída do túnel Zuzu Angel, em frente à favela – hoje substituída pela estrutura projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

146 As datas referentes à circulação do *Tagarela* foram estimadas a partir da consulta ao acervo digitalizado do jornal, ressaltando que em muitas edições não consta o registro da data de sua publicação – como é o caso da primeira. A edição nº 5, por exemplo, cita o aniversário de 01 ano do jornal em outubro de 1977, portanto, cheguei à conclusão de o lançamento da 1ª edição ter ocorrido em outubro de 1976. Já o término do jornal foi deduzido com base no último exemplar que se encontra no acervo digitalizado, de nº23, onde consta a data de maio de 1981.

147 Informações sobre a ASPA, disponíveis em sua página no Facebook: “Ação Social Padre Anchieta foi fundada em 1963, pelo Padre Jesuíta Paulo Machado Barbosa, professor da PUC - RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em conjunto com outros professores e moradores do bairro da Gávea.(...)”. Fonte: <https://www.facebook.com/amigosdaaspa2.br>

Segue trecho do editorial do primeiro número do *Tagarela*:

“Este é o primeiro número do “Tagarela”, o jornal do Grupo de Jovens da ASPA. Que é um grupo de jovens? Surgiu já há alguns anos e passou por diversas fases; alguma coisa é contada pela Sandra na “História da Rocinha”. Hoje em dia o grupo tem objetivo de promover reunião, amizade entre os jovens da Rocinha e de servir à comunidade de diversas maneiras: existe uma equipe litúrgica, Rocineclube, a equipe de enfermagem, está se organizando um grupo de teatro e lançou-se esse jornalzinho (...)”.

Para esta pesquisa, foram concedidas algumas entrevistas, além de conversas informais, relativas ao tema do jornal *Tagarela*, com pessoas que tiveram algum tipo de participação nessa mídia, porém, sem haver pretensão de apontar quem foram seus fundadores ou, ainda, todos os que nela tiveram envolvimento. A intenção foi de apenas registrar algumas experiências de participantes que pudessem, de certa forma, contextualizar a atuação deste jornal no seu tempo. Aqui reproduzo considerações feitas por José Martins de Oliveira (ou Martins, como é mais conhecido), mas ressalto que outras contribuições¹⁴⁸ feitas a este estudo foram igualmente importantes para compreender sobre o “espírito” e a importância do veículo. Martins é antigo morador da favela, que devido à sua participação, ao longo de muitos anos, em diversas dimensões de lutas locais, é reconhecido dentro e fora da Rocinha como liderança significativa na história da favela. Nascido no Ceará, em 1946, veio morar na Rocinha em 1967, onde se engajou em mobilizações locais como a luta pela água, ou o direito a ter água encanada dentro das casas, e saneamento básico. Atualmente, é um dos coordenadores do movimento Rocinha Sem Fronteiras - um resumo da história de Martins (e também do RSF) está incluído no capítulo 6. É necessário ressaltar o fato de outros moradores (as) também serem (ou terem sido) importantes no contexto da história local. Houve e há muitos (as), seja de gerações antigas ou atuais; alguns se reconhecem como “lideranças”, outros como “articuladores locais”. Seria injusto citar alguns nomes e deixar de mencionar outros, portanto, faço menção apenas de lugares onde informações nesse sentido podem ser encontradas, do ponto de vista dos moradores¹⁴⁹.

148 Uma vez que o foco principal desta tese é o estudo de caso do jornal *Fala Roça*, foi necessário reduzir a quantidade de depoimentos referentes aos outros jornais mencionados. Portanto, aqui incluí trechos de depoimentos de uma das pessoas entrevistadas a respeito do jornal *Tagarela*. Os entrevistados foram: Maurício Trajano, José Martins de Oliveira e Devaldo Oliveira, a quem agradeço imensamente pela gentileza e tempo dedicados às nossas agradáveis conversas. Tão logo esse material seja sistematizado, novas contribuições, incluindo os outros depoimentos, serão feitas por meio de artigos e publicações futuras.

149 A esse respeito ver a coluna “Memória” publicada no jornal *Fala Roça* impresso, a partir do número 6; outra fonte de histórias de moradores da Rocinha: PANDOLFI, Dulce; GRYSZPAN, Mario (orgs). *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, 2003. Por fim, ver a publicação REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO, MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA, MUSEU DO HORTO. Coordenação: Inês Gouveia. *A participação das mulheres na construção do território: Rocinha e Horto*. Territórios Culturais. Programa Favela Criativa, da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

No *Tagarela*, é de autoria de Martins, por exemplo, o texto “Veja como o Bairro Barcelos está conseguindo água da CEDAE”, publicado no número 8, de abril de 1978. Nele, são descritas todas as etapas das articulações dos moradores do Bairro Barcelos, na parte baixa da favela, que resultaram na instalação da água encanada nessa localidade. No total, este processo descrito com grande precisão de detalhes durou de quase três anos (ente 1975 e 78).

Nas palavras de Martins, que se tornou, nos anos 1980, o primeiro Administrador Regional da XXVII R.A. (FIRMINO, 2017), onde se encontra a Rocinha, o jornal *Tagarela* era “um jornalzinho, um boletim, rodado em mimeógrafo... Era um pouco iniciativa da ASPA, das mesmas pessoas que estavam no saneamento e tal, voltado exclusivamente pra essas lutas, pouca coisa além disso: saneamento, saúde e tal”. Sobre a ASPA, relembra: “A ASPA tinha uma presença muito ampla, né? Também tinha um grupo de mulheres. Tinha uma reunião de jovens, tinha vários grupos. E alguém teve a ideia lá do jornal e cada grupo se formou e se tornou o *Tagarela*. Tinha um rapaz, que morava na rua Dois, que não era de nenhum grupo da ASPA, era só do jornal. Mas os outros eram de grupos da ASPA. Todos moradores”. Ele conta como era feito o jornal: “A gente se reunia, tirava a pauta, alguém digitava na máquina, no mimeógrafo, no estêncil, depois rodava e depois distribuía o jornal. Era mais informe de mutirões, informe quanto à luta pela saúde, quando foi criado o posto de saúde”.

5.3 Fala Roça, Rocinha Notícias e Tagarela: jornais e tempos diferentes, temas recorrentes

1ª edição – “Rocinha no ar” (manchete publicada na capa do jornal)

Figura 6 – Reportagem principal da 1ª edição do *Fala Roça*

FALA Roça Rio de Janeiro, 26 de Maio de 2013

Reportagem Ímpar 5

FOTOS DE DIVULGAÇÃO



Mais um meio de transporte na Rocinha

Por Michele Silva

Rocinha ganhará mais um meio de transporte. No sábado, 10 de maio, ocorreu o comunicado oficial sobre o início dos procedimentos para a construção do teleférico da Rocinha. O evento contou com a presença de muitos representantes do governo, entre eles a presidenta Dilma Rousseff. A obra está incluída no cronograma do PAC 2-segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento. O projeto abriga seis estações, divididas em duas linhas. A estação inicial ficará na Via Ápia, mas o local exato ainda não foi divulgado. A estação principal será interligada à estação do Metrô de São Conrado. Além da Rocinha, estão previstas obras no Jacarezinho e Complexo do Lins. Ao todo serão investidos R\$ 2,6 bilhões para a reurbanização e infraestrutura nas três comunidades. Confira na imagem a localização das estações:

O trajeto das estações já está definido. Uma linha sairá da Via Ápia, terá parada na UPA-Unidade de Pronto Atendimento e o ponto final Parque Ecológico na Dionéia. A outra também sairá da Via Ápia e fará parada no Lajão da Rua 2. Adiante, na Rua 1 e o ponto final será no 99, no Umarama. Cada linha desembocará em extremidades da comunidade.

Outros problemas

A moradora Josita Silva (59) está na Rocinha há 20 anos. Durante esse tempo pôde observar mudanças na comunidade. Segundo ela, a coleta de lixo e o fornecimento de água, por exemplo, melhoraram. Porém, velhos problemas parecem estar longe de ser solucionados, como saneamento básico.

“As valas ainda estão aí, quando chove piora tudo. Água em casa só de chuva, ou carregando em baldes. Usava para tudo: lavar louça e roupas, cozi-

nhar, tomar banho,” lembra Jositaos tempos difíceis de quando carregava baldes de água na cabeça durante a gestação do filho mais novo, hoje com 19 anos.

Josita não demonstra muito otimismo em relação ao teleférico. Ela afirma que há muitas outras coisas na comunidade que são mais importantes, como a melhoria das condições de moradia das pessoas, por exemplo. Já Izabela Rocha (23), nascida e criada na Rocinha, ficou feliz em saber que poderá contar com mais um meio de transporte. Ela acredita que isso será bom e que toda a comunidade será beneficiada.

Bruce Braga (24) é motocarista, para ele o fato da Rocinha ter o teleférico funcionando não diminui o papel dos mototaxistas na comunidade, afinal o diferencial do serviço é a rapidez e o acesso a lugares que o transporte público não chega. Ele conclui

que há público para as duas coisas, mas pondera que isso pode variar de acordo com o valor da tarifa do teleférico.

Ainda não há informações dos valores oficiais para o serviço na Rocinha. Podemos fazer uma comparação com o teleférico do Complexo do Alemão. Lá, os moradores têm direito a duas viagens gratuitas por dia - considerando uma de ida e outra de volta. O controle é feito através de um cadastro e há um pólo de atendimento dentro da comunidade. Se o morador precisar utilizar o teleférico por mais de duas vezes ao dia, ele pagará uma tarifa de R\$ 1,00 por viagem avulsa. O passe para pessoas sem cadastro ou visitantes custa R\$ 5,00.

No Alemão o teleférico funciona desde julho de 2011, e por lá as opiniões também são diversas. Thainá de Medeiros (30) é morador da Penha e trabalha no

Complexo do Alemão. Ele tem uma opinião bem radical sobre a construção desse tipo de transporte nas comunidades:

“O teleférico é ótimo para o turismo e só. Acho que com metade desse dinheiro daria para investir em mototáxi, barateando o custo deste transporte, ou até das kombis e vans. Pelo que vivo e vejo, posso dizer que as pessoas usam muito mais. Seria mais barato e injetaria dinheiro diretamente nas mãos da população local, ao invés de ter a Supervia como intermediária. Enfim, por mais que possa ser um meio mais seguro que o mototáxi, por exemplo, se o dinheiro fosse investido em boa pavimentação das ruas, barateamento da gasolina e das peças e capacete, este tipo de transporte iria dialogar muito mais com o dia a dia da comunidade. Aqui na Penha tem um sistema de frete que fica em frente ao su-

permercado e leva moradores com compras para o alto de comunidades bem íngremes: nunca recebeu nenhuma atenção do serviço público.”

Projeto adequado à comunidade

Como já se sabe, cada comunidade tem suas características. Usamos aqui exemplos do Complexo do Alemão, pois eles passaram pela mesma experiência que a Rocinha há cerca de um ano e meio atrás, com a implantação do teleférico por lá. O Viva Rocinha, site de notícias da comunidade, realizou uma enquete durante o mês de abril com a seguinte pergunta: “Você é a favor da construção do teleférico na Rocinha? Sim ou não?”, cerca de 82% do público votou à favor.

O projeto inclui outras obras além do teleférico como a reurbanização do Caminho dos Boiadeiros, oferecendo drenagem, implantação de rede de esgoto, iluminação e pavimentação. Será construído o Mercado Popular, com 31 lojas, praça de alimentação e terraço aberto. Além disso, o projeto prevê também o plano inclinado com as seguintes estações: Autoestrada Lagoa-Barra - na saída do túnel-, Travessa Esperança e final da Rua 1. E ainda, a creche e berçário para crianças de até 10 anos. O sistema de abastecimento de água também será beneficiado pelas obras.

João Silva é morador do Alemão e tem 55 anos. Ela já pensa diferente. Ele é nordestino e mora na Nova Brasília há 20 anos. Apesar de frisar que existem outras melhorias pendentes, ele considera positiva a construção do teleférico do Alemão. “É melhor aproveitar o benefício do que reclamar. Já que está aqui, eu uso todos os dias. Se eu não usar ele vai continuar lá e o esgoto no meu beco também. Mas se as pessoas não concordam, não adianta se calar. Aí é que nada acontece mesmo!”, concluiu o morador.

Construção do teleférico da Rocinha tem causado opiniões distintas entre os moradores

A publicação da primeira edição do Jornal *Fala Roça* ocorreu em maio de 2013, pouco antes das grandes manifestações de junho do mesmo ano (ou as “jornadas de junho”) que tomaram as ruas da maioria dos centros urbanos do país. A reportagem em destaque na capa da edição de estreia trazia a manchete “Rocinha no ar”, acompanhada pelo subtítulo “Comunidade da Rocinha se prepara para receber o seu teleférico”. Em linhas gerais, a matéria abordava o tema da construção do teleférico, então (ainda) prevista como parte da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) na Rocinha¹⁵⁰. A narrativa se estrutura a partir de uma descrição da obra que seria implantada na favela, conforme informações veiculadas por diversos veículos de imprensa e por autoridades do poder público em uma solenidade na própria Rocinha, seguida por entrevistas com moradores sobre o assunto, ou seja, os dois principais conjuntos de atores sociais (ou “lados”) envolvidos no tema abordado estão representados – o estado (por meio do anúncio oficial do Programa feito pelos governantes) e os moradores, por meio das entrevistas. Segundo lembranças de Michele, o texto foi escrito por ela com a colaboração do irmão, Michel. Destaco o trecho inicial do primeiro parágrafo:

A Rocinha ganhará mais um meio de transporte. No sábado, 10 de maio, ocorreu o comunicado oficial dos procedimentos para a construção do teleférico da Rocinha. O evento contou com a presença de muitos representantes do governo, entre eles, a presidenta Dilma Rousseff. A obra está incluída no cronograma do PAC 2, a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento.

A matéria apresentava o teleférico como “mais um meio de transporte” que estaria disponível na favela conforme constava “no cronograma do PAC2”, anunciado em comunicado oficial, sem mencionar uma data específica para acontecer. O comunicado havia sido feito em um evento na própria favela, com presença dos políticos que então ocupavam as três principais esferas de poder, dos governos municipal, estadual e federal, acarretando um peso simbólico maior em relação ao anúncio para a população local. Eduardo Paes (prefeito), Sérgio Cabral (governador, junto ao então vice, Luiz Fernando Pezão) e Dilma Rousseff (presidente) haviam se reunido em uma solenidade no Complexo Esportivo da Rocinha para anunciar, oficialmente, o início da segunda fase do PAC, naquele mesmo mês de maio de 2013¹⁵¹. Entretanto, nem o teleférico, nem uma parte significativa das obras previstas no PAC seriam, de fato, construídos

¹⁵⁰ Para maiores informações sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, em sua versão voltada para favelas e periferias brasileiras, ver: TRINDADE, Claudia Peçanha da. *Não se faz omelete sem quebrar ovos: política pública e participação social no PAC Manguinhos*. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2012.

¹⁵¹ Exemplo de matéria publicada por veículos da grande imprensa, à época, sobre o evento de lançamento do PAC2 na Rocinha: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/dilma-anuncia-na-rocinha-obras-do-pac-2-em-tres-favelas-cariocas-14062013>. Acesso em: 08 jun. 2020.

– pelo menos até o momento atual. Essa conjuntura será examinada em maiores detalhes nas páginas a seguir, visando a uma compreensão maior da complexidade do contexto à época da publicação da reportagem do *Fala Roça*.

Quanto ao texto, a matéria do jornal prossegue com depoimentos de moradores, que ocupam a maior parte do espaço, compondo um número equilibrado de opiniões otimistas e pessimistas em relação à obra. Entre os cinco entrevistados, havia moradores da Rocinha e do conjunto de favelas do Alemão (onde o teleférico já tinha sido construído); duas opiniões eram críticas, duas esperançosas com eventuais benefícios trazidos e um último relato se mostrava, de certa forma, conformado com a situação, mas não convencido de que o teleférico foi, de fato, uma melhoria: “É melhor aproveitar do benefício do que reclamar. Já que está aqui, eu uso todos os dias. Se eu não usar, ele vai continuar lá e o esgoto no meu beco também. Mas se as pessoas não concordam, não adianta se calar. Aí é que as coisas não acontecem mesmo”, resumiu um senhor, então com 55 anos e morador da favela Nova Brasília há 20, sobre o teleférico então em funcionamento no Complexo do Alemão. A reportagem mencionava, ainda, uma enquete, feita através de um formulário simplificado na internet, que apontou um número significativo de moradores da Rocinha a favor da nova obra (82%).

De forma geral, não houve um posicionamento explícito, nesta matéria, a favor ou contra “o assunto polêmico” da construção do teleférico – o que não foi o objetivo do grupo do jornal, como explicaram comunicadores que escreveram o texto na época. O objetivo foi levantar discussão sobre o assunto, conforme o relato de Michele, uma vez que moradores se posicionavam, mas com pouca “base” para argumentar. Essa abordagem dada ao assunto pelo grupo que formava a equipe do jornal aparece principalmente no subtítulo “Construção do teleférico da Rocinha tem causado opiniões distintas entre os moradores”.

Vejamos algumas considerações sobre o contexto da publicação da matéria de capa da primeira edição do *Fala Roça*. Ao lembrar aquele momento (início de 2013), os irmãos Michel e Michele comentaram sobre os objetivos, a produção do texto e sua repercussão.

O objetivo dessa matéria era incluir as pessoas em geral da comunidade na discussão do teleférico, porque começaram a ter muitas enquetes, pessoas discutindo a viabilidade ou a inviabilidade, se você quer ou não quer, mas puramente, sem base nenhuma, entendeu? A gente queria discutir, falar sobre isso, mostrar pra eles uma grande coisa que estava relacionada aí, pra eles terem base pra discutir, pra saber se são a favor ou não [...]. E no Alemão não melhorou, então é assim; mostrar pra eles essas discussões, pra sair do óbvio – “eu quero ou não quero”.

[...]

Porque quando começou essa discussão, vieram com esse negócio de resolver o problema de mobilidade. Todo mundo achou maneiro porque “vai poder chegar na

Rua 1 em dez minutos com o teleférico”. Mas o que tem por trás disso as pessoas não estavam pensando. A maioria das pessoas não entendia disso, então, a gente queria trazer essa discussão.

Essa discussão já existia em vários grupos articulados dentro da Rocinha, mas nos grupos – não é a maioria da população que frequenta esses grupos. Então a gente queria projetar esse tema pra que ele entrasse no nosso público, por exemplo, que estava muito desinformado; na época a gente achava isso dessas pessoas, que eles eram desinformados, que achavam que o teleférico era bom porque ia levar eles de um ponto pro outro, mas não entendiam as consequências que teriam por trás dessa obra – como a remoção. Começaram a marcar as casas que iam sair – o governo, os responsáveis pela obra, começaram a marcar as casas que iam sair e isso deu um pânico em muita gente (que morava nas áreas que iam sair). Michele (Entrevista, tema: *Jornal Fala Roça*. Data: 08/08/2015).

A seguir, relatos sobre o contexto e a realização dessa reportagem:

O jornal começou a virar realidade em dezembro de 2012, quando ganhamos o prêmio da Agência [de Redes para a Juventude]. Demorou alguns meses entre a concepção da ideia e ir pra rua. Quando foi pra rua, em maio de 2013, essa coisa de ter o teleférico aqui (ou não) estava muito forte, porque tinha saído o recurso do PAC 2 e o projeto do PAC 2 mobilizou a Rocinha toda, até as pessoas que não costumam discutir isso. Foi um tema amplamente abordado na televisão.

Teriam várias remoções – o pessoal já tem um pouco de medo das remoções porque teve muita remoção pra fazer o PAC 1 na Rocinha. Então, era um tema que mobilizava todas as rodinhas de conversa, tanto da galera mais politizada quanto da galera mais leiga, mais desabastecida – porque, geralmente, são essas pessoas que eles tiram, a galera mais humilde e tudo, que aceita qualquer grana pra sair da casa.

Tinha muita gente, uma corrente forte da Rocinha não querendo o teleférico; então, a gente abordou esse assunto. Como queríamos uma capa de peso, pegamos um assunto polêmico. A gente não costuma pegar esses assuntos polêmicos demais. Mas, como era a primeira [edição] e queríamos causar um impacto, a gente pegou. E aí meio fizemos um joguete com essas palavras [do título da matéria], porque era o lançamento do jornal e, ao mesmo tempo, era o lançamento do projeto do teleférico, então ficou essa frase: “Rocinha no ar”. Michele (Entrevista, tema: *Jornal Fala Roça*. Data: 08/08/2015).

Ao pensar com Michele, a concretização da primeira edição do *Fala Roça* pode ser entendida como resultado do processo iniciado em 2012, quando o jornal “começou a virar realidade” e demorou alguns meses até ser lançado. Segundo suas lembranças sobre a época em que a matéria foi escrita, o anúncio da construção desse equipamento de transporte “mobilizou a Rocinha toda”. Porém, nem todos pensavam da mesma forma. Por um lado, o tema era muito abordado “na televisão”, de um ponto de vista externo, frequentemente apontando benefícios das obras a partir de falas do poder público¹⁵². O público que consome notícias prioritariamente a partir desses veículos (canais de TV, principalmente da chamada TV aberta) é, na visão de Michele, considerado mais “desabastecido”, em termos de informação, pela comunicadora. Por

152 Exemplo de matéria publicada em grandes meios de comunicação, em 2013, sobre o teleférico da Rocinha: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/dilma-vai-ao-rio-anunciar-construcao-de-teleferico-na-rocinha,c873c490dcf3f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>

outro lado, havia moradores que discutiam o tema em “vários grupos articulados dentro da Rocinha”, como o *Rocinha Sem Fronteiras*, frequentados por “ativistas mesmo” e que “chamam a galera pra discutir”, mas “não é a maioria da população que frequenta esses grupos”. A discussão do teleférico, portanto, circulava entre os dois grupos, os “desabastecidos”, mais “leigos” e os mais “politizados”, tornando-se “polêmico”.

A decisão de abordar um tema “polêmico” na favela, portanto, se vinculou a algumas intenções: buscar tratar de um assunto que já circulava pela maior parte da favela, mas cujo acesso à informação sobre ele era desigual; alertar às pessoas mais “humildes” para consequências graves que poderiam sofrer com a instalação do teleférico, como a remoção – o medo das remoções foi mencionado nas falas dos comunicadores algumas vezes (as mais recentes tinham acontecido pouco tempo antes, por ocasião da primeira fase do PAC na favela); e chamar atenção para a própria mídia (o *Fala Roça*) que estava sendo lançada. Também fizeram parte das circunstâncias que geraram a matéria, as trocas de ideias entre as pessoas que começavam a formar a equipe do jornal, no ambiente da Agência de Redes para Juventude, onde o veículo foi criado. “Como o jornal começou na Agência e eram no sábado as dinâmicas, a gente manteve o sábado pra nós [para o jornal]. [...] Tinham pessoas no grupo que não eram do *Fala Roça* propriamente, mas do ciclo da Agência, tanto os alunos como outros influenciadores, como os tutores, os coordenadores, que davam muito pitaco”, recorda Michele. Quando o jornal foi lançado, encerrou-se a etapa de produção e teve início a dinâmica de comunicação dessa mídia com o seu público. Aí se abriu um novo espaço de mediação, diálogo e comunicação de sentidos que ganharam vida ao serem compartilhados com outras pessoas e se tornarem fonte de novas interações discursivas. Segundo o filósofo e linguista Mikhail Bakhtin, as trocas dialógicas tratam do próprio terreno de existência da linguagem, a qual, para ele, deve ser entendida como um discurso e não apenas a partir dos elementos internos que dizem respeito à estrutura da língua. De acordo com esse pensamento, um de seus princípios fundamentais é o “dialogismo” (integrado à proposta de uma abordagem social da linguagem), entendido como um compartilhamento de sentidos, em que esses últimos “projetam-se como efeitos, sendo assim, irredutíveis a uma só possibilidade, apesar de, em determinados contextos enunciativos, haver sentidos predominantes” (BAKHTIN, apud FANTI, 2003, p. 98). Junto a isso, qualquer que seja a discussão suscitada, ela “é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências” (2003, p. 98).

Ao comentarem sobre a publicação dessa matéria, Michele e Michel lembraram de reações causadas pelos enunciados que compuseram a manchete da capa da primeira edição. Antes de pensar sobre a adesão ou não de leitores às ideias manifestadas nessa primeira

reportagem de maior fôlego do jornal, é importante notar que a mídia foi lida, ou seja, havia gente na favela interessada em ler as informações que chegaram às suas mãos, em papel – apontando para a decisão acertada de produzir um veículo impresso. Quanto às reações, segundo os comunicadores, houve críticas e falta de compreensão. De acordo com seus relatos, “as pessoas não entenderam muito” o “sentido duplo” do título “Rocinha no ar” (nas palavras de Michele) e a frase do subtítulo “A Rocinha se prepara para receber o seu teleférico” foi criticada (de acordo com Michel). Sobre esses efeitos de crítica causados pela matéria após seu lançamento, ambos comentaram:

Essa matéria do teleférico, de capa, surgiu com o anúncio do governo federal falando que ia construir um teleférico na Rocinha. [...] O nosso diagramador editou um negócio sem a nossa autorização. Colocou ‘Comunidade da Rocinha se prepara pra receber o seu teleférico’ [como subtítulo da matéria]; tem muitos moradores e contra o teleférico e aqui deu a entender que o jornal é a favor do teleférico. Pegou muito mal. Michel (Entrevista, tema: Jornal *Fala Roça*. Data: 17/07/15).

“Rocinha no ar” é que o teleférico é aéreo, né? E a “Rocinha no ar” era a Rocinha no ar no jornal, está no ar no modo de projetar a Rocinha no meio de comunicação, basicamente. A gente usou essa frase com sentido duplo. As pessoas não entenderam muito não, isso era uma coisa entre nós. Michele (Entrevista, tema: Jornal *Fala Roça*. Data: 08/08/2015).

Como nos lembra Bakhtin, a linguagem é o terreno do compartilhamento de sentidos e do contato entre diferentes visões de mundo, portanto, seus enunciados podem ensejar reações críticas ou favoráveis. O que interessa notar, nesse caso, são sentidos e visões que estraram em jogo em relação à reportagem do teleférico; nesse caso, examino as representações dos próprios comunicadores sobre seus leitores e sobre textos que escreveram no jornal.

Importante lembrar que se tratava do momento de elaboração do próprio projeto do jornal, envolvendo diferentes subjetividades e pontos de vista. Segundo Michele, o título “Rocinha no ar” foi usado propositalmente com “sentido duplo”, que remetia às seguintes ideias: o teleférico ser um meio de transporte suspenso no ar e a intenção de chamar atenção para o lançamento da nova mídia, como “um modo de projetar a Rocinha no meio de comunicação”. Porém, “as pessoas não entenderam muito”. Além disso, a combinação com o subtítulo “Comunidade da Rocinha se prepara pra receber o seu teleférico” (sugerido pelo diagramador) acabou causando reações de insatisfação junto aos grupos contrários à construção do teleférico, de acordo com as lembranças de Michel sobre a situação, por dar margem à interpretação de que a construção já era dada como certa.

Essa situação indica elementos sobre leitores que começavam a ler o jornal, sobre o próprio jornal e, ainda, sobre a existência de visões não homogêneas, principalmente sobre

como os jornais da favela deveriam se posicionar. À época, grupos locais críticos ao teleférico organizavam campanhas na Rocinha voltadas para a conscientização dos moradores sobre a existência de obras mais importantes para a qualidade de vida da população, como o saneamento básico – que, por sinal, há décadas eram objeto de luta por parte de moradores mais antigos e engajados. Críticas ao enfoque da matéria partiram desses grupos. O entendimento de que “pegou mal” aponta que os comunicadores também não se sentiram confortáveis com o entendimento de que o jornal seria a favor do teleférico (o que já havia ficado claro, por exemplo, ao externarem seus temores em relação às remoções). Portanto, aparentemente, havia um consenso em relação às necessidades mais básicas de infraestrutura da favela; então, duas questões parecem merecer atenção: o fato de, num momento inicial, versões apresentadas pelo estado sobre intervenções nas favelas parecerem ser benéficas; e entendimentos diferenciados de como esses temas (aqui o tema específico do teleférico) deveriam ser tratados por um jornal local (ou comunitário) na visão dos moradores.

Vejamos a seguir outros elementos do contexto, em escala mais ampliada, relativo ao PAC e conexões com a sua realização no cotidiano da Rocinha, além de questões do cotidiano na Rocinha, naquele ano de 2013.

No dia 26 de junho (um mês após o lançamento do jornal), houve uma manifestação de moradores da Rocinha que percorreu a zona sul, descendo a Avenida Niemeyer e caminhando por ruas de alguns dos endereços mais caros para se morar na cidade, até chegar à casa do então governador Sérgio Cabral. Lá chegando, sentaram-se no chão e disseram ao que vieram: reivindicavam condições dignas de moradia, pois sequer tinham saneamento básico enquanto eram anunciadas outras obras mais midiáticas; portanto, também protestavam contra a construção do teleférico. O contexto era o das chamadas Jornadas de junho de 2013, que vinham acontecendo em todo o país. E, diferente das interpretações de que o conjunto dos protestos foi episódico e teve pautas difusas, esse teve pauta própria, específica, e seguiu um certo roteiro de lutas que ocorriam desde, ao menos a década de 1970, – conforme registros de um pequeno jornal que circulava na Rocinha nessa época, o *Tagarela*.

Sem pretender um aprofundamento sobre esse tema, de modo geral, as manifestações de 2013 tiveram como impulso inicial protestos contra o aumento de passagens dos transportes públicos em São Paulo (com grande participação de camadas médias da população) e se espalharam por centenas de municípios brasileiros. Alguns analistas entendem (BRAGA, 2013; ANTUNES, 2013; SINGER, 2013, entre outros) que tais atos foram adquirindo pautas mais diversificadas à medida que agregaram multidões cada vez maiores.

Socialmente heterogêneos, os acontecimentos de junho foram também tão multifacetados no plano das propostas que não espanta haja todo tipo de imputação ao seu sentido ideológico: desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo (SINGER, 2013, p. 32).

Outros autores ressaltam a ideia de ter sido um momento chave para propiciar o avanço de tendências de extrema direita (SAFATLE, 2018)¹⁵³, motivado por uma conjunção de fatores, somados a sensações de “medo” e “desordem” que teriam sido provocadas pelas manifestações. E há, ainda, quem argumente “que as jornadas de junho de 2013 não surgiram de repente, nem foram tão espontâneas”. Envolvem uma “ação coletiva” (composta por “ciclos de protestos” e “movimentos sociais”) que, a despeito do seu ineditismo em termos da rápida disseminação das manifestações que foram agregando pautas heterogêneas e ganhando corpo nas ruas, são fruto de processos menos visíveis de indignação que já vinham se acumulando e inclusive tomando as ruas, como no caso de movimentos sociais “por direitos sociais ou contra perdas salariais” (GONDIM, 2016, p. 2, 3, 6).

No Rio de Janeiro, cidade que havia sido escolhida para sediar grandes eventos esportivos na segunda década dos anos 2000, manifestações nas ruas não constituíam exatamente uma novidade, à época. Em artigo escrito em 2013, Oliveira lembra:

É importante ressaltar que a politização do cotidiano não data de agora, em verdade, ela emerge no cenário da grande mídia corporativa neste momento, mas tem se revelado em atos públicos há muito tempo. Estudantes, pesquisadores, intelectuais, militantes, movimentos sociais, organizações políticas de direitos humanos, moradores de morros, favelas, especialmente as removidas ou sob ameaça de remoção por megaempreendimentos têm apresentado ações variadas de protestos em um número e volume nunca antes vistos em nosso país (OLIVEIRA, 2013, p. 34).

Nesse contexto, a passeata pacífica dos moradores da Rocinha, de 26 de junho, teve um significado, nada episódico, que há muito fazia parte do cotidiano da favela – lutar por direitos fundamentais de sobrevivência e moradia digna. Portanto, tratou-se de uma ação coletiva não repentina, mas fruto de processos sociais anteriores, excludentes, muito mais longos.

Memórias dos jornais

Nesse sentido, o Jornal *Tagarela*, já em seu número 4, de agosto de 1977, registrava as lutas de moradores em torno das condições de moradia e urbanização, por exemplo, em uma entrevista com a recém-eleita presidente da associação de moradores. Diante da pergunta quais seriam “as providências mais urgentes a tomar?”, a resposta da presidente foi a seguinte: “plano

153 SAFATLE, Vladimir. Protestos de 2013 foram o 11 de Setembro da direita brasileira. *Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/11/protestos-de-2013-foram-o-11-de-setembro-da-direita-brasileira.shtml>. Acesso em: 31 maio 2020.

de urbanização; se possível, comprar as terras que há muitos anos moramos; encanamento de água da Cedae; fornecimento da luz mais barata e saneamento geral de valões”. Em praticamente todos os números seguintes do jornal (que circulou, ao menos, até 1981, conforme se verifica nos exemplares digitalizados), há registros de algum tipo de mobilização dos moradores por melhorias urbanas na Rocinha. Assim aconteceu com a “Campanha da vala”, em que foram organizados os mutirões de limpeza das valas da favela (pois não havia – e ainda não há – sistema de esgotamento sanitário adequado) e a conquista da “Água da Cedae” (já que não havia água encanada na maior parte da favela), resultado não só de reivindicações dos moradores junto ao poder público, como da compra do material da obra pelos próprios moradores (no caso da área do Bairro Barcelos), uma vez que a Cedae “se prontificou a dar a mão de obra na condição de que fosse comprado o material pelos moradores”, conforme texto de José Oliveira Martins, publicado no n. 8 do jornal, de abril de 1978.

Quanto à manifestação dos moradores de 2013, o rumo tomado foi o endereço do então governador, Sérgio Cabral, em cujo mandato havia sido decidida a realização da obra do teleférico – com recursos provenientes do governo federal, envolvendo parcerias público privadas com o governo estadual – sem participação da população local.

Sobre o PAC/Rocinha¹⁵⁴

O PAC consistiu em uma política de larga escala do governo federal, anunciada oficialmente em 2007, conforme estudo de Claudia Trindade (2012), propondo a retomada de investimentos no país, com objetivo de acelerar o “crescimento econômico”. Junto aos objetivos relativos à dimensão macroeconômica foram associadas medidas de cunho social e, no plano geral, o Programa se concentrou em alguns eixos: Investimento em Infraestrutura, Estímulo ao Crédito e ao Financiamento, Melhora do Ambiente de Investimento, Desoneração e Administração Tributária, Medidas Fiscais de Longo Prazo e Consistência Fiscal (2012, p. 79). Iniciado no fim do primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007), envolveu também ações direcionadas a regiões de favelas e periferias urbanas, principalmente no eixo relacionado à infraestrutura – subdividido nas linhas *Logística, Energia, Social e Urbano*. Na última (*Social e Urbano*), localizaram-se ações voltadas para urbanização e saneamento de favelas (em diferentes regiões do país). No Rio de Janeiro, “as maiores obras

154 Nesta seção, serão abordadas apenas características gerais do PAC, bem como questões relativas ao planejamento urbano da Rocinha que auxiliem no entendimento do contexto em que a reportagem de *Fala Roça* foi produzida.

noticiadas” foram as voltadas para os conjuntos de favelas do Complexo do Alemão, Complexo de Mangueiras e Rocinha (idem, p. 81, 2012).

Nesse ponto, é possível vislumbrar uma forma de contato mais específica entre o contexto macropolítico relativo a esse plano de urbanização da favela e o ambiente local da Rocinha. Voltando à fala de Michele, a segunda fase do PAC tratou-se de um tema “amplamente abordado na televisão”, ou seja, podemos pensar na chamada grande mídia como mediadora entre a população e as ações do estado no que diz respeito ao conhecimento das obras que seriam realizadas. Ao menos no que tange ao PAC 2, o conhecimento dos destinos planejados sobre o que ocorreria do lado de fora da porta de casa dos moradores entrou em suas vidas, em grande parte, ainda pela tela da televisão. No caso dos removidos em função das obras, muitos dos avisos chegaram na forma de letras ou códigos escritos nas paredes externas dos imóveis, reeditando a velha prática estatal da Secretaria Municipal de Habitação nos tempos da política de remoções das décadas de 1960 e 1970.

Na Rocinha, as obras do PAC (primeira fase) tiveram início em 2008 e se encerraram no fim de 2010, conforme registrado no noticiário do jornal *Rocinha Notícias*¹⁵⁵, tendo sido realizadas durante os dois mandatos do governador Sérgio Cabral Filho (2007-2010 e 2010-2014). Uma sequência de acontecimentos antecedeu a implantação do Programa nessa favela e vale retomar alguns para ampliar a percepção sobre o contexto local. Nos anos anteriores à implantação do Programa, interlocuções entre a população local, arquitetos e urbanistas resultaram na elaboração de um plano de urbanização, envolvendo diversos aspectos da vida local; assim teve origem o Plano Diretor Sócio Espacial da Rocinha¹⁵⁶, contando com participação dos moradores para traçar as suas principais diretrizes. Em tese, esse momento pregresso de construção das bases técnicas para reforma da infraestrutura urbana da favela, contando com participação popular, seria um importante passo para implantar mudanças de fato condizentes com as necessidades locais, minimizando impactos sociais prejudiciais. No entanto, o que ocorreu em relação ao PAC foi uma conjunção (desarticulada) de algumas obras demandadas pelos moradores, outras modificadas, outras não realizadas, outras inacabadas e outras, ainda, incluídas sem diálogo com a população (sob justificativas duvidosas de funcionalidade no cotidiano da favela)¹⁵⁷. Acrescente-se a isso o fato de o Programa ter sido

155 Jornal *Rocinha Notícias*, impresso, n. 35, de maio/junho de 2008, e n. 42, de jul/ago de 2011.

156 Para maiores detalhes, ver: TOLEDO, Luiz Carlos; SILVA, Jonathas Magalhães P.; TÂNGARI, Vera Regina. Derrubando os muros: planejamento participativo e integração social na comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro. CADERNOS PROARQ, p. 37, 2007.

157 O arquiteto Luiz Carlos Toledo, com sua equipe, cujo escritório venceu o Concurso Nacional de Ideias para Urbanização do Complexo da Rocinha, em 2006, foi o responsável pela criação de bases importantes para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sócio Espacial da Rocinha.

implantado às vésperas da realização dos eventos esportivos de grandes proporções sediados no Rio de Janeiro (entre os principais, a Copa do Mundo, de 2014, e as Olimpíadas, de 2016), onde obras a exemplo do teleférico poderiam se colocar “como uma solução midiática” de maior apelo em termos de propaganda (IZAGA; DA SILVA PEREIRA, 2014, p. 112) do que, por exemplo, o esgotamento sanitário – por sinal, uma das obras previstas e demandadas pelos residentes que deixou de ser realizada.

Ainda em 2010, técnicos do governo do estado anunciaram uma segunda fase do Programa, o “PAC 2”, enquanto canteiros de obras da primeira fase, conhecida como “PAC 1”, encontravam-se paralisados (caso das obras do plano inclinado) e equipamentos culturais e de educação ainda não haviam sido inaugurados (casos do Centro de Convivência, Comunicação e Cultura/C4, creches, áreas de lazer, entre outros); além disso, nesta segunda etapa, foi incluída a realização de um edital para a construção do teleférico, nos mesmos moldes do já construído no conjunto de favelas do Alemão, junto a outras intervenções na infraestrutura local. Essa obra, que teria entre suas consequências a remoção de moradores, não havia sido prevista no Plano Diretor da Rocinha e não foi objeto de diálogo com a população.

Tomando como parâmetro um período mais recente, desde o início dos anos 2000, fóruns de discussão, planejamentos e estudos de cunho urbanístico vinham sendo realizados na Rocinha¹⁵⁸, a partir de demandas da população – boa parte delas, por sinal, reivindicações de melhorias na infraestrutura da favela que já vinham de longa data. Mais precisamente, após um período de extrema tensão e traumas causados pelos conflitos armados de 2004 na favela¹⁵⁹, conhecido localmente como “Guerra da Semana Santa”, encontros entre integrantes de organizações da sociedade civil, urbanistas e moradores se intensificaram. Um dos desdobramentos foi a realização do Concurso Nacional de Ideias para Urbanização do Complexo da Rocinha, realizado por uma parceria entre o governo do estado do Rio de Janeiro e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 2005. O escritório do arquiteto Luiz Carlos Toledo venceu o concurso e montou uma base de trabalho na favela para permitir a participação dos residentes na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sócio Espacial da Rocinha. Segundo Toledo, a ideia “era que o Plano Diretor estabelecesse diretrizes gerais de desenvolvimento para a Rocinha, alguns macroprojetos, como o de saneamento básico e

Seu relato sobre esse processo e sua interrupção, às vésperas do início do PAC, está disponível em:
http://casadeestudosurbanos.com.br/folhetim.html#_ftn2

158 Relatos do arquiteto Luiz Carlos Toledo, cujo escritório foi responsável pela elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sócio Espacial da Rocinha, no Folhetim da Rocinha. Disponível em:

http://casadeestudosurbanos.com.br/folhetim.html#_ftn2. Acesso em: maio/2020.

159 *Jornal Rocinha Notícias*, n. 22, março/abril de 2004.

mobilidade, e alguns projetos pontuais”. As diretrizes urbanísticas foram então criadas, mas, ainda conforme o arquiteto, dois aspectos foram determinantes para a interrupção do trabalho em 2007 – que também incluía a implantação propriamente dita do Plano Diretor. a não concretização de um apoio financeiro que havia sido negociado com a prefeitura do município e o abandono gradual dos técnicos do governo do estado das reuniões com os moradores, nas quais eram detalhadas as ações e pactuadas as consequências que seriam causadas nas suas rotinas de vida.

Em 2008, os recursos do PAC 1 permitiram retomar as obras previstas no Plano Diretor, porém, não em sua totalidade e contendo alterações não pactuadas com a população. Além disso, moradores denunciaram o abandono de canteiros de obras pelas empreiteiras responsáveis, após causarem desapropriações de imóveis e antes de sequer iniciarem os trabalhos¹⁶⁰. Essa situação foi relatada ao Ministério Público Estadual por participantes dos grupos Rocinha Saneamento e Rocinha Sem Fronteiras (criado em 2006), resultando em uma Ação Civil Pública pedindo indenização à população pelos danos causados pelas obras abandonadas, além da condenação do governo do estado e do consórcio responsável pelas intervenções. Segundo um dos coordenadores do RSE, o antigo morador e mobilizador de longas lutas comunitárias na Rocinha José Martins de Oliveira, o objetivo do grupo “sempre foi, e continua sendo, ampliar o conhecimento de direitos e deveres [dos participantes], porque, se você tem conhecimento dos seus deveres você também pode brigar pelos direitos”. Em 2013, o grupo iniciou uma campanha contra a construção do teleférico e em favor do saneamento básico na Rocinha, estendendo-se por anos depois e sempre que o governo do estado voltava a anunciar as obras do PAC2. Batizada de “Telefante” ou “O elefante branco da Rocinha”, essa mobilização ganhou as ruas da favela, por meio da distribuição de panfletos, foi divulgada em redes sociais na internet e também resultou numa ação judicial, por parte do grupo e intermédio do Ministério Público do Rio de Janeiro, questionando o Estado sobre o não cumprimento das obras previstas no PAC 1.

Em 2018, novas denúncias foram feitas ao Conselho de Direitos Humanos da Organização dos Advogados do Brasil pelo representante destes grupos José Martins Oliveira. O ano de 2012 foi a época em que o Jornal *Rocinha Notícias* encerrou as atividades da sua versão impressa (migrando para as redes sociais na internet) e, no mesmo período, estava sendo fundado um novo jornal na favela: o *Fala Roça*. Ao menos quatro edições do RN e uma do FR

160 Uma série de matérias realizadas pelo *site* “Eu, Rio” detalha irregularidades envolvendo as obras do PAC na Rocinha, contendo depoimentos de moradores locais. Disponível em: <https://eurio.com.br/noticia/3276/pac-da-rocinha-consorcio-abandona-canteiros-com-ob.html>. Acesso em: 03 jun. 2020.

trouxeram, em suas capas, manchetes sobre o mesmo assunto: as obras do PAC na Rocinha. O fato de ter ocupado as primeiras páginas desses jornais, em seus respectivos tempos, pode indicar a relevância do tema no cotidiano dos moradores. O período de circulação do RN (no formato impresso) abrangeu a maior parte do tempo de realização dessa política pública na favela (entre 2008 e 2011, de acordo com o tempo das matérias do jornal). Na capa da sua 35ª edição, em maio/junho de 2008, o jornal estampou a primeira manchete sobre o tema (esperançosa): “Olha o PAC aí, gente!” e, cerca de três anos depois, na 42ª edição, de julho/ago de 2011, registrou, em tom questionador, a paralisação do Programa: “PAC: Por que parou? Parou por quê?”. Além dessas duas edições, o RN destinou, pelo menos, mais duas capas ao mesmo assunto, nas quais o PAC ganhou destaque principal¹⁶¹. E não foi por menos: esse conjunto de obras constituiu a última grande intervenção urbana do poder público na Rocinha em cerca de 20 anos, apesar de as ações previstas/anunciadas não terem sido realizadas na sua totalidade e, no final, não terem atendido a reivindicações históricas de seus habitantes junto ao poder público, em termos de infraestrutura para a favela, como é o caso do esgotamento sanitário.

No caso do Jornal *Fala Roça*, o assunto principal de sua edição de estreia, de maio de 2013, foi a construção do teleférico. E assim como o Jornal *Rocinha Notícias*, o FR também voltou a abordar o mesmo tema em outras ocasiões – não no impresso, mas em sua página na internet. Em ambos os casos, é possível notar que o primeiro texto de cada jornal sobre o PAC trazia um tom, de certa forma, esperançoso com o cumprimento das ações previstas e os benefícios anunciados. As manchetes das primeiras matérias de capa de ambos os jornais tendem a causar essa impressão: “Olha o PAC aí, gente!” (RN, n. 35, 2008) e “Rocinha no ar. Comunidade da Rocinha se prepara para receber o seu teleférico” (FR, n. 1, 2013). Outra semelhança em suas abordagens é a mudança de tom que acompanha a (re)publicação dos mesmos temas (ou a “suíte” no jargão jornalístico) tempos depois por ambas as mídias. Três anos depois de sua primeira matéria, o RN perguntou em uma nova capa “PAC: Por que parou? Parou por quê?” (RN, n. 42, 2011) e, cinco anos depois de sua manchete de estreia, o FR publica em seu *site* um texto atualizando as informações sobre o PAC 2, em tom de desconfiança: “Sem a conclusão do PAC 1, Governo do Rio quer iniciar o PAC 2 na Rocinha”¹⁶². Sendo assim, a

161 Ver a listagem das manchetes de capa do Jornal *Rocinha Notícias* no Anexo D - Jornal *Rocinha Notícias*: manchetes de capa. Em tempo: esse levantamento se refere aos 39 exemplares remanescentes desse jornal, gentilmente cedidos à consulta, por seus fundadores, no âmbito desta pesquisa. Maiores informações sobre o conjunto dos exemplares (período de abrangência, datas, etc.) no Anexo B - Jornal *Rocinha Notícias*: cadastro.

162 Texto publicado, na página do *Fala Roça* na internet, em 24 de agosto de 2018. Disponível em: <https://falaroca.com/sem-a-conclusao-do-pac-1-governo-do-rio-quer-iniciar-o-pac-2-na-rocinha/>

cobertura do tema das obras do PAC por esses veículos de informação da Rocinha sugere uma relação de falta de compromisso por parte do estado, no que diz respeito às ações de urbanização planejadas, desde, pelo menos, 2007 (ano do primeiro anúncio das obras dessa política pública).

2ª edição – “Sem escolha” (manchete publicada na capa do jornal)

Figura 7 – Reportagem principal da 2ª edição do *Fala Roça*

FALA Roça Rio de Janeiro, Agosto de 2013

Reportagem Ímpar 5

Sem alternativas

Redução do itinerário das vans tem gerado desconforto e polêmica entre moradores da Rocinha

Por Michele Silva

Há três meses o trajeto das vans da Rocinha e Vidigal vem sofrendo alteração. A população ainda está se adequando ao novo percurso. Se antes era possível ir até o Leme ou Botafogo de van, hoje só se chega até o Leblon.

Ao contrário do que muitos pensam, o fato não tem ligação com o estupro da turista americana, que aconteceu no final de março de 2013. No final de 2012, logo após sua reeleição, o prefeito Eduardo Paes anunciou que aconteceria mudanças nos transportes complementares. Esse compromisso foi cumprido e a decisão gerou muita polêmica, pois o impacto afetava diretamente a vida dos passageiros e dos trabalhadores do setor.

Quem está sentindo mais dificuldade com as transformações do prefeito Eduardo Paes são as pessoas que moram nas partes mais altas da Rocinha, pois os ônibus e as vans já chegam cheias nos pontos de parada perto de suas casas. Jorge Ricardo, mais conhecido como Kadinho, é morador da Rua 2 e não está nada satisfeito. Ao ser questionado sobre a mudança no transporte da comunidade disse:

“Eu acho que toda mudança só vem para prejudicar os pobres e moradores do gaço. O Brasil é o país dos extremos”, declarou Kadinho.

Quem não tem acesso ao Bilhete Único, espera o ônibus subir e não tem escolha. Ou vai em pé, ou tira mais uma passagem do próprio bolso para usar integração. Os moradores do Vidigal também reclamam.

“Nós sempre dependemos das vans, pois os ônibus aqui vivem lotados e de madrugada praticamente não rodam. Para sair à noite ficou bem mais complicado”, afirma Rafaela Batista, de 22 anos.

Menique Silva, de 22 anos, é moradora da Rocinha e ressaltava que não são só as vans da Rocinha que estão fazendo falta. Há bloqueios em vários bairros. Ela trabalha em São Cristóvão, costumava pegar a van que vinha do Rio das Pedras até a Gávea, e de lá pegava o ônibus.

“Agora sem essas vans preciso sair de casa meia hora mais cedo e vou toda amassada para o trabalho. O ônibus passa pela Rocinha lotadíssimo. Fica difícil até para entrar”, afirmou a moradora.

Não ficou ruim apenas para os passageiros. O presidente da Coopertraz, Flávio Neri, contou-nos sobre as dificuldades que os trabalhadores das vans estão enfrentando.

“Mudou tudo. Do uniforme até os carros novos. Temos que cumprir horários e o trajeto determinado pela Prefeitura”, relatou Flávio.

A contrabalança de uma decisão

Se as transformações nos transportes complementares implementadas pelo prefeito Eduardo Paes causaram transtornos, há quem diga que nem tudo mudou para pior. Agora, é possível usar o RioCard nas vans.

“Muitas pessoas usavam o ônibus por causa do RioCard. Agora podem usar nas vans também. Sem isso seria inviável continuar com o serviço, pois não teríamos passageiros para transportar”, disse Flávio Neri.

Ao total são 66 vans, 30 no trajeto via Avenida Niemeyer e 36 no trajeto via Estrada da Gávea. Nos dois trajetos só é possível ir até o

Leblon pela orel e voltar. A linha que ia para o Leme, via Botafogo da linha 592 está extinta. Flávio complementa que as vans são essenciais, já que a frota de ônibus que roda atualmente na Rocinha não é suficiente para suprir a demanda da comunidade.

Há rumores de que as vans sejam liberadas para circular até Copacabana, mas isso ainda não se confirmou. Ainda em conversa com o presidente da Cooperativa de Vans da Rocinha, Flávio Neri, o otimismo se mostrou presente com a nova possibilidade.

“As vans integram um sistema que alimenta os meios de transporte de massa, como o Metrô, por exemplo. Se pudermos ir até Copacabana será bom para os passageiros da Rocinha e Vidigal e também para os trabalhadores das vans”.

A universitária, Joice Ferreira, considera toda essa mudança ruim.

“Antes era muito mais fácil chegar à faculdade da UERJ. Eu pegava o ônibus da linha 457, na General Osório, mas agora a van não vai mais até lá. Na volta eu pegava a van em Botafogo vazia, agora eu venho cansada da faculdade, deixo na Gávea num horário que o ponto está muito cheio e os ônibus mega lotados. Só me atrasou”, conclui ela.

Paulo Afonso, 61 anos, afirma que sua rotina mudou, mas que já está adaptado e prefere assim. Ele trabalha no Humaitá. Para ir até lá utiliza a linha 592 e para voltar pega qualquer ônibus pelo túnel e sobe a Rocinha de van, tudo isso com o uso do bilhete único.

“Na volta tenho até chegado mais cedo em casa. Toda mudança é difícil no começo, mas tudo é questão de costume”, relata Paulo Afonso.

Ainda em conversa com Flávio Neri, ele avalia que a cidade precisa de organização, até mesmo porque os grandes eventos estão se aproximando, mas pondera que é preciso respeitar os direitos dos passageiros e dos trabalhadores que operam o serviço das vans.

“Nenhum objetivo será alcançado e estaremos falidos, e tudo ficará nas mãos dos empresários de ônibus do Rio de Janeiro”, desabafou Neri.

Fonte: Edições impressas do Fala Roça. Acessível em: <https://falaroca.com/edicoes-impressas/>

Com o título “Sem escolha” e subtítulo “Prefeitura do Rio modifica trajeto de vans na Rocinha e Vidigal e ocasiona transtornos no cotidiano de usuários e moradores”, a reportagem de capa da segunda edição do *Fala Roça*, lançada em agosto de 2013, tratou do tema do transporte na Rocinha e, mais especificamente, do chamado transporte complementar (vans e kombis), vital para a circulação dos moradores tanto em trajetos internos no morro quanto em conexões com outros transportes para acessar a favela. O assunto se transformou em pauta para o jornal, naquele momento específico, por conta dos transtornos causados pelas alterações da prefeitura no sistema de funcionamento de vans e kombis que atendiam (e permanecem atendendo) à Rocinha, como explicou uma das comunicadoras do FR. As alterações, sem nenhum tipo de consulta à população, também tiveram como consequência reflexos nas linhas de ônibus que circulavam pela favela.

Reproduzo trecho inicial da matéria: “Há três meses o trajeto das vans da Rocinha e Vidigal vem sofrendo alteração. A população ainda está se adequando ao novo percurso. Se antes era possível ir até o Leme ou Botafogo de van, hoje só se chega até o Leblon”.

A administração municipal, sob comando do então prefeito Eduardo Paes, realizou diferentes mudanças no sistema viário relacionado à Rocinha ao mesmo tempo, tais como as exigências repentinas de adequação do transporte complementar a novas regras, a implantação do bilhete único (ainda pouco usado), a proibição de circulação de vans em trechos da zona sul, e mudanças em trajetos de ônibus. O resultado foi a sobrecarga nas linhas de ônibus até que as vans e kombis se adequassem ao novo sistema proposto (ou imposto, já que não houve consulta prévia). Entre os impactos gerados para os moradores, foram meses de dificuldades para entrar e sair da Rocinha, ônibus superlotados, imensas filas de espera nos pontos na favela, maiores gastos e atrasos para chegar ao trabalho. Na época, ainda não havia sido construída a linha 4 do metrô, que se tornaria outro meio de locomoção acessível para os moradores, com uma estação localizada na parte baixa da favela. A seguir, a contextualização sobre a realização da matéria, por sua autora, Michele Silva:

[Em relação] à matéria das vans, aconteceu mais uma vez um caso bem complicado, quando a prefeitura resolveu regularizar o transporte complementar, que eram vans e kombis. A comunidade da Rocinha sentiu um impacto muito grande, porque essas vans faziam a ligação da Rocinha com boa parte da zona sul. Tanto pela orla, quanto por dentro, por Botafogo. Resolveram acabar com isso da noite pro dia, muito rápido. E, pra legalizar [vans e kombis], e entrar no projeto deles [da prefeitura], sairia mais da metade dos carros e seria um custo muito maior pra que continuassem sendo prestadores de serviço. Só que, paralelo a isso, vieram outras mudanças anunciadas – as maquininhas de Riocard, mudanças de itinerários, várias coisas. Ia reduzir 70% ou mais [do transporte complementar]. Na hora, disseram que iam dobrar a quantidade

de ônibus na rua, o que não aconteceu. E depois que acabou a polêmica¹⁶³, voltou tudo pro normal: poucos ônibus na rua, zero van e as pessoas sem conseguir chegar no trabalho e na escola (Michele. Entrevista, tema: Jornal *Fala Roça*. Data: 08/08/2015).

O transporte é uma questão que afeta de forma sensível no dia a dia dos moradores da Rocinha (como também o é para outras regiões de favelas, subúrbios e periferias da cidade; justamente as que mais necessitam usar o transporte público no Rio de Janeiro). Além de “render” duas das oito capas do Jornal *Fala Roça*, foi também assunto persistente nos jornais *Tagarela* e *Rocinha Notícias* e é tema constante em outros meios de comunicação atuais da favela (*on* e *off-line*). Para dar uma ideia do cenário, no que diz respeito à mobilidade interna, milhares de pessoas precisam se deslocar por dentro dos espaços da favela, em suas rotinas residenciais, além de haver um volume grande de circulação decorrente de atividades comerciais e do transporte de mercadorias¹⁶⁴. Para agregar mais elementos à composição desse cenário, podemos pensar em características demográficas e da estrutura viária local. Quanto ao adensamento populacional, a Rocinha registrava o maior índice entre os bairros do Rio de Janeiro, em 2010 – em média 1.000 hab/ha, segundo estudo da Fundação Bento Rubião (GOUVEA; SOARES, 2010); a circulação desses moradores é feita por uma única via de acesso principal ao tráfego rodoviário, que corta a favela de cima abaixo – a Estrada da Gávea, no trecho entre os bairros de São Conrado e Gávea, com suas curvas sinuosas e espaços comprimidos por carros estacionados na pista (estacionamentos são escassos). Vias menores perpendiculares (em geral, de mão única) levam ao interior do morro, mas grande parte das suas “artérias” é composta por becos e escadarias.

Esses são alguns aspectos desafiadores, junto a muitos outros existentes em relação ao fluxo interno de pessoas e veículos na favela. O tema ocupa, além dos meios de informação locais, o “boca a boca” das “rodinhas” de moradores, as conversas cotidianas dentro de ônibus e vans lotados na hora do *rush*, são frequentemente discutidos em reuniões de movimentos comunitários e alvo de cobranças desses grupos e outros residentes à XXVII Região Administrativa (que atende à Rocinha). Outro dado relevante é o fato de a questão da mobilidade urbana já ter sido alvo de programas de urbanização implementados na favela, onde se destaca o PAC Favelas, programa dos governos federal e estadual mencionado nas páginas

163 Michele se refere aos impactos iniciais causados pelas alterações da prefeitura no sistema das vans da Rocinha.

164 Dados do “Censo Favelas PAC”, referentes à atividade empresarial da Rocinha registraram a existência de “6.529 empresas ou empreendedores, sendo formais ou informais” na Rocinha. O levantamento foi realizado, entre 2008 e 2009, pelo Escritório de Georreferenciamento de Projetos do Governo, vinculado à Secretaria Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Informações disponíveis em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/egprio_imagens/Uploads/Apres_censo.pdf

anteriores; mas, a despeito de todo o processo de estudos e planejamento de soluções de infraestrutura (realizado com instâncias de participação local) que o antecedeu, parte significativa dessas diretrizes (estruturantes do Plano Diretor Sócio Espacial da Rocinha), deixou de ser realizada. Aí se incluem as propostas de mobilidade que, de acordo com IZAGA e PEREIRA (2014), consistiram “em melhorar a conectividade e acessibilidade intrafavela e em seus bordos”; entre as principais ações de “urbanização, acessibilidade e saneamento” estavam a construção de uma nova passarela; o alargamento da Rua 4 e a criação de um sistema de planos inclinados, conectando as partes alta e baixa da favela (IZAGA; PEREIRA, p. 109, 2014), ou seja, soluções estão na ponta da língua de quem vive na favela, assim como de profissionais da área de planejamento urbano. Porém, o que torna a situação mais dramática do ponto de vista local é, não só a ausência da implementação de melhorias de fato necessárias à infraestrutura urbana da Rocinha, mas a tomada de decisões, por parte do Estado, que alteram a mobilidade cotidiana, em geral, sem participação/consulta prévia aos moradores.

O tema do transporte foi abordado, diretamente ou de forma transversal, em, pelo menos, quatro edições do *Tagarela*: os números 7, 12, 13 e 14, publicados entre março e dezembro de 1978¹⁶⁵. Os textos das edições aos quais me refiro abrangem, mais especificamente, dois assuntos: a situação dos ônibus que serviam à população local e a descrição da luta dos moradores pela instalação da passarela em frente à Rocinha, desde as primeiras mobilizações até a sua inauguração.

“A passarela é nossa!!!” – Passarela da Rocinha no jornal Tagarela: objeto de luta e símbolo de movimentos comunitários

Considero o tema da passarela relacionado à questão dos transportes pela seguinte razão: uma das principais funções desse equipamento urbano era (e ainda é) proporcionar acesso seguro a pontos de ônibus (meios de transporte) situados do lado oposto à entrada da favela. Para chegar às paradas da maioria dos coletivos que levavam os moradores ao trabalho e ao principal destino para se conectar de forma mais rápida com o resto da cidade (ou seja, via zona sul), no fim da década de 1970, era necessário atravessar as pistas da Autoestrada Lagoa-Barra, na saída do túnel em frente à favela, então chamado de Dois Irmãos (atual Túnel Zuzu Angel), no bairro de São Conrado. De acordo com relatos dos moradores, publicados no *Tagarela*, atropelamentos e mortes no local se tornaram constantes ao longo de quase uma década – exatamente desde a abertura do túnel, e da sua autoestrada, em 1967-1968. A construção dessa

165 Em alguns números do jornal *Tagarela*, não constam as datas de publicação, que foram, portanto, deduzidas com base no conjunto das suas 23 edições digitalizadas.

via expressa, que desembocava nos pés de uma área densamente povoada, sem ter sido projetada acompanhada pela instalação de uma passarela destinada à circulação de pedestres, tornou-se um fardo para os moradores da favela – que pagaram com muitas vidas o preço de mais uma obra voltada para um processo urbano evolutivo “altamente estratificado” (ABREU, p. 139, 2013).

Esse assunto esteve presente nos números 7, 12 e 13. No número 7, de março de 1978, o texto “A passarela” registra o início da organização dos moradores pela construção da passarela. Transcrevo os parágrafos iniciais:

No dia 23.02.1978, 27 moradores da Rocinha, apresentando um abaixo assinado com 1780 assinaturas, conseguiram do Prefeito a promessa da construção da PASSARELA.

A história da passarela começou no AUTOCENSO que foi uma pesquisa feita por nós, moradores, com a finalidade de descobrir o que mais preocupa os moradores da Rocinha.

No meio das respostas, apareceram várias sugestões sobre os melhoramentos da Rocinha. Vimos então que o alto número de atropelamentos na pista causava uma grande preocupação.

Reunimos os moradores entrevistados e seus vizinhos para procurar uma solução. A passarela teve a preferência de todos que, na mesma hora, prepararam um abaixo assinado e saíram recolhendo assinaturas [...]

No número 12, de agosto/setembro do mesmo ano, o assunto foi destaque na capa do jornal e também tema do editorial, que ocupou página inteira. O motivo de tamanho destaque aparece já no título “A passarela é nossa!!!”. Os esforços e ações realizadas, incluindo a entrega de um abaixo assinado, com 1.780 assinaturas, diretamente ao prefeito da época (Marcos Tamoio) resultaram na construção da passarela. O texto se inicia com testemunhos de moradores sobre o alto número de mortes – “quase uma por dia”¹⁶⁶ – em decorrência dos atropelamentos que passaram a ser constantes após a construção do túnel, entre 1967 e 1968, cujas pistas de alta velocidade compunham os novos acessos viários abertos para conectar a zona sul à Barra da Tijuca e a outros bairros que cresciam na zona oeste da cidade. Obra de grande porte que, por sua vez, além de não contemplar uma solução para os milhares de residentes da Rocinha¹⁶⁷, que precisariam conviver com uma autopista quase na entrada de suas casas, também acarretou a remoção de moradores, conforme prossegue o texto, após o subtítulo “Remoção e mortes na Rocinha com a abertura da pista do Dois Irmãos”. Outros impactos

166 Jornal *Tagarela*, n. 12.

167 Segundo texto na primeira edição do *Tagarela*, de 1976, a população da Rocinha já atingia cerca de 100 mil pessoas. Com o título “Rocinha, uma cidade dentro da cidade”, o texto explica: “Por que uma cidade? Ora, já sabemos que a Rocinha é uma das maiores favelas do Brasil em termos populacionais com aproximadamente 100 mil habitantes” [...].

negativos da construção do túnel são mencionados, como a alta no preço “da terra e dos aluguéis”, assim como o detalhamento da organização dos moradores e as críticas aos políticos então candidatos que “estão dizendo que são os pais da criança, que foram eles que deram a passarela”. Destaco trecho inicial da matéria:

Eu acho que essa passarela devia ter vindo antes porque teria evitado muitas mortes”, falou um morador ao *Tagarela*. Nem os jornais sabem o número exato de mortos na pista do túnel Dois Irmãos. Tem morador que diz ser ‘quase uma morte por dia’. A construção do túnel em 1967/68 e da pista custou milhões e milhões aos cofres públicos, beneficiando os passeios do pessoal da zona sul e os novos e luxuosos bairros dos granfinos como o Village. E os moradores da Rocinha????.

Essas informações/vivências/memórias estão descritas de forma detalhada no *Tagarela*, narradas por pessoas que participaram do jornal e das ações coletivas para reivindicar a construção da passarela (entre outras lutas na favela), no seu tempo. Ao ler o jornal, acessamos testemunhos que se desenrolam pelo ano 1978, dando conta das estratégias iniciais adotadas por moradores para sensibilizar vizinhos, amigos e conhecidos em torno do seu engajamento, até a conquista da primeira passarela instalada no local, que materializa essas reivindicações. Através desses testemunhos, acessamos também conexões dessa questão mais imediata com outros temas presentes no cotidiano daquela época, como as representações a respeito dos políticos, da política partidária, da associação de moradores, entre outras, presentes naquele momento. Assim é possível notar nos dizeres na capa da 12ª edição: “Nós, moradores da Rocinha, nos organizamos e com o nosso esforço conseguimos a passarela! Recusamos ‘padrinhos’ e ‘benfeitores’ de vésperas de eleições. A luta foi nossa! A vitória é nossa!”

Na relação com os tempos atuais, é importante sublinhar o fato de esse tema significar um aspecto relevante ligado à memória local, como representação simbólica das lutas coletivas na favela. Não raro, a construção da primeira passarela¹⁶⁸ é lembrada por lideranças comunitárias mais antigas, moradores que viviam nos anos 1960-1970 na favela (ou desde antes) ou, ainda, grupos ligados ao trabalho com memória na favela, reiterando que a construção dessa estrutura, além de outras mobilizações foram fruto da força dos movimentos comunitários desses anos. Integrantes do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, por exemplo,

168 A primeira passarela da Rocinha já foi reformada em, ao menos, duas outras ocasiões. Na última, sua estrutura foi completamente substituída pela versão atual, construída de acordo com projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, no contexto das obras do PAC 1 na Rocinha, em 2010. Recentemente, a matéria “Justiça bloqueia contas de Pezão e mais 7 por superfaturar obras do PAC na Rocinha”, publicada no *Fala Roça online*, tratou do superfaturamento das obras do PAC na Rocinha. Disponível em: <https://falaroca.com/justica-bloqueia-bens-pezaopac-rocinha/> Acesso em: 08 jul. 2020.

mencionaram esse tema no próprio jornal *Fala Roça*. Ganharam o espaço da coluna “Memória”, a partir da 6ª edição. Ressalto o primeiro parágrafo da coluna publicada na oitava edição:

Se você viveu nas décadas de 60 e 70 na Rocinha, provavelmente deve se lembrar dos movimentos comunitários. A fundação das associações de moradores, a luta contra as remoções, a construção da passarela, a luta pelo saneamento básico, entre outros, foram reivindicações de movimentos comunitários (Jornal *Fala Roça*, impresso, 8ª edição).

“Não somos sardinha em lata: faltam ônibus na Rocinha”

O transporte coletivo foi abordado nas edições 7 e 14 do *Tagarela*, de 1978. Como não foram encontradas menções a outros tipos de transporte coletivo (como as kombis) no material de acervo do jornal, aparentemente, os ônibus eram o principal sistema de transporte (se não o único) existente na favela naquele período. Ambos os textos, de março e novembro do mesmo ano, denunciam a quantidade insuficiente de ônibus para atender à população local. Os títulos são: “Redução dos nossos coletivos”, publicado no número 7, em março de 1978, e “Não somos sardinha em lata: faltam ônibus na Rocinha”, no número 14, em novembro de 1978. Transcrevo trechos iniciais dos textos: “Quem ficar parado ali mais ou menos perto da saída do túnel Dois Irmãos verá uma enorme e constante quantidade de pessoas que atravessam as pistas, que são por demais perigosas, a fim de pegarem os ônibus que ali circulam” [...] (Jornal *Tagarela*, n.14, nov-dez/1978); “Vamos analisar o ônibus 545: pertence a uma grande empresa que bem poderia colocar no local condução suficiente para o pessoal, pois o que fatura aqui, fazendo um percurso de 15 minutos e cobrando um absurdo, deveria dar valor a esse povo sofredor” [...]. (Jornal *Tagarela*, n.14, nov-dez/1978).

O primeiro texto descreve a cena vivida pelos moradores da favela diariamente para pegar os ônibus no bairro de São Conrado, antes da construção da passarela: moradores aglomerados no ponto de ônibus à espera do transporte, após se arriscarem para atravessar as pistas de alta velocidade. Em seguida, relata a redução na quantidade de ônibus, das linhas 591 e 592, que serviam à região da Rocinha no trajeto São Conrado-Leme, sem nenhum tipo de comunicação aos moradores, causando ainda mais dificuldades na sua locomoção. O segundo texto menciona “uma deficiência total no transporte” durante o dia todo, filas enormes e, quando chegam, os coletivos lotam rapidamente. Estimula a ação conjunta dos moradores: “vamos pedir mais ônibus, é uma necessidade pública”, além de defender que “o transporte de massas populares é obrigação a ser cumprida independente do lugar”.

O tema do transporte na Rocinha foi abordado pelo Jornal *Rocinha Notícias* em, pelo menos, cinco matérias durante os cerca de doze anos de existência do seu suporte impresso

(2001 a 2012). De acordo com os exemplares consultados, o assunto não ocupou as manchetes principais do jornal, mas tiveram chamadas na capa. Três matérias abordaram questões relativas aos ônibus que serviam à população local, duas falaram sobre mototáxis e uma sobre kombis.

Na primeira década dos anos 2000, o grosso da população continuava refém das linhas de ônibus (ainda o principal sistema de transporte coletivo local), mas outras modalidades então chamadas de “transporte alternativo” – fruto de iniciativas locais – já começavam a aumentar, mas oferecendo pouca segurança. No final da década, ambas as modalidades de transporte “alternativo” (kombis e mototáxis) já haviam sido legalizadas. Vans também já circulavam nessa época, apesar de ainda sem regulamentação. Regras nesse sentido vieram a ser estabelecidas já nos “tempos do jornal *Fala Roça*”, como vimos na matéria que foi capa da sua segunda edição (agosto/2013).

As duas primeiras reportagens foram publicadas em 2001, ano de estreia do jornal, respectivamente em fevereiro e março. Como apenas o exemplar de março está disponível para consulta, é possível saber que o jornal questiona a empresa Transporte Amigos Unidos, antes dessa edição, a respeito da qualidade dos ônibus que circulam na favela, “velhos e sujos”, além de apontar que eram insuficientes. Na edição de março, a terceira, o jornal publica a resposta da empresa, então situada na Rocinha, aos seus questionamentos. O título sinaliza a posição da empresa: “Empresa de ônibus promete aproximação com a comunidade e melhora dos serviços”. A fala do representante da TAU é a principal – apresenta justificativas para os problemas (falta de investimento na unidade da Rocinha, etc.), fala da relação com as kombis, dos problemas da Estrada da Gávea (principalmente o estacionamento irregular), dos números da frota, de funcionários e da política de mão de obra local. Promete ônibus para crianças em horário escolar e melhorias nos serviços. O jornal adota um tom de diálogo.

Na mesma edição, os mototáxis são tema de outra matéria: “Mototáxi: rapidez e insegurança”. O ponto central da matéria é a preocupação com a segurança de motociclistas, passageiros e pedestres da Rocinha, do ponto de vista da população local, diante da circulação crescente de mototáxis na favela – à época “mais de 150” e, então, sem nenhuma regulamentação. Já em maio de 2003, o tema publicado na edição 19 é a Estrada da Gávea com seus constantes engarrafamentos, sob o título: “Sinal vermelho para a Estrada da Gávea”. A matéria é sobre o trânsito sobrecarregado na principal via que corta a Rocinha de cima a baixo.

O primeiro parágrafo apresenta o cenário e um diagnóstico:

Com 3 quilômetros de comprimento, e 3 metros de largura a Estrada da Gávea está sofrendo com o crescimento da Rocinha. De uns seis anos pra cá, transitar naquela que é a principal via que corta a Rocinha de um lado a outro, vem se transformando em uma tarefa extremamente estressante e comprovadamente perigosa. O número de

veículos que passa pela via nos horários do *rush* é inacreditável. Transitam hoje na Estrada da Gávea 40 kombis da COOPETRAR (Cooperativa de Transportes da Rocinha); uma empresa de ônibus com quatro linhas rodando, a TAU (Transporte Amigos Unidos); nove pontos de mototáxi, além dos ônibus escolares e veículos de entregas (Jornal *Rocinha Notícias*, n.19, maio de 2003).

Na edição seguinte, n. 20, de setembro de 2003, o assunto são as kombis: “Kombis na legalidade”; a matéria trata da legalização do serviço de transporte de kombis na Rocinha. Informa que 90% da frota de 80 veículos da Cooperativa de Transporte Alternativo da Rocinha já estavam legalizadas junto à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos. Ressalta que “o passageiro seria o maior beneficiado das normas” (como gratuidade, seguro e capacitação para o motorista) e que integrantes da cooperativa “foram responsáveis por batalhas memoráveis em favor do transporte alternativo da Rocinha”. Sete anos depois, no número 41, de dezembro-janeiro/2010, o jornal trata da legalização de outro serviço de transporte complementar na favela: os mototáxis. Com o título, “Câmara municipal autoriza mototáxi na Rocinha”, a matéria trata da promulgação da lei que “autoriza a prefeitura a criar o serviço de transporte em motocicleta, moto taxi na comunidade da Rocinha e (apenas) dentro da área de abrangência da XXVII Região Administrativa”. Trata-se de um texto reduzido, concentrado apenas no registro da nova lei; mas ganha destaque através de uma fotografia e de sua apresentação gráfica. E, por fim, a mesma edição traz, ainda, a terceira matéria sobre linhas de ônibus que atendem à população da Rocinha (sempre considerando o universo dos exemplares consultados). Se, anteriormente, o tom do jornal havia sido de diálogo, com a empresa TAU, dessa vez, podemos ver no título da chamada na primeira página que, como diz a gíria, “o caldo entornou”: “Amigos Unidos: um ‘esculacho’ na Rocinha”. O motivo principal, destacado na matéria, foi o fato de o atendimento da empresa ter piorado, após a sua saída da Rocinha, deixando, literalmente, os moradores, que dependiam de suas 4 linhas de ônibus, a pé. Assim diz o subtítulo: “Rocinha fica a pé, menos de 2 meses após a empresa sair da comunidade por causa das obras do PAC”.

3ª edição – “Cadê o Amarildo?” (manchete publicada na capa do jornal)

Figura 8 - Reportagem principal da 3a edição do *Fala Roça*

FALA Roça Rio de Janeiro, fevereiro 2014

Megafone 7

Não esqueceremos

A família fala sobre Amarildo e segue lutando por justiça

por Anne Vigna, da Agência Pública*

Não é preciso passar muito tempo junto à família de Amarildo para entender que a UPP da Rocinha se envolveu em um problema bem grande. Amarildo não é uma pessoa que poderia desaparecer sem que sua família deixasse de perguntar por ele, não é o pai de quem os filhos esqueceriam facilmente, não é o sobrinho, tio, primo, irmão, marido por quem ninguém perguntaria: onde está Amarildo?

Neste pedaço bem pobre da Rocinha, onde nasceu, cresceu, viveu e desapareceu Amarildo, “muitos são de nossa família”, diz Arildo, seu irmão mais velho, apontando os quatro lados da casa. Em uma caminhada pela comunidade na companhia de um sobrinho de Amarildo, a repórter, conheceu algumas primas, depois umas sobrinhas, tomou um café com as tias lá em cima, de onde desceu acompanhada de irmãos e filhos de Amarildo. De todos, ouviu a descrição de Amarildo como “um cara do bem” que, por desgraça, tornou-se famoso – e não por sua característica mais marcante, o bom coração.

As casas são ligadas por escadas antigas, feitas possivelmente por seus avós que vieram da zona rural de Petrópolis para o Rio, com os três filhos ainda bem pequenos. “A Rocinha nessa época ainda era mato e poucas casas de madeira, uns barracos, como se diz, e nada mais”, diz Eunice, irmã mais velha de Amarildo.

A curiosidade da repórter sobre o passado da família é o suficiente para que ela pegue o telefone, para ligar para uma tia avó, “a única que pode saber alguma coisa sobre a história é ela”, diz. A tia-avó, que também vive na Rocinha, confirma por telefone o que Eunice já sabia: a “tataravó era escrava, possivelmente em uma fazenda de Petrópolis, mas não se sabe mais do que isso”.

Eunice diz ter retomado as origens familiares ao fazer de sua casa um centro de Umbanda. É aqui, na parte de baixo da casa, a mais silenciosa, que ela recebe as pessoas que querem saber de seu irmão. “Temos a mesma mãe, mas nosso pai não é o mesmo. Minha mãe gostava de variar”, comenta, rindo.

Ali, na casa construída por ela, moram pelo menos dez pessoas, entre crianças e adultos. Na cozinha, as panelas são grandes, como numerosas são as bocas. No primeiro quarto, três mulheres comem sentadas na cama. Em outro quarto, duas sobrinhas estão em frente ao computador, trabalhando na página do Facebook feita para Amarildo, seguindo os cartazes virtuais de “onde está Amarildo?” que vêm de várias partes do país.

ENTRE ONZE IRMÃOS

A mãe de Amarildo teve 12 filhos e trabalhou muito tempo como empregada doméstica na casa de uma atriz famosa do bairro do Leblon. “Essa atriz quis adotar um de nós, mas minha mãe nunca quis”, lembra o irmão Arildo, três anos mais velho do que ele. Sobre o pai de ambos, não se sabe onde nasceu, apenas que era pescador, com barco na Praça XV, no centro do Rio, onde conheceu a sua esposa. Os netos não se lembram como nem quando, mas ele se acidentou em um naufrágio e acabou morrendo em consequência de um ferimento na perna. Amarildo tinha um ano e meio. Mas, adulto, Amarildo tinha paixão pela pesca. “Era a única coisa que ele fazia na vida quando não estava trabalhando ou nos ajudando: ia pescar sozinho ou com um primo nas rochas de São Conrado. Voltava com muitos peixes”, conta, orgulhoso, Anderson, o mais velho dos seus seis filhos.

As varas de pescar de bambu, que ele mesmo fazia, estão encostadas em casa desde o dia 14 de julho, um domingo, quando os policiais da Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha o levaram “para verificação”. Ele tinha acabado de limpar os peixes trazidos do mar e Bete, apelido de Elizabete, sua esposa há mais de 20 anos, esperou que ele voltasse da UPP para fritar os peixes “como em tantos domingos”, ela conta, o olhar perdido. Foram 20 anos de união, seis filhos, a vida dividida em um único cômodo que servia de dormitório, cozinha e sala.

Semanas após o desaparecimento do marido, Bete se esforça para conseguir contar como conheceu o “meu homem”, ela diz, evocando a lembrança do jovem que se sentou ao lado dela em um banco em Ipanema: “Eu não saía muito desde que cheguei de Natal (RN) para trabalhar como empregada em uma família. No domingo, ia caminhar um pouco no bairro. Ele veio conversar comigo, nos conhecemos, e ele me trouxe para a casa de sua mãe aqui na Rocinha. Nunca mais sai”, conta.

Bete trouxe os dois filhos que vieram com ela do Nordeste, sem criar problemas com Amarildo. “Ele adora crianças”, ela diz. O que as duas menorzinhas da família confirmam: “É o tio Amarildo que nos leva para a praia de São Conrado, ele que nos ensinou a nadar”. A mãe apenas sorri, sempre fumando, e, sem disfarçar a tristeza, conta que está preocupada com a filha mais nova, de cinco anos. “Ela sempre estava com o pai”, suspira. No começo, Bete lhe disse que o pai tinha ido viajar e que, por ora, não voltaria. A

pequena conserva a esperança de filha que sempre acreditou nas palavras do pai, e ele lhe prometeu um bolo grande no próximo aniversário.

“ERA UM MENINO E PULOU NO FOGO”

Aos 11 anos, Amarildo se tornou o herói da comunidade ao se meter em um barraco em chamas para salvar o sobrinho de quatro anos. “Era um menino, e pulou no fogo. Me salvou e também tentou salvar a minha irmã, que tinha oito anos. Não conseguiu tirá-la de lá, ela morreu, e eu fiquei meses no hospital”, lembra Robinho, hoje com 34 anos, a pele marcada pelas cicatrizes desta noite de incêndio.

Aqui, Amarildo é conhecido por todos como “Boi”, por ser um homem forte que carregava as pessoas que precisavam de socorro para descer as escadas e chegar com urgência a um hospital. “Uns dias antes de desaparecer, ele carregou no colo uma vizinha, e a salvou. Era uma ótima pessoa, sempre ajudava os outros – numa emergência ou numa mudança”, conta a cunhada Simone, sem conter as lágrimas. “Eu tenho muita saudade dele, principalmente do seu sorriso. Meu marido não fala nada, mas eu o conheço, está com muita raiva. Na primeira noite, ficou debruçado na janela a noite toda, esperando o irmão voltar”, diz, emocionada.

Toda a família está com raiva. E, dessa vez, ninguém quer ficar quieto, mesmo sabendo os riscos da denúncia. Vários familiares foram ameaçados por policiais. “Por que foram atrás dele? Estamos voltando à ditadura?”, pergunta a prima, Michelle. “Ele trabalhou toda a vida. Quando não trabalhava, nos ajudava, ou ia pescar para a família. Nunca se meteu com ninguém”, comenta, revoltada.

Boi era pedreiro havia 30 anos e ganhava meio salário mínimo por mês. “Por isso, às vezes, carregava sacos de areia aos sábados para ganhar um pouco mais”, comenta Anderson, mostrando os tijolos que o pai comprou com o dinheiro extra para fazer um puxadinho no segundo andar na casa: “Na verdade, ele ia ter que voltar a fazer a fundação aqui de casa porque está caindo, eu e meu irmão vamos ajudar”, detalha. “Ele era meu pai, irmão, amigo, era tudo para mim”, diz, escondendo as lágrimas quando chega a irmã mais nova, de 13 anos.

Os familiares vivem em suspense, à espera das notícias que não chegam. Não desistem: organizam-se como podem com vizinhos, amigos e outras vítimas da polícia. Negaram uma oferta do governo do Estado do Rio de Janeiro para entrar no programa de proteção à testemunha. Preferiram continuar na Rocinha, sua comunidade. “Temos que lutar para que essa impunidade não continue. Queremos justiça por Amarildo e para todos nós que convivemos agora com essa polícia”, revolta-se a sobrinha Erika.

Aos 43 anos, Amarildo desapareceu sem que a família tenha direito sequer a uma explicação oficial, como tantas outras pessoas de tantas favelas brasileiras, vítimas de violência policial. Mas, dessa vez, ninguém vai se calar. Onde está Amarildo?

*reportagem publicada em 29/07/2013 pela Agência Pública e reproduzida conforme as normas de republicação da Agência. <http://www.apublica.org/2013/07/amarildo-presente/>

www.falaroca.com f/falaroca t @fala_roça

Figura 9 - Reportagem principal da 3a edição do *Fala Roça*

8 Megafone

Carta da sobrinha de Amarildo, Michelle Lacerda

Os dias são mais vazios, falta um espaço à mesa. Fica um abraço que não foi dado, um carinho que não foi feito, uma palavra que não foi dita, um sorriso que não foi entregue e, principalmente, os beijos e o amor que nunca mais teremos.

Amarildo de Souza, Boi, como era conhecido por sua força de luta e de trabalho, tinha 43 anos e era pai de seis filhos e companheiro de Elizabete, mas antes disso ele era filho de Carmen, e criado pela irmã Maria Eunice e a companheira Jurema. Um homem de princípios e bem educado.

Amarildo, negro, morador de comunidade e ajudante de pedreiro, uma pessoa muito companheira, solícita e ligada à família, que, por qualquer lugar que passava na comunidade, estava sempre acompanhado de Milena (a filha caçula, de 6 anos), foi retirado da porta de sua casa em 14 de julho de 2013 e fez um caminho sem volta, deixando um amargo gosto de quero mais. Nossa família, que luta diariamente, precisa dar um enterro digno a um membro que faz tanta falta.

Toda vez que se ouvia aquele barulho de beijo, eu já sabia: "Já vem o tio Amarildo" que chegava chegando, com um ar de rei leão, um jeito de durão, mais um homem de coração mole que ficava muito triste quando eu não o beijava e nem o abraçava, e que toda vez que me via, dizia: "Me amarro na minha sobrinha, mas acho que ela não gosta mais de mim, porque ainda não me deu o meu beijo hoje."

E sempre que sentia-se mal corria para os braços de minha mãe (Eunice), todos os medos compartilhava com ela e logo depois me perguntava "o que você acha minha sobrinha?", pois a opinião da família era o que mais contava...

Hoje já não temos mais o prazer de desfrutar de sua companhia.

Está faltando um filho, um irmão, um marido, um pai, um tio, um vizinho, um Boi, está faltando um Amarildo! ●

TIRINHAS

Cambito e sua turma Otavio Rios www.cambito.com.br

VASSOURA ECOLÓGICA

feita com garrafa pet

R\$ 8,00 morador
R\$ 10,00 fora da comunidade

3149-6387
@estajiorociagem

Rua do Velão, final S/N Rociagem

EXPEDIENTE

repórteres Fabrício Souza | Gracilene Firmino | Jorge Freire | Michel Silva | Michele Silva | Raquel Magalhães
 editor Felipe Machado diagramação Rafael Rodrigues
 contato faleconosco@falaroca.com

www.falaroca.com [f /falaroca](https://www.facebook.com/falaroca) [t @fala_roca](https://twitter.com/fala_roca)

Diário de campo

Na primeira vez em que vi o Jornal *Fala Roça*, o impresso estava na sua terceira edição, de fevereiro de 2014¹⁶⁹, e trazia uma capa gráfica, com fundo preto sobre o qual se sobressaía um grande ponto de interrogação em letras brancas, acima das palavras “Cadê o Amarildo”¹⁷⁰. Na hora, atentei para a complexidade do processo de mediação que poderia estar em curso por trás das páginas daquele exemplar. Algumas questões me vieram à cabeça, trazidas pelas lembranças do trabalho com mídia¹⁷¹, em conjunto com moradores de favelas e, nesse caso, pensando na extrema dificuldade que era, para jornalistas e fotógrafos desses lugares da cidade, lidar com os temas das violências armada e policial no dia a dia da produção de informação locais. De um lado, havia a revolta com a cobertura estigmatizante dos grandes veículos de imprensa sobre as favelas, concentrada em episódios de violência armada, com predomínio de versões policiais; de outro, a luta dos moradores e jornalistas locais pelo direito de falar – e ser ouvido –, inclusive nessas situações, mas que era (e ainda é) atropelada pela censura (internalizada como autocensura) explícita ou velada às suas vozes, no contexto da militarização dos ambientes de favela. Conforme a comunicadora/jornalista Gizele Martins, que relata inúmeros casos de silenciamentos impostos aos comunicadores da Maré por forças policiais ou militares, “a censura e a autocensura fizeram parte do cotidiano dos moradores comunicadores da Maré” (MARTINS, p. 74, 2018).

Naquele momento, com o *Fala Roça* nas mãos, o caso que havia atingido ampla repercussão, nacional e internacional, relacionando a imagem da Rocinha à violência policial de forma talvez sem precedentes, estava estampado ali, na capa de um jornal local – sete meses após o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Sousa (ocorrido em julho de 2013), retomando a mesma interrogação. Como seria, para um meio de comunicação da própria favela e para seus integrantes, moradores locais, lembrar esse acontecimento, em seu contexto traumático que ainda guardava muitos silêncios? Como teria sido a produção dessa edição e sua circulação pela favela? Ao meu olhar, muitas camadas de sentido estavam sobrepostas naquela capa de jornal.

Amarildo desapareceu no dia 14 de julho de 2013, após ser levado por policiais da UPP-Rocinha para averiguações. Somente em 2016, treze PMs dessa unidade foram condenados pela morte e tortura do pedreiro (o corpo nunca foi encontrado). Em 2019, a Justiça do Rio de Janeiro absolveu 4 desses policiais. Alguns cumpriam pena em regime fechado, outros, em regime

169 Um dos pontos em que o jornal era distribuído era o C4/Biblioteca Parque da Rocinha, onde trabalhei em 2014. Havia um móvel, na entrada da BPR, onde ficavam expostos itens impressos. Um dia, entre fevereiro e março daquele ano, vi ali pela primeira vez um exemplar do Jornal *Fala Roça*. A capa preta com o grande ponto de interrogação e a pergunta “Cadê o Amarildo?” chamou atenção, pela capa tão expressiva, de um assunto tão brutal. Guardei um exemplar; havia outros impressos, dos quais não me lembro.

170 A ilustração da capa da terceira edição do *Fala Roça* se encontra no capítulo 5 dessa tese.

171 Entre os principais trabalhos com comunicação em favelas dos quais participei, estão o *site Viva Favela* (como editora de fotografia, em 2001-04) e a Agência-Escola Imagens do Povo (como coordenadora da Agência e do Programa como um todo, em 2006-10).

semiaberto, como o major Edson dos Santos, comandante dessa UPP na época, que migrou para a prisão domiciliar também em 2019¹⁷². Muitíssimo já se falou sobre este caso, do ponto de vista das mídias externas à favela. Entre os estudos sobre o assunto, Marielle Franco agregou importantes contribuições sobre este episódio específico ao tratar dos “desaparecidos das UPPs” (FRANCO, 2014).

Para a família de Amarildo, a superexposição do caso na mídia trouxe efeitos nada homogêneos: por um lado, ecoaram suas vozes, junto com as de milhares de manifestantes que incorporaram o grito “Cadê o Amarildo?”, nas Jornadas de Junho de 2013 (em meio aos diferentes matizes ideológicos presentes), como símbolo de reivindicação de direitos frente à violência policial do Estado. Por outro lado, também expôs os familiares à insistente procura de repórteres e mídias. Suas reportagens, em alguns casos, descumpriam o roteiro inicialmente informado, mudavam de rumo na edição final apresentada ao público e acabavam colocando em risco parentes do pedreiro, por exemplo, ao evidenciarem o local de suas moradias, tornando-os potenciais alvo de represálias¹⁷³. Nas páginas do *Fala Roça*, dois textos foram dedicados ao assunto: um reproduzia matéria feita pela Agência Pública (agência de jornalismo investigativo), de julho de 2013, e o outro era uma carta, escrita para aquela edição do jornal pela sobrinha do pedreiro Michelle Lacerda, moradora da Rocinha.

A seguir, incluo um trecho da carta de Michelle (a versão integral da carta se encontra na reprodução das páginas da terceira edição do jornal acima – na qual também está o texto da AP). Nascida (em 1987) e criada na Rocinha, Michelle é integrante da coordenação do movimento A Rocinha Resiste, formada em Gestão de Recursos Humanos, produtora cultural e assessora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Mãe de duas crianças, sua família tem origens que remontam aos tempos da escravidão, sendo extensa e antiga a ligação dos familiares com o lugar onde mora: “Como minha família é muito grande e disseminada pela favela, a gente acabava cada domingo em uma área da favela, mas sempre na favela”, resume. Com fala afetuosa, agregadora, irrequieta e combativa, atuou em uma série de projetos culturais na Rocinha. Os pertencimentos racial e religioso também são marcantes em sua trajetória de vida; entre muitas atividades, trabalhou com relatos de mães de santo e rezadeiras da Rocinha, com intuito de registrar seus

172 Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/15/major-da-pm-condenado-por-tortura-e-morte-de-amarildo-ganha-prisao-domiciliar.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2020.

173 Presenciei, junto com interlocutores de pesquisa e amigos moradores da Rocinha, algumas situações de interação com a chamada grande imprensa na favela. Uma delas será narrada por Michelle Lacerda, no capítulo 3 desse trabalho.

saberes e histórias. O desaparecimento de seu tio levou-a, desde os primeiros momentos, à dedicação incansável à luta por justiça e direitos.

Amarildo, negro, morador de comunidade e ajudante de pedreiro, uma pessoa muito companheira, solícita e ligada à família, que, por qualquer lugar que passava na comunidade, estava sempre acompanhado de Milena (a filha caçula, de 6 anos), foi retirado da porta de sua casa em 14 de julho de 2013 e fez um caminho sem volta, deixando um amargo gosto de quero mais. Nossa família, que luta diariamente, precisa dar um enterro digno a um membro que faz tanta falta (Jornal *Fala Roça*, fev/2014).

A leitura dos textos publicados no *Fala Roça*, junto às conversas com a equipe do jornal e outros interlocutores da Rocinha fizeram perceber que as respostas para algumas das questões acima vinham de lugares por eles conhecidos: das relações de proximidade e das lutas por direitos ou seja, as duas dimensões se tornaram expressivas diante do contexto que envolveu a publicação do caso Amarildo na terceira edição do *Fala Roça*, fazendo pensar que essas narrativas cumprem, além do papel de informar, o de reforçar elementos identitários, laços de pertencimento e lutas coletivas. Nesses textos, em conjunto com o editorial do jornal, publicados alguns meses depois do evento brutal que permanecia sem resposta, a pergunta incômoda sobre o paradeiro de Amarildo foi feita novamente, a partir de lugares próximos e familiares¹⁷⁴. A dimensão da proximidade também se expressa na fala de Michele Silva ao descrever sobre como ocorreu a decisão de incluir essa pauta no jornal. Ela e o irmão, Michel, participaram da elaboração da terceira edição do jornal (junto a outros integrantes). Destaco algumas de suas percepções sobre como esse número se concretizou.

A gente resolveu falar sobre ele, porque tínhamos uma ligação muito forte com o caso: fizemos esse último registro dele em vida e a gente quis mostrar pras pessoas em tom de protesto; não só por parte de nós, que éramos amigos da família (ainda somos), mas por parte da comunidade, porque isso virou um tema nacional, não só um tema brasileiro, não só da Rocinha. E abriu um precedente pra que outras famílias falassem que isso aconteceu – porque a Rocinha teve um aumento de mais de 100% dos casos de desaparecimentos depois que entrou essa UPP. [...]

Quando esse caso aconteceu, logo depois do sumiço dele, não tinha nem metade da proporção que tem hoje. Foi uma coisa muito do nosso sentimento, do sentimento da comunidade em relação ao caso. Todas as capas têm uma aceitação boa na comunidade. Mas essa aí, é disparado a mais famosa entre as pessoas. Isso porque não tem ninguém na Rocinha que não conheça esse caso. [...] É uma coisa de uma comoção muito grande e o senso de comunidade tem muito isso. Não sei como é, se morrer uma pessoa do seu prédio: ‘ah, que pena, morreu’. Aqui não, a morte de uma pessoa, por mais que você não conheça o seu vizinho, todo mundo quer saber o que aconteceu, do que ele morreu, o dia do enterro; se brincar, você vai até na missa de sétimo dia do cara sem nunca ter trocado uma palavra com ele (Michele Silva, entrevista temática: capas do *Fala Roça*. Data 08/08/2015).

174 Desde os primeiros dias do desaparecimento de Amarildo, familiares e moradores começaram a perguntar pelo seu paradeiro, mas, no início, a repercussão foi pequena. Somente depois da insistência nesta divulgação inicial por moradores e algumas mídias locais, por exemplo, usando as redes sociais, o caso ganhou visibilidade (junto a outros aspectos).

O registro ao qual Michele se refere inicialmente se trata da última fotografia de Amarildo em vida, feita durante uma das entregas do *Fala Roça* (pela própria comunicadora), semanas antes do seu desaparecimento. Essa imagem foi encontrada no cartão de memória da câmera fotográfica algum tempo depois do desaparecimento e foi compartilhada exaustivamente, segundo a comunicadora Michele, nas redes sociais, pois era uma das poucas imagens recentes em que Amarildo aparecia de frente. Transcrevo também relato sobre a elaboração da capa da terceira edição:

Aí o diagramador sugeriu esse preto [o fundo preto da capa]. [...] Porque essa frase ia entrar, a gente só não sabia como. Aí ele tirou quase tudo da capa, deixou as manchetes sem foto, a única que tinha era a dele e tomou esse espaço todo pra fazer essa frase. Quando a gente viu, adorou. [...] E essa capa chocou muito as pessoas, porque na época estava bem recente, tinha mais de 6 meses que ele estava desaparecido, mas ainda recente, porque toda semana surgia um fato novo sobre a investigação.

É muito estranho, porque essa é a única capa que a gente botou uma notícia trágica. Nas outras, nem no miolo do jornal, tinha tido esse tipo de coisa. Teve assim, tuberculose, dengue, mas era a única matéria que tinha coisas relacionadas a crime, morte, segurança. É a única, de todas as edições. E a gente já ter esse *feedback* negativo – negativo não, mas uma coisa importante de saber é que a notícia ruim mexe muito mais com as pessoas do que a notícia boa. As pessoas têm um quê de sensacionalista dentro delas; o tema em si de ter sumido uma pessoa já seria impactante, mas uma pessoa daqui é que despertou mais. E a gente entregou essa edição pela área onde ele circulava e foi muito marcante. Isso pra mim foi sinistro (Michele Silva. Entrevista: comentários sobre fotografias feitas para a pesquisa. Data: 01/02/2016).

Fotografia 6 – Cena da distribuição do Jornal *Fala Roça*



Legenda: Michel Silva distribui a terceira edição do Jornal *Fala Roça*, na localidade Terreirão da Rua 1, na parte alta da Rocinha. Data: 28/03/2014. Na fotoentrevista, esta imagem foi escolhida para ser comentada por Michele Silva, gerando os comentários acima.

Fonte: A autora, 2014.

Em suas memórias sobre a época da terceira edição do jornal, Michel destaca que moradores pediram para “colocar” o Amarildo no jornal.

Não só nós achamos relevante, mas a própria comunidade pediu isso. Não é à toa que, quando a gente entrega, as pessoas falam ‘olha aí ó, o Amarildo aí’.

[C] Mas como aconteceu de vocês entenderem que a comunidade queria?

É porque o jornal é dos moradores. Não é meu, não é do grupo. Quem decide o que quer colocar no jornal são os moradores, a gente depende deles. A ideia é que o jornal atenda às necessidades dos moradores. Durante a entrega da segunda edição, muita gente falou: pô, cadê o Amarildo no jornal? Foi daí que surgiu a ideia de colocar ‘Cadê o Amarildo?’ De tanto ouvir. Na reunião da terceira edição, eu deixei claro: tem que colocar o Amarildo de qualquer jeito. Se a gente não colocasse, a população não ia querer ler o jornal. É como se a gente ocultasse uma informação (Michel Silva. Entrevista exploratória. Data: 28-03-2014).

Temas vinculados a questões de segurança pública ocuparam apenas uma das capas do *Fala Roça* impresso, com o caso Amarildo, e esse também não foi um tema frequente nas páginas do *Tagarela* e do *Rocinha Notícias*. Para compreender em maior profundidade os motivos da pequena incidência na abordagem desses assuntos, seria necessário conhecer melhor cada contexto histórico correspondente aos períodos de circulação destes jornais, assim como sobre a atuação de suas equipes, etc. (o que foge aos objetivos desta tese). Aqui, limito-me a registrar temas coincidentes e/ou contrastantes que foram possíveis de identificar nestas publicações. Por ter acompanhado o *Fala Roça* mais de perto, foi possível acessar o contexto que marcou esse tipo de situação. Um motivo foi determinante para a opção por não voltar a publicar assuntos relacionados à violência armada na favela, especialmente vinculada a ações policiais: ameaças e intimidações recebidas pelos comunicadores, que se concretizaram em censura e foram internalizadas em forma de autocensura, ou seja, na opção por evitar publicar pautas semelhantes no jornal. A mesma autocensura se reflete neste trabalho, de forma a não detalhar elementos que possam trazer riscos aos integrantes do jornal. Por ter se tornado um documento público, apenas mencionarei a listagem de organizações consideradas “subversivas”.

Quanto ao Jornal *Tagarela*, em relação à dimensão da segurança pública, os temas encontrados diziam respeito à repressão à liberdade de expressão nos números 16 (março/1979), 17 (data não identificada), 22 (agosto/1980) e 23 (data não identificada). Dentro desse assunto, houve menção a dois episódios de violência policial: um relativo à proibição de reuniões entre

os moradores (no contexto de vigência do regime de ditadura civil militar) e outro ao tratamento diferenciado da abordagem da polícia a moradores de bairros de maior poder aquisitivo e moradores de favelas: “nas favelas a repressão não é mole”. O trabalho “contraditório da polícia” consistia em levar o favelado no camburão caso fosse pego sem carteira assinada. O título sugestivo deste texto, na capa do n. 23 é “Os playboys estão na área”. Além disso, houve menção a atentados contra bancas de jornais que vendiam jornais da “imprensa alternativa” e ao atentado do Riocentro. Destaco nota do número 16: “Queremos ter o direito de nos reunirmos e organizar as nossas lutas sem ser molestados pela polícia, como vem sendo feito até então com aqueles que resolvem abrir a boca”. Não foram encontrados registros referentes a conflitos armados no jornal.

Já o *Rocinha Notícias* dedicou duas capas a assuntos ligados à segurança pública – dentro do universo dos exemplares (39) consultados no âmbito dessa pesquisa. Em uma delas, fez denúncias concernentes à violência policial relativas ao episódio do conflito armado de 2004 na favela, conhecido como “guerra da Semana Santa”, e, na outra, abordou a inauguração de uma unidade da polícia militar na parte alta da favela, destacando o fato de representantes da Rocinha não terem sido convidados para a solenidade. Quanto ao primeiro tema, a 22ª edição do RN, de março-abril de 2004, publicou na capa uma situação de violência armada intensa que perdurou por cerca de um mês, abalando as vidas dos moradores de diferentes formas. Ocorrido entre fevereiro e março daquele ano, o conflito se iniciou com uma disputa entre facções criminosas pelo domínio do comércio de drogas ilícitas, no varejo, na Rocinha, e culminou com uma explosão de violência policial. Representantes da secretaria de segurança do governo do estado reconheceram, em entrevista ao RN, que o BOPE entrou na favela “sem ordens superiores” e que era preciso “dar uma controlada nas ações da polícia durante as incursões na Rocinha”. Essas ações resultaram não só no aumento do terror na favela quanto em mortes de moradores.

O evento ganhou ampla cobertura dos grandes veículos de imprensa, por eles frequentemente denominado de “guerra da Semana Santa”. No programa Globo Repórter, da Rede Globo, de abril de 2004, todo dedicado à “guerra da Rocinha”, a repórter definiu: “O morro se tornou sinônimo de guerra. Um Iraque bem perto de nós”. E não houve qualquer menção à violência policial. Nas lembranças do jornalista/comunicador Michel Silva, então com 11 anos, o episódio foi recordado, em sua entrevista de história de vida¹⁷⁵, como a pior

175 Trecho de entrevista de história de vida com Michel Silva, realizada para essa pesquisa em 06/02/2017, portanto, antes da ocorrência de outro conflito armado de grandes proporções na Rocinha, já em tempos pós UPP e durante a Intervenção Federal instalada no Rio de Janeiro em fevereiro de 2018. E um número elevado

“guerra” já vivida, que obrigou moradores a se confinarem em casa por cerca de uma semana: “Essa guerra explodiu na Semana Santa de 2004. Foi a pior guerra que eu tinha vivido. Ninguém podia sair de casa; foi uma semana de guerra mais ou menos”.

Ao abordar o assunto, o *Rocinha Notícias* estampou, no n. 22, a manchete “Tiros na cidadania”. O subtítulo da matéria complementava: “Foram 24 dias de tiros, confusões, violências. Três pessoas foram mortas e uma ferida durante as incursões noturnas e desastrosas do Batalhão de Operações Policiais (BOPE) e a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE)”. O assunto ocupou 2/3 da primeira página, incluindo três fotografias que se fundiam em uma espécie de mosaico de imagens: na primeira, o rosto de uma senhora aparece por entre o vidro quebrado de uma janela; na segunda, jovens atores realizam uma *performance*, tendo as mãos acorrentadas com uma corda e olhos ensanguentados; e a terceira mostra um detalhe de uma arma de fogo.

Acredito ser possível fazer a leitura de que predomina nessa reportagem o tom de denúncia e crítica em relação às ações policiais, que ocorreram durante o período dos conflitos amados de 2004, por meio do somatório de signos verbais e visuais presentes na capa da edição e no texto referente ao assunto no interior do jornal. Na capa, o agente responsável por ações violentas, abordadas de forma indireta nas imagens e no título principal, é explicitado no subtítulo, ao mencionar que pessoas foram mortas e feridas “durante as incursões noturnas e desastrosas” do BOPE e CORE. Já no conteúdo publicado no interior do jornal, junto à cobrança por respostas feita às autoridades policiais, há, ao mesmo tempo, uma tentativa de interlocução com os responsáveis pela área de Segurança Pública do governo do estado do Rio de Janeiro. Assim sugere o conjunto de elementos que compõe a matéria: o título – “Rocinha ‘chama a polícia’ para a Polícia” –, o subtítulo – “Enquanto a Mídia anunciava guerra do tráfico, BOPE e CORE aterrorizavam a Comunidade. Subsecretário, Marcelo Itagiba, garantiu a volta da tranquilidade”¹⁷⁶ – e o próprio texto. Sua ênfase se concentrou na realização de reuniões entre moradores, grupos culturais e instituições da Rocinha com autoridades públicas para chegar “a uma solução para o conflito”, além de medidas anunciadas pelo governo do estado e a realização de uma manifestação de moradores como um “grito em busca da paz”. Porém, não tardou para que as promessas de que “não haveria mais excessos nas operações [policiais]”, feitas por representantes da área de segurança pública, não fossem cumpridas. Cerca de uma semana

de operações policiais, resultando em mortos e feridos, também foi registrado pelo Observatório da Intervenção.

176 A grafia do texto, com letras maiúsculas e minúsculas, foi reproduzida conforme o exemplar original do jornal.

depois, na véspera do dia da manifestação dos moradores, o BOPE retornou à favela de noite “e até às 4 horas da manhã, atirou a esmo em casas, ruas, becos e até nas encanações de água potável”, segundo a publicação. “Amedrontados”, moradores realizaram a manifestação, que teve ampla cobertura da imprensa; no mesmo dia, o subsecretário de segurança convocou nova reunião com representantes da associação de moradores e anunciou novas medidas de segurança para a Rocinha.

Já na segunda matéria relativa a questões de segurança pública, veiculada na capa do n. 23, de março-abril/2005, a manchete foi “Rocinha ganha reforço policial”, junto a uma fotografia de um grupo de policiais militares próximos a uma fita de inauguração (tendo à frente o então secretário de segurança Marcelo Itagiba). O tema foi a inauguração de uma unidade do 23º Batalhão de Polícia Militar na área do Laboriaux, no alto da Rocinha, mas o destaque principal foi para o fato de nenhum representante de grupo ou instituição local ter sido convidado para a solenidade, praticamente foram impedidos de chegar, por conta do aparato de segurança montado em torno do evento, enquanto a “grande imprensa” foi chamada pelas autoridades para fazer a cobertura e teve trânsito livre ao local. Portanto, o tom dos textos é novamente de crítica às autoridades de segurança pública.

3ª edição – “Supervalorização” (manchete publicada na capa do jornal)

Figura 10 - Reportagem principal da 4a edição do *Fala Roça*

FALA Roça Rio de Janeiro, agosto 2014 **Reportagem Ímpar 5**



O preço de morar na zona sul

Rocinha sofre com o aumento dos aluguéis em diversos pontos da comunidade

fotos Michel Silva

por **Beatriz Calado**

Morar no Rio de Janeiro está mais caro. Os cariocas já sentem no bolso o peso dos grandes eventos que a cidade sedia, como a Copa do Mundo deste ano e as Olimpíadas em 2016. Por causa dos investimentos e do grande número de turistas que esses eventos atraem, os preços dos imóveis e dos aluguéis subiram, principalmente no eixo zona sul-centro.

Localizada em uma área estratégica, a Rocinha foi uma das favelas em que os preços dispararam. Hoje, o aluguel de uma casa com quarto, sala, cozinha e banheiro está na faixa dos R\$ 1.000, enquanto que há dez anos esse valor ficava entre R\$ 350 e R\$ 500. Um quarto e sala varia de R\$ 500 a R\$ 800 e uma casa com dois quartos fica entre R\$ 800 e R\$ 1.200. Para Jorge Ricardo, corretor de imóveis

que trabalha nessa área há 14 anos, os investimentos que a favela recebeu também ajudaram a levantar o preço das locações. “As obras do PAC, do Metrô, tudo isso foi influenciando. A UPP também influenciou muito, independente da segurança. No início, a procura por imóveis foi absurda”, diz Jorge.

Atualmente, os altos preços não dependem da localidade em que a casa se encontra. Na Rua 2, uma casa de dois quartos está à venda por R\$ 100 mil, enquanto que uma quitinete no mesmo local pode chegar ao valor de R\$ 70 mil. Outra mudança significativa no mercado imobiliário da Rocinha foi uma procura maior por áreas mais afastadas da Estrada da Gávea, principal rua da favela. As ruas 2 e 4, por exemplo, estão sendo mais solicitadas porque oferecem mais silêncio e casas com mais espaço, como laje e área de serviço.

A professora Joana Ferreira, de 24 anos, sabe bem o quanto dói no bolso o valor do aluguel que paga. Filha de mãe cearense e pai paraibano, a carioca conta que, em 2011, pagava

R\$ 650 na casa de dois quartos em que mora hoje. Com a recente valorização, o aluguel da casa que fica na Ladeira do Dr. Mário, próximo à Biblioteca Parque, subiu para R\$ 900. Antes, ela dividia as despesas com uma amiga, mas agora mora sozinha. Para driblar os gastos com o aluguel e conseguir respirar aliviada no final do mês, ela decidiu alugar um dos quartos para turistas. “Comentei isso com uma amiga que já estava envolvida com essas hospedagens de turistas e ela me indicou o contato de um gringo que mora na Rocinha e vive disso. Eu gostei e comeci.”

A renda extra ainda não é suficiente para quitar todo o aluguel. Com o dinheiro que recebe, Joana consegue pagar cerca de 60% do aluguel da casa em que mora, pois o valor que os turistas pagam também é usado para fazer a manutenção da residência.

Para Jorge Ricardo, é justamente na conservação dos imóveis que está um dos grandes problemas de locação de casas na Rocinha. Muitas casas não são reformadas e sofrem, principalmente, com infiltrações e vazamentos. Uma das causas para esse problema pode estar na falta de mão de obra qualificada. “Está faltando pedreiro na Rocinha. Quando tem, ou marca e não vem, ou não quer trabalhar na Rocinha, ou cobra caro”, lamenta.

Ele destaca ainda que esse problema fez com que pessoas de fora viessem morar na favela porque não tinha quem pudesse trabalhar nas obras que o governo faz na Rocinha e no entorno dela. E isso refletiu diretamente na alta dos preços, porque quem paga o aluguel das casas dos trabalhadores são as empresas, que não se importam com valores altos.

Outra questão que está relacionada com a valorização dos imóveis é o transporte de materiais de construção. Para o Paulo Gomes, dono do PG Domiciliano Bazar, que vende materiais de construção na Curva do S, o que encarece a mão de obra do pedreiro na Rocinha é o transporte, principalmente em áreas de difícil acesso: “O metro da areia, por exemplo, custa R\$ 160, mas o morador que quiser levar esse material até a sua casa vai pagar o dobro disso”, afirma.



Jorge Ricardo

www.falaroca.com **f**/falaroca **t**@fala_roca

No número quatro do Jornal *Fala Roça*, de agosto de 2014, a matéria em destaque na capa foi sobre a disparada no valor do “custo de vida” e, em especial, relativos à moradia na Rocinha nos tempos de realização, ou de planejamentos na véspera, dos grandes eventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. O parágrafo de abertura da matéria, escrita por Beatriz Calado, diz:

Morar no Rio de Janeiro está mais caro. Os cariocas já sentem no bolso o peso dos grandes eventos que a cidade sedia, como a Copa do Mundo desse ano e as Olimpíadas em 2016. Por causa dos investimentos e do grande número de turistas que esses eventos atraem, os preços dos imóveis e dos alugueis subiram, principalmente no eixo zona sul-centro.

Essa foi a primeira reportagem de Beatriz, então estudante de jornalismo, na capa do jornal. A manchete “Supervalorização” foi fruto de discussões, pesquisas e interlocuções da equipe em relação à pauta, visando nomear o que vinham sentindo “na pele” e “no bolso”, tanto no que diz respeito ao aumento evidente nos valores de alugueis e imóveis, quanto do custo de vida, em geral, na Rocinha. A pauta surgiu, segundo recordações de Michele, quando Beatriz, ao precisar sair de sua casa alugada e necessitar alugar outra, notou a diferença entre o valor que pagava e os novos preços cobrados no mercado de imóveis na favela. Ao comentar com os amigos do jornal, todos compartilharam suas experiências em relação a bens e serviços consumidos na favela, cujos preços percebiam estar aumentando. “Tinha acabado de acontecer um reajuste na tarifa do mototáxi e você também não comprava mais um X-TUDO, nem uma Coca-cola, com R\$5 na favela”, resumiu Michele. E, assim, deram-se conta de que esse movimento de carestia havia começado, mesmo, “com a entrada da UPP” e, naquele momento, havia chegado no “ponto mais absurdo”.

Outros aspectos também faziam parte dessa “supervalorização”, entre os quais menciono dois: um era o fato de a diferença entre morar numa favela na zona sul e em outras regiões da cidade também ter aumentado, ou, conforme diz o título da matéria no interior do jornal, tratava-se do “preço de morar na zona sul”. Entre os exemplos citados, o valor de um imóvel alugada havia subido cerca de 40%, desde o ano da entrada da UPP na favela, ou em três anos (entre 2011, quando começaram as providências para instalação da UPP, e o ano de publicação da matéria, 2014). Um segundo aspecto era o fato de estar “faltando pedreiro na Rocinha”, o que encarecia a mão de obra desses serviços – assunto que instigou a equipe a pensar numa pauta futura.

No material consultado do Jornal *Tagarela*, foi encontrado apenas um texto que faz referência direta ao custo de vida, no número 11, aparentemente, de julho de 1978. Sob o título “Moradores da Rocinha reclamam”, inicia dizendo não haver “quem aguarde com os preços das

coisas”. São mencionados apenas itens de alimentação, considerados muito caros em relação a um salário-mínimo que não aumenta. “O governo faz contas fantásticas para mostrar que com salário-mínimo uma família pode viver bem... bem que podia...”, ironiza a “Sra Ligia”, que assina o texto. Já nos exemplares do *Rocinha Notícias*, não foram encontrados temas relativos ao tema do custo de vida nas capas do jornal (esta pesquisa abrange, fundamentalmente, as capas destes veículos).

5ª Edição – “Lixo acumulado a céu aberto pode causar doenças aos moradores”
(manchete publicada na capa do jornal)

Figura 11 - Reportagem principal da 5a edição do *Fala Roça*

Reportagem Ímpar 05

Lixo espalhado pelas ruas da Rocinha pode gerar doenças em moradores

Moradora caminha perto de uma lixeira, na entrada da Rua 1

por Beatriz Calado

Casos mais comuns registrados são infecções de pele e hepatite A

Cerca de 36 mil toneladas. Essa foi a quantidade de lixo retirada da Rocinha em 2013 pela COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana). Apesar de a coleta ser regular, o volume de resíduos sólidos que estão espalhados por toda a comunidade assusta os moradores. Todo esse lixo, que não é retirado, pode ser o ponto de partida para algumas doenças, como infecções de pele, hepatite A, leptospirose e dengue.

A médica Cássia Kirsch

Lanes, de 33 anos, que trabalha na Clínica da Família Maria do Socorro há três anos, afirma que as doenças mais comuns atendidas na unidade são as de infecção de pele e de hepatite A.

“O lixo muitas vezes acaba atraindo animais, como gatos e ratos. E isso gera uma contaminação do local onde estão esses resíduos. Às vezes, uma pessoa machuca uma unha e acaba encravando, aí temos que fazer drenagem, para tirar o líquido que fica. Também temos muitos casos de pa-

cientes contaminados por hepatite A, que é transmitida pela contaminação da água pelo lixo ou pelo esgoto”, explica.

A médica também destaca que atende, com frequência, a casos de mordidas de rato. Para evitar o problema, Cássia faz um alerta para que as pessoas não coloquem ração para gatos perto de casa, pois isso pode atrair ratos.

Para diminuir as doenças, a médica aposta em um esforço coletivo de toda a comunidade.

“É preciso educar a população para não jogar lixo nas ruas, colocar mais caçambas em pontos da comunidade e também melhorar a coleta de lixo”, aconselha.

Em nota, a assessoria da COMLURB informa que para garantir a limpeza e a coleta de lixo na Rocinha disponibiliza 91 garis e um agente de limpeza urbana. Ao todo, são cinco contêineres para depósito de lixo. Ainda segundo o comunicado, a empresa reconhece a necessidade de aumentar os pontos de coleta de lixo e informa

que em breve esse número será aumentado.

Já a Secretaria Municipal de Saúde informa que não há consolidação dos dados de hepatite A na Rocinha e que não existem estatísticas de pessoas com infecções de pele. Em 2013, a Rocinha teve um caso de leptospirose confirmado, segundo dados da Secretaria.

“É preciso educar a população para não jogar lixo nas ruas”

www.falaroca.com | @fala_roca

O descarte do lixo é uma das discussões mais antigas que atravessa gerações de moradores da Rocinha. Em sua sexta edição, publicada entre o fim de 1977 e início de 1978¹⁷⁷, o jornal *Tagarela* já mencionava: “Esta talvez seja a história mais antiga desta comunidade”, referindo-se às “valas – maior problema da Rocinha” e o mesmo texto terminava apelando à população: “Não jogue lixo nas valas”. O assunto foi abordado na capa da quinta edição do *Fala Roça*, de fevereiro de 2015, em reportagem de Beatriz Calado, com enfoque principal na dimensão da saúde pública – sob o título “Lixo acumulado a céu aberto pode causar doenças aos moradores”. O texto se inicia da seguinte forma:

Cerca de 36 mil toneladas. Essa foi a quantidade de lixo retirada da Rocinha em 2013 pela COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana). Apesar de a coleta ser regular, o volume de resíduos sólidos que estão espalhados por toda a comunidade assusta os moradores. Todo esse lixo, que não é retirado, pode ser o ponto de partida para algumas doenças, como infecções de pele, hepatite A, leptospirose e dengue.

Com reflexos em diversos aspectos da vida cotidiana, o lixo segue sendo assunto sério, sobre o qual cada morador tem experiência e opinião, permanecendo recorrente nos variados meios de comunicação hoje existentes na Rocinha. No *Fala Roça*, ganhou a capa da 5ª edição, que chegava aos moradores “de cara nova”: o *design* gráfico reformado privilegiava imagens e cores mais vivas. Dar maior ênfase à linguagem visual, utilizando mais fotografias no jornal, trouxe mais facilidade de identificação dos moradores com os temas tratados, conforme entendimento de Michele sobre o sentido das alterações feitas na diagramação:

Depois que a gente botou mais foto na capa, ficou mais fácil, até pra pessoas que não têm muita leitura, identificar que aquela foto ali faz parte da vida dela, em algum momento. Se a pessoa não souber ler, ela vai reconhecer aquela lixeira porque passa todo o dia por ali pra ir ou voltar do trabalho, por exemplo. Então, dá pra ela entender do que se trata (Michele Silva. Entrevista com fotografias. Data: 01/02/2016).

Sobre a experiência de escrever essa matéria, Beatriz lembrou da preocupação de ouvir todos os lados envolvidos na situação, além da necessidade de insistir no contato com a Comlurb até conseguir uma resposta.

Foi uma experiência legal. E nessa matéria eu fiz justamente aquilo que eu falava: que você tem que falar com todos os lados. Por exemplo, aí, era um problema de lixo relacionado à Comlurb, então tive que ficar insistentemente ligando e mandando e-mail pra Comlurb pra eles mandarem uma nota ou qualquer coisa. Ou, por mais que não mandasse, eu falaria: “Tentamos entrar em contato com a Comlurb, mas não

177 Vale lembrar que não constam datas de ‘publicação’ (ou quando foram rodados em mimeógrafo) muitos dos exemplares digitalizados do Jornal *Tagarela*. Portanto, algumas datas foram estimadas a partir de datas mencionadas em exemplares anteriores ou posteriores aos que não possuíam essas informações.

obtivemos resposta até o fechamento dessa edição”. E é o que às vezes acontece (Beatriz Calado. Entrevista com fotografias. Data: 21/01/2016).

Entre as responsabilidades que cabem ao poder público e aos moradores, no caso específico da Rocinha, a questão do lixo está longe de ser simples, tendo se tornado inclusive objeto de seus estudos de mestrado e doutorado (a esse respeito, ver CARVALHO, 2016). Por se conectar a importantes características da infraestrutura urbana local, como a histórica deficiência do sistema de esgotamento sanitário, não é à toa que falar de lixo quase sempre, ainda, remete a falar nas valas espalhadas pela favela e vice-versa – afinal, elas continuam sendo destino frequente dos resíduos sólidos, para lá carregados pelas chuvas, contribuindo para causar transbordamentos e enchentes. Se, há mais de 40 anos, esses assuntos eram, talvez, o principal mote para a organização de mutirões e ações comunitárias dos moradores, hoje, continuam a ser tema de interesse/mobilização de movimentos locais – como o *Rocinha Sem Fronteiras* (criado em 2006) e o *A Rocinha Resiste* (criado em 2018). Nesses espaços, a moradora Maria Izabel Carvalho apresentou sua pesquisa, em período recente, em que aponta a predominância da responsabilidade do poder público, já que não é possível separar o descarte adequado do lixo do direito às condições estruturais urbanas também adequadas na favela:

Mesmo passados quarenta anos, as questões relacionadas à problemática do descarte inadequado do lixo na favela da Rocinha são reincidentes nos dias atuais, sobretudo pela deficiência das ações públicas que não dão conta de atender as reais necessidades locais, pois as valas continuam sendo um ponto crítico e, quando ocorrem chuvas fortes, transbordam causando sérios danos aos que habitam em sua proximidade, a exemplo do que já acontecia na década de 1970, quando, para tentar amenizar a situação, os moradores tinham que, por conta própria, fazer a limpeza das valas [...] (CARVALHO, p.140, 2016).

O tema das valas, invariavelmente associado ao descarte do lixo, tornou-se um dos principais assuntos abordados pelo Jornal *Tagarela* ao longo da sua história. A partir da edição número 6, com data estimada entre fins de 1977 e início de 1978, o jornal passou a ser veículo de mobilização dos moradores pela adesão à “Campanha da vala”, que teve como ação fundamental os conhecidos mutirões de limpeza das valas da favela. “As valas – o maior problema da Rocinha. Moradores – o maior problema das valas” foi o título do primeiro texto publicado no jornal, assinado por “Nestor”, convocando os moradores à participação. Nas páginas dessa edição, também não faltou letra de samba para incentivar a colaboração com o movimento que, segundo o jornal, então se iniciava:

Os problemas das valas / É algo a se pensar / Não jogue entulhos grandes / Os que moram em cima / para os de baixo não prejudicar / Pensemos nos vizinhos de baixo / Eles não têm culpa / de lá estar / E assim todos que virem vão dizer / Aprenderam a ser cristãos / Aprenderam a favorecer / (ref.) Eu sou daqui / vou cooperar / entulhos grandes / não vou jogar [...] (Trecho da letra “Falando de vala”, compositor Quintino).

Os números 7, 9 e outros do *Tagarela*, em seguida, retomaram o assunto. Limite-me aqui a mencionar informações do número 7 (cuja estimativa de publicação é de março de 1978), que compõem narrativas sobre como se iniciaram a “campanha da vala” e os mutirões, por trazerem a dimensão do jornal como agente de mobilização social e comunitária, cuja presença parece se dar, por exemplo, por meio do espaço aberto aos moradores que organizavam campanhas e mutirões e também dos editoriais, elencando como assuntos de interesse dos leitores, a “limpeza de nossas valas”, “a nossa água” e “a nossa passarela”. Em uma página inteira tratando do assunto “campanha da vala”, estão os dizeres:

“Você se lembra....

Da preparação do Natal na capela do Largo do Boiadeiro? Cada um foi pra casa pensando no que poderia nascer entre nos. Daí saiu a ideia da limpeza das valas que logo contou com a participação de todos, pois a vala é problema de todos [...]

“Você se lembra...

- Passamos na sua rua batendo fotografias da vala.
- Entramos na sua casa perguntando coisas da vala.
- Distribuímos folhetos sobre os problemas da vala.
- Pregamos cartazes convidando para a reunião da vala.” (...)

“Você se lembra...

Dizia: “quando começar o serviço, pode me chamar”. Agora chegou a hora e estamos chamando para se juntar num grande MUTIRÃO” [...]

Outras informações complementavam as instruções para participação dos moradores, incluindo a formação da “Comissão Comlurb”, destinada a entrar “em contato com a Comlurb para explicar o problema da limpeza na Rocinha” (coisa que já havia sido feita e recebido a promessa do órgão público de “colaborar com os esforços dos moradores”). Quem assina o texto completo é “A equipe da campanha da vala”.

No jornal *Rocinha Notícias*, o lixo não recebeu o espaço principal das manchetes de capa, mas foi objeto de duas matérias com chamadas na primeira página – nos números 39 (de 2009) e 43 (de 2011). A primeira tratou de relatar a reivindicação de uma vereadora por mais “compactadoras” na Rocinha. A segunda abordou uma mobilização de moradores, via redes sociais *on-line*, denunciando problemas relativos à coleta de lixo na favela, limpeza de ruas, iluminação, entre outros. Resultou na ida do então prefeito Eduardo Paes à Rocinha, no fim de algumas “lixeiros” a céu aberto e novas promessas de resolução dos problemas.

A forma como os três veículos mencionados tratou a questão do lixo, de longa data, na Rocinha, demonstra alguns contrastes na sua maneira de realizar comunicação e, mais

especificamente, jornalismo, na favela. Em tempos mais recentes, o *Fala Roça* traz características de novas gerações de comunicadores, entre elas: a participação em projetos sociais, a formação universitária em Comunicação Social, alguns em Jornalismo, a valorização dos saberes e de suas raízes locais, mas também a incorporação de preocupações relativas à sua profissionalização no campo amplo da Comunicação. As lutas por direitos e melhores condições de vida continuaram a aparecer nas páginas e nos tempos do *Fala Roça*, mas permeadas pelas visões de mundo das “gerações dos descendentes de imigrantes nordestinos, ou as gerações mais recentes dos que chegam” que “mostram uma transformação na perspectiva de busca por oportunidades de estudo e trabalho na cidade”, conforme a apresentação do *Fala Roça* em seu *site*.

6ª Edição – “Rio antigo: a fazenda Quebra Cangalha e a origem da Rocinha” (manchete publicada na capa do jornal)

Figura 12 - Reportagem principal da 6ª edição do *Fala Roça*

Ano 7 | Edição Junho - Agosto de 2015 | Edição 6

Reportagem ímpar 03

Rio antigo: a fazenda Quebra Cangalha e a origem da Rocinha

Barracos começaram a subir o morro no início dos anos 50

por Michel Silva

Em homenagem aos 450 anos do Rio de Janeiro, o jornal FALA ROÇA revirou o baú e contará a origem da Rocinha por meio da memória do assessor comercial João Castro Guidão, 52 anos, herdeiro da família Castro Guidão.

A família Castro Guidão, de origem portuguesa, chegou ao Brasil em 1868. Na época, o jovem Braulio Noberto de Castro Guidão foi enviado por seus pais para cá para trabalhar na indústria de tecidos junto com outros portugueses. Alguns anos depois, o irmão de Braulio, Adriano de Castro Guidão, também foi enviado para o Brasil para trabalhar com seu irmão.

Diante disso, eles se tornaram sócios e fundaram a Companhia Castro Guidão cujas virtudes eram a Fé, Esperança e Caridade. Oriundos de Coimbra, região central de Portugal, os irmãos estabeleceram-se no comércio brasileiro e expandiram os negócios para a indústria de tecidos, bancos, fazendas, imóveis, pólvora e entretenimento.

Na época, a Companhia Castro Guidão era dona de diversas fazendas no Rio de Janeiro, entre elas a fazenda Quebra Cangalha. Segundo João Castro Guidão, o dono da Quebra Cangalha, que ocupava um terreno de aproximadamente 500 mil metros quadrados de onde hoje é a Rocinha, era um fazendeiro português chamado Manoel Fernandes Cortinhas. Antes de retornar para Portugal, no início dos anos 10, ele vendeu a fazenda para o engenheiro Luiz Catanhede por cerca de 50 conto de réis.

“Luiz contratou cerca de 15 pessoas para cuidar e morar na fazenda. A área ocupada pela Rocinha possuía, originalmente, características rurais. Mas ele não tinha visão de negócios e entregou o terreno à Companhia Castro Guidão, em 1915, através de um acordo para acabar com uma dívida entre ele e o banco criado pelos Irmãos Guidão”, conta João.

O assessor comercial conta que o nome da fazenda surgiu por causa de um tipo de madeira. “A cangalha era o nome das madeiras que sustentavam e equilibravam os bois. Como a fazenda era íngreme, as cangalhas quebravam facilmente. Daí surgiu o nome Quebra Cangalha porque o ex-dono das terras caminhava com os bois até o alto da Rocinha para plantar café, frutas, legumes e mamona”, explica João.

Apesar de ter ganhado a fazenda como pagamento de uma dívida, os irmãos Braulio Noberto de Castro Guidão e Adriano de Castro Guidão não quiseram continuar com a propriedade e colocaram um anúncio no jornal Correio da Manhã, no dia 6 de janeiro de 1916, pondo a fazenda à venda: “Vende-se uma grande propriedade com mais de quinhentos mil metros quadrados, atravessada pela estrada que desce da Tijuca ao Jardim Botânico, perto do mar, e própria para sanatório, collegio ou hospital. Trata-se com Castro Guidão & C. na Rua Primeiro de Março nº 7.”

O terreno não foi vendido e a urbanização da zona sul avançava com a construção da Avenida Niemeyer, em 1916. No início dos anos 20, existiam alguns pequenos produtores que plantavam legumes, verduras e hortaliças. Os produtos eram levados para uma feira na Praça Santos Dumont, na Gávea, através da Estrada da Gávea. Os consumidores perguntavam de onde vinham os produtos e os comerciantes diziam que era lá da “rocinha”, daí que surgiu o nome de nossa favela.

Os irmãos Guidão faleceram na metade dos anos 20 e os herdeiros assumiram os negócios. Entre 1927 e 1930, a Companhia loteou a fazenda e vendeu uma quantidade de terrenos para clientes particulares. Um dos lotes, de nº 81, foi doado para a Paróquia Nossa Senhora da Paz de Ipanema pela atriz Victória Miranda, nora de Adriano de Castro Guidão. Ela usou o nome da família e fez a doação do terreno, onde mais tarde foi construída a Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, conhecida como Igreja da Fundação, perto do restaurante Bob’s.

No início dos anos 30, a Companhia Castro Guidão declarou falência e os herdeiros não tinham mais interesse pelo terreno da Fazenda Quebra Cangalha. A Estrada da Gávea passava por melhorias no asfalto e iluminação. Além disso, existiam boatos de que o terreno eram “terras do governo” ou “sem dono”, por isso as pessoas começaram a ocupar os lotes, contribuindo para o crescimento irregular da Rocinha.

Com a migração de nordestinos para cá no início dos anos 50, eles transformaram a Rocinha no que ela é atualmente. Uma cidade dentro da cidade.

A família Castro Guidão, de origem portuguesa, chegou ao Brasil em 1868.

João Castro Guidão, assessor comercial

“A área ocupada pela Rocinha possuía, originalmente, características rurais”

João Castro Guidão, assessor comercial

A migração de nordestinos e a construção do túnel Dois Irmãos - atual Zuzu Angel - contribuíram para o crescimento da Rocinha.

www.falaroca.com | f/falaroca | @fala_roca

O tema do processo histórico de ocupação da área onde se situa a favela da Rocinha foi abordado pelo *Fala Roça*, em sua 6ª edição, de agosto de 2015. À época, a cidade Rio de Janeiro estava em meio às comemorações oficiais dos seus 450 anos, o que motivou o jornal a abordar a história da favela (conforme menciona o texto). Escrita por Michel Silva, a matéria apresenta, logo no início, a proposta de contar “a origem da Rocinha por meio da memória do assessor comercial João Castro Guidão, 52 anos, herdeiro da família Castro Guidão”. Portanto, o enfoque se concentra no tempo da ocupação da favela a partir do início do século XX. Transcrevo o primeiro parágrafo: “Em homenagem aos 450 anos do Rio de Janeiro, o jornal FALA ROÇA revirou o baú e contará a origem da Rocinha por meio da memória do assessor comercial João Castro Guidão, 52 anos, herdeiro da família Castro Guidão”.

Em resumo, a matéria se refere ao tempo em que a Companhia Castro Guidão (cujos negócios envolviam fazendas, bancos, indústria de tecidos, etc.) recebe, como pagamento de uma dívida, a fazenda Quebra Cangalha, em 1915, – suas terras ocupavam grande parte do terreno onde hoje se assenta a Rocinha. Perto dos anos 1930, a fazenda é loteada, alguns lotes são vendidos, praticamente sem qualquer tipo de infraestrutura e, em seguida, a Companhia vai a falência. O restante do espaço foi, então, sendo ocupado ao longo dos anos, em grande medida, por levas de trabalhadores migrantes que chegavam à cidade em busca de ganhar o seu sustento. Estão incluídas na matéria, ainda, duas fotografias da região, reproduzindo pontos de vista de ângulos semelhantes, tomados da parte alta da favela: uma, colorida, de autoria de Michel, dos tempos atuais; outra, em preto e branco, do arquivo pessoal da Família Castro Guidon, de 1958. O uso dessas imagens remete a um recurso para representar a passagem do tempo.

Outras contribuições de moradores e suas pesquisas (algumas de forma conjunta com iniciativas acadêmicas ou por meio de diferentes trabalhos e parcerias) sobre a história da favela recuam mais no tempo, considerando as origens da Rocinha desde a presença de povos indígenas na região e, posteriormente, de escravos que usavam o local como rota de fuga.

É sempre importante lembrar que, o lugar hoje habitado por nossas famílias e instituições, já foi terra indígena. Com a invasão dos portugueses a partir do século XVI, a dizimação dos indígenas e as mazelas da escravidão inseriam o território no drama da exploração colonial. A chamada Freguesia da Gávea (propriedade que deu origem à Favela da Rocinha e que foi o nome dado à região até a atual Barra da Tijuca), era também rota de liberdade para os escravos que fugiam para os Quilombos do Sacopã e das Camélias, conforme Cleonice Lopes¹⁷⁸.

178 LOPES, Cleonice. “A participação das mulheres na construção da Rocinha”. In: REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO; MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA; MUSEU DO HORTO (orgs). Participação das mulheres na construção do território: Rocinha e Horto. 2019.

Iniciativas voltadas para a dimensão das memórias locais (individuais e/ou coletivas) também vêm sendo crescentemente valorizadas, trabalhadas e sistematizadas de diferentes formas, ao menos, desde os anos 1970. De acordo com Antonio Carlos Firmino e Lygia Segala:

Na Rocinha, estimuladas pelas políticas públicas de Cultura, as preocupações já antigas com o conhecimento e a valorização da memória e da história local precisaram-se, em algumas propostas, durante o I Fórum Cultural realizado na comunidade (julho de 2007): o Museu Comunitário, a Casa de Bamba, a Rocinha dos Construtores, a re-edição do livro *Varal de Lembranças* (FIRMINO; SEGALA).

Entre as iniciativas mais antigas voltadas para a valorização do conhecimento, memória e história local está o livro *Varal de lembranças: histórias da Rocinha* (SEGALA & FERREIRA, 1983), reunindo “versões de moradores sobre a ‘história do morro’”. O livro, segundo a professora Lygia Segala, surge em atividades dos cursos realizados pela Escola comunitária da ASPA, em 1977, onde a professora lecionava. Na época, não se encontravam referências às favelas nos livros da escola ou faziam alusão a esses locais como algum tipo de “patologia social”. Assim ganhou força a ideia de ouvir as versões dos moradores “desmontar, pelo confronto de dados, as sentenças preconceituosas da história oficial, investir na afirmação de uma nova identidade social não estigmatizada” (FIRMINO, SEGALA).

Produzido pelo grupo de jovens que se reunia na mesma instituição (ASPA), na Rocinha, o Jornal *Tagarela* publicou, em sua primeira edição, de 1976, o texto “História da Rocinha”, no qual a moradora “Sandra” narrava suas memórias sobre a vida na favela. Já o *Rocinha Notícias* publicou matérias em dois números a respeito de grupos voltados para o tema da história da favela: “Universitários criam o Centro Histórico da Rocinha” (n. 8, set/2001) e “Centro de Memória e História da Rocinha” (n. 19, maio/2003).

7ª Edição – “Casal abre empresa de bolos após perder o emprego e conquista clientela” (manchete publicada na capa do jornal)

Figura 13 - Reportagem principal da 7a edição do *Fala Roça*

Ano 2 | Rio de Janeiro - Dezembro de 2015 | Edição 7

Reportagem ímpar 03

Casal desempregado abre empresa de bolos na Rocinha e conquista os moradores

Além da propaganda boca a boca, eles apostam no uso das redes sociais para atrair os clientes

por Beatriz Calado e Michele Silva

Foto: Michele Silva

O ditado ‘fazer do limão uma limonada’ nunca fez tanto sentido para o casal Bárbara Araújo e Allan Alves, ambos de 23 anos. Em abril desse ano, a vida deles deu uma reviravolta. Ela era vendedora e ele trabalhava como gerente em uma padaria até que os dois foram demitidos no mesmo mês e ficaram sem renda fixa. Se nos primeiros meses a vida de desempregado teve um gosto amargo, hoje, é só doçura. Para enfrentar a crise que o país atravessa e para colocar as contas em dia, os dois viraram empreendedores ao fundar a BC Bolos, um negócio que aposta na venda de bolos de pote e em bolos decorados.

Tudo começou quando Bárbara fez um bolo em casa para comemorar o aniversário do namorado em abril, mas, como não tinha muita experiência, o resultado não foi dos melhores. Em maio, ela se aventurou novamente na cozinha com a ajuda de uma amiga e, dessa vez, teve sucesso. “Depois que fiz o meu bolo, peguei algumas encomendas. Fui fazendo bolos personalizados destacando profissões e os clientes foram gostando”, diz Bárbara.

Com o intuito de se diferenciar dos demais comerciantes e confeiteiros que têm na Rocinha, o casal buscou inspiração em uma matéria que viu na internet. O texto contava a história de duas irmãs de Minas Gerais que vendiam bolos de pote gelado para complementar a renda. O doce é composto por camadas de massa que se intercalam com recheios e são finalizados com uma cobertura. O casal carioca decidiu experimentar e deu certo.

“Na primeira vez que vendemos (em junho), foi uma novidade para todo mundo. Fizemos mais ou menos 20 unidades. As pessoas perguntavam o que era bolo de pote, porque ninguém conhecia. Apesar da novidade, as vendas foram fracas na primeira vez”, explica a confeitira, que vende os sabores de brigadeiro, beijinho, doce de leite e moranguinho, além dos especiais, como leite ninho e baba de moça.

No começo, os potes eram grandes, tinham cerca de 500 gramas, e custavam R\$ 10. Os moradores achavam caro e, por isso, as vendas eram ruins. A solução foi diminuir o tamanho e o preço passou a ser R\$ 5 a unidade.

Sem loja física, a estratégia para atrair os clientes foi investir na propaganda pelo Facebook, além do boca a boca. O público podia fazer encomendas pela rede social, mas muitos acabavam não procurando, o casal passou a dividir as tarefas. Bárbara ensinou para Allan como fazia os recheios, enquanto ela cuidava das massas. Os bolos de pote começam a ser feitos na sexta e são finalizados no sábado, dia exclusivo para as vendas, que ocorrem na Travessa Palmas.

“Hoje vendemos entre 150 e 200 bolos de pote por sábado. Durante a semana, nos dedicamos aos bolos personalizados e chegamos a fazer de dois a três por dia” afirma Bárbara.

Pesquisa aponta que jovens de favela desejam ter o próprio negócio

Pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela em parceria com a CUFA (Central Única das Favelas) e o Data Popular afirma que o país tem 12,3 milhões de pessoas morando nas favelas. A cada dez moradores, quatro tem vontade de abrir o próprio negócio e 55% deles desejam realizar esse sonho em até três anos. Em todo o país, 23% dos brasileiros querem empreender. Já nas favelas, 63% dos entrevistados afirmaram que desejam ter um negócio no local onde moram, como fizeram Allan e Bárbara.

O estudo apontou que a principal vantagem de empreender, de acordo com os entrevistados, é o fato de não ter um chefe dando ordens. Para Allan, esse também foi um dos pontos favoráveis.

“Eu sempre quis ser dono do meu próprio negócio, ter a minha própria renda. No começo, investíamos todo o dinheiro que a gente ganhava com as vendas no negócio. Agora, já conseguimos pagar as nossas contas”, afirma o empreendedor, que além de vender os bolos de pote presencialmente, também realiza entregas. Os próximos planos, segundo ele, são abrir uma loja e contratar pessoas para ajudar na confecção dos bolos de pote.

Para quem deseja empreender, Bárbara dá um conselho. “Tem que lutar, porque tudo o que era fácil se torna difícil. Mas é preciso acreditar que você é capaz”, diz.

Bárbara e Allan fundaram a BC Bolos após serem demitidos dos empregos.

“As pessoas perguntavam o que era bolo de pote, porque ninguém conhecia”

buscando e o casal começou a ter prejuízo. Para alavancar as vendas, foi preciso uma dose de criatividade.

“Nós sentamos um sábado na frente do prédio onde moramos, na Travessa

www.falaroca.com | f/falaroca | @fala_roca

A 7ª edição do *Fala Roça* saiu em dezembro de 2015, fechando o ano com o lançamento de três números, a maior quantidade de publicações no período de um ano. O tema escolhido como destaque na capa do jornal pode ser situado entre alguns assuntos, a exemplo do mundo do trabalho ou do que é considerado como mundo do empreendedorismo (conforme mencionado no texto), além de aspectos relativos à economia. O título da reportagem (repetido na capa do jornal e na matéria interna) traz três ideias combinadas, por meio de três verbos de ação: “Casal abre empresa de bolos após perder o emprego e conquista clientela”. Em sequência cronológica, estão presentes eventos que provocam, ao menos em alguma medida, impactos importantes e duradouros sobre percursos individuais de vida: perder emprego, abrir empresa, conquistar clientela.

Inicialmente, inclusive, um primeiro aspecto pode ser observado em relação a esse texto: o fato de se referir, mais diretamente, a trajetórias individuais, diferenciando-se das outras, cujas abordagens, em sua maioria, partiam de questões sociais mais amplas para, por meio delas, “chegar” aos indivíduos atingidos por elas, ou, como se diz no jargão jornalístico, adotavam um ponto de vista do “geral para o particular”. Já o enfoque principal da história desse casal inverte a mão, partindo de uma história particular para representar um nível mais geral, coletivo. Essas são duas formas recorrentes nas narrativas jornalísticas (ou no campo da mídia). Aqui o que interessa é perceber como se dá a adoção dessa ou daquela forma/opção de construir a narrativa (e não indicar qualquer tipo de julgamento sobre elas). Sendo assim, noto que histórias individuais de moradores da favela, que ganhavam mais lugar nas páginas internas do jornal (conforme o balanço de assuntos abordados pelo jornal), são trazidas para a capa nesta edição. A ênfase no enfoque de situações positivas também acompanhou a narrativa.

A matéria narra a história de um casal de jovens moradores da Rocinha que consegue superar a dificuldade de ter ficado desempregado ao se tornarem “empreendedores”, por meio da abertura de um negócio voltado para o ramo de confeitaria (bolos de pote e decorados) na favela. Conforme o texto escrito por Beatriz e Michele, a moça e o rapaz, então com 23 anos, perderam os empregos, provavelmente de carteira assinada, respectivamente de vendedora e gerente de padaria, na mesma época (abril de 2015). Após os primeiros meses de “gosto amargo”, a situação é descrita como “só doçura” após fundarem a BC Bolos e conseguirem “colocar as contas em dia”. Reproduzo a seguir o primeiro parágrafo do texto:

O ditado “fazer do limão uma limonada” nunca fez tanto sentido para o casal Bárbara Araújo e Allan Alves, ambos de 23 anos. Em abril desse ano, a vida deles deu uma reviravolta. Ela era vendedora e ele trabalhava como gerente em uma padaria até que os dois foram demitidos no mesmo mês e ficaram sem renda fixa. Se nos primeiros meses a vida de desempregado teve um gosto amargo, hoje, é só doçura. Para enfrentar

a crise que o país atravessa e para colocar as contas em dia, os dois viraram empreendedores ao fundar a BC Bolos, um negócio que aposta na venda de bolos de pote e em bolos decorados.

Uma das autoras do texto, Michele, comentou sobre essa matéria na entrevista com uso de fotografias para esta pesquisa – as imagens comentadas eram referentes à entrega da 7ª edição do jornal. Ao pensar sobre esse número, ela entende que há textos “parecidos”; dois deles são o do casal que abre a empresa de bolos, e outro que conta a história de uma moradora que passa no exame da Ordem dos Advogados Brasil depois de muitas tentativas. A maneira em que esses textos se assemelham é descrito da seguinte forma: “no sentido de falar que a pessoa teve uma vida difícil, família pobre e a oportunidade de crescimento na vida que tiveram – uma pelo estudo, outra pelo talento que tem com os bolos”. Além disso, também acredita que “cada edição tem um sentimento ali”; no caso dessa edição, pensa ter influenciado no “sentimento” que prevalece o fato de ter sido produzida perto do fim do ano, então “teve uma coisa de “vamos trazer notícia legal, inspiradora, pra melhorar o início do ano das pessoas”.

O contexto da perda de emprego do casal de jovens retratados na matéria, no ano de 2015, foi de indicadores econômicos difíceis que tiveram impacto sobre o mercado de trabalho no país. Segundo o IBGE, considerando a série histórica entre 2012 e 2017, “Os indicadores econômicos apresentaram expansão, desaceleração e estagnação até 2014, decrescimento no biênio 2015-2016 e pequena recuperação em 2017”. Esses indicadores se referem ao PIB e *per capita* à taxa de variação de consumo das famílias; ambos tiveram queda em 2015 e 2016 e “durante os últimos três anos da série, tais resultados trouxeram impactos negativos para o mercado de trabalho brasileiro, como o aumento da desocupação, da subutilização da força de trabalho e da informalidade”¹⁷⁹.

A reportagem de capa dessa edição do *Fala Roça* traz a oportunidade de refletir sobre a circulação do tema do chamado “empreendedorismo” na Rocinha à luz do estudo de caso desse processo de comunicação, suas conexões com visões de mundo dos comunicadores e suas formas de comunicar. Considerando o contexto específico dessa matéria, assim como o balanço dos temas publicados no jornal impresso, faço algumas reflexões. O sentido de empreendedorismo aparece, na fala de Michele, associado à ideia de “oportunidade de crescimento” para quem teve “uma vida difícil, pobre”. Na reportagem, o casal empreendedor também tem sua história associada à ideia de superação de uma situação difícil de trabalho (ou da condição de desemprego). Superação é também um enfoque frequente relacionado às

179 Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 39).

histórias individuais de moradores no interior do jornal, portanto, o contexto em que essa matéria de capa é publicada, em relação ao espaço do conjunto de edições do jornal até então lançadas, é de escassez de histórias individuais de dificuldades entre moradores da Rocinha. Portanto, tornam-se quase invisíveis duas dimensões relativas à concepção de empreendedorismo – as de dificuldade e a de risco. Uma delas aparece com pouco destaque, no último parágrafo da reportagem de capa da 7ª edição: “Para quem deseja empreender, Bárbara dá um conselho: ‘Tem que lutar, porque tudo o que era fácil se torna difícil. Mas é preciso acreditar que você é capaz’, diz”. A dimensão do risco também está presente nas definições das principais instituições responsáveis pelo desenvolvimento da atividade empreendedora no Brasil, como Sebrae e Fiesp. De acordo com o *Manual do Jovem Empreendedor*¹⁸⁰, “empreendedor é aquele que identifica uma oportunidade e cria um negócio para aproveitá-la, assumindo riscos que qualquer atividade empresarial oferece”.

Em relação ao tema do trabalho, havia no *Tagarela* a coluna “FGTS de bolso”, que trazia informações rápidas relativas ao FGTS dos trabalhadores; o termo ‘empreendedor’ (ou similar) não foi encontrado nas páginas do jornal na consulta feita para esta pesquisa. Já nos exemplares do *Jornal Rocinha Notícias*, encontrei, por exemplo, notícias sobre microcrédito (n. 37, set-out/2008), a atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) na Rocinha e sobre “jovens empreendedores” formados em ações/projetos sociais da escola de samba Acadêmicos da Rocinha (as duas últimas presentes no n. 40, set-out/2009). Como muitos dos temas abordados nas capas do *Fala Roça*, os assuntos da capa da edição n. 7 também demandariam um aprofundamento maior no sentido de perceber melhor suas relações com o contexto local. Um caminho possível seria notar como ocorreu a introdução gradual do termo empreendedorismo no dia a dia das favelas e quais significados adquire. Nesse breve estudo, podemos notar já algumas nuances nesse sentido, no universo das três mídias aqui enfocadas. No caso do *Jornal Tagarela*, em seu tempo (entre meados dos anos 1970 e 1980) e, no espaço dessa mídia, essa expressão está aparentemente ausente. Nos tempos do *Rocinha Notícias* impresso (principalmente primeira década dos anos 2000), o termo já é utilizado em associação com o início da atuação do Sebrae e de projetos sociais na favela – nas páginas internas do impresso. Já nos tempos do *Fala Roça*, o termo ganha uma de suas capas e é incorporado a um uso mais corrente no dia a dia, quando, ao perder um emprego formal, e ser empurrado para a informalidade, o trabalhador passa a ser chamado de empreendedor – inclusive como forma de valorizar os seus imensos esforços, desdobrando-se (praticamente

180 *Manual do Jovem Empreendedor*, disponível em: www.cjefiesp.com.br.

sozinho) em múltiplas funções e atividades, para conseguir “pagar as contas”. Retomo esse tema no capítulo 7, ao analisar tensões presentes no universo discursivo do processo de comunicação do *Fala Roça*.

8ª Edição – “O que a Olimpíada deixou para o Rio e a Rocinha?” (manchete publicada na capa do jornal)

Figura 14 - Reportagem principal da 8ª edição do *Fala Roça*

Ano 3 | Rio de Janeiro - Agosto de 2016 | Edição 8
Reportagem impar **03**

O futuro do Rio e da Rocinha após o fim da Olimpíada

Fala Roça foi às ruas para saber a opinião dos moradores após o período olímpico

por Michel Silva, João Pedro Bandeira, Daiane Silva e Graciele Firmino

O Brasil foi palco de três grandes megaeventos nos últimos dez anos: Pan-americano, no Rio de Janeiro, em 2007, a Copa do Mundo, em 2014, e a Olimpíada no Rio neste ano. Segundo dados do Comitê Rio 2016, o custo para a realização da Olimpíada e da Paraolimpíada Rio 2016 ultrapassou os R\$ 39 bilhões.

Nos últimos dez anos, a Prefeitura do Rio de Janeiro, o Governo do Estado e o Governo Federal investiram em mobilidade urbana, saneamento e segurança. Porém, podemos ver que a realidade de muitas favelas continua igual.

A ocupação policial das favelas foi a principal política de segurança adotada no Rio de Janeiro. Desde 2008, dezenas de favelas foram ocupadas visando a criação de um “cinturão de segurança” nas áreas ricas da cidade.

Após a ocupação da Rocinha para a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 2011, a expectativa era de que a comunidade receberia várias obras do Governo Estadual e Federal. De fato as obras aconteceram. Mas a reivindicação mais antiga dos moradores não foi atendida: a implementação do saneamento básico.

co.

A supervalorização dos imóveis e o aumento do custo de vida na favela ameaça o dia a dia das pessoas que vivem na Rocinha.

O Governo do Estado concluiu as obras da linha 4 do metrô e construiu uma estação na entrada do morro, entretanto, batizada com o nome de São Conrado, bairro vizinho à Rocinha.

Cinquenta dias antes da Olimpíada, o governador em exercício Francisco Dornelles (PP), decretou estado de calamidade pública, chamando a atenção para a grave crise econômica em que vive o Estado.

A queda na arrecadação dos impostos sobre mercadorias e a má gestão das finanças estaduais são alguns fatores responsáveis pelo rombo de R\$ 19 bilhões nas contas públicas.

Diante desse cenário, fomos às ruas para saber o que os moradores acham que vai acontecer após a Olimpíada na cidade do Rio, na Rocinha e em suas vidas. Entrevistamos pessoas de diferentes localidades, com idades e profissões diversas.

Os relatos ao lado são apenas uma pequena amostra de tudo o que ouvimos, refletem o ponto de vista dos entrevistados e não necessariamente contemplam todas as opiniões das pessoas que moram na Rocinha.

O QUE VOCÊ ACHA QUE VAI ACONTECER COM O RIO APÓS A OLIMPIÁDA? E A ROCINHA?



Maria do Socorro, 52 anos
 “Acho que as mudanças na cidade vão trazer coisas boas para a gente, como o metrô e o BRT. Fica bem mais fácil para os trabalhadores se locomoverem. O lado ruim, aqui na Rocinha, por exemplo, é que, com a estação de metrô aqui na porta, o preço dos aluguéis estão aumentando bastante. Fica difícil pra gente pagar.”



Carlos Clair, 49 anos
 “Acredito que vai deixar um legado muito grande e bom para a cidade em função das obras que foram feitas. Na Rocinha pós-olimpíada, acredito também que vamos colher muitos frutos por causa do turismo. Em relação à segurança, para mim está tudo bem.”



Déo Alves, 22 anos
 “Espero que o fluxo de turistas não diminua porque eles podem gerar receita para a cidade que enfrenta uma grave crise financeira. Também espero que a população possa usar essas obras que foram feitas para a Olimpíada.”



Marcos Braz, 45 anos
 “A Olimpíada foi feita para a classe média alta e para os estrangeiros. Muitos estádios olímpicos serão abandonados ou privatizados. A Rocinha precisa de saneamento básico há décadas e isso nunca é solucionado. Com certeza não estávamos prontos para esse grande evento.”



Clara Rodrigues, 33 anos
 “Eu espero que a Olimpíada deixe várias coisas boas para o Rio. Agora temos a extensão do metrô até a Barra e o VLT. Além dos transportes públicos, na Rocinha, nada mudou porque o teleférico não saiu do papel e falta saneamento básico.”



Ana Paula da Silva, 21 anos
 “Assim que a Olimpíada acabar a segurança no Rio vai diminuir e tudo vai ser como era antes. Na Rocinha, vai continuar tudo igual. O transporte vai melhorar com o metrô e a UPP não vai acabar.”



www.falaroca.com
Facebook icon
falaroca
Twitter icon
@fala_roca

Um jornal feito de notícias e de vidas

A oitava edição do Jornal *Fala Roça* foi publicada em agosto de 2016. Como todas as outras edições do impresso, essa também teve suas singularidades – a começar pela matéria que ganhou destaque na capa. No ano em que foram realizadas as Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro, a manchete perguntava “O que a Olimpíada deixou para o Rio e a Rocinha?”. Foi o único número do impresso lançado durante todo aquele ano e, de forma não deliberada, também se tornou o último número publicado em todo o percurso de existência do jornal (ao menos, até o presente momento). Algumas circunstâncias contribuíram para ambas as situações. Aqui, não pretendo explicá-las, mas junto a elementos de contextualização do tema, busco narrar uma experiência de acompanhamento da feitura do *Fala Roça* ao longo de 2016, quando estive próxima de suas rotinas e vivências (não só nesse momento, mas me refiro especificamente ao tempo relativo à realização da oitava edição). E foi assim que presenciei também uma parte do processo de realização dessa matéria de capa relacionada às Olimpíadas. Esses períodos de proximidade despertaram muitas reflexões. Entre elas, talvez uma das principais tenha sido: o *Fala Roça* não se tratava apenas de um impresso feito de notícias, mas de um jornal feito de experiências de vida, de suas possibilidades e impossibilidades, do cruzamento de relações, dos percursos de apuração das notícias, de aprendizados que viravam saberes. Havia previsões e planejamentos, mas também imprevistos. Era, portanto, um jornal feito não só de notícias, mas de vidas bastante próximas a elas. Nesta parte, não tratarei dos jornais *Tagarela* e *Rocinha Notícias*, por avaliar terem sido inexistentes assuntos nesses jornais que pudessem suscitar alguma forma de relação com o tema dos Jogos Olímpicos realizados no Rio de Janeiro (tratado na capa da edição do FR).

Diversos estudos vêm analisando a realização dos grandes eventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil, nos últimos anos; por si só, esse tema demandaria um aprofundamento maior na literatura já produzida (no âmbito das ciências sociais e dos estudos urbanos, entre outras áreas de conhecimento). Para pensar o contexto de publicação dessa edição do FR, em especial, irei me referir a alguns entendimentos, decorrentes de investigações empíricas, sobre efeitos trazidos para as favelas do Rio decorrentes da instalação de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas na cidade. A preparação da cidade para os megaeventos trouxe impactos profundos relativos à reestruturação urbana do espaço, de acordo com Santos Junior e Novaes (2018). Uma das principais consequências do “ajuste espacial”, com características neoliberais, realizado para recepção dos Jogos, seria o aprofundamento das desigualdades sociais, junto a “processos de gentrificação” relacionados às favelas.

Especialmente em favelas da zona sul, novas padronizações de comércios e serviços teriam criado modos de vida mais elitizados, implicando a ressignificação simbólica dos espaços e na ocorrência da valorização imobiliária. Ao mesmo tempo, condições precárias seguiriam existindo nesses espaços, dando origem a uma “gentrificação periférica”, reproduzindo padrões de desigualdade social existentes em outros lugares da cidade (idem, 2018). A implantação das Unidades de Polícia Pacificadora em diversas favelas da cidade fez parte desse cenário. Iniciada em 2008, a experiência da “pacificação”, como ficou conhecida a política de segurança adotada no Rio de Janeiro com base na atuação das UPPs, relacionou-se com a intenção de transformar o imaginário do Rio como cidade violenta, fortalecido ao menos desde a década de 1990 (LEITE, 2000). Segundo Carvalho (2013, p. 287), “o investimento na área da segurança está relacionado à tentativa de mudar a imagem da cidade e assegurar aos comitês organizadores da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos que o Rio de Janeiro está seguro no que diz respeito à violência urbana”.

A relação entre os megaeventos e a implantação das UPPs em favelas da cidade é ressaltada também por Palermo (2013) ao estudar o Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e declarações de governo na imprensa acerca do programa das UPPs. Apesar de não declarada oficialmente no período inicial do programa de “pacificação”, a realização dos grandes eventos esportivos se configurou entre os principais objetivos de implantação das UPPs nas favelas, reforçando a continuidade da representação desses espaços com lugares de populações “perigosas” que devem ser vigiados e controlados. A retomada da política de remoções de favelas pelo estado foi outro aspecto das graves consequências enfrentadas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos na cidade (MAGALHÃES, 2018). No período entre 2009 e 2014, a estimativa é de que cerca de 22 mil famílias tenham sido removidas sob diferentes argumentos, como o de habitação em alegada área de “risco”, não tendo havido montante tão grande de moradores desses espaços realocados desde as décadas de 1960 e 1970.

Diário de campo

[10/12/2016]

Marquei com o pessoal do *Fala Roça* de encontrarmos, naquele sábado de manhã, pra ser uma espécie de despedida do ano de 2016 e também propus falar sobre como andava a minha pesquisa. Inicialmente, marcamos na Biblioteca Parque da Rocinha, mas Michele propôs mudar pra casa da mãe dela, Dona Josita, por conta da situação da BPR, que está ameaçada de fechar devido a problemas de gestão financeira dos governos do estado e da prefeitura, que mantêm as Bibliotecas Parque atualmente. Quando cheguei, lá estavam Michele, sua irmã, Monique, Bia e Dona Jô conversando com uma vizinha. Monique tem participado do jornal, na parte administrativa, e ajuda na apuração de matérias, pelo que pude perceber. Michel não pode ir. Por uma

conjunção casual de circunstâncias, ali estavam só mulheres, no momento. A conversa era sobre uma menina, também vizinha, com quem tinham uma relação de cuidado e afeto; estavam preocupadas pois ela iria repetir de ano. Quando a vizinha foi embora, continuamos na pequena sala da casa, conjugada com a cozinha; eu já estava sentada na mesinha de três lugares, junto a Michele e Monique, tomando o café gostoso de Dona Jô, oferecido desde que cheguei. Bia, no sofá, e Dona Jô, de pé, participavam dos assuntos que iam surgindo. Eu tinha trazido pães de queijo, comprados ali por perto, também como costumava fazer. O papo foi longo, entre os meus relatos sobre como era fazer um curso de doutorado e o momento em que estava a minha pesquisa; foram inevitáveis alguns bocejos com as minhas histórias naquela manhã de sábado, mas logo depois vieram as atualizações, cheias de novidades, das meninas sobre o momento do jornal. E assim era sempre: todas as reuniões do jornal eram repletas de assuntos – entre os planejamentos operacionais de gestão para possibilitar a feitura de cada edição e as pautas propriamente ditas. O número que estava no forno era o 9º, cujo tema cogitado para reportagem de capa seria relativo à educação na Rocinha. Foram feitos balanços do ano que acabava e planos para 2017. Por um lado, havia empolgação com a possibilidade de colaboração dos alunos das oficinas de comunicação comunitária para o jornal; por outro, apreensão com a diminuição de editais que pudessem financiar o jornal.

Naquele dia, de volta em casa, escrevi sobre o encontro na Rocinha e fiz um resumo do ano que terminava. A seguir, reproduzo uma parte desse diário.

2016 foi um ano diferenciado e intenso para os participantes do Fala Roça: iniciou-se com a distribuição do sétimo número do jornal pela favela [em janeiro], em seguida, o grupo realizou duas oficinas de comunicação comunitária para jovens locais, com duração de dois meses cada [uma começando em fevereiro, outra em julho], além do lançamento da oitava edição do impresso [agosto], da distribuição desta edição [setembro], da participação do grupo no evento de aniversário da Agência de Redes para Juventude [outubro] e da realização de novas reuniões de pauta da 9ª edição do periódico [outubro e novembro]. Como não há remuneração para a maioria das atividades do jornal, todos os comunicadores continuaram trabalhando paralelamente para o seu sustento [e/ou fazendo estágios] e dois dos três produtores de conteúdo do FR ainda cursavam faculdade – Beatriz e Michel. Aliás, Bia se formou em julho, no curso de graduação em Jornalismo! Uma grande conquista!!! Mas também significou o início de outras incertezas em relação a conseguir trabalho remunerado na sua área profissional.

As atividades do jornal, em geral realizadas aos sábados, preencheram praticamente todos os fins de semana do ano. No meu caso, acompanhei todas as atividades mencionadas anteriormente, portanto, estive em boa parte dessas ocasiões. Já durante a distribuição do sétimo número pela favela, em janeiro, os comunicadores me falaram, empolgados, que estavam organizando as oficinas de comunicação comunitária e chamaram pra assistir. A empolgação deles me contagiava. Não pude participar das duas por conta de compromissos profissionais [em julho, participei de uma expedição para realizar uma oficina de fotografia para o povo indígena Huni Kuin, do médio Rio Jordão, no Acre]; mas acompanhei boa parte da segunda oficina de comunicação do *Fala Roça*. Assisti às aulas como ouvinte, auxiliando em pequenas coisas quando necessário e participei fazendo algumas sugestões, quando poderiam ser úteis. Uma delas foi numa exposição da equipe do jornal sobre a reportagem que pretendiam fazer para a capa da 8ª edição. Os alunos da oficina foram convidados a participar da apuração da matéria e fiz sugestões em relação ao método de entrevista com os moradores – caso quisessem abarcar uma diversidade maior de áreas da favela e de perfis identitários.

Participei também das outras atividades no ano. A distribuição dos exemplares já havia se tornado uma atividade colaborativa, num entendimento mútuo meu e dos comunicadores, na medida em que eu fotografava e as imagens eram destinadas ao jornal. Além disso, estes haviam se tornado também momentos de satisfação, pelo menos para mim, por alguns motivos. Gostava de caminhar pela Rocinha, conhecer seus meandros, seus moradores e encontrar os já conhecidos. Além disso, o

sentimento inicial, que cativou meu interesse pela realização da pesquisa de doutorado, continuava presente: estar em contato e, na medida do possível, colaborar com práticas de comunicação que contribuíssem para ampliação de direitos e melhores condições sociais de vida em favelas do Rio. Sendo assim, creio que estabelecemos uma relação baseada em crenças e valores próximos. De alguma forma, talvez esta relação tenha se expressado no fato de eu ter sido uma das pessoas homenageadas pela equipe do jornal, como sua parceira, no evento de aniversário de 5 anos da Agência de Redes, realizado em outubro de 2016. Cheguei a me emocionar.

Naquele ano, o assunto das Olimpíadas predominou na maior parte dos veículos de imprensa seja regionais, nacionais ou internacionais. No *Fala Roça*, a equipe também decidiu falar do assunto, abordando um ponto de vista da população local, e a reportagem teve colaboração dos jovens que participaram das oficinas de comunicação comunitária realizada pelo jornal. As oficinas ocorreram em fevereiro e julho, portanto, a produção daquela edição do veículo coincidiu com o período da segunda oficina de comunicação comunitária realizada pelo jornal – mesmo período em que aconteciam os Jogos Olímpicos na cidade. O tema era, então, já comentado por todos. O curso teve objetivo “formar” novos comunicadores comunitários, conforme notícia publicada no próprio jornal, o que contribuiu para propor como atividade prática, aos participantes, fazer parte do processo de produção do jornal, incluindo a reportagem sobre as Olimpíadas. De forma conjunta, foi definido o enfoque do tema e a forma de realizá-lo. A ideia principal era saber a opinião dos moradores da Rocinha sobre as consequências trazidas pelos Jogos Olímpicos (ou o “legado”). Os jovens moradores foram a campo, fizeram suas apurações e entrevistas, e esse material foi incorporado ao 8º número do jornal. O texto de introdução da reportagem traz uma visão crítica à realização dos grandes eventos esportivos, fundamentando-se em dados objetivos sobre a realidade da Rocinha. Quanto às opiniões dos moradores, são diversificadas. Ao longo do mesmo ano, um dos integrantes do jornal, Michel, produziu uma série de artigos para o jornal inglês *The Guardian*, em formato de diário, contando sobre a rotina de vida na Rocinha no período pré e pós “Olímpico”. Além dele, jovens moradores das regiões de favelas da Maré e do Alemão também escreveram seus relatos para a mesma série, chamada “Rio Olympics: view from the favelas”¹⁸¹, que se iniciou em agosto de 2015 e prosseguiu até agosto de 2017. Senso crítico forte, baixas esperanças em relação a benefícios que pudessem ser trazidos, para as favelas, face à realização dos Jogos Olímpicos, denúncias de antigos e novos problemas nesses lugares, junto à consciência sobre os direitos concernentes aos seus espaços de moradia foram a tônica dos relatos de todos os jovens.

181 Os artigos da série do jornal *The Guardian* “Rio Olympics: view from the favelas” estão disponíveis em: <https://www.theguardian.com/global-development/series/rio-voices-our-olympic-odyssey>

Essa abordagem contrastou com uma situação onde foi explicitada a opinião de uma pessoa que integrava a Agência de Redes sobre o conteúdo que “deveria” ser publicado no jornal. Novamente, registro ser importante notar o conteúdo do aconselhamento para os comunicadores do jornal, não importando a autoria da fala (aqui não identificada). Quanto ao conteúdo, tratou-se de uma crítica à matéria que estampava a capa da oitava edição – descrita no parágrafo anterior. Segue a descrição da situação, que presenciei em outubro de 2016, no evento descrito no diário de campo.

Este episódio pode servir para pensar sobre a dinâmica discursiva do jornal, interferências e tensões, que é tema do próximo capítulo da tese. A situação foi durante um evento do qual participaram o Fala Roça e outros jovens integrantes de projetos realizados em favelas e periferias do Rio. Era um dia de festa. Ao passar pelas barracas onde os projetos dispunham seus materiais de apresentação e ver a capa da última edição do *Fala Roça*, uma pessoa comentou que a reportagem da capa “não devia estar ali [no caso ‘aqui’]”. O motivo de tal afirmação foi fato de entender a matéria em questão como uma “*pauta de militância*”. Relembrando, a manchete era a seguinte: “*O que a Olimpíada deixou para o Rio e a Rocinha? Veja a opinião de moradores*”. “Militância”, como esta pessoa explicou em seguida, tratava-se de “movimento social” e, portanto, as pautas ligadas a movimentos sociais não deveriam estar no jornal. Essa afirmação foi complementada com sugestões sobre assuntos que deveriam ser abordados no periódico, como “histórias de quem vive na Rocinha”, o que elas fazem ou produzem, “porque quem lê o jornal quer saber quem é o cara que vive na Rocinha, o que é típico de lá. As coisas boas.”¹⁸².

O contexto que envolveu essa situação pode ajudar a perceber aspectos relativos à construção dos discursos deste jornal. Ao ouvir esse comentário, indaguei a essa pessoa o que considerava ser “militância”, já que os jovens do jornal não esboçaram reação, ficando em silêncio diante daquela opinião a respeito da reportagem. Ali estavam membros da equipe, além de boa parte dos integrantes de duas Oficinas de Comunicação Comunitária (também convidados para o evento) organizadas pelo *Fala Roça*. Assim, a maioria deles tinha participado, de alguma forma, da elaboração da matéria em questão, assinada por Michel e outros três novos “colaboradores” (conforme citado no expediente do jornal). A pauta surgiu nos encontros que compuseram a segunda Oficina e foi sugerida como tema a ser trabalhado como uma espécie de laboratório coletivo de criação da matéria. Alguns foram para a rua colher entrevistas de moradores da Rocinha sobre os impactos das Olimpíadas, outros participaram

182 A partir de notas de campo.

das discussões da pauta e Michel redigiu o texto final (revisado por Juliana). Ou seja, a matéria foi produzida a partir de discussões coletivas durante a Oficina; ali foram decididos seus principais encaminhamentos e alguns palestrantes ajudaram com orientações jornalísticas – eu mesma sugeri técnicas de entrevista para abranger diferentes localidades da Rocinha.

A reação dos jovens foi permanecer em silêncio. De minha parte, surgiram dúvidas sobre os sentidos de militância que estavam sendo acionados - quem seriam os militantes da Rocinha? Quais seriam suas pautas? Por que não poderiam ter voz no jornal? Como a matéria tinha sido criada por muitos ali, a partir daquela fala todos podiam estar sendo considerados militantes. Foi após este silêncio que decidi indagar à mesma pessoa o que era “militância” em sua visão. Sua reação foi receptiva, em tom de orientação sobre o que pensava ser produtivo ou não abordar no jornal. Neste momento, ele explicou que “militância era coisa de movimento social”. Todos escutamos com atenção e não me recordo de ninguém ter feito qualquer colocado a respeito daquelas considerações. Tudo se deu de forma rápida, já que o evento estava acontecendo. Houve muitas atividades ao longo do dia e todos ficaram entretidos. Posteriormente, algum tempo depois, ao encontrar novamente com a equipe do jornal, perguntei se recordavam dessa situação. Não se recordavam. E a descrevi. Os jovens não ficaram surpresos. Disseram que muita gente dava “pitaco” sobre os rumos do jornal; muitas vezes não davam atenção.

A situação anteriormente tratada traz uma questão que pode ser remetida a formas ativas de agência desenvolvidas pelos comunicadores do jornal *Fala Roça*. Nesse sentido, é possível pensar que os jovens não exerceram uma crítica explícita às considerações feitas pelo coordenador do programa, naquela ocasião específica. Mas a abordagem de “problemas sociais” nas capas do periódico, conforme enfatizou Michel em várias ocasiões, pode apontar para uma forma de posicionamento crítico. Se assim o for, a crítica não verbalizada dos jovens aparece na escolha dos assuntos destacados no jornal. Nesse sentido, aparentemente, o tema das Olimpíadas está sendo remetido por ele à ideia de um “problema social”, assim como ocorreu com a maioria das edições lançadas. Por mais que tenha desagradado a algumas opiniões, a matéria, no fim, estava ali.

6 VOZES A PARTIR DA ROCINHA E DISTRIBUIÇÃO DO *FALA ROÇA*

Conjunto de fotografias - Cenas da distribuição do Jornal *Fala Roça* (2014 a 2016)



Legenda. Cenas da distribuição do *Fala Roça* pela Rocinha, entre 2014 e 2016. Indicam características do processo de comunicação relativo ao impresso. Tríptico 1: jornal entregue de mão em mão; tríptico 2: moradores se reconhecem no jornal; tríptico 3: leitores idosos; tríptico 4: jornal deixado no comércio e a indumentária como forma de distinção.

Fonte: a autora, 2014 a 2016.

Ao acompanhar as etapas de produção e distribuição de algumas edições do Jornal *Fala Roça*, presenciei um processo de construção de práticas que envolvia “botar o jornal na rua” naquele espaço e tempo específicos (a Rocinha, entre os anos de 2014 e 2016)¹⁸³, pelo grupo de jovens que o realizava. Com equipe reduzida, sem sede fixa, financiamentos oscilantes, sem remuneração e grande perseverança, tais práticas foram compondo uma rotina geral de produção jornalística com suas características próprias¹⁸⁴. Observei algumas dimensões integradas a esta rotina que remetem ao que poderia chamar de uma espécie de costura entre os universos público e privado na favela. Quanto aos espaços privados, podemos pensar nas relações familiares e de vizinhança que conectavam integrantes do jornal (não restritas apenas a estas relações); junto a isso, casas dos comunicadores também abrigaram muitas reuniões, configurando-se como locais de trabalho (principalmente as da família dos irmãos Michel e Michele). Quanto ao espaço público, a dimensão “da rua” se fazia presente na medida em que reuniões de pauta também ocorriam em restaurantes, lanchonetes, praças, na Biblioteca Parque etc. Além disso, a atividade da distribuição era realizada pela equipe sobretudo no ambiente público da favela, ao percorrer ruas, becos e vielas, levando o *Fala Roça* “de porta em porta” - conforme expressão usada pelos comunicadores.

No caso do processo estudado, essas dimensões faziam parte da comunicação que dizia respeito ao contexto da informação produzida pelos moradores da favela – a partir de uma perspectiva interna, de quem vive no lugar, com objetivo de produzir as próprias narrativas (ou representações) sobre seu lugar de origem. Esta característica, ao menos desde as últimas duas décadas, vem se tornando uma forte reivindicação integrada às lutas por direitos das populações de favelas e, do ponto de vista de quem produz as narrativas, são chamadas de comunicação

183 Período referente às edições acompanhadas: distribuição da terceira (fev/2014) à oitava edição (ago/2016) e produção, da quarta (ago/2014) à oitava edição. Houve intervalos nessa dinâmica de acompanhamentos, devido às rotinas ocupadas dos comunicadores (entre trabalhos, estudos, o jornal e a vida pessoal) e necessidade de conciliação das nossas agendas. Apesar disso, foram muitas as ocasiões de convivência, uma vez que estabelecemos um contato fluido, com base na relação de confiança e afeto que foi se formando.

184 Para maiores detalhes sobre rotinas de produção jornalística em meios de informação voltados para notícias sobre favelas, ver BARONI; AGUIAR; RODRIGUES, 2011. Os autores estudaram o processo de produção de conteúdo do portal *Viva Favela*, projeto realizado pela organização não governamental Viva Rio a partir de 2001 a, pelo menos, 2010. Uma das primeiras iniciativas brasileiras existentes na internet de produção de informação exclusivamente sobre favelas, passou por diferentes fases e formatos, sempre com envolvimento de moradores locais no trabalho jornalístico e fotojornalístico. O artigo mencionado acima se refere ao período de funcionamento do portal a partir de 2009.

popular, comunitária, alternativa, “de favela”, dentre outras formas de nomeação. Isso não significa dizer que são práticas homogêneas, realizadas da mesma forma na Rocinha ou em outras localidades – há aproximações e distanciamentos entre as formas de atuação das diversas mídias existentes. Cada experiência de comunicação (no caso estudado, a jornalística – também múltipla) carrega seus próprios saberes, heranças e tradições, sua maneira de falar e de reivindicar o direito de narrar o cotidiano do local de moradia, o qual, em última instância, trata-se do direito à liberdade de opinião e expressão, descrito no artigo 19º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Já mencionado em nota de rodapé neste trabalho, não é demais reproduzir um trecho deste artigo no corpo do texto: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”¹⁸⁵.

Neste trabalho, considero as autodenominações utilizadas pelos grupos de comunicação como categorias do discurso coletivo, uma vez que cada grupo que as usa realiza sua própria forma de comunicar e informar, de acordo com o contexto e o tempo histórico em que está inserido. Nesse sentido, busquei dialogar com as representações dos jornalistas/comunicadores do *Fala Roça* sobre comunicação, jornalismo e seus entendimentos dessas mesmas práticas principalmente no contexto das favelas.

6.1 Visões e vozes sobre comunicação a partir da Rocinha

6.1.1 Comunicação comunitária, popular ou alternativa, na visão dos comunicadores do *Fala Roça*: a heterogeneidade da construção, em processo, dos “nós” e “eles”

Em tempos recentes, tem sido recorrente a atribuição de termos como “comunicação comunitária”, “popular” ou “alternativa” para denominar atividades de produção de informação realizadas por moradores de favelas. Há também outros contextos em que estes termos surgem, embora de forma menos frequente (como é o caso de programas de emissoras de TV comerciais, que se referem à “comunicação comunitária” para designar programas de caráter local ou

185 Trecho do Artigo 19º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Importa fazer a ressalva de que outros documentos e tratados subsequentes à DUDH condicionaram esse direito à não propagação de discursos de ódio e incitação à discriminação e a violências. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-19-direito-a-liberdade-de-opiniao-e-expressao/>. Acesso: em agosto/2020.

regional). Além disso, há grupos de mídia provenientes de favelas que não utilizam tais expressões. De qualquer forma, em se tratando de categorias discursivas, de uso coletivo, estas sofrem mutações, adquirem sentidos diversificados dependendo da situação e do aspecto da atividade que se deseja enfatizar. Assim, há gramáticas e conteúdos diferenciados sob a mesma denominação – muitas vezes autorreferida; um mesmo grupo pode, ainda, rever determinados elementos com os quais se identificava inicialmente e que, em dado momento, passam a não mais se adequar aos seus fazeres.

Portanto, é fundamental focar, para além da literatura a respeito do tema, os olhares dos grupos de comunicadores estudados sobre suas próprias experiências. Alguns deles utilizam as denominações mencionadas para marcar uma oposição ao universo do jornalismo empresarial e, principalmente, aos grandes conglomerados de comunicação. No caso do jornal *Fala Roça*, outras expressões surgiram para denominar a própria prática, como “mídia comunitária” e “jornalismo comunitário”. Conforme veremos adiante, as principais características a elas associadas são a legitimidade (ou representatividade) a partir do lugar de fala (do pertencimento à favela) - o jornalismo feito por moradores locais -, a parcialidade (relacionada justamente a esta perspectiva endógena) e ao saber enraizado na favela (também permeado por outros saberes, como o dos livros).

Seguem falas dos comunicadores - pontuadas por observações breves - onde surgiram expressões para qualificar suas próprias formas de comunicar. Tratam-se de trechos de entrevistas, foto entrevistas e/ou conversas sistematizadas de acordo com os temas mencionados pelos interlocutores (não necessariamente a partir de perguntas abordando o tema específico da “comunicação comunitária”).

Beatriz, repórter e diretora de redação do jornal *Fala Roça*:

O que diferencia a gente dos outros veículos, das outras mídias é aquela história da gente falar para a gente. Não é ninguém de fora falando. A gente, de dentro de locais em que moramos, falando pra pessoas que moram ali. Se eu fosse definir, seria basicamente isso. **Mídia comunitária** é aquela de uma comunidade que fala pra uma determinada comunidade. Os próprios moradores seriam os agentes, por assim dizer¹⁸⁶[grifo meu].

Beatriz, inicialmente, qualifica o tipo de mídia que reconhece ser o *Fala Roça* usando a expressão “mídia comunitária”. Para ela, há diferença clara entre esta e as “outras mídias”/“outros veículos” (por sua vez, indiferenciadas nessa fala) e se trata da comunicação

186 Trecho de foto entrevista, com Beatriz Calado, realizada em 21/01/2016.

endógena, feita por moradores de uma determinada localidade. Enfatizada de várias formas, diz respeito a “a gente falar para a gente”, “ninguém de fora falando”, “a gente, de dentro de locais em que moramos, falando pra pessoas que moram ali”. Já Michele usou a expressão “jornalismo comunitário” para falar da prática do *Fala Roça* e a conectou ao tema da parcialidade/imparcialidade:

Michele, repórter e diretora executiva do jornal *Fala Roça*:

Acho que só de fazer **jornalismo comunitário** a gente já está sendo parcial, porque você está defendendo uma bandeira. Quem faz **jornalismo comunitário** tem esse discurso, de que estou falando o que a mídia tradicional não fala. Aí você já está sendo parcial, eu acho. Paralelo a isso, a gente quer que as pessoas cheguem nesses temas porque identificamos no nosso público, não só nele, mas nas pessoas, o senso crítico das coisas que estão acontecendo ao nosso redor muito baixo – de aceitar tudo. Então a gente quer dar pra elas a oportunidade de pensar com a sua própria cabeça e chegar na sua própria opinião se seguir a nossa; se pudesse botava a minha, mas eu não posso. Então a gente quer dar indícios pra que ela possa pensar em casa, com a família, despertar nela uma capacidade de pensar no ambiente em que ela vive.¹⁸⁷

Para Michele, a concepção de “jornalismo comunitário” – identificada com a comunicação do *Fala Roça* – é associada à parcialidade. Embora perceba o assunto com cautela, fazer esse tipo de jornalismo remete a ser parcial, a “defender uma bandeira”; bandeira essa que, em seguida, explica ser falar “o que a mídia tradicional não fala”. Em seguida, ao externar a percepção de um “senso crítico baixo” por parte do público do jornal (e das pessoas em geral), Michele se refere à questão da opinião do público e do jornal. A meu ver, esta passagem remete a uma preocupação dessa comunicadora em estimular a formação de um senso crítico por meio do jornal, ou seja, ao dar “oportunidade de pensar com a sua própria cabeça e chegar na sua própria opinião se seguir a nossa”. Neste trecho, a voz do jornal aparece no plural como “a nossa [opinião]” e estaria imbuída de um senso crítico mais alto do que o do seu público. Mas, se inicialmente a questão da parcialidade foi afirmada com certa segurança, ao fazer referência ao tipo de jornalismo com o qual identifica a prática do jornal – “só de fazer jornalismo comunitário *a gente* já está sendo parcial” -, quando falou da sua própria opinião, não viu possibilidade de esta ser expressada no jornal – “se pudesse botava a minha [opinião], mas eu não posso”. Ou seja, a opinião que entra no jornal é a “nossa”. Ao que me parece, esse trecho da entrevista de Michele enfatiza o desejo de despertar um senso crítico no público a partir do que chama de “jornalismo comunitário”. Mas como esse jornalismo é feito, ou a forma que

187 Trecho de entrevista com Michele sobre matérias de capa do *Fala Roça* impresso, realizada em 08/08/2015. Comentários sobre a manchete da segunda edição “Sem escolha”, cujo subtítulo é “Prefeitura do Rio modifica trajeto de vans na Rocinha e Vidigal e ocasiona transtornos no cotidiano de usuários e trabalhadores”.

assume, é algo que está sendo construído a partir de concepções variadas e *em processo*. Vejamos a concepção de Michel.

Michel, repórter e diretor de produção do jornal *Fala Roça*:

Aí entrei no **jornalismo comunitário**. Na época, eu nem sabia o que era **jornalismo comunitário**. Isso era uma coisa que eu fazia porque gostava. Aí, depois fui entendendo, fui lendo mais o que era jornalismo. Aí, tá, **jornalismo comunitário**, interessante. Eu já tinha escutado falar do Renê [Silva] também, lá do Complexo do Alemão [grifos meus].

Nessa fala, Michel expressa uma percepção de “jornalismo comunitário” como uma sabedoria que, apesar de não se dar conta, já fazia no seu entorno próximo (portanto, dominava). Ele foi adquirindo mais conhecimentos sobre essa atividade a partir de leituras e de práticas de outros comunicadores de favelas, que conhecia, como Rene Silva, jovem criador da mídia *Voz da Comunidade*, no conjunto de favelas do Alemão, em 2005. Esta fala de Michel também leva a pensar nessa forma de fazer jornalismo como uma construção processual, conectada a um duplo movimento: de identificação com o local de origem – de qual Michel fala porque conhece e gosta, sem precisar frequentar um curso formal para isso; e, ainda, no sentido da incorporação de conhecimentos, tanto a partir do contato com práticas semelhantes em outras favelas, quanto de leituras que remetem à prática do jornalismo profissional.

A expressão comunicação “de favela” foi mencionada por Michel durante a última rodada de conversas a respeito de sua história de vida (em abril de 2019). A intenção foi explicar o tipo de comunicação que entendia ser feita no contexto do *Fala Roça*. Para tanto, recorreu a uma diferenciação relativa à ideia de comunicação comunitária, quando apropriada por textos acadêmicos. Em sua visão, esses textos traziam definições teóricas um tanto descoladas da realidade dos meios de comunicação produzidos em favelas. A expressão comunicação “de favela” remetia, em sua visão, a iniciativas de comunicação feitas por moradores “no cotidiano” das favelas. Observo que o termo comunicação comunitária é também adotado em textos de apresentação do *Fala Roça*, de acordo com seus próprios entendimentos. Entendo que exista uma reivindicação epistemológica em torno do significado dessa expressão, lembrando que os jornalistas do *Fala Roça* alcançaram o ensino superior, portanto, já podem se localizar também no campo da produção acadêmica de conhecimento.

6.1.2 Encontro do *Rocinha Sem Fronteiras* discute comunicação comunitária

Uma vez por mês (aos sábados), José Martins de Oliveira abre a reunião do grupo Rocinha Sem Fronteiras quase sempre com as mesmas palavras: “Boa noite, queria agradecer a presença de vocês. O Rocinha Sem Fronteiras existe há dez anos e o nosso objetivo é ampliar o conhecimento de direitos e deveres dos participantes desse grupo”. Esta foi a apresentação feita no dia 11 de março de 2017, cujo tema em discussão era o Dia da mulher. Criado em 2006, o RSF é coordenado por um conjunto de moradores, a maior parte deles pertencente a gerações mais antigas, considerados e respeitados como lideranças locais. Dentre estes, estão: José Martins, Roberto Lucena, Maria Helena Carneiro, Antônio Carlos Firmino, Cleonice Lopes e Simone Rodrigues (Simone se situa em faixa etária mais jovem do que os demais). O local, o horário e a dinâmica da reunião são fixos: a Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, antiga igreja católica da Rocinha situada na Fundação, localidade na parte média da favela, sempre às 17hs; quanto à dinâmica, Martins (como é conhecido) também explica no início de cada encontro:

“A gente chama sempre alguém pra falar sobre o nosso tema e essa pessoa fala trinta minutos; depois abrimos pra inscrição de perguntas e ela responde, em tempo limitado, porque a gente tem até às 19hs pra ficar aqui. Começa às 17h em ponto e temos 2 horas. Antes disso, a gente faz uma apresentação rápida, pra nossa convidada saber quem é cada um de nós”.

Quanto aos temas de cada reunião, a escolha é feita, por votação, no fim de cada encontro. Martins, que costuma desempenhar o papel de mediador dos encontros do RSF, e Roberto Lucena concederam entrevistas para esta pesquisa, narrando o surgimento do grupo e seu funcionamento, cada qual com o seu ponto de vista. Nas palavras de Roberto: “Nós fundamos o Rocinha Sem Fronteiras. O nome já indica, um pouco, o nosso interesse. É uma pluralidade, um grupo suprapartidário, em que cabe todo mundo - gente do PDT, PT, sem filiação partidária -, mas de uma concepção progressista”. Sobre os objetivos e o funcionamento do grupo, ele complementa:

“[O RSF] tem demonstrado, senão forças, mas, pelo menos, organização pro enfrentamento, que é isso que você está chamando de ação: a organização dos trabalhadores e trabalhadoras. E a nossa principal bandeira é a favor do saneamento básico, mas a gente discute educação, na localidade, discutimos saúde, o papel da região administrativa e de todas as suas demandas, discutimos o fluxo do transporte, a precariedade do transporte e, sobretudo, o papel da segurança. Depois que entrou a UPP na Rocinha, tivemos muitos problemas, como mortes, assassinatos, torturas e opressão de uma maneira mais ampla”.

Martins define esse espaço de participação como um “movimento”: “É um movimento, né? É um grupo de moradores que faz um movimento”. Em sua entrevista, mencionou pessoas que iniciaram a condução do grupo e ainda permanecem: além dele próprio, Simone Rodrigues, Antônio Firmino, Maria Helena Carneiro, Roberto Lucena, Marco Dourado, Cleonice Lopes, dentre outros. Sobre como o movimento começou, ele conta:

“O Rocinha Sem Fronteiras começou porque dois jovens, inclusive um deles era meu filho, apareceu no grupo que a gente participava, o grupo político, dizendo que eles não queriam mais participar do grupo. Eles queriam participar de um grupo que não fosse partidário; que fosse político sim, mas que tratasse das questões internas da comunidade e gostariam que a gente ajudasse a eles. Nós, então, combinamos e ficamos fazendo reuniões do nosso grupo partidário e do grupo deles - uma no terceiro sábado e outra no primeiro sábado. Com o tempo, as pessoas foram saindo do partido, era o PT (Partido dos Trabalhadores) e acabou que eram as mesmas pessoas que estavam num grupo e no outro. Então pra quê ficar dois grupos, entendeu? Optamos por ficar no Rocinha Sem Fronteiras. E os jovens acabaram mudando de ideia, porque era questão de momento deles, né? (...) Depois de um ano de existência, foi que surgiu a ideia de pensar num nome e demos o nome de Rocinha Sem Fronteiras. Aí os jovens saíram, a gente ficou e acabou assumindo a coordenação”.

Outras características também estão presentes desde as origens do RSF – que pode ser entendido como uma forma de ação coletiva na Rocinha - ou foram sendo agregadas. Dentre elas: a proximidade com a igreja católica (os encontros acontecem em um dos seus principais espaços na favela); o fato de ser aberto à participação de pessoas de fora da Rocinha e de sua atuação não se limitar apenas às reuniões. Quanto ao pertencimento religioso, Martins lembra que os jovens participantes da fase inicial eram de um grupo ligado à igreja católica. “Então a ideia deles era criar um movimento em que os jovens da igreja participassem, só que, da igreja, vieram poucos”. Essa baixa adesão, para ele, ocorreu por conta das rotinas de vida dos jovens, sem muito tempo livre: “Eles se casaram, se formaram...”. Atualmente, há de fato predominância geracional de moradores mais antigos (embora, empiricamente, eu tenha notado que a participação não se limitava a faixas etárias mais elevadas; ao contrário, jovens “engajados” em ações de melhorias na favela estavam presentes, embora, em menor número. Quanto à atuação para além dos encontros mensais, o RSF encaminhou, por exemplo, denúncias relativas a obras do PAC na favela não condizentes com os planejamentos e melhorias para a população local. Tais denúncias geraram uma ação judicial contra a construção do Teleférico, em 2013.

Transporte, saúde, lixo, educação, criança, o papel da Região Administrativa, segurança pública e falência das finanças do Estado do Rio de Janeiro foram alguns dos diversos temas

debatidos nas reuniões. Em junho de 2016, um dos encontros discutiu¹⁸⁸ o tema “O papel das mídias comunitárias”. Na ocasião, estiveram presentes representantes das mídias *Fala Roça*, *TV Tagarela*, *Favela Da Rocinha.com* e *Rocinha News*. O público presente, de cerca de trinta pessoas, fez perguntas e explicitou suas expectativas em torno dos veículos. Seguem registros da ata da reunião sobre a apresentação inicial de Michel Silva, do *Fala Roça*:

Michel, graduando em jornalismo e coordenador do jornal *Fala Roça*, disse que o referido jornal tem versão impressa com cinco mil exemplares mensais, bem como versão virtual. O jornal foi criado por jovens moradores da Rocinha em 2012 e conta com o apoio da ONG Agência de Redes para Juventude, que fortalece iniciativas/projetos de jovens moradores de favelas. Ademais, esclareceu que o jornal é independente, formado por uma equipe de voluntários, tendo sido mantido financeiramente por editais públicos. “O jornal *Fala Roça* está aberto para receber novos colaboradores. Pois a ideia é criar conteúdos para moradores feitos por moradores”, finalizou.

Leandro Lima, jornalista e fundador do site *FavelaDaRocinha.com*, disse, conforme prossegue a ata, que o veículo começou quando “um pequeno grupo produziu alguns documentários em 2008 e logo depois surgiu a ideia do site”; em suas palavras “O objetivo do veículo é a comunicação comunitária”. Cleber de Araújo Nascimento, um dos coordenadores da *TV Tagarela*, mencionou que “a *TV Tagarela* produz vídeos para o Canal Saúde (da Fundação Oswaldo Cruz) sobre atores sociais da favela que desenvolvem projetos comunitários, bem como, realiza intervenções nas ruas e praças com exibições de vídeos em telões, os quais mostram as lutas diárias dos moradores de favelas”.

Diferenças em relação à abordagem de conteúdos pelas mídias locais surgiram ao longo da reunião. Um morador perguntou se “os jornais comunitários têm receio em divulgar problemas, tais como: preços das passagens de mototáxis, taxas cobradas dos feirantes etc”. Leandro disse que “não se envolve em questões polêmicas da comunidade e não tem interesse em aprofundar questões políticas e de segurança pública para divulgar no site de notícias”. Complementou dizendo que não falar de certos assuntos, como segurança pública, deve-se ao fato de já ter sido intimidado pela polícia. Cleber respondeu abordando o tema das violências de forma mais genérica. “O grupo da *TV Tagarela* é um movimento político e cultural. A TV faz parcerias com grupos culturais como, por exemplo, Ideias e Rimas da Rocinha. Para Cleber, quando se fala em saneamento básico também se fala em saúde. A falta de saneamento deve ser entendida como uma forma de violência”. Michel pontuou a questão da criminalização das favelas pelas mídias de maior influência:

188 Informações colhidas na ata desta reunião do grupo *Rocinha Sem Fronteiras*, disponível em seu *blog* <http://rocinhasemfronteiras.blogspot.com.br/>. Acessado em 23/03/2017.

“Uma coisa é um jornal de fora falar alguma coisa negativa da Rocinha; outra coisa é alguém daqui falar: ‘O Nem fugiu num carro, não sei o que lá’. Aí já é ruim pra gente, porque moramos aqui, né?. A grande mídia fala desses assuntos de guerra, morte e tal, mas não podemos reforçar a criminalização da favela. Então a gente não contribui com essa lógica de raciocínio”.

Moradores presentes também falaram sobre suas concepções acerca da comunicação comunitária (tratada também como “mídia comunitária”, meios “comunitários”, “ser comunitário”, “comunicação alternativa” etc). Segundo Cleber, “É preciso desconstruir a grande mídia. Ser comunitário é ser representativo. É ser movimento coletivo e não autorreferência”; Michel disse que essa comunicação “tem o desafio de romper barreiras”. Leandro disse que “a comunicação comunitária é alternativa”.

Segue o registro de outras opiniões sobre mídias em geral e o papel de veículos de comunicação comunitária mencionadas por participantes da reunião, conforme a ata do RSF: R: “É importante criticar a grande mídia, denunciar o golpe” (em referência ao *Impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016). H: é importante “mostrar as coisas positivas da favela”; X: “o povo precisa saber o que está acontecendo, que estamos perdendo direitos sociais e humanos”; M: “a mídia comunitária precisa insistir nos conteúdos políticos”, dando o exemplo da dificuldade da mobilização do grupo *Rocinha Sem Fronteiras*, mas que a perseverança já levou o grupo a 10 anos de existência”. S: “chamou atenção para a mídia comunitária não reproduzir a grande mídia, que mercantiliza informação de acordo com interesses e lógica de oferta e demanda. Disse que uma mídia local que não denuncia a crise política, os problemas graves de segurança pública, de transporte etc não pode ser considerados mídia de comunicação comunitária. Não se pode cair na armadilha do pensamento que subestima o morador da favela como se não entendesse as questões políticas ou não tivesse interesse. É importante lembrar que o interesse, o querer é uma construção cultural. Nesse sentido, a mídia comunitária precisa produzir matéria política até porque toda ação humana é política”.

6.2 Distribuição: o jornal na mão do morador e a mediação intergeracional

A distribuição é parte integrante da gramática relativa à feitura de um jornal impresso. As dinâmicas de entrega dos diferentes jornais em favelas adquirem características próprias, de acordo com as especificidades de cada periódico e do contexto – incluindo os encarregados desta tarefa, os seus “jeitos” de entregar, a interação com o público, as localidades da favela por onde circulam, dentre outros aspectos. Sendo assim, torna-se um momento simbólico onde se

condensam singularidades e, em si, podem ser reveladores de certas performances que integram e produzem significados relativos aos processos de comunicação elaborados/inventados.

Acompanhei a distribuição do jornal *Fala Roça* desde o seu terceiro número (de fevereiro de 2014) até a oitava edição, lançada em agosto de 2016, além da preparação da nona, em maio de 2017. Ao longo desse período, aos poucos, fui tomando contato com elementos significativos que perpassavam tais momentos e suscitavam a possibilidade de um encontro, em alguma medida, com as principais fases de feitura de qualquer jornal – ou seja, a produção, a própria distribuição e a recepção¹⁸⁹. Acredito contribuir para a possibilidade de encontro dessas dimensões, no caso do *Fala Roça*, o fato de tratar de um processo de produção em menor escala. Em poucas palavras, explico como as outras dimensões (produção e recepção) desse processo comunicativo se fizeram presentes nos momentos de distribuição do impresso pela Rocinha: a etapa da produção está representada na própria figura dos comunicadores, pois participam da entrega dos exemplares, tornando este um dos elementos que singulariza a gramática do jornal¹⁹⁰; já os “jeitos” de entregar nos falam sobre a sociabilidade dos comunicadores com/em seu ambiente de moradia e, portanto, com o seu público em potencial, ou seja, os receptores do conteúdo da mídia.

Em meio a essa dinâmica, outras características da gramática do jornal também se configuravam: observei, por exemplo, questões relativas à sociabilidade e à mediação relativas ao ambiente da Rocinha. Quanto à sociabilidade, a entrega do jornal proporcionou a possibilidade de os jovens conhecerem lugares que nunca tinham ido ou pouco frequentavam na favela. A partir desse movimento, novos laços sociais foram criados, mas também surgiu a sensação de ser “de fora” de alguns lugares dentro da própria Rocinha. Quanto à mediação, uma característica própria à mídia foi o fato de interagirem especialmente com moradores mais idosos, que apreciavam a leitura do meio impresso. Portanto, o jornal desempenhou um papel importante de mediação intergeracional – dimensão já percebida pelos jovens jornalistas antes da realização desta pesquisa. As fotografias ajudaram a reforçar essa percepção, uma vez que muitas pessoas idosas estavam presentes nas imagens lendo o jornal que recebiam dos entregadores.

Ao longo do percurso das caminhadas pela favela, formaram-se, ainda, concepções dos comunicadores sobre maneiras mais ou menos adequadas de entregar um exemplar. Entregar o

189 Conforme Marco Morel “Em termos esquemáticos, qualquer veículo de comunicação, ao existir, passa por três fases: produção, distribuição e recepção” (Morel, 1986:127).

190 Ao longo do tempo, outras pessoas têm sido incorporadas a esta tarefa para auxiliar no escoamento das edições. Estas eram inicialmente voluntárias e, mais recentemente, uma pequena ajuda de custo passou a ser oferecida, atrelada à conquista de novos recursos (variáveis e inconstantes) pelo jornal.

jornal nas mãos do morador, forma vista como mais adequada para a maioria dos integrantes, cumpre diferentes funções e simbologias (sob seus pontos de vista); entre as primeiras, estão as de garantir maiores possibilidades de leitura e de obter sugestões de pauta para o jornal; entre as últimas, está a de configurar um elemento de identificação do jornal, estabelecido pela distinção que os comunicadores buscam criar frente a uma outra mídia impressa muito presente na Rocinha, apesar de não ser uma produção local, que é o caso do jornal *Folha Universal*¹⁹¹. Para os jovens do *Fala Roça*, esse jornal da Igreja Universal do Reino de Deus é considerado seu maior concorrente. Por ser colocado nas frestas de portas e janelas das casas e, via de regra, não ser entregue de “mão em mão” aos moradores, buscar outros modos de entrega se tornou também uma importante estratégia de distinção em relação a esse veículo. Vestir short curto (no caso das meninas), no dia da entrega, faz parte dessas formas de diferenciação para não serem confundidas com os adeptos da igreja.

Por esses motivos, e por ser uma atividade que acompanhei desde o início da pesquisa de campo, tendo desenvolvido junto a ela registros escritos e visuais (usados conforme metodologia explicitada adiante), incluo abaixo o relato de campo da primeira e da última distribuição que acompanhei do jornal *Fala Roça*.

6.2.1 Diários de campo: primeiro e último acompanhamento da distribuição

Distribuição do Jornal *Fala Roça*, 28/03/2014

Diário de campo

Encontrei com Michel na Biblioteca Parque da Rocinha/C4 (na parte central da Estrada da Gávea) para dali acompanhá-lo na distribuição do jornal. Logo que encontramos, Michel mostrou um crachá que ele tinha feito para se identificar. Naquela superfície de plástico rígida, estavam os elementos da sua identificação: foto 3x4 e nome completo, seguidos pelos dizeres “Viva Rocinha / Fala Roça”, “Correspondente comunitário” e “Reportagem” (em destaque). Na diagramação, o texto flutuava sobre uma fotografia de casas da favela. Ainda sem um cordão para pendurar, o crachá foi levado no bolso, mas já era a garantia da identificação desejada, quando necessário. Junto com Michel estava outro jovem, Pedro (seu “irmão de criação”), que veio ajudá-lo na tarefa da distribuição. Na camisa de Michel, havia outra forma de vinculá-lo à mídia: a logomarca do *Fala Roça* (com um megafone no lugar do ‘O’), estampada na frente; Cada um trazia um bolo de jornais nas mãos e Michel também carregava mais exemplares em uma mochila pesada. Ao todo, traziam cerca de 500 jornais, a última leva que restava da edição mais recente (a terceira, de fevereiro de 2014), que trazia na capa a manchete “Cadê o Amarildo?”, em letras brancas garrafais sobre fundo preto, onde o ponto de interrogação ocupava metade da página.

191 Foi possível observar que esse jornal possui presença significativa nos lares da Rocinha, mesmo nos locais de mais difícil acesso. Informações como a periodicidade a tiragem deste jornal que circula na Rocinha poderão ser coletadas posteriormente.

Iniciamos o percurso às 13h30 e terminamos às 16h30 (com saída e chegada no mesmo lugar), percorrendo ruas, vielas e becos na parte alta da favela. A distribuição começou pela Rua 1 e, para subir até lá, fomos de moto táxi, o que significou um gasto de R\$ 2,50, na época, para cada um. “Turistas”, ou pessoas de fora da favela, costumam ter que pagar mais caro pela corrida, segundo Michel; então ele sugeriu que eu dissesse que era moradora, para pagar o valor dos locais. Pegamos as motos em frente à biblioteca. Michel ‘me despachou’ na primeira e instruiu o condutor sobre onde deveria me deixar. Subi na moto; no trajeto de curvas fechadas e íngremes da Estrada, fui pensando que seria difícil sustentar a versão de ser moradora local, já desistindo dessa ideia. Quando chegamos, perguntei se ali era a Rua 1 (denunciando minha condição de ‘estrangeira’) e quanto devia; com simpatia, o moto taxista confirmou e me cobrou só R\$ 2,50. Em seguida, Michel e Pedro chegaram; partimos para dentro da viela onde começa a Rua 1, mas não sem, antes, Michel me fazer algumas recomendações: caso visse alguém armado, não sair correndo; se me perguntassem o que eu estava fazendo ali, devia dizer que era uma pesquisa de história; por último, pediu para não fotografar naquele trecho inicial. Tranquilizei-o dizendo que não era a primeira vez que caminhava pela Rocinha.

De acordo com Michel, a dinâmica da distribuição segue a lógica de subir até o ponto mais alto que desejam ir e, de lá, começar a entrega, de cima pra baixo. No caminho, ele foi contando que em geral vai sozinho, mas naquele dia pode contar com a ajuda de Pedro. Subimos a pé até um ponto junto da grande e íngreme encosta de pedra do Morro Dois Irmãos. Olhando para cima, próximo ao cume do morro, víamos de perto as estacas enormes de concreto construídas sob grandes fendas abertas na rocha, por ocasião das fortes chuvas que desabaram sobre o Rio de Janeiro na década de 1960. Na época, algumas pedras rolaram daquela encosta, carregando as casas que estavam pelo caminho. A tragédia ainda pode ser imaginada diante das enormes pedras que permanecem no local, hoje circundadas por muito mato, além de diversas casas que se instalaram a sua volta. A região – chamada de “Terreirão da Rua 1” – é uma das localidades mais pobres da favela (assim apresentada pelos jovens), onde também há casas muito antigas, ainda de telha e tijolo (embora sejam exceção). Quem mora por aqueles lados só desce quando realmente precisa, como nos contou a dona de uma birosca onde paramos para comprar água - cerca de duas vezes por semana, ela costuma enfrentar as ladeiras e escadas para ir ao mercado. Para chegar até ali, também passamos (na ida e na volta) por um grupo de vendedores de drogas reunidos no canto de uma pequena praça. O ambiente estava calmo, alguns se refugiavam do sol quente sob uma sombra na lateral da praça e, do outro lado, um jovem limpava peças desmontadas de uma arma de grande porte. Depois de nos afastarmos do local, Michel disse que preferiu passar rápido e não entregar jornais ao grupo, pois “estavam meio tensos”. Mas lembrou já ter entregue jornal para o pessoal “do movimento”.

Os primeiros jornais foram entregues, em mãos, a alguns moradores nessa parte alta da favela, em geral, quando a pessoa estava na porta de casa ou no seu quintal; a maior parte dos exemplares era colocada nas frestas de portas e janelas ou jogada por cima dos portões. Ao verem fotografias dessa forma de entregar, Michele e Beatriz ficaram bravas: este “não era o jeito certo de entregar” (botando o impresso em portas e janelas). O correto era entregar na mão do morador. Outras recomendações foram sendo acrescentadas com o aperfeiçoamento da prática. Mas o ritmo da entrega de Michel era acelerado. Na sua agenda atarefada, havia hora pra começar e terminar a tarefa, o que significava ter pressa. Éramos os únicos a circular por aquelas vias estreitas naquela tarde de sol quente. A primeira pessoa a receber um exemplar foi uma senhora idosa, que, do quintal da casa onde estava junto com algumas crianças, espichou um olhar curioso para a dupla de entregadores que se aproximava. Michel lhe entregou um dizendo “É um jornal da Rocinha” e continuou o seu trajeto. Ela sorriu, pegou o jornal, deu uma olhada, agradeceu. Mais uns tantos foram sendo colocados pelos jovens por baixo das portas das casas no caminho, quando, após sermos anunciados pelos latidos insistentes de um cachorro, outra senhora apareceu no portão de casa e também pegou o seu exemplar, dizendo que “ia ler depois”. Observei que ela parou, olhou a capa, depois entrou. Solícito e risonho, Michel seguia contando que os maiores perigos que enfrentava na entrega dos jornais eram os cachorros das casas, que, ao perceberem a sua presença colocando o jornal

por cima do portão, vinham em disparada para atacar. Marcas de mordidas nas mãos do jovem não deixavam dúvidas.

No início do longo caminho de descida, o jornal foi entregue a um senhor, sentado na calçada em frente a um pequeno comércio. Havia poucas pessoas circulando pela rua, talvez por conta do sol e por ainda ser hora de almoço. Ao pegar o jornal, ele imediatamente começou a ler, atraído pela manchete. Em seguida, duas meninas que estavam pelo caminho também receberam. Uma delas pegou primeiro, olhou a capa, pediu outro exemplar para a outra que estava ao seu lado. Esta ficou olhando, calada, então perguntei se sabia ler; ela respondeu que sim. Seguimos em frente e, quando retornamos, a mesma menina perguntou se o nome que estava escrito na capa era Amarildo, evidenciando que não sabia ler. Respondi que sim (Michel e Pedro caminhavam um pouco mais à frente, acelerados) e fui surpreendida pelo comentário da outra: “ela é sobrinha do Amarildo”. Não sei se os jovens ouviram esse comentário, parei e fiquei na expectativa de ver a reação deles por estarem diante de uma familiar de Amarildo, o personagem principal daquela edição do jornal. Eles continuaram caminhando, afastando-se aos poucos. Apesar da vontade de ficar ali e tentar ouvir o que a menina teria a dizer sobre o jornal, fiquei com receio, já que não avistava mais os jovens e estávamos atrás da praça onde tínhamos visto o grupo do tráfico.

Segui os jovens, que foram se afastando da localidade com certa pressa. Continuamos a descer, entrando em cada viela e beco para deixar os jornais. Àquela altura, havia tirado umas poucas fotos na parte mais alta da favela, com consentimento de Michel, já que ele havia sinalizado que não fotografasse por ali. Quando chegamos a uma localidade mais abaixo, ele me disse que podia fotografar, pois era “rota turística”. Estávamos em uma viela um pouco mais larga, onde havia mercadorias à venda expostas dos dois lados (objetos de decoração, artigos femininos, bichos de pelúcia, pufs coloridos entre outros). Moças sentadas por ali receberam o jornal; uma era vendedora e, outra, dona de um salão de beleza mais adiante. Ambas demonstraram interesse no jornal, mas a vendedora disse que ia guardar pra ler mais tarde, acrescentando que estava ocupada. Michel disse a elas que se tratava de um jornal voltado somente para assuntos da Rocinha e continuou a entregar. Fiquei por perto e conversamos em pouco. Perguntei à dona do salão se conhecia o jornal. Ela respondeu que não, acrescentando que também não conhecia outros meios locais de comunicação e elogiou a iniciativa, pois era uma forma de os moradores dizerem o que pensavam ser importante. Ao ser indagada (por mim) sobre o que gostaria de dizer no jornal, mencionou situações relacionadas ao problema do lixo perto da sua casa: ela e outros moradores “se juntam” para pagar a uma pessoa para varrer a rua onde moram (cada uma contribui com R\$ 10 por mês); além disso, reclamou que faltam lixeiras na rua. Em seguida, perguntou quais eram os canais para “falar com o jornal”. Michel tinha retornado e mostrou os contatos de comunicação na última página do jornal – havia apenas endereços de e-mail, nessa edição. Ela pareceu satisfeita com a resposta. Mais adiante, Michel comentou que não parava para falar com cada morador que recebia o jornal, porque acabava atrasando a distribuição.

Continuamos a descer, passando pela Rua 2, perto do local onde o pedreiro Amarildo foi visto pela última vez. Há duas unidades de apoio da UPP só na Rua 2, onde Michel disse ser um lugar tenso. Por sugestão dele, fomos até as imediações da casa da família de Amarildo, para entregar o jornal, mas a viúva não estava e disseram para voltar depois. Há dois textos nessa edição sobre o caso Amarildo, um da Agência Pública e o outro é uma carta de uma sobrinha do pedreiro, Michelle Lacerda, conhecida de algumas pessoas do jornal. Na mesma rua, encontramos com um moto taxista (na época, participante da equipe do Fala Roça). Ele e Michel conversaram sobre o financiamento do jornal, já que, da verba inicial conquistada para custear as três primeiras edições, restava pouco. Com os recursos chegando ao fim, alguns dos jovens esperavam conseguir sustentabilidade por meio de anunciantes. Ainda não há parcerias fechadas nesse sentido, mas Michel disse estar confiante, já que conhece “muita gente”. Já o moto taxista foi mais cético, enfatizando as dificuldades de fechar com comerciantes locais, muitos deles concorrentes entre si. Todos os exemplares levados pelos jovens foram entregues antes de chegarmos de volta à biblioteca e chegou ao fim a distribuição da terceira edição do *Fala Roça*.

Distribuição do Jornal *Fala Roça*, 04/09/2016

Diário de campo

Ao olhar as fotografias daquele dia (04 de setembro de 2016), lembro de me sentir de certa forma incorporada àqueles que, para mim, haviam se tornado passeios pela Rocinha – para além dos interesses de pesquisa. Aliás, foi por aí que ela começou, pelo acompanhamento da entrega desse jornal, com o gentil consentimento dos seus comunicadores a quem, dessa forma, fui conhecendo melhor: Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva, os principais produtores de conteúdo do *Fala Roça*¹⁹². A razão de ser desse breve relato sobre uma das ocasiões de distribuição do jornal se deve ao fato de essa ter sido a última edição produzida antes da interrupção, não programada, do formato impresso desta mídia. Após o seu segundo número em papel, ela também já ganhava versões digitais no mundo *on-line* (*website* e páginas nas redes sociais), mas o impresso teve o sentido particular de ter sido o principal agregador (pelo menos inicialmente) dos esforços daqueles jovens em torno da construção de uma mídia¹⁹³. Essa e outras ocasiões de distribuição serão descritas mais detalhadamente na tese; por ora, mencionarei aqui apenas um último aspecto que veio a acrescentar novos sentidos ao momento narrado acima, pouco mais de um ano depois.

Ainda naquele dia, o grupo dos catorze se separou em dois, dentro da lógica da equipe para cobrir o máximo possível de localidades na favela, dividindo-a em dois lados, esquerdo e direito. Fui com o pessoal pelo lado esquerdo (no referencial de cima pra baixo do morro), percorrendo desde um ponto mais alto, no início da Rua 1, até a descida para o Valão (na parte baixa). Tanto este quanto o outro percurso transcorreram bem, cumprindo a entrega do montante de exemplares prevista. Fotografei ao longo do trajeto e, em certas partes, como as proximidades da UPP da Rua 2, guardei a câmera, pois já sabia que ali não podia fotografar¹⁹⁴. No fim do nosso trajeto, retirei a câmera da bolsa para fotografar uma cena pontual¹⁹⁵: o jornal sendo entregue a dois senhores de idade que consertavam antigos eletrodomésticos em uma banquinha na rua. Eu não os conhecia, porém, os senhores ali sentados, especialmente o de barba branca, pareceram-me ‘reliquias’ locais, uma espécie de viagem visual no tempo junto com as peças obsoletas dos aparelhos tão bem organizadas, ao seu lado, em prateleiras improvisadas. Fotografei.

No dia 21 de março de 2018, Antônio Ferreira da Silva, o Marechal, de 70 anos, foi morto em meio a um tiroteio naquele mesmo lugar, onde também foi atingido um policial da UPP local, em circunstâncias ainda não esclarecidas. Era o senhor de barba branca que fotografei, bastante conhecido de moradores da parte baixa da Rocinha por trabalhar naquele mesmo ponto da favela há cerca de 50 anos. O Estado do Rio de Janeiro estava no segundo mês de Intervenção Federal na área da Segurança Pública, que trouxe graves consequências em termos de violações de direitos e da

192 A equipe do *Fala Roça* passou por mudanças, desde a sua criação (em 2012). Uma das principais razões foi a necessidade de conciliar o trabalho voluntário no jornal com outras atividades remuneradas. O veículo chegou a ter apenas um integrante, mas, a partir de 2014, Beatriz (nascida em 1994), Michele (nascida em 1989) e Michel (nascido em 1993) se fixaram nas principais funções ligadas à elaboração de conteúdo dessa mídia. Michel e Michele são irmãos. Além deles, outros integrantes assessoravam em tarefas de produção.

193 Este será um ponto a ser desdobrado e melhor pensado ao longo da escrita da tese.

194 Irei abordar em maior profundidade, no texto da tese, como se desenvolveram os modos de fotografar, assim como as interdições ao registro de imagens durante a distribuição do jornal.

195 Desde o início do acompanhamento da atividade de distribuição, eu e os jovens do jornal estabelecemos um entendimento mútuo de que certos lugares na Rocinha não poderiam ser fotografados. Eles me avisariam quando eu deveria guardar a câmera. E assim fizemos, sem problemas, respeitando esses limites. Pela minha experiência de trabalho, lidando com fotografia e comunicação em outras favelas, eu sabia daquele ‘regime’ de interdição que regulava o ato de fotografar nesses lugares. Aqui é preciso lembrar duas coisas: 1) As interdições à atividade fotográfica em geral são frequentes, podendo inclusive ser pensadas como intrínsecas a ela. Esta é uma visão predominante, sobretudo tomando como parâmetro a percepção da comunicação como Direito Humano, segundo a qual respeitar os limites éticos dessas interdições é crucial. A respeito, ver o artigo 19º da Declaração dos Direitos Humanos (<https://nacoesunidas.org/artigo-19-direito-a-liberdade-de-opiniao-e-expressao/>). 2) Em situações de estudo, a orientação de onde é permitido ou não fotografar pode ser um dado de pesquisa, portanto, pretendo refletir sobre ele, no contexto específico desse estudo.

escalada da violência armada policial em regiões mais pobres (favelas e periferias). Na Rocinha, esses efeitos mais evidentes da Intervenção foram particularmente sentidos, pois a favela já passava por um período alongado de extrema tensão, iniciado em setembro de 2017. Naquele “11 de setembro”, como apelidaram alguns moradores, eclodiu um conflito armado de grandes proporções entre duas facções do chamado tráfico de drogas, em disputa pelo domínio do comércio local, varejista, de substâncias ilícitas. Ainda em setembro, a Rocinha foi ocupada pelas Forças Armadas durante oito dias; no total, contando com os onze meses da Intervenção Federal (de fevereiro a dezembro de 2018), a favela atravessou um ano e quatro meses em meio ao aumento exponencial de operações policiais, tiroteios constantes, violações de direitos e homicídios – foram mais de 50 mortes até julho de 2018 e 12 operações registradas somente até agosto de 2018¹⁹⁶.

Outros efeitos deste contexto foram sentidos no dia a dia da população local, dentre eles, a superexposição da Rocinha na mídia: grandes emissoras jornalísticas montaram o seu “cerco” na entrada da favela desde os primeiros dias desse período de conflitos. Equipes fixas de reportagem faziam transmissões diárias ao vivo sobre “a maior favela do Brasil”, agora “em guerra”, vizinha de bairros nobres da cidade. No dia a dia, moradores montavam suas redes de autoproteção através da comunicação via grupos de WhatsApp e conviviam com a sensação aumentada de terror que chegava, em grande medida, por aparelhos de TV instalados em todas as regiões da favela – praticamente em cada casa, comércio, restaurante, bar, birrosca, padaria, salão de beleza, barbearia, lanchonete e outros estabelecimentos.

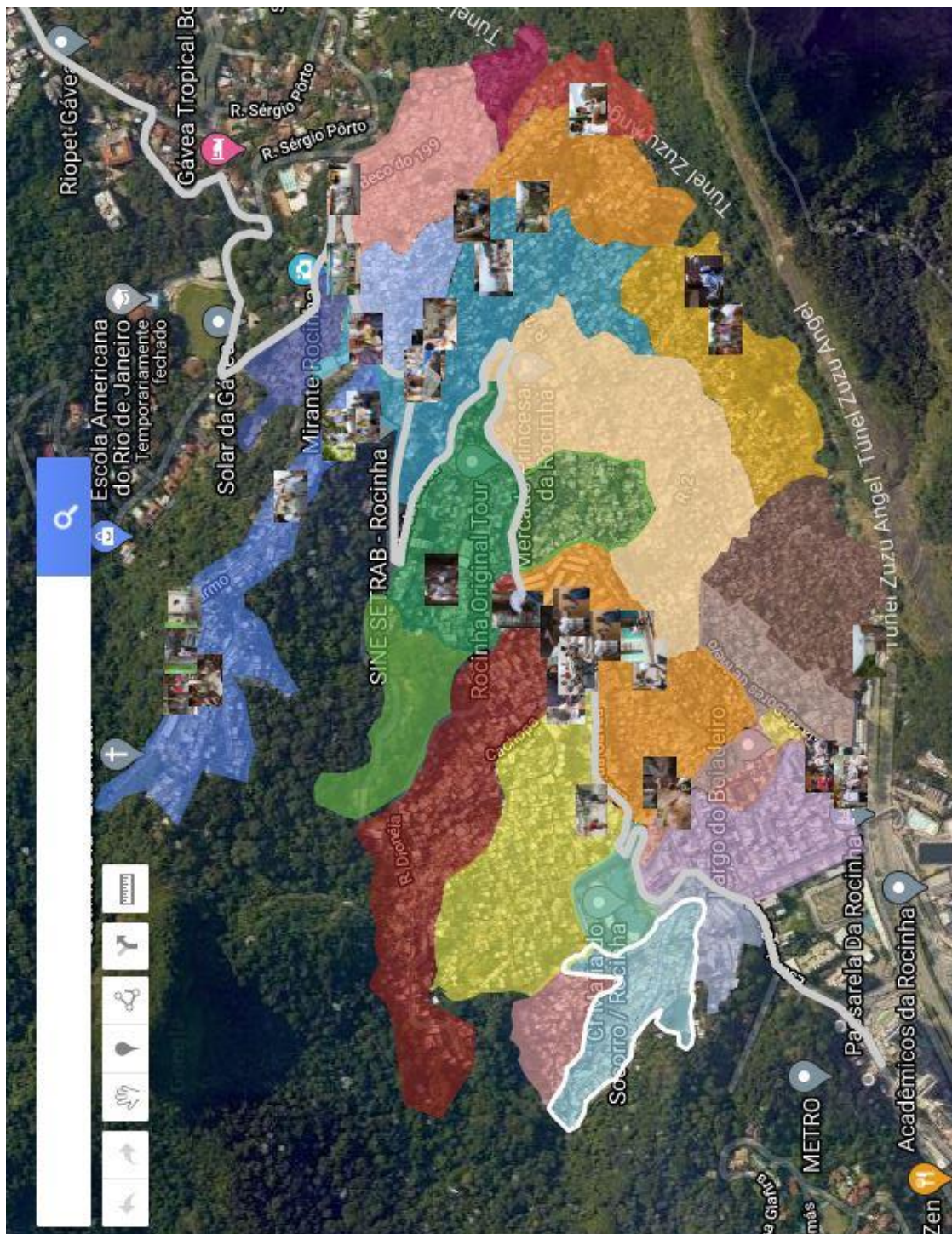
6.3 Mapa da Rocinha: esboço de uma cartografia social a partir de trajetos do *Fala Roça*

Para complementar a metodologia de uso da fotografia nesta pesquisa, propus aos jovens do *Fala Roça* realizar uma dinâmica exploratória que situasse, no mapa da Rocinha, as imagens da distribuição do jornal feitas entre 2014 e 2016. A geógrafa Tatiana Sá se entusiasmou com a ideia e ministrou uma oficina de cartografia social para nós (eu e o grupo do jornal). Posteriormente, Michel cedeu para a pesquisa um mapa *online* da Rocinha que costumava utilizar. Apenas ele e Beatriz encontraram tempo na rotina ocupada para inserir, na plataforma *online*, as fotos que haviam selecionado na atividade da fotoentrevista. No corpo da tese, a inclusão de ilustrações deste mapa cumpre o papel de explicitar o cruzamento dos percursos da pesquisa de campo com os trajetos de distribuição do jornal. Trata-se do início de um diálogo -

196 Entre fevereiro e agosto de 2018, foram registradas 12 operações policiais na Rocinha, de acordo com dados do Observatório da Intervenção (<http://observatoriodaintervencao.com.br/dados/apresentacao-de-infograficos/> Acesso em 20/03/2019). Até julho de 2018, houve ao menos 50 mortes na favela, segundo o comunicador Edu Carvalho, morador da Rocinha (informações provenientes da matéria “Uma bula para tentar se proteger da violência”, publicada no site #Colabora em 16/07/2018 (<https://projeto-colabora.com.br/cidadania/bula-para-se-proteger-dos-tiroteios/> Acesso em: 20 mar. 2019). Esses números serão conferidos e atualizados no texto da tese.

a ser desdobrado futuramente - para construção de uma cartografia social/visual da favela, a partir de visões dos moradores e, mais especificamente, dos trajetos de circulação do *Fala Roça*.

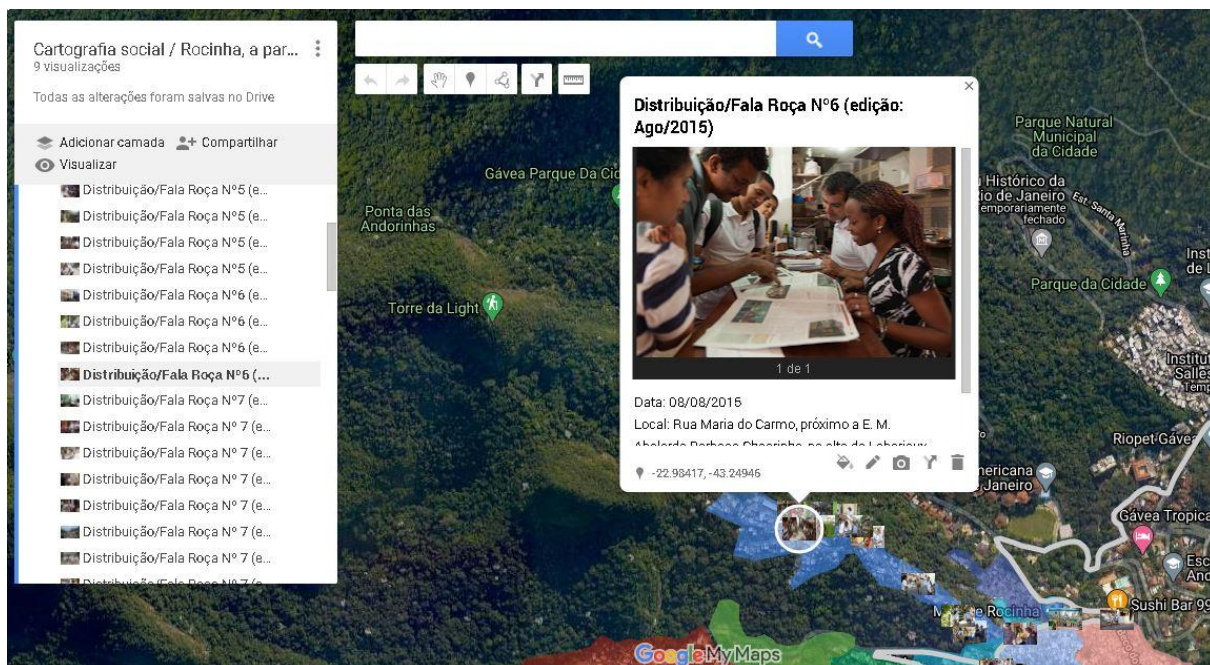
Figura 15 - Trajetos do jornal *Fala Roça* na região da Rocinha



Legenda: Mapa da Rocinha onde foram inseridas fotografias indicando trajetos de distribuição do *Fala Roça*, elaborado a partir da dinâmica de cartografia social feita com integrantes do jornal. As localidades internas da favela estão demarcadas com cores diferentes e foram delimitadas por Michel Silva.

Fonte: <https://www.google.com/maps>. Indisponível para consulta pública por estar em processo de construção.

Figura 16 - Trajetos do jornal *Fala Roça* na região da Rocinha (detalhe)



Legenda: Visão aproximada do primeiro mapa, mostrando informações que aparecem ao clicar em cada fotografia; no caso, trata-se de uma cena da entrega da 6ª edição do *Fala Roça*, de agosto de 2016. No painel, do lado esquerdo, informações sobre as edições entregues.

Fonte: <https://www.google.com/maps>. Indisponível para consulta pública por estar em processo de construção.

7 ARENAS DO DISCURSO: COMUNICANDO ENTRE TENSÕES, DISPUTAS DE PODER, SOBREVIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Fotografia 7 - Cena da distribuição do Jornal *Fala Roça*



“Quando a gente entregou, ela falou: ‘Jornal não! Só tem notícia ruim, tô cansada de notícia ruim’. A gente falou: ‘Pode pegar. Se achar uma notícia ruim, a senhora bota o cachorro pra fazer xixi no jornal’. Ela falou: ‘Só notícia boa? Então me dá dois!’.
(Michele, fotoentrevista, 01/02/2016)

“Se tem um cara lendo [o *Fala Roça*], é porque a gente entregou ali. Por isso é muito diferente a gente entregar na mão da pessoa. É ter mais contato próximo. [...] Tem tipo essas três pessoas: quem não quer conversar, quem tá ocupado ou quem quer conversar. O melhor é quem quer conversar. (Beatriz, fotoentrevista, 21/01/2016)

“Essa foto é na área da Fundação – tem esse nome porque é perto de onde funcionava a Fundação Leão XIII, que foi importante pra Rocinha; não funciona mais. Um dia, quero fazer matéria falando sobre os nomes das localidades da Rocinha, muita gente não sabe porque tem esses nomes. Tenho muitas ideias de matérias, todo dia tenho uma. (Michel, fotoentrevista, 13/01/2016)

Legenda: Distribuição do Jornal *Fala Roça* na Rocinha, 5ª edição. Michel entrega o jornal para moradora da favela. Data: 21/02/2015.

Fonte: a autora, 2015.

Neste capítulo, proponho-me a refletir sobre alguns pontos que percebi, sob a forma de tensões, ao pensar sobre um universo discursivo relacionado aos percursos do jornal *Fala Roça*. Alguns desses tensionamentos já foram mencionados ao longo do texto da tese, outros ganharam contornos mais explícitos neste capítulo. De início, é importante esclarecer o que estou considerando como tensão no âmbito dessas reflexões e, em seguida, situar a concepção de discurso que tomo como inspiração. Quanto às tensões, refiro-me a cenários que fizeram parte do percurso de atuação do jornal *Fala Roça*, percebidos durante o tempo de aproximação com as suas rotinas, compostos por relações sociais, contextos, conjunturas e outros elementos que possibilitaram notar conexões entre situações sociais, ou da vida cotidiana, e seus reflexos

sobre a prática discursiva do jornal. Exemplos são mudanças na linha editorial e silenciamentos frente a intimidações sofridas. Daí a metáfora do jornal como “janela” para pensar sobre a cidade do Rio e efeitos da sua dinâmica urbana manifestados no dia a dia da produção dessa mídia. Alguns desses cenários foram narrados pelos próprios comunicadores do jornal, outros foram fruto de percepções a partir da convivência e dos dados coletados durante este estudo; apesar de organizados aqui, em separado, boa parte deles se entrelaça.

O que chamo aqui de cenário faz parte da arena discursiva por onde o jornal se movimenta e, para abordá-la, levo em conta concepções sobre discurso propostas por Michel Foucault. Esses cenários tensionaram, de alguma forma, o “acontecimento” desse processo discursivo, remetendo à hipótese de Foucault, em *A ordem do discurso* (1996), segundo a qual a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e remível materialidade” (1996, p. 9). Tais referências teóricas ajudaram a pensá-los, conforme mencionado, como elementos presentes na trajetória desse jornal da Rocinha que possibilitaram fazer conexões com contextos sociais, locais e mais amplos, nos quais estive inserido, atentar para outros discursos presentes na sociedade com os quais dialogou e seus posicionamentos ideológicos, além de algumas “regras” socialmente criadas que condicionaram muitos desses dizeres, interligados com fazeres.

As tensões aqui enfocadas fazem parte dos seguintes cenários: 1) representações de estudos acadêmicos sobre comunicação comunitária, popular e alternativa e visões de comunicadores de favelas sobre suas próprias práticas; 2) a continuidade do papel de resistência das mídias de favelas frente aos estereótipos construídos ou reproduzidos por veículos da grande imprensa; 3) efeitos do contexto de militarização no processo de comunicação do *Fala Roça*, pré e pós a realização dos megaeventos na cidade, implicando em silenciamentos e dilemas na escolha entre notícias “boas” ou “ruins”; e 4) efeitos do universo das políticas públicas e projetos sociais voltados para jovens de favelas no processo de comunicação estudado, levando em conta suas interfaces com o discurso do empreendedorismo.

É preciso observar o fato de estas tensões terem incidido sobre a composição discursiva do *Fala Roça*, mas não se tratarem da totalidade de elementos que dela fizeram parte, obviamente. Algumas delas coincidem com situações enfrentadas por outros meios de comunicação de favelas em tempos recentes, como a censura (MARTINS, 2018; SOUZA, 2018) em contextos de militarização. Mas desejo enfatizar que os efeitos destas tensões ocorrem de formas diferenciadas, uma vez que as favelas são heterogêneas, assim como o são as mídias presentes nesses locais. No caso do *Fala Roça*, argumento que as tensões contribuíram para a

formação de um discurso que compreendo como híbrido, onde coexistem diferentes representações da Rocinha, sendo uma marcada pela ocorrência de problemas sociais que, como tais, impactam a favela de forma coletiva e, outra, marcada por histórias de moradores com predominância de aspectos positivos, apontando para a superação das dificuldades num plano individual. Essas representações ganharam relevo em local e tempo específicos, ou seja, no conjunto das oito edições publicadas do jornal, entre 2013 e 2016, em que foi possível notar diferenças entre assuntos abordados em suas capas e páginas internas. Vale lembrar que representações são fenômenos sociais, conforme enfatiza Jodelet, não se tratam de realidades mentais estáticas. A representação é uma “forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada” ou “sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais” (JODELET, 2001, p. 4). A seguir, detenho-me sobre algumas das situações de tensão mencionadas anteriormente.

Os cenários dessas tensões podem evidenciar, ainda, como vozes presentes na sociedade, incluindo as mídias de maior influência, continuam a insistir numa “história única” sobre favelas do Rio de Janeiro, conforme a expressão usada pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie¹⁹⁷ para se referir à formação de estereótipos. Sobre os perigos de se contar apenas uma história sobre pessoas, povos ou lugares, ela enfatizou: “Insistir somente em histórias negativas é superficializar minha experiência e negligenciar as muitas outras histórias que me formaram. A ‘única história cria estereótipos’. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história” (2009, p. 4). Conhecer melhor o universo discursivo do processo de comunicação do Fala Roça ajuda também a perceber como vozes de jovens jornalistas e comunicadores/as da Rocinha se levantam, em tempos atuais, usando suas próprias mídias, em oposição a histórias reducionistas contadas por outros, mas também afirmando suas próprias histórias.

7.1 Aportes teóricos e metodológicos para pensar tensões: Análise do Discurso e Michel Foucault

Uma forma de ação (verbal e/ou social), um conjunto de práticas, uma forma de poder. Essas são algumas ideias que vêm sendo propostas acerca do conceito de discurso (e práticas a ele associadas), buscando ir além das ferramentas de análise predominantes até a década de

197 ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma única história*. Tradução de Eri a Barbosa. Original disponível em: http://www.ted.com/tal/s/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html [s/d]. Tradução disponível em: <http://www.google.pt/url>, 2009.

1960, para pensar uma ampla gama de assuntos relacionados aos usos dinâmicos da linguagem. Tais ferramentas, assim como pontos de partida teóricos, concentravam-se principalmente na área da linguística. Nos anos 1960, formou-se o campo de estudos da Análise do Discurso (AD), em sua vertente francesa, sob influência de pensamentos das ciências sociais e da filosofia, afastando-se dos princípios estruturalistas, até então, frequentes em investigações neste terreno. A partir de uma perspectiva crítica, propôs uma abordagem interdisciplinar, reivindicando a compreensão da produção das linguagens – e da formação de sentidos – em seu entrelaçamento com a dimensão das práticas históricas e sociais. Segundo Maria do Rosário Gregolin (2007), esse campo de estudos está solidamente instalado no Brasil, com interesse cada vez maior em tomar a mídia como objeto de investigação, e destaca que “a análise do discurso é um campo de pesquisa cujo objetivo é compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens” (2007, p. 11).

Neste trabalho, apoio-me na perspectiva teórica e metodológica da Análise do Discurso para pensar sobre o universo relacionado ao processo de comunicação do Jornal *Fala Roça* e, mais especificamente, nas contribuições de Michel Foucault para esse campo de estudos. Ao lado dessa forma de análise, utilizei também elementos de análise de conteúdo para complementá-la (como quantificação e categorização de temas abordados nas edições impressas do *Fala Roça*), com objetivo de ter uma visão de conjunto sobre o conteúdo da mídia estudada. Farei uma breve contextualização sobre conceitos acionados a partir dessa perspectiva para, então, abordar relações que parecem úteis para pensar o caso aqui focado. Michel Pêcheux, filósofo e linguista, teve papel importante na formulação da base teórica da AD, ao propor que as análises da linguagem levassem em conta a língua “em uso” e não apenas o seu sistema estrutural. Ainda conforme Gregolin, a complexidade do discurso como objeto de estudo, “no qual confluem a língua, o sujeito e a história”, levou Pêcheux a propor um campo “transdisciplinar” de estudos, sob influência de autores como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault, Louis Althusser e Jacques Lacan (2007). Bakhtin, que concebe a linguagem a partir de um fundamento dialógico, já havia apontado em direção similar anteriormente, criticando análises de conteúdo em pesquisas científicas pautadas estritamente em elementos textuais. Conforme Bruno Deusdará e Décio Rocha, a maior parte das críticas a essa forma de análise aponta para a preocupação com uma separação do contexto sociocultural em que os discursos foram produzidos – sob justificativa, com inspiração positivista, de alcançarem um patamar de “neutralidade” através de dados “objetivos” que permitiriam chegar a uma “verdade escondida” por trás dos textos (2005, p. 309).

A linguagem, de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do linguístico e os do extralinguístico. A linguagem não se dissocia da interação social (2005, p. 319).

Os textos são, então, entendidos como expressões materiais da linguagem, assim tratados do ponto de vista do materialismo histórico, que aponta também na direção de agregar considerações sobre a questão da ideologia ao campo da análise discursiva.

Neste capítulo, irei me concentrar mais especificamente nas contribuições de Michel Foucault acerca do universo do discurso e em sua proposta metodológica de estudo sobre esse tema (de grande influência sobre o campo da AD). Junto à análise inspirada nesse autor, irei dialogar com o conceito de “enquadramento”, proposto por Judith Butler, em *Frames of war* (2009), que trata das condições que tornam possível apreender vidas como “precárias”, “abjetas” e, portanto, não passíveis de luto, e outras como “vivíveis”, dignas de serem preservadas, cujas perdas devem ser lamentadas. Butler se inspira também em Foucault para pensar as epistemologias dos enquadramentos da realidade. Vale lembrar que outros autores, como o sociólogo Pierre Bourdieu, igualmente refletiram sobre o tema do discurso. Para Bourdieu, essa prática também não se limitava ao universo linguístico; sua realização e eficácia estavam relacionadas “ao ‘lugar’ socialmente definido a partir do qual ele é proferido. (BOURDIEU, 1982, p.174)¹⁹⁸. VILAS BOAS (2002) chama atenção para o fato de o ‘lugar social’ não definir apenas um espaço onde ocorrem fenômenos sociais e embates de forças por poder, mas também onde se dá o limite entre o “dizível e o indizível”, fazendo com que a análise do discurso seja também uma “análise da ação social” (idem, p. 9).

Considerações sobre práticas discursivas e, especificamente, sua relação com questões que dizem respeito a poder, saber e verdade estiveram presentes em parte significativa da obra de Michel Foucault – destacando-se os momentos conhecidos como arqueologia e genealogia. Neles, trata das “condições de possibilidade” da produção dos discursos tidos como verdadeiros em diferentes épocas históricas e contextos sociais. No primeiro momento, seu interesse se volta, em especial, para as chamadas ciências do homem e “o que torna possível o discurso acerca do que é científico ou não” (VILAS BOAS, 2002); no segundo momento, preocupa-se com “a articulação entre saber, poder e verdade” (idem). Em suas palavras, “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (Foucault, 1979, p. 12). No livro *Arqueologia do saber* (1969) e em sua aula inaugural no Collège de France (1970), depois sistematizada no

198 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

livro *A ordem do discurso*, Foucault estabelece os principais parâmetros de sua teoria e metodologia de trabalho em torno do estudo do discurso. Gregolin destaca cinco pontos já delimitados no primeiro livro: São eles: 1) o discurso se trata de uma prática proveniente da formação de saberes e se articula com outras práticas; 2) “dizeres e fazeres” integram as “formações discursivas”, que seguem regras determinadas socialmente; 3) por meio do discurso (e seus jogos estratégicos) constituem-se os saberes de cada momento histórico; 4) “discurso é o espaço em que saber e poder se articulam”; 5) o discurso é produzido mediante procedimentos de controle, seleção, organização e distribuição, cujos objetivos são determinar o que pode ou não ser dito em cada momento histórico (2007, p. 15). Dessa forma, há ideias que devem ser enunciadas e outras que são caladas.

Nesses pontos, já se delineia a preocupação com as condições de produção do discurso, ou o que faz com que alguns enunciados possam ser formulados e outros não; essas condições foram abordadas em uma de suas conferências, no início da década de 1970, posteriormente reproduzida no livro *A ordem do discurso*. À época, iniciava-se o momento chamado de genealogia e, nesse livro, a intenção de Foucault se volta para refletir sobre como se organiza a produção do discurso, por meio de quais controles que dominam o seu “acontecimento aleatório” e sua “pesada e temível materialidade”. Seus questionamentos iniciais sobre quais seriam os perigos do discurso levam à interpretação de que o domínio do discurso se vincula também a mecanismos de poder. Em sua concepção, o campo discursivo – no qual se inscrevem todas as formas de linguagem e comunicação – não é apenas um lugar onde ocorrem disputas, mas é o próprio objeto de disputa, o poder que está sendo disputado, ou seja, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (1970, p. 10).

Uma série de procedimentos são propostos para pensar as suas dinâmicas e como ocorre a produção social dos sentidos. Entre os externos (existentes na sociedade), estão os princípios de exclusão – mecanismos para coordenar; não só organizar, mas ordenar a produção de significados. São eles: interdição (uma vez que não se tem o direito de dizer tudo, nem falar tudo em qualquer circunstância); separação/rejeição (define quem pode falar, quem tem esse direito privilegiado); oposição verdadeiro e falso – discurso pronunciado “por quem de direito e conforme ritual requerido”, ligado ao exercício de poder, em geral, de técnicos e especialistas. Entre os procedimentos internos (discursos que exercem seu próprio controle, aquilo que o discurso usa para se controlar), há o comentador (que revisita o discurso, realça coisas, esclarece o que não está claro e expande); o autor – como “princípio de agrupamento do discurso”, unidade e origem, para dar coerência; e as disciplinas: conjunto de métodos e proposições

consideradas verdadeiras; regras, teorias – a exemplo das áreas do conhecimento (medicina, botânica, etc.).

7.2 [Tensão 1] Representações sobre formas de comunicação realizadas no cotidiano das favelas: olhares acadêmicos e perspectivas de comunicadores/as locais

Desde a introdução deste trabalho, sinalizei a percepção de que pode ter importância secundária, para este estudo, realizar uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema da comunicação comunitária e outras denominações afins (como comunicação popular, alternativa, cidadã e outras). Conforme já mencionei nas páginas anteriores, algumas dessas expressões são usadas, de maneira autorreferente, para designar formas de comunicação realizadas em favelas do Rio de Janeiro e, visto que cada iniciativa adquire feições próprias de acordo com seus contextos particulares, parece-me ser enriquecedor, para o diálogo com o caso aqui estudado, principalmente conhecer os sentidos que alguns/mas comunicadores/as desses espaços da cidade dão às suas práticas. Na medida em que fui desenvolvendo a escrita que resultou nesta tese, dei-me conta de que o próprio fato de entender como secundária a reflexão sobre o que diz a literatura acadêmica a respeito do tema da comunicação comunitária (e outras denominações acionadas em artigos, teses e dissertações) constituía uma primeira tensão referente aos cenários discursivos por onde transitei durante os longos quatro anos do trabalho da pesquisa de campo. Faço um parêntese para dizer que a tensão inicial estava presente também em minha própria visão crítica sobre certos rótulos e definições “categóricas” a respeito de práticas de comunicação em favelas, das quais eu também já havia participado. Senti um duplo incômodo: ao ler autores/as que davam a entender sabedorias herméticas a respeito dos temas que abordavam (o que e como era ou deveria ser “a comunicação comunitária”, por exemplo); por outro lado, ao fazer parte do curso de doutorado, eu acumulava também a posição de pesquisadora, entre os pertencimentos profissionais em que me reconhecia – e, potencialmente, corria o risco de produzir ou reproduzir outros saberes que viessem a rotular e cristalizar entendimentos sobre uma prática dinâmica cujos saberes de quem a constrói precisam ser respeitados e objeto de aprendizado.

Mas incômodo semelhante também me foi relatado por Michel Silva, comunicador do *Fala Roça*, já em fevereiro de 2019¹⁹⁹. O assunto eram as experiências em relação ao *Fala Roça* e suscitou considerações acerca da expressão comunicação comunitária. Em sua memória, o

199 Nessa ocasião, realizei uma entrevista sobre o livro “Construindo mídia comunitária: as experiências de Michel Silva”, que está sendo escrito por Michel há alguns anos. Aproveitei a oportunidade para tirar dúvidas sobre a sua trajetória. Conversamos em 26/02/2019, no campus da PUC-Rio, onde Michel estuda.

trabalho com iniciativas de comunicação na Rocinha veio antes de ter formado uma opinião sobre essa prática. Em suas palavras, “ao mesmo tempo que estava fazendo o Viva Rocinha estava pesquisando o que era comunicação comunitária. Mas ainda não tinha opinião formada do que era comunicação comunitária”. As leituras de teorias a respeito desse tema ajudaram a formar o seu entendimento sobre o que se tratava, sendo que a maior parte desses textos não era escrito por quem morava ou tinha experiências relacionadas à comunicação feita a partir de favelas. Resumo o seu raciocínio: “É muito fácil a pessoa de fora falar pela favela. A nossa sociedade em geral é muito europeia. As visões são muito eurocêntricas; a gente não para pra imaginar de dentro pra fora, é sempre de fora pra dentro”. E complementa dizendo que não é simplesmente uma questão de ser contra ou a favor de um/a outro autor/a, “mas é estranho quando alguém chega e fala pra mim, por exemplo, a [cita uma autora] fala que isso é isso. Mas o que estou tentando dizer é que isso, pra mim, não é bem como é. A gente é um ponto fora da curva”.

Decidi “assumir” esses incômodos como forma de lidar com eles. Foi assim que considerações relativas à bibliografia a respeito dos temas da comunicação comunitária, popular, alternativa, etc, foram inseridas neste capítulo, como parte das tensões presentes no cenário da pesquisa realizada e das reflexões sobre o processo comunicativo específico do jornal *Fala Roça*. Sendo assim, busquei (para além da pesquisa que desenvolvi), nas referências bibliográficas, contatos com experiências empíricas relativas a atividades de comunicação em favelas do Rio de Janeiro e perceber como definem a si próprias e suas principais características. Outros motivos também contribuíram para essas escolhas, como o fato de revisões semelhantes, na literatura acadêmica, já terem sido realizadas²⁰⁰ (entre as recentes, estão as de GIANNOTTI, 2016; PERUZZO, 2009; CHAGAS, 2009; POLIVANOV, 2008; PAIVA, 2007), implicando a possibilidade de me tornar um tanto redundante. Um levantamento bibliográfico de trabalhos acadêmicos de cursos de pós-graduação de universidades públicas presentes no Rio de Janeiro que realizei previamente a esta pesquisa pode ajudar a localizar melhor esta produção (ver o Anexo F desta tese). Esse estudo exploratório apontou para um reduzido interesse, em especial das Ciências Sociais, em relação à investigação de conteúdos e processos comunicativos chamados comunitários (e denominações afins). No universo das bases digitais de teses e dissertações de nove cursos de pós-graduação, nas áreas de Comunicação, História e Ciências Sociais, de três universidades públicas presentes no Rio de Janeiro – UFRJ, UERJ e UFF –,

200 Ver Anexo F: Comunicação comunitária, popular e alternativa: levantamento bibliográfico.

além de um estabelecimento de ensino privado (Fundação Getúlio Vargas), foram encontrados, no total, 35 trabalhos, sendo 26 na área de comunicação; 7 de história e 2 de Ciências Sociais.

7.2.1 Perspectivas de comunicadora-jornalistas/pesquisadora “cria da favela” sobre comunicação comunitária na Maré

No que se refere à literatura consultada no âmbito desta tese, busquei me aproximar, particularmente, do que dizem pesquisadores/as oriundos/as de favelas e periferias sobre experiências de comunicação relacionadas a estes espaços. Nesse sentido, inclusive, a produção de saberes por comunicadores/as de favelas e periferias vem trazendo contribuições importantes para a pesquisa sobre temas afins ao uso de linguagens da comunicação para representar esses espaços da cidade. Assim, no item 7.3.2, farei uma breve contextualização de olhares acadêmicos sobre comunicação comunitária, popular, alternativa e outras denominações – lembrando que tais expressões são também (mas não só) utilizadas e apropriadas pelos comunicadores de favelas do Rio de Janeiro, em seus próprios termos.

Trarei para o diálogo, a seguir, contribuições de estudos recentes que acumulam experiências de pesquisa junto à participação direta em iniciativas de mídia. Neste espaço abordo as contribuições de Gizele Martins (2018), que, além de comunicadora, com formação em jornalismo e pós-graduação em uma área afim, é “cria” (conforme se autodenomina) da região de favelas da Maré (na zona norte do Rio de Janeiro), além de atuar em outros campos profissionais e no engajamento em diferentes frentes relativas aos Direitos Humanos.

Gizele Martins estudou o impacto da “militarização” em meios de comunicação comunitários do conjunto de favelas da Maré, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, no período de 2014 a 2015. Naquela época, ocorreu a Copa do Mundo no Brasil. A cidade estava em meio aos preparativos para as Olimpíadas de 2016 e o exército “invadiu” a Maré, em suas palavras. Em um contexto de diversas violações aos direitos civis de moradores, no mesmo período, por agentes estatais (de forças armadas e policiais), o objetivo do trabalho se voltou para refletir sobre a censura à “comunicação comunitária” na Maré, nesses anos, e seus impactos na vida cotidiana de comunicadores/jornalistas locais. Martins, também jornalista e “cria da Maré”, mora na mesma região de favelas e participa “da militância interna há mais de 15 anos”, além de ter atuado no Jornal *O Cidadão* e em outras mídias locais por muitos anos. Em sua concepção, o “perfil” da “comunicação comunitária” (conforme nomeia atividades de comunicação em geral realizadas na Maré) inclui matérias direcionadas à cultura nordestina, negra, indígena, sendo o tema dos direitos humanos o que costuma estar mais presente (2018, p. 12). Ressalta, ainda, que as mídias desse conjunto de favelas também vêm tratando de

questões relativas à “defesa da identidade local, além de trabalhar a autoestima dos moradores” e se dedicam à atividade de “mobilização local”. Por fim, acrescenta que “todos estes veículos têm como característica a produção feita por moradores locais” e demarcam diferenciação em relação a “mídias comerciais”.

7.2.2 Perspectivas da literatura acadêmica sobre comunicação comunitária, popular e alternativa: breves considerações teóricas em diálogo com o tema dos movimentos sociais

Investigações acerca das noções de “comunicação comunitária”, “popular” e “alternativa” (e práticas consideradas afins) vêm mobilizando, em tempos recentes no Brasil, um debate interdisciplinar com maiores contribuições do campo da Comunicação Social. Esforços (nem sempre com base empírica) têm sido feitos para estudar e classificar práticas de comunicação que vêm se formando, transformando e multiplicando sob a influência de contextos históricos, políticos e culturais que se somam às frequentes inovações tecnológicas. Cicilia M. Krohling Peruzzo se dedica ao estudo dessas temáticas desde fins dos anos 1980, do ponto de vista acadêmico da comunicação e está entre as principais referências adotadas em cursos de graduação de jornalismo a esse respeito. A autora ressalta o sentido político que permite propor considerar aqueles termos como sinônimos, isto é, “quando se referem às lutas de segmentos subalternos por sua emancipação”, ou seja, apesar de existirem diferenças quanto à percepção dos estudiosos sobre as formas de comunicação anteriormente citadas, uma posição consensual entre eles seria o fato de se tratar de um modo de “expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política, com vistas a estabelecer a justiça social” (PERUZZO, 2009:47). Ainda segundo Peruzzo, desde o fim dos anos 1990, a expressão “comunicação comunitária” passou a ser mais usada no Brasil e pode tanto incorporar práticas mais aproximadas da comunicação popular “na sua fase original” quanto assumir outros perfis, por exemplo, distanciando-se de movimentos sociais e da produção de conteúdos mais politizados. Portanto, admite que o termo “comunitário” não deixa de ser considerado de uso problemático.

Essas contribuições parecem ser úteis para pensar o caso do Jornal *Fala Roça*, assim como a contribuição de Martins, citada anteriormente. Em primeiro lugar, as concepções de alguns dos seus comunicadores sobre suas próprias práticas apontam para a existência de uma disputa em torno do termo “comunitário” – entre o que dizem os textos acadêmicos e o que pensam agentes dessa forma de comunicação oriundos de favelas. Michel e Beatriz, em

diferentes momentos, trouxeram essas inquietações. Com inspiração em Foucault, podemos lembrar que esta se trata de uma disputa discursiva na qual o que parece estar em jogo é, sobretudo, o poder de nominar uma prática e, conseqüentemente, de deter uma verdade e um saber sobre ela. Portanto, haveria uma disputa epistemológica sobre a qual podemos supor, ainda, que tenderia a se intensificar quanto maior fosse o acesso dos comunicadores/jornalistas de favelas aos textos acadêmicos. Tal impressão pode servir como reflexão para estudos futuros, mas aqui trago as contribuições dos comunicadores do *Fala Roça*.

Foi na sala de aula da universidade que Beatriz percebeu que poderia haver diferenças entre o jeito de comunicar do *Fala Roça* e o que diziam a bibliografia sobre mídias locais. Foi também no curso de graduação que teve as primeiras experiências relacionadas à prática do jornalismo. Em sua concepção, quem faz jornalismo comunitário “pensa jornalismo comunitário como de favela, jornalismo feito por moradores para os moradores” e essa seria a principal diferença entre as visões de comunicação comunitária para quem faz e quem escreve sobre. Já Michel, notou a existência dessas diferenças na época em que estava criando a mídia Viva Rocinha, quando foi “pesquisar” sobre o termo comunicação comunitária (referindo-se à busca por textos sobre o assunto). Quando lhe perguntei o que pensava sobre os textos que havia encontrado, ele pontuou: “Já parou pra pensar que elas [algumas autoras mencionadas] não são da favela?”. Quanto a Martins (2018), que pesquisa a partir deste lugar, a militarização (cujo conceito é abordado mais adiante) é um componente que precisa ser levado em conta em relação às mídias contemporâneas localizadas em favelas. O caso do *Fala Roça* parece também abarcar esta dimensão em relação a efeitos sentidos em seu discurso (tema também abordado mais à frente).

Por ora, se seguirmos Peruzzo quanto ao fato de a expressão “comunicação comunitária” ter passado a ser mais frequente no Brasil do fim dos anos 1990 e que, ora se aproxima da concepção da chamada comunicação popular, ora dela se afasta, podemos trazer aqui algumas considerações das Ciências Sociais sobre o contexto ao qual essa forma de comunicação esteve atrelada em sua fase original. De um ponto de vista histórico, muitos autores associam o surgimento da “comunicação popular” a práticas de movimentos sociais populares a partir da década de 1970, na América Latina. Não pretendo, com isso, dizer que houve uma espécie de continuidade entre as ações de comunicações anteriores e essas que agora se fazem presentes principalmente junto às chamadas classes populares, já que os meios de informação se diversificaram na era digital, além de que e as distintas épocas históricas têm suas particularidades. Mas vale apontar características que constituíram os movimentos de então para buscar apreender seus anseios e suas formas de representá-los, de maneira a iluminar

perspectivas atuais. O que mais interessa reter do panorama apresentado em seguida, para a reflexão da presente pesquisa, é a percepção de como se estruturaram os discursos da “comunicação popular”, em alguma medida também influentes sobre as mídias presentes em favelas do Rio de Janeiro.

Entre os autores das ciências sociais que analisaram os movimentos sociais dos anos 1970, Vera Telles, no artigo *Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70* (Telles, 1987) analisa os olhares da produção intelectual sobre os “movimentos sociais urbanos” (de fins dos anos 1970) e indica que partem de uma perspectiva diferenciada em relação ao pensamento dos sociólogos, até então voltados para os trabalhadores urbanos no Brasil. A “novidade”, percebida com o surgimento de novas práticas reivindicatórias de moradores de periferias, dizia respeito ao nascimento de uma “sociedade civil”, embora no momento pouco provável do regime militar, de certa forma desvincilhando-se de preceitos tecnocráticos e repressores que traziam consigo a despolitização da vida social, para criar suas próprias ações e formas de organização²⁰¹. Entre os temas que passaram a qualificar a compreensão do significado político destes movimentos, estavam o da “autonomia das classes populares” e o das “novas formas de participação”, vinculadas aos espaços da moradia e do “urbano”. Sem desconhecer a complexidade do tema da autonomia, a ênfase nesses novos atores sociais traz outra forma de pensar a sua presença na sociedade, ou seja, como “trabalhadores sujeitos de práticas cotidianas de resistência, que elaboram seus próprios códigos de autoreconhecimento e identidade” (TELLES, 1987:63). Ainda segundo Telles, suas reivindicações ultrapassavam seu sentido imediato, dando visibilidade a dois elementos, que destaco: 1) as “condições de vida como terreno de luta”, que fizeram parte de um “campo comum de interesses” e geraram a exigência de direitos frente ao Estado, evidenciando, ainda, 2) as relações de poder inscritas nessas condições de vida, em torno das quais os moradores construíram novas formas de participação e ação coletiva, constituindo-se também como “força coletiva” frente ao Estado.

Em suas conclusões, a autora enfatiza que, para refletir sobre a constituição dos trabalhadores como sujeitos, é preciso levar em conta o “tempo, o lugar e os acontecimentos” em meio aos quais suas experiências são construídas. A nova percepção do lugar onde se organizavam as práticas coletivas dos trabalhadores permitiu levar em conta a própria noção de autonomia, já que se passou a pensar a “classe” enquanto “sujeitos constituídos a partir de suas práticas na dinâmica mesmo do conflito”, ou seja, o significado da ação coletiva passou a ser

201 Essa nova visão da literatura acadêmica sobre as classes trabalhadoras se afastou dos sentidos que a vinculavam à experiência passada do populismo, em seu sentido mais pejorativo – ou entendendo as classes populares como subjugadas aos esquemas do clientelismo político (TELLES, 1987).

remetido à “reabertura de um espaço coletivo” (negado pelo Estado), por meio da ação desses sujeitos. Por sua vez, tais sujeitos sociais, que constituíam os movimentos populares, deviam ser vistos em suas especificidades, em que não cabia sua limitação como “classe operária”, mas como trabalhadores urbanos submetidos a uma heterogeneidade de condições de trabalho, à qual alguns autores viam superpostas a exclusão política e a segregação urbana, atreladas à condição de “morador pobre” ou em luta pela ampliação dos direitos de cidadania; outros autores enfatizavam a sua situação de trabalho, marcada pela instabilidade no mercado de trabalho. Ainda quanto aos atores sociais, é importante notar também que vários personagens interagiram e se cruzaram na constituição desses movimentos – entre eles, pessoas ligadas à esquerda católica, ex-militantes de esquerda e agentes das comunidades eclesiais de base (1987:80).

Quanto à dimensão do “tempo” relativa a esses movimentos populares, muitas foram as mudanças na sociedade sentidas nos anos 1970, com a instauração da Ditadura na década anterior. Em resumo, as questões mais importantes desse período se relacionam “com o poder disciplinador de um Estado cada vez mais presente na vida cotidiana”. E, finalmente, ao tomar os movimentos populares na sua relação com as práticas de poder, pode-se pensar a dimensão da política a partir da ideia da abertura de espaços “nos quais o conflito ganha visibilidade enquanto acontecimento” – onde os moradores/trabalhadores podem se constituir em sujeitos (1987:81). Outra contribuição para o pensamento sobre os movimentos sociais populares é a de Ana Maria Doimo, que, já nos anos 1990, retoma a análise da multiplicidade de movimentos sociais que se espalhou pelo Brasil entre os anos 1970 e 1980. Em “A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70”, suas atenções também se voltam para o surgimento e a intensidade adquirida pela ideia de “povo como sujeito” no âmbito desses movimentos, mas acrescenta alguns “achados” (como indica o prefácio de Pierre Sanchis). Entre eles, está o de buscar os sentidos adquiridos pelas noções de povo e popular nesse contexto, ou seja, como afinal esses sentidos se expressaram nas “lutas pontuais por melhores condições de vida”, podendo se configurar na “recuperação da capacidade ativa do povo”, criando um “substrato comum de linguagem” manifestado no espaço público (1995:123). Segundo a autora, esses tais sentidos são reelaborados frente à recusa da ideia de “povo”, usada nos anos anteriores, remetida à “tradição populista de alianças de classe”. O povo passa a ser percebido como “aquele que não se deixa cooptar e manipular”, “um coletivo organizado predisposto à participação continuada na luta por seus interesses”; não mais subordinado ao “Estado-nação”, nem às “vanguardas políticas”. Surge o ser “autônomo e independente”, “o sujeito realizador da democracia de base e direta”, que propõe “políticas alternativas em torno

dos direitos humanos e sociais”. Assim, inicia-se o tempo da “vez e voz do povo”. Por todo o país, expressam-se comunicados de movimentos com amplo uso do termo “povo” como forma de autodenominação e reforço de sua condição de sujeito ativo. Isso significou perceber o movimento popular como um campo “ético-político”, captando o uso de uma linguagem comum que caracterizava um *ethos*, que lhe conferia um sentimento de pertença a um mesmo espaço compartilhado, embora distinto quanto à sua base social e às demandas formuladas (1995:126).

Apoiando-se em uma extensa pesquisa empírica e documental, a autora foi além de algumas dessas percepções já anunciadas em outros estudos. Dois dos principais pontos acrescentados a essa discussão dizem respeito ao reconhecimento das “conexões ativas”, na figura dos diversos atores sociais relevantes que fizeram parte das “ações diretas” desses movimentos, e à ambiguidade que compôs a natureza mesma dessas ações. Quanto aos atores presentes, os mais expressivos foram a Igreja Católica, especialmente os seus setores progressistas, o ecumenismo, principalmente o ligado ao compromisso social, setores da intelectualidade acadêmica e grupos de esquerda – em grande parte os envolvidos nas lutas contra a Ditadura. A existência de interesses distintos no âmbito dos movimentos reivindicativos abriu espaço para a convivência entre duas posições políticas antagônicas: a que contestava o caráter excludente do Estado, buscava vantagens do mercado e, portanto, alimentava um sentimento de recusa da institucionalidade pública; e outra, voltada para a demanda de direitos no campo do bem-estar social, dessa forma, requisitando o lado provedor do Estado, cujas práticas dependem do funcionamento de suas instituições.

Esse paradoxo evidenciou a existência de uma “sociabilidade cambiante” por entre as ações movimentalistas de então, uma vez que as posições anteriormente mencionadas oscilavam entre os polos “expressivo-disruptivo” e “integrativo-corporativo”, dependendo dos vários fatores conjunturais que se apresentavam. Doimo, junto a outros autores (como Luiz Antônio Machado da Silva), aproxima-se da crítica à idealização dos movimentos como autônomos, ou como organizações voltadas exclusivamente para “dentro”, sem interferências “de fora”. Ainda segundo a autora, esse período de atuação do movimento popular coincide com uma ampla produção referente à “chamada pedagogia popular”, entendida como “educação popular, comunicação popular, dinâmica de grupo e pesquisa participante” (1985:129). Essa pedagogia buscou um fazer político a partir da participação entre iguais e se apoiou amplamente na filosofia educacional de Paulo Freire, que “identifica a alfabetização com um processo de conscientização, capacitando o oprimido tanto para a aquisição dos instrumentos de leitura e

escrita quanto para a sua libertação”²⁰². Diversos pequenos grupos se apropriam dessa concepção, incentivando a “organização popular”. Junto às iniciativas de educação popular, ampliou-se também o universo da chamada comunicação popular, incluindo a discussão teórica, a capacitação prática e atividades como a imprensa popular, o audiovisual e o teatro popular. Essas atividades estimularam as redes dos movimentos populares principalmente nos anos 1980. Nessas elaborações, o povo surge como protagonista, possui aspirações libertárias e de luta contra condições precárias de sobrevivência, com intuito de gerar reflexão por meio de mensagens que também adquirem sentido educativo. Outros autores, muitos deles jornalistas que atuaram nessas iniciativas de comunicação, pontuam os elementos em que se apoiavam as práticas comunicativas dos movimentos de então. Nesse sentido, Mário Kaplun afirma:

Em primeiro lugar, quando fazemos comunicação popular, estamos sempre buscando, de uma ou outra maneira, o resultado educativo. Dizemos que produzimos nossas mensagens para que o povo “tome consciência da sua realidade” ou para “suscitar uma reflexão”, “gerar uma discussão” (KAPLUN, 1985:17).

Para a jornalista e historiadora Claudia Santiago Giannotti, coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação²⁰³, as experiências de comunicação identificadas como popular (mais amplamente difundidas entre os anos 1970 e 1980), estavam associadas às lutas dos trabalhadores e tinham objetivos voltados para a formação de lideranças em contraposição ao regime militar (GIANNOTTI, 2016:17). Em sua visão, seus protagonistas eram grupos de “resistência popular” – além dos movimentos sociais, as oposições sindicais, integrantes da chamada ala progressista da igreja católica e a “esquerda em geral”. Giannotti hoje dá sequência aos cursos de comunicação popular do NPC, criados pelo escritor e educador popular Vito Giannotti, em 2004, com participação significativa de moradores de favelas. Nos tempos atuais, entende que a comunicação popular é a “comunicação produzida pelo povo e para o povo, ‘com objetivo de alterar a realidade social de uma determinada comunidade ou grupo social’” (GIANNOTTI, 2016:23), também se trata de “uma tarefa militante de mobilização através da criação de veículos próprios que não são controlados pela burguesia ou por governos”. Quem faz são “as pessoas que querem mudar o mundo”, “pode e deve contar com a colaboração de

202 Definição encontrada na página www.paulofreire.org. Acesso em: 03 mar. 2017.

203 Fundado em 1992, o Núcleo Piratininga de Comunicação é uma organização sem fins lucrativos voltada para o desenvolvimento e aprimoramento da prática de comunicação de “movimentos comunitários ou populares”. Apresenta-se da seguinte forma: “O NPC é constituído por um grupo de comunicadores, jornalistas, professores universitários, artistas gráficos, ilustradores e fotógrafos que trabalham com o objetivo de melhorar a comunicação, tanto de movimentos comunitários ou populares, quanto de sindicatos e outros coletivos. Temos realizado esta tarefa de forma ininterrupta há mais de quatorze anos, principalmente através de cursos, palestras e seminários e produção de materiais de formação e informação” (trecho da apresentação do NPC no *site* www.nucleopiratininga.org.br).

fora da localidade/região que se identifiquem com as aspirações do grupo”, quanto aos recursos, devem vir “da própria comunidade”, com apoio de sindicatos, universidades, “anúncios do comércio local e políticas públicas” e, no caso do jornal, pode ser comercializado, em relação à distribuição, “o ideal” é ser feita por quem produz o material, além de pessoas da localidade onde se insere.

No estudo “Jornalismo popular nas favelas cariocas”, de 1986, Marco Morel realizou um levantamento de jornais em funcionamento na zona sul do Rio de Janeiro. Compilou os perfis de oito jornais impressos (*O mensageiro do Vidigal*, do Vidigal; *O Azul*, do Morro Azul; *O canto do galo*, do Morro do Cantagalo; *O Chapéu*, do Morro Chapéu Mangueira; *O Vinte*, do Morro dos Guararapes, Vila Candido e Cerro Corá; *O Favelão*, jornal da Pastoral de Favelas; *O Eco*, do Morro Santa Marta e *O Tagarela*, da Rocinha). Preferiu adotar para esses veículos a definição de “imprensa popular”, explicando ser escolhida “a partir do lugar social do veículo, ou das relações sociais que ele envolve. Segundo sua concepção, trata-se de um “jornalismo feito por e para as classes trabalhadoras”. Percebeu que essa imprensa de favelas que encontrou foi “gerada no ventre dos movimentos populares” que começaram se organizar na metade da década de 1970, com os primeiros “indícios da abertura política” (MOREL, 1986: 121).

O apogeu desses veículos foi no início dos anos 1980 e, já em 1985, apenas dois estavam circulando. Quanto aos motivos desse declínio, quem fazia os jornais argumentava que isso se devia à falta de tempo, já que os responsáveis precisam se dedicar aos problemas imediatos do dia a dia, cujas tarefas cresceram com as novas possibilidades de reivindicação. Mas Morel também apresenta outras explicações para a descontinuidade desses jornais. Entre os obstáculos, estaria a desvalorização do saber do próprio favelado, expressa na frase: “favelado não lê jornal feito por favelado”. Numa mistura de “saber com poder, os doutores, os políticos, os intelectuais são os que sabem e, portanto, os únicos aptos a mandar”, afirmou. Outro problema seria a velha questão da distância entre as “vanguardas” e suas bases, já que muitos responsáveis pelos jornais assumiam participação nos movimentos sociais, transformando-se em lideranças e surgiam relações “tensas entre lideranças e bases”. A hipótese final seria a de que, a partir dos anos 1980, “a mídia de massa” passa a abrir espaço para os movimentos populares, que começam a ocupar tais espaços e a esvaziar os das mídias existentes nas favelas.

Já a noção de “jornalismo cidadão” é acionada por Viktor Chagas ao analisar experiências de comunicação realizadas na região de favelas da Maré, no fim da primeira década dos anos 2000. Nesse ponto de vista, o jornalismo cidadão também seria um “estritador de laços”, diluindo a ideia de mediação: “No jornalismo cidadão, o público é não apenas fonte ou pauta, nem tampouco debatedor, a ênfase está, ao meu ver, em seu caráter de produtor de

conteúdo jornalístico. Assumindo os meios de produção, o cidadão torna-se ele próprio mídia”. Segundo o autor, as práticas de comunicação por ele analisadas podem ser denominadas de “jornalismo cidadão de base comunitária” (CHAGAS, 2009:21), já que entende que o jornalismo feito nas favelas se aproxima do conceito de “jornalismo cidadão”. Marcelo E. Macedo e Lívia Gonçalves enfatizam o “caráter horizontal”, de troca, na “percepção do fluxo informacional a partir de uma perspectiva democrática”, traduzido na ideia de “dialogia” (retomando uma acepção de Mikhail Bakhtin).

7.3 [Tensões 2] Mídias de favelas: existir ainda é resistir aos discursos de estereótipos sobre favelas

*Na boca da favela, a boca suja do noticiário
Que idolatra o que é feio, o sanguinário tiroteio
Fecha a lente da câmera para as inocentes famílias
e ignora a beleza da arte inventada no morro. (...)*

Joilson Pinheiro, livro ‘É poesia’.

É quase impossível falar sobre mídias que produzem informação com os pés no chão das favelas do Rio de Janeiro – e, nos dias atuais, com extensões dessas “pegadas” no mundo *on-line* – sem falar em algum tipo de relação com discursos que reproduzem estigmas em relação a estes espaços da cidade. Melhor dizendo, não são poucas as mídias oriundas de favelas, auto reconhecidas enquanto tais, que incluem em suas formas diversificadas de autorrepresentação, e/ou suas narrativas, alguma forma de contraposição a esses discursos públicos, frequentemente presentes no noticiário de veículos grande circulação e/ou alcance midiático. Não raro, a alusão a esses meios se volta para críticas à cobertura realizada sobre favelas, associada rotineiramente a pautas de crime e violência armada (mesmo considerando a heterogeneidade tanto da mídia corporativa quanto dos meios comunitários). Os jornais da Rocinha enfocados nesse trabalho são exemplos da existência dessa relação discursiva, em diferentes tempos. O *Fala Roça*, em matéria de Beatriz Calado na sua 8ª edição, de agosto de 2016, mencionou: “Na contramão dos grandes grupos jornalísticos, que têm seu trabalho cada vez mais questionado, fortalecem-se as mídias comunitárias”²⁰⁴. O *Tagarela*, no seu n. 22, de agosto de 1980, disse: “Nos é útil a imprensa, não as impostas, mas as necessárias e autênticas”. Na edição que marcou o encerramento do jornal *Rocinha Notícias*, de julho de 2018, uma das

204 Matéria “*Fala Roça* forma cinco comunicadores comunitários”, 8ª edição do Jornal *Fala Roça* impresso.

colaboradoras do jornal, Renata Sequeira, escreveu em seu texto homenageando a mídia, que funcionou aproximadamente entre 2001 e 2018:

Nesses 20 anos, o *Rocinha Notícias* esteve presente no dia a dia dos que moravam na comunidade da zona sul carioca e se tornou referência. A informação vinha de dentro. Era o morador se vendo nas páginas do jornal. Muita coisa que foi veiculada ao longo desse tempo não tinha espaço (ou seria interesse?), na grande imprensa.

Há diversos componentes atuantes nessas relações de força e de poder entre discursos da imprensa de maior alcance na sociedade e contradiscursos de jornais de favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro. Há, pelo menos, desde a década de 1980 (MOREL, 1985), tais discursos de oposição seguem mobilizando parte importante dos pertencimentos identitários de mídias de favelas, indicando existir uma (re)produção ativa de ideias acerca desse universo no âmbito da imprensa. E, afinal, se há predominância de estereótipos (em geral, negativos) a respeito desses espaços na grande imprensa, essas são também as notícias que “vendem” na sociedade. Pensar sobre tais relações nos ajuda a mapear algumas das forças presentes na sociedade que geraram tensões no universo do discurso do jornal *Fala Roça*, mas também estimularam suas formas próprias de criar resistências. Em determinadas situações, foi possível notar como as tensões se materializaram e se atualizaram nesses discursos. Mais adiante, citarei exemplos de discursos preconceituosos sobre a favela da Rocinha que circularam (e adquiriram relevância) durante o período desta pesquisa.

Não haveria fôlego nem seria o foco, no âmbito desta tese, discutir a fundo perspectivas teóricas acerca da concepção de jornalismo. A título de esclarecimento, apenas situo estar levando em conta o seu entendimento como um gênero de discurso, considerando os aportes teóricos já citados da área da Análise do Discurso. Portanto, a partir desse ponto de vista, o jornalismo pode ser compreendido como prática dialógica e sempre situada em um tempo e lugar históricos. Para pensar esse gênero específico de discurso, Benetti (2008) lembra que ele

se modifica ao longo do tempo e remete a características da própria sociedade que o torna possível. Pode-se analisar uma sociedade pelos discursos que produz, pois o que emerge na materialidade do texto origina-se de sujeitos posicionados em um tempo e um lugar condicionados social e historicamente (Benetti, p. 16).

Nessa perspectiva, torna-se importante situar as práticas discursivas em seus contextos e em relação a outros discursos, ou “interdiscursos”, com os quais entram em contato, além de atentar para procedimentos de controle e organização dessas expressões de linguagem presentes na sociedade. Portanto, nesta sessão, abordo alguns discursos que, durante o período da pesquisa de campo, reificaram ideias estereotipadas relativas às favelas e interagiram, de alguma forma, com o processo comunicativo do *Fala Roça*. Tais ideias estiveram presentes na

chamada grande imprensa e também circularam a partir de outros atores sociais, como governantes e administradores de perfis em redes sociais *on-line*. Nesse sentido, interessa perceber como se atualizam determinadas representações, tomando o caso do *Fala Roça* como lugar para observá-los. Antes de me referir a exemplos notados durante a pesquisa, convém situar brevemente o contexto histórico mais amplo da (re)produção de discursos sobre favelas do Rio de Janeiro na chamada grande imprensa.

Os anos passam, e as representações sobre favelas, áreas pobres e periferias do Rio de Janeiro, em meios de informação da mídia brasileira, permanecem atreladas predominantemente a aspectos pejorativos. Essa afirmação não é novidade e estudos, tanto antigos quanto recentes – alguns incluindo veículos da mídia internacional – continuam a demonstrar a persistência de discursos estigmatizantes em relação a esses espaços (ZALUAR e ALVITO, 1999; VALLADARES, 2005; RAMOS e PAIVA, 2007; FELIX, 2012; ANSEL e SILVA, 2012; ROCHA, 2018, entre outros). A mídia jornalística, obviamente, não é o único ator social responsável pela produção dessas ideias, difundidas também por outros setores da sociedade, conforme aponta Lícia Valladares em sua análise sobre a construção de representações em torno das favelas, desde o surgimento desses espaços populares de moradia na cidade, ainda em fins do século XIX. Entre as formas que passaram a predominar no imaginário social sobre esses lugares, está a de se tratar de um problema a ser “resolvido”. Segundo Valladares (2005), escritores, jornalistas, médicos sanitaristas, engenheiros, cientistas sociais, entre outros atores, ajudaram a formar essa concepção, embora nem todos permaneçam sempre reforçando esse estereótipo e não circulem apenas ideias de cunho negativo relativas às favelas. Ocorre que fatores específicos potencializam o discurso difundido pela mídia de maior alcance: também com o passar do tempo e a difusão de conceitos autorreferentes como objetividade e neutralidade, os meios de comunicação foram sendo compreendidos, em escalas cada vez maiores, como lugares de produção de enunciados verdadeiros sobre a sociedade, vistos como “espelho da realidade” (RIBEIRO, 2003). Em consequência, o que não aparece na mídia não ganha importância, e o que aparece pode gerar grande repercussão. Além disso, antes ou agora, o contato entre moradores das favelas do Rio e de outros lugares da cidade ocorre, muitas vezes, através da mediação dos meios (redundância proposital) de informação (ROCHA, 2018), evidenciando a importância do discurso da imprensa na produção de sentidos neste contexto.

Vejamos os resultados de alguns estudos que incluem análises da cobertura da imprensa sobre regiões de favelas do Rio de Janeiro. Alba Zaluar e Marcos Alvito observaram que a associação de morros e favelas da cidade à noção de perigo e crime é antiga e tal representação

já era veiculada em jornais da então capital federal no começo do século XX: “[...] já no início deste século, os morros da cidade eram vistos pela polícia e alguns setores da população como locais perigosos e refúgios de criminosos” (ZALUAR e ALVITO, 1999). Assim como os textos, as imagens também são formas de representar visões de mundo, porém, seu uso atrelado à linguagem jornalística, se associa, historicamente, à controversa função de elevar o caráter de veracidade dos acontecimentos narrados. Mauro Amoroso analisou fotografias do acervo do *Jornal Correio da Manhã* relativas às favelas do Rio de Janeiro (entre os anos de 1946 e 1972); suas conclusões demonstraram “uma constante” relativa à produção de sentidos por meio destas imagens, em que há uma associação “das más-condições do espaço habitado à precariedade moral do indivíduo, à deturpação dos ‘valores civilizados do asfalto’, e ausência de aspirações a melhorias das condições habitacionais e empregatícias” (AMOROSO, 2005). Na extensa pesquisa “Mídia e violência”, realizada pelo CESeC em 2007, um dos poucos consensos foi o “*mea culpa* da imprensa pela cobertura estigmatizante que realiza sobre favelas e periferias” (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 77). Entre os estudos feitos na última década, Carla Baiense Felix constatou que a “retórica do risco” (mencionando VAZ, 2005) se tornou hegemônica nos discursos jornalísticos sobre as favelas, ao estudar o noticiário dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, dos anos 1980 a 2010 (FELIX, 2012). Já Daniella Rocha analisou o “enquadramento” sobre favelas na imprensa carioca, entre o fim do século XIX e a primeira década de 2000, encontrando relação com a implantação de políticas públicas nesses lugares em cada período; a predominância de representações negativas sobre as favelas também foi verificada (ROCHA, 2018, p. 4). E o relatório “Favelas na Mídia”, da organização Comunidades Catalisadoras (ComCat) analisou a cobertura de veículos da imprensa internacional a respeito das favelas cariocas nos períodos pré e pós Olimpíadas. No total, foram analisados oito veículos de “mídias globais” e 1.094 matérias publicadas entre 2008 e 2016; entre as conclusões, nas matérias em que as favelas foram o assunto principal, “violência ou drogas” foi o tópico mais frequentemente mencionado, seguido por “polícia” e “pacificação” (Relatório de pesquisa: ComCat, 2016).

Durante o período do trabalho de campo desta pesquisa, circularam, no debate público, uma série de discursos suscitando preconceitos em relação à favela da Rocinha e seus moradores. Não foram poucos; como não se tratava do foco desta pesquisa, registrei apenas alguns que pudessem auxiliar a compor o contexto da produção das práticas discursivas do *Fala Roça*. Os três exemplos mencionados a seguir circularam nas redes de moradores com as quais tenho contato, causando indignação. O primeiro foi uma matéria publicada pelo *Jornal O Globo*, em sua versão *on-line*, em 20/05/2016, com a seguinte manchete: “Troca de tiros na Rocinha

assusta alunos da PUC”. O texto, breve, fazia menção a uma operação do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) “de repressão ao tráfico de drogas” na Rocinha, citando “explosões e barulhos de tiros” que “assustaram alunos da PUC”. A narrativa mencionava apenas efeitos da operação policial do ponto de vista de estudantes da PUC-Rio, universidade particular situada no bairro da Gávea, no entorno da favela. Moradores da Rocinha manifestaram indignação por meio das redes sociais na internet, incluindo alguns dos comunicadores do FR, já que, em nenhum momento, a matéria mencionou efeitos da operação policial para a própria população da favela. A possibilidade de existência desse discurso pode ser relacionada a uma naturalização da ocorrência de tiros dentro da favela, uma vez que seus habitantes (ignorados nessa lógica discursiva) não se assustariam; tal situação apenas causaria temor na perspectiva de quem morasse em outros lugares da cidade, como a maioria dos alunos da PUC. De acordo com esses olhares, os favelados são completamente ignorados – não entram nos seus “enquadramentos”. As vidas na Rocinha, portanto, não seriam passíveis de preocupação, nem de nota na imprensa ressaltando os seus medos, como os de quaisquer cidadãos; em última instância, elas seriam inexistentes ou sequer seriam merecedoras de luto (BUTLER, 2009). A época era véspera das Olimpíadas de 2016 e, durante os meses de preparação para esse e outros megaeventos, a cidade passou por uma reordenação em que as favelas foram alvo de ações do poder público visando “retirá-las de cena” ou controlá-las. Foram inúmeras as estratégias de “limpeza social e de embelezamento”, conforme Renata Souza, “desde remoções à utilização de barreiras acústicas”, a exemplo dos muros instalados em torno de favelas situadas ao longo de importantes vias de acesso ao Rio de Janeiro (2018, p. 8).

O segundo discurso foi uma declaração do prefeito Marcelo Crivella à mídia local Rocinha Alerta²⁰⁵, em 19/03/2018, anunciando a pintura de fachadas na entrada da favela, com intuito de passar uma ideia de “comunidade arrumada e bonita” para quem a olhasse de fora, uma vez que “está muito feinha”. Quanto ao contexto, o veículo de informação, que funciona em suporte digital e aparenta ter equipe bem reduzida (um comunicador/apresentador e técnicos de audiovisual), havia acompanhado uma visita do prefeito à favela. No final do percurso pela parte baixa, houve este diálogo:

205 O Rocinha Alerta se apresenta da seguinte forma, em seu *site* (rocinhaalerta.com.br): “Página voltada para população da Rocinha com informações e sugestões. Façam parte curtindo e enviando suas opiniões e reclamações”. O vídeo com a entrevista de Marcelo Crivella gerou mais de três mil reações na rede social Facebook e segue acessível em seu canal do YouTube: <https://www.facebook.com/watch/?v=893976574113620>

RA. Bom dia moradores da Rocinha, nós estamos aqui com o prefeito Marcelo Crivella, que veio fazer uma visita à nossa comunidade, sobre as obras que estão sendo feitas. Eu vou falar com ele. Bom dia, prefeito.

MC. Bom dia.

RA. O que está sendo feito hoje pela prefeitura na nossa Rocinha?

MC. Se a sua câmera puder mostrar, toda essa fachada vai ser pintada, as esquadrias trocadas para ficarem padronizadas, arrumadas e bonitas. Também as marquises que estão em cima das lojas e essa fiação feia nós vamos trocar e postes também vamos melhorar. A ideia nossa é que, as pessoas, quando passem na [Estrada] Lagoa-Barra, olhem pra cá e tenham uma ideia de uma comunidade arrumada, bonita, de um povo trabalhador. Enfim, hoje ela tá muito feinha. Então nós vamos mudar tudo (RA: Rocinha Alerta; MC: Marcelo Crivella).

O período, próximo às eleições gerais de 2018, pode ter contribuído para o vídeo, postado no canal do YouTube do Rocinha Alerta, gerar grande repercussão: foram mais de 3 mil reações na página do Rocinha Alerta na rede social Facebook e muitos veículos da grande imprensa replicaram a mesma declaração. Aparentemente, apenas alguns veículos locais, além da assessoria de comunicação da prefeitura, foram cobrir a ida do prefeito à Rocinha, naquele dia. A proximidade com políticos e governantes, principalmente em épocas de eleições, é vista com cautela por muitos moradores e mídias locais, que não desejam ser confundidos com cabos eleitorais de candidatos. Por outro lado, há moradores e mídias internas que recebem políticos e dão cobertura a suas agendas na favela, como foi o caso do Rocinha Alerta, neste episódio. É interessante notar, ao ver as imagens do vídeo do diálogo reproduzido acima, que o prefeito age como editor, dizendo o que a câmera da mídia da Rocinha deveria mostrar. E o que ele indica de fato é mostrado, o que faz com que Crivella direcione o sentido do que está sendo mostrado: na medida em que vemos as fachadas, esquadrias e fiações, ouvimos sua voz dizendo que ficarão “padronizadas, arrumadas e bonitas”, pois hoje “tá muito feinha. Então nós vamos mudar tudo”. Se a intenção é mudar tudo para que as pessoas “olhem pra cá e tenham uma ideia de uma comunidade arrumada, bonita, de um povo trabalhador”, obviamente é porque essas características não estariam presentes naquele momento.

Nas redes sociais *on-line*, muitos moradores da favela expressaram indignação com a proposta de obras de embelezamento feita pelo prefeito. O grupo Rocinha Sem Fronteiras elaborou um abaixo-assinado repudiando as palavras de Marcelo Crivella: “O prefeito deve realizar obras de forma democrática e estrutural em concordância com os moradores”. Formado por antigas lideranças comunitárias e frequentado por gerações mais jovens, desde 2006, o grupo promove reuniões mensais com o seguinte objetivo: “Fomentar a cidadania através da informação com debates mensais sobre questões pertinentes ao desenvolvimento humano e social dos moradores da Rocinha, panfletagem e campanha pelos 100% de saneamento na

Rocinha e demais ações coletivas”²⁰⁶. Realizado por um governante, portanto, representante do estado, esse discurso retoma a ideia de desordem, falta de adequação, sujeira e “feiura”, que remete às representações referentes ao discurso “médico-higienista” (VALLADARES, 2005, p. 36), construído em torno dos ambientes de moradias populares das favelas no início do século XX²⁰⁷.

O terceiro discurso foi constituído por uma postagem na rede social Facebook a partir da página denominada Alerta Leblon, em fevereiro de 2018. A Intervenção Federal havia sido decretada no mesmo mês, na área da segurança pública do Rio de Janeiro, portanto, se iniciava uma experiência que seria “um modelo para não copiar”, segundo dados do Observatório da Intervenção²⁰⁸, causando impactos traumáticos sobretudo em áreas de favelas e periferias. Para situar o contexto, na Rocinha, os moradores conviviam, desde 17 de setembro de 2017, com as graves consequências de um conflito armado entre grupos em disputa pelo domínio da venda de drogas ilícitas, no varejo, e a não menos problemática presença de diversos efetivos de forças estatais militares que, a partir do mesmo mês, instalaram-se e passaram a transitar pela favela, em quantidade, soldados, policiais e aparatos bélicos como poucas vezes se havia visto na sua história (se é que ocorreu em formato semelhante). A UPP local ganhou reforço, policiais do BOPE passaram a fazer operações constantes e tropas federais das Forças Armadas foram enviadas para a região, ao menos, três vezes ainda em 2017.

Com o Decreto da Intervenção Federal, em fevereiro, a situação de ostensividade militar se intensificou. Houve interrupções em todos os serviços essenciais prestados à população local – fechamento ou redução do horário de escolas, creches e unidades de saúde, diminuição dos transportes, etc. Vivenciei algumas dessas situações, pois frequentava a Rocinha por conta de todos os vínculos formados, além da pesquisa²⁰⁹. Edu Carvalho, jovem jornalista oriundo da Rocinha, descreveu, em abril de 2018, a forma como se sentia, naquele contexto:

206 Informações registradas na ata de um dos encontros mensais do Rocinha Sem Fronteiras e publicadas em seu blog. No caso, tratou-se da reunião do dia 25 de junho de 2016. Disponível em: <http://rocinhasemfronteiras.blogspot.com.br/2016/06/reuniao-papel-das-midias-comunitarias.html>. Acesso em: 28 mar. 2017.

207 Seria necessário um aprofundamento maior para notar as influências também do campo religioso e suas interseções com grupos de mídia, em situações específicas envolvendo o prefeito Crivella – cujo pertencimento à Igreja Universal do Reino de Deus traz consequências para a cobertura de suas ações no campo midiático.

208 Relatório “Intervenção Federal: um modelo para não copiar”, n. 10, Edição especial, de 16/02/2018 a 16/02/2019. Editora: Anabela Paiva. Pesquisa realizada pelo Observatório da Intervenção, coordenado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes.

209 Após o “17 de setembro” (como passou a ser chamado pelos moradores) até o fim da Intervenção, em dezembro de 2018, continuei a ir aos grupos de moradores e às atividades voluntárias, etc., embora com mais cautela, além de manter contato com todos os amigos, interlocutores, enfim, conhecidos, apreensiva com a sua segurança e bem-estar – a pesquisa, então, passou para um segundo plano.

Enquanto escrevo este texto, escuto tiros sendo disparados. Mais uma vez, sou atingido. Talvez porque parto de um local onde mesmo depois de terem sido tomadas medidas como aumento de efetivo, ou simplesmente a continuidade dos trabalhos da Polícia Militar, não se obteve bons resultados²¹⁰.

A postagem reproduzida a seguir foi feita pelo administrador da página Alerta Leblon, em meio a cinco meses de traumas e abalos no cotidiano da Rocinha. O ordenamento que caracteriza este discurso de segregação em relação à favela não foi um acontecimento isolado, uma vez que comentários com conteúdo semelhante foram feitos também em *sites* de mídias de grande audiência ao noticiarem este período de conflitos armados na Rocinha.

Que povo engraçado, falando como se fosse um absurdo ter tiro na Rocinha né? Vão pro inferno, tem tiro todo dia aí nesse Iraque e agora temos que saber se são tiros ou fogos, eu hein. Os moradores do Leblon não são obrigados a saber diferenciar não, e vocês deveriam agradecer que jogamos luz a esse problema aí na comunidade. Mas sinceramente? Tem gente que merece passar por isso mesmo, que fiquem aí sendo baleados, assassinados, etc, tô nem aí Perfil *Alerta Leblon*, na rede social Facebook²¹¹ (grifo meu).

Novamente, há naturalização e banalização de uma circunstância grave vivida pelos moradores da Rocinha. O texto recorre a estereótipos tanto em relação à Rocinha quanto em relação ao “Iraque”, ambos lugares comparados ao “inferno”. Grande parte do sentido de discriminação em relação à favela é construído a partir da interpretação da circunstância narrada como uma guerra (em que não seria absurdo acontecerem tiros, pessoas serem baleadas e assassinadas). Apesar da proximidade geográfica, a desigualdade social entre as regiões do Leblon, lugar a partir do qual se situa a postagem, e a Rocinha é imensa²¹². A metáfora “jogar luz” foi acionada para afirmar uma condição superioridade dos moradores do Leblon que teriam poder para iluminar o “problema aí da comunidade”.

Retomando as considerações sobre a cobertura da mídia nos eventos relativos à Rocinha entre 2017 e 2018, frequentemente a palavra “de ordem” para classificar essa situação era “guerra”. Em 18 de setembro de 2018, dia seguinte ao início do conflito entre grupos armados na Rocinha, o jornal *Extra* publicou a manchete “Polícia faz operação na Rocinha após domingo de guerra do tráfico na favela”. Essa matéria, assim como outras, referentes ao mesmo conflito, foram publicadas no interior de uma editoria inédita criada por esse periódico (pertencente ao grupo Globo), cerca de um ano antes (em 16 de agosto de 2017), denominada “Guerra” (ver,

210 <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/os-numeros-que-me-atingem/>

211 A postagem foi apagada da página, ainda acessível no *link*: <https://www.facebook.com/leblonalerta/>

212 O Leblon ocupa a segunda posição (0,809) no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por bairros do município do Rio de Janeiro, enquanto a Rocinha ocupa a 151ª posição (0,458), de acordo com dados do Instituto Pereira Passos, a partir do Censo IBGE/2000.

no Anexo I, a reprodução da capa do impresso e do texto publicado). Os editores explicaram a nova seção do jornal (hoje, aparentemente descontinuada) da seguinte forma: “Tudo aquilo que foge ao padrão da normalidade civilizatória, e que só vemos no Rio, estará nas páginas da editoria de guerra”, acrescentando que não se tratava de “uma simples mudança na forma de escrever, mas, principalmente, no jeito de olhar, interpretar e contar o que está acontecendo ao nosso redor”. Nesse espaço, destinado à “barbárie”, diante da qual o “olhar jornalístico” não ficaria “acomodado”, estariam as áreas da cidade “sob o controle de grupos armados” e “mais violentas”²¹³. A julgar pelas matérias sobre o conflito da Rocinha alojadas nessa mesma editoria, não restam dúvidas de que aquele seria o principal espaço de destino das notícias sobre favelas da cidade no periódico. A palavra “guerra” passou a ser, então, o novo “enquadramento” proposto pelo Jornal *Extra* para favelas e periferias, onde inclusive tem grande penetração, conceituando-as como lugar de barbárie.

Alguns autores e autoras, inseridos no campo da sociologia e antropologia urbanas, vêm pensando sobre a transformação da “guerra” em “dispositivo de governamentalidade” como forma de gestão de territórios e populações em favelas e periferias do Rio de Janeiro em diferentes épocas – incluindo o período do programa de “pacificação” das UPPs e da Intervenção Federal na área da segurança pública do estado. Márcia Pereira Leite analisou a construção social das favelas como territórios da violência na cidade do Rio de Janeiro e sua relação com o que chamou de “metáfora da guerra”, além de situar atualizações desse “dispositivo” no contexto do programa das UPPs e da Intervenção Federal no estado. Essas considerações são oportunas para pensar as condições de possibilidade para a ocorrência dos discursos citados anteriormente.

Os referidos enunciados circularam na imprensa, em 2017 e 2018, tratando dos conflitos armados na Rocinha e em outras favelas como situações de “guerra”. Essa forma de classificação, por diferentes atores sociais, não se restringiu àquele momento histórico, mas constitui um “dispositivo discursivo”, amplamente usado ao menos desde a década de 1980, que materializa efeitos de segregação social e espacial ou de controle sobre seus moradores, (LEITE 2000, 2012, 2014).

Entre outros autores/as, Leite vem refletindo sobre ações de segurança pública no Rio de Janeiro, junto a seus efeitos em espaços de favelas e considerados de periferias da cidade e, há algumas décadas, analisa o campo discursivo e a construção de sentidos que vem reforçando a concepção desses lugares como “territórios da violência” (2012) e da criminalidade na cidade.

213 Informações publicadas em 18/08/2018 no jornal *Extra on-line*, posteriormente, retiradas do ar. Informo o link consultado: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/>

Assim sendo, nota que a ideia da “guerra” vem sendo fundamental na construção dessa representação, ao ser inserida ou reproduzida no debate sobre segurança pública pelo estado e outros agentes sociais como a mídia corporativa – que, frequentemente, tem como fonte as forças policiais para assuntos relacionados às favelas, onde também entra, inúmeras vezes, seguindo os passos desses agentes estatais. Mas a “guerra” passa a assumir, para além apenas do sentido metafórico, uma “modalidade de governo dos “inimigos” (LEITE e FARIAS, 2018) em tempos recentes. Essa forma de gestão consiste na legitimação de ações – especialmente por meio da força desmedida, em contextos de militarização – contra os considerados “inimigos”, que passam a abranger um espectro maior de atores sociais.

Principalmente a partir dos anos 1990 “a metáfora da guerra” se configurou, no Rio de Janeiro, como “dispositivo” discursivo central na dinâmica de representação das áreas de favelas essencialmente como espaços de produção da violência (associada à criminalidade) e insegurança para o restante da cidade. Mudanças no cenário urbano em todo o país, nas últimas décadas do século passado, relacionadas à expansão do comércio de drogas ilícitas (LEITE, 2012, entre outros autores) geraram uma reação discursiva, reduzindo o debate a dois polos de uma “cidade partida” (VENTURA, 1994, apud LEITE, 2012). De um lado, estariam “os cidadãos”, “de bem”, sem qualquer vínculo com as instâncias geradoras dessas atividades ilícitas (especialmente de camadas sociais médias e altas), cujas vidas deveriam ser preservadas; de outro, estariam “os inimigos” (provenientes das camadas de renda mais baixas), localizados na “favela” e percebidos indistintamente como criminosos (idem). Como consequência, a demanda articulada pelos primeiros pela restauração “da ordem” e de respostas imediatas no campo da segurança pública foi se concretizando (notadamente a partir do período citado) em respostas também violentas por parte do estado, concentradas sobretudo em ações de repressão policial e das forças armadas sobre favelas e periferias da cidade. Os reflexos se fizeram sentir, ainda em tempos recentes, em altas taxas de letalidade policial naqueles espaços, atingindo especialmente a população jovem e negra²¹⁴.

Neste trabalho, acompanho este argumento e ressalto a importância da percepção sobre o papel da mídia de maior prestígio social (nos termos de Bourdieu) nesta construção simbólica. A partir do processo de comunicação estudado, foi possível perceber, no período dos conflitos armados entre 2017 e 2018 uma superexposição da Rocinha na mídia que significou o aumento das sensações de medo e pânico por parte dos moradores. Dentro da favela, a convivência era não só com tiroteios operações policiais e aparatos bélicos (tanques, caveirões, helicópteros

214 No Rio de Janeiro, de 2002 a 2008, morreram 96,9 % mais jovens negros do que brancos (Instituto Sangari, apud LEITE e FARIAS, 2018, p. 252).

rasantes, soldados mascarados, etc.) – do lado de fora das casas –, mas também com a transmissão, ao vivo, incessante dos conflitos e da sua “suíte” (no jargão jornalístico, se trata da repetição da mesma narrativa com seus novos desdobramentos), entrando pela tela das emissoras de televisão – dentro das casas ou do comércio local.

7.4 [Tensões 3] Sobre militarização, silenciamentos, censura, notícias “boas” e “ruins” no percurso do jornal

Entre 2012 (ano de criação do *Fala Roça*) e 2018 (fim do período de análise desta pesquisa), o país, o Rio de Janeiro e a Rocinha passaram por eventos e situações com repercussões nas vidas dos moradores e nos meios de comunicação dessa favela – alguns se tornaram manchetes de mídias de amplo alcance (inclusive internacionais). Entre as situações e eventos considerados estão: a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora na Rocinha em setembro de 2012, concomitante com o início das oficinas do projeto que deu origem ao *Fala Roça*; o desaparecimento do morador Amarildo Dias de Souza, comprovadamente ocasionado por uma operação deflagrada pela UPP/Rocinha dentro da favela (FRANCO, 2014), em julho de 2013, período em que também ocorreram manifestações populares de grande escala na maior parte do país (as chamadas Jornadas de Junho); três processos eleitorais (em 2014, 2016 e 2018), dois deles nos mesmos anos de realização dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo, em 2014, e Olimpíadas, em 2016), da abertura da linha 4 do metrô (com uma estação situada aos pés da Rocinha), e do *impeachment* (ou golpe) que destituiu a presidente Dilma Rousseff (os dois últimos eventos também em 2016); a explosão, em 17 de setembro de 2017, de um conflito armado de grandes proporções na Rocinha, seguido pela ocupação da favela pelas Forças Armadas, no mesmo mês, e pelo Decreto da Intervenção Federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, de fevereiro a dezembro de 2018.

Os reflexos da Intervenção na Rocinha se fizeram sentir por meio de um número recorde de operações policiais na favela, resultando nas mortes de 59 pessoas (segundo moradores) e em muitas outras violências e traumas severos vividos no cotidiano da favela. Em 2018, ocorreram ainda os seguintes eventos relacionados à mesma favela: a criação de movimentos de moradores – a exemplo do A Rocinha Resiste e Movimenta Rocinha – como espaços de trocas, fortalecimento de vínculos, discussão e reivindicação de direitos, em meio à tensão constante e à interrupção das rotinas dos moradores diante das operações policiais; manifestações de moradores da Rocinha pedindo paz e garantia de direitos; o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes (em março de 2018) – a perda

violenta de Marielle se fez sentir no ambiente das favelas, incluindo a Rocinha, na forma do aumento do medo e do silêncio face às violências cometidas pelo estado.

A dinâmica das relações discursivas no caso do *Fala Roça*, que envolveram contextos e outros discursos com os quais dialogava (entre outros elementos), influenciou em decisões sobre notícias a serem publicadas, avaliações sobre notícias “boas” e “ruins”, como e quando abordá-las, além de cogitarem mudar a linha editorial. Ao mesmo tempo em que também implicou a interação com discursos de ameaça e intimidação, resultando em silenciamentos. Parece óbvio dizer que notícias consideradas ruins se referem a situações consideradas desagradáveis, mas essas podem assumir diferentes significados, de acordo com os contextos específicos no qual estão inseridas, para pessoas mais ou menos próximas aos eventos relatados por veículos de informação. Alguns cenários percebidos neste estudo etnográfico, além de eventos, acontecimentos e narrativas dos comunicadores sobre suas próprias experiências suscitam refletir sobre esse processo de comunicação em diálogo com o debate em torno da concepção de militarização e as formas diversas que assume no ambiente urbano contemporâneo.

Pesquisas relativas às áreas de sociologia e antropologia urbanas vêm apontando, nos últimos anos, para o entendimento de que dinâmicas não apenas restritas ao âmbito das forças armadas e seus desdobramentos em termos de segurança pública fazem parte do entendimento sobre o campo da militarização, que diz respeito a uma “forma de governo” (FARIAS et al, 2018, p. 11), com inspiração no pensamento de Michel Foucault, e à circulação de poder em circunstâncias e contextos diversos, não apenas vinculados às instâncias estatais. “Os governados são, sobretudo, os pobres urbanos, os moradores de periferias e favelas, os considerados insuficientemente civilizados” (idem). Portanto, este tema diz respeito a situações tanto ligadas à convivência próxima da população da Rocinha com forças e aparatos militares propriamente ditos, tratadas nesta sessão, quanto a tensões relativas à grande imprensa e a projetos sociais para favelas. Nesse sentido, Leite e Farias ressaltam, recuperando o conceito de “novo urbanismo militar”, de Stephan Graham (GRAHAM, apud LEITE e FARIAS, 2018), para pensar o caso do Rio de Janeiro:

No caso brasileiro, especificamente no Rio de Janeiro, o novo urbanismo militar vem se traduzindo na militarização da questão urbana, no recurso constante ao poder de matar (direto e indireto, como nos ensina Foucault) na torção da legalidade e na prática usual de ilegalismos contra os figurados como ‘inimigos’, na criminalização de movimentos de protestos e no refinamento e expansão das técnicas de vigilância e de controle social e espacial. Trata-se de um ponto de virada na vida cotidiana e no arcabouço institucional-legal pretensamente democrático que preside a sociedade brasileira.

Talvez possamos pensar em como esse “ponto de virada” se expressaria em dispositivos discursivos de censura e silenciamento que tensionaram o percurso do Jornal *Fala Roça*.

“Só notícia boa? Então me dá dois!”

A fala reproduzida no subtítulo acima, da senhora moradora da Rocinha que aparece na fotografia inserida na abertura desta seção da tese, configurou uma reação ao gesto de entrega do jornal pelo comunicador Michel. Esse enunciado foi escutado e lembrado por Michele, também comunicadora do jornal, ao olhar para essa imagem – como parte da dinâmica metodológica realizada neste estudo, usando a fotografia como instrumento de pesquisa. Michele estava presente na cena fotografada, além do irmão, Michel, e Beatriz, não (o que contribuiu para a imagem suscitar diferentes tipos de comentários e lembranças nos três jovens). Esse “interdiscurso”, inserido na dinâmica de comunicação do *Fala Roça*, indica uma condição colocada pela moradora para ler o jornal: ter “notícias boas”. Mas o que configuraria notícia boa, nesse caso? Essa pergunta não foi feita à senhora naquele momento da entrega do jornal (em fevereiro de 2015), quando ocorreu apenas um breve encontro dos jovens com a potencial leitora, deixando em suas mãos um exemplar da quinta edição do jornal, além da promessa de que ali ela encontraria as notícias que gostaria de ler. Algumas construções de sentido podem ser pensadas, por meio de relatos dos comunicadores e situações vividas, além de compreender como situações específicas influenciaram na construção desses entendimentos.

Do momento da cena narrada acima, darei um salto no tempo três anos adiante, até uma das muitas outras vezes em que estive com o pessoal do jornal: dessa vez, em 19 de fevereiro de 2018, quando a comunicadora Michele narrou algumas preocupações em relação ao impresso²¹⁵. O resumo das apreensões foi o fato de, no ano anterior, não terem conseguido lançar nenhuma edição. Após a publicação do oitavo número, em agosto de 2016, a dificuldade de conciliar os tempos de todos da equipe já havia levado a tomarem a decisão de fazer uma pausa (programada) na produção do impresso para “a gente se avaliar, reestruturar” e retomarem a produção do jornal em agosto de 2017. Mas a pausa foi atropelada por outros acontecimentos. “Em setembro, começou essa guerra toda” e “quebrou os planos”, descreveu. Outra circunstância que também influenciou foi um compromisso de trabalho que levou Michele a passar uma temporada na Indonésia, no mesmo ano. Com tudo isso, apreensiva, contou que estavam repensando o seu papel “enquanto comunicadores” e a própria linha

215 Na ocasião, encontrei com Michele para dar retornos da pesquisa, checar alguns pontos da sua entrevista de história de vida e saber como todos estavam, em meio às operações policiais constantes e o clima de tensão na favela, com o início do período da Intervenção Federal.

editorial do jornal. Cogitavam fazer mudanças. “Aproveitar esse momento que está acontecendo e colocar a nossa maneira de nos posicionarmos em relação a esses fatos”. Ainda seria preciso aprofundar essa discussão no grupo, mas havia consenso em reavaliar. E mudar talvez não se tratasse de uma questão de escolha, conforme Michele:

Às vezes, temos oportunidade de optar em fazer uma linha mais amiga, menos violenta, porque a gente achava que tinha essa opção de escolha, mas, olhando friamente, sabemos que não. Essa opção nunca existiu de fato; a gente subentendeu ela e era meio confortável pra nós – combinando com a nossa personalidade também, de ser mais pro lado da positividade, das coisas boas.

Antes de prosseguir com considerações sobre o relato de Michele, faço um parêntese para dizer que, ao escutá-la, naquele momento, foi impossível não compartilhar das emoções que se instalavam ao longo do seu relato e que, na verdade, já estavam presentes na vivência daqueles tempos difíceis. Uma vivência, da minha parte, diferente de quem mora na favela. Porém, uma vivência. Apesar de o jornal não ter sido publicado em 2017, continuei a acompanhar reuniões de pauta e a frequentar a Rocinha. Naquele momento, diante do relato, a sensação foi de que algo havia se rompido.

Retomo as considerações sobre as falas anteriores. De acordo com a comunicadora, uma linha editorial “mais amiga”, naquele momento, poderia ser entendida como mais positiva e seria mais distante da violência (relativa aos conflitos armados). O lado da “positividade” também é descrito como a “personalidade” do jornal – que se confunde com a dos jovens da equipe, nessa fala. Por oposição, o lado mais negativo se aproximaria dessa violência. Mas optar por uma linha editorial mais positiva não seria uma questão de escolha diante da situação vivida. No outro extremo, aproximar-se das pautas que tratavam de violência armada na favela trazia o risco de aproximação da cobertura da imprensa corporativa e dos estereótipos que geravam preconceito. Além disso, havia outros riscos, como os ligados à “integridade física” dos comunicadores ao tratar desses temas no jornal, como disse Michel, em outra ocasião²¹⁶.

Para os comunicadores do FR, assim como para muitos comunicadores de favelas, notícias ruins, muitas vezes, são as que associam as favelas ao universo da criminalidade e da violência armada, reforçando preconceitos em relação aos seus moradores, ou seja, são temas que têm efeitos (negativos) concretos em suas vidas. Portanto, faz sentido pensar que abordar esse tipo de assunto para Beatriz, Michel e Michele não seria a mesma coisa do que para jornalistas que não vivenciam aquelas situações: enquanto os primeiros falam de suas próprias dores, os últimos falam das dores dos “outros”.

216 Trecho do livro *Construindo mídia comunitária: as experiências de Michel Silva*, de autoria de Michel Silva. (No prelo).

Na época da criação do portal Viva Rocinha (2011), onde Michel e Michele atuavam produzindo informações sobre a Rocinha, antes da existência do *Fala Roça*, a intenção já era a de não abordar “as questões de violência”.

Convidei minha irmã Michele Silva, graduada em Comunicação Social, para investir na ideia de um jornal comunitário. Ela trabalhou como locutora em uma rádio comunitária, tinha conhecimento sobre a favela e sempre gostou de comunicar. A primeira providência que tomamos foi excluir as questões de violência da linha editorial do projeto que ainda não tinha nome. Os jornais comunitários, por motivos bem compreensíveis, não tratam explicitamente dessa questão. Os grandes veículos de comunicação já realizam o trabalho de noticiar esses fatos (Trecho do livro *Construindo mídia comunitária: as experiências de Michel Silva*. No prelo).

A mesma ideia foi mantida, posteriormente, com o *Fala Roça*. Não só a mídia de maior alcance prosseguia abordando esses assuntos, mas continuavam a existir, também, implicações em relação à segurança dos comunicadores, conforme Michel descreveu: “Nunca aceitei colaborar para uma pauta que envolvesse o tráfico de drogas por causa da minha integridade física”, explicou em outro trecho do seu livro autobiográfico (em fase de redação). Esse tema atualiza uma preocupação em relação à abordagem tanto de assuntos relacionados à atuação de grupos envolvidos com a venda de drogas e outras atividades ilícitas quanto da atuação de agentes estatais militares encarregados de ações de segurança pública em favelas do Rio de Janeiro (polícias e forças armadas, etc.). Hoje e em outros tempos, representa uma zona perigosa para comunicadores/as. Ramalho (2007), Martins (2018) e Souza (2018) evidenciaram essa situação em diferentes épocas. No começo dos anos 2000, esse se tornou um dos grandes temas de discussão – e impasses – da cobertura jornalística do portal Viva Favela (realizado pela ONG Viva Rio), um dos primeiros veículos da “era” da internet voltado exclusivamente para a produção de conteúdo sobre favelas, onde trabalhavam em parceria comunicadores/jornalistas locais e profissionais com experiência de atuação na imprensa convencional – em sua primeira fase (RAMALHO, 2007). Fui editora de fotografia do portal, entre 2001 e 2004, participando da sua fundação e integração da rotina fotográfica ao direito humano fundamental do respeito à dignidade do retratado, mas esta é uma outra história. Aqui cabe lembrar, por meio da narrativa de Cristiane Ramalho, editora-chefe do portal naquele primeiro momento, que “falar de violência era um tabu para os correspondentes comunitários” (moradores de várias favelas do Rio), mas também não tocar no assunto “era ignorar uma parte da história da própria cidade, em última instância do país” (RAMALHO, 2007, p. 134). A solução encontrada para sair do “clima água com açúcar” (idem) foi a criação da sessão “Vidas perdidas”, para tratar dos efeitos da violência armada na vida da população das favelas – cuja cobertura, em geral, era feita por jornalistas não residentes no local.

Em tempos mais recentes, tais questões se atualizam com outros fatores em jogo: um de seus principais componentes é a dinâmica de militarização expressa no Rio de Janeiro cuja face mais evidente se vincula aos “dispositivos” (FARIAS, 2018) de segurança estatais que radicalizam, nas favelas, as ações voltadas para o combate a conflitos armados – que lá não se originam, nem tampouco terminam. A realização dos grandes esportivos na cidade (desde 2007 a 2016), com seus vínculos junto à política de “pacificação” das UPPs, instaladas em determinadas favelas a partir de 2008, passaram a configurar um cenário de maior naturalização da militarização da vida nesses espaços urbanos. Renata Souza (2018) e Gizele Martins (2018) descrevem efeitos desse processo na região de favelas da Maré e, particularmente sobre meios de comunicação locais, na forma de censura e ameaças, que se transformam em silenciamentos.

Na trajetória do *Fala Roça*, situações de ameaça e censura também ocorreram. Individualmente, alguns comunicadores sofreram intimidações, que não serão relatadas por questões de segurança. No que diz respeito ao jornal, a sua inclusão em uma lista de grupos, considerados “permeáveis a ideias extremistas”, citados no inquérito judicial²¹⁷ que condenou 23 manifestantes, no Rio de Janeiro, pela participação nas Jornadas de 2013 gerou consequências e reavaliações. Conhecido como o “caso dos 23” ou “grupo dos 23” o processo de criminalização e condenação de 23 manifestantes por participarem de protestos, em 2013, ensejou uma lista de “grupos organizados”, “denominados de coletivos ou movimentos sociais, permeáveis a ideias extremistas e manipulações políticas que são cooptados para agir como forças de pressão que transitam pela esfera da violência deliberada”. O *Fala Roça* foi incluído nessa lista, onde constam 73 grupos, entre movimentos ligados aos Sem Teto, sindicalistas, meios de comunicação de favelas, mídia ativistas, estudantes, ONGs, indígenas, etc. Entre as consequências, podem ser considerados o medo e a insegurança em relação à abordagem de assuntos vinculados à segurança pública – uma vez que reivindicar direito à voz e falar por si, para esse jornal que circulava na Rocinha, foi suficiente para ser classificado pelo Tribunal de

217 Conhecido como o “caso dos 23” ou “grupo dos 23” o processo de criminalização e condenação de 23 manifestantes por participarem de protestos, no Rio de Janeiro, no ano de 2013 ensejou uma lista de “grupos organizados”, “denominados de coletivos ou movimentos sociais, permeáveis a ideias extremistas e manipulações políticas que são cooptados para agir como forças de pressão que transitam pela esfera da violência deliberada”. O *Fala Roça* foi incluído nesta longa lista, onde constam 73 grupos, entre movimentos ligados aos Sem Teto, sindicalistas, meios de comunicação de favelas, mídia ativistas, estudantes, ONGs, indígenas, etc. Sobre o “Caso dos 23”, ver https://www.vice.com/pt_br/article/mb4bzq/o-caso-dos-23-e-a-criminalizacao-dos-protestos-no-brasil, <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/07/19/O-que-h%C3%A1-na-senten%C3%A7a-que-condenou-23-ativistas-de-protestos-de-rua>, <https://ponte.org/justica-do-rj-condena-a-prisao-23-pessoas-que-participaram-de-protestos-em-2013-e-2014/>. Acesso em: 18 jan. 2020. O documento do inquérito e a citação da lista de movimentos “extremistas” podem ser vistos em: https://drive.google.com/file/d/180KHU4QK_y2ksdIz0WnXWzjyWoOUZMS/view e <http://ww5.us.twitcasting.tv/olhodarua1/movie/82918843> (a partir de 7 min).

Justiça carioca como uma forma de ameaça (junto com outros 73 “grupos organizados”). A condenação ocorreu em julho de 2018, portanto, assuntos abordados pelo FR, como o desaparecimento de Amarildo, podem ter motivado a inclusão na lista dos grupos considerados perigosos.

Circunstâncias como essas provocaram reavaliações, por exemplo, no tocante à linha editorial do jornal. Tais reconsiderações de rumos, longe de apontarem incoerências no processo estudado, podem ser entendidas como formas contemporâneas de agência e mediação construídas pelos jovens comunicadores a partir dos seus locais de origem. Como sujeitos políticos ativos, buscaram brechas negociando caminhos discursivos possíveis em meio a um fluxo permanente, frenético, de circunstâncias, informações e eventos presentes na condição urbana da cidade. Haveria brechas ou modulações que pudessem ser buscadas fora dos extremos dos discursos das notícias “boas” ou “ruins”? Michele apontou, em 2018, para a direção de aproveitarem “o que está acontecendo e colocar a nossa maneira de nos posicionarmos em relação a esses fatos”. O impresso permaneceu interrompido até o término deste estudo, portanto, os caminhos ainda estão por vir.

7.5 [Tensões 4] Efeitos de políticas públicas e projetos sociais para jovens de favelas nos caminhos do *Fala Roça*

O contexto do surgimento do Jornal *Fala Roça* remete à reflexão sobre a sua relação com a dimensão das políticas públicas voltadas para favelas, assim como, dos projetos sociais que têm nos/nas jovens seu foco principal e na cultura sua área específica de atuação. Interações relativas ao programa das UPPs na época da criação do jornal foram abordadas anteriormente no âmbito deste trabalho (no capítulo 3), assim como o contexto do programa social por meio do qual essa mídia foi elaborada. Nesta sessão, reflito sobre efeitos e tensões, no campo discursivo do FR, relacionados a políticas e projetos (mencionadas acima) – que, em tempos recentes, vinculam ações de segurança pública e o estímulo a iniciativas voltadas para o empreendedorismo entre os jovens; discuto o fato de este caminho para a vida profissional ser apresentado de forma simplificada, por vezes romantizada, deixando de apontar os potenciais riscos e perdas que pode significar. Para tanto, abordo contribuições de estudos e concepções sobre políticas públicas e programas sociais voltados para jovens brasileiros, sobretudo, tentando pensar o contexto das favelas cariocas.

Falar em favelas do Rio de Janeiro implica reconhecer suas gigantescas diversidades, suas configurações sociais, históricas, geográficas; suas populações heterogêneas; sua presença que funda, alicerça e participa da cidade; seus mapas afetivos; suas redes de solidariedade; seus

direitos (incluindo o de falar por si) e suas lutas incessantes para conquistá-los. Há muito mais a ser dito e escutado, obviamente, mas, no que diz respeito a ações do estado e em parceria com instituições da sociedade civil – cujas fronteiras, conforme Gupta (2009) são “borradas” – têm sido frequentes as políticas públicas voltadas para segurança e a população jovem nesses espaços. Quanto ao caso do processo de comunicação objeto deste estudo, pode-se pensar que o *Fala Roça* teve início, na Rocinha, a partir do cruzamento entre ambas. Irei recuperar algumas noções, discursos e aspectos tratados em pesquisas que vêm abordando esses temas, antes de me concentrar em tensões presentes no cenário aqui esboçado. Diante da complexidade dessas situações sociais, busquei enxergar para além de “representações binárias que cristalizam e essencializam”, como sugere Tommasi (2018) a respeito de questões que tangem oportunidades de trabalho, projetos sociais e políticas para jovens de favelas.

Inicialmente, faz-se necessário enfatizar consensos já formulados na literatura (considerando principalmente contribuições das ciências sociais) em torno da categoria “juventude”, como a ideia de se tratar de uma construção social, cultural e histórica, implicando perceber a existência de diferentes representações sobre o assunto, que variam ao longo do tempo e dos espaços de referência (BOURDIEU, 1983). Ao lado disso, agregam-se os entendimentos de que os limites entre as idades são arbitrários e os significados acerca das concepções dos períodos etários estão sempre em disputa (NOVAES, 2006; SOUZA, P. 2018; DOS PASSOS, ENNE, 2018). Conforme Dos Passos e Enne:

Sociedades classificam e separam gerações a partir de critérios diversos e, em uma mesma espacialidade físico e social, muitos sentidos de juventude podem conviver, se atravessar, entrar em conflito, se complementar, revelar possibilidades diferentes de ser e estar no mundo (2018, p.125).

Ao concentrar o foco apenas sobre a cidade do Rio de Janeiro, não seria menos complexa a tarefa de buscar delimitar quais seriam as características das juventudes dessa metrópole. As mesmas autoras enfatizam a heterogeneidade desse grupo, diante da “arena” conflituosa da cidade (idem):

Na cidade do Rio de Janeiro contemporânea, também são muitos os critérios que serão usados para a definição do ser jovem, processo ainda mais acentuado por se tratar de uma metrópole globalizada, arena de disputas e conflitos diários, avassalada por ações especulativas e do poder público que atuam de forma incisiva sobre a cidade e seus habitantes, fazendo que a compreensão da multiplicidade, diversidade e ambiguidades acerca das juventudes que a compõem se coloque como um desafio ainda mais complexo.

De acordo como dados do último censo do IBGE (2010), também registrados por essas pesquisadoras, jovens do Rio de Janeiro que tem entre 15 e 29 anos, representam cerca de 25%

da população da cidade, correspondendo a, aproximadamente, um milhão e quinhentos mil habitantes, em um universo total em torno de 6 milhões de residentes. Outras informações relacionadas à educação e violência, levando em conta o fator racial, nessa faixa etária, em todo o país, não deixam dúvidas de que “jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais” (NOVAES, 2005, p. 105). Não só a quantidade de jovens negros, analfabetos é quase duas vezes maior do que a de jovens brancos (NOVAES, 2019, p.12), como o número de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos (a principal causa de mortes nessas idades) atinge principalmente negros do sexo masculino, moradores de periferias dos centros urbanos (DOS PASSOS e ENNE, 2018). Apesar das evidentes disparidades que se expressam também por meio de outros recortes seccionais, como gênero e classe social, tanto em nível nacional como regional, as políticas públicas do país voltadas para essa faixa etária, não raro não levam em conta estas diversidades – as quais muitas vezes se materializam em termos de estruturas sociais desiguais. Mas, seja de um lado ou de outro, há que se tomar cuidado com as generalizações.

As políticas estatais que têm os jovens brasileiros como foco possuem também uma trajetória, com momentos contrastantes, e se vinculam às próprias concepções vigentes sobre a condição juvenil em nosso país, sob influência de agendas de órgãos de cooperação e agências internacionais: são também objeto de disputa na sociedade (SPOSITO e CARRANO, 2003). Em uma breve cronologia, ações para esse segmento começaram a ser elaboradas, no âmbito do governo federal, ainda nos anos 1990 (idem) no período de governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), embora não constituíssem uma política unificada; mas já nos anos anteriores, havia uma perspectiva acentuada, ainda que não fosse isolada, vinculada à representação dos jovens (em geral, pobres) como algum tipo de perigo/ameaça social e, portanto, um problema a ser solucionado (SOUZA, P. 2018; ROCHA, 2015).

Segundo Souza, P., “Notícias, pesquisas e formulações associando o jovem pobre à violência urbana, educação e trabalho precários, ociosidade, situações de risco envolvendo certas condutas sexuais ajudavam a justificar tais opções de financiamento e de ação” (SOUZA, P., 2018, p. 104). Na primeira década dos anos 2000 (no período da presidência de Luís Inácio Lula da Silva, do PT, 2003-2010), outras estruturas de participação política se formaram, abrindo espaços para conhecer e acolher demandas de movimentos juvenis. Foi criada a Política Nacional de Juventude, em 2005, estimulando o reconhecimento dos jovens como “sujeitos de direitos”; dela fizeram parte a Secretaria Nacional de Juventude, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), do Ministério da Educação, oferecendo bolsas de estudo, integrais e parciais, em instituições particulares de educação superior, entre outras ações. Mas a situação de desigualdade social persistiu nesse

segmento, bem como na sociedade brasileira como um todo (NOVAES, 2019). Formaram-se (ou mantiveram-se) “hiatos” entre sujeitos jovens e seus direitos, conforme expressão usada por Novaes (2019, p. 12).

Nos anos 1990, como é amplamente conhecido, passado o longo período de repressão política que caracterizou a ditadura civil-militar no Brasil (de 1964 a 1984), houve um aumento substancial da atuação do segmento conhecido como “ONGs” (organizações não governamentais), ou “OSCs” (organizações da sociedade civil), conforme classificação recente²¹⁸, no país. Atualmente, trata-se de um setor consolidado, responsável pela execução de grande parte dos programas ou projetos sociais, elaborados de acordo com as diretrizes de política públicas nacionais e regionais. Heterogêneo, é composto por organizações privadas e sem fins lucrativos e incorpora uma dupla representação, sob os olhos da população em geral²¹⁹: podem ser vistas com desconfiança, face a denúncias variadas envolvendo algum tipo de ilicitude, ou, ao contrário, serem vistas como apoiadoras de atividades em prol dos direitos de populações empobrecidas. Sua atuação e seus discursos em favelas do Rio se tornaram frequentes (mais em umas do que em outras), por meio da realização de projetos sociais (por vezes, em parceria com empresas e/ou organizações estatais), sendo também crescentemente geridas por moradores locais.

Dentro dessa dinâmica, Novaes (2006) e Souza (2018) observam que o incremento das políticas públicas para a população juvenil vem ensejando a apropriação de suas gramáticas pelos jovens locais, criando, por exemplo, formas de pertencimento remetidas ao “projeto” – os “jovens de projeto”, conforme Novaes – ou uma nova “chave” para o entendimento sobre “ser jovem em uma favela do Rio”, conforme Souza (2018). Mas há que se atentar também para efeitos preocupantes da atuação dos projetos sociais, como o “enquadramento” em certos discursos, como é o caso da retórica do “risco” ou da salvação de caminhos que estariam fadados ao envolvimento com o tráfico e a violência armada – reforçando o estigma do jovem como perigo e da favela como lugar de violência, como também notei em um estudo de caso no conjunto de favelas da Maré, ainda no início dos anos 2000 (FARIA, 2005). Nesse sentido,

218 De acordo com pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “os termos organizações não governamentais (ONGs) e OSCs definem entidades enquadradas simultaneamente em cinco critérios: i) são privadas e não estão vinculadas jurídica ou legalmente ao Estado; ii) não apresentam finalidades lucrativas; iii) são legalmente constituídas, têm personalidade jurídica e inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); iv) são autoadministradas e gerenciam suas atividades de maneira autônoma; e v) são constituídas voluntariamente (IBGE, 2019; Lopez, 2018). MELLO, J.; PEREIRA, A.; ANDRADE, P. Afinal, o que os dados mostram sobre a atuação das ONGs. Uma análise das transferências federais e dos projetos executados pelas OSCs no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

219 (Idem)

tais projetos, por meio de determinados “repertórios”, ou discursos, reforçam esses estereótipos e remetem à ideia de oferecer “solução” para o “problema da favela”, conforme Rocha (2015).

Entre esses “repertórios dos projetos sociais”, foram ganhando força, também nos anos 2000, aqueles que ofereciam formas de ingresso ao mundo do trabalho, como capacitações e atuação por meio do empreendedorismo. Não eram raros os discursos de ONGs e projetos que tratavam esses caminhos como saídas alternativas, para jovens de regiões de baixa renda, ao ingresso no mundo do crime. (ROCHA, 2015, p. 320). Tal momento coincide com os preparativos da cidade para os grandes eventos esportivos e da reestruturação produtiva das condições de trabalho, com as perdas progressivas de direitos, já em curso anteriormente. Ainda de acordo com Rocha, “o incentivo ao empreendedorismo é cada vez mais presente no trabalho realizado por ONGs em favelas e está relacionado a novas modalidades de inserção das favelas cariocas e de seus moradores no cenário de uma cidade em mutação como o Rio de Janeiro em tempos de grandes eventos (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos)” (2015, p. 326). Espaços de projetos sociais são diversificados; podem ensejar encontros diversos – como o que deu origem a esta pesquisa. E também podem ser espaços de disputa. No caso estudado, os jovens escolheram criar um jornal e, a partir desse meio de comunicação, tradicionalmente um espaço de afirmação de direitos e lutas das populações de favelas, outras disputas também se tornaram presentes, para além do projeto social. Estava em jogo a elaboração de um discurso, que se trata de uma forma de poder (conforme Foucault), e a apropriação do instrumento em que, naquele momento, poderia se materializar.

No contexto de atuação do Jornal *Fala Roça*, discuto algumas nuances em relação a esse cenário, concentrando a análise em alguns pontos específicos. O primeiro são as representações contidas no conjunto das edições impressas, relações com o universo discursivo do projeto/metodologia em que foram produzidas e efeitos sobre a gramática do jornal. Nesse caso, abordo também a situação de um “aconselhamento” a respeito do noticiário do jornal e falas dos comunicadores sobre notícias do jornal. Chamei de “híbrido” o conjunto do discurso do jornal que reúne diferentes representações da Rocinha, nos planos coletivo e individual. Discuto que fazem parte dessa dinâmica de representações afinidades com discursos que coincidem com os repertórios de projetos sociais que lançam mão da ideia do empreendedorismo, mencionados acima, na escolha de algumas histórias contadas no jornal. Procuro perceber, ainda, como o jornal se refere a “projetos” e “escuto” falas dos comunicadores a respeito de notícias “boas” publicadas no impresso.

Ao longo do trabalho de campo da pesquisa, na Rocinha, notei que era incomum ouvir falar em “ONG”, por outro lado, falar em “projeto” era frequente. E também circulavam

variadas “oportunidades” relacionadas a capacidades “empreendedoras”, especialmente voltadas para jovens – que tinham lugar não só na Rocinha, mas em diferentes espaços da cidade. Nessa chave, havia oferta de desenvolver “competências” em atividades na área cultural/artística e em relação ao uso de tecnologias. Essa impressão, de certa forma, encontra um paralelo com o conteúdo do *Fala Roça* impresso: nas páginas do jornal, encontrei 01 (uma) menção ao termo ONG e 07 (sete) ao termo “projeto”. Além disso, o jornal lançou o “Mapa Cultural da Rocinha”, em que “mais de cem projetos culturais foram mapeados”, de acordo com matéria publicada na oitava edição²²⁰. O mapa, interativo e disponível no *site* do jornal, foi feito percorrendo a favela e usando tecnologia GPS para registrar as localizações de cada iniciativa. Segundo Michel Silva, a motivação inicial desse mapeamento foi uma resposta ao apagamento do termo “favela” de mapas digitais, em 2016, ano das Olimpíadas no Rio de Janeiro, diz o texto publicado no *site* do jornal:

A Prefeitura do Rio pediu ao Google para reduzir a presença das favelas no mapa da cidade. Uma espécie de remoção virtual. O que era favela foi substituída por “morro”. Outras favelas foram completamente apagadas. Em contraponto, o *Fala Roça* mapeou mais de 100 pontos de práticas culturais, como centros sociais, espaços educativos e áreas de lazer.

Portanto, mapear os projetos culturais foi uma forma de “fazer aparecer” a favela no mapa, trazê-la de volta à cartografia da cidade. A abordagem do tema do empreendedorismo propriamente dito pelo FR ganhou a capa da 7ª edição, de dezembro de 2015, conforme já contextualizado no capítulo 5. Aqui, recupero brevemente um histórico relacionado ao vocabulário do empreendedorismo na Rocinha. Em 1996, foi inaugurado, nesta favela, o escritório do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)²²¹, uma das principais agências de fomento a pequenas empresas e negócios do país. José Luiz Lima, historiador e morador da Rocinha durante boa parte da vida, foi um dos responsáveis pela implantação do escritório e permaneceu trabalhando no Sebrae até a segunda década dos anos 2000. “Em 1996, ainda não ouvia falar na palavra empreendedorismo”, relembrou. A partir de 2001, Sebrae e prefeitura do Rio realizaram o projeto Favela Bairro (no governo de César Maia), que também incentivava negócios pequenos, por meio do projeto Favela Bairro Empresa, realizado de 2001 a 2005. Nesse momento, já circulavam ideias em torno do fomento

220 Matéria “*Fala Roça* lança Mapa Cultural”, publicada na 8ª edição, de agosto de 2016. O mapa está acessível no *site* do jornal: <https://falaroca.com/mapa-cultural-da-rocinha/>

221 O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos. É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Desde 1972, trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos. Acesso em: 12 set. 2020.

a pequenos empreendimentos em favelas. Zé Luiz esclarece que a concepção de empreendedorismo é, essencialmente, realizar negócios, para gerar “riqueza, as pessoas ganham dinheiro, você tem um relacionamento com o mercado e precisa ter uma administração científica”. Científica, explicou, é a administração voltada para “gestão financeira e bem focada em: ‘eu compro por tanto, vendo por tanto, essa é a receita, essa outra parte é o meu lucro’”.

Vale enfatizar ao menos três perspectivas da longa experiência de José Luiz de trabalho com atividades do Sebrae em favelas do Rio. A primeira é que há uma dinâmica de negócios de família mais voltados para a sustentabilidade e não necessariamente “de mercado”, nas favelas, que precisa ser respeitada. “Não podemos, o Sebrae, levar o nosso pensamento de forma literal para as favelas, vai falir o negócio. Tem que entender a realidade das favelas, onde, por exemplo, muitas vezes trabalham com fiado – e dá certo – nem sempre com cartão de crédito”. A segunda é que a decisão de se formalizar, criar uma pessoa jurídica, é extremamente impactante e, segundo Zé Luiz, deve ser do grupo (no contexto das favelas), não de agentes externos ao grupo. “É uma decisão do grupo. Porque no momento que você se compromete com essa coisa da produção, muda a sua vida. ‘Ah, mas é um grupo de artesanato, de empreendedorismo social’, sim, mas você tem uma relação com o mercado e aquele tempo, que era seu, passa a ser o tempo da produção”. O terceiro diz respeito à atividade do empreendedorismo no contexto específico de jovens moradores de favelas: “Olho para os jovens na comunidade, que às vezes não têm nem o ensino médio, e num Estado que diz que o mercado é a solução da vida pra todo mundo. Como esses jovens vão resolver a vida deles, então? Não acho que é o empreendedorismo que vai resolver. O empreendedorismo é uma ponta num projeto de vida que você tem, que é empreender”.

A forma como o jornal aborda a situação do jovem casal, na matéria de capa, enfatiza o ingresso no mundo do empreendedorismo como uma espécie de receita (ou saída) para enfrentar a situação de desemprego. E, de fato, foi. Porém, não se tratou de uma escolha entre muitas, mas justamente de uma falta de opções diante do desemprego, que obrigou o casal a buscar sobreviver na lógica da instabilidade, onde a “doçura” de conseguir equilibrar as contas pode acontecer hoje, mas não amanhã. Diz o texto: “Se nos primeiros meses a vida de desempregado teve um gosto amargo, hoje, é só doçura. Para enfrentar a crise que o país atravessa e para colocar as contas em dia, os dois viraram empreendedores”. A narrativa ressalta os esforços e as estratégias do casal, com empatia e texto bem elaborado que nos faz acompanhar cada passo do casal. Menciona alguns percalços, mas é no final do texto, na última frase, que surge um ingrediente que pode passar despercebido nesta história: o papel central das dificuldades neste percurso de alteração na experiência de trabalho (as quais, na fala da jovem entrevistada,

superam as facilidades). “Para quem deseja empreender, Bárbara dá um conselho. ‘Tem que lutar, porque tudo o que era fácil se torna difícil. Mas é preciso acreditar que você é capaz’”.

A intenção desta análise é atentar para sinais dos tempos e das circunstâncias sociais e, de forma alguma, julgar as escolhas feitas no texto escrito por Michele e Beatriz. A história contada nessa reportagem novamente nos coloca diante de trajetos de trabalho da geração mais jovem nessa parte da cidade. Vera Telles nos ajuda a pensar que “são jovens que se lançam no mundo em um momento em que o encolhimento dos empregos e a precarização do trabalho acontecem ao mesmo tempo e no mesmo passo em que os circuitos da vida urbana se ampliam e se diversificam” (2010, p. 119). E, portanto, as “experiências de trabalho (e não trabalho) se entrelaçam com a experiência da própria cidade” (idem). Há um jogo de acessos e bloqueios e ao olhar para essas experiências, vemos como os mais jovens fazem suas passagens pela “dobradura” dos mundos do trabalho, que estruturam relações sociais e modos de vida. Lembremos que “ser empreendedor” é também um modo de autoreconhecimento, “uma maneira de formular esperanças de construir uma vida plausível” (2010, p. 140).

Nessa reportagem, há uma aproximação com alguns “aconselhamentos” do que deveria, ou não, ser abordado no jornal, segundo um dos integrantes do projeto que elaborou o jornal. Em um evento (descrito no capítulo 5), houve uma crítica à matéria sobre o legado das Olimpíadas de 2016, publicada na capa da 8ª edição do *Fala Roça*: foi dito que aquele assunto não deveria estar no jornal, pois o “público do jornal” queria ver histórias de sucesso dos moradores e não pautas do “movimento social” – que, em geral, expressam lutas por melhorias de vida e remetem ao cenário macro de desrespeito aos direitos coletivos. Mas, olhando para as representações da Rocinha no *Fala Roça*, vemos que, apesar da crítica, a abordagem predominante nas capas do impresso (espaço de maior relevância nas mídias jornalísticas) é de assuntos em torno de situações que remetem à luta por direitos coletivos dos moradores da Rocinha. Já na parte interna, predominam as “boas notícias” na forma das histórias de moradores (extremamente ricas e emocionantes, há que se reconhecer), que sozinhos, se responsabilizam pelo seu sucesso ou fracasso e, em geral, superam as dificuldades.

Nesse caso, percebi a influência de noções/paradigmas que sustentam o discurso do empreendedorismo na construção das notícias “boas”. A coexistência dessas representações remete (entre outros elementos), a meu ver, à ideia de um discurso que chamei de “híbrido”. Abaixo, transcrevo um diálogo com Michel Silva sobre o assunto.

K: Existem muitas histórias, de pessoas que superam problemas, outras que não superam os diversos problemas pelos quais passam.

M: Sim, tem pessoas que ficam lá, na miséria, em situações ruins...

K: Existem pessoas que superam sim. E vocês escolhem contar essas histórias, mais do que outras.

M: É, eu já refleti também.

K: Vou chamar isso, na tese, de um conteúdo híbrido, que junta coisas diferentes.

M: Eu já cheguei a pensar nisso e acho que o *Fala Roça* tem até um *mea culpa*, de que em alguns momentos faz uma romantização falando das coisas boas da Rocinha. Por exemplo, realmente, eu nunca fiz uma matéria ou um perfil de uma pessoa que vive na miséria. Falo tanto da desigualdade na Rocinha, mas nunca publiquei uma matéria mostrando uma miséria. E tem miséria na Rocinha sim. Uma vez acho que publiquei algo assim no *on-line*, não me lembro agora.

K: Entendi. Mas essas coisas são complexas e não são fixas, também mudam, de acordo com as cabeças de vocês, os interesses que têm nas diferentes épocas, as preocupações e por aí vai. Às vezes é difícil controlar esse processo; um processo social que envolve muitas coisas.

M: Michel / K: Kita (Cristina)

Conversa-entrevista com Michel, na PUC-RIO. Fevereiro, de 2019.

De acordo com o *Manual do Jovem Empreendedor*, elaborado pelo Comitê de Jovens Empreendedores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, “o empreendedor identifica uma oportunidade e cria um meio para aproveitá-la, assumindo os riscos que qualquer atividade empresarial oferece”, em que a oportunidade em questão é a de criação de um “negócio”. Daí concluímos haver um estímulo para jovens, em geral de baixa renda, criarem algum tipo de negócio, no início de suas trajetórias profissionais, assumindo individualmente os riscos pelo seu sucesso ou fracasso. Seguindo essa racionalidade, as políticas estatais se eximem da responsabilidade de destinar ações de apoio mais substancial para esse segmento da população (como as voltadas para a educação pública de qualidade, em todos os níveis). Nesse sentido, durante os anos da pesquisa de campo na Rocinha, foi notória a insuficiência de políticas públicas de educação, por exemplo, frequentemente mencionada por alunos, diretores de escolas e professores locais. Um forte indício desse (des) investimento do Estado é o fato de a favela se situar entre as regiões do município do Rio de Janeiro com o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – de acordo com o último levantamento, de 2013²²².

Outra forma de olhar para esse cenário é reconhecer que alguns jovens podem decidir trilhar tais caminhos por motivos que lhes pareçam coerentes; porém, justamente ter acesso a um leque amplo de escolhas, incluindo carreiras profissionais por meio da formação universitária, é uma das condições para se tornarem, de fato, sujeitos de direitos. Nesse ponto, a predominância de investimentos em iniciativas de empreendedorismo se torna um gargalo

222 Na última avaliação do IDEB, em 2013, a Rocinha apresentou o pior índice registrado (4,11) em comparação com todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro. O índice é dividido em anos iniciais, do 1º ao 5º do ensino fundamental, e anos finais (6º ao 9º anos). A medição é realizada a cada dois anos. Fonte: www.riocomovamos.org.br. Acesso em: 26 set. 2019.

crítico. Busquei examinar relações que foram se evidenciando entre cenários como esse, da vida cotidiana na favela, e o processo de comunicação do *Fala Roça*.

A Agência de Redes para Juventude realizou ações voltadas para jovens moradores de favelas, no período de implantação da política das UPPs, assim como o fizeram muitas outras iniciativas e/ou projetos que transitam no campo das ONGs. Apesar de não possuir vínculos formais com instituições de governo, um critério importante de sua inserção nas favelas foi a presença dessas unidades de polícia (conforme o texto acima), que passaram a ser a principal ação voltada para segurança pública em favelas do Rio realizada pelo governo do estado, a partir de 2008. Assim, aportou na Rocinha junto com a chegada da UPP na Rocinha em 2012²²³. De fato, a existência de um “braço” social foi previsto no âmbito da atuação das UPPs – denominado UPP Social e, posteriormente, Rio + Social, que seria voltado para o aporte de serviços e melhorias nas condições sociais de vida das populações faveladas; porém, a reduzida realização dessa parte do programa, no que diz respeito ao efetivo provimento destas itens de qualidade de vida, constituiu uma forte crítica – entre muitas outras – à forma como foi implantada (FRANCO, 2014). Além disso, Rocha e Carvalho argumentam que um dos efeitos da UPP Social foi a “disseminação da ideologia do empreendedorismo”.

No caso estudado, vimos alguns efeitos desse discurso no universo de comunicação do *Fala Roça*; mas também, diversos outros aspectos que caracterizaram a construção da mídia *Fala Roça*. Lembro também que não tive contato com a ação da UPP Social na Rocinha, durante o período desta pesquisa (2014-2018), e pouco ouvi falar sobre sua atuação específica; mas há que se considerar que muitos silêncios passaram a vigorar no que diz respeito à UPP na Rocinha, após o episódio do Amarildo.

Entre as características do discurso da ARJ, havia o estímulo à realização de projetos elaborados pela própria população de favelas e periferias para os seus locais de moradia, invertendo a lógica de programas trazidos “de fora”, sem a interlocução necessária com quem vive nestes espaços. Junto a isso, havia grande incentivo e valorização das capacidades inventivas e dos potenciais dos jovens. Por outro lado, engajar-se na realização desses projetos poderia significar estar atrelado/a a um leque de escolhas restrito, por exemplo, à criação de um negócio (ou pessoa jurídica) que exigiria grande dedicação, risco considerável, remuneração incerta. A atuação dos idealizadores da ARJ, posteriormente, foi se direcionando de forma mais específica para o trabalho com jovens no campo da cultura e das artes²²⁴.

223 Segundo dados do Instituto de Segurança Pública: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=62>

224 Ver a publicação *O valor da cultura*, realizada pelo Instituto de Criatividade Social e o Pontão de Cultura Rede de Formação e Articulação dos Pontos para Trabalho com Infância e Juventude. A publicação traz

Sobre a vinculação entre empreendedorismo e a esfera de atividades culturais em favelas, Tommasi (2018) levanta uma série de questionamentos, que podem inspirar futuras aproximações com este tema. Por ora, seguem considerações do fundador da Agência, Marcos Faustini sobre pontos de conexão do trabalho da ARJ com a proposta do empreendedorismo. O foco parece se localizar na disputa do “direito” de jovens pobres serem empreendedores; mas, ao menos nesta fonte consultada, não há ponderações sobre as condições de vida desses jovens para se engajar e se manter nesta atividade nem, tampouco, sobre o direito de também poderem disputar outras carreiras como as que exigem formações universitárias (como médicos, juízes e engenheiros, etc).

Acho que o nosso trabalho tem total a ver com o movimento do empreendedorismo, mas acho que a gente tem que politizar o empreendedorismo. Eu acho que a Agência politiza. Porque o empreendedorismo está localizado no que se chama de *start ups* e saúda tudo o que vem do universitário. E o empreendedorismo para pobre, no olhar hegemônico é abrir salão de beleza. Então, quando você inventa mais um lugar para o moleque jovem de 15 anos ter sua produtora, para fazer seu jornal, para fazer sua ação, você está disputando esse campo do empreendedorismo para que ele tenha significado para a vida. O foco da Agência não é a adequação para o mercado, mas a invenção de um projeto de vida e de um ambiente que faça com que esse jovem possa se jogar na vida.²²⁵

A Agência firmou parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com intuito de oferecer aos jovens moradores de favelas e periferias participantes das suas oficinas capacitação para que suas ideias pudessem ser, de fato, viabilizadas; nesse contexto, era pequeno o espectro de possibilidades para estes projetos fora da via da formalização de uma pessoa jurídica, tendo em mente, ainda, o fato de a *expertise* do Sebrae ser voltada para a modelagem de (pequenos) negócios. Em 2011, o Sebrae, que já atuava em favelas há cerca de vinte anos, criou um programa específico para favelas “pacificadas”, o *Empreendedorismo nas comunidades pacificadas*²²⁶, fruto de acordo com o governo do Estado do Rio, para entrar, junto com esse programa, nos locais com UPP. “O Sebrae seguia um ritual: onde se pacificava uma favela o Sebrae ia atrás, já fazendo um mutirão com os microempreendedores individuais de formalização, de capacitação e tal”, descreveu um outro funcionário do Sebrae.

depoimentos de jovens dos Pontos de Cultura participantes deste “Pontão”, que constitui uma política pública apoiada pela prefeitura do Rio de Janeiro (Secretaria Especial de Cultura) e governo federal (Ministério da Cidadania). Foi “resultado do trabalho realizado entre os anos de 2015 e 2019 pelo Pontão de Cultura Rede de Formação e Articulação dos Pontos para Trabalho com Infância e Juventude”.

225 COSTA, Eliane; AGUSTINI, Gabriela. *De baixo para cima*. Aeroplano Editora, 2014.

226 O projeto Empreendedorismo em Comunidades Pacificadas, criado pelo Sebrae, em 2011, com objetivo de atuar em favelas com UPPs existe até os dias de hoje, mas com o nome de Comunidade Sebrae.

Sendo assim, é possível pensar que a “metodologia” (como é chamada por seus realizadores) da ARJ apontava²²⁷ a via do empreendedorismo como caminho relevante para a execução dos projetos dos jovens participantes de suas oficinas. Ocorre que, na prática, tais projetos, não raro, precisavam se tornar projetos de vida desses jovens para terem chance de sair do papel, considerando o alto nível de dedicação e esforço individual necessário à criação e manutenção de uma empresa ou negócio. “Olho para os jovens na comunidade, que às vezes não têm nem o ensino médio e num Estado que diz que o mercado é a solução da vida pra todo mundo. Como esses jovens vão resolver a vida deles então? Não acho que é o empreendedorismo que vai resolver. O empreendedorismo é uma ponta num projeto de vida que você tem, que é empreender”, ponderou.

No caso do *Fala Roça*, os caminhos mais recentes se direcionaram para a sua formalização como uma associação de comunicação e a busca da sustentabilidade por meio de financiamentos coletivos e doações voluntárias para o jornal. Dessa forma, a cobertura jornalística está ativa e tem tido ganhos significativos de qualidade, mesmo sob o impacto dos tempos da pandemia do Coronavírus. Engajou-se em campanhas locais e ações humanitárias, atuando em conjunto com movimentos comunitários, como o A Rocinha Resiste, e outras 25 organizações parceiras. Para quem acompanhou o jornal desde 2014, o amadurecimento dos/as jovens adultos/as jornalistas /comunicadores/as, agora já mais adultos/as do que jovens, é notório. Em setembro de 2020, anunciaram a novidade mais recente: a volta da circulação do jornal impresso, depois de quase quatro anos de interrupção. Os exemplares serão distribuídos junto com as cestas básicas que vêm sendo entregues, desde o início da pandemia por essas organizações na favela.

Não podemos ir na casa das pessoas como gostaríamos e sempre fizemos, mas o jornal Fala Roça não pode deixar de chegar. Uma população bem informada é mais do que necessário, diz uma postagem na página do jornal na rede social Instagram (@jornalfalaroca, 04 de setembro de 2020).

227 Procurei os coordenadores da Agência de Redes para Juventude para explicar as linhas gerais desta pesquisa e entrevistá-los. Após cinco tentativas sem sucesso, presumi que não havia disponibilidade para me receber, já que foram enviadas justificativas. Datas marcadas: 11, 12 e 27 /09/18, 04 e 05/10/18.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A HISTÓRIA CONTINUA

O início dos anos 2000, com o impulso da internet, marca uma intensificação do discurso da narrativa das favelas pelos próprios moradores e a reivindicação da representação do cotidiano das favelas de forma mais plural, muitas vezes, buscando enfatizar notícias “boas” sobre esses locais. Notícias “ruins”, em geral, são entendidas como as concentradas na representação majoritária desses lugares vinculada à violência e criminalidade, frequentemente divulgadas pela imprensa convencional/comercial. As notícias “boas” fazem um contraponto a essas representações negativas, a partir das vozes “de dentro”. Há nuances nesse processo de construção de sentidos, uma vez que está inserido em um contexto complexo em que, muitas vezes, a liberdade de escolha sobre o conteúdo a ser publicado é limitada, ou sofre interdições, como define Foucault, ou censuras, como denunciam os/as comunicadores/as das favelas.

Aparece uma ‘novidade’ na concepção do que são consideradas notícias “boas”, no *Fala Roça*: maior relevância para histórias de ‘sucesso’ e ‘superação’ dos moradores (categorias que são representadas, por exemplo, por meio da ideia de moradores “empreendedores” – que ganha uma capa no jornal). As histórias de fracassos e dificuldades de sobrevivência ganham pouco espaço. O plano individual destas representações ganha destaque. No nível coletivo, predomina a abordagem de situações precárias vividas pelo conjunto da população da Rocinha – na forma dos problemas crônicos de infraestrutura da favela, por exemplo, que ganham a maioria das capas do *Fala Roça* impresso. Por um lado, individualmente, nestas representações, os moradores são responsáveis pelo próprio sucesso – o fracasso individual não aparece. Coletivamente, os moradores sofrem com a insuficiência de infraestrutura adequada de vida (moradia, transporte, saneamento básico, coleta de lixo, etc.) e reivindicam o reconhecimento dos seus direitos e das responsabilidades do Estado com o provimento destas estruturas dignas de sobrevivência. Busquei mostrar nuances dessa situação, os dilemas dos comunicadores frente à situação de violência armada na Rocinha durante os conflitos armados iniciados em setembro de 2017, estendidos até o período da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro; nos bastidores, há dúvidas entre os comunicadores e alternância de visões sobre como abordar essas situações.

Sobre os “tempos” que atravessam a época da publicação do Jornal *Fala Roça*, neste estudo, representei-os como três aspectos presentes na mesma época da realização desta mídia. Foram eles os tempos da internet, da UPP e de projetos sociais na Rocinha. Quanto aos tempos da internet (e da comunicação digital) o lançamento de um jornal impresso, por uma geração de jovens moradores, leva a pensar no contexto de persistência de desigualdades sociais vivido

pela população local, refletido não só na falta de acesso à internet, mas também de outros direitos que, hoje em dia, chegam por via digital. É inegável que uma ampla parcela da população local tenha acesso a essa tecnologia, mas tal acesso não é homogêneo, nem tampouco o é o uso feito da internet pelos que lá chegam a navegar (como também acontece em outras favelas do Rio de Janeiro). Mais do que dados quantitativos, é importante – creio que, principalmente, para os próprios moradores – o conhecimento mais esmiuçado sobre a realidade das chamadas TICs, no dia a dia, da favela, uma vez que “no Brasil, o acesso à tecnologia é fundamental para noções de democracia e participação cívica que são inerentes aos direitos civis”, conforme o pesquisador Jeffrey Omari²²⁸. As dinâmicas do Jornal *Fala Roça* nos ajudam a conhecer melhor esta realidade.

Já quanto aos tempos da UPP na Rocinha e seus efeitos vistos a partir das experiências de mídias mencionadas neste estudo, foi possível perceber também alguns aspectos. O Viva Rocinha nasceu, em 2011, sob influência do advento da instalação desta unidade de polícia na favela. Nas narrativas de Michel, há menção de que a apuração das notícias para o novo site implica numa nova rotina de circulação pela favela. Em outros momentos, menciona que se sentir mais a vontade para fotografar após a chegada da UPP. A expectativa de que esta nova presença na favela pudesse trazer bons resultados se expressa no próprio nome “Viva Rocinha”, criado por inspiração no grito de moradores no evento de inauguração da unidade na favela. Outra expectativa narrada pelo jovem era de que haveria conflitos armados com a “ocupação” da Rocinha; neste caso, a favela seria noticiada pelo Viva Rocinha a partir de uma visão ‘de dentro’ e também do tema dos conflitos armados. Sabemos que há modulações nas formas de narrar que vão além de visões dicotômicas sobre qualquer situação, mas haveria risco de ganhar notoriedade novamente por meio de notícias que vinculavam a favela à violência armada – podemos pensar a experiência de Rene Silva no Complexo do Alemão sob esta ótica.

Porém, os conflitos armados não ocorreram na Rocinha com a chegada UPP. O Viva Rocinha prosseguiu com notícias sobre o dia a dia na favela e ganhou popularidade entre o público da favela que navegava na internet. Lembremos a concordância com a ideia de que os mundos *on* e *offline* são complementares e não isolados (RAMOS, 2015). Porém, essa dinâmica iria se alterar nos tempos do jornal *Fala Roça*, que nasce um ano depois do VR. Essa mídia também tem o seu percurso marcado pela existência da UPP na Rocinha, de diferentes formas.

228 Jeffrey Omari produziu uma série de textos, em 2015, para o *site* Rio on watch sobre tecnologia da informação e comunicação nas favelas do Rio. Na época, era doutorando da Universidade da Califórnia, Santa Cruz, em 2015, estudava o acesso à internet e direito digital no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=16853>.

O seu surgimento, em 2012, ocorreu inicialmente sob condição da presença da UPP na Rocinha, uma vez que foi elaborada a partir de um programa voltado para jovens que só podia atuar em áreas com UPP (a Agência de Redes para Juventude). Mas, ao menos, dois episódios demonstraram que essa mídia passou a vivenciar um processo de intimidação e censura à publicação de conteúdo, sendo um deles claramente relacionado também à presença da UPP na favela. A saber: as ameaças sofridas, por meio de “recados” enviados ao jornal, após a publicação da matéria de capa da terceira edição sobre o desaparecimento de Amarildo (Amarildo foi levado pela UPP em julho de 2013 e a matéria é publicada em fevereiro de 2014); e a inclusão do jornal no “caso dos 23”, como ficou conhecido o processo judicial que condenou de 23 manifestantes por participarem de protestos, em 2013. O jornal foi considerado um grupo “subversivo”. Esses fatos levam a crer que os tempos da UPP, para o *Fala Roça*, ocorreram atrelados a uma dinâmica de militarização mais ampla na cidade, que também cerceou a liberdade, por exemplo de comunicadores/jornalistas do conjunto de favelas da Maré (MARTINS, 2018).

Esses contextos também nos levam a pensar em questões como: qual é a favela que mais vende, na grande mídia? Historicamente, temos visto que é a que a relaciona à da representação da violência armada e criminalidade, que continua a vincular o coletivo dos moradores à ideia de “inimigos” (LEITE e FARIAS, 2018). Para contrapor essa representação coletiva que desperta grande parte dos interesses da sociedade, vimos ganhar relevância, no processo de comunicação examinado, histórias de sujeitos que assumem individualmente as responsabilidades por seu fracasso ou sucesso, em iniciativas de trabalho, e “superam” as suas condições adversas de sobrevivência. E o que isso quer dizer? Essa é uma questão chave sobre a qual busquei refletir neste trabalho. Não há resposta simples, por essa razão, não busquei respondê-la, mas apontar caminhos para um debate conjunto. Para os moradores, essa é uma forma contemporânea de representar positivamente a si próprios, de dizer que eles podem ser bem-sucedidos e superar dificuldades. O que me parece plausível argumentar diante disso é o seguinte: a predominância de representações de histórias individuais de superação se torna homogeneizante, invisibilizando outras nuances das histórias de moradores/as; bem como outras histórias de pessoas que experimentam dificuldades variadas sem, entretanto, conseguir superá-las.

Por esses caminhos, a representação do morador, individualmente, caso não seja acrescida por outras, deixa em segundo plano a ideia de um sujeito que tem direito a ter direitos, sendo bem-sucedido ou não. Esse cenário se torna ainda mais complexo quando percebemos que os mais jovens já nascem numa condição de direitos diminuídos e precisam dar conta da

sua sobrevivência neste mundo altamente competitivo. Para isso, precisam aprender novos instrumentos que os habilitem a participar de uma lógica de vida cada vez mais em ‘solo neoliberal’, especialmente no mundo da comunicação jornalística, em que as condições de trabalho há muito vêm se tornando cada vez mais instáveis. Entre esses, a via do empreendedorismo frequentemente lhes vêm sendo oferecida como solução, por exemplo, por meio de programas sociais que enfatizam o lado bom e potente do empreendedorismo, mas deixam em segundo plano o preço a pagar (muitas vezes literalmente) pela escolha do caminho da criação de negócios); um preço que pode ser muito mais alto para jovens de baixa renda.

Nesta tese, busquei pensar sobre forças, discursos e agências dos jovens que atuam neste processo de comunicação, a partir do meu ponto de vista situado. Junto a isso, conhecer as formas de comunicação que estes inventam, no contexto contemporâneo das favelas do Rio de Janeiro. A “comunicação de favela” realizada pelo grupo do Jornal *Fala Roça* é fruto dessas invenções, mas também de tradições e memórias de gerações e mídias anteriores da Rocinha. Sofre influências e censuras. É também formada pelas experiências que constituem as trajetórias dos jovens comunicadores interlocutores desta pesquisa e suas visões de mundo. Continua a interagir com discursos estigmatizantes que circulam na chamada grande imprensa, de governantes e discursos de ódio que “viralizam” na internet. Mais recentemente, dialogam e criticam as produções acadêmicas que têm se interessado pelos saberes da comunicação comunitária, popular e/ou alternativa. Ou seja, movimentam-se em meio à arena discursiva de poderes que os cercam e o qual também querem disputar – como forma de sobrevivência.

Por fim, uma última reflexão ocorre em relação a todo este contexto. A publicação de notícias que abordam dores e dificuldades vividas pela população implicada diretamente nestes sofrimentos é um assunto delicado. De minha parte, nutro respeito a dúvidas e reavaliações constantes de veículos de favelas sobre a cobertura de temas que remetem ao seu próprio sofrimento. Existem limites em relação à narrativa da própria dor, conforme abordam muitos autores, dentre eles/as Gama²²⁹ e Sontag²³⁰, que refletem implicações sobre denúncias de violências, especialmente física e letal, para quem é parte do grupo contra o qual são praticados estes atos (sejam quais forem). Em resumo, é necessário respeitar “a dor dos outros” (SONTAG, 2003).

229 GAMA, Fabiene. A violência vista de perto: os limites da documentação da dor, da denúncia e da demanda por justiça. *CADERNOS DE ARTE E ANTROPOLOGIA*, v. 6, n. 2, p. 49-64, 2017.

230 SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Editora Companhia das Letras, 2003.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.
- AGIER, Michel. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In: BIRMAN, Patrícia et al (orgs). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- ANSEL, Thiago Araújo; SILVA, Jailson de Souza. *Mídia e favela: comunicação e democracia nas favelas e espaços populares*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.
- AMOROSO, Mauro. A favela na foto: a imagem da favela na fotografia do *Correio da Manhã* (1946-1972). ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.
- ASKEW, Kelly; WILK, Richard R. (Ed.). *The anthropology of media: a reader*. Oxford: Blackwell, 2002.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- BARONI, Alice; AGUIAR, Leonel; RODRIGUES, Felipe. Novas configurações discursivas no jornalismo: narrativas digitais nas favelas do Rio de Janeiro. *Estudos em Comunicação*, v. 9, p. 309-327, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- _____. *O poder simbólico*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983, p. 112-121.
- BUBNOVA, Tatiana; BARONAS, Roberto Leiser; TONELLI, Fernanda. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. *Bakhtiniana: revista de estudos do discurso*, v. 6, n. 1, p. 268-280, 2011.
- BUTLER, Judith. *Frames of war: when is life grievable?* Nova Iorque; Londres: Verso, 2009.
- CALDAS, Álvaro (org.). *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- CARRANO, Paulo; SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set/out/nov/dez, 2003.
- CARVALHO, Monique Batista. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão*. Ano XVI, n. 29, 2013.
- CARVALHO, Maria Izabel de. *A favela da Rocinha e a destinação inadequada de lixo: entendendo os meandros da questão*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- CASTELLS, M. *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CHAGAS, Viktor. *Por que é cidadão o jornalista cidadão?* História das mídias e jornalismo cidadão de base comunitária na Maré. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Getúlio Vargas, 2009.

_____. Economia política do jornalismo popular em perspectiva comparada: uma análise sobre a tabloidização no Brasil, na Índia e na África do Sul. *Brazilian Journalism Research*, v. 12, n. 1, 2016.

COLLIER Jr., John; COLLIER, Malcolm. *Visual Anthropology: Photography as a Research Method*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986.

COSTA, Carlos Roberto da Silva. *Rocinha em off: histórias que a mídia não soube, não pode ou não quis contar*. São Paulo: Editora Nelpa, 2012.

CUNHA, Cristina Vital da. *Oração de traficante: uma etnografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CLIFFORD, J; MARCUS, Geroge E. (orgs). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. Capas na mídia impressa: a primeira impressão é a que fica. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

CUSTÓDIO, Leonardo. “Midiativismo de favela: reflexões sobre o processo de pesquisa”. [2016] ISBN 978-952-03-0174-3 (pdf) <http://www.uta.fi/cmt/index/Midiativismo-de-Favela.pdf>

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUARTE, G. F. Novas mobilidades, velhas imobilidades: uma análise geográfica a partir do exemplo da favela da Rocinha, Rio de Janeiro. In: *XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 2013, Lima. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos, 2013.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANTI, Maria da Glória Corrêa Di. A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos. *Veredas – Rev. Est. Ling, Juiz de Fora*, v.7, n.1 e n.2, p. 95-111, jan./dez. 2003.

FARIA, Cristina Pedroza de. *Corpos no ringue: encontros de discursos e práticas, representações e imagens na experiência de participação em um “projeto social”, entre jovens moradores da Maré (RJ)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FARIAS, Juliana [et al] (orgs.) *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Cadernos de campo*, n. 3: 155-161, 2005.

FELIX, Carla Baiense. *Entre discursos: mídia e subjetividade nos espaços populares*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Territórios proibidos: a construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. *A favela da Rocinha: a memória de velhos e velhas na luta contra a vulnerabilidade social (1930-1993)*. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Silvio%20de%20Almeida%20Carvalho%20Filho.pdf>> . Acesso em: 21 jan. 2020

FIRMINO, Antônio Carlos; SEGALA, Lygia. *Memória Social, Museu e Trabalho Comunitário na Rocinha*. Artigo produzido para ProextCultura. Disponível em: <https://www.museusdoriorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=47:museu-da-rocinha-%E2%80%93-sankofa-%E2%80%93-mem%C3%B3ria-e-hist%C3%B3ria> Acesso em: 30 abr. 2019.

FIRMINO, Antônio Carlos. *Museu Sankofa Memória e História da Rocinha*. In: REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO, MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA, MUSEU DO HORTO. *A participação das mulheres na construção do território: Rocinha e Horto*. Territórios Culturais. Programa Favela Criativa, da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. 2017 (?)

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *De espaços outros*. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2020.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Editora FGV, 2009.

GAMA, Fabiene de Moraes Vasconcelos. *Etnografias, autorrepresentações discursos e imagens: somando representações*. In: GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott (orgs) *Devires imagéticos e etnografia, o outro e suas imagens*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

_____. *Fotodocumentação e participação política: um estudo comparativo entre o Brasil e o Bangladesh*. Tese. Rio de Janeiro/Paris: UFRJ/PPGSA e EHESS, 2012.

GIANNOTTI, Claudia Santiago (coord.). *Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje: uma história de resistência nas favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação/Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GONDIM, Linda M. P. *Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013*, *Polis*, 44, 2016. 15 set. 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/11944>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GOUVEA, Ricardo; SOARES, Priscila. Regularização fundiária da favela da Rocinha. FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO. Direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. n. 1, março de 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades.: *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

GUPTA, Akhil. Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Ed.). *The anthropology of the state: a reader*. John Wiley & Sons, 2009.

GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. *Discursos fotográficos*, v. 7, n. 10, p. 77-106, 2011.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), 1995: pp. 07-41.

IZAGA, Fabiana; DA SILVA PEREIRA, Margareth. A mobilidade urbana na urbanização das favelas no Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n. 4, p. 88-115, 2014.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *As representações sociais*, v. 17, p. 44, 2001.

KAPLÚN, Mário. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.

LEMOES, F. C. S.; CARDOSO JÚNIOR, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 353-357, 2009.

LEITE, Márcia Pereira; FARIAS, Juliana. Militarização e dispositivos governamentais para lidar com os inimigos do/no Rio de Janeiro. In: FARIAS, J. (org. et al). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Morula, 2018.

_____. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 4, out/nov/dez 2014, pp. 625-642.

_____. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, 374-389, ago/set 2012.

_____. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15 a 44, out/2000.

Lemos, F. C. S e Cardoso Júnior, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 353-357, 2009.

LOPES, Cleonice. A participação das mulheres na construção da Rocinha. In: REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO; MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA; MUSEU DO HORTO (orgs). Participação das mulheres na construção do território: Rocinha e Horto.

MARTINS, Gizele. *Militarização da vida e censura da comunicação comunitária: a luta por liberdade de expressão no conjunto de favelas da Maré*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARCUS, George E. Problemas contemporâneos da etnografia no sistema mundial moderno. In: *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

MOREL, Marco. *Jornalismo Popular nas favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

NOVAES, Regina Célia Reyes. *Batalhas periféricas: juventudes, poéticas e espaço público*. (No prelo).

_____. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In: Crítica da razão dualista. *O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PALERMO, Luis Claudio. Megaeventos e Unidades de Polícia Pacificadora: representações sobre o lugar das favelas no tecido urbano. *Revista ILHA*, v. 15, n. 2, p. 311-330, jul./dez. 2013.

PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mario (orgs). *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PASSOS, Pâmella Santos dos; ENNE, Ana Lucia Silva. Juventudes e apropriações urbanas em uma leitura polissêmica: reflexões acerca da categoria “Juventudes” a partir de um estudo de caso sobre lan houses em favelas cariocas. *Políticas Culturais em Revista*, v. 11, n. 2, p. 123-145, 2018.

PATRIARCA, Madalena. Como nos tornamos antropólogos? Imprevisto e mutualidade na constituição do terreno etnográfico da saúde mental em Lisboa. *Etnográfica [Online]*, v. 16 (3). 2012. Acesso em: 2 dez. 2019.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: _____ (org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. pp. 133-148.

_____. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2003.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *ECO-Pós*, v.12, n. 2, maio-agosto 2009, p.46-61.

_____. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, SP, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PICANÇO, Felícia. Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: Onde está o alvo das políticas de ação afirmativa. *Latin American Research Review*, v. 51, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303239752_Juventude_e_acesso_ao_ensino_superior_no_Brasil_Onde_esta_o_alvo_das_politicas_de_acao_afirmativa>. Acesso em: 03 dez. 2019.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v 2. n. 3, 1989, p. 3-15.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. *Rádios comunitárias: conflitos e negociações na configuração de redes de poder e identidades sociais*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RABINOW, Paul. As representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

RAMALHO, Cristiane. *Notícias da favela*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

RAMOS, Jair de Souza. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais/Subjectivity and power in cyberspace. From experimenting to identity convergence in the age of social networks. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 45, 2015

RAMOS, Silva; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A mídia e o lugar da história. Mídia, Memória e Celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003. p. 105-130

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: 2017.

RIBEIRO, L. C. de Q., SALATA, A., COSTA, L. e RIBEIRO, M. C. Desigualdades digitais: acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras, 2013. *Análise Social*, 207, xlviii (2.º), pp. 288-320.

RIPPER, J.R. *Imagens Humanas*. Rio de Janeiro: Dona Rosa Produções Artísticas, 2009.

ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. *Cad. Metrop.* São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 905-924, set/dez 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4313>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ROCHA, Lia de Mattos. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Uma pequena revolução: arte, mobilidade e segregação em uma favela carioca. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR). Grupo de Trabalho: Sociologia da Cultura.

_____. *Uma favela “diferente das outras?”: Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2013.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; NOVAES, Patrícia Ramos. Impactos socioespaciais do experimento neoliberal na cidade do Rio de Janeiro no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016. In: FARIAS, Juliana [et al] (orgs). *Militarização do Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SEGALA, Lygia; FERREIRA, Tania Regina. (org.). UNIÃO PRO-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA. *Varal de lembranças: histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: Editora Tempo e Presença/ SEC/MEC/FNDE, 1983.

SEGALA, Lygia. *Varal de lembranças: recados para quem for reacender o balão japonês*. Comunicações do ISER, 59:23, 36-41, 2004.

_____. *O Riscado do Balão Japonês: trabalho comunitário na Rocinha (1977-1982)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Goffman, discípulo de Mead? *Revista InterMeio: Educação e Políticas Sociais*, v. 13 n. 25, 2007.

SILVA, Renata Nogueira da. *Rádio Brisa: ecos e sons da favela da Rocinha*. Dissertação. (Mestrado em História) – ECO/UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da et al. *A produção social da identidade e da diferença*. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SINGER, Michel. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. Novos estudos. CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/cielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 maio 2020.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SORJ, B.; GUEDES, L. E. Internet na favela: quantos, quem, onde, para quê [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 159 p. ISBN 978-85-99662-46-5. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ Fabiana Quatrin (orgs). *Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas*. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. 313 p.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. Juventude, cultura e favela: projetos sociais entre políticas públicas de juventude e “pacificação”. *Pol. Cult. Rev.*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 101-122, jul./dez. 2018.

SOUZA, Renata da Silva. *O CIDADÃO: uma década de experiência ideológica, pedagógica e política de comunicação comunitária*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Cria da favela: resistência à militarização da vida*. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2018.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista brasileira de educação*, n. 24, p. 16-39, 2003.

STROZENBERG, Ilana; CONTINS, Marcia. Jogo de identidades entre jovens negros no Rio De Janeiro: a construção da identidade racial no contexto de iniciativas de combate à discriminação. *Cadernos de Estudos Culturais*, UFMS. v. 4, n. 8: Eixos Periféricos, 2012.

TELLES, Vera da Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. *Revista de Ciências Sociais*. Dossiê: a cidade como campo de pesquisa. Fortaleza, v. 46, n. 1, 2015.

_____. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

TOLEDO, Luiz Carlos; SILVA, Jonathas Magalhães P.; TÂNGARI, Vera Regina. Derrubando os muros: planejamento participativo e integração social na comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro. *Cadernos PROARQ*, p. 37, 2007.

_____. *Folhetim da Rocinha*. Disponível em: <http://casadeestudosurbanos.com.br/folhetim.html#_ftn2>. Acesso em: 02 maio 2020.

TOMMASI, Lívia De. Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: v. 6, n. 2, maio-agosto, 2014, p. 287-311.

_____. Culto da *performance* e *performance* da cultura: os produtores culturais periféricos e seus múltiplos agenciamentos. *Crítica e Sociedade*, Revista de Cultura Política. Dossiê – maio, 2016. Issn: 2237-0579.

_____. Empreendedorismo cultural nas margens da cidade. In: FARIAS, Juliana [et al] (orgs.). *Militarização na cidade do Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Ed. Mórula, 2018.

TRAVANCAS, Isabel. Por uma antropologia da comunicação: a construção de um campo e suas pesquisas. *Ilha*, v. 10, n. 2, pp. 114-132.

TRINDADE, Cláudia Peçanha da. *Não se faz omelete sem quebrar ovos: política pública e participação social no PAC Manguinhos*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2012.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILAS BOAS, Crisoston Tertio. *Para ler Michel Foucault*. Revisão de Arnaldo de Almeida José B. Donadon Leal. 1. ed. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP, 1993.

OUTRAS REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma única história*. Tradução de Erica Barbosa. Original disponível em: <http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. s/d. Tradução disponível em: <<http://www.google.pt/url>>, 2009.

PAIVA, Anabela. *Intervenção Federal: um modelo para não copiar*. n. 10, Edição especial, de 16/02/2018 a 16/02/2019. Editora: Anabela Paiva. Pesquisa realizada pelo Observatório da Intervenção, coordenado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes (relatório).

REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO, MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA, MUSEU DO HORTO. Coordenação: Inês Gouveia. *A participação das mulheres na construção do território: Rocinha e Horto*. Territórios Culturais. Programa Favela Criativa, da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. 2017 (?)

ROBERTSON, Cerianne. *Favelas na mídia: Como a Vinda da Imprensa Global na Era dos Megaeventos Transformou a Imagem das Favelas*. Coordenadora de pesquisa: Cerianne Robertson. Pesquisa realizada por Comunidades Catalisadoras no Rio de Janeiro. Dezembro de 2016. Disponível em: <https://catcomm.org/> (relatório).

ANEXO A - Mídias da Rocinha: mapeamento em construção

Período: janeiro a junho / 2017 (16 mídias mapeadas).

Outras três, totalizando 19, foram acrescentadas até 2018 (serão incluídas no mapeamento detalhado futuramente)

Fontes: entrevistas qualitativas e pesquisa de campo (incluindo o ambiente da internet).

Meios de comunicação em atividade

1. *Agência Rocinha Publicidade Elefante Verde* (Carros e motos de som, Fanpage/Facebook e blog)
2. *Barraco Adentro* (blog)
3. *Canal 21* (canal fechado de tv, da Tv Roc, empresa local de tv a cabo; Youtube, canal Roçatube)
4. *Favela da Rocinha.com* (Fanpage/Facebook e site)
5. *Jornal Fala Roça* (jornal impresso, site, Fanpage/Facebook, Twitter)
6. *Jornal Rocinha Notícias* (Fanpage/Facebook, Twitter)
7. *Rocinha em Foco* (Fanpage/Facebook)
8. *Memória Rocinha* (site)
9. *Morro da Rocinha* (Fanpage/Facebook e Twitter)
10. *Rocinha News* (Fanpage/Facebook)
11. “Sistema” *Rocinha.org* (portal, rádio (“Rádio Roc”, 107,3), Fanpage/Facebook)
12. *Rádio Brisa*, Fm 101,7 (Fanpage/Facebook)
13. *Rádio Katana*, Fm 91,3
14. *Viva Rocinha* (Fanpage/Facebook, Twitter)
15. *TV Tagarela da Rocinha* (“Tv comunitária de rua” e Fanpage/Facebook)
16. *Rocinha Alerta* (Fanpage/Facebook)

Mídias, por finalidade principal

Produção de informação

1. *Barraco Adentro*
2. *Rocinha Alerta*
3. *Rocinha em Foco*
4. *Rocinha News*
5. *Canal 21*

6. *Tv Tagarela*

Produção de notícias (formato jornalístico)

1. *Jornal Fala Roça*
2. *Favela da Rocinha.com*
3. *Jornal Rocinha Notícias*

Divulgação (repasso) de informação/notícias (produzida por outros)

1. “Sistema” *Rocinha.org*
2. *Viva Rocinha*

Entretenimento e produção/divulgação de informação

1. *Rádio Brisa*
2. *Rádio Katana*

Fins publicitários

1. *Agência Rocinha Publicidade Elefante Verde*

Fins históricos

1. *Memória Rocinha*

Produção/divulgação de fotos e vídeos

1. *Morro da Rocinha*

Mídias, não produzidas por moradores, que circulam na favela

- 1) *Folha Universal*

Produtor: Igreja Universal do Reino de Deus

Suportes: jornal impresso, portal universal.org, redes sociais *online* Fanpage/Facebook e Twitter; Web TV; Rádio Rede Aleluia; Programas na TV aberta Record)

Mídias por suporte de comunicação

- Jornal impresso: *Fala Roça* / 1
- Tv de rua: *Tv Tagarela* /1
- Rádio: *Brisa* e *Katana* / 2
- Sites e blogs: *Jornal Fala Roça*, *Viva Rocinha*, *Favela da Rocinha.com*, *Rocinha.org*, *Barraco Adentro*, *Memoriarocinha.com*, *Agencia Publicidade Elefante Verde* / 7
- Facebook: *Jornal Fala Roça*, *Favela da Rocinha.com*, *Rocinha.org*, *Focinha em Foco*, *Viva Rocinha*, *Rocinha News*, *Rádio Brisa*, *Jornal Rocinha Notícias*, *TV Tagarela da Rocinha*, *Morro da Rocinha*, *Agência Rocinha Publicidade Elefante Verde* / 11

- Carros e motos de som: *Agência Rocinha Publicidade Elefante Verde / 1*

Meios de comunicação inativos

1. Folhetos informativos de associações de moradores
2. Jornal Arte Astral - impresso (anos 1990?)
3. Jornal Correio da Zona Sul - impresso (1989/90 a 1999)
4. Jornal Katana - impresso
5. Jornal Meio Tempo - impresso
6. Jornal 'Tagarela' - impresso (1976-81)
7. Jornal Rocinha Notícias - jornal impresso (2001 a 2012); internet (2012 a 2018)
8. Jornal União - impresso
9. Rádio Rocinha
10. Viva Rocinha – internet (2011-2017)

ANEXO B - Jornal *Rocinha Notícias*: cadastro

Título: Jornal *Rocinha Notícias*.

Slogan: “O jornal que é a cara da Rocinha”

Suporte de mídia: impressa e digital

Período:

Período total - 2001 a 2018, em suporte impresso e em redes sociais *online*. (Estimativas com base nos jornais impressos remanescentes e em textos neles publicados. No exemplar mais antigo, consta “ano 1, nº3 – março de 2001”, portanto, o jornal se inicia em 2001; em julho de 2018, foi publicada a “última edição”, edição impressa marcando o encerramento das atividades do jornal).

Suporte impresso - 2001 a 2012 (o ano de início é deduzido com base na data do exemplar nº3: “ano 1, nº3 – março de 2001”; a data do término do suporte impresso é mencionada na matéria “É hora de passar o bastão”, de Renata Sequeira, publicada na edição de encerramento do *Rocinha Notícias*, e, julho de 2018.: “Com a popularização da internet, o *Rocinha Notícias*, em seu 12º ano virou um blog”, registra.

Suporte digital - Rede social *Facebook*: 2011 a 2018 (14/06/2011 a 07/2018²³¹)

Informações sobre o suporte impresso

Periodicidade - mensal a bimensal (com períodos de instabilidade)

Número de edições publicadas – ao menos 43 (dentre os exemplares remanescentes, em papel, cedidos para consulta o último número é o 43)

Tiragem - 8 mil exemplares

Fundadores - Carlos Costa, Edu Casaes e Déo Pessoa

Equipe -

Expediente da 3ª edição

Redação: Carlos Costa; Projeto gráfico: Ronald Rozendo; Publicidade: Edu Casaes; Fotografia Déo Pessoa

Expediente da última edição (julho/2018)

Direção geral: Carlos Costa; Diretor de publicidade: Edu Casaes; Editora: Renata Sequeira; Editor de imagem: Diego Costa; Repórteres: Renata Sequeira, Edu Casaes, Carlos Costa, Berto Silva

Sustentabilidade - Anúncios e recursos dos próprios realizadores (fonte: entrevista com Edu Casaes).

Distribuição – Principal responsável: Edu Casaes. Local: Rocinha; localidades: Estrada da Gávea; ruas e vielas internas; instituições da Rocinha.

231 Conforme página do Jornal *Rocinha Notícias* na rede social Facebook. Endereço: <https://www.facebook.com/jornal.rocinhanoticias/> Acesso em 17/04/2020.

Informações sobre o suporte digital

Em 2011, o Jornal Rocinha Notícias iniciou sua página na rede social Facebook e migrou para a internet. Ou seja, o suporte impresso deixou de circular nesse mesmo ano, após dez anos de funcionamento.

Consulta aos exemplares do jornal em papel

Edições disponibilizadas -

Quantidade: 39 (incluindo a edição final e sem contar exemplares repetidos)

Período de abrangência: março de 2001 a novembro de 2011

Exemplares: números 3 ao 43. São eles: 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 (2 cópias), 33, 34 (3 cópias), 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, “Edição especial Eleições de 2006” e “Edição Especial - Rito final”.

Estrutura do jornal impresso

- Número de páginas (em média): 12
- Seções do jornal: o número 3 (o mais antigo do acervo existente) traz apenas três seções demarcadas: Editorial, “Conversa di botequim” e “Rocinha Inn, você em foco”. A última é uma coluna de informes, mesclada com notas de coluna social. ”Conversa di botequim” se apresenta desta forma: “As estórias e histórias narradas nessa coluna são garimpadas em conversas saídas dos balcões de bares e biroscas de nossa comunidade(...)”.
- Anúncios: há anúncios em quase todas as páginas do jornal.
- Sede: possivelmente funcionou na sede da Ong Rocinha XXI; na terceira edição, consta endereço no Caminho do Boiadeiro e telefone.

ANEXO C - Jornal *Tagarela*: cadastro

Título: Tagarela

Slogan: “O jornal da Rocinha”

Suporte de mídia: impresso em mimeógrafo

Período (referente aos exemplares digitalizados): outubro de 1976 a maio de 1981²³², aproximadamente.

Periodicidade: variável (pretendida: mensal; citação no editorial do nº 7)

Edições publicadas: 23 (edições digitalizadas, que fazem parte do acervo do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha)

Tiragem: 250 exemplares (citação no editorial do nº número 2: tiragem “aumentou para 250 exemplares”)

Realizadores: “Grupo de jovens da ASPA” - Associação Social Padre Anchieta (equipe : citação no número 3)

Sede: Associação Padre Anchieta (ASPA); Bairro Barcelos / Rocinha (conforme citado)

Redação: Centro Comunitário / Travessa Luz nº13 – Bairro Barcelos – RJ (conforme citado)

Sustentabilidade: jornal vendido; “C\$ 1,00” (menção na ed. 3)

Distribuição: feita de mão em mão, pelos integrantes do jornal, em pontos fixos da favela (informação sobre assinatura no número 7, pg 3: “Seja assinante do Tagarela”)

Número de páginas (em média): entre 4 e 9 (exceções: nº 11: 17 pg; nº17: 20 pg; nº22: 14 pg)

Material disponível para consulta

Instituições: Museu Sankofa Memória e História da Rocinha; Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural da Universidade Federal Fluminense (Laboep/UFF)

Suporte: digitalizado

Número de exemplares: 23

Edições: 1 a 23 (atenção: os arquivos da edição nº 1 estavam na pasta da edição nº 7)

Período de abrangência: (aproximado) outubro de 1976 a maio/1981

²³² Datas deduzidas a partir da consulta aos exemplares digitalizados do jornal Tagarela, conforme citado na nota de rodapé 145.

ANEXO D - Jornal *Rocinha Notícias*: manchetes das capasManchetes publicadas nas capas do jornal, por edição²³³

Exemplares consultados	Ano/Edição	Data	Manchete	Tema
1.	Ano 1/nº3	Março de 2001	“Mulher...simplesmente!!!”	Dia internacional da Mulher.
2.	Ano 1/nº5	Mai de 2001	“Pra não haver apagão...é preciso economizar”	Energia elétrica. Crise no fornecimento de energia elétrica no Brasil.
3.	Ano 1/nº6	Junho de 2001	“União”	Esporte.
4.	Ano 1/nº8	Setembro de 2001	Não há título. Há fotografias e um texto-legenda sobre o atentado ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, nos EUA.	Internacional. Atentado de 11 de setembro de 2001.
5.	Ano 1/nº9	Outubro, novembro de 2001	“Que orgulho, Rocinha!!!” Manchete única.	Festividade local. Festa “Orgulho da Rocinha”, que reuniu personalidades da favela e de fora.
6.	Ano 1/nº10	Dezembro 2001	“Feliz natal!” Manchete única.	Data comemorativa: Natal.
7.	Ano 2/nº11	Janeiro de 2002	“Um ano trazendo notícias”	Jornal Rocinha Notícias. Jornal completa um ano
8.	Ano 2/nº16	Outubro de 2002	“Nas asas do sucesso...”	Esporte. Programa da Tv local, TV ROC, faz matéria sobre profissionais de voo livre da Rocinha.
9.	Ano 2/nº17	Dezembro de 2002	“Feliz 2003 Rocinha!!!”	Data comemorativa: ano novo
10.	Ano 3/nº18	Abril de 2003	“Nasceu! Rocinha Notícias supera a crise e volta a circular”	Jornal Rocinha Notícias. Volta a circular.
11.	Ano 3/nº19	Mai, junho de 2003	“Três ministros na favela!”	Política. Ministros do 1º mandato do presidente Lula visitam a Rocinha.

233 Elaborada, entre janeiro e junho de 2020, como parte da pesquisa de doutorado de Cristina Pedroza de Faria, inscrita no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

12.	Ano 3/nº20	Setembro, outubro de 2003	“De cara nova!”	Carnaval. Escola de samba Acadêmicos da Rocinha
13.	Ano 3/nº21	Dez, janeiro de 2003/4	“É Natal”	Data comemorativa: Natal
14.	Ano 6/nº22*	Março, abril de 2004	“Tiros na cidadania”	Violência armada e policial na Rocinha. Conflito armado conhecido como ‘Guerra da Semana Santa’.
15.	Ano 7/nº23	Março, abril de 2005	“Rocinha ganha reforço policial”	Violência armada e policial na Rocinha. Inauguração de Batalhão da Polícia Militar na favela.
16.	Ano 7/nº24	Maior, junho de 2005	“As princesinhas da Rocinha”	Histórias de moradores. Crianças com síndrome de Down na Rocinha.
17.	Ano 7/nº25	Agosto, setembro de 2005	“Chapéu dos Pescadores”	Denúncia. Platô, na Av. Niemeyer, usado por pescadores da Rocinha, ameaça desabar.
18.	Ano 7/nº26	Novembro, dezembro de 2005	“Carnaval 2006”	Carnaval. Escola de samba Acadêmicos da Rocinha
19.	Ano 7/nº27	Dez, janeiro de 2005/6	“Tempo de esperança” Chamada em destaque: “Corrida de natal agita fim de ano na Rocinha.	Data comemorativa: ano novo. +Esporte.
20.	Ano 5/nº28	Março, abril de 2006	“5 anos”	Jornal Rocinha Notícias. Jornal completa 5 anos.
21.	Ano 5/nº29	Maior, junho de 2006	“Hexa, Brasil!!!!”	Esporte. Copa do mundo de 2006
22.	Ano 5/nº30	Julho, agosto de 2006	“A corrida começou!”	Política. Eleições gerais de 2006. Candidatos e suas relações com a Rocinha.
23.	[SEM DATA]	[SEM EDIÇÃO]	“Chegou a hora! 2006. Vote consciente. Escolha seu candidato!”	Edição especial. Eleições gerais de 2006. [encarte?]
24.	Ano 5/nº31	Set, outubro de	“Voluntários show de bola”	Esporte.

		2006		Voluntários criam escola de futebol na localidade do Laboriaux e realizam ações sociais
25.	Ano 5/nº32	Dez, janeiro de 2007	“Feliz Natal e feliz 2007” Chamada em destaque: “Região administrativa autoriza CONSTRUÇÃO IRREGULAR!”	Data comemorativa: natal e ano novo. +Região Administrativa / denúncia
26.	Ano 6/nº32	Março, abril de 2007	“Via Sacra da Rocinha: Uma paixão ‘debutante’ “. Subtítulo: “Espetáculo da morte e ressurreição de Cristo completa 15 anos de sucesso e crítica social, luta por verbas e reconhecimento internacional”.	Arte/cultura. Via Sacra da Rocinha. Grupo de teatro local encena a Paixão de Cristo pelas ruas da favela na Semana Santa.
27.	Ano 6/nº33	Maior, junho de 2007	“Olha o Bradesco aí gente!”	Evento. Inauguração do Banco Bradesco na Rocinha, com presença do governador Sérgio Cabral.
28.	Ano 6/nº34**	Dez, janeiro de 2007/8	“Rocinha vem pra ganhar!”	Carnaval. Escola de samba Acadêmicos da Rocinha.
29.	Ano 7/nº34	Abril, maio de 2008	“Perdemos a guerra!!!” Subtítulo: “60.000 casos e quase 70 mortos, sendo 20 delas por dengue hemorrágica. A maioria das mortes, 31, se deu na cidade do Rio de Janeiro”	Saúde. Epidemia de dengue no município do Rio de Janeiro.
30.	Ano 7/nº34	Abril, maio de 2008	“16 anos de Via Sacra da Rocinha”	Edição Especial. Via Sacra da Rocinha [encarte?]
31.	Ano 7/nº35	Maior, junho 2008	“Olha o PAC aí, gente!”	Obras de urbanização. Início das obras do Programa de Aceleração do Crescimento na Rocinha, em sua primeira etapa (“PAC 1”)
32.	Ano 7/nº37	Set, out de 2008	“Gabeira X Eduardo Paes. Você decide!!!!”	Política. Candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro, nas eleições de 2008.
33.	Ano 8/nº38	Maior, junho de 2009	“Especial!!!! 1 ano de PAC Rocinha”. Subtítulo:	Obras de urbanização. O

			“Trabalhadores da Rocinha são minoria nas obras. Alimentação dos peões também vem de fora”	PAC da Rocinha completa um ano. Balanço de “conquistas e tropeços”.
34.	Ano 8/nº39	Julho, agosto de 2009	“O PAC pessoal de ‘cara suja’ “. Subtítulo: Após denúncia do Rocinha Notícias, ex-detento consegue emprego no PAC-Rocinha e quer virar a página dos 15 anos vividos no cárcere”.	História de vida e obras de urbanização. Ex-detento consegue vaga de pedreiro nas obras do PAC Rocinha.
35.	Ano 8/nº40	Setembro, outubro de 2009	“SMH acelera o processo de regularização fundiária pra Rocinha”	Moradia. Legislação irá permitir novo processo de regularização fundiária na Rocinha.
36.	Ano 9/nº41	Dez, jan de 2010	“2010: Rocinha Notícias faz 10 anos!!!!”	Jornal Rocinha Notícias. O jornal completa 10 anos.
37.	Ano 10/nº42	Julho, agosto de 2011	“PAC: Por que parou? Parou por quê?”	Obras de urbanização. Paralisação do PAC, após 2 anos, sem cumprir grande parte dos resultados prometidos.
38.	Ano 10/nº43	Outubro, novembro de 2011	“Denúncia!!!!!! Parque Ecológico abandonado”	Obras de urbanização. Paralisação das obras do Parque Ecológico, que fazia parte do PAC 1.
39.	Ano 20 (sem nº)	[Julho de 2018]	“Edição Especial – Rito final”	Edição Especial. Encerramento do jornal.

Os dados acima reproduzem as informações conforme constam nos exemplares originais do jornal Rocinha Notícias que foram consultados (exceto a coluna “Temas”, feita com base no entendimento da pesquisadora a respeito das manchetes do jornal);

*Parece ter havido engano em relação ao ano (do jornal) que consta na edição nº22, pois pula do “ano 3”, registrado no nº21 (de dez-janeiro de 2003/4), para o “ano 6” nº22 (de mar-abr de 2004). Há que se verificar também o ano “7” que consta nos números 23 a 27. E, por fim, se há algum tipo de observação sobre os anos das edições seguintes (já que não seguem uma ordem cronológica o tempo todo);

**O número 34 consta em três exemplares; seria interessante saber o que significa essa repetição.

ANEXO E - Jornal *Fala Roça*: seções e editorias

Formato Tabloide (38x29 cm)

1ª edição

Editorias:

- 1 – E aí como é que fica? (“Meu, seu...nosso lixo”)
- 2 - Colcha de retalhos (“A cidade dos Abelardos”)
- 3 - Reportagem ímpar (“Mais um meio de transporte na Rocinha”)
- 4 - Guia cultural (“Cinderela para pais e filhos”)
- 5 - Você conhece? (“Amigos se encontram no forró da terrinha”)
- 6 - Megafone

Outras seções: ‘Editorial’ (há dois nesta edição: “Energia que renova”; “Geração Agência”)

Colunas: ‘Queremos saber’ (“Quase um carioca”), ‘Baião de Dois’ (“O sonho que tomou forma”), ‘Delícia’ (“Saborosa tradição”); ‘Mostra Nordeste’ (“Três instrumentos e uma só paixão”)

2ª edição

Editorias:

- 1 – E aí como é que fica? (“Da torneira ao balde”)
- 2 – Baião de Dois (“O sonho materializado: lançamento do Fala Roça reúne em torno de 100 moradores e ainda lideranças comunitárias”)
- 3 - Reportagem ímpar (“Sem alternativas: redução de itinerário das vans tem gerado desconforto e polêmica entre os moradores da Rocinha”)
- 4 - Guia cultural (“O mundo logo ali: Biblioteca Parque da Rocinha promete agitar as férias da garotada”)
- 5 - Você conhece? (“Santa festa junina: afeição e fé atraem moradores da Rocinha para a festa da Paróquia N. S. da Boa Viagem”)
- 6 – Mostra Nordeste (“Festividade que ganhou o Nordeste: vamos conhecer um pouco mais sobre as festas juninas que contagiam o Brasil”)
- 7 – Megafone

Colunas: ‘Queremos saber’ (“O avesso de um sonho”), ‘Delícia’ (“A Barraca das baianas”)

Outras seções: ‘Utilidade’.

Alterações – Não há editorial; ‘Baião de Dois’ era coluna e se torna editoria; ‘Mostra Nordeste’ era coluna e se torna editoria; nova seção: ‘Utilidade’.

3ª edição

Editorias:

- 1 – Delicia (“O homem dos sonhos”)

- 2 – Esporte (“Mobilização no surfe”)
- 3 - Reportagem ímpar (“Pra voltar o meu coração pro morro da favela”)
- 4 - Você conhece? (“Lentes sagazes”)
- 5 – Megafone (“Não esqueceremos: a família fala sobre Amarildo e segue lutando por justiça”; “Carta da sobrinha de Amarildo, Michelle Lacerda”)
- 6 - ‘Editorial’ (“Finalmente chega a terceira edição do Fala Roça (...)”)

Outras seções: ‘Tirinhas’; Anúncios.

Colunas: ‘Baião de Dois’ (“Você conhece a Gorette?”);

Alterações: ‘Delícia’ era coluna e vira editoria; nova editoria: ‘Esporte’; nova coluna: ‘Tirinhas’; novo espaço destinado a anúncios.

4ª edição

Editorias:

- 1 – Especial (“Rocinha de luto: Tio Lino falece, aos 63 anos”)
- 2 – Baião de Dois (“Missão cumprida”; “Um ano de Fala Roça”)
- 3 – Esporte (“Esporte e educação: caminhos para transformação e inclusão social”)
- 4 – Reportagem ímpar (“O preço de morar na zona sul”)
- 5 – Você conhece? (“Museu Resgata a história da Rocinha”; “Morotáxis começam a trabalhar com cartão de crédito na Rocinha”)
- 6 – E aí como fica? (“Luta pelo abastecimento de água na Rocinha completa 50 anos”)
- 7 – Da minha janela posso ver

Outras seções: não há.

Colunas: ‘Colcha de Retalhos’ (“O dono da voz: K-Max conversa com o Fala Roça sobre sua trajetória profissional”), ‘Delícia’.

Alterações: Não há seção denominada ‘Editorial’, porém, dois textos são publicados na seção ‘Baião de Dois’, que volta a ser uma editoria - “Missão cumprida” e “Um ano de Fala Roça”. Este último aborda a situação atual do jornal, assemelhando-se a um editorial; editoria ‘Especial’ publicada somente neste número; ‘Colcha de Retalhos’ volta a ser coluna. A editoria ‘Megafone’ passa a se chamar ‘Da minha janela posso ver’ (dedicada a fotografias tiradas pelos leitores). É suprimido o espaço para anúncios.

5ª edição

Editorias:

- 1 – Mostra Nordeste (“Um em um milhão: a história do senhor que construiu sua vida vendendo especiarias típicas do Nordeste”)
- 2 – Baião de Dois (“Um Silva em Nova York: jornalistas comunitários do Rio e de Nova York participam de um intercambio promovido pelo governo norte-americano”)
- 3 – Delícia (“Exploração de sabores com Lula da Tapioca”)

4 – Você conhece? (“Da Rocinha para o rap, a vida de MC Oz”)

5 – Reportagem ímpar (“Lixo espalhado pelas ruas da Rocinha pode gerar doenças em moradores”)

6 – Diversão e arte (“Blocos de rua prometem agitar o carnaval na Rocinha”; “Moradora da Rocinha é eleita rainha do Rio 450”)

7 – Da minha janela posso ver

8 - Editorial

Outras seções: ‘Oportunidades e empregos’; espaços para anúncios.

Colunas: não há.

Alterações: ‘Mostra Nordeste’ volta a ser editoria; voltam os espaços para anúncios; nova editoria ‘Diversão e arte’.

6ª edição

Editorias:

1 – Reportagem ímpar (“Rio antigo: a fazenda Quebra Cangalha e a origem da Rocinha”)

2 – Você conhece? (“Brechós fazem sucesso na Rocinha”)

3 – Colcha de retalhos (“De volta para minha terra”)

4 – Queremos saber (“Mãe e filha se reencontram depois de quase 40 anos de separação”; “Fala Roça é incluído nas comemorações do Rio450”)

5 – Guia cultural (“Você sabia?”; “A extinta Soreg”)

6 – Delícia (“Paraibana ensina a fazer prato típico do Nordeste”)

7 - Da minha janela posso ver

8 - Editorial

Outras seções: ‘Aprendendo o Nordestinês’; ‘Telefones úteis’.

Coluna: ‘Lendas da Rocinha’; ‘Museu Sankofa da Rocinha’ (“Museu Sankofa da Rocinha ganha coluna no jornal”)

Alterações: nova editoria: Queremos saber; não há anúncios.

ANEXO F - Comunicação comunitária, popular e alternativa: um levantamento

bibliográfico

Levantamento bibliográfico²³⁴

Tema: mídia/comunicação comunitária, popular e alternativa

Teses e Dissertações

Método – busca em acervos digitalizados de teses e dissertações dos programas de Pós-Graduação das universidades públicas do Rio de Janeiro, nas áreas de Comunicação, Ciências Sociais e História²³⁵.

Data de realização do levantamento – maio, junho / 2014

Período de abrangência - 2000-2014²³⁶

Resultados -

Foram encontrados 35 trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) com temas relacionados à comunicação comunitária, alternativa e popular em programas de pós-graduação das áreas de comunicação, ciências sociais e história de três universidades públicas presentes no Rio de Janeiro - UFRJ, UERJ e UFF -, além de um estabelecimento de ensino privado (Fundação Getúlio Vargas). Foram encontrados, no total, 35 trabalhos, sendo 26 na área de comunicação; 7 de história; 2 de ciências sociais.

OBS: não foram consultados os cursos de História da UERJ e UFRJ.

Programas de Pós-Graduação pesquisados (e resultados encontrados) –

Comunicação

- Programa de Pós-Graduação em Comunicação / PPGCOM – UFF (6)
- Programa de Pós-Graduação em Comunicação / PPGCOM – UERJ (6)
- Programa de Pós-Graduação em Comunicação / PPGCOM – UFRJ (14)

História

- Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais / PPGHPBC – FGV (5)
- Programa de Pós-Graduação em História / PPGH – UFF (2)

234 Realizado por Cristina Pedroza de Faria (graduação em Jornalismo, ECO-UFRJ, mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da UFRJ; especialização em Fotografia Como Instrumento de Pesquisa nas Ciências Sociais pelo Instituto de Humanidades da UCAM).

235 Foi incluída, no levantamento, a pós-graduação de uma instituição de ensino privado, a Fundação Getúlio Vargas.

236 No caso do PPGHPBC / FGV, o período entre 2000-2014 foi integralmente verificado; nos demais casos pesquisados, o levantamento se limitou ao acervo digitalizado disponível para consulta pública (que, em geral, se inicia nos anos 2000).

Ciências sociais

- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / PPCIS – UERJ (1)
- Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia / IFCS – UFRJ (1)
- Programa de Pós-Graduação em Antropologia / UFF – (0)
- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / PPGAS / Museu Nacional – UFRJ (0)

Resultado total - 35

Casos isolados encontrados (o programa de Pós- Graduação não foi integralmente pesquisado):

- Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social - PUC / RS (1)
- Departamento de Educação - PUC /RJ (1)

ANEXO G - Entrevistas realizadas na pesquisa

- 1) Entrevistas por formato
 - 1.1) História de vida
 - 1.2) Temática
 - 1.3) Usando fotografias
- 2) Entrevistas por mídias da Rocinha
- 3) Total de entrevistas

1) ENTREVISTAS POR FORMATO

1.1 HISTÓRIA DE VIDA

Comunicadores

1. Michel Silva (Jornal Fala Roça: diretor de produção e repórter; Viva Rocinha: comunicador)
2. Michele Silva (Jornal Fala Roça: diretora executiva e repórter; Viva Rocinha: comunicadora)
3. Beatriz Calado (Jornal Fala Roça: diretora de redação e repórter)
4. Maurício Trajano (Jornal O Tagarela)
5. Leandro Lima (Site Favela Da Rocinha.com: fundador, repórter, fotógrafo)
6. Flávio Carvalho (Site Favela Da Rocinha.com: fotógrafo e repórter)
7. Devaldo Oliveira (agente comunitário de saúde, participou do jornal *Tagarela*)
8. Edu Casaes (jornal Rocinha Notícias)
9. Fabiana Rodrigues (Rocinha em foco)
10. Amanda Pinheiro (Site Favela Da Rocinha.com: repórter)

Obs.:

11. Carlos Costa: História de vida consultada a partir do livro ‘A Favela fala’ (Dulce Pandolfi, Mario Grynszpan)

Moradores da Rocinha (na época da pesquisa)

1. Fernando Ermiro
2. Dona Jandira
3. Sr. João Guilherme
4. José Martins de Oliveira, “Martins” (*entrevista realizada para o projeto Memória Rocinha e cedida pelo entrevistado à pesquisa*)
5. Josita Maria da Silva

1.2 TEMÁTICA

Temas

1. Recepção de mídia e informação (como o morador se informa sobre a Rocinha e outros temas)
2. Meios de comunicação da Rocinha (atuais e antigos); comunicação e cultura na Rocinha, relação da mídia tradicional com a Rocinha
3. Mídia Fala Roça

4. Mídia Faveladarocinha.com
5. Mídia Favela em foco
6. Mídia Jornal Rocinha Notícias
7. Mídia Jornal O Tagarela
8. Empreendedorismo

Entrevistados por temas

Tema - Recepção de mídia e informação (como o morador se informa sobre a Rocinha; acesso a internet; veículos de comunicação locais que conhece)

Entrevistados:

1. - Sr. João Guilherme
2. - Dona Jandira
3. - Devaldo Oliveira
4. - Sônia (visita com agente de saúde)
5. - Advogado (visita com agente de saúde)
6. - Shirley Muriel
7. - Leandro Lima
8. - Pedro Paiva

Tema – Meios de comunicação da Rocinha; comunicação e cultura na Rocinha, relação mídia tradicional e Rocinha

Entrevistados:

1. Roberto Lucena
2. Shirley Muriel
3. Martins
4. Fernando Ermiro
5. Michel Silva
6. Michele Silva
7. Beatriz Calado
8. Mauricio Trajano
9. Devaldo Oliveira
10. Leandro Lima
11. Flavio Carvalho
12. Fabiana Rodrigues
13. Leandro Castro

Tema – Mídia Fala Roça

Entrevistados:

1. Michel Silva
2. Michele Silva
3. Beatriz Calado

Tema – Mídia Favela da Rocinha.com

Entrevistados:

1. Leandro Lima

2. Flávio Carvalho
3. Amanda Pinheiro

Tema – Mídia Favela em Foco

Entrevistados:

1. Fabiana Rodrigues

Tema – Mídia Jornal Notícias da Rocinha

Entrevistados:

1. Edu Casaes

Tema – Jornal O Tagarela

Entrevistados:

1. Maurício Trajano
2. Devaldo Oliveira

1.3 USANDO FOTOGRAFIAS

1. Beatriz Calado
2. Michel Silva
3. Michele Silva

2) ENTREVISTAS / POR MÍDIAS (DA ROCINHA)

Fala Roça

Michel Silva (diretor de produção e repórter)

Michele Silva (diretora executiva e repórter)

Beatriz Calado (diretora de redação e repórter)

Favela da Rocinha.com

Leandro Lima (fundador)

Flávio Carvalho (fotógrafo e repórter)

Amanda Pinheiro (repórter)

Rocinha em Foco

Fabiana Rodrigues

Notícias da Rocinha

Edu Casaes

Tagarela

Maurício Trajano

Devaldo Oliveira

3) TOTAL / ENTREVISTAS

1. Michel Silva
2. Michele Silva
3. Beatriz Calado
4. Leandro Lima
5. Flávio Carvalho
6. Maurício Trajano
7. Devaldo Oliveira
8. Edu Casaes
9. Fabiana Rodrigues
10. Amanda Pinheiro
11. José Martins de Oliveira
12. Roberto Lucena
13. Fernando Ermiro
14. Seu João Guilherme
15. Shirley Muriel
16. Leandro Castro
17. Pedro Paiva
18. Dona Jandira
19. Sônia
20. Advogado
21. Dona Josita

ANEXO H - Jornal *Extra*: lançamento da editoria “Guerra”

Reprodução do texto publicado na capa do impresso em 16/08/2017:

Isso não é normal

“A partir de hoje, o leitor do EXTRA passará a encontrar, em nossas páginas do jornal impresso e no site, uma expressão que, até então, nossos jornalistas evitavam: guerra do Rio. Não se trata de uma simples mudança na forma de escrever, mas, principalmente, no jeito de olhar, interpretar e contar o que está acontecendo ao nosso redor.

O EXTRA continuará a noticiar os crimes que ocorrem em qualquer metrópole do mundo: homicídios, latrocínios, crimes sexuais... Mas tudo aquilo que foge ao padrão da normalidade civilizatória, e que só vemos no Rio, estará nas páginas da editoria de guerra.

Um feto baleado na barriga da mãe não é só um caso de polícia. É sintoma de que algo muito grave ocorre na sociedade. A utilização de fuzis num assalto a uma farmácia não pode ser registrada como uma ocorrência banal. A morte de uma criança dentro da escola ou a execução de um policial são notícias que não cabem mais nas páginas que tratam de crimes do dia a dia.

A criação da editoria de guerra foi a forma que encontramos de berrar: isso não normal! É a opção que temos para não deixar nosso olhar jornalístico acomodado diante da barbárie. Temos consciência de que o discurso de guerra, quando desvirtuado, serve para encobrir a truculência da polícia que atira primeiro e pergunta depois. Mas defendemos a guerra baseada na inteligência, no combate à corrupção policial, e que tenha como alvo não a população civil, mas o poder econômico das máfias e de todas as suas articulações.

Sabemos que não há solução fácil nem mágica para o problema. Guerra pressupõe vitórias, derrotas, avanços, recuos, acertos e erros. É preciso paciência e consciência de que nada será resolvido a curto prazo. Mas temos a esperança de perder, um dia, o título de ser o único diário do planeta a ter uma editoria de guerra num país que se recusa a reconhecer que está em guerra.”

Figura 17 - Capa do jornal *Extra*, publicada em 16/08/2017

INFORMAÇÃO extra.globo.com

EXTRA

SEGUNDA EDIÇÃO
RIO DE JANEIRO
QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2017
ANO XX
NÚMERO 7563

ISSN 1135-9114
R\$ 1,25

DOSSIÊ SECRETO DO ESTADO REVELA



RIO JÁ PERDEU 843 ÁREAS PARA O CRIME

Isso não é normal

A partir desta edição, o leitor passará a encontrar em nossas páginas uma expressão que, até então, nossos jornalistas evitavam: guerra do Rio. Não se trata de uma simples mudança na forma de escrever, mas, principalmente, no jeito de olhar, interpretar e contar o que está acontecendo ao nosso redor.

O EXTRA continuará a noticiar em suas páginas policiais os crimes que ocorrem em qualquer metrópole do mundo: homicídios, latrocínios, crimes sexuais... Mas tudo aquilo que foge ao padrão da normalidade civilizatória, e que só vemos no Rio, estará nas páginas da editoria de guerra.

Um feto baleado na barriga da mãe não é só um caso de polícia. É sintoma de que algo muito grave ocorre na sociedade. A utilização de fuzis num assalto a uma farmácia não pode ser registrada como uma ocorrência banal. A morte de uma criança dentro da escola ou a execução de um policial são notícias que não cabem mais nas páginas que tratam de crimes do dia a dia.

A criação da editoria de guerra foi a forma que encontramos de berrar: isso não é normal! É a opção que temos para não deixar nosso olhar jornalístico acomodado diante da barbárie.

Temos consciência de que o discurso de guerra, quando desvirtuado, serve para escobrir a trunfância da polícia que atira primeiro e pergunta depois. Mas defendemos a guerra baseada na inteligência, no combate à corrupção policial, e que tenha como alvo não a população civil, mas o poder econômico das máfias e de todas as suas articulações.

Sabemos que não há solução fácil nem mágica para o problema. Guerra pressupõe vitórias, derrotas, avanços, recuos, acertos e erros. É preciso paciência e consciência de que nada será resolvido a curto prazo. Mas temos a esperança de perder, um dia, o título de ser o único diário do planeta a ter uma editoria de guerra num país que se recusa a reconhecer que está em guerra.

O repórter Rafael Soares revela teor de documento que está sob sigilo até 2021

PÁGINAS 3, 4 E 5

Fonte: Jornal Extra impresso. Indisponível na internet.

ANEXO I - Jornal *Fala Roça*: histórias de moradores (reproduções)

1) “O homem dos sonhos” (3ª edição, de fevereiro de 2014)

Figura 18 - Matéria do Jornal *Fala Roça*



Rio de Janeiro, fevereiro 2014

Delícia **3**

O homem dos sonhos

Perseverante, sonhador e batalhador. É assim que se pode definir **Nilton Oliveira**, de 47 anos, trabalhador autônomo. Carioca da gema do ovo, cria da Rocinha e filho de mineiros, a vida dele é de um andarilho.




por Michel Silva
texto e fotos

Há 15 anos, o doceiro percorre os bacos da Rocinha carregando uma caixa com 60 kg de docos, como sonhos, maço de amêijoas e balas de coco caramelizadas que oferece por R\$ 2,00 cada. Com seus gritos, Nilton anuncia sua chegada: “Quem quer sonhos, quem quer! - ou então: Olha a maço do amêijoas fresquinho!”. A vida de doceiro é digna de aprendizagem.

Os primeiros empregos foram como entregador de fôrmas, entregador de jornais e feirante. O envolvimento com os docos começou quando Nilton conseguiu um emprego como lavador de pratos em um hotel. O supervisor, atento à dedicação do empregado, ofereceu uma oportunidade para que ele trabalhasse na confeitaria. “Querava pouco como lavador de pratos. Com a oportunidade na confeitaria, ia semente na minha folga e não recebia salário. Eu ia por conta própria porque queria ter uma profissão adequada”, lembra Nilton. Bastante interessado pelo ofício de confeitiro, o doceiro trabalhou em outros hotéis, como o Sheraton, no Leblon.

Com a saída do emprego, Nilton começou a vender docos pelos bacos da Rocinha. Sempre fazendo o mesmo trajeto, há 15 anos, de terça a domingo. Ele inicia a caminhada a partir da própria casa, na Cachopa, passa pela Vila Verde, volta para a Cachopa, Passa Brilo e Dionísia. “Vendo mais ou menos 600 sonhos por mês. Às vezes a venda é fraca, então vou para a praia vender sorvetes e biscoito Globo, aos sábados e domingos, para complementar a renda”.

Perguntado sobre a abertura de uma loja para vender seus produtos, o doceiro revelou um desejo: “O meu maior sonho é ter meu próprio negócio. É um trabalho árduo. Não é nem questão de andar. Às vezes está chovendo e strapalha muito a minha renda, e então: Os sonhos, as balas de coco... eu faço com prazer”.

O andarilho fez com que percebesse a transformação urbanística na Rocinha. “Na Vila Verde você tinha que andar se agarrando nas paredes porque era barro puro. Só depois de um tempo que os moradores se reuniram e colocaram concreto na rampa”, relembra.

A entrevista é interrompida por uma moradora que havia comprado dois sonhos fiados. Durante todos esses anos, andando pelos bacos da Rocinha, Nilton é uma figura conhecida. Todos o conhecem. Mesmo acobitando fiado ele demonstra cautela. “Eu confio e não confio. Eu não posso ser o coração das pessoas. O que prevalece é a palavra de pesoas.”

Sonhos, maço de amêijoas, balas de coco caramelizadas. Nilton também aceita encomendas e vende os docos em eventos. “A pessoa me liga e diz que em tal hora e tal dia vai ter uma festa em um local. Eu preparo as coisas e fico na entrada da festa. Isso me ajuda”, conta ele. ■

O telefone para contato de Nilton é (21) 3322-8022.

www.falaroca.com




@fala_roca

2) “De volta pra minha terra” (6ª edição, de agosto de 2015)

Figura 19 - Matéria do Jornal *Fala Roça*

1982 | Rio de Janeiro | 19 de agosto de 2015 | Edição 6

Colcha de retalhos 05

De volta para minha terra

Paraibana retorna à terra natal após 30 anos sem visitar familiares

por Michel Lima e Michele Lima

Muitas vezes, viajar de avião é mais barato do que viajar de ônibus. Desde 2011, as classes C e D impulsionaram o mercado de turismo no Brasil com a ampliação do crédito. O nordeste brasileiro é um dos principais destinos nacionais, entretanto, a viagem da moradora Josita Maria da Silva, de 62 anos, foi por um motivo diferente. Ela visitou os familiares após 30 anos longe da terra natal, na Paraíba.

Criada na roça, a paraibana nasceu em Boqueirão, uma cidade do interior paraibano. Ela veio para o Rio de Janeiro na metade dos anos 80 após a morte da mãe. Antes de vir para o Rio, ela trabalhou durante oito anos como professora de artes em uma escola municipal na própria cidade. Assim que chegou no Rio, ela foi morar em Copacabana no quarto de uma prima que trabalhava em um prédio. Em poucos meses, a prima conseguiu um emprego de doméstica para Josita em Ipanema.

Os passeios que ela fazia na Praça General Cavéio, em Ipanema, fez com ela conhecesse o futuro marido.

“Estava na Praça General Cavéio com a minha amiga e ele chegou perto de mim. Começamos a conversar e ele disse que procurava um relacionamento. Era bom de papo”, conta ela que é casada há 25 anos com Paulo Afonso, de 64 anos, natural de Rio Forno, em Minas Gerais.

Em 1988, Josita e Paulo decidiram alugar uma casa na Glória, atrás do prédio da extinta revista *Máscara*. “Estávamos morando lá oito meses na Glória e engravidei dele. Eu perdi o emprego por conta da gravidez e ele ganhou uma pequena casa no playground do prédio em que ele trabalhava na Avenida Vieira Souto, em Ipanema, aí fomos morar lá”, explica ela.

Paulo trabalhava como porteiro e ela tinha que ficar em casa porque precisava cuidar da filha. A primeira filha ia bem até que veio a notícia de que estava grávida pela segunda vez, em 1989.

Milo de duas semanas aos 32 anos de idade e desempregada, Josita viu a situação da família se agravar com a demissão do marido do prédio em Ipanema. “Meu marido teve problema no trabalho e tivemos que nos mudar para o Laborioso, em 1992, por indicação do filho de uma moradora do prédio”, conta ela. Josita estava grávida do terceiro filho quando se mudou para a Rocinha.

Depois de um viver um período conturbado na casa em que vivia no Laborioso, Josita e Paulo venderam o imóvel e alugaram um porão na Praça do Sotão, na Curva do S. “Era muito ruim porque a gente não podia ficar em pé dentro de casa. Tinha que andar agachado”, relembra.

Na metade dos anos 90, seu marido recebeu um dinheiro de uma rescisão contratual de um trabalho e compraram uma casa na parte alta da Vila Verde por indicação de uma amiga. “A casa era boa, naquela época tinha muito mato e a ladeira era de barro. Depois eu me arrependi porque o dinheiro que ele tinha recebido dava para comprar uma casa na parte baixa da Rocinha”, explica.

Desde que ela veio para o Rio, não havia visitado nenhuma vez os familiares na Paraíba. A família dela pensava que ela não queria mais contato com eles porque enviavam cartas para ela e não recebiam resposta. Porém,

um primo de Josita morava na Glória e tinha telefone. Quando podia visitar o primo, ela ligava para os irmãos que esperavam ansiosamente por notícias.

Os trabalhos que ela fazia na área de limpeza não garantiam uma renda suficiente para viajar. Além disso, os filhos precisavam estudar. Depois de crescerem, as filhas resolveram recompensar a mãe por toda a dedicação e organizaram a viagem dela para a Paraíba através da internet.

A viagem aconteceu no início de 2015 junto com sua mãe. Foi a primeira vez que ela viajou de avião. “Eu nunca tinha visto um aeroporto. Foi tudo muito novo. Quando vim para o Rio, foi uma viagem de três dias em um ônibus. A viagem de avião foi menos de duas horas. Quando o avião decolou, eu pedi ajuda para Jonas abençoar a viagem”, conta ela.

A paraibana que veio para o Rio iniciar uma nova vida voltou para a cidade em que nasceu para reviver a velha vida na roça. “Quando cheguei em Boqueirão, foi uma alegria muito grande. Minhas irmãs me buscaram no aeroporto e fomos embora de carro para casa. Chegamos em casa às 2h e todo mundo estava acordado. Meus familiares soltaram fogos muito de artifício comemorando a minha chegada na cidade”, lembra ela.

De volta ao Rio, ela já faz planos para a próxima viagem. “Antes de voltar eu prometi para os meus irmãos que iria retornar à Boqueirão todo ano. Na próxima viagem quero levar meu filho mais novo”, conta ela com um sorriso sereno e segurando um colar que comprou para manter contato com os familiares.

Boqueirão, PB

Boqueirão é uma cidade do interior paraibano, distante da capital, João Pessoa. Sua população em 2011 foi estimada pelo IBGE em 16.966 habitantes.

Uma das principais atrações de Boqueirão é o Açude Epitácio Pessoa. O açude abastece as cidades de Campina Grande, Boqueirão, Quimadasa, Pocrinhos, Caturité, Riocho de Santo Antônio e Barragem de São Miguel.



Foto: Josita prima na loja de casa e rede em Vila Verde.



Familiares de Josita (à esquerda) e Paulo (à esquerda) no aeroporto de Carolina Graça, na Paraíba.

www.falaroca.com | @falaroca

Fonte: Edições impressas do Fala Roça. Acessível em: <https://falaroca.com/edicoes-impressas/>

ANEXO J - Uso de fotografias na pesquisa: temas comentados

Legenda – B: Beatriz; M: Michel; Me: Michele

	TEMA	SUBTEMA e número de citações	Falas dos entrevistados/as
1	Como é feito o jornal Fala Roça	[Distribuição do impresso - B:14 / M: 14 / Me: 7] [Remuneração / sobrevivência dos comunicadores – B: 4 / Me: 3 / M: 1] [Formas de auto identificação dos comunicadores – B: 7 / M: 4 / Me: 0] [Identidade do jornal/com o jornal – B: 3 / M: 0 / Me: 0] [Concorrências – B: 4 / M: 2 / Me: 1] [Fotografia / imagem- Me: 10 / B: 1 / M: 0] [Circulação do impresso – Me: 4 / B: 2 / M: 1] [Visibilidade do Fala Roça – Me: 6 / B: 1 / M: 0] [Sustentabilidade – Me: 7 / B: 2 / M: 0] [Oficinas de comunicação comunitária do Fala Roça – Me: 1 / B: 0 / M: 0] [Experimentações / Saberes locais – Me: 7 / B: / M: 0] [Censura / autocensura – B: 1 / M: 0 / Me: 0] [Produção de matérias/bastidores – Me: 2 / B: 1 / M: 0] [Nas redes sociais – M: 2 / B: 1 / M: 0]	Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva
2	O que diz o Fala Roça e como diz	[Pautas – M: 4 / Me: 2 / B: 1] [Conteúdo publicado/impresso e <i>online</i> – M: 1 / B: 1 / M: 0] [A escrita e o “estilo” do jornal – Me: 1 / B: 1 / M: 0]	Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva
3	Representações da Rocinha, nas visões dos comunicadores do Fala Roça	[História/memória – M: 1 / Me: 0 / B: 0] [Condição social/geografia/localidades internas/singularidades/informação – M: 2 / Me: 2 / B: 1] [Ser morador e se sentir “de fora” da Rocinha – Me: 1 / M: 0 / B: 0] [Turismo – M: 1 / Me: 0 / B: 0] [A Rocinha e a cidade – B: 1 / M: 0 / Me: 0]	Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva
4	Quem faz o jornal Fala Roça	[Equipe – B: 3 / M: 2 / Me: 2] [“Personalização” do jornal / Exposição pública dos integrantes do jornal – B: 2 / Me:1 / M: 0] [A entrada no Fala Roça – B: 1 / M: 0 / Me: 0]	Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva
5	Interlocuções /relações do Fala Roça	[Com o público/leitores do Fala Roça – B: 10 / Me: 7 / M: 2] [Com a grande mídia = Me: 2 / M: 0 /	Beatriz Calado, Michel Silva e Michele Silva

		B: 0] [Parcerias – Me: 2 / B: 1 / M: 0] [Com Ongs – B: 1 / M: 0 / Me: 0] [Com a polícia e bandidos – Me: 1 / M; 0 / B: 0]	
6	Jornalismo (tradicional) e comunicação comunitária (popular, alternativa etc)	[Jornalismo nas redes sociais – Me: 2 / M: 0 / B: 0] [Jornalismo / Ser jornalista – B: 1 / Me: 0 / M: 0] [Jornalismo/comunicação comunitária B: 1 / Me: 0 / M: 0]	Beatriz Calado, Michele Silva
7	O papel do jornal Fala Roça	[Em relação aos direitos – M: 1 / M: 0 / B: 0] [Utilidade pública M: 2 / M: 0 / B: 0]	Michele Silva
8	Dificuldades enfrentadas pelo Fala Roça e seus comunicadores	[Na obtenção de dados oficiais – B: 1 / M: 0 / Me: 0] [Censura/autocensura B: 1 / M: 0 / Me: 0] [Sustentabilidade – Me: 3 / M: 0 / B: 0] [Concorrências B: 3 / M: 1 / Me: 0]	Beatriz Calado